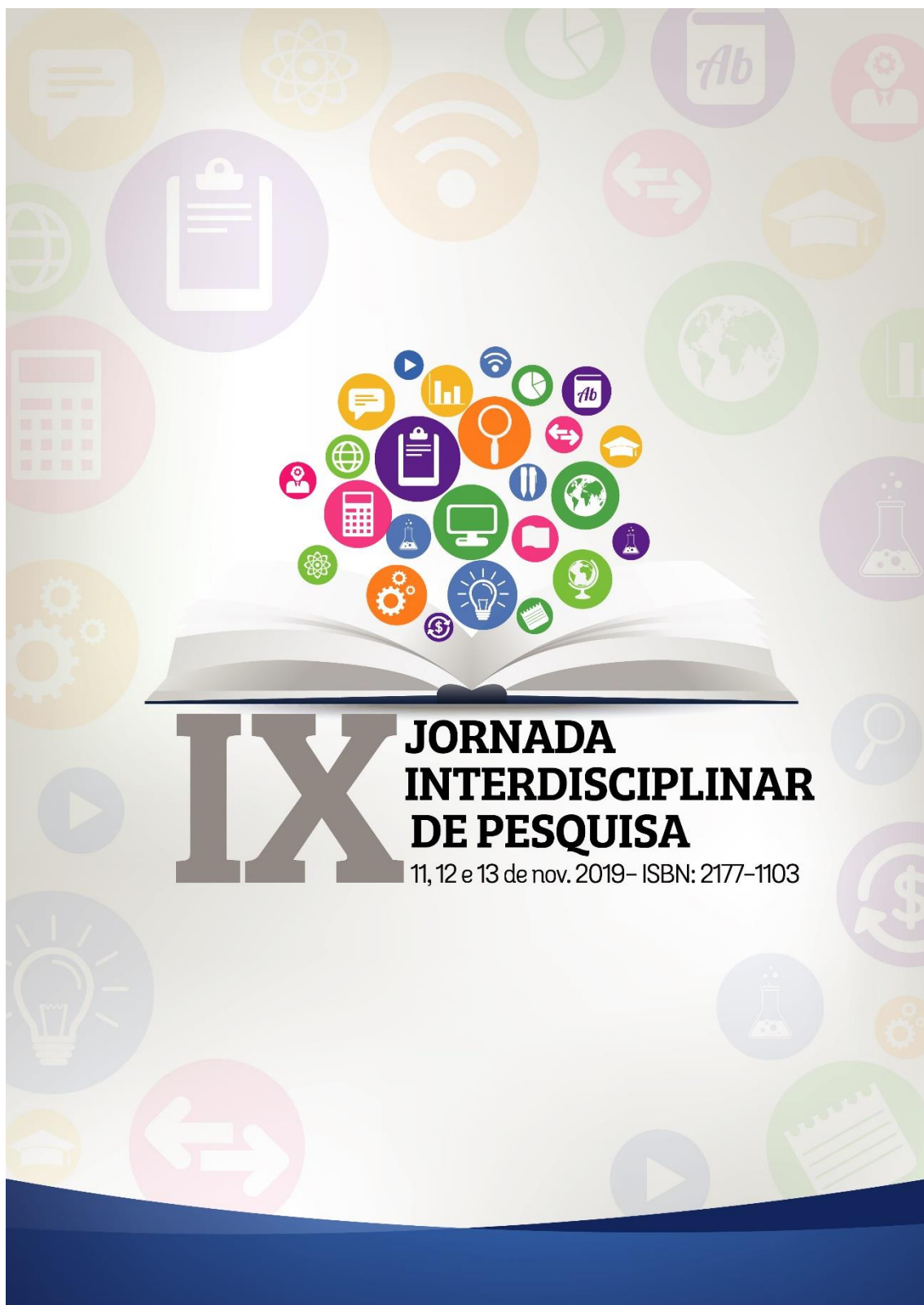




JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA



Fema
Fundação Educacional
Machado de Assis



ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof.ª Dr.ª Bianca Tams Diehl
Coordenadora do Curso de Direito

Prof.ª Me. Anderson Pinceta
Coordenador do Curso de Ciências
Contábeis, do curso de Administração e de
Gestão de Recursos Humanos

Prof. Me. Denise Felber
Coordenadora do Curso Tecnológico em
Gestão da Tecnologia da Informação

Prof. Me. Paulo Mix
Coordenador do Curso de Enfermagem

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-
Graduação e Extensão - NPPGE

Prof. Adm. Antonio Roberto Lausmann Ternes
Diretor Geral das Faculdades Integradas
Machado de Assis

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

REVISÃO

Prof.ª Me. Mariel da Silva Haubert

CAPA

Eliane Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa da FEMA

APOIO TÉCNICO

Ana Paula Cacenote

Victor Kmiecik

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis (9., 2019): Santa Rosa/RS). Anais da IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1. Pesquisa Científica. 2. Artigos Científicos. 3. Resumos Expandidos. I. Faculdades Integradas Machado de Assis.

CDU: 001.8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	14
ANAIS DO EVENTO.....	21
ARTIGOS CIENTÍFICOS APROVADOS PARA OS ANAIS DO EVENTO.....	22
(IN)JUSTIFICATIVAS DA SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS.....	23
<i>Daiane Specht Lemos da Silva</i>	
<i>Osmar Veronese</i>	
A RESERVA DA LEGÍTIMA: POSSIBILIDADE DE REVISÃO A PARTIR DE UM VIÉS CONSTITUCIONAL.....	36
<i>Débora Tais Hein</i>	
<i>Juliana Marques Schubert</i>	
<i>Marcos Costa Salomão</i>	
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE VALORES <i>OUTLIERS</i> NA ACURÁCIA DO MODELO HÍBRIDO DE ZHANG PARA A MODELAGEM MATEMÁTICA DO TEMPO DE VIDA DE BATERIAS.....	50
<i>Carolina Bruski Gonçalves</i>	
<i>Airam Teresa Zago Romcy Sausen</i>	
<i>Paulo Sérgio Sausen</i>	
A HIPERCONNECTIVIDADE E O CAOS DA MODERNIDADE.....	65
<i>Gabriel Henrique Hartmann</i>	
MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES UNIDOS PELA NATUREZA.....	79
<i>Fabiano Kapelinski</i>	
<i>Eduardo Alex Karnikowski</i>	
<i>Paola Vogt</i>	
<i>Carolina Back Olegário</i>	
<i>Graciele Machado Eberhardt</i>	
A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTA DA MEDIAÇÃO PARA O TRATAMENTO DE CONFLITOS.....	94
<i>Nadine Langner dos Santos</i>	
<i>Charlise Paula Colet Gimenez</i>	

A TEORIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NO ENSINO DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	103
<i>Edenilson Rodrigues</i>	
<i>Paulo Roberto Mix</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
ESTUPRO: UM DIÁLOGO PARA ALÉM DA CULTURA DO SENSO COMUM.....	119
<i>Júlia Vier Ramos</i>	
<i>Mariel Haubert</i>	
EDUCAÇÃO E ENSINO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DESIGN DE INTERIORES.....	136
<i>Raíssa Castro Schorn</i>	
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: A CORRELAÇÃO ENTRE A TEÓRIA E PRÁTICA DA ENFERMAGEM.....	145
<i>Lauri Sérgio Eberhardt</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
<i>Paulo Mix</i>	
MEDIAÇÃO ESCOLAR: O CAMINHO PARA A CULTURA DE PAZ.....	160
<i>Júlia Gabriele Fester</i>	
<i>Ana Paula Cacenote</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
A METODOLOGIA LEGO® SERIOUS PLAY® COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORAR OS RESULTADOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO.....	170
<i>Nedisson Luis Gessi</i>	
<i>Fátima Regina Bergonsi Debald</i>	
SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS.....	195
<i>Andressa Fátima May</i>	
<i>Andressa Karine Schons</i>	
<i>Flávia Michelle Pereira Albuquerque</i>	
INFÂNCIA: DAS RUAS ATÉ AS CYBER-ÂNCIAS.....	210
<i>Elenir Stein</i>	
<i>Marina Zucatto</i>	
A PROTEÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE VIVEM EM CAMPOS DE REFUGIADOS E AS RESPOSTAS DISPONIBILIZADAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL.....	220
<i>Guilherme Henrique Tavares Diniz</i>	
<i>Sinara Camera</i>	

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA PARA O CRESCIMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE DESPACHO E ASSESSORIA ADUANEIRA.....	239
<i>Daniele Brito da Conceição</i>	
<i>Keli Wohlenberg</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Janice Walter</i>	
A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	254
<i>Larissa Dalcin</i>	
<i>Luciana Stumpf Ristof</i>	
<i>Vanessa Marin</i>	
ALTERAÇÕES EPIGENÉTICAS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	267
<i>Alana Veleda Hillebrand</i>	
<i>Ivy Reichert Vital da Silva Gressler</i>	
ANÁLISE DE MATERIAIS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENSORES PIEZORESISTIVOS E AS MODELAGENS ENVOLVIDAS.....	282
<i>Cristiane Sonogo Rolim</i>	
<i>Luiz Antônio Rasia</i>	
A PERPETUAÇÃO DE MODELOS FAMILIARES NUMA PERSPECTIVA DO HABITUS DE BOURDIEU.....	297
<i>Lara Narjana Johann</i>	
A TEORIA DA INDENIZAÇÃO PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	309
<i>Adriana Marx Filipin</i>	
<i>Eveline Marx Filipin</i>	
<i>Fernanda Pawlowski</i>	
<i>Laleska Eduarda Alves Bamberg</i>	
<i>Marina Marx Filipin</i>	
CIVIL LAW E COMMON LAW: APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS JURÍDICOS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	324
<i>Anderson Reichert</i>	
<i>Barbara Brenda Krewer</i>	
<i>Jéssica Zambelli Büchele</i>	
<i>Luciano da Rosa Binkowski</i>	
<i>Mickael Augusto Frank Puhl</i>	
<i>Renê Carlos Schubert Junior</i>	
A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: VIESES JURÍDICOS E SOCIAIS.....	339
<i>Pietro von Borowski</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	

OS DESAFIOS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR E SEUS REFLEXOS NAS APRENDIZAGENS DISCENTES.....	355
<i>Alessandra Duncke</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
O (DES)CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS: O AMIANTO E O ALERTA VERMELHO!	374
<i>Adriano Nedel dos Santos</i>	
DEVIDO PROCESSO LEGAL E POPULISMO: O CASO WITZEL.....	391
<i>Victor Matheus Soares</i>	
<i>Renê Carlos Schubert Junior</i>	
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL COMO FONTE PARA A VANTAGEM COMPETITIVA.....	404
<i>Ana Gabriela Schmidt</i>	
<i>Daniela Perini Krentkowski</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Janice Walter</i>	
GESTÃO DE CRÉDITO EM UM SUPERMERCADO.....	421
<i>Iara Inês Hendges Bamberg</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INOVAÇÃO.....	439
<i>Danieli Rhoden</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
O GRANDE INQUISIDOR COMO METÁFORA DO ESTADO E DA LIBERDADE.....	463
<i>Victor Matheus Soares</i>	
<i>Mariel Haubert</i>	
GUERRA: POLÍTICAS EXTERNAS E O CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH.....	475
<i>Afonso Henrique Soares Pazdziora</i>	
<i>Rita Andres</i>	
<i>Yasser Badwan</i>	
<i>Lairton Oliveira</i>	
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: O DOCENTE COMO FOMENTADOR PARA FORMAÇÃO TÉCNICA.....	489
<i>Márcia Regina Schulz</i>	
<i>Magda Cristina Schulz Borba</i>	

MAPEAMENTO DO PROCESSO LOGÍSTICO DE ARMAZENAGEM DE UMA EMPRESA NO SETOR GRÁFICO.....	510
<i>Cassionéia Vanessa de Lima Farias</i>	
<i>Shaione Katiúscia Zamo</i>	
<i>Lauri Aloísio Heckler</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
MARKETING E TECNOLOGIA: ALIADOS PARA ALAVANCAR O DARK TOURISM.....	533
<i>Ântoni Nerone de Aguiar Sartori</i>	
<i>Cassiano Fernando Bordim</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Lauri Aloísio Heckler</i>	
<i>Rafael da Silva Lopes</i>	
A MEDIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO AOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO.....	549
<i>Amanda Junges Stein</i>	
<i>Daniele Specht Lemos da Silva</i>	
<i>Lucas Gabriel dos Reis</i>	
<i>Roberta Kuhn Colli</i>	
<i>Renata Maciel</i>	
<i>Renê Carlos Schubert Junior</i>	
A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO LEGO® SERIOUS PLAY® NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.....	564
<i>Rodrigo Peter Schilling</i>	
<i>Elrita Neumann</i>	
<i>Tabitha Pierozzi Cavalcanti Pessôa</i>	
<i>Nedisson Luis Gessi</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
MODELAGEM MATEMÁTICA DO NÚMERO DE CICLOS DE VIDA DE BATERIAS LÍTIO-ÍON POLÍMERO.....	584
<i>Andressa Leseux</i>	
<i>Airam Teresa Zago Romcy Sausen</i>	
<i>Paulo Sérgio Sausen</i>	
A NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM RESSALVAS AO DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	596
<i>Henrique Branco</i>	
<i>Paula Liandra Bütner</i>	
<i>Renata Maciel</i>	

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NOS CURSOS SUPERIORES DA FEMA: EXPERIÊNCIAS ATIVAS NO CURSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	608
<i>Lauri Aloisio Heckler</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
RELAÇÃO DA TEORIA E DA PRÁTICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	633
<i>Carolina Welter Attuati</i>	
<i>Débora Cristine Fritzen</i>	
<i>Luana Raquel da Silva</i>	
<i>Natália Roberta Bulow Schacht</i>	
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	650
<i>Gabriele Tatiane Schulz</i>	
<i>Luíza Antunes Bettio</i>	
<i>Paulo Henrique da Silva Lirio</i>	
<i>Valéria Bavaresco</i>	
<i>Vanessa Jaíne Magedanz</i>	
<i>Renata Maciel</i>	
A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CONTEXTOS DE APRENDIZAGENS DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS- FEMA: DA PROFESSORALIDADE À SIGNIFICAÇÃO DO APRENDER DISCENTE.....	661
<i>Juliane Colpo</i>	
<i>Blasius Silvano Debald</i>	
TURISMO RURAL ARQUITETÔNICO E DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPECTIVAS.....	675
<i>Rafael Rodrigo Wolfart Treib</i>	
<i>Edemar Rotta</i>	
UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA THE HANDMAID'S TALE E A SUA RELAÇÃO COM O DIREITO.....	690
<i>Nauara Raíza Dinarte</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE: MANICÔMIOS JURIDICOS E A MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO, A LUZ DO CASO CHAMPINHA.....	708
<i>Isadora Moraes Vione</i>	
<i>Renata Maciel</i>	
<i>Roberto Laux Junior</i>	

**CONECTARH DA TEORIA À PRÁTICA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR
NO ENSINO SUPERIOR DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE
ASSIS/FEMA.....726**

Nedisson Luis Gessi

Juliane Colpo

EL CONSUMIDOR A LA LUZ DE LA NORMATIVA VIGENTE.....741

María Florencia Baldi

Yamila Mariel Gamez Rodriguez

Ivanna Gisela Lunvist

Yesica Mariana Sedoff

**HERRAMIENTAS DE GESTIÓN LOCAL DE AGUAS SUPERFICIALES EN LA
CUENCA DEL ARROYO MBÓI CAÉ.....750**

María Rosa Servín Nasich

Miguel Ángel Servín Santa Cruz

Viviana Marilyn Pacheco Figueredo

Edith Jacqueline Velázquez Haurón

**PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE EM FAMÍLIAS RESIDENTES
NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL.....765**

Gabriele Schek

Andressa karine Schons

Daniele kochhann

Daiane Gomes

Larissa Rigon

**EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA
INTERNET - REVENGE PORN: UMA NOVA MODALIDADE DE VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER.....775**

Milena Alberti

Bianca Tams Diehl

**RESUMOS EXPANDIDOS APROVADOS PARA OS ANAIS DO EVENTO
DISPONÍVEIS EM ARQUIVO INTITULADO XVIII JORNADA E MOSTRA DE
TRABALHOS JURÍDICOS & SOCIAIS.**

APRESENTAÇÃO

A IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, realizada nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2019, consolida-se na articulação permanente entre docentes e discentes da Instituição. O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para apresentação de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, em âmbito internacional.

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por objetivo precípuo, no evento, divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes desta Instituição de Ensino Superior, bem como de outras participantes externas, constituindo um importante espaço de divulgação dos resultados de produções técnico-científicas que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao enfatizar a diversidade de temáticas, interdisciplinar e transdisciplinarmente, destaca-se na comunidade educacional e pública. Assim, considera-se que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática, é alcançado com êxito. Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas, das Ciências Humanas e da Saúde das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, dezessete salas temáticas são empreendidas, comportando as apresentações e os debates mediados pelo corpo docente da comunidade acadêmica participante, de diferentes áreas do saber.

A IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMA também encerra, com suas apresentações científicas, a XXI Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis; da XVIII Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito; bem como da XIII Mostra de Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da Tecnologia da Informação.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**. Deseja-se, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Mariel da Silva Haubert
Prof.^a Me. das Faculdades Integradas Machado de Assis
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMA



IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

11, 12 e 13
de Novembro/2019

19h30
Unidades I e III

Submissão de Trabalhos:
Até 30 de Outubro

Inscrições
Até 09 de Novembro

Programação dos Eventos Integrados
12, 13 e 14 de Novembro

Programação da IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa:
13 de Novembro.

Eventos Integrados

- XXI Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis;
- XVIII Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito.
- XIII Mostra de Trabalhos Científicos e Tecnológicos de Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos.

 **ADMINISTRAÇÃO**

 **Ciências Contábeis**

 **DIREITO**

 **Gestão de RECURSOS HUMANOS**

 **Gestão de TI**

O que você vive aqui fica para sempre!

 **Fema**
Fundação Educacional Machado de Assis

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação tem o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e de Debate inseridos na IX Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento:

XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 - SALA 26 – FEMA - UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^a Me. ANA PAULA CACENOTE Prof.^a Me. RAQUEL L. S. CALLEGARO Prof.^o Me. MARCOS C. SALOMÃO</p> <p>Assessores Acadêmicos: Victor M. K. Soares / Nauara Raíza Dinarte Maria Grazielle Schlegel Rodrigues / Bruna Giordani</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	MEDIAÇÃO ESCOLAR: O CAMINHO PARA A CULTURA DA PAZ	JULIA GABRIELE FESTER ANA PAULA CACENOTE BIANCA TAMS DIEHL
20h05min	A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTA DA MEDIAÇÃO PARA O TRATAMENTO DE CONFLITOS	NADINE LANGNER DOS SANTOS CHARLISE PAULA COLET GIMENEZ
20h25min	A MEDIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO	LUCAS GABRIEL DOS REIS DANIELE SPECHT LEMOS DA SILVA AMANDA JUNGES STEIN ROBERTA KUHN COLLI RENÊ CARLOS SCHUBERT JUNIOR
20h45min	INTERVALO	
21h	TURISMO RURAL ARQUITETÔNICO E DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPECTIVAS	EDEMAR ROTTA RAFAEL RODRIGO WOLFART TREIB
21h20min	UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA THE HANDMAID'S TALE E A SUA RELAÇÃO COM O DIREITO	NAUARA RAÍZA DINARTE MARIEL DA SILVA HAUBERT
21h40min	O GRANDE INQUISIDOR COMO METÁFORA DO ESTADO E DA LIBERDADE	VICTOR MATHEUS KMIECZIK SOARES MARIEL DA SILVA HAUBERT

XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 18 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^o Esp. ROBERTO LAUX JR. Prof.^o Me. ROBERTO POZZEBON</p> <p>Assessores Acadêmicos: Poliana Dickmann / Júlia Vier Juliane Baumgartner / Simone Henz</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	(IN)JUSTIFICATIVAS DA SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	DAIANE SPECHT LEMOS DA SILVA OSMAR VERONESE
20h05min	A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: VIESES JURÍDICOS E SOCIAIS	PIETRO VON BOROWSKI BIANCA TAMS DIEHL
20h25min	DEVIDO PROCESSO LEGAL E POPULISMO: O CASO WITZEL.	VICTOR MATHEUS KMIETZIK SOARES RENÉ CARLOS SCHUBERT JUNIOR
20h45min	INTERVALO	
21h	INFÂNCIA DAS RUAS ATÉ CYBER-INFÂNCIA	ELENIR STEIN MARINA ZUCATTO
21h20min	UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE: MANICÔMIOS JURIDICOS E A MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO, A LUZ DO CASO CHAMPINHA	ISADORA MORAES VIONE RENATA MACIEL ROBERTO LAUX JUNIOR
21h40min	ESTUPRO: UM DIÁLOGO PARA ALÉM DA CULTURA DO SENSO COMUM	JÚLIA VIER RAMOS MARIEL DA SILVA HAUBERT
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 25 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^a Me. JULIANE COLPO Prof.^o Esp. ADELINO PEDRO WISNIEWSKI Prof.^o Esp. ROGÉRIO DOS SANTOS FERREIRA</p> <p>Assessores Acadêmicos: Bianca Oliveira / Guilherme Saling André Wagner / Aline Radecke</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES

19h45min	CONECTARH DA TEORIA À PRÁTICA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO SUPERIOR DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS/FEMA	JULIANE COLPO NEDISSON GESSI
20h05min	A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CONTEXTOS DE APRENDIZAGENS DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS-FEMA: DA PROFESSORALIDADE À SIGNIFICAÇÃO DO APRENDER DISCENTE	JULIANE COLPO BLASIVUS SILVANO DEBALD
20h25min	A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	VANESSA MARIN LUCIANA STUMPF RISTOF LARISSA DALCIN
20h45min	INTERVALO	
21h	OS DESAFIOS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR E SEUS REFLEXOS NAS APRENDIZAGENS DISCENTES	ALESSANDRA DUNCKE JULIANE COLPO
21h20min	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NOS CURSOS SUPERIORES DA FEMA: EXPERIÊNCIAS ATIVAS NO CURSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	LAURI ALOISIO HECKLER JULIANE COLPO
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 27 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.º Me. JONAS BORDIN Prof.º Esp. LUIGI ANTONIO FARIAS LAZARETTI</p> <p>Assessores Acadêmicos: Gildo Ávila / Gilberto Recalcati Bianca Wilkomm / Bruna Schwann</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	RELAÇÃO DA TEORIA E DA PRÁTICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	LUANA RAQUEL DA SILVA NATÁLIA ROBERTA BULOW SCHACHT DÉBORA CRISTINE FRITZEN CAROLINA ATTUATI
20h25min	A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO LEGO® SERIOUS PLAY® NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.	NEDISSON LUIS GESSI ELRITA NEUMANN JULIANE COLPO RODRIGO PETER SCHILLING TABITHA PIEROZZI CAVALCANTI PESSÔA
20h45min	INTERVALO	
21h	MARKETING E TECNOLOGIA: ALIADOS PARA ALAVANCAR O DARK TOURISM	JONAS BORDIM RAFAEL DA SILVA LOPES ÂNTONI NERONE DE AGUIAR SARTORI CASSIANO FERNANDO BORDIM LAURI ALOÍSIO HECKLER

21h20min	MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES UNIDOS PELA NATUREZA	FABIANO KAPELINSKI EDUARDO ALEX KARNIKOWSKI GRACIELE MACHADO EBERHARDT PAOLA VOGT CAROLINA BACK OLEGÁRIO
21h40min	A METODOLOGIA LEGO SERIOUS PLAY COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORAR OS RESULTADOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO	NEDISSON LUIS GESSI FÁTIMA REGINA BERGONSI DEBALD
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 31 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^ª Dra. GABRIELE SCHEK Prof.^º Me. EDENÍLSON RODRIGUES</p> <p>Assessores Acadêmicos: Daniele Kochhann / Larissa Rigon Paula Bütner / Daiana Gomes</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM RESSALVAS AO DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	PAULA LIANDRA BÜTNER HENRIQUE BRANCO RENATA MACIEL
20h05min	A TEORIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NO ENSINO DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DA LITERATURA	PAULO MIX EDENÍLSON RODRIGUES GABRIELE SCHEK
20h25min	APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: A CORRELAÇÃO ENTRE A TEÓRIA E PRÁTICA DA ENFERMAGEM	PAULO MIX LAURI SÉRGIO EBERHARDT GABRIELE SCHEK
20h45min	INTERVALO	
21h	PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE EM FAMÍLIAS RESIDENTES NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	ANDRESSA KARINE SCHONS DANIELE KOCHHANN DAIANE GOMES LARISSA RIGON GABRIELE SCHEK
21h20min	SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO COM IDOSOS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS	ANDRESSA KARINE SCHONS FLÁVIA MICHELLE PEREIRA ALBUQUERQUE ANDRESSA FÁTIMA MAY

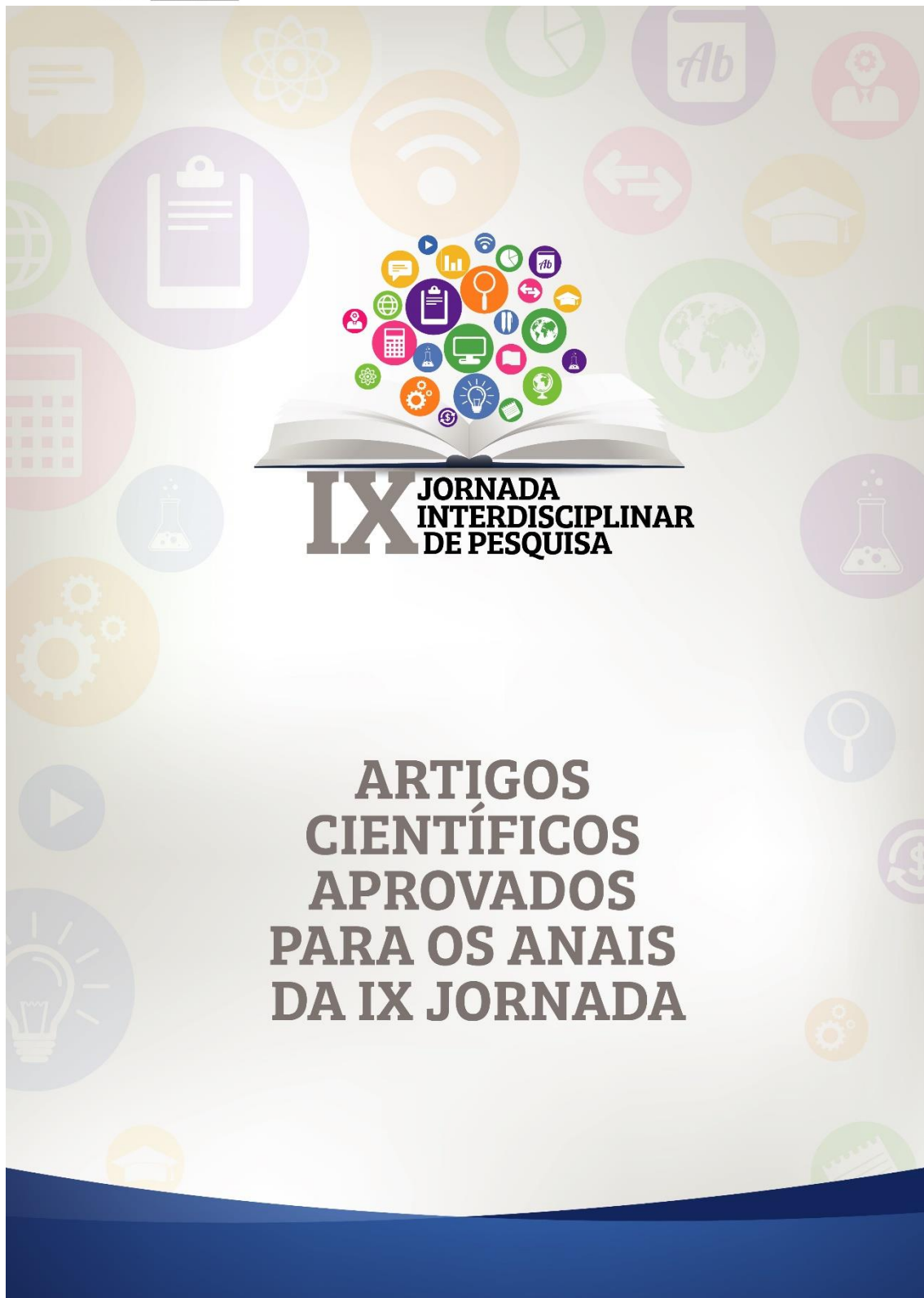
21h40min	ALTERAÇÕES EPIGENÉTICAS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	ALANA VELEDA HILLEBRAND IVY REICHERT VITAL DA SILVA GRESSLER
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 21 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^a Dra. SINARA CAMERA TENENTE CORONEL MÁRCIO SALDANHA WALKER – Comandante do 19º RCMEC Prof.^a Me. RENATA MACIEL</p> <p>Assessores Acadêmicos: Guilherme Diniz / Greici Zimmermann Helena Goettens / Mirian Muller de Quadros</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A PROTEÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE VIVEM EM CAMPOS DE REFUGIADOS E AS RESPOSTAS DISPONIBILIZADAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL	GUILHERME HENRIQUE TAVARES DINIZ SINARA CAMERA
20h05min	GUERRA: POLÍTICAS EXTERNAS E O CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH	AFFONSO HENRIQUE SOARES PAZDZIORA RITA ANDRES YASSER FLIEGNER BADWAN LAIRTON OLIVEIRA
20h25min	EL CONSUMIDOR A LA LUZ DE LA NORMATIVA VIGENTE	MARÍA FLORENCIA BALDI YAMILA MARIEL GOMES RODRIGUEZ IVANNA GISELA LUNVIST YESICA MARIANA SEDOFF
20h45min	INTERVALO	
21h	HERRAMIENTAS DE GESTIÓN LOCAL DE AGUAS SUPERFICIALES EM LA CUENCA DEL ARROYO MBÓI CAÉ	MARÍA ROSA SERVÍN NASICH MIGUEL ÁNGEL SERVÍN SANTA CRUZ VIVIANA MARILYN PACHECO FIGUEREDO EDITH JACQUELINE VELÓZQUEZ HAURÓN
21h20min	A PERPETUAÇÃO DE MODELOS FAMILIARES NUMA PERSPECTIVA DO HABITUS DE BOURDIEU	LARA NARJANA JOHANN
21h40min	EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA INTERNET - “REVENGE PORN”: UMA NOVA MODALIDADE DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	MILENA ALBERTI BIANCA TAMS DIEHL
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 36 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^o Me. RENÊ CARLOS SCHUBERT JUNIOR Prof.^o Me. ADRIANO NEDEL DOS SANTOS Prof.^o Me. NIKI FRANTZ</p>		

Assessores Acadêmicos: Valéria Bavaresco / Vanessa Magedanz
Bianca Krewer / Jéssica Buchele

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A TEORIA DA INDENIZAÇÃO PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	MARINA MARX FILIPIN EVELINE MARX FILIPIN FERNANDA PAWLOWSKI LALESKA BAMBERG ADRIANA MARX FILIPIN
20h05min	O (DES)CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS: O AMIANTO E O ALERTA VERMELHO!	ADRIANO NEDEL DOS SANTOS
20h25min	CIVIL LAW E COMMON LAW: APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS JURÍDICOS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	LUCIANO DA ROSA BINKOWSKI BARBARA BRENDA KREWER ANDERSON REICHERT JÉSSICA ZAMBELI BUCHELE MICKAEL AUGUSTO FRANK PUHL
20h45min	INTERVALO	
21h	A HIPERCONECTIVIDADE E O CAOS DA MODERNIDADE	GABRIEL HENRIQUE HARTMANN
21h20min	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL	VANESSA JAÍNE MAGEDANZ VALÉRIA BAVARESCO LUIZA ANTUNES GABRIELE SCHULZ PAULO HENRIQUE DA SILVA LIRIO RENATA MACIEL
21h40min	A RESERVA DA LEGÍTIMA: POSSIBILIDADE DE REVISÃO A PARTIR DE UM VIÉS CONSTITUCIONAL	JULIANA MARQUES SCHUBERT DÉBORA TAIS HEIN MARCOS COSTA SALOMÃO
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 32 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.º Me. MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES Prof.º Esp. JUCELINO F. GONÇALVES Prof.º Esp. DIEGO LEONARDO WIETHOLER</p> <p>Assessores Acadêmicos: Bruno Pretzel / André Kramer Júlia Simon / Helena Melgarejo</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INOVAÇÃO	DANIELI RHODEN MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES

20h05min	ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA PARA O CRESCIMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE DESPACHO E ASSESSORIA ADUANEIRA	JANICE WALTER DANIELE BRITO DA CONCEIÇÃO KELI WOHLBERG MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES
20h25min	ESTRATÉGIA EMPRESARIAL COMO FONTE PARA A VANTAGEM COMPETITIVA	JANICE WALTER MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES ANA GABRIELA SCHMIDT DANIELA PERINI KRENTKOWSKI
20h45min	INTERVALO	
21h	GESTÃO DE CRÉDITO EM UM SUPERMERCADO	IARA INES HENDGES BAMBERG MARCOS ROGÉRIO RODRIGUES
21h20min	MAPEAMENTO DO PROCESSO LOGÍSTICO DE ARMAZENAGEM DE UMA EMPRESA NO SETOR GRÁFICO	CASSIONÉIA VANESSA DE LIMA FARIAS SHAIONE KATIÚSCIA ZAMO LAURI ALÓSIUS HECKLER JONAS BORDIM
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XVII MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XVII JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA IX JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 13.11.19 – SALA 37 – FEMA – UNIDADE III		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Prof.^o Me. DÉLCIO RÉGIS HAUBERT Prof.^o Dr. MÁRIO PUHL Prof.^o Me. BETYNA FACCIN PREISCHARDT</p> <p>Assessores Acadêmicos: Charles Lino / Janaína Weber Johann Yuri Lussani / Andressa Da Ronch</p>		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	ANÁLISE DE MATERIAIS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENSORES PIEZORESISTIVOS E AS MODELAGENS ENVOLVIDAS	CRISTIANE SONEGO ROLIM LUIZ ANTÔNIO RASIA
20h05min	ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE VALORES OUTLIERS NA ACURÁCIA DO MODELO HÍBRIDO DE ZHANG PARA A MODELAGEM MATEMÁTICA DO TEMPO DE VIDA DE BATERIAS	CAROLINA BRUSKI GONÇALVES AIRAM TERESA ZAGO ROMCY SAUSEN PAULO SÉRGIO SAUSEN
20h25min	EDUCAÇÃO E ENSINO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DESIGN DE INTERIORES	RAISSA CASTRO SCHORN
20h45min	INTERVALO	
21h	MODELAGEM MATEMÁTICA DO NÚMERO DE CICLOS DE VIDA DE BATERIAS LÍTIO-ÍON POLÍMERO	ANDRESSA LESEUX AIRAM TERESA ZAGO ROMCY SAUSEN PAULO SÉRGIO SAUSEN
21h20min	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: O DOCENTE COMO FOMENTADOR PARA FORMAÇÃO TÉCNICA	MÁRCIA REGINA SCHULZ MAGDA CRISTINA SCHULZ





(IN)JUSTIFICATIVAS DA SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Daiane Specht Lemos da Silva¹
Osmar Veronese²

RESUMO

O presente estudo apresenta como temática a meritocracia, a desigualdade social e a superlotação nos estabelecimentos prisionais. Delimitar-se-á em verificar se a meritocracia e a naturalização das desigualdades sociais são (in)justificativas para o crescente aumento de encarcerados nos estabelecimentos prisionais, especialmente no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da temática proposta, tentou-se responder ao seguinte questionamento: em que medida a naturalização das desigualdades sociais e a meritocracia (in)justificam a superlotação dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul? Objetiva com a pesquisa analisar se o crescente aumento da população carcerária, sendo os encarcerados predominantemente indivíduos com condições econômicas precárias em situação de vulnerabilidade social latente, pode ser (in)justificado, tão somente, pelo discurso meritocrata e pela naturalização das desigualdades sociais. Evidente que as condições desiguais na sociedade se tornaram habituais e, de certo modo, internalizou-se a concepção como natural da riqueza nas mãos de poucos, isso decorrente das violências simbólicas impostas e sofridas por parte da sociedade. A metodologia emprega o método hipotético dedutivo, com análise de dados por meio de documentação direta a coleta de dados se deu por meio qualitativo. Primeiramente será analisada a naturalização das desigualdades sociais, sob o

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Regional Integrada do Alto-Uruguai e das Missões, Santo Ângelo/RS. Bolsista integral PROSUC-CAPEs. Pós-graduanda em Direito Penal Processual Penal, Faculdades Integradas Machado de Assis. Bacharela em Direito da Faculdades Integradas Machado de Assis. Integrante Grupo de Pesquisa (CNPQ) "Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Endereço eletrônico: daianespecht@hotmail.com.

² Doutor em Modernización de las Instituciones y Nuevas Perspectivas em Derechos Fundamentales, pela Universidad de Valladolid/Espanha (2011), com diploma revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), Mestre em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), graduado em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (1991) e em Tecnologia Agrônômica, Modalidade Cooperativismo, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1986). Professor de Direito Constitucional na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI (1999), integrando o Programa de Mestrado e Doutorado em Direito. Professor de Direito Constitucional na Faculdade CNEC Santo Ângelo (1998). Procurador da República, Ministério Público Federal (1997). Autor dos livros Constituição: reformar para que(m)? e Inviolabilidade parlamentar: do senador ao vereador, publicados pela Editora Livraria do Advogado; e Constituição: um olhar sobre minorias vinculadas à seguridade social (em coautoria com Jane Berwanger) e Indígenas no Brasil: (In)Visibilidade Social e Jurídica (em coautoria com Ederson Nadir Pires Dornelles e Fabiano Prado de Brum), publicados pela Editora Juruá. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Multiculturalismo. Endereço eletrônico: osmarveronese@gmail.com

aspecto das violências simbólicas, bem como sobre o discurso meritocrático como exclusiva explicação as penas privativas de liberdade. No segundo momento, será analisado se a superlotação nos estabelecimentos prisionais é (in)justificada pela desigualdade social e mérito. O estudo demonstra ser relevante, uma vez que há evidente crescimento da violência e insegurança que, por conseguinte, opera na superlotação dos estabelecimentos prisionais. Assim, examina-se se as justificativas mais corriqueiras para o cenário caótico que se encontram os estabelecimentos prisionais possuem algum fundo de veracidade ou trata-se de uma tentativa de escusar-se do fato da sociedade e do Estado permitir a situação desumana imposta aos segregados de liberdade.

Palavras-chave: Desigualdade Social – Violência Simbólica – Meritocracia – Estabelecimento Prisional – Superlotação.

INTRODUÇÃO

Em razão do crescente aumento da criminalidade e insegurança que se instaura contemporaneamente, a sociedade clama por segurança e justiça, e assim, como sendo uma forma célere de resolução de conflito, acaba por ocasionar a superlotação nos estabelecimentos prisionais, pois, utopicamente, ao retirar os transgressores do convívio social alcançar-se-ia a segurança. Predominantemente, os componentes das casas prisionais são indivíduos em situação de vulnerabilidade social latente, que quando em liberdade têm negado os direitos fundamentais para uma vida minimamente digna, ou seja, a composição dos presídios se dá pelos indivíduos invisíveis na sociedade.

O estudo tem como tema a meritocracia, a desigualdade social e a superlotação nos estabelecimentos prisionais. A delimitação temática baseia-se no discurso meritocrático e na naturalização das desigualdades sociais como (in)justificativas para o crescente aumento da população carcerária, no contexto rio-grandense. Em razão da temática proposta, o desenvolvimento da pesquisa se dará em torno da seguinte problemática: em que medida a naturalização das desigualdades sociais e a meritocracia (in)justificam a superlotação dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul?

Quanto a metodologia emprega-se o método hipotético dedutivo, com análise de dados por meio de documentação direta e a coleta de dados por meio qualitativo. Nesta circunstância, objetiva com a pesquisa analisar se o crescente aumento da população carcerária, pode ser (in)justificado, tão somente, pelo

discurso meritocrata e pela naturalização das desigualdades sociais. Evidente que as condições desiguais na sociedade se tornaram habituais, sendo que se internalizou a concepção como natural de privilégios a alguns. A naturalização das desigualdades foi possível pela prevalência das violências simbólicas impostas e sofridas pela sociedade.

Ademais, em decorrência do exacerbado número de reincidentes criminais, verifica-se que a pena privativa de liberdade, tão somente, não auxilia para a diminuição da insegurança e suplantação da criminalidade. Os estabelecimentos prisionais, pelas condições precárias e desumanas oferecidas, não contribuem para a ressocialização do apenado. Assim, importante o estudo a fim de analisar se as justificativas mais corriqueiras para o cenário caótico que se encontram os estabelecimentos prisionais, qual seja a meritocracia e a naturalização da desigualdade social, possuem algum fundo de veracidade ou trata-se de uma tentativa do Estado e da sociedade em escusar-se de eventual responsabilização por permitir a situação desumana imposta aos segregados de liberdade.

1 A MERITOCRACIA (IN)JUSTIFICA A DESIGUALDADE SOCIAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA “ESCOLHA” PELA DELINQUÊNCIA

A desigualdade social tornou-se tão habitual nos últimos anos que se naturalizou na sociedade, e, mesmo sendo uma problemática iminente que necessita ser enfrentada, corriqueiramente, é deixada em segundo plano. A violência que assola a sociedade, pelo senso comum, é explicada pelas “escolhas” individuais, sem levar em consideração os demais fatores externos que contribuem para a prática de delitos; entretanto, notório que há contribuições de outros fatores, como as desigualdades sociais que impulsionam o indivíduo para a criminalidade.

O discurso do mérito é, muitas vezes, sublinhado como único caminho de combate à desigualdade social. Dessa forma, quando o indivíduo opta pela criminalidade, quando perde a liberdade, costuma-se julgar unicamente sua escolha pela ilicitude, sem analisar os precedentes, as dificuldades e fatores

diversos que o impulsionaram para a prática delitiva. Tal cenário representa a reprodução da naturalização de dominadores e dominados sociais.

A dominação habitual, que reflete na insegurança, não produz questionamentos, uma vez que a sociedade reconhece como justas tais violações. A aceitação de dominadores e dominados corresponde a um poder simbólico invisível, mas ignorado que “[...] só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BORDIEU, 1989. p. 08). Funcionam, assim, como produções e reproduções simbólicas que costumam estar relacionadas aos grupos dominantes (BORDIEU, 1989).

Pelo imaginário brasileiro, que, ao tentar omitir as violações de direitos, descreve as desigualdades como sendo uma forma de preservar o caráter conservador da sociedade, as “[...] situações fáticas de dominação injusta quanto a ilusão da “meritocracia”, ou seja, a “ideologia espontânea” do mundo moderno” (SOUZA, 2009, p. 48). Assim, quando o indivíduo que nasceu em meio a desigualdade conquistar um “lugar” na sociedade, será em razão do mérito, mas nota-se que oportunidades não são ofertadas a todos.

Desse modo, a desigualdade tem assumido uma forma individual de justificação legítima, construída para negar a forma real e efetiva da produção da desigualdade, e, pelo argumento da meritocracia, defende-se que a desigualdade é justa e legítima, pois é determinada e explicada pelo mérito diferencial dos indivíduos (SOUZA, 2009). Pelos poderes simbólicos se assegura a dominação entre classes como reflexivas que, por conseguinte, naturaliza a desigualdade social, não sendo injusto a riqueza estar presente nas mãos de poucos (BORDIEU, 1989). Assim, a legitimação da desigualdade é

[...] fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que “cai do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “culturas de classe” distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. (SOUZA, 2009. p. 22-23).

Essa dominação intrínseca na sociedade, de poderes estruturantes e estruturados, que reflete na naturalização da desigualdade e no discurso meritocrático, pode ser explicada pelos conceitos de *habitus* e de *campo*. Nesta perspectiva, o *habitus* não é um mecanismo autossuficiente, pois necessita, para acontecer, de um conjunto de esquemas produzidos no *campo*. O *campo* é o estimulador do *habitus*, sendo que, para a sua construção, se faz necessário a conjuntura de instâncias produtoras de valores culturais e de referências identitárias (WACQUANT, 2007). Pode-se afirmar que a sociedade é o reflexo dos interesses individuais e coletivos, sendo que as classes sociais em condições desiguais são exploradas

[...] pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo do preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis. (SOUZA, 2009. p. 24).

Os dominados tendem a ignorar e/ou reconhecer a violência que lhes é imputada, pois tais ações possuem uma força descomunal, uma vez que, o “[...] pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele apresenta com as aparências de evidência que passa despercebida porque é perfeitamente natural.” (BOURDIEU, 1989. p. 49). Como justificativa da desigualdade social, fala-se em privilégio do talento inato das classes alta e média, bem como “[...] em privilégio negativo de toda uma classe social que se produz e se reproduz como classe de indivíduos com um “estigma inato”. Essas são as pessoas que estão sempre a um passo – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono (SOUZA, 2009. p. 25). Então, aos que não nasceram com tal privilégio natural, são subjugados a mercê da sorte.

Com isso, “[...] o “privilégio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdades e liberdade dos indivíduos” (SOUZA, 2009. p. 43). Transmitida a naturalização da desigualdade pelos “[...] pais, ou figuras que os substituem, transmitem aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, é toda uma visão de mundo e de “ser gente” que é peculiar à classe a que pertencem.” (SOUZA, 2009. p. 45).

Naturalizada a situação de desigualdade social, transmite-se por gerações o cenário de dominação, “[...] assim como não “refletimos” sobre o ato de respirar, mas apenas “respiramos”, também não refletimos sobre toda a concepção de mundo moral e emocional que essas instituições nos obrigam a seguir.” (SOUZA, 2009. p. 109). Para tanto, para ser possível essa reflexão sobre o ambiente e a consequente ruptura da violência simbólica sofrida, além de se ter consciência do contexto atual e o desejo de mudar, faz-se necessário ultrapassar o senso comum, vulgar, na tentativa de romper os instrumentos mitológicos de dominação existentes na sociedade (BOURDIEU, 1989).

As classes sociais mais vulneráveis, que vivem em situações precárias e desumanas, à margem dos direitos, reproduzem habitualmente a exclusão social e os indivíduos abandonados são duplamente invisíveis. A invisibilidade primeiramente expressa na construção das distintas capacidades de classe realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atentam para o resultado, apresentado como sendo milagres do mérito individual, e deixam as precondições sociais e familiares como “milagre” cuidadosamente fora do debate público (SOUZA, 2009).

O que existem são interesses que tendem a se reproduzir indefinidamente, a permitir o acesso permanente de alguns privilegiados a bens escassos, sempre que não ocorram processos de aprendizado e de tomadas de consciência que possam limitar seus malefícios a indivíduos e coletividades inteiras (SOUZA, 2009. p. 50). Faz-se necessário que haja uma ruptura das imposições que os poderes simbólicos exercem sobre os corpos. Ao romper o *habitus* rotineiro de um conhecimento, comportamento ou ação, naturalizados, provocar-se-á uma inquietação aos dominadores que perderão a administração do corpo e das estruturas já previsíveis da interação social (GIDDENS, 2003).

Todo o processo de dominação social e de legitimação da desigualdade, ou seja, o núcleo mesmo de qualquer teoria crítica da sociedade não pode ser discutido visto que não é sequer percebido como uma dúvida ou como uma pergunta fundamental (SOUZA, 2009). Não compreender essa dimensão fundamental é continuar pensando que todas as pessoas são produzidas com as mesmas capacidades e chances de competição social.

Diante disso, os indivíduos que emergem a práticas delituosas, que, por conseguinte, acabam sendo introduzidos nos estabelecimentos prisionais, são julgados pelos seus atos, sem analisar os demais fatores que os impulsionaram a criminalidade. Habitualmente, o discurso meritocrático expressa ser a justificativa para a desigualdade social, mas não se costuma levar em consideração a existência de outros fatores que levam os indivíduos a escolhas ilícitas por ser um caminho mais célere para obtenção de reconhecimento. Assim, de certa forma a meritocracia justifica a desigualdade social, mas não se pode generalizar que a criminalidade é questão única de escolha, pois como pode se observar não é ofertado a todos os indivíduos as mesmas oportunidades, e a ausência de recursos e direitos consequentemente se torna uma via pavimentada para a criminalidade.

2 A SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Incontestemente a superlotação nos estabelecimentos prisionais, que demonstram serem depósitos humanos dos indivíduos que são excluídos e abandonados pelo restante da sociedade. As condições ofertadas aos presos são precárias, não há estrutura física nem humana para suportar a grande quantidade de indivíduos segregados de liberdade. A privação da liberdade deverás, já demonstrou ser insuficiente e incapaz de “ressocializar” o infrator, haja vista o crescente aumento da violência e criminalidade, bem como exacerbado número de reincidências criminais.

Considerando os discursos disponibilizados, frequentemente, que julgam apenas os atos ilícitos sem analisar os demais fatores que impulsionaram a delinquência, naturalizou-se a desigualdade social, sendo que de tão corriqueira e habitual, não é mais vista como um problema social. Assim, a questão meritocrata passou a ser justificativa para a desigualdade social, sendo que aos que não “optaram” pela criminalidade, por mérito acabaram por conseguir um lugar melhor na sociedade. Contudo, deixa de ser analisado todo o contexto social, pois não se pode afirmar que o mérito explica a criminalidade, tendo em vista que as oportunidades não são ofertadas de modo equivalente a todos.

No Estado do Rio Grande do Sul, segundo informações disponibilizadas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado, verifica-se que o total da população carcerária é de 42.695 (quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco) indivíduos. O índice de retorno ao estabelecimento prisional é de 71,4%, (SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL, 2019), o que demonstra que a pena privativa de liberdade, tão somente, não demonstra ser eficaz para a ressocialização do indivíduo, bem como suplantação da desigualdade social e conseqüente criminalidade.

Verifica-se, também, que predominantemente, o sistema carcerário é composto pelos indivíduos que quando em liberdade não possuíam direitos fundamentais e essenciais para se ter uma vida minimamente digna. Quando esses indivíduos são condenados a privação de liberdade, encontram no estabelecimento prisional, uma extensão das violações de direitos em que já são expostos.

Normalmente, os segregados, além de não terem acesso a uma educação de qualidade e integral, são compostos de famílias desprovidas de amparo econômico e também desestruturadas, costumam naturalizar o falta de direitos. Esse é o drama vivido pela maioria dos excluídos: a busca do reconhecimento como gente, em promoção de estruturação moral, profissional e humana. Portanto, como a meritocracia pela via do trabalho e/ou da educação é um caminho mais difícil, muitos, em busca do reconhecimento, partem para a vida criminosa, por ser um caminho mais atraente aos seus corpos indisciplinados (SOUZA, 2009).

O cenário de desigualdades, exclusões e privilégios arraigados na sociedade impede a ascensão social dos indivíduos, assim como dificulta a ruptura das violências simbólicas existentes que pelas imposições acabam por coagir os indivíduos a permanecerem como estão. Portanto, os considerados delinquentes em nossa sociedade, ou seja, os ladrões, os traficantes, os vagabundos, muitas vezes não tiveram a opção de serem diferentes, pois, “[...] a violência é reflexo da reprodução da desigualdade e da exclusão social.” (SOUZA, 2009. p. 95).

Mas romper este estigma marcante da sociedade por anos, da naturalização da desigualdade, não é uma tarefa fácil, porque se refere a “[...]

um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.” (BOURDIEU, 1989. p. 188). Ademais, como consequência, tais poderes produzem e reproduzem um estigma inato de esquecimento de determinada classe social (SOUZA, 2009). Também, percebe-se que o crescimento populacional do sistema carcerário demasiadamente acelerado se dá em razão da criminalização massiva dos crimes de rua, que normalmente, são cometidos pela classe social esquecida pelo Estado.

A classe excluída ou esquecida é consequência de uma série de oposições de oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social. Esses indivíduos abandonados acabam contribuindo para a dominação da sociedade, pois seus corpos, espontaneamente, submetem-se aos limites impostos, sem ser preciso qualquer justificação racional (SOUZA, 2009). O encarceramento massivo dos indivíduos em situação de vulnerabilidade latente reflete violências simbólicas sobre os indivíduos, pois são imposições naturalizadas que dificultam a mudança/alteração do *status quo*.

A intimidação e dominação simbólicas pertencentes na sociedade, é uma das causas para a criminalidade. Não somente pela conquista ou reconquista da identidade, mas pela “[...] repropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante.” (BOURDIEU, 1989. p. 125). Os oprimidos pela sociedade em razão dos poderes simbólicos precisam ser reconhecidos no sentido de inverter as características estigmatizadas (BOURDIEU, 1989), bem como ao buscar o seu pertencimento no seio social, como sendo uma forma de evitar que o discurso meritocrático justifique o cenário caótico da criminalidade.

Assim, se faz necessário uma transformação social, sendo uma necessidade emergente, pois com a inclusão do excluído/esquecido será estabelecido a igualdade, “[...] a “inclusão do outro” significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos — também e justamente àqueles que são estranhos um ao outro — e querem continuar sendo estranhos.” (HABERMAS, 2002, p. 6). Com o reconhecimento da importância de todo e qualquer indivíduo será possível alterar o sistema e afastar a concepção de “[...] consideramos absurdo arcar com os custos de manter na cadeia gente que mata, assalta e

rouba a paz dos cidadãos.” (VARELLA, 2017. p. 53). E, assim, ver os presos como humanos e não como seres sobrenaturais.

O sentimento de pertença do ser humano é um fator importante para o desenvolvimento. O indivíduo possui a necessidade de ser reconhecido e inserido no sistema social, sendo uma vontade inerente dele. A possibilidade ou não de participar do meio social reproduz o processo de construção da identidade do indivíduo. Segundo a legislação brasileira, o Estado deveria promover meios para inserir todos os indivíduos no convívio social, de modo igualitário por ser um direito universal (TAVARES, 2014). Mas, o que se observa é um sistema opressor e segregador que mais expulsa o outro do que insere.

Os indivíduos e os grupos sociais aos quais eles pertencem são “construídos” de modo muito distinto (SOUZA, 2009). Contemporaneamente, tem-se a necessidade de ser instaurado

[...] uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade. Os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. (SOUZA, 2009. p. 43).

Enquanto a sociedade brasileira pregar um discurso de igualdade perante a lei e efetivamente admitir outras práticas sociais e institucionais desiguais, o ser humano em geral (dentro ou fora do sistema carcerário) não será reconhecido em seu valor verdadeiro. Caracteriza assim uma “[...] sociedade que não homogeneizou o tipo humano considerado digno de respeito e de reconhecimento.” (SOUZA, 2018. p. 222), ou seja, de modo coloquial as pessoas são consideradas simples instrumentos/ferramentas do sistema, e mesmo que se encontram encarcerados por um ato ilegal praticado também são vítimas, mas vítimas de uma sociedade desigual que em vez de instigar a inclusão repele o diferente.

Diante disso, verifica-se que o discurso meritocrático e a naturalização da desigualdade demonstram ser justificativas do senso comum para a superlotação dos estabelecimentos prisionais. Entretanto, não são todos os indivíduos que possuem as mesmas oportunidades e conseguem afastar-se da

criminalidade, há evidente ocorrência de outros fatores e violências simbólicas que necessitam ser enfrentadas e alteradas para ser possível a diminuição da criminalidade e conseqüentemente alteração do cenário atual de superlotação nos estabelecimentos prisionais.

CONCLUSÃO

Considerando a temática abordada, qual seja sobre a meritocracia, a naturalização da desigualdade social e a superlotação nos estabelecimentos prisionais, tentou-se com o estudo responder ao seguinte questionamento: em que medida a naturalização das desigualdades sociais e a meritocracia (in)justificam a superlotação dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul? Objetivou-se com a pesquisa analisar se o crescente aumento da população carcerária, sendo os encarcerados predominantemente indivíduos com condições econômicas precárias em situação de vulnerabilidade social latente, pode ser (in)justificado, tão somente, pelo discurso meritocrata e pela naturalização das desigualdades sociais.

Evidente que as condições desiguais na sociedade se tornaram habituais e, de certo modo, internalizou-se a concepção como natural de que a riqueza deve estar nas mãos de poucos, isso decorrente das violências simbólicas impostas e sofridas pela sociedade. Normalmente, os indivíduos que compõem os estabelecimentos prisionais são os que, quando em liberdade, não possuem os direitos e garantias fundamentais para uma vida minimamente digna, assim, esses indivíduos quando encarcerados vivem uma extensão das violações vividas.

Contudo, não se chegou a uma resposta única ao questionamento proposto. As justificativas mais corriqueiras para o cenário caótico que se encontram os estabelecimentos prisionais, qual seja a naturalização da desigualdade social e a meritocracia, possuem algum fundo de veracidade, mas ao mesmo tempo são justificativas na tentativa de escusar-se do fato da sociedade e do Estado permitir a situação desumana imposta aos segregados de liberdade. As violências simbólicas que contornam a sociedade acabam por impulsionar o crescente aumento da criminalidade, pois naturalizam a situação

de dominação entre as classes, se faz necessário um rompimento das imposições naturalizadas que excluem determinados indivíduos.

A sociedade, para suplantar a desigualdade social que consequentemente impulsionará para a diminuição da criminalidade e suplantação do cenário atual das penitenciárias, deve materializar a igualdade expressa formalmente na lei. Não pode se afirmar que a criminalidade é tão somente uma questão de escolha dos indivíduos, uma vez que outros fatores influenciam e impulsionam para a criminalidade. A naturalização da desigualdade não pode ser aceita, assim, há necessidade de se lutar por igualdade de direitos, e romper com a concepção de excluir o delinquente sem procurar compreender os motivos e sem tentar atender ao reconhecimento e o pertencimento individual, para incluir o indivíduo como forma de melhorar a sociedade. Assim, de certa forma a meritocracia justifica a desigualdade social, mas não se pode generalizar que a criminalidade é questão única de escolha, pois como pode se observar não é ofertado a todos os indivíduos as mesmas oportunidades, e a ausência de recursos e direitos consequentemente se torna uma justificativa para a criminalidade

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Lisboa, Difel: 1989.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Alvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes: 2003.

HABERMAS, Jurgen. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, Jesse. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Colaboradores: Andre Grillo ... [et. al] Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

_____, Jesse. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS: sistema prisional do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 03 nov 2019.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

TAVARES, Rosana Carneiro. **O Sentimento de Pertencimento Social como um Direito Básico e Universal.** Cadernos de Pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas. v.15, n. 106, ano 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o Habitus.** Educação e linguagem. Ano 10. Nº 16. p. 63 – 71, jul-dez 2007.

A RESERVA DA LEGÍTIMA: POSSIBILIDADE DE REVISÃO A PARTIR DE UM VIÉS CONSTITUCIONAL

Débora Tais Hein¹
Juliana Marques Schubert²
Marcos Costa Salomão³

RESUMO

O tema deste trabalho trata da possibilidade de revisão da reversa da legítima a partir de um viés constitucional. O problema de pesquisa questiona em que medida é possível flexibilizar a regra rígida da legítima por meio da aplicação de princípios e valores constitucionais. Nesse sentido, o objetivo geral visa compreender as regras sucessórias aplicáveis ao instituto de legítima, a fim de examinar sua possível apropriação aos valores atuais do Estado Democrático de Direito. A pesquisa foi construída em três partes. A primeira parte trata da sucessão em geral a partir dos desdobramentos do princípio da *saisine*; a segunda versa sobre as espécies de sucessões, de sucessores e a regra da reserva da legítima; e, a terceira aborda uma forma de repensar a rigidez da reserva da legítima no sistema civilista brasileiro por meio de princípios e valores constitucionais. Tem-se que o tema proposto na presente pesquisa é de extrema relevância acadêmica e social, já que oferece uma leitura constitucional ao direito das sucessões. No que tange a metodologia, a pesquisa caracteriza-se como teórica, pois seus dados foram gerados de maneira bibliográfica e documental, como método de pesquisa, tem-se o dedutivo. Assim, percebe-se, a título conclusivo que, enquanto atualmente, a reversa da legítima está enraizada em elementos retrógrados, um novo olhar, voltado aos princípios constitucionais, da liberdade, da afetividade, da dignidade humana, do direito à propriedade, e do direito fundamental da autonomia privada ofereceria um caráter contemporâneo e respeitaria a força orientadora e norteadora do direito constitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Sucessão – Direito Constitucionais – Reversa da Legítima.

¹ Bacharela em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa/RS. E-mail: deborahein9@gmail.com.

² Bacharela em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, bacharela em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa/RS, Pós-Graduada em Família e Sucessões: Direito Material Processual e Questões Controversas, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, em parceria Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Escola Nacional de Advocacia (CFOAB/ENA). E-mail: juliana.marquesschubert@yahoo.com.

³ Doutorando e Mestre em Direito pela URI- Santo Ângelo. Especialista em Direito Notarial e Registral pela Universidade de Passo Fundo-UPF (2001). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS(1995). Registrador Público e Tabelião, concursado, no Estado do Rio Grande do Sul, atuando desde 1997 na Comarca de Três de Maio. Professor do componente curricular de Direito de Família e Direito Notarial e Registral na FEMA (Fundação Educacional Machado de Assis) em Santa Rosa/RS.

INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico brasileiro a transmissão do patrimônio após o evento morte pode-se dar por sucessão legítima ou sucessão testamentária. A primeira opera-se por força da lei ao passo que a segunda atende a vontade do *de cuius*. No entanto, a possibilidade de dispor livremente do patrimônio em testamento não é absoluta, por essa razão o presente trabalho visa abordar a necessidade de revisão dessa restrição, denominada de reserva da legítima.

Para tanto, faz-se necessário iniciar situando as noções gerais do direito sucessório, mais precisamente a partir do princípio da *saisine*. Na sequência, pretende-se abordar as espécies de sucessões, de sucessores, a reserva da legítima e a possibilidade de pensar um novo olhar para essa restrição patrimonial alicerçada nos princípios e valores constitucionais da liberdade, da autonomia privada, do direito de propriedade, da afetividade e da dignidade humana.

Tem-se que o tema proposto é de extrema relevância acadêmica e social pelo alcance constitucional que abrange a possibilidade de revisão da reserva da legítima por meio da aplicação de princípios e valores constitucionais, o mesmo tempo que essa reflexão busca romper padrões rígidos estabelecidos pela legislação civil brasileira e apresentar um olhar mais contemporâneo. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo compreender as regras sucessórias aplicáveis a reversa da legítima, a fim de examinar a possibilidade de sua revisão.

Em uma abordagem acerca das técnicas metodológicas empregadas durante a construção desse estudo, a pesquisa caracteriza-se quanto à sua natureza como teórica e de metodologia dedutiva tem por finalidade trazer a luz de documentos indiretos alguns aspectos explicativos da posição legislativa e doutrinária da reserva da legítima, bem como, da possibilidade de sua readequação via aplicação de princípios e valores constitucionais.

Harmonizando com objetivos específicos apresentados, a pesquisa encontra-se estruturada em três partes. A primeira trata da sucessão em geral a partir dos desdobramentos do princípio da *saisine*. A segunda aborda as espécies de sucessões e de sucessores, aqui compreendida como sucessão legítima e testamentária, herdeiros legítimos, testamentários e necessários e a regra da reserva da legítima. Por fim, a terceira e última parte trabalha com a leitura constitucional por meio de

princípios e valores constitucionais que oferecem subsídios para repensar a rigidez da reversa da legítima e a possibilidade de introduzir um olhar mais contemporâneo.

1 DA SUCESSÃO EM GERAL A PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DO PRINCÍPIO DA SAISINE

Na origem do vocábulo suceder reside à ideia de substituição, premissa essa que incorporada à ciência jurídica significa transmissão de direitos, de obrigações e de bens de uma pessoa para outra(s), o que resulta na permuta da titularidade. Nesse sentido o direito sucessório tem a função de regulamentar a transferência da herança quando se dá o evento morte.

A mola propulsora do direito sucessório é a herança, que é entendida como um conjunto de bens, de direitos e de deveres de natureza patrimonial, que pertenciam ao autor da herança (WALD, 2009). Por agrupar elementos econômicos e relações de parentesco, essa matéria é formada e fundamentada em sua base e desde os seus primórdios pelo direito de família e pelo direito patrimonial. No entendimento de Rizzardo,

Na medida em que se acentuavam e formavam relações entre as pessoas e os bens, foi surgindo a ideia da transmissão hereditária, mas no intuito de preservação da própria família. Neste ponto está o móvel fulcral determinante da transmissão sucessória, apensar das múltiplas teorias a respeito: a proteção aos membros familiares dos parentes do falecido, numa espiral que se inicia, em seu centro, no parente de sangue mais próximo. O sentimento encarnado, senão o instituto de preservar os parentes mais próximos, de dar segurança futura, de garantir a vida material e, também, a própria perenidade, no recôndito das consequências, que se materializam na conquista ou na aquisição de bens valiosos, sabendo que passarão a um grupo de pessoas ligadas por laços sanguíneos. (RIZZARDO, 2007, p. 12).

É imprescindível acentuar que esse ramo do direito civil, mesmo classificando-se como matéria de direito privado, que envolve direito de família e direito patrimonial, tem status de direito fundamental, uma vez que está positivado no rol do art. 5º da Constituição Federal de 1988, no inc. XXX, o qual garante a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à herança (BRASIL, 1988).

O direito das sucessões cuida da transferência do patrimônio angariado pelo *de cuius*¹ durante sua existência que pode-se tornar objeto de divisão entre seus pares, seus familiares, pessoas que conviveram e participaram de uma história, que marcam sua vida ou até mesmo pode beneficiar um instituição de caridade, por exemplo.

A morte é o marco precursor para orientar os tramites da transmissão do patrimônio. A morte real, elencada no art. 6º do Código Civil de 2002, põe fim à existência natural humana, é nesse momento que segundo Carlos Roberto Gonçalves, abre-se a sucessão, na medida em que, não se pode conceber direito subjetivo sem titular, passando a herança automaticamente aos herdeiros legítimos e testamentários do *de cuius*.

Relevante incluir, além da morte real, a morte presumida, também elencada no mesmo dispositivo legal. Nesta situação, pode ocorrer igualmente à abertura da sucessão, desde que a ausência seja presumida pela morte, obedecidas as fases legais, que pode ser com ou sem decretação de ausência² (GONÇALVES, 2009).

À sombra desse raciocínio, é no momento da morte que ocorre a transmissão da herança, máxima essa que caracteriza o princípio estruturante do direito sucessório, denominado como princípio da *saisine*. “O princípio da *saisine* representa uma apreensão possessória autorizada. É uma faculdade de entrar na posse de bens, posse essa atribuída a quem ainda não a tinha.” (VENOSA, 2009, p. 15).

O princípio da *saisine* teve origem segundo Gonçalves na Idade Média, sob a prevalência do sistema feudal, sendo instituído pelo direito costumeiro francês contra um tributo cobrado dos herdeiros do arrendatário para reivindicar a imissão na posse (GONÇALVES, 2009). Para tanto, o mesmo autor destaca que:

¹ Locução latina, que se traduz *aquele* ou *aquela* de cujo ou *de cuja*..., utilizada não somente para indicar que a sucessão está aberta, como para significar a *pessoa falecida*, sendo, assim, equivalente ao *morto*, ao *falecido*, ao *sucedido*. O uso da expressão advém de uma abreviatura feita à frase: *De cuius successione agitur* (aquele de cuja sucessão se trata), que assim passou a designar o falecido, que é aquele de cuja sucessão se trata. Nesta razão, de *cuius* é terminologia tecnicamente própria à sucessão, em consequência a todo e qualquer procedimento judicial em que ela se avenge, tais como inventário e partilhas. (E SILVA, 1982, p.17).

² A sentença de ausência é registrada em livro próprio, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, e o seu procedimento observa regras especiais – que não se confundem com as normas de direito hereditário – visando à transmissibilidade do patrimônio deixado, nos termos dos já lembrados arts. 22 a 39 do atual Código Civil (art. 463 a 483 do CC/1916). (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2016, p. 33).

A máxima *le mort saisit le vif*¹ significa que o herdeiro *ab intestato*, assim como o herdeiro testamentário não tinham necessidade de se dirigir ao senhor feudal ou à Justiça para tomar posse dos bens da sucessão. Eles adquiriam os frutos e as rendas da sucessão desde o momento da morte e a partir do momento dela tinham à proteção possessória mesmo que não tivesse tomado posse das coisas deixadas pelo defunto. (GONÇALVES, 2009, p.20).

Eleito pelo ordenamento civil brasileiro, e positivado no art. 1.784, do Código Civil de 2002, o princípio da *saisine* é uma ficção jurídica, que conforme Maria Helena Diniz, “[...] determina a transmissão do domínio e da posse da herança ao herdeiro [...]”. Por esse ângulo, explica ainda, a mesma autora que “[...] o domínio e a posse são os dois resultados imediatos da transmissão.” (DINIZ, 2014, p. 36).

Nesse sentido, o monte hereditário resta protegido e resguardado pela *saisine*, no lapso temporal que compreende o momento da abertura da sucessão até a abertura do processo de inventário. “[...] o *Droit de Saisine* evita que se possa dar ao acervo hereditário a natureza de *res derelicta* (coisa abandonada) ou de *res nullius* (coisa de ninguém).” (GAGLIANO E PAMPLONA FILHO, 2016, p. 61).

O princípio da *saisine* situa o momento da abertura da sucessão e fixa os efeitos de direito material, inclusive, garante ao herdeiro sobrevivente, mesmo que durante poucos instantes após a morte do autor da herança, o direito à sucessão. Esse fenômeno é chamado pela doutrina de premissão, que é, quando um sujeito vem a óbito instantes depois do outro, isso importa ao direito sucessório, pois, se pertencentes a mesma família aquele que faleceu minutos depois tem resguardado seu direito à herança.

Já, se ocorrer à morte simultânea de duas ou mais pessoas do mesmo grupo familiar na mesma ocasião, mesmo que em lugares diversos não há transmissão da herança, já que o direito sucessório não acolheu a regra da comoriência, descrita no art. 8º do CC/02 “[...] se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”. (BRASIL, 2002). No que tange ao tema:

O principal efeito da presunção de morte simultânea é que, não tendo havido tempo ou oportunidade para a transferência de bens entre os comorientes, um não herda do outro. Tanto o Código anterior como o atual utiliza a expressão “*desde logo*” para designar o momento exato em que o *de cuius* é substituído por seis herdeiros nas relações jurídicas que compõem a herança

¹ [...] O morto prende o vivo. (VENOSA, 2009, p. 15).

que lhes transmite. Não há, pois, transferência de bens e direitos entre comorientes. (GONÇALVES, 2009, p. 19).

Por conseguinte, além do momento da abertura da sucessão, o princípio da *saisine* remete a outra questão essencial, qual seja o estabelecimento da lei que regulará a sucessão. Nos termos do art. 1.787, do CC/02, a lei vigente à época da morte do *de cuius* é que orienta a regulamentação da sucessão (BRASIL, 2002). Tal premissa é também chamada pela doutrina de princípio da temporariedade, que tem amparo constitucional, na medida em que o art. 5º, inc. XXXVI, da CF/88, leciona que “[...] a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.” (BRASIL, 1988).

Indispensável também nessa seara a definição do lugar da abertura da sucessão e do inventário, que segundo o art. 1.785, do CC/02, a sucessão se dará no local do último domicílio do autor da herança (BRASIL, 2002). “No centro do interesse do *de cuius* deve-se processar a apuração de seu patrimônio.” (RIZZARDO, 2007, p. 25).

Já o inventário, consoante art. 48 do Código de Processo Civil de 2015, segue uma ordem cronológica iniciando pelo último domicílio do falecido, caso não possua domicílio certo será competente o foro do local da situação dos bens imóveis deixados, ou ainda, na ausência de bens imóveis, fixar-se-á competência no foro de qualquer bem do espólio (BRASIL, 2015).

Definidas as questões de ordem cronológica e temporal, norteadas pelos princípios estruturantes do direito sucessório, passe-se a análise das espécies de sucessões, de sucessores e da regra da reserva da legítima. Como já sublinhado, com a morte do autor da herança a titularidade da massa patrimonial passa, em consonância ao princípio da *saisine*, aos herdeiros, que conforme será trabalhado no item seguinte, podem ser legítimos, testamentários ou necessários.

2 ESPÉCIE DE SUCESSÕES E A RESERVA DA LEGÍTIMA

Até agora, sabe-se que a morte enseja a abertura da sucessão, que a transmissão se dá de maneira automática e que a herança transmitida é considerada universal, já que é indeterminada e indivisível. A partir disso, é necessário esclarecer as espécies de sucessões e de sucessores, iniciando pelo art. 1.786, do CC/02, que

estabelece que “[...] a sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.” (BRASIL, 2002).

De acordo com Wald, a sucessão pode realizar-se por meio de duas hipóteses, que caracterizam a sua fonte: por declaração de última vontade, a qual é nomeada testamentária; ou, sem determinação prévia de divisão dos bens pelo *de cuius*, proposição que provém de norma legal e que é chamada de sucessão legítima (WALD, 2009). Além disso, as duas espécies podem aparecer conjuntamente, o que passa a ser denominado de sucessão mista.

A sucessão legítima está elencada no art. 1.788, do CC/02, o qual leciona que: “[...] morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo”. (BRASIL, 2002). Ainda, segue uma ordem também disposta no mesmo diploma legal, estabelecida no art. 1.829, chamada de ordem de vocação hereditária:

A sucessão legítima é que decorre da lei. Se o defunto, por exemplo, deixou de fazer testamento, seu patrimônio, por força da lei, irá a seus descendentes; inexistindo descendentes, aos seus ascendentes; não havendo nem descendentes nem ascendentes, ao seu cônjuge; à falta daqueles parentes e de cônjuge, aos colaterais até quarto grau. [...] Nota-se que a transmissão da herança aos sucessores se efetua sem manifestação de última vontade do falecido, mas decorre da lei. [...] Portanto, quando alguém se conforma que seus bens, por sua morte, passem ao patrimônio das pessoas que a lei chama para recolhê-los, escusa de fazer testamento. Daí a afirmação, encontrada em muitos escritores, de que a sucessão legítima é o testamento presumido ao *de cuius*. (RODRIGUES, 2006, p. 16).

Esta forma de sucessão presume a vontade do *de cuius* e historicamente é considerada em nível de Brasil, a mais comum. Sobre a incidência significativa da sucessão legítima, Gonçalves atribui à cultura, aos costumes do povo brasileiro e também a própria redação dos artigos que tratam do tema, pois acredita que o legislador conseguiu beneficiar as pessoas que o autor da herança, em caso de testamento, beneficiaria (GONÇALVES, 2009).

Diferentemente da sucessão legítima, que presume por lei o desejo do autor da herança, a sucessão testamentária, expressa a subjetividade, a vontade do *de cuius*, ao passo que, ao constituir o testamento, sua real vontade em relação da distribuição de seus bens torna-se expressa através desse documento, que pode, a livre escolha do testador, ter forma particular, pública ou cerrada. O beneficiário do testamento é

chamado de herdeiro instituído ou testamentário e pode ter ou não relação de parentesco com o testador.

Pode beneficiar tanto pessoas estranhas como à ordem de vocação hereditária como os próprios herdeiros. O herdeiro testamentário pode ser inclusive pessoa que ainda não nasceu e sequer foi concebida. Também podem ser contempladas pessoas jurídicas já constituídas ou entidades para transformar-se em fundação. (CC. 1.799). (DIAS, 2011, p. 115).

Desse entendimento, abstrai-se as noções de sucessores à proporção que, fala-se em herdeiro legítimo, quando a transmissão da herança se deu por força da sucessão legítima, já, fala-se em herdeiro instituído ou testamentário, quando a matéria é relacionada ao testamento sem a individualização de bens, pois quando há bens individualizados nessa forma de sucessão, está-se diante de um legatário¹.

Retomando à sucessão testamentária é essencial enfatizar que, consoante o art. 1.857, do CC/02, o testamento é um ato pelo qual uma pessoa dispõe da totalidade ou de parte de seus bens para além de sua morte. Além da natureza patrimonial, o parágrafo segundo do mesmo artigo alerta que outras disposições podem ser realizadas via testamento, como por exemplo: o reconhecimento de filho; criação de uma fundação; nomeação de tutor; disposições quando ao funeral, entre outras.

Dentre as características, sublinha-se que o testamento é um ato personalíssimo, não sendo admitida a manifestação de vontade através de representantes legais ou procuradores; é um negócio jurídico unilateral, pois basta a vontade do testador para sua elaboração; é essencialmente revogável², tendo em vista que as relações humanas estão em constante transformação; é gratuito, já que não pode ter como objetivo a obtenção de vantagens; é solene, sob pena de nulidade e por fim é *mortis causa*³, porque sua eficácia somente produzirá efeitos após a morte do testador.

A par do que foi dito, a sucessão testamentária respeita a autonomia privada e a liberdade do testador. Contudo, faz-se necessário a seguinte pergunta: será que no Brasil é possível o testador usando dessa faculdade dispor livremente da totalidade

¹ “Legado é coisa certa e determinada deixada a alguém, denominado legatário, em testamento ou codicilo. Diferente da herança, que é a totalidade ou parte ideal do patrimônio do *de cuius*. Herdeiro nomeado não se confunde, pois, com legatário. (GONÇALVES, 2009, p. 360).

² O reconhecimento de filhos em testamento não pode ser revogável, pois tem natureza irrevogável, nos termos do art. 1.609, inc. III, do CC/02.

³ Art. 426, do CC/02 “Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva”, chamado pela doutrina de *pacta corvina*.

dos bens? A resposta é sim, entretanto, existe uma condição que deve ser respeitada, a existência de herdeiros necessários. Segundo o art. 1.845, do CC/02, os herdeiros necessários são os descendentes, ascendentes e o cônjuge, existindo qualquer um deles [...] o testador só pode dispor livremente da metade, denominada porção disponível [...]. (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Por sua vez, a sucessão, no direito brasileiro, obedece ao sistema da divisão necessária, pelo qual a vontade do autor da herança não pode afastar certos herdeiros – herdeiros necessários -, entre os quais deve ser partilhado, no mínimo, metade da herança, em quotas ideais [...] Herdeiro necessário assim é o parente com direito a uma parcela mínima de 50% do acervo, da qual não pode ser privado por disposição de última vontade, representando a sua existência uma limitação à liberdade de testar. (CAHALI E HIRONAKA, 2003, p. 57).

Assim, a liberdade para testar sofre algumas restrições legais, visto que, a parte disponível deverá ser assegurada pelo testador que possuir herdeiros necessários, caso contrário ele terá liberdade de testar, não sendo-lhe exigido a transmissão ou reserva de quaisquer cotas partes aos herdeiros colaterais do art. 1.850, do CC/02 (GONÇALVES, 2009).

Dessa forma, a possibilidade de dispor dos bens em testamento, não é absoluta, a presença de herdeiros necessários significa uma limitação, um refreamento à autonomia do disponente. Essa reserva é chamada de reserva da legítima, descrita no art. 1.846, do CC/02, “[...] pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.” (DA ROSA, 2019, p. 199).

A reserva da legítima [...] nos países de raiz latina, porém a liberdade de testar é limitada e tem de observar o instituto da legítima, sendo uma figura construída com base em regras jurídicas, éticas, morais, econômicas, considerando sobretudo a necessidade de preservar e defender os interesses da família. (DA ROSA, 2019, p. 199).

O herdeiro necessário, também chamado de reservatário, forçado ou legitimado, assume uma posição privilegiada no direito das sucessões, por força de um dever legal, de uma ordem rígida e fixa que presume a necessidade de assistência aos parentes mais próximos. “O que o legislador pretendeu [...] foi precisamente dar-lhes certo amparo patrimonial, impedindo que o autor da herança dispusesse totalmente do seu patrimônio.” (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2016, p. 38).

Isto posto, após esse breve estudo das espécies de sucessão, de sucessores e da reserva da legítima, parte-se sequencialmente para a próxima parte, que tem por finalidade questionar a rigidez da reserva da legítima e possibilitar uma reflexão da viabilidade de sua flexibilização por meio de uma leitura constitucional.

3 A POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA RESERVA DA LEGÍTIMA A PARTIR DE UM VIÉS CONSTITUCIONAL

Diante do processo de constitucionalização do direito civil, chega-se no momento de abordar a força normativa dos princípios e valores no âmbito do direito das sucessões, a fim de demonstrar sua importância orientadora, norteadora e fundamental, que sustenta a flexibilização da reserva da legítima, uma vez que sua rigidez atende a uma lógica social enraizada em valores antigos, nos quais a família era vista como um fator econômico de produção, onde todos os seus membros trabalhavam em prol do desenvolvimento patrimonial de seu núcleo familiar.

Muitos doutrinadores atribuem como fundamento da legítima a própria proteção estatal da família e o princípio da solidariedade familiar como forma de proteção absoluta. Contudo, em razão da evolução da sociedade e da própria família, com o passar dos anos os valores sofreram modificações, oriundas dos traços do contexto social de cada momento histórico, tanto que, hoje a família passou da dimensão do ter para o ser, portanto baseada no afeto.

Além do princípio da afetividade¹ orientar as relações familiares, a liquidez característica dos vínculos atuais não permite mais pensar de forma fechada a legítima, pois como questiona Delgado:

Em tempos de afetos líquidos, de vínculos fluidos e de instituições familiares rarefeitas pela informalidade e pelo descompromisso, ampliar a liberdade testamentária não incentivaria mais uma solidariedade familiar autêntica, fundada no afeto em direção a uma herança conquistada em substituição a uma transmissão hereditária forçada?. (DELGADO, 2018, s.p).

¹ Esse princípio faz com que o afeto seja a base das famílias, aloca o amor no centro de tudo, porquanto “[...] o amor é um modo de vida, dá sentido à vida sem ter em si nenhum propósito e as coisas são transformadas.” (WARAT, 2004, p. 41).

Outro argumento que se alia a crítica da legítima é a afronta ao direito constitucional de propriedade. O direito de propriedade é composto pelas faculdades de usar, gozar, fruir, dispor e reivindicar, assim a limitação do patrimônio para resguardar a legítima afrontaria a faculdade de dispor livremente da propriedade. “Ora, tal limitação, sem sombra de dúvidas entraria em rota de colisão com a faculdade real de disposição, afigurando-se completamente injustificada.” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2016, p. 39).

Somado as razões expostas acima é nítido perceber que a reserva da legítima fere o direito fundamental da autonomia privada e restringe o livre exercício da liberdade, pois condiciona o testador a resguardar aquilo que angariou durante toda vida a pessoas que, por muitas vezes, até nem fazem mais parte de seu convívio, ou se fazem, podem não merecer esse privilégio. Se o objeto do testamento é a expressão da subjetividade, essa fica totalmente comprometida, não podendo ser exercida de maneira livre e autônoma.

Em nosso entendimento, a legítima importa em restrição à autonomia privada, vetando que alguém possa escolher livremente a disposição de um patrimônio que lhe é seu, sendo injusto presumir laços afetivos puramente baseados em vínculos parentais ou relacionais. (DA ROSA, 2019, p. 2020).

Nessa toada, a legítima merece atualmente um novo olhar, uma flexibilização que possa atender os princípios e fundamentos constitucionais, as novas formas de família e principalmente contemplar os valores contemporâneos, porquanto, no topo do ordenamento jurídico brasileiro, as normas e princípios expressas ou não na Constituição Federal irradiam para todas as demais normas infraconstitucionais, o que representa um importante avanço na utilização dos princípios e valores como base interpretativa, como norma, como dever ser. “O princípio da interpretação conforme a Constituição é uma das mais importantes inovações, ao propagar que a lei deve ser interpretada, sempre, a partir da Lei Maior.” (DIAS, 2017, s.p).

Nesse viés, a reserva da legítima deve ser interpretada à luz da Constituição Federal e, além dos argumentos acima expostos, precisa respeitar o princípio basilar do Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana, descrito no art. 1º, inc. III, da CF/88, considerado o princípio máximo, uma vez que valoriza o sujeito de direito, colocando-o no centro do ordenamento jurídico:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover a sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2001, p. 60).

Nessa leitura, da revisão da reserva da legítima, esse princípio permite a despatrimonialização da parte disponível por meio da repersonalização, permutando o valor patrimonial pelo valor humano, pela subjetividade (GAMA, 2007). Essa carga humana depositada principalmente pelo princípio da dignidade humana fornece bases para rediscutir temas engessados, quebrando paradigmas e no caso da legítima, em conjunto com os demais princípios e valores já elencados, formam campo fértil para introdução dos novos preceitos contemporâneos, alicerçados na Constituição Federal.

A Constituição figura hoje no centro do sistema jurídico, de onde irradia sua força normativa, dotada de supremacia formal e material. Funciona, assim, não apenas como parâmetro de validade para a ordem infraconstitucional, mas também como vetor de interpretação de todas as normas do sistema. (BARROSO, 2019, s.p.).

Por intermédio dos princípios e dos valores constitucionais a revisão da legítima parece imperativa no ordenamento jurídico brasileiro, sua flexibilização e mobilidade prestigiaria a autonomia privada, a afetividade, o direito de propriedade, o direito de liberdade, a dignidade humana e atenderia ao contexto contemporâneo, fazendo emergir uma compreensão voltada aos valores essenciais, destacando a posição do ser humano como sujeito de direito, promovendo, assim, cidadania, na essência dessa palavra.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta claro que a reserva da legítima responde uma lógica social que não condiz com a realidade jurídica atual e os valores de um Estado Democrático de Direito. A partir dessa premissa e levando em consideração a força normativa da Constituição Federal e dos princípios nela positivados é possível lançar um novo olhar, uma nova leitura com o intuito de relativizar essa regra, tão rígida, que

não respeita a autonomia privada, a liberdade, a afetividade, o direito de propriedade e a própria dignidade humana.

Seria possível por meio desse viés constitucional, que o legislador resguardasse a necessidade de salvaguardar a legítima apenas quando os herdeiros fossem crianças e adolescentes, o que obedeceria ao princípio da proteção integral desses vulneráveis ou em caso de incapacidade de algum herdeiro. São questões que a pesquisa abre, traçando um caminho para a continuidade dessa análise, não encerrando-se aqui, ficando aberta para outros tantos elementos que também possam proporcionar novos ares ao direito das sucessões.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 67/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 34. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Código Civil. **Lei nº 10.406/02**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 16 ago. 2017.

CAHALI, Francisco; HIRONAKA, Gisele Maria Fernandes Novares. **Curso Avançado de Direito Civil – direito das sucessões**. Vol. 6. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

DA ROSA, Conrado Paulino; RODRIGUES, Marcos Antonio. **Inventário e Partilha**. Teoria e Prática. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

DELGADO, Mário Luiz. **PROCESSO FAMILIAR** - chegou a hora de visitar a legítima dos descendentes e ascendentes. Revista Consultor Jurídico, 13 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-13/processo-familiar-preciso-revisitar-legitima-descendentes>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias** [livro eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** direito das sucessões. Vol. 6. 28. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2014.

E SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico.** Vol. III D-I. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. **Novo de Direito Civil:** direito das sucessões. Vol. 7. 3. ed. ver. e atual. de acordo com o novo CPC. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro.** direito das sucessões. Vol. VII. 3. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões:** Lei nº 10.406, de 10.01.2002. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil:** Direito das Sucessões. Vol 7. 26. ed. rev. e atual. São Paulo- SP: Saraiva, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** Direito das Sucessões. Vol. 7. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WALD, Arnaldo. **Direito Civil:** direito das sucessões. Vol 6. 14. ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2009.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca:** ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE VALORES *OUTLIERS* NA ACURÁCIA DO MODELO HÍBRIDO DE ZHANG PARA A MODELAGEM MATEMÁTICA DO TEMPO DE VIDA DE BATERIAS

Carolina Bruski Gonçalves¹
Airam Teresa Zago Romcy Sausen²
Paulo Sérgio Sausen³

RESUMO

As baterias são uma consistente ferramenta no que trata de possibilitar a utilização de algum equipamento eletrônico desconectado de uma fonte fixa de energia. Nesse sentido, percebe-se a relevância do estudo do tempo de vida destas baterias. Uma ferramenta utilizada nesse estudo é a modelagem matemática, por meio da qual é possível simular o tempo de vida de baterias considerando características importantes. Na literatura técnica, são encontrados distintos modelos matemáticos de baterias que podem ser classificados de acordo com as suas características. Dentre esses, destacam-se os modelos híbridos, os quais são constituídos por dois ou mais modelos com propriedades diferentes, agregando os benefícios de cada modelo. Nesta pesquisa, é abordado o modelo híbrido proposto por Zhang, o qual é resultante da união entre um modelo elétrico com um modelo analítico. Esta modelagem requer a estimação dos parâmetros relacionados aos modelos individuais, e posterior validação do modelo híbrido. Para tal, são necessários dados reais do tempo de vida de baterias, os quais são obtidos a partir de uma plataforma de testes. Neste conjunto de dados podem haver valores que destoam dos demais, ou seja, valores *outliers*. Com isso, o objetivo deste artigo é verificar se há presença de valores *outliers* nos dados, e se esses valores interferem na acurácia do modelo híbrido de Zhang. As simulações inerentes a esta pesquisa são realizadas no *software* MatLab/Simulink. Como resultados, são encontrados valores *outliers*, e é constatado que os mesmos alteram a acurácia do modelo híbrido.

Palavras-chave: Modelos Matemáticos de Bateria - Modelos Híbridos - Modelo Híbrido de Zhang – *Outlier*.

INTRODUÇÃO

¹ Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Aluna de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. carolinabruski@gmail.com

² Doutora em Engenharia Elétrica. Orientadora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. airam.sausen@unijui.edu.br

³ Doutor em Engenharia Elétrica. Coorientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. paulo.sausen@unijui.edu.br

As baterias são responsáveis pelo funcionamento dos dispositivos móveis utilizados em diversas áreas e aplicações. Com isso, é relevante o estudo do tempo de vida dessas baterias e do comportamento da descarga. Para isso, a modelagem matemática se apresenta como uma importante ferramenta, visto que possibilita a simulação do processo de descarga de baterias, para correntes constantes e variáveis. Alguns modelos matemáticos de baterias podem ser encontrados na literatura, sendo classificados como eletroquímicos, elétricos, analíticos, estocásticos, via identificação de sistemas e híbridos (JONGERDEN & HAVERKORT, 2008).

Dentre essas categorias, os modelos híbridos são identificados como uma classe promissora de modelos, uma vez que sua formação se dá mediante a união de dois ou mais modelos de categorias distintas. Assim, os modelos híbridos dispõem das vantagens dos modelos individuais. Em sua maioria, os modelos híbridos são compostos por um modelo analítico e um elétrico. Com isso são capazes de representar os principais efeitos não lineares do processo de descarga, tais como, o efeito da taxa de capacidade e o efeito de recuperação, assim como as características elétricas da bateria, como tensão e corrente (ZHANG *et al.* 2010; KIM & QIAO, 2011; GOMES *et al.*, 2016).

Para a realização desta pesquisa é utilizado o modelo híbrido de Zhang (2010), o qual é formado pela união do modelo elétrico para Predizer *Runtime* e Características V-I (tensão e corrente) de Chen e Rincón-Mora (2006), com o modelo analítico de difusão de Rakhmatov e Vrudhula (2001). O modelo elétrico fornece as características de tensão e corrente, que são importantes no processo de descarga da bateria. Enquanto o modelo analítico fornece o estado da carga (*state of charge - SOC*) e o tempo de vida da bateria, além de considerar os efeitos não lineares da taxa de capacidade e o efeito de recuperação (RAO *et al.*, 2003).

O Grupo de Automação Industrial e Controle (GAIC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), dispõe de uma plataforma de testes onde são obtidos dados reais do tempo de vida de baterias. Esses dados são utilizados para a estimação dos parâmetros e para a validação dos modelos matemáticos. Contudo, no decurso da obtenção destes dados podem haver comportamentos inesperados, e esse processo pode se comportar de maneira incomum, resultando na criação de *outliers* (BARBOSA *et al.*, 2018).

Frente a isso, neste artigo é apresentada a modelagem matemática do tempo de vida de baterias do tipo Lítio Íon Polímero (Li-Po), para perfis de descargas variáveis mediante a aplicação do modelo híbrido de Zhang. Além disso, por meio de técnicas estatísticas é realizada a análise da presença dos valores *outliers* e a constatação da influência desses valores na acurácia do modelo. As simulações do tempo de vida de baterias são realizadas no *software* MatLab/Simulink.

O restante do artigo está organizado como segue. Na Seção 1, são apresentados os modelos utilizados na concepção do modelo híbrido, assim como o modelo híbrido e suas equações. Na Seção 2, é descrita a metodologia utilizada para a obtenção dos dados e o desenvolvimento deste trabalho. Na Seção 3, faz-se a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, na Seção 4 são apresentadas as conclusões do trabalho.

1 MODELAGEM MATEMÁTICA

Nesta seção é apresentado o modelo híbrido de Zhang, o qual é composto por um modelo analítico e um elétrico. Inicialmente são descritos os modelos originais que constituem o modelo híbrido, e em seguida, é apresentada a união entre os modelos originais, juntamente com as equações dos modelos.

1.1 MODELO ANALÍTICO

O modelo analítico de difusão de Rakhmatov e Vrudhula (2001), a partir de agora denominado modelo RV, considera a evolução e a concentração das espécies eletroativas no eletrólito, levando em consideração as Leis de Fick (CUSSLER, 2013). Este modelo é descrito a partir das Equações Diferenciais Parciais (EDPs),

$$\begin{cases} -J(x, t) = D \frac{\partial C(x, t)}{\partial x} \\ \frac{\partial C(x, t)}{\partial t} = D \frac{\partial^2 C(x, t)}{\partial x^2} \end{cases} \quad (1)$$

onde: $J(x, t)$ é o fluxo das espécies eletroativas, $t \in [0, L]$ e $x \in [0, w]$ são respectivamente o tempo e uma posição no eletrodo, D é a constante de difusão, e $C(x, t)$ é a concentração de espécies eletroativas.

Para uma bateria completamente carregada a concentração de espécies eletroativas é uniformemente distribuída em todo eletrólito, proporcionando a condição inicial em que,

$$C(x, 0) = C^*, \quad (2)$$

onde: C^* é a concentração inicial de espécies eletroativas. O eletrólito com tamanho w fornece as condições de fronteira, quando $x = 0$ de acordo com a Lei de Faraday. E o fluxo das espécies eletroativas $J(0, t)$ no eletrodo é proporcional a corrente $i(t)$, ou seja,

$$-J(0, t)vAF = i(t), \quad (3)$$

onde: A é a área da superfície do eletrodo, F é a constante de Faraday, e v é o número de elétrons envolvidos na reação eletroquímica na superfície do eletrodo. Assim,

$$D \frac{\partial C(x, t)}{\partial x} \Big|_{x=0} = \frac{i(t)}{vFA}. \quad (4)$$

Além disso, em $x = \omega$ o fluxo é zero. Portanto,

$$D \frac{\partial C(x, t)}{\partial x} \Big|_{x=\omega} = 0. \quad (5)$$

Considera-se ainda, os parâmetros α que está relacionado com a capacidade da bateria, e β que está relacionado ao comportamento não linear da bateria, descritos por,

$$\beta = \frac{\omega}{\sqrt{D}}, \quad (6)$$

e,

$$\alpha = vFA\sqrt{\pi DC^*} \rho(L), \quad (7)$$

onde: L é o tempo de vida definido como o ponto em que a concentração das espécies eletroativas na superfície do eletrodo atinge a tensão mínima, ou seja, o nível de *cutoff*, e, portanto, $\rho(t)$ é obtido por,

$$\rho(t) = \frac{1}{vFA\sqrt{\pi DC^*}} \int_0^t i(\tau) d\tau + 2 \sum_{n=1}^{\infty} \int_0^t i(\tau) e^{-\frac{\pi^2 D(t-\tau)n^2}{\omega^2}} d\tau. \quad (8)$$

Assim, substituindo a equação (8) na equação (7), e por meio de artifícios matemáticos, obtém-se a expressão geral da carga consumida pelo sistema,

$$\alpha = \int_0^L i(\tau) d\tau + 2 \sum_{m=1}^{\infty} \int_0^L i(\tau) e^{-\beta^2 m^2 (L-\tau)} d\tau. \quad (9)$$

Na equação (9), o primeiro termo representa a carga total consumida pelo sistema e o segundo termo a quantidade de carga não utilizada pelo sistema. Assim, esta carga não utilizada, ou ainda, carga indisponível, é descrita por,

$$u(t) = 2 \sum_{m=1}^{\infty} \int_0^L i(\tau) e^{-\beta^2 m^2 (L-\tau)} d\tau. \quad (10)$$

Além disso, a partir da equação (9) é possível realizar a predição do tempo de vida de baterias considerando correntes de descarga constantes e variáveis. No primeiro caso, conforme Rakhmatov e Vrudhula (2001), ao considerar uma corrente de descarga constante ($i(\tau) = I$), a equação (9) torna-se:

$$\alpha = IL \left[1 + 2 \sum_{n=1}^{\infty} \frac{1 - e^{-\beta^2 n^2 L}}{\beta^2 n^2 L} \right]. \quad (11)$$

Para correntes de descarga variáveis no tempo, realiza-se uma aproximação através de uma função escada de n degraus, dada por:

$$i(\tau) = \sum_{k=0}^{n-1} I_k [U(\tau - t_k) - U(\tau - t_{k+1})] \quad (12)$$

onde: I_k é uma carga constante e $U(\tau)$ é uma função degrau. Substituindo a equação (12) na equação (9) e realizando algumas manipulações matemáticas, chega-se à equação geral para correntes de descarga variáveis, dada por:

$$\alpha = \sum_{k=0}^{n-1} I_k \left[t_{k+1} - t_k + 2 \sum_{n=1}^{\infty} \frac{e^{-\beta^2 n^2 (L-t_{k+1})} - e^{-\beta^2 n^2 (L-t_k)}}{\beta^2 n^2} \right]. \quad (13)$$

1.2 MODELO ELÉTRICO

O modelo elétrico para Predizer *Runtime* e Características V-I, de Chen e Rincón-Mora (2006), simula o tempo de vida das baterias e as respostas transientes de curta e longa duração. Foi construído com base nas classificações de dois modelos elétricos. Na Ilustração 1, é apresentado o circuito que representa o modelo, onde o lado esquerdo é baseado no modelo *Runtime* e o lado direito é baseado em Thévenin, possui uma rede resistiva capacitiva e representa o comportamento transiente da bateria (CHEN & RINCÓN-MORA, 2006).

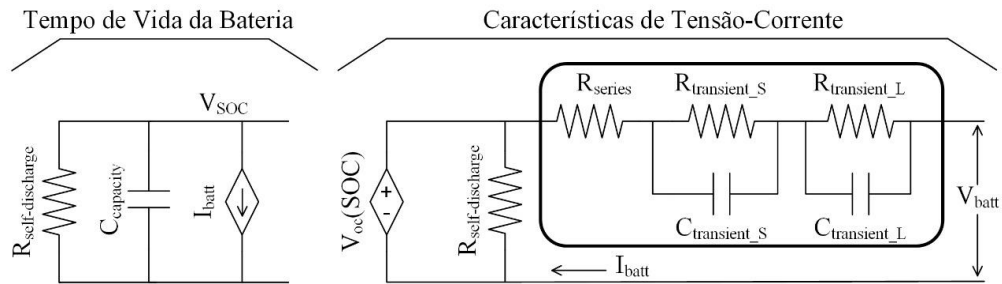


Ilustração 1: Esquema do Modelo Elétrico para Prever *Runtime* e Características V-I.

Fonte: CHEN & RINCÓN-MORA (2006).

Uma característica modelada por este circuito, é a capacidade utilizável, que representa a energia extraída quando a bateria é descarregada, partindo do estado completo de carga. Essa capacidade diminui com o aumento dos ciclos da bateria e com o tempo de armazenamento da carga. Esse fenômeno é modelado por um capacitor carregado, um resistor de auto descarga e um resistor equivalente. Onde, o capacitor que representa a carga da bateria, é $C_{capacity}$, o resistor de auto descarga é $R_{self-discharge}$, e o resistor equivalente é a impedância Z_{eq} , representada por,

$$Z_{eq} = R_{transient_L} + R_{transient_S} + R_{series}. \quad (14)$$

Os resistores citados diferem entre si de forma que R_{series} caracteriza a resposta imediata frente a correntes de carga e ou descarga, os resistores $R_{transient_L}$ e $R_{transient_S}$ são responsáveis pela resistência transiente de longa e curta duração, respectivamente. E, os capacitores $C_{capacity_L}$ e $C_{capacity_S}$, configuram as capacitâncias transientes longa e curta. Descritos pelas equações a seguir,

$$R_{series}[SOC(t)] = b_0 e^{-b_1[SOC(t)]} + b_2 + b_3[SOC(t)] - b_4[SOC(t)]^2 + b_5[SOC(t)]^3, \quad (15)$$

$$R_{transient_S}[SOC(t)] = c_0 e^{-c_1[SOC(t)]} + c_2, \quad (16)$$

$$C_{transient_S}[SOC(t)] = d_0 e^{-d_1[SOC(t)]} + d_2, \quad (17)$$

$$R_{transient_L}[SOC(t)] = e_0 e^{-e_1[SOC(t)]} + e_2, \quad (18)$$

$$C_{transient_L}[SOC(t)] = f_0 e^{-f_1[SOC(t)]} + f_2. \quad (19)$$

O potencial V_{OC} representa a tensão em circuito aberto, e, a tensão V_{SOC} é caracterizada por uma variação de 0 V, resultando em um SOC de 0%, à 1 V, resultando em um SOC de 100%. A partir disso, o potencial $V_{OC}(SOC)$ é a fonte e tensão dependente, a qual tem seu valor de tensão dependente da variável SOC, dado por,

$$V_{OC}[SOC(t)] = a_0 e^{a_1[SOC(t)]} + a_2 + a_3[SOC(t)] - a_4[SOC(t)]^2 + a_5[SOC(t)]^3. \quad (20)$$

Já o potencial V_{batt} , é representado por,

$$V_{batt} = V_{OC} - I_{batt} * Z_{eq}. \quad (21)$$

Os parâmetros $a_0, a_1, a_2, a_3, a_4, a_5, b_0, b_1, b_2, b_3, b_4, b_5, c_0, c_1, c_2, d_0, d_1, d_2, e_0, e_1, e_2, f_0, f_1$ e f_2 são os parâmetros a serem estimados. Estes parâmetros se mantêm constantes enquanto o SOC é considerado alto, ou seja, está entre 20% e 100%, e variam exponencialmente quando o SOC está abaixo de 20% (CHEN & RINCÓN-MORA, 2006; KIM & QIAO, 2011).

Este modelo, apesar de apresentar-se acurado, não comporta os efeitos não lineares, como efeito de recuperação e efeito da taxa de capacidade (CHEN & RINCÓN-MORA, 2006).

1.3 MODELO HÍBRIDO DE ZHANG

Este modelo híbrido tem como característica representar os aspectos como tensão e corrente da bateria, assim como os efeitos não lineares, tais como o efeito de recuperação e o efeito da taxa de capacidade (ZHANG, *et al.*, 2010). Ele é um modelo acurado da literatura técnica, visto que o modelo RV que o compõe apresenta bons resultados. Conforme a Ilustração, esse modelo resulta da união dos modelos analítico RV (RAKHMATOV & VRUDHULA, 2001) com o modelo elétrico para Predizer *Runtime* e Características V-I (CHEN & RINCÓN-MORA, 2006).

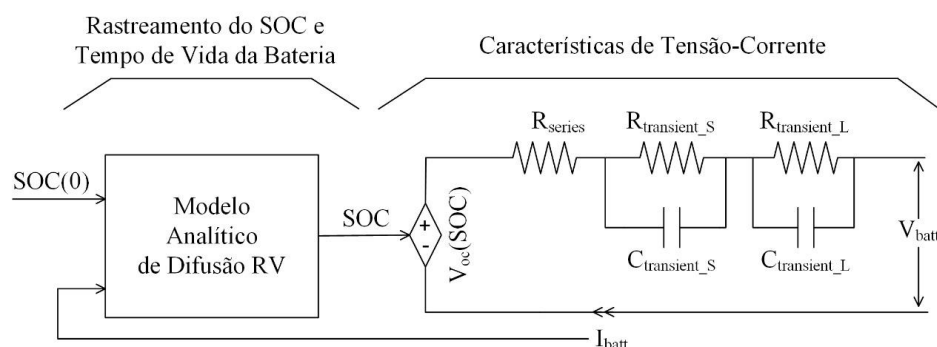


Ilustração 2: Esquema do Modelo híbrido de Zhang.

Fonte: ZHANG, *et al.* (2010).

No estado de carga (SOC) alguns termos são definidos, obviamente, pelas equações do modelo RV. Assim,

$$SOC(t) = \frac{C_{available}(t)}{C_{max}}, \quad (22)$$

onde: $C_{available}(t)$ e C_{max} são a capacidade disponível e a capacidade nominal da bateria, respectivamente. Por sua vez, $C_{available}(t)$ é determinada por,

$$C_{available}(t) = C_{initial} - l(t) - C_{unavailable}, \quad (23)$$

onde: $C_{initial}$ é a capacidade inicial da bateria e $l(t)$ é a carga total consumida pelo sistema, e dada por,

$$l(t) = It. \quad (24)$$

A capacidade indisponível da bateria $C_{unavailable}(t)$ é descrita por $u(t)$ apresentado na equação (10), e proveniente do modelo de Rakhmatov e Vrudhula. Desta forma,

$$C_{unavailable} = 2I \sum_{n=1}^{\infty} \frac{1 - e^{-\beta^2 n^2 L}}{\beta^2 n^2 L}. \quad (25)$$

Assim, o SOC pode ser representado pela equação:

$$SOC(t) = SOC_{initial} - \frac{1}{C_{max}} [\int i_{cell}(t) dt + C_{unavailable}(t)], \quad (26)$$

onde: $SOC_{initial}$ é o SOC estimado antes de t_0 . Os parâmetros da parte elétrica, que modelam a tensão transiente são funções do SOC e são dadas pelas equações descritas em (15) até (19).

2 METODOLOGIA

Os dados experimentais necessários para a estimação dos parâmetros do modelo híbrido e para a posterior validação, são obtidos de uma plataforma de testes desenvolvida pelo Grupo de Automação Industrial e Controle (GAIC), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Para a obtenção dos dados utilizados na estimação dos parâmetros, foram utilizadas 8 baterias novas do tipo Li-Po, e 31 perfis de descarga com corrente constante. Enquanto para a validação, foram utilizados 8 perfis de descarga com corrente variável. A descarga com corrente variável é a que melhor descreve o funcionamento do aparelho móvel, visto que cada perfil de corrente simula determinadas tarefas desempenhadas pelo dispositivo.

Dentre os 31 perfis de descarga com correntes variáveis foram selecionados 6 perfis para a estimação dos parâmetros, que contemplam perfis de descarga baixas,

médias e altas, bem como não contém nenhum valor *outlier*, visando a não influência dos mesmos na estimação, conforme a Tabela 1, na qual TV_{expj} são os tempos de vida experimentais, com $1 \leq j \leq 8$, e $TV_{médio}$ é o tempo de vida médio em cada perfil. Esses dados foram utilizados para a estimação do parâmetro β , intrínseco à parte analítica do modelo híbrido de Zhang, proveniente do modelo analítico RV. A estimação do parâmetro foi realizada por meio do método iterativo de Newton-Raphson, em uma função implementada no *software* MatLab. O parâmetro α também proveniente do modelo analítico, não faz-se necessário após as manipulações matemáticas para o modelo híbrido.

Tabela 1

Tempos experimentais utilizados para a estimação dos parâmetros.

Perfil (mA)	TV_{exp1}	TV_{exp2}	TV_{exp3}	TV_{exp4}	TV_{exp5}	TV_{exp6}	TV_{exp7}	TV_{exp8}	$TV_{médio}$ (min)
50	964,70	980,41	860,42	922,15	920,44	993,96	931,39	950,08	940,44
200	232,21	219,18	213,95	236,19	218,84	235,71	239,72	228,11	227,99
300	156,15	148,23	142,29	156,65	157,58	140,69	138,84	155,37	149,48
375	118,64	128,94	130,69	123,56	127,73	111,52	108,87	124,97	121,87
625	73,61	74,39	77,59	72,41	77,30	62,42	59,83	73,12	71,34
800	60,1	46,33	42,50	56,93	57,31	57,79	60,07	56,14	54,65

Fonte: Autores (2019).

Na Tabela 2, são apresentados os dados experimentais do tempo de vida para descarga com correntes variáveis, sendo que cada perfil é a união de distintas funcionalidades de um telefone celular, as quais determinam as correntes. O perfil 1 (P1) representa o desempenho das tarefas de: ligação normal, *stand by* ligação em viva voz, *stand by*, visualização de imagens, *stand by*, e acesso à internet. Os tempos são de 5 minutos nas seis primeiras funções, e 10 minutos na última. O P2 representa: ligação normal (5min), acesso à internet (20min), *stand by* (30min), enviar SMS (10min), ouvir música no rádio no volume máximo (20min), *stand by* (10min), e acesso à internet (30min).

O P3 representa: alarme (5min), *stand by* (10min), uso da calculadora (10min), ligação normal (15min), *stand by* (10min), acesso à internet (15min), visualização de

imagens (5min). Para a representação dos perfis P4, P5, P6, P7 e P8, são agregadas diferentes funcionalidades em diferentes períodos do perfil, resultando em picos de corrente de descarga mais elevados.

TABELA 2

Tempos experimentais para cada perfil de descarga com corrente variável.

Perfil	TV _{exp1}	TV _{exp2}	TV _{exp3}	TV _{exp4}	TV _{exp5}	TV _{exp6}	TV _{exp7}	TV _{exp8}	TV _{médio} (min)
P1	463,81	512,01	470,1	490,25	463,33	494,11	470,91	473,2	479,71
P2	265,38	263,61	321,45	264,56	263,86	319,26	270,5	310,88	284,94
P3	340,23	330,5	308,86	313,81	304,16	333,6	331	303,93	320,76
P4	146,53	147,68	156,13	149,15	146,8	148,48	147,98	152,28	149,39
P5	143,68	144,9	143,96	145,69	139,96	139,96	136,53	139,35	141,75
P6	135,49	133,5	125,56	124,68	124,23	122,68	120	126,79	126,62
P7	99,21	105,73	99,93	97	95,98	99,21	93,31	97,71	98,51
P8	327,48	352,51	326,28	327,55	326,03	319,95	311,78	301,75	324,17

Fonte: KUSIAK (2016).

Na Tabela 3 são apresentadas as correntes, em miliampére (mA), para cada funcionalidade do dispositivo móvel. Estes dados foram obtidos por meio de experimentos reais.

TABELA 3

Funcionalidades do aparelho móvel e suas respectivas correntes drenadas.

Descrição das Tarefas	Corrente (mA)
Em <i>Stand by</i>	10
Tela ligada e uso do aparelho com brilho mínimo	40
Tela ligada e uso do aparelho com brilho máximo	70
Uso da câmera	80
Ligação em viva voz	150
Ligação normal	100
Visualização de imagens	100

Ouvir música no volume máximo	200
Ouvir música no volume mínimo	100
Acesso à Internet	200
Uso da calculadora	50
Escrever SMS	70
Acesso a jogos do aparelho	40
Uso do alarme	200
Gravação de áudio	90
Ouvir música no rádio, no volume máximo	230

Fonte: KUSIAK (2016).

Na Tabela 4, são apresentados os parâmetros utilizados para a parte elétrica do modelo híbrido, provenientes do estudo de Wottrich (2017).

TABELA 4

Parâmetros elétricos utilizados.

Parâmetro	Valor	Parâmetro	Valor	Parâmetro	Valor
a_0	-1,0931	b_1	41,0174	d_2	548,3854
a_1	23,8482	b_2	0,3169	e_0	0,3325
a_2	3,7037	c_0	0,5927	e_1	4,2892
a_3	0,0808	c_1	18,7453	e_2	0,0146
a_4	0,2980	c_2	0,0721	f_0	-2342,05
a_5	0,1428	d_0	-455,185	f_1	6,3571
b_0	1,0632	d_1	9,4617	f_2	3036,08

Fonte: WOTTRICH (2017).

Após a estimação dos parâmetros, é realizado o tratamento dos perfis de correntes variáveis, buscando verificar se há a presença de valores *outliers*. Estes valores são discrepantes, ou seja, destoam do grupo de dados (BARBOSA *et al.*, 2018). Havendo a presença destes valores discrepantes, os mesmos são retirados para a análise da influência destes no erro médio.

Os *outliers* são identificados por meio de um cálculo o qual delimita o intervalo ideal onde se encontram os dados, caso algum dado se encontre a cima ou abaixo deste intervalo, é um valor *outlier*. Este intervalo é calculado por,

$$L_i = V_m - 1,96DP, \quad (22)$$

$$L_s = V_m + 1,96DP, \quad (23)$$

onde: L_i e L_s são os limites inferior e superior, respectivamente, V_m é o valor médio do conjunto de dados e DP é o desvio padrão do conjunto de dados.

A validação do modelo ocorre por meio da análise do erro médio, conforme a literatura, o modelo é considerado acurado quando apresenta um erro menor que 5% (TRIOLA, 1999). A equação que calcula o erro é dada por,

$$Erro = 100 \left(\frac{TV_{expm} - TV_{sim}}{TV_{expm}} \right), \quad (24)$$

onde: TV_{expm} é o tempo de vida experimental médio e TV_{sim} é o tempo simulado. A simulação do tempo de vida de baterias com perfis de descarga com correntes variáveis é realizada no *software* MatLab, por meio do Simulink, conforme apresentado na Ilustração 3.

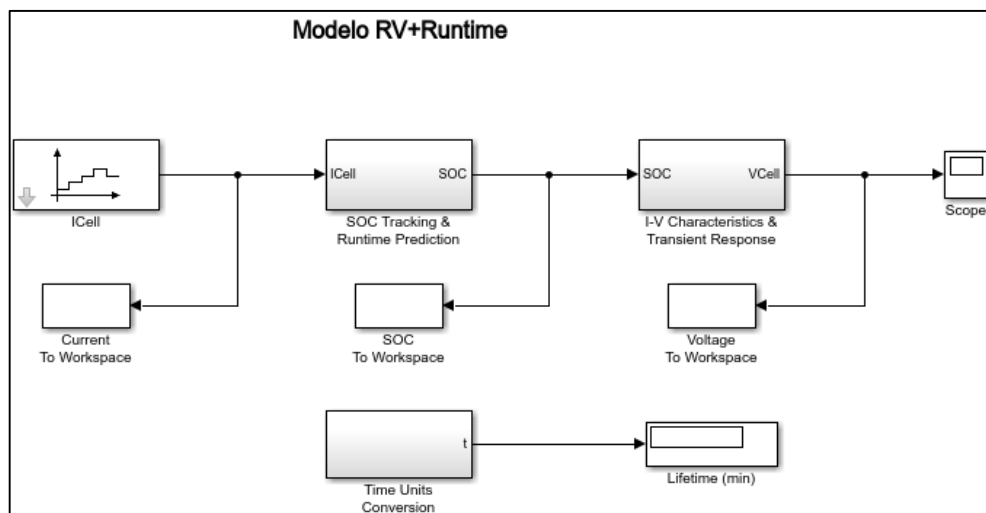


Ilustração 3: Blocos do modelo híbrido de Zhang no Simulink.

Fonte: Autores (2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a aplicação do método iterativo de Newton-Raphson, utilizando as correntes constantes para a obtenção do parâmetro analítico, foi obtido um valor de β

igual à 0,122817. Na sequência, foram localizados os valores *outliers* nos perfis de correntes variáveis, apresentados na Tabela 5.

TABELA 5

Perfis *outliers* e tempo médio desconsiderando os mesmos.

Perfil	TV_{exp1}	TV_{exp2}	TV_{exp3}	TV_{exp4}	TV_{exp5}	TV_{exp6}	TV_{exp7}	TV_{exp8}	$TV_{médio}$ (min)
P4	146,53	147,68	156,13	149,15	146,8	148,48	147,98	152,28	148,41
P7	99,21	105,73	99,93	97	95,98	99,21	93,31	97,71	97,48

Fonte: Autores (2019).

Foram identificados valores *outliers* nos perfis 4 e 7, nos testes experimentais dois e três, respectivamente. A partir desta constatação, estes valores foram retirados para o novo cálculo do tempo de vida experimental. Por meio do *software* MatLab/Simulink, e de posse dos parâmetros necessários, foram realizadas as simulações do tempo de vida de baterias, utilizando o modelo híbrido de Zhang para correntes variáveis.

Na Tabela 6, são apresentados os erros obtidos com e sem *outliers*, onde, TV_{expm0} é o tempo de vida experimental médio com *outliers*, TV_{expm} é o tempo de vida experimental médio após a retirada dos *outliers*, TV_s é o tempo de vida simulado pelo modelo, E_o é o erro obtido em cada perfil considerando *outliers*, e E é o erro de cada perfil sem os valores *outliers*.

TABELA 6

Erros com e sem outliers.

Perfil	TV_{expm0}	TV_{expm}	TV_s	E_o (%)	E (%)
P1	479,71	479,71	477,95	0,37	0,37
P2	284,94	284,94	268,08	5,92	5,92
P3	320,76	320,76	330,68	3,09	3,09
P4	149,39	148,41	147,08	1,54	0,90
P5	141,75	141,75	139,43	1,64	1,64
P6	126,62	126,62	121,23	4,25	4,25
P7	98,51	97,49	96,62	1,92	0,88

P8	324,17	324,17	326,60	0,75	0,75
Erro médio				2,43	2,23

Fonte: Autores (2019).

Conforme os valores encontrados de erro médio, o modelo híbrido de Zhang apresentou-se acurado para perfis de descarga variáveis, visto que ambos valores de erro são inferiores a 5%, considerando e desconsiderando valores *outliers*. Destaca-se que o menor erro foi encontrado quando os valores *outliers* foram retirados das amostras, havendo uma redução no erro de 8,23%, ou seja de 2,43% para 2,23%.

CONCLUSÃO

Com a aplicação do modelo híbrido proposto por Zhang, foram obtidos os valores de 2,43% de erro para os dados com *outliers*, e 2,23% de erro para dados sem *outliers*. Nesse sentido, o modelo aplicado é considerado acurado para a predição do tempo de vida de baterias Li-Po. Além disso, constatou-se que os valores *outliers* possuem influência sobre os valores de erro, visto que após a retirada desses valores, o modelo híbrido apresentou uma redução do erro médio de 8,23%, quando comparado com o erro médio considerando os valores *outlier*.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Josino J.; PEREIRA, Tiago M.; OLIVEIRA, Fernando L. P. de. Uma proposta para identificação de *outliers* multivariados. In: **Ciência e Natura**, v.40, e40, 2018.

CHEN, Min; RINCÓN-MORA, Gabriel A. Accurate electrical battery model capable of predicting runtime and i-v performance. In: **IEEE Transactions on Energy Conversion**, jun. 2006. p. 504-511.

CUSSLER, Edward L. **Multicomponent diffusion**. Elsevier, 2013.

FRANSOZI, Luana. **Modelagem Matemática do Tempo de Vida de Baterias de Lítio íon Polímero através de Modelos Híbridos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, fev. 2015.

GOMES, Livia B.; SAUSEN, Airam T. Z. R.; SAUSEN, Paulo S.; FREITAS, Douglas J. B. Proposição de um Modelo Híbrido para a Predição do Tempo de Vida de

Baterias usando a Lei de Peukert Estendida. In: **Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional**, Gramado, 2016.

JONGERDEN, Marijin R.; HAVERKORT, Boudewijn. R. **Battery modeling**. Faculty Electrical Engineering, Tech. Rep., jan. 2008.

JONGERDEN, Marijin R.; HAVERKORT, Boudewijn. R. **Which Battery Model to Use?**, *IET Software*, vol. 3, no. 6, pp. 445–457, 2009.

KIM, Taesic; QIAO Wei. **A Hybrid Battery Model Capable of Capturing Dynamic Circuit Characteristics a Nonlinear Capacity Effects**. *IEEE Transactions on Energy Conversion*, dez. 2011. p. 1172-1180.

RAKHMATOV, Daler. N.; VRUDHULA, Sarma B. K. An analytical high-level battery model for use in energy management of portable electronic systems. In: **Proceedings of the 2001 IEEE/ACM International Conference on Computer-aided Design**, pp. 488–493, IEEE Press, 2001.

RAO, Ravishankar; VRUDHULA, S.; RAKHMATOV, Daler N. **Battery Modeling for Energy-Aware System Design**. IEEE Computer Society, p. 77-87, dez. 2003.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro-RJ: LTC, 1999.

WOTTRICH, Suelen C. **Modelagem Matemática do Tempo de Vida de Baterias de Lítio íon Polímero a partir do Modelo Elétrico para Predizer Runtime e Características v-i**. Dissertação de Mestrado, UNIJUÍ, 2017.

ZHANG, Jiucan; CI, Song; SHARIF, Hamid; ALAHMAD, Mahmoud. An enhanced circuit-based model for single-cell battery. In: **2010 Twenty-Fifth Annual IEEE Applied Power Electronics Conference and Exposition (APEC)**, pp. 672–675, IEEE, 2010.

A HIPERCONNECTIVIDADE E O CAOS DA MODERNIDADE¹

“As tentativas que fazemos para controlar o futuro acabam por se voltar contra nós, forçando-nos a procurar novas formas de viver com a incerteza.” (Anthony Giddens).

Gabriel Henrique Hartmann²

RESUMO

Os meios de comunicação em massa e as tecnologias de interação constante têm causado impactos significativos na formação dos indivíduos e conseqüentemente das instituições sociais. Com objetivo central de descrever a reflexividade e os mecanismos de desencaixe, oriundos do estudo do sociólogo britânico Anthony Giddens, buscará demonstrar-se os impactos causados pelos meios de comunicação e pelas tecnologias de interação constante na formação dos indivíduos e das instituições sociais. Para isso, no primeiro momento, abordar-se-ão as dimensões da modernidade, seguindo de um posterior estudo das tecnologias de interação constante e dos meios de comunicação em massa, com um posterior estudo à cibercultura e a hiperconectividade. Por fim, demonstrar-se-á o caráter universalizante e dinâmico, oriundos do esvaziamento do tempo e do espaço, com intuito de expor o caráter progressivamente global das relações sociais. Daí a proposta da presente pesquisa em levantar um debate sobre a influência no pensamento crítico dos indivíduos causados pela globalização, mormente, os meios de comunicação em massa e as tecnologias de interação constante.

Palavras-chave: Reflexividade – Mecanismos de desencaixe – Universalização das informações.

INTRODUÇÃO

A modernidade é marcada por forças, que constituem elementos da autoidentidade, e por conseqüência, reorganizam-se hábitos e instituições. Influenciam de modo direto, os meios de comunicação em massa e as tecnologias, introduzidas recentemente no cotidiano das instituições.

¹ Trabalho desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo/RS, na disciplina Teoria da Sociedade Complexa, ministrada pelo professor Dr. André Leonardo Copetti Santos.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo/RS. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (CAPES/PROSUC). Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), Santa Rosa/RS. gabrielh.hartmann@hotmail.com.

Isto posto, tem significativa importância discutir a reflexividade em instituições crescentemente desencaixadas. Situações de desencaixe, causadas principalmente pela depreciação da confiança. A reflexividade como método de ‘ver a si mesmo’, baseia-se hodiernamente pela interação entre a autoidentidade e a vida social. Por isso, Anthony Giddens, autor que permeará esta pesquisa, retrata que a composição da autoidentidade exige um processo dialético de autocompreensão.

Para isso, a presente pesquisa utiliza-se do método de abordagem indutivo, pois parte do pensamento de Anthony Giddens, com a reflexividade e os mecanismos de desencaixe, para um estudo dos meios de comunicação em massa e das tecnologias de interação constante. Também, tem como métodos de procedimento o monográfico, visto examinar as particularidades da reflexividade e os mecanismos de desencaixe em prol dos meios de comunicação em massa e das tecnologias de interação constante, e o bibliográfico, pois utiliza-se, predominantemente, de bibliografias atinentes à pesquisa.

O esvaziamento do tempo e do espaço e o conseqüente desencaixe das estruturas e instituições sociais conduzem à problemática que permeará o presente estudo: de que forma a reflexividade tem sido afetada pelos meios de comunicação em massa e pelas tecnologias de interação constante, de modo a conduzir ao desencaixe das instituições sociais?

A reflexividade e o mecanismo de desencaixe na modernidade serão os papéis centrais no presente estudo. Examinar-se-á a hiperconectividade, como fator causador da alteração conseqüente de seu pensamento crítico e reflexivo. Para isso, investigar-se-á desde os meios de comunicação em massa, trazidos já em 1969, por Marshall McLuhan, até a atualidade com o estudo da hiperconectividade, de Eduardo Magrani, e com o estudo da cibercultura, de Pierre Lévy.

Em um terceiro momento, abordar-se-á as conseqüências universalizantes, causadas pelo dinamismo e esvaziamento do tempo e espaço, originam conseqüentemente o desencaixe das instituições modernas. O esvaziamento do tempo e do espaço, provocado de modo direto ou indireto pelos meios de comunicação em massa ou pela inserção das tecnologias de interação constante. Inclui-se, neste contexto, de maneira incisiva, a reflexividade moderna.

1 AS DIMENSÕES DA MODERNIDADE

Com a modernidade baseada na mutação significativa provocada pela hiperconectividade, conseqüentemente, o hábito, a autoidentidade e as instituições modernas sofrem reflexos. A globalização, como fenômeno da modernidade é estranho ao entendimento de muitos sociólogos, e por isso faz-se a necessidade de sua compreensão, principalmente sob o enfoque da reflexividade e dos mecanismos de desencaixe.

Como pode ser conceituada a globalização e o que exatamente tal fenômeno impacta? Antes mesmo de responder tal questionamento, tem significativa importância compreender, embora superficialmente, dois conceitos que irão clarificar os efeitos da globalização: a reflexividade e os mecanismos de desencaixe. Cabe esclarecer, que a reflexividade na vida social moderna baseia-se nas práticas sociais que constantemente são examinadas e reformadas, sob a óptica de novas informações e práticas, de modo a alterar a constituição do carácter (GIDDENS, 1991).

Outro conceito de importância significativa para a compreensão da globalização e seus efeitos na modernidade são os mecanismos de desencaixe. Anthony Giddens compreende o mecanismo de desencaixe como “[...] ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p. 24). A separação de tempo e espaço é uma das características do dinamismo da sociedade, visto o desenvolvimento de uma dimensão vazia de tempo, separa-se, assim, conseqüentemente o espaço de lugar (GIDDENS, 2002).

O desencaixe é uma chave de aceleração no distanciamento entre tempo e espaço, trazido principalmente pela modernidade. É caracterizado por dois mecanismos de desencaixe, intrinsecamente envolvidos nas instituições sociais modernas: *fichas simbólicas* e *sistemas peritos*. Desse modo, o Anthony Giddens compreende:

Por fichas simbólicas quero significar meios de intercâmbio que podem ser "circulados" sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular.

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta "profissionais" — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo

periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. (GIDDENS, 1991, p. 25- 30).

O melhor exemplo para definir os mecanismos de desencaixe é o dinheiro, caracterizado por Talcott Parsons como ‘meio de comunicação circulante’. A condição de desencaixe nas economias monetárias modernas é maior do que nas civilizações pré-modernas. Os dois mecanismos de desencaixe, dependem da confiança. Utilizando novamente o dinheiro como o exemplo: qualquer um que use o dinheiro presume que outros, os quais talvez ele nunca conheça, honrem com seu valor (GIDDENS, 1991).

Destaca-se que homem e mundo são unidades ontológicas originais, pois o homem não se relaciona com o mundo diante de sua racionalidade primária, mas sim com o desenvolvimento do vínculo original do homem com os demais. Por este fato, pode-se afirmar que “[...] não há homem sem mundo, nem mundo sem homem.” (ROEHE; DUTRA, 2014, p. 107).

A confiança está na base das relações cotidianas. Contudo, a confiança é mais frequente em atitudes gerais da mente, “[...] algo que tem suas raízes na conexão entre confiança e desenvolvimento da personalidade. Podemos tomar a decisão de confiar, um fenômeno que é comum por causa do terceiro elemento da modernidade: sua reflexividade intrínseca.” (GIDDENS, 2002, p. 25).

Contribui com isto, o entendimento de Heidegger, o qual rejeita o ser humano como unidade isolada. O ser humano caracteriza-se pelo ser-com, pela convivência, pois o mundo do homem é o mundo compartilhado (ROEHE; DUTRA, 2014). Por isso, a confiança nos outros perpassa pela experiência com o mundo exterior, além do sentido coerente da autoidentidade (GIDDENS, 2002).

A modernidade produziu uma reorganização no tempo e no espaço. Com esta reorganização, a confiança sofreu perturbações, e abre-se espaço para a dúvida. Justamente por este motivo, progressivamente mais pessoas vivem em situações de instituições desencaixadas, “[...] ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana.” (SETTON, 2002, p. 67).

A globalização é caracterizada pelas relações sociais em escala mundial. O Estado-nação tornou-se pequeno para os grandes problemas da vida. Pois, “ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como

parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional.” (GIDDENS, 1991, p. 62). A globalização demonstra que a modernidade é marcada por uma cultura de risco, pois não se deixa de viver sob um futuro apocalíptico, onde a vida particular está sob um prisma mundial.

A principal influência da globalização foi o capitalismo, mormente por ser uma ordem econômica e não política. Penetrou nas áreas mais longínquas do mundo, onde estados não conseguiriam fazer valer sua influência política. Em contraponto, com o capitalismo produziram-se distinções baseadas em critérios econômicos entre centro, semiperiferia e periferia (GIDDENS, 1991).

Contudo, a modernidade reúne as pessoas na companhia uns dos outros, enquanto mundo comum. Entretanto, a dificuldade em suportar a sociedade das massas não tem como fundamento principal o fato do grande número de pessoas, mas o fato de que mantê-las juntas, relacioná-las e separá-las perdeu a força (ARENDR, 2007).

Sobretudo, com a modernidade demonstra-se a significativa mudança no pensamento crítico dos indivíduos, que causa reflexos de maneira direta nas instituições modernas e na conseqüente reorganização do tempo e do espaço. Para isso, faz-se necessária a análise dos principais meios que causaram tamanha influência, que se baseiam nos meios de comunicação em massa e na introdução de tecnologias de interação constante.

2 OS RISCOS DA HIPERCONNECTIVIDADE NA MODERNIDADE

Modernidade e capitalismo são instituições de vigilância, de crescimento organizacional, mas estão associadas, mormente, ao surgimento de vida social moderna (GIDDENS, 2002). No entanto, com a introdução das tecnologias e dos meios de comunicação em massa, as relações sociais e a vida social alteraram-se.

As tecnologias são as formas de traduzir uma espécie de conhecimento para outra. Por conseqüência, seu poder está no processo alternativo de agarrar e soltar, com o intuito de ampliar o objetivo da ação. Na era da eletricidade, nos vemos traduzidos em informação, no caminho da extensão tecnológica da consciência, ou seja, podemos traduzir cada vez mais a nós mesmos (MCLUHAN, 1969).

Ressalta-se que a informação é encontrada onde as causas produzam efeitos. Mas o que tem significativa importância é o processamento de informações (PINKER, 1998). O desafio atual em um ambiente informativo perpassa pela habilidade, de modo que esta prevaleça sobre a insensatez. A primeira etapa é identificar o porquê do ser humano, uma espécie racional, ser facilmente conduzido à insensatez (PINKER, 2018).

Desenvolver o pensamento crítico e reflexivo do ser humano é uma questão de escolha pessoal, com implicações diretas, enquanto indivíduos e cidadãos. A perda dessa dimensão, ocasionada significativamente pelos meios de comunicação em massa e pelas tecnologias de interação constante, perpassa pela necessidade da eficiência, mesmo sem saber dos reais objetivos; pela diminuição dos períodos de atenção; e especialmente, pelo uso manipulado do conhecimento (WOLF, 2019).

O ritmo de mudança que a modernidade insere, é uma das características das descontinuidades das instituições sociais modernas. A rapidez da modernidade é extrema, comparada principalmente com o dinamismo de sistemas pré-modernos. Outra característica é o escopo de mudança, visto à interconexão e a transformação global. Uma terceira característica perpassa pela natureza intrínseca das instituições modernas, pois as formas sociais modernas não se encontram em períodos históricos anteriores (GIDDENS, 1991).

São inevitáveis os riscos que a modernidade nos impõe. Para isso, faz-se necessário o processamento científico dos riscos, dados pela cientificação. Em miúdos, pela cientificação o “[...] processamento científico de riscos da modernização pressupõe que o desenvolvimento técnico-científico se converta – com mediações interdisciplinares – em *problema*.” (BECK, 2011, p. 241). Isso se deve ao fato de que as oportunidades de cientificização reflexiva¹ crescem de maneira proporcional com os riscos e déficits da modernização, e inversamente com a inabalada crença do progresso de civilização técnico-científica. (BECK, 2011).

A atualidade não pode ser considerada a época mais perigosa comparada com as gerações precedentes, contudo, alteraram-se as formas de equilíbrio de riscos e perigos. Vive-se em um mundo onde além dos perigos externos, criam-se perigos originados por nós mesmos (GIDDENS, 2007). Por isso:

¹ “[...] a civilização científica adentrou um processo no qual ela não cientificiza apenas natureza, homem e sociedade, mas cada vez mais a si mesma, seus próprios produtos, efeitos e erros.” (BECK, 2011, p. 239).

O risco sempre precisa ser disciplinado, mas a busca ativa do risco é um elemento essencial de uma economia dinâmica e de uma sociedade inovadora. Viver numa era global significa enfrentar uma diversidade de situações de risco. Com muita frequência podemos precisar ser ousados, e não cautelosos, e apoiar a inovação científica ou outras formas de mudança. (GIDDENS, 2007, p. 44-45).

A hiperconectividade, como fluxo contínuo e massivo de dados, objetiva descrever um estado de disponibilidade do indivíduo para se comunicar a qualquer momento. O termo encontra-se atrelado às comunicações entre indivíduos, indivíduos e máquina e entre máquinas. A hiperconectividade em um cenário atual baseia-se na “[...] relação entre seres humanos, objetos físicos, sensores, algoritmos, *Big Data*, inteligência artificial (computacional), *cloud computing*, entre outros elementos.” (MAGRANI, 2019, p. 20).

As interações nesta hiperconectividade têm provocado influências crescentes na cultura. Cabe destacar em especial, as interações dos algoritmos, que exercem um significativo impacto nas sociedades contemporâneas. Os algoritmos não apenas realizam projeções, aplicados crescentemente e de maneira significativa em processos de tomada de decisão. Incluso a isto, os algoritmos, “[...] têm demonstrado ter uma capacidade de agência significativa, podendo ter a capacidade de influenciar e afetar outros agentes da esfera pública.” (MAGRANI, 2019, p. 179).

Os riscos da modernização perpassam por “[...] definições e relações que envolvem toda a sociedade e revelam, inclusive intracientificamente, seus efeitos somente através da força motriz em segundo plano: a pauta que abrange toda a sociedade.” (BECK, 2011, p. 242).

As mídias de massa, por sua vez, visam receptores com capacidade interpretativa, uma vez que sua mensagem será lida, ouvida e assistida por milhões de pessoas, constitui um denominador comum de seus destinatários. A circulação em um espaço privado de interação, “[...] negligencia sua singularidade, seus links sociais, sua microcultura, sua situação específica em um momento dado. É este dispositivo ao mesmo tempo muito redutor e conquistador que fabrica o “público” indiferenciado das mídias de “massa”. (LÉVY, 2010, p. 118). Observam-se com isso, os impactos que a sociedade sofre com a introdução das tecnologias:

Os novos meios e tecnologias pelos quais nos ampliamos e prolongamos constituem vastas cirurgias coletivas levadas a efeito no corpo social com o mais completo desdém pelos anestésicos. Se as intervenções se impõem, a inevitabilidade de contaminar todo o sistema tem de ser levada em conta. Ao se operar uma sociedade com uma nova tecnologia, a área que sofre a incisão não é a mais afetada. A área de incisão e do impacto fica entorpecida. O sistema inteiro é o que muda. O efeito do rádio é visual, o efeito da fotografia é auditivo. Qualquer impacto altera as *ratios* de todos os sentidos. (MCLUHAN, 1969, p. 84).

Coaduna-se com isso, a cibercultura (denominação usada por Pierre Lévy) que caracteriza-se como a informação propagada por um movimento social muito amplo, de modo a acarretar uma profunda evolução na civilização. Por isso, o pensamento crítico deve intervir em sua orientação e nas modalidades de desenvolvimento. Entretanto, muitos discursos, por terem pouco conhecimento acerca da temática, são cegos e conservadores. Desse modo, a cibercultura encontra-se interligada direta e indiretamente ao virtual (LÉVY, 2010).

Diversos são os reflexos causados pela sociedade em rede (nomenclatura utilizada por Manuel Castells). Inclui-se neste debate de maneira direta, o debate político e as estratégias de busca do poder. Essa dimensão tecnológica, causada pela sociedade em rede, exerce poderosa influência, e causa uma transformação, denominada por Manuel Castells como política informacional. Logo, a sociedade em rede, propicia:

[...] a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas apresentadas nesta obra, afetam profundamente a essência da política. O ponto principal dessa questão é que a mídia eletrônica (não só rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer o poder. Portanto, todos acabem entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (CASTELLS, 1999, p. 367).

Justamente neste fato, assenta-se a crítica de Anthony Giddens, visto que as instituições modernas apresentam certas discontinuidades, baseadas nas estruturas pré-modernas. Assim, a modernidade caracteriza-se por ser um mundo constante ou em disparada “[...] não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta

práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores.” (GIDDENS, 2002, p. 22).

Dessa forma, observa-se a manipulação do pensamento crítico e reflexivo pelos meios de comunicação em massa e pelas tecnologias de interação constante, tem provocado significativas alterações na sociedade. Dentre estas, destaca-se a universalidade e o esvaziamento dos indivíduos, visto o dinamismo e o esvaziamento da sociedade.

3 O DINAMISMO DAS RELAÇÕES E O ESVAZIAMENTO DO INDIVÍDUO

A globalização como um dos fenômenos da modernidade, tem provocado impactos profundos, especialmente pelo fato dos indivíduos viverem em um prisma mais mundial, do que particular. Com a reflexividade e os mecanismos de desencaixe, tratados anteriormente, esclareceu-se a significativas mudanças provocadas pela modernidade, que tem como um dos fatores determinantes as inovações tecnológicas. A inovação tecnológica traz consigo uma ideia de universalidade, que será aqui abordada com maior ênfase.

A globalização como algo novo, frequentemente não fica evidente o que significa. Almeja-se uma esperança fundamentada, pois o homem não vive apenas de temores. Por isso, “a globalização não é um desejo na forma de um sonho. [...] Ela é uma evolução a desafiar a política, e com ela a Filosofia Política. [...] Muitos pensam na globalização apenas em termos de mercados de economia e de finanças.” (HÖFFE, 2003, p. 206). Na verdade a globalização vai muito mais além.

As relações estatais demonstram que uma ordem econômica mais coordenada emerge. Inclinações para uma globalização forçam os estados a cooperarem sobre questões que anteriormente decidiam separadamente. Por isso, “a modernidade é universalizante não apenas em termos de seu impacto global, mas em termos do conhecimento reflexivo fundamental a seu carácter.” (GIDDENS, 1991, p. 154).

Os processos de inovação tecnológica e o esforço em adquirir conhecimento, tem propulsão em uma meta, e leva à interdependência a tecnologia, de maneira a tornar possível, inclusive, a solução para questões sem problemas (GIDDENS, 1991). Coaduna-se a isto, o fato de que, “[...] mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal

estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude.” (GIDDENS, 2002, p. 36).

As inovações tecnológicas ampliam-se constantemente, e por consequência, deixa o ciberespaço progressivamente mais universal e menos informacional. Constitui-se de um vazio, sem conteúdo particular. Como já exposto, este fenômeno transforma as condições de vida em sociedade. A essência paradoxal da modernidade permeia-se justamente nessa universalidade sem um centro determinado, um sistema de desordem, pois, “o ciberespaço se constrói em sistemas de sistemas, mas, por esse mesmo fato, é também o *sistema do caos*.” (LÉVY, 2010, p. 113).

Justamente neste sistema do caos, que permeia o dinamismo da modernidade, causado pelo esvaziamento do tempo e do espaço, e o consequente, desencaixe das instituições sociais. O esvaziamento do tempo e do espaço não se desenvolve de maneira linear, mas sim dialeticamente. O ponto de destaque perpassa pelo fato de que a separação de tempo em relação ao espaço, “[...] fornece a própria base para sua recombinação de maneiras que coordenam as atividades sociais sem necessariamente fazer referência às particularidades do lugar.” (GIDDENS, 2002, p. 23). Por isso, sem a reintegração de tempo e espaço, as organizações são inconcebíveis na modernidade. Pode-se destacar com isso:

A globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é de certa maneira um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais – como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações ou na divisão internacional do trabalho. Entretanto, de modo geral, o conceito de globalização é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais “à distância” com contextualidade locais. (GIDDENS, 2002, p. 27).

O esvaziamento do tempo e espaço evolui concomitantemente com a expansão dos mecanismos de telecomunicação e com a evolução tecnológica, visto o poderio de transmissão e difusão de informações sem precedentes. A globalização da mídia e da comunicação causaram efeitos como da desnacionalização e consequente desestatização das informações. Isso levou ao enrijecimento da crise do Estado-Nação, devido ao dinamismo e globalidade de informações e crises, que anteriormente eram restritas ao Estado (CASTELLS, 1999).

À luz da informação constantemente renovada, está a reflexividade na vida social moderna. Demonstra-se, com isso, uma característica da modernidade, não mais baseada no novo, por si só, “[...] mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão.” (GIDDENS, 1991, p. 40). A universalidade na modernidade demonstra seu caráter global, de modo especial, quanto ao dinamismo de seu conhecimento reflexivo (GIDDENS, 1991).

Ao invés de entrar em um período de pós-modernidade, perpassa-se por um período em que as modernidades estão progressivamente radicalizadas e universalizadas (GIDDENS, 1991). A supermodernidade¹ provoca o esvaziamento das individualidades, além de uma sensação de “não-lugar”:

A supermodernidade faz do antigo (da história) um novo espetáculo específico – como de todos os exotismos e particularismos locais. A história e o exotismo representam, aí, o mesmo papel que as “citações” no texto escrito – estatuto que se exprime às mil maravilhas nos catálogos editados pelas agências de viagens. Nos não-lugares da supermodernidade, sempre há um lugar específico (na vitrine, no cartaz, à direita do aparelho, à esquerda da auto-estrada) para “curiosidades” apresentadas como tais – abacaxis da Costa do Marfim; Veneza, cidade dos Doges; a cidade de Tânger; o sítio de Alésia. Mas eles não operam nenhuma síntese, não integram nada, só autorizam, no tempo de um percurso, a coexistência de individualidades distintas, semelhantes e indiferentes uma às outras. Se os não-lugares são o espaço da supermodernidade, esta não pode, portanto, pretender as mesmas ambições que a modernidade. (AUGÉ, 1994, p. 101).

Nessa universalidade, sem totalidade, a cibercultura surge como solução, pois acolhe e valoriza as singularidades, e apresenta a muitos o acesso à expressão. Evidentemente, “para que nos tornemos mais humanos é preciso suscitar a vigilância, pois o homem sozinho é inumano, na mesma medida de sua humanidade.” (LÉVY, 2010, p. 241). A cibercultura dissolve a totalidade e mantém a universalidade. Visto que, “conectadas ao universo, as comunidades virtuais constroem e dissolvem constantemente suas micrototalidades dinâmicas, emergentes, imersas, derivando dentre as correntes turbilhonantes do novo dilúvio.” (LÉVY, 2010, p. 259).

Sobretudo, em um mundo vazio, progressivamente universal, onde a reflexividade perdeu espaço, e com o conseqüente desencaixe das instituições, a cibercultura surge como alternativa. Evidentemente, que o essencial para o mundo

¹ Termo utilizado por Marc Augé, na obra “*Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*”.

globalizado e individualizado, é a relação com os demais seres, e sua comunicabilidade, de maneira a fomentar o pensamento crítico e reflexivo.

CONCLUSÃO

À guisa de concluir, evidenciou-se na presente pesquisa a influência dos meios de comunicação em massa e das tecnologias de interação constante na reflexividade e nos mecanismos de desencaixe das instituições. Situações de desencaixe, causadas principalmente pela depreciação da confiança, essencial na formação da autoidentidade, que exige um processo dialético de autocompreensão.

Inicialmente, procurou-se demonstrar a de que forma a reflexividade, e o esvaziamento do tempo e do espaço refletiu nas instituições modernas. Em um segundo momento abordou-se como os meios de comunicação em massa e as tecnologias de interação constante provocaram alterações significativas na sociedade. Ao final, discorreu-se sobre como o dinamismo e universalidade do mundo, tem causado de maneira progressiva o desencaixe das instituições globalizadas.

Sobretudo, o intuito não foi exaurir a temática, mas provocar um debate amplo acerca do que pode estar porvir. Assim, procurou-se responder se a reflexividade tem sido afetada pelos meios de comunicação em massa e pelas tecnologias de interação constante, de modo a conduzir ao mecanismo de desencaixe das instituições sociais. Para o debate, utilizaram-se, principalmente, as obras de Anthony Giddens para procurar uma solução ao problema moderno.

Com as constantes mutações, evidenciou-se a progressiva diminuição do pensamento crítico dos indivíduos, de modo a causar consequências significativas na constituição das instituições sociais. Isto se deve a influência da mídia (meios de comunicação em massa e tecnologias de interação constante) na constituição das instituições sociais e na formação da autoidentidade.

Ao fim, surge como alternativa a cibercultura, como forma de incluir, de modo a tornar as relações, atualmente individualizadas, progressivamente coletivas. Para isso, nota-se a necessidade de uma interação, menos virtual, e mais física entre os indivíduos, pois sua autoidentidade e formação das instituições sociais perpassam pela interação com os demais seres.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: ruma a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HÖFFE, Otfried. Visão de República Mundial. In: OLIVEIRA, Nythamar Fernandes; Souza, Draiton Gonzaga de. **Justiça e Política**: homenagem a Otfried Höffe. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MAGRANI, Eduardo. **Entre Dados e Robôs**: ética e privacidade na era da hiperconectividade. 2 ed.. Porto Alegre: Arquipélago Digital, 2019.
- MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: CULTRIX LTDA, 1969.
- PINKER, Steven. **Como a Mente Funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **O Novo Iluminismo** — em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ROEHE, Marcelo Vial; DUTRA, Elza. Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. In: **Avances em Psicologia Latinoamericana/Bogotá** (Colômbia), vol. 32 (1), pp. 105-116, 2014.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, Rio de Janeiro, mai./ago., 2002, p. 60-70.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.
ISBN: 2177-1103.

WOLF, Maryanne. **O Cérebro no Mundo Digital**: os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Contexto, 2019.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES UNIDOS PELA NATUREZA

Fabiano Kapelinski¹
Eduardo Alex Karnikowski²
Paola Vogt³
Carolina Back Olegário⁴
Graciele Machado Eberhardt⁵

RESUMO

O estudo contempla o projeto de cultura “Memória organizacional: construindo identidades através da contação de histórias de vida no trabalho de catadores de materiais recicláveis do município de Cerro Largo/RS”. Em vista disso, aborda sobre a importância de se ter um resgate da memória organizacional no contexto da Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN) junto aos sócios cooperados e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde por meio das ações e registros busca-se compreender a atuação da UFFS e seu impacto direto na vida e transformação social dos sócios cooperados da COOPERCAUN, através do uso da Memória Organizacional deste empreendimento de economia solidária. Sendo assim, por meio de uma pesquisa qualitativa e do uso da análise documental, propõe destacar os pontos-chaves da Cooperativa junto à comunidade, bem como elementos importantes da sua formalização e continuidade. Para isso, serão realizados registros através de filmagens, fotografias e entrevistas. Tais registros têm como meta a construção e materialização de acontecimentos e marcos históricos importantes ao longo da formação e trajetória da Cooperativa, resultando em um acervo que permitirá um melhor entendimento sobre o fenômeno, a transformação da vida desses cooperados e a atuação da extensão universitária.

Palavras-chave: Memória Organizacional – COOPERCAUN - Tríplice Hélice - Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). fabianokapelinski@hotmail.com

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. eduardo.itcees@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. paola.itcees@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. carolinnaback@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. gracimachado99@gmail.com

O presente estudo contempla o projeto de cultura “Memória organizacional: construindo identidades através da contação de histórias de vida no trabalho de catadores de materiais recicláveis do município de Cerro Largo/RS”, aprovado no Edital 725/GR/UFFS/2019. Diante disso a área temática do artigo na Jornada Interdisciplinar de Pesquisa refere-se a “Gestão e Desenvolvimento de Organizações”. Uma vez que busca registrar acontecimentos, assim como construir um acervo de informações para otimizar processos de gestão, promovendo o desenvolvimento, gestão do conhecimento e agregação de valor da Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos pela Natureza (COOPERCAUN).

A COOPERCAUN consiste em uma cooperativa de trabalho, onde por meio da organização conjunta, tem-se a criação de posto de trabalho quanto a coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos. Situa-se na Linha Primeira, interior do município de Cerro Largo/RS e conta com vinte (20) sócios cooperados que tem sua renda proveniente da comercialização de materiais recicláveis oriundos da coleta seletiva de Cerro Largo/RS, bem como, da parceria firmada com o município vizinho de Rolador/RS, que destina os materiais para a COOPERCAUN. Tendo em vista o seu ramo de atuação ambos os municípios são impactados pelo exercício de sua atividade, visto que a coleta seletiva mostra-se vital para a operacionalização das atividades de triagem de materiais (BOTELHO; KAPELINSKI; KARNIKOWSKI, 2019).

A cooperativa foi formalizada em dezembro de 2016 com o assessoramento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS, inicialmente tiveram-se treze (13) sócios fundadores, sendo que a cooperativa encontrava-se com sua sede administrativa na Rua Bernardo José Psiuk Nº 279, Bairro Espanada, Cerro Largo/RS. Por sua vez, a UFFS presta assessoria quanto às práticas e atividades extensionistas ligadas ao assessoramento gerencial da referida cooperativa. Neste sentido, são organizados cursos de capacitação nas diferentes áreas administrativas, bem como é realizado um acompanhamento minucioso de apresentação e discussão de práticas gerenciais (BOTELHO; KAPELINSKI; KARNIKOWSKI, 2019). Desse modo, visualizar e compreender a holística deste processo, conjuntamente, considerando o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, torna-se

desafiador desde sua concepção mais básica.

Nesse ponto de vista, o conhecimento mostra-se como um importante instrumento transformador do meio de vida das pessoas e organizações que atuam na sociedade, assim promovendo o desenvolvimento de diversas áreas e instituições. Deste modo, compreender como as organizações se comportam vem ao encontro de tal desenvolvimento. Neto (2008) propõe que o conceito de gerir e construir conhecimento vai além do gerenciamento de informações, passando a considerar aspectos pertinentes à sua concepção. A memória organizacional é um conceito que está dentro desse processo, sendo definido como uma “ferramenta” que leva ao compartilhamento e reutilização do conhecimento organizacional e pessoal (DE SÁ FREIRE et al., 2012). No entanto, o projeto conta com os seguintes objetivos: Compreender a atuação da Universidade Federal da Fronteira Sul e seu impacto direto na vida e transformação social de Cooperados de uma Cooperativa de Trabalho de Catadores no município de Cerro Largo, por meio do uso da Memória Organizacional deste empreendimento de economia solidária; Registrar acontecimentos, como uma forma de se criar uma memória, o qual poderá servir de subsídio a demais pesquisas que se seguirão; Preservar a história de vida e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no município de Cerro Largo e estruturar a linha de tempo da COOPERCAUN; além de; Demonstrar a importância da UFFS na construção de uma memória organizacional na COOPERCAUN como forma de se obter um arcabouço sobre os conhecimentos adquiridos durante essa caminhada. Todavia, com esse estudo propõem-se evidenciar a importância da memória organizacional para construir um acervo de informações da COOPERCAUN, apresentando possíveis resultados e a relação com a comunidade, provindos da extensão universitária.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando proporcionar um melhor entendimento sobre o assunto abordado, o estudo reporta a relação da universidade e extensão universitária, a tríplice hélice e, por último, a memória organizacional.

1.1 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Melo Neto aponta que o início da extensão universitária ocorreu com as universidades populares europeias dos últimos séculos, que objetivavam disseminar os conhecimentos técnicos a população. Foi a partir das experiências americanas que surgiram duas novas visões diferenciadas das europeias, a visão cooperativa ou rural e a universitária em geral, estas que tinham como ideia principal a prestação de serviços (MELO NETO, 2002).

No Brasil, universidade popular surgiu através da instalação da Universidade Livre de São Paulo, no ano de 1912, e recebeu influências do médico Eduardo Augusto Guimarães. Esta universidade, trazia o aparecimento da universidade popular junto do ensino superior e definiu a primeira proposta de extensão no país, através de cursos de extensão, prática que foi difundida nacionalmente (SOUZA et al, 2003).

Na universidade, a extensão como função acadêmica, deve se integrar a outros dois pilares: o ensino e a pesquisa. O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental na formação acadêmica, pois a relação entre esses três pilares, quando bem articulados, traz mudanças significativas nos processos de aprendizagem, melhorando a formação dos estudantes e trazendo significativas contribuições aos professores que repassam este conhecimento. A pesquisa e a extensão, integrados ao ensino, com a universidade e com a sociedade, possibilita a melhoria da relação da teoria e prática, compartilhando o saber acadêmico com a sociedade e recebendo-o de volta, testado e reelaborado (DIAS, 2012).

Segundo Nogueira, a universidade tem a extensão como um instrumento para cumprir a sua função social, e através dessa, é possível democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade. Uma forma de possibilitar que a universidade atenda às demandas mais urgentes da população, promovendo assim, a reconstrução de uma sociedade mais justa (NOGUEIRA, 2013).

No tocante a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem como missão interiorizar o ensino universitário público e promover, por meio de suas áreas de atuação – ensino, pesquisa e extensão – um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social para a região sul do Brasil, mais precisamente, na fronteira oeste

dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (BOTELHO; THIELE, 2015).

Neste sentido, UFFS, desde a sua concepção, tem definido como um dos princípios de sua atuação procurar desenvolver uma estreita relação com a sociedade. Isto significa avançar nas ações de extensão, promovendo uma integração entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares. Esta orientação não pode ser neutra, ao contrário, deve se constituir numa proposta transformadora para os sujeitos e grupos envolvidos. Portanto, o compromisso da UFFS com o ensino, pesquisa e extensão é ímpar, sua preocupação está exposta inclusive em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) e em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (BOTELHO; THIELE, 2015).

1.2 A RELAÇÃO DA TRÍPLICE HÉLICE

O termo Tríplice Hélice emergiu com a busca pela compreensão da relação universidade e governo, em meados dos anos 90, em estudos do pesquisador e professor universitário Henry Etzkowitz, da Universidade de Nova York (BOTELHO; THIELE, 2015).

Para Etzkowitz e Zhou (2017, p. 24), a Tríplice Hélice é definida, com como “um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo”.

O modelo sistemático abordado pela Tríplice Hélice, apresentado na Figura 1, baseia-se na atuação da universidade, sendo esta o ponto de início do desenvolvimento da relação entre indústrias e governo. A atuação da universidade possui como base a utilização dos conhecimentos provenientes dos processos estruturados do ensino, pesquisa e extensão (BOTELHO; THIELE, 2015).

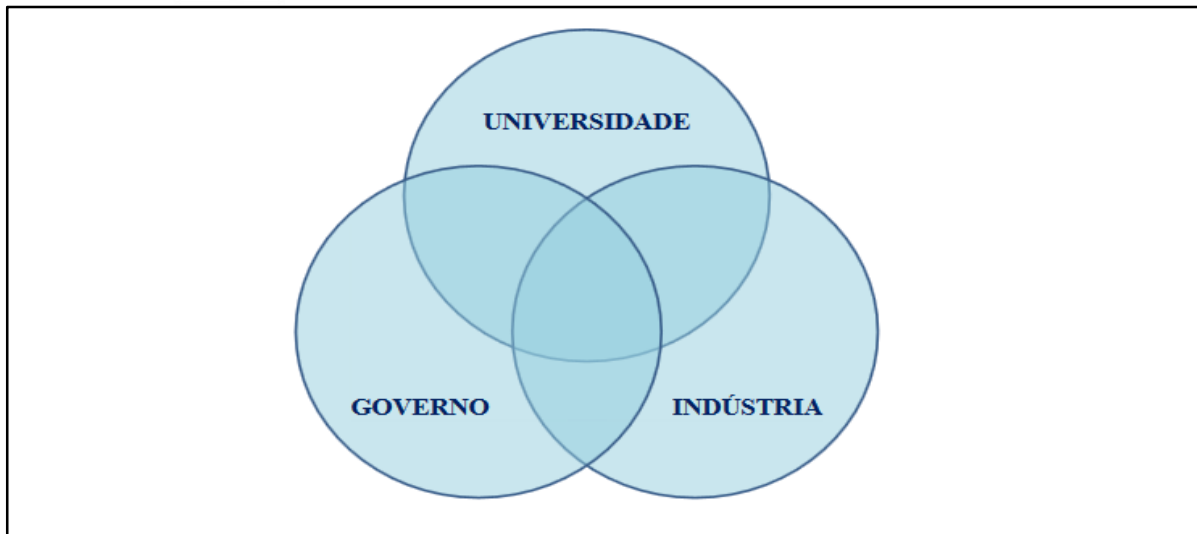


Figura 1 - Modelo sistemático abordado pela Tríplice Hélice.

Fonte: Etzkowitz (2003), adaptado pelos autores.

O argumento da Tríplice Hélice estabelece que a universidade é capaz de exercer um papel preponderante na sociedade baseada no conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000). Esse argumento baseia-se na atuação conjunta da universidade e da sociedade na procura por melhorias em diferentes problemas sociais, tanto de origem intelectual quanto econômica e científica, pressupondo o reconhecimento e tratamento desses problemas por meio de um processo dinâmico que preconiza a pesquisa e o desenvolvimento como ferramenta de transformação social (ETZKOWITZ, 2009).

Essa interação tem a finalidade de produção de novos conhecimentos, possuindo o princípio de integração das experiências provenientes de ambos os campos de atuação que associam o modelo, objetivando à inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico, pontos que incentivam as atividades dos setores público, privado e acadêmico visando um *feedback* às demandas sociais, como por exemplo emprego e geração de renda (BOTELHO; THIELE, 2015). De forma que a Tríplice Hélice torna-se relevante como forma de desenvolvimento nas diferentes delimitações territoriais, uma vez que, oportuniza a inovação e movimentação econômica através da maior interação entre os setores envolvidos (CHAI, et al. 2013).

Portanto, a relação entre o governo, indústria e universidade é fundamental no que diz respeito às necessidades das pessoas, viabilizando crescentes melhorias nos diferentes aspectos do entorno social. Sendo assim, por meio da aproximação e

comunicação entre estas diferentes esferas tem-se a capacidade de agregar diversos recursos, avançando na relação institucional que impacta em poder contribuir para o desenvolvimento tecnológico, em seus diferentes sentidos (GOMES; PEREIRA, 2015).

Considera-se que a relação oportunizada pela Tríplice Hélice materializa-se como forma quase perfeita de garantir o empreendedorismo, bem como a inovação, fomentando pesquisas de forma prática e usual, proporcionando mecanismos institucionais dinâmicos que favorecem o aspecto empreendedor e inovador, onde venham a interagir e beneficiar a sociedade (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

1.3 MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

A Memória Organizacional é representada por um modelo idealizado por Nilakanta, Miller e Zhu (2006) explicando onde está habita, pelo que é composta e como esta composição funciona no sistema geral da organização. Este modelo é apresentado na Figura 2.

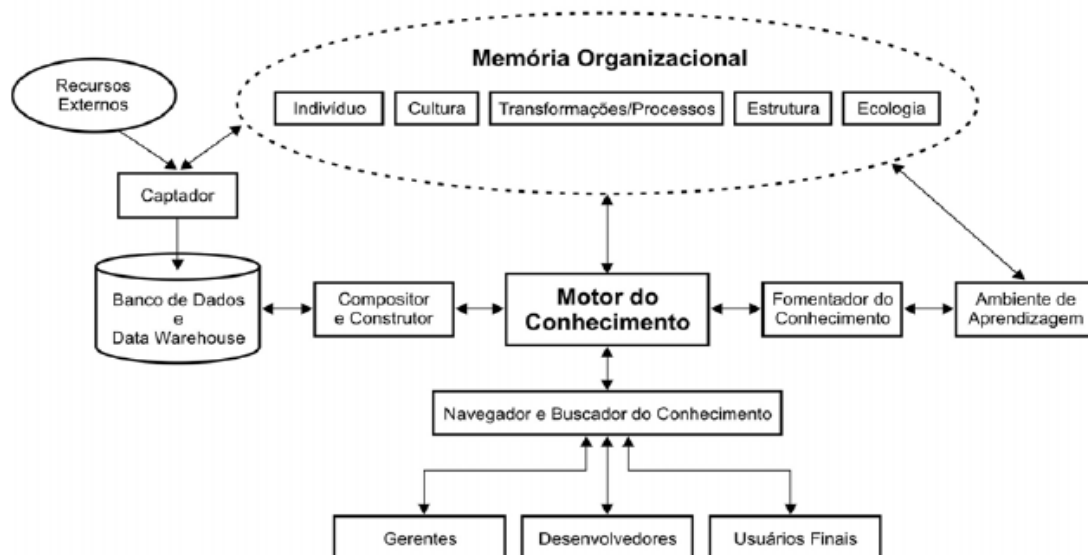


Figura 2: Memória organizacional em um sistema do conhecimento organizacional.

Fonte: Nilakanta, Miller e Zhu (2006, p. 88).

O motor do conhecimento é localizado no centro do modelo, assim, de acordo com a perspectiva de Nilakanta, Miller e Zhu (2006) ele auxilia na relação e suporte aos demais elementos. Condizente com a Figura 2 esta é composta por um elemento

externo que são os arquivos digitais e impressos e cinco elementos internos constituídos pelo indivíduo, cultura, a colaboração do grupo, a estrutura e a ecologia da organização.

Deste modo são esclarecidos tais elementos internos do modelo onde, os indivíduos são aqueles que trabalham na organização e conseqüentemente tem habilidades e atribuições incorporadas ao seu inconsciente fundando a memória individual. A cultura é um processo que está sempre sujeito a modificações decorrentes de novas experiências já que algumas experiências do passado podem colaborar com decisões futuras, de modo que, a cultura seja uma armazenagem organizacional. As colaborações do grupo é o conhecimento resultante das informações introduzidas nos processos que advém diariamente nas organizações. A estrutura atua entre o comportamento das pessoas e a relação desses indivíduos com o ambiente, os papéis individuais oferecem a conexão entre as memórias individuais e a organizacional. Já a ecologia do ambiente de trabalho codifica e apresenta informações, o aspecto físico da organização ajuda a delinear e aumentar as regras comportamentais (NILAKANTA; MILLER; ZHU, 2006). Além disso os autores destacam que a relevância dos elementos externos habita no fato de que a organização não é o único repositório de seu passado.

Deve-se ter a consciência de que a Memória Organizacional precisa responder as principais perguntas de uma organização relacionada ao ambiente, produtos, procedimentos e processos, concomitantemente deve funcionar como um serviço inteligente e ativo, onde consegue colocar à disposição de todos os funcionários da organização qualquer informação pretendida no mesmo momento ao qual foi solicitada (LASPISA, 2007). Laspisa define Memória Organizacional (MO) como:

[...] conhecimento corporativo que representa experiências prévias que são arquivadas e compartilhadas pelos usuários. [...] constituída por um conhecimento explícito [...] e conhecimento tácito [...] e abrange aspectos funcionais, técnicos e sociais de trabalho, o trabalhador e o ambiente de trabalho. (LASPISA, 2007, p.37).

A Memória Organizacional deve ser verdadeira, para contribuir com o conhecimento. Sendo assim, toda universidade deve considerar a importância da MO, pois ela permite a capitalização, distribuição, utilização e troca de conhecimentos e recursos (LEBLANC; ABEL, 2007). Portanto, a memória organizacional apresenta-se como ativo que possibilita minimizar a perda e o extravio de conhecimentos e gestão,

uma vez que este elemento promove o apontamento de estratégias e ações para melhoria da gestão do conhecimento e da inovação da organização, de forma a evidenciar a criação de técnicas, métodos e uso de ferramentas que convertam o tácito em explícito (SHIRADO, 2017).

2 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se quanto à abordagem em qualitativa, a qual está voltada à produção de dados descritivos, por meio das informações apresentadas pelos investigados e da conduta observada. Consiste, sim, em interpretar e compreender, com base em um olhar imparcial do pesquisador, a totalidade do ambiente em que se apresenta o objeto de estudo (TAYLOR; BOGDAN, 1998).

Quanto à natureza classifica-se em uma pesquisa básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista, bem como envolve verdades e interesses universais. No que se refere aos objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca-se compreender a atuação da Universidade Federal da Fronteira Sul e seu impacto direto na vida e transformação social de Cooperados de uma Cooperativa de Trabalho de Catadores no município de Cerro Largo/RS, através do uso da Memória Organizacional deste empreendimento de economia solidária.

No que diz respeito aos procedimentos classifica-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. Já a coleta de dados será por meio de dados secundários obtidos por meio de relatórios e documentos da COOPERCAUN. Desse modo, o público-alvo são os catadores de materiais recicláveis da COOPERACUN, em que conta com 20 famílias beneficiadas com implantação da Cooperativa. Enquanto que o universo consiste em ser o município de Cerro Largo/RS, em que conta com aproximadamente em 14.000 habitantes (IBGE, 2012).

Portanto, este estudo adotará a perspectiva interpretativista com abordagem qualitativa, já que objetiva realizar os registros a partir da visão dos envolvidos no processo (cooperados), em sintonia com o método de abordagem indutivo, sendo necessário para sua concepção a revisão bibliográfica e a análise documental como principais técnicas de coleta de dados, somada à observação das práticas sociais, políticas e ambientais no território em questão.

3 ANÁLISE E RESULTADOS

A memória organizacional é composta de conhecimentos específicos e tácitos, que são diretamente ligados às pessoas que compõem determinada organização, sendo fundamental a sua socialização e discussão (DE SÁ FREIRE et al., 2012). Os acervos tangíveis da memória organizacional perpassam diferentes tipificações, consagrando-se por facilitar a compreensão do contexto organizacional, por meio das experiências armazenadas e conhecimento produzido (PEREIRA, 2013). Diante disso, registrar as atividades da COOPERCAUN vinculadas à extensão universitária, configura-se de modo a permitir maior exploração dos acontecimentos e conhecimentos transmitidos.

Como resultados pretende-se confeccionar a produção de documentários cujo principal objetivo é compreender e apresentar os avanços e mudanças em face de uma cooperativa de catadores, por meio de sua memória organizacional. Neste sentido, serão realizados registros através de filmagens, fotografias e entrevistas. Tais registros têm como meta a construção e materialização de acontecimentos e marcos históricos importantes ao longo da formação e trajetória da COOPERCAUN, considerando sua relevância no contexto socioambiental.

Nessa perspectiva, Batista (2012) ressalta memória organizacional como sendo aquilo que indica o registro do conhecimento organizacional sobre processos, produtos, serviços e relacionamento com as pessoas. Vindo a esse encontro o estudo vem justamente proporcionar contribuições de gestão de conhecimento da COOPERCAUN, por meio da realização de um levantamento histórico de todo o seu processo, formalização, gestão, desenvolvimento e seus resultados até o momento, viabilizando o planejamento de ações para a sua própria consolidação.

Em vista disso, espera-se contribuir para a compreensão dos fenômenos decorrentes da formação e trajetória da COOPERCAUN, viabilizando construir uma narrativa história contendo os aspectos marcantes neste processo, permitindo que os cidadãos cerro larguenses tenham maior entendimento sobre a função social de uma cooperativa de catadores. Além disso, o trabalho auxiliará na compreensão sócios cooperados da COOPERCAUN sobre sua importância na sociedade, principalmente no município de Cerro Largo, uma vez que busca-se dar continuidade aos trabalhos

realizados pelos docentes, técnicos e alunos que atuam na UFFS.

Por outro lado, com o intuito de captar e registrar os fenômenos decorrentes da atividade da COOPERCAUN motiva-se os grupos artísticos locais, onde através de imagens e relatos da condição humana básica de expressar seus sentimentos, emoções, ideias, através de figuras, cores e formas desenvolvem suas atividades, destacando o potencial cognitivo da imagem que permite inseri-la no conjunto de mediadores culturais participantes do processo de construção do conhecimento sobre a vida e o trabalho cooperativo, servindo de “insumo cultural”, fomentando tais grupos. Ainda, dar continuidade aos novos projetos significa também maior visibilidade da causa, deste modo permitindo replicar e/ou adaptar ações em outros municípios.

Em contrapartida, possibilitará a aproximação da comunidade cerro larguense com a Universidade Federal da Fronteira Sul, voltando-se para as transformações sociais que ocorrem neste município, evidenciando as particularidades culturais, tendo como base a cooperação, a sustentabilidade e a transformação social, colocando a UFFS como entidade motora do desenvolvimento regional sustentável. Sendo que, pretende-se com isso, construir registros que favorecem a compreensão do contexto da COOPERCAUN, demonstrando o comprometimento e o impacto que uma Universidade Pública traz para a sociedade, de modo a construir soluções para o bem comum.

Portanto, a construção de uma memória organizacional da COOPERCAUN, possibilitará visualizar e compreender de modo holístico todo o processo de formação e assessoramento técnico concedido, considerando o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, o que demonstra ser desafiador desde sua concepção mais básica. Diante disso, este estudo é importante do ponto de vista, cultural e sustentável porque permitirá a valorização da COOPERCAUN, composta por catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, cujo contexto em que se encontra permite desenvolvimento ambiental, social e econômico. Ambiental porque retira materiais recicláveis das vias e logradouros públicos; Social porque estimula a formação de cooperativa com princípios de Economia Solidária e Cooperativismo; e Econômico porque gera trabalho e renda para os sócios cooperados.

CONCLUSÃO

Considerando que a memória organizacional constitui-se como fator histórico, logo inserido em um espaço de tempo, propõem-se alcançar os objetivos, a fim de apresentar posteriormente os acontecimentos, permitindo construir um acervo com informações importantes no acompanhamento da COOPERCAUN, com também tornando cada vez mais sólida a sua relevância no contexto social através da geração de trabalho e renda para o município de Cerro Largo/RS. Salienta-se que, mesmo que a história da cooperativa de trabalho seja relativamente curta, faz todo sentido construir e manter um acervo com os acontecimentos considerados importantes, o que nos leva a aprofundar nossas análises de compreensão, tanto em decisões estritamente gerenciais, como também em de maior complexidade. Apresenta-se como ganho acadêmico a aproximação da universidade com a comunidade local, além disso, como meio de transformação social pelo fato de gerar emprego e renda. Tal conjuntura mostra-se claramente como um exemplo prático de desenvolvimento regional sustentável, servindo de inspiração para outras localidades a fim de reproduzir estes conceitos, a memória organizacional, auxilia justamente neste processo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira**: Como implementar a Gestão do Conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 134 p. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/modelo_de_gestao_do_conhecimento_para_a_administracao_publica_brasileira._livro.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel; THIELE, Jéssica. Reflexões sobre o papel das universidades empreendedoras e os desafios do estabelecimento de incubadoras tecnossociais: Universidades Empreendedoras e a Tríplice Hélice. In: NOGUEIRA, Sandra Vidal et al (Org.). **Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos**: ensaios para uma pedagogia universitária interdisciplinar e transversal. Ijuí: Unijuí, 2015. p. 131-133.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel; KAPELINSKI, Fabiano; KARNIKOWSKI, Eduardo Alex. **Memória Organizacional da Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos pela Natureza**. 37º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. 2019.

Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=MEM%C3%93RIA+ORGANIZACIONAL+DA+COOPERATIVA+DE+TRABALHO+DECATADORES+UNIDOS+PELA+NATUREZA&btnG>. Acesso em: 25 out. 2019.

CHAIS, Cassiane et al. Atuação dos núcleos de inovação tecnológica na promoção do desenvolvimento regional a partir da abordagem da tríplice hélice. **Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, Santa Catarina, Brasil, v. 6, n. 4, p. 171-189, nov./2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319329765011>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DE SÁ FREIRE, Patrícia et al. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25324>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

DIAS, Ana Maria Iorio. Pesquisa na graduação e na práxis docente: educação para emancipação humana. In: BEZERRA, T. S. A. M.; CAVALCANTE, L. M.; FRANCO, R. K. G.; SAMPAIO, L. M. P. **A Pesquisa na Graduação: emancipação humana, práxis docente, trabalho e educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ETZKOWITZ, Henry. Innovation in Innovation: The Triple Helix of University-Industry-Government Relations. **Social Science Information**, Paris, v. 42, n. 3, p. 293-337, 2003.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. A dinâmica de inovação: de sistemas Nacionais e “Modo 2” a hélice tripla de relações-indústria-governo da universidade. **Policy Research**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo-Inovação em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFERGS-Editora, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=dRuzRyElzmkC&printsec=frontcover&dq=M%C3%A9todos+de+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwisneKStt3MAhVFh5AKHcQmD80Q6AEIHDA#v=onepage&q=M%C3%A9todos%20de%20pesquisa&f=false>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

GOMES, Myller Augusto Santos; PEREIRA, Fernando Eduardo Canziani. Hélice tríplice: um ensaio teórico sobre a relação universidade-empresa-governo em busca da inovação. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, Florianópolis, Brasil, v. 4, n. 8, p. 136-155, jun./2015. Disponível em:

<<http://stat.ijkem.incubadora.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/view/3309>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

IBGE, Censo Demográfico. Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. **Access in**, v. 20, 2012.

LASPISA, David Frederick. **Influência do Conhecimento Individual na Memória Organizacional**: um estudo em call centers. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90669?show=full>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

LEBLANC, Adeline; ABEL, Marie-Hélène. **Using Organizational Memory and Forum in an Organizational Learning Context**. 2007. Disponível em:

<<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=4444234>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

NETO, Rivadavia Correa Drummond De Alvarenga. **Gestão do conhecimento em organizações**: Proposta de mapeamento conceitual integrativo. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 328 p. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=DyprDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 maio 2019.

NILAKANTA, Sree; MILLER, L. L.; ZHU, Dan. Organizational memory management: technological and research issues. **Journal of Database Management**, Pennsylvania, v. 17, n. 1, p. 85-94, jan./mar. 2006. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/220373721_Organizational_Memory_Management_Technological_and_Research_Issues>. Acesso em: 17 jul. 2019.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.

MELO NETO, José Francisco. Extensão universitária: bases ontológicas. MELO NETO, J. F. (Org.). **Extensão Universitária**: diálogos populares. 1. ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

PEREIRA, Claudio de Souza. Memória Organizacional: conceito e práticas em construção. **Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 01-15, set. 2013. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=966&cod_evento_edicao=68&cod_edicao_trabalho=15641>. Acesso em: 30 de jul. 2019.

SOUZA, Maria Carolina Azevedo Ferreira et al. Incubadora tecnológica de cooperativas – ITCP X Incubadora de base tecnológica – IEBT: Diferenças e semelhanças no processo de incubação. **Revista Iboamericana de Ciência**,



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

Tecnologia, Sociedade e Inovação, n. 6, 2003.

SHIRADO, Yuri Luciana et al. **Memória Organizacional e sua Contribuição no Processo de Gestão do Conhecimento**. Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento. Londrina, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/view/505/340>> . Acesso em: 18 jul. 2019.

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTA DA MEDIAÇÃO PARA O TRATAMENTO DE CONFLITOS

Nadine Langner dos Santos¹
Charlise Paula Colet Gimenez²

RESUMO

No presente trabalho propõe-se apresentar a comunicação não violenta como uma ferramenta da mediação que busca a aproximação do indivíduo e do seu conflito como um meio de tratamento quantitativo bem como qualitativo. Configura-se como uma proposta à sociedade contemporânea que visa a autocomposição do conflito. Desse modo, o presente trabalho objetiva abordar a comunicação não-violenta como ferramenta para o tratamento do conflito e, quando o conflito ultrapassa os limites de uma convivência saudável e evolutiva, tem-se a aplicação da mediação. Para a pesquisa, adota-se o método de abordagem dedutivo, método de procedimento bibliográfico e técnica de pesquisa indireta.

Palavras-chave: Mediação - Comunicação Não-Violenta - Tratamento de Conflitos - Restabelecimento de Vínculos.

INTRODUÇÃO

A cultura jurídica atual passa por uma crise do Poder Judiciário, a qual apresenta um excesso de instrumentalidade, discursos e representações simbólicas exorbitantes, logo, não consegue atuar adequadamente na pacificação social e, ainda, tais litígios existentes promovem o afastamento das partes, na medida em que refletem um sistema distante, desigual, competitivo e engessado pelas normas o que, por sua vez, impossibilita o acesso adequado à justiça.

Em contraposição a esse sistema, apresenta-se a comunicação não-violenta como ferramenta da mediação, aquela que com um olhar mais fraterno e uma análise minuciosa dos conflitos atuais.

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) *campus* Santo Ângelo. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto "Mediação como instrumento para promoção de direitos humanos: pela humanização do direito", coordenado pela professora Dra. Charlise Paula Colet Gimenez. E-mail: charliseg@san.uri.br

² Doutora em Direito e Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Professora dos Cursos de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI, *campus* Santo Ângelo. Coordenadora do Curso de Graduação em Direito da URI. Integranete do Grupo de Pesquisa "Conflito, Cidadania e Direitos Humanos", registrado no CNPQ. Advogada. Atua no estudo do Crime, Violência, Conflito e Formas de Tratamento de Conflitos - conciliação, mediação, arbitragem e justiça restaurativa. E-mail: charliseg@santoangelo.uri.br.

Seu objetivo é não somente prevenir, como também reparar o conflito, impulsionar a autonomia dos conflitantes, e com isso aproximar as partes do tratamento adequado e inclusive dos resultados do conflito, semeando uma nova justiça para que de fato possa se operar a cultura da paz social. Ao pensar em uma nova justiça, a qual aproxima o indivíduo do seu conflito, busca a melhor forma de tratamento não se limitando à ideia do desafogamento do judiciário, mas um meio de tratamento quantitativo bem como qualitativo.

Portanto, a comunicação não violenta atua como ferramenta da mediação para tratamento de conflitos com a promoção da autonomia, responsabilidade, cidadania, direitos humanos, e ações cooperativas, enfim, como uma ética de alteridade, a qual busca a recuperação do estado anterior ao conflito e, quando o conflito ultrapassa os limites de uma convivência saudável e evolutiva, tem-se a aplicação da mediação, configurando-se como uma proposta a sociedade contemporânea.

1 DESENVOLVIMENTO

Ao analisar a contexto histórico das sociedades, de início, logo se constata que os conflitos são uma forma de caracterizar esses ambientes. Não se pode viver em uma sociedade sem conflitos, os conflitos não se encerram, eles são transformados (WARAT apud GIMENEZ, 2018, p. 29). Ao falar-se em conflito, importa conceituá-lo:

Conflito como um enfrentamento por choque intencional, entre duas pessoas, grupos da mesma espécie ou, ainda, entre nações, que manifestam uma intenção hostil geralmente em decorrência de um direito e, para mantê-lo, afirma-lo ou, ainda, restabelece-lo, rompem com a resistência do outro, por vezes com o uso da violência, o que pode acarretar no aniquilamento físico do outro. (GIMENEZ, 2017, p. 548).

O conflito, de uma maneira saudável, traz aos envolvidos um crescimento pessoal constituindo-se em uma experiência transformadora para as partes, a qual promove o desenvolvimento da sociedade (GIMENEZ, 2018).

No entanto, se levado o conflito para uma competição violenta, uma luta confusa e desordenada, pautada no ódio, inveja, necessidade e desejo, obtêm-se relações fragilizadas que buscarão algum tipo de unidade, mesmo que seja pelo aniquilamento um do outro (SIMMEL apud GIMENEZ, 2018).

O conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem da em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis. Em regra, intuitivamente se aborda o conflito como um fenômeno negativo nas relações sociais que proporciona perda para, ao menos, uma das partes. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 39).

Por exemplo, em uma brincadeira entre duas crianças quando existente um conflito geralmente elas recorrem aos seus pais, com isso, tem-se uma transferência de responsabilidade, pois quem acaba por pacificar a comunicação entre os menores são os adultos retirando toda a autonomia das crianças, mesmo que infantil, de resolverem os problemas.

Posteriormente, ao ingressar na escola em um novo espaço com novos colegas, tem o primeiro contato com um grupo social, é nesse local que as primeiras relações fora do laço familiar serão formadas. E nessas decisões de interações sociais que os indivíduos podem se unir com seus grupos de afinidades, sendo a cultura que torna os indivíduos iguais entre si. (SPENGLER; LUCAS, 2011, p. 124).

Consoante Flávia Resende e Ronan Ramos Júnior (2017, p. 120), o objetivo inicial da escola era transmitir conteúdos e o conflito visto como uma simples questão de disciplina. Entretanto, hoje em dia há fenômenos culturais complexos que batem à porta das instituições escolares, pois o mundo requer formação de pessoas para lidar com maior diversidade, inclusão e ter relações mais respeitadas e horizontais. Portanto, exigem das instituições escolares muito além da transmissão de conteúdos.

Como qualquer relação natural da sociedade ela provoca os conflitos, e novamente, ao encarar uma situação nesses moldes como o velho costume será instintivamente realizado à procura de terceirizar o tratamento destes.

No que concerne à sociedade atual, busca-se predominantemente “resolver” seus conflitos pelo Poder Judiciário que corresponde ao pai, à professora e a diretora dos grupos sociais menores, procura-se terceiros com uma posição hierárquica maior com autoridade o suficiente para fazer valer o direito, logo, culturalmente o ser humano é ensinado a buscar respostas para os conflitos.

Assim, criou-se uma cultura de tratamento de conflito pela via judicial, a qual se confunde com competição, uma vez que os termos normalmente são empregados como sinônimos, o que também reflete um entendimento impreciso que provoca

confusão (SPENGLER, 2010, p. 255), sendo assim aparenta que toda adversariedade deve ser resolvida com a intervenção de um terceiro.

Uma vez resolvido por um terceiro, uma autoridade, é definido “a parte ganhadora” e para essa solução somente é analisado o resultado da discussão, apresentando-se como um processo simbólico, sem perceber as consequências emocionais que um conflito promove.

Conforme mencionam Resende e Ramos Júnior (2017, p. 123) sobre Suáres uma mediadora argentina, baseada na teoria circular narrativa de Sara Cobb, desde as descobertas do físico Werner Heisenberg (1901-1976), esclarece a relação que o observador estabelece com um objeto observável, não é mais possível cientificamente pensar que nós, seres humanos, temos acesso às coisas tal como elas são. Pelo contrário, os estudos mostraram que seres humanos só podem ter acesso à realidade a partir das suas próprias percepções ou dos seus próprios pontos de vista.

Sendo assim, as divergências são presentes em todas as relações, portanto, para trata-las de modo diverso do processo atual – aquele que busca transferir a responsabilidade para o Poder Judiciário - apresenta-se a mediação, a qual se configura em um instrumento de exercício de cidadania, que busca ampliar a visão na medida em que visa educar, facilitar e ajudar a produzir diferenças e a tomar decisões sem a intervenção de terceiro que decide pelos afetados em um conflito, mas sim, aquele que indica o caminho.

Nesse sentido, a mediação vem como forma de modificar a visão do conflito, pois condiciona o seu tratamento de modo que esclarecem os sentimentos de ambas as partes, para que permita o outro compreender a razão que levou ao litígio.

Ao falar-se em mediação, deve-se compreender como um estar no meio entre dois polos diferentes, mas cúmplices e rivais nos quais um depende do outro. Dessa forma, mediação indica um complexo de atividades voltado a ligar dois termos distantes, mas conexos entre si. Mediar significa religar aquilo que está desconexo justamente pelo fato de que compartilhava exatamente aquilo que os separa (RESTA, 2004).

Mediação significa centro, meio, equilíbrio, traduzindo-se na ideia de uma terceira pessoa que se encontra entre as partes, não sobre, mas entre elas (SPENGLER, 2010).

Por essa razão, deverá ser compreendida como ética de alteridade, a qual reivindica a recuperação do respeito e do reconhecimento da integridade e da totalidade de todos os espaços de privacidade do outro, ou seja, um respeito absoluto pelo espaço do outro, e uma ética que rechaça o mínimo de movimento invasor em relação ao outro (GIMENEZ; SPENGLER, 2016).

Desse modo, apresenta-se a mediação como resposta ecológica ao conflito por empoderar as pessoas, resgatando a autonomia, ao mesmo tempo em que humaniza o Direito e as demais relações. A realização da paz sem a guerra como alternativa se dá pela existência de um terceiro potente, mas não despótico, que esteja acima das partes do conflito e que tenha capacidade de tratá-lo sem recorrer à violência. Trata-se, portanto, de um terceiro entre as partes, com mais força e com procedimentos que o legitimem democraticamente para intervir. Destarte, compreender o papel desempenhado pelo terceiro no tratamento do conflito, interno ou externo, em diferentes sistemas jurídicos, possibilita compreender a conflito e abordá-lo de forma mais humana e eficaz.

A mediação não busca acabar com o conflito, mas sim, ensinar as partes a trata-los com autonomia. “Nesse sentido, lutar contra o conflito para que ele não mais exista seria, para os teóricos da mediação, combater o modo como os seres humanos veem a realidade, ou seja, a partir de suas percepções, o que é uma tarefa impossível.” (RESENDE; RAMOS JÚNIOR, 2017, p. 119).

Presentes as divergências, o que se deve fazer é construir algo diferente, cooperativo, deve-se buscar um denominador comum; atuar e intervir no conflito pelo diálogo. Assim, defende-se atuar e mediar, ou seja, atuar e produzir a constituição da comunidade (GIMENEZ; SPENGLER, 2016).

Isso posto, Marshal Rosenberg, em seu livro comunicação não violenta (CNV) relata as questões dos conflitos como uma “má” comunicação que provoca os conflitos encarados somente como negativos.

Assim, configura-se em um processo de ação-reação, denominado como espirais de conflitos / escaladas de conflitos, que pode se entender da seguinte forma:

Há uma progressiva escalada, em relações conflituosas, resultante de um círculo vicioso de ação e reação. Cada reação torna-se mais severa do que a ação que a precedeu e cria uma nova questão ou ponto de disputa. Esse modelo, denominado espirais de conflito, sugere com esse crescimento (ou escalada do conflito), as suas causas originárias progressivamente tornam-se secundárias a partir do momento em que os envolvidos mostram-se mais preocupados em responder a ação que

imediatamente antecedeu sua reação. (RUBIN; KRIESBERG apud MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 44-45).

Percebe-se que é natural pensar que a resposta da ação é primordial para o conflito, pois entende-se que cada ação está condicionada por motivações egoístas e essa constatação se revela numa sociedade esmagadoramente materialista, que prospera com base em um duro individualismo, o que por sua vez não levará à construção de uma família, comunidade, sociedade ou nação homogênea (ROSENBERG, 2006, p. 18).

É inegável que pessoas estão cada vez mais conectadas, e a comunicação ocorre o tempo todo, toda via a interpretação final desse diálogo, e a forma em que será reproduzida muitas vezes possamos não considerar “violenta”, mas não raro induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, ou seja, para nós mesmos (ROSENBERG. 2006 p. 23).

Nossa linguagem é um instrumento imperfeito, criado por homens antigos e ignorantes. É uma linguagem animista, que nos convida a falar a respeito de estabilidade e constâncias, de semelhanças, normalidades e tipos, de transformações mágicas, curas rápidas, problemas simples e soluções definitivas. No entanto, o mundo que tentamos simbolizar com essa linguagem é um mundo de processos, mudanças, diferenças, dimensões, funções, relações, crescimentos, interações, desenvolvimento, aprendizado, abordagem, complexidade. E o desencontro entre este nosso mundo sempre em mutação e as formas relativamente estáticas de nossa linguagem é parte de nosso problema. (JOHNSON apud ROSENBERG, 2006, p. 52).

E a soma desses sentimentos ocultos provenientes da má interpretação das comunicações provoca a violência passiva, Marshal Rosenberg traz que:

[...] a violência passiva que alimenta a fornalha da violência física. Em razão de não compreendermos ou analisarmos esse conceito, todos os esforços pela paz não frutificam, ou alcançam apenas uma paz temporária. Como podemos apagar um incêndio se antes não cortamos o suprimento de combustível que alimenta as chamas? (ROSENBERG, 2006, p. 18).

E o combustível que o autor traz, remete a forma em que o comunicador se expressar, e como também o ouvinte interpreta. Com isso, Marshal Rosenberg (2006, p. 25) em seu livro comunicação não violenta (CNV) relata a forma em que se desenvolve a comunicação, e como ela deve ser expressa, buscando de forma

objetiva encontrar uma maneira de fazer brilhar a luz da consciência — de condicionar a atenção a se concentrar em pontos que tenham o potencial de dar o que se procura. A CNV se apresenta com os seguintes componentes: 1. Observação – 2. Sentimento – 3. Necessidade. - 4. Pedido.

Observar: sem julgar ou avaliar, saber analisar de fato o que está acontecendo em determinada situação; Sentir: Como nos sentimentos em relação àquela ação; Necessidade: Quais as nossas necessidades, e de que forma estão ligadas aos sentimentos que ali identificamos; Por fim o pedido: o que estamos querendo como reação positiva da outra pessoa. Como exemplo dessa aplicação o autor traz:

Uma mãe poderia expressar essas três coisas ao filho adolescente dizendo, por exemplo: “Roberto, quando eu vejo duas bolas de meias sujas debaixo da mesinha e mais três perto da TV, fico irritada, porque preciso de mais ordem no espaço que usamos em comum”. Ela imediatamente continuaria com o quarto componente — um pedido bem específico: “Você poderia colocar suas meias no seu quarto ou na lavadora?” Esse componente enfoca o que estamos querendo da outra pessoa para enriquecer nossa vida ou torná-la mais maravilhosa. Assim, parte da CNV consiste em expressar as quatro informações muito claramente, seja de forma verbal, seja por outros meios. O outro aspecto dessa forma de comunicação consiste em receber aquelas mesmas quatro informações dos outros. (ROSENBERG. 2006, p. 26).

A comunicação não-violenta é uma ferramenta da mediação utilizada para lidar da melhor maneira com os conflitos, encarando-os como oportunidade de conhecer a si mesmo, de ampliar a autonomia do indivíduo, bem como uma forma de melhorar as relações pessoais e profissionais, e assim se concentrar em pontos que tenham o potencial de dar o que se procura, ou seja, focar na ação – reação e a partir disso buscar a oportunidade de melhor se expressar e se relacionar.

Para despertar a melhor maneira de dialogar, a comunicação não violenta ajuda a repensar a maneira pela qual nos expressamos e ouvimos os outros, “[...] nossas palavras, em vez de serem reações repetitivas e automáticas, tornam-se respostas conscientes, firmemente baseadas na consciência do que estamos percebendo, sentindo e desejando.” (ROSENBERG, 2006, p. 24).

A promoção desse método de comunicação não-violenta libera a compaixão e incentiva o desenvolvimento de adultos responsáveis com seus próprios sentimentos, bem como a olhar para o outro de modo que poderão tratar seus conflitos por si só.

Portanto, embora os conflitos continuem se repetindo com a aplicação da CNV como ferramenta da mediação, promoverá a autonomia e o conhecimento próprio,

conectando-nos com nós mesmos, a fim de recuperar o estado anterior ao conflito, configurando-se como uma proposta a sociedade contemporânea que visa a auto composição podendo ampliar sua visão de mundo.

Conforme Flávia Resende e Ronan Ramos Júnior, o problema vivido pode ser pensado a partir de outras perspectivas, o que proporciona às partes maior amplitude de visão, as capacitando melhor para a vida e para que a questão, agora mais bem dimensionado, e assim estabilizando uma sociedade fraterna, pautada na alteridade, compaixão, ternura e amor (RESENDE; RAMOS, 2017).

CONCLUSÃO

Portanto, entende-se que os conflitos continuarão existindo, apenas vão passar por um processo de transformação, como se vestidos de problemas diferentes, mas que no fim, geralmente se resumirá, naquele sentimento reprimido, na voz que não foi ouvida, naquele vínculo que não foi restabelecido.

A comunicação não violenta é instrumento que visa evitar discussões ínfimas, atritos gerados por divergências de opiniões apresentando técnicas para observar a situação sem julgar, buscar sentir o que o outro sente avaliar a necessidade de colidir com a opinião, e por fim, refletir qual atitude tomar para melhor visualizar o conflito, a fim de percebê-lo como uma oportunidade de reconhecer a si mesmo.

Assim, ao dar vozes às partes, ao transpor os sentimentos de cada um, as mágoas, as dores que as palavras provocam, proporcionando aos conflitantes saírem da sua zona de conforto e observar o conflito de outro ponto, possibilitando compreender, aprender, e crescer como pessoa, se efetiva uma comunicação não-violenta.

E somente, na incompatibilidade de exercer a prévia alteridade durante uma comunicação não violenta, no momento da discussão, buscar ainda assim mediar à situação. Com um terceiro mediador, que não interferirá no conflito, mas que indicará o caminho a ser seguido, em que pese, as partes vão construir sozinhos, e poderão tratar o seu conflito com autonomia e soberania dos dois, reconectando-os, tratando da situação que os polarizou, como uma técnica de tratamento adequado de conflitos, cujo viés é promover uma ação cooperativa entre os conflitantes, aproximando-os, de modo que resgatem a sua autonomia, para que possam tratar seus conflitos com

independência, e conseqüentemente, provocando a emancipação do ser humano, tornando-o protagonista e responsabilizando-o das suas próprias atitudes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Gomma (org.). 2013. **Manual de Mediação Judicial** (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), 2013.

GIMENEZ, Charlise Paula Colet. O Conflito na sociedade moderna e a cultura do rompimento com o outro: por que a guerra?. **Revista Jurídica Cesumar**. maio/agosto 2017, v. 17, n. 2, p. 533-560.

GIMENEZ, Charlise Paula Colet. **O Novo no Direito de Luis Alberto Warat. Mediação e Sensibilidade**. Curitiba: JURUÁ, 2018.

GIMENEZ, P.C.Charlise, SPENGLER, M. Fabiana. **O Mediador na Resolução 125/2010**. Um estudo a partir do Tribunal Múltiplas Portas. Águas de São Pedro: Livro Novo, 2016.

SPENGLER, M. Fabiana, LUCAS, C.Doglas. **Justiça Restaurativa e Mediação**. Políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

SPENGLER, M. Fabiana. **Da Jurisdição à Mediação**. Por outra cultura no tratamento de conflitos. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

RESENDE, Flávia, Vieira de; RAMOS JÚNIOR, Ronan. A Mediação Pode Ser Uma Resposta Aos Conflitos Nas Escolas . In DUARTE, Fernanda. (Org) et al. **Mediações: práticas discursos e reflexões**. EDITORA PPGSD — PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Niterói – RJ. 2017, 1ª edição, p.117/127

RESTA, Elígio. **O Direito Fraternal**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

A TEORIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NO ENSINO DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Edenilson Rodrigues¹

Paulo Roberto Mix²

Gabriele Schek³

RESUMO

O ensino superior vem passando por profundas mudanças nas últimas décadas a fim de acompanhar as concepções que norteiam a formação do profissional e do docente, fazendo-se necessário repensar as formas de aprender e ensinar, onde o modelo de transmissão de conhecimento vem sendo substituído por um processo de ensino e aprendizagem que visa formar profissionais críticos e reflexivos a partir de problemas reais e transformadores dessa realidade. As instituições de ensino, que possibilitam novos caminhos estão mudando. Para a aplicação dessas propostas há necessidade de mudanças na configuração dos currículos, e uma das alternativas apontadas na literatura atual é a adoção de metodologias ativas de aprendizagem. Nesse contexto, essa revisão tem como objetivo analisar a utilização da metodologia da problematização como estratégia pedagógica para o ensino de enfermagem no Brasil. Esse trabalho de conclusão de curso será apresentado em forma de uma revisão integrativa da literatura científicas nos últimos 10 anos no Brasil, dada a relevância também foram incluídos artigos citados pelos selecionados previamente. Nessa monografia serão apresentadas reflexões acerca dos processos de ensino aprendizagem, perpassando pelo ensino nas ciências da saúde, uma contextualização acerca da teoria da problematização, com enfoque no arco de Magueréz e por fim a utilização dessa metodologia no ensino de enfermagem levantando os pontos positivos e negativos.

Palavras-chave: Ensino - Educação em Enfermagem - Aprendizagem Baseada em Problemas - Arco de Magueréz.

INTRODUÇÃO

O ensino vem passando por profundas mudanças a fim de acompanhar as concepções que norteiam a formação do profissional e do docente, fazendo-se necessário repensar as formas de aprender e ensinar. O modelo da pedagogia tradicional centrado na transmissão de conhecimento vem sendo substituído por

¹ Enfermeiro, Mestrando em Enfermagem. Docente Curso de Graduação em Enfermagem da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa – RS. edenilson@fema.com.br

² Enfermeiro, Mestre em Enfermagem, Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da FEMA, Santa Rosa – RS paulomix@fema.com.br

³ Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da FEMA, Santa Rosa, gabriele@fema.com.br

novos modelos pedagógicos, que apontam para a formação de profissionais críticos e reflexivos, e que sejam capazes de transformar a realidade social do seu cotidiano (PRADO et al., 2012).

Morán em um ensaio, sobre como mudar a educação com metodologias ativas, diz que teóricos como Dewey, Freire, Rogers e Novack, enfatizam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar na aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele. O mesmo autor destaca que, entre os componentes essenciais para o sucesso da aprendizagem, a criação de desafios, atividades, jogos que possam desenvolver as competências que se espera de cada etapa do aprendizado. Os jogos e as aulas com jogos e roteirizadas cada vez estão mais presentes no cotidiano escolar e tendem a se tornarem cada vez mais presentes nas diversas áreas de conhecimento e níveis de ensino (MORÁN, 2015).

As instituições de ensino, que possibilitam novos caminhos estão mudando seus modelos de ensino, por modelos centrados em aprender ativamente com problemas, desafios relevantes, jogos, atividades e leituras ora individuais, ora coletivos; projetos pessoais e projetos de grupo. Para a aplicação dessas propostas há necessidade de mudanças na configuração dos currículos, além da participação dos professores na organização das atividades, dos espaços e tempos. Nas metodologias ativas de aprendizagem (MAA), o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais, situações essas que serão as mesmas encontradas na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso (MORÁN, 2015).

As MAA fundamentam-se em um princípio teórico significativo: a autonomia (FREIRE, 2006 apud FUJITAI, 2016) e ancoram-se na pedagogia crítica, a qual parte de uma crítica de ensino tradicional e propõe-se a usar as situações-problema como um estímulo à aquisição de conhecimentos e habilidades (MESQUITA; MENESES; RAMOS, 2016). Esse modelo tem oportunizado a aproximação e articulação da universidade com a comunidade, pois possibilita a vivências, leituras e intervenções conscientes sobre a realidade, assim como valoriza os atores e os processos de construção coletivos e os diferentes saberes que deles emanam. Também dá liberdade para criação de soluções e de pensar o trabalho em equipe (FUJITAI, 2016).

São exemplos de MAA: a discussão de temas e tópicos de interesse para a formação profissional; trabalho em equipe com tarefas que exigem colaboração de todos; estudo de casos relacionados com áreas de formação profissional específica;

Debates sobre temas da atualidade; geração de ideias (*brainstorming*) para buscar a solução de um problema; produção de mapas conceituais para esclarecer e aprofundar conceitos e ideias; modelagem e simulação de processos e sistemas típicos da área de formação; criação de sites ou redes sociais visando aprendizagem cooperativa; elaboração de questões de pesquisa na área científica e tecnológica (BARBOSA, E.F.; MOURA, 2013).

Entre os “novos referenciais” podemos citar a metodologia da problematização, com o arco de Maguerez, que promove a mobilização do potencial social, político e ético dos alunos. Nesse modelo os educandos observam a realidade de maneira atenta a identificar um problema, e por fim desencadeia um processo criativo que envolve ação-reflexão sobre um aspecto da realidade observada, o que implica realizar alguma transformação na realidade posta (VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015). A teoria da problematização é utilizada, como meio de aprendizagem, em situações nas quais os temas estejam relacionados com a vida em sociedade (REIBNITZ; PRADO, 2006).

Nesse contexto, dada a recente utilização das metodologias ativas nos cursos de graduação nas áreas da saúde, **objetiva-se** com essa revisão, analisar a utilização da metodologia da problematização como estratégia pedagógica no ensino e aprendizagem em Enfermagem no Brasil. Tem como **objetivos específicos** identificar as principais metodologias ativas no ensino de Enfermagem; analisar estudos e relatos das experiências que utilizaram a metodologia da problematização no processo de ensino e aprendizagem de enfermagem; indicar levantar os limitadores as fragilidades e as potencialidades relatadas na literatura na utilização da metodologia da problematização;

1 MÉTODO

Foi utilizada a revisão integrativa de literatura que permite sumarizar pesquisas anteriores e delas obter conclusões gerais para analisar conhecimento sobre o assunto a ser investigado.

Para elaboração do tema de estudo partiu-se da seguinte questão norteadora: como é utilizada a Pedagogia da Problematização com uso do Arco de Maguerez no

ensino superior de Enfermagem segundo o que tem sido publicado em periódicos científicos nacionais sobre o tema?

Uma das etapas da pesquisa foi o levantamento bibliográfico, que foi realizado nas bases de dados eletrônicas, SciELO (*Scientific Electronic Library*) e na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), nos bancos de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BDEF (Base de Dados de Enfermagem). Para definição dos descritores utilizados nas buscas foi baseado nas terminologias dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) em português: ensino; enfermagem; aprendizagem baseada em problemas, arco de Maguerez. Dada à relevância, também foram incluídas referências indicadas diretamente pelos artigos.

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção da amostra foram: artigos e publicados em revistas científicas nos últimos 10 anos (2009-2019), que abordam o tema pedagogia da problematização com uso do Arco de Maguerez, disponíveis na íntegra *on-line* com acesso livre, e escritos em português.

Para melhor compreensão da discussão dividiu-se o texto em subcapítulos: no subcapítulo 1 é discutido o processo de ensino aprendizagem, e descritas e comparadas às principais características das diferentes correntes pedagógicas. No subcapítulo 2 O ensino com enfoque nas ciências da saúde. No subcapítulo 3 a teoria da problematização, dentro dos cursos de graduação nas áreas da saúde, com enfoque para o método do Arco de Maguerez. Por fim, no subcapítulo 4 são apresentadas questões do processo de aprendizagem, a partir da teoria da problematização, no ensino da graduação em enfermagem.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 BUSCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Resultaram do levantamento nas bases de dados eletrônicas, utilizando todos os descritores, 14 artigos, dos quais foram selecionados 4 artigos após exclusão de artigos repetidos, ou que não contemplassem o tema da pesquisa. A fim de ampliar o escopo dessa revisão foram feitas buscas cruzando apenas 2 descritores, assim como foram incluídos referências citadas nos artigos obtidos de antemão, totalizando mais 14 artigos. A amostra final compreendeu 18 artigos que estão descritos no Quadro 1.

Justifica-se esse método de busca em função da publicação de estudos acerca do tema ser recente. Com a leitura pudemos identificar uma vasta utilização de descritores nas publicações, que divergem muito entre si, fazendo com que a revisão se amplie mais através de referências citadas nos artigos encontrados previamente, do que pela busca por descritores estanques.

2.2 PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As formas de aprender e ensinar passaram por grandes transformações ao longo das décadas. Nos tempos atuais, os novos modelos de ensino tem sido assunto de muitas discussões, o que é certo ou errado, de modo que a identificar uma inquietação intelectual acerca do assunto (SOBRAL; CAMPOS, 2012). Atualmente as metodologias de ensino aprendizagem tradicionais ainda são amplamente utilizadas na formação de profissionais da saúde (FUJITAI et al., 2016). Esse modelo de educação foi denominado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1987).

Na educação tradicional, chamada por Paulo Freire de “bancária”, o aluno recebe os conhecimentos de forma passiva, tornando-se depósito de informações fornecidas pelo professor. Educa-se para arquivar o que se deposita. O senso comum a respeito da teoria da educação bancária tem como linha de pensamento que “quanto mais se dá mais se sabe”. Mas a experiência acerca da teoria comum demonstra que esse sistema só forma indivíduos sem qualquer estímulo para a criação e autonomia (FUJITAI et al., 2016; PEREIRA, 2003).

Esse modelo de educação priorizava a teoria do ensino sobre a prática, onde a principal preocupação dos professores está relacionada ao “como ensinar” e não ao “como aprender” (SETÚBAL; MALDANER, 2010). Nesse modelo pedagógico o ensino é centrado na exposição de conhecimentos do professor, que é tido como autoridade máxima do processo de aprendizagem e único condutor e responsável pelo processo educativo. Caracteriza-se pelos conteúdos e procedimentos didáticos não estarem relacionadas ao cotidiano do aluno e muito menos a realidade social em que se encontram. Embora a escola vise à preparação para a vida, não busca estabelecer relação entre os conteúdos que se ensinam e os interesses dos alunos, tampouco

entre esses e os problemas reais que afetam a sociedade (PEREIRA, 2007; FREIRE, 1987).

A teoria da problematização tem origem nos movimentos de educação popular do final da década de 50 e início da década de 60, e foram interrompidos pelo período de ditadura militar, e foi retomada no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nesta proposta pedagógica, os professores e alunos aprendem com base na realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo, atingem um nível de consciência dessa realidade, a fim de nela atuarem, possibilitando a transformação social (PEREIRA, 2007).

Essa teoria está presente em alguns métodos que podem subsidiar o ensino, dentre a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o Arco de Charles e Maguerez, que trabalham com uma solução de problemas (SP) reais, necessitando de estudo e embasamento teórico solucioná-los (MACEDO et al., 2018). As MAA são utilizadas em vários lugares no mundo e, embora apresentem suas limitações, demonstram resultados positivos na autonomia do educando (FARIAS; MARTIN; CRISTO, 2015), sendo a teoria da problematização a principal metodologia utilizada (SOBRAL; CAMPOS, 2012).

2.3 O ENSINO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

No Brasil, a saúde sofreu fortes mudanças nas décadas de 1980 e 1990, com a criação de um sistema universal, o SUS. Entre os obstáculos para a consolidação do SUS, apesar de ser o sistema de saúde vigente, amparado na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8080 de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), seus princípios apresentam diretrizes, conceitos e práticas que eram e continuam sendo contra hegemônicas na sociedade. O sistema hegemônico, o chamado modelo flexneriano, apresenta a atenção à saúde centrada no modelo curativo, hospitalocêntrico e superespecializada, na vertente de interesses econômicos e corporativos. A substituição desse modelo pelo sistema universal, que é pautado na integralidade do cuidado de forma humanizada, orientado e organizado através da Atenção Primária à Saúde (APS) depende do perfil de formação e da prática dos profissionais de saúde (DURÁN-GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2010).

Movimentos nacionais e internacionais que destacam a necessidade de profundas mudanças na educação superior de profissionais de saúde frente à inadequação do aparelho formador (GRAVE et al., 2019). As mudanças no ensino superior nas profissões da área de Saúde decorrem de transformações e alterações do perfil demográfico e epidemiológico da população, assim como da exigência em relação às práticas em saúde executadas (VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015).

As instituições têm sido estimuladas a valorizar a equidade e a qualidade da assistência, assim como a eficiência e relevância do trabalho em saúde. O processo de mudança na educação traz consigo inúmeros desafios, entre os quais podemos destacar a necessidade de romper com estruturas solidificadas e modelos de ensino tradicionais, e ainda formar profissionais de saúde com competências que lhes permitam atuação interdisciplinar e integral, com vistas a recuperar a dimensão essencial do cuidado: a relação entre humanos (BERBEL, 2011). Ceccim coloca como desafio na formação do profissional de saúde, a capacidade de muni-lo de conhecimentos para o exercício das competências e habilidades gerais, considerando que não existe “o” profissional, mas profissionais em constante processo de aprendizagem e produção da saúde (CECCIM, 2012).

No Brasil, a Rede UNIDA destacou-se como entidade que estabeleceu consensos quanto à necessidade de mudança. Ela incentivava a organização em redes com experiências e iniciativas de mudança na formação em saúde, e passou a divulgar experiências formativas, desenvolvidas pelos seus membros em eventos importantes da área de saúde e de formação, com o intuito de demonstrar a necessidade e a possibilidade de mudança na formação profissional. O maior exemplo do movimento foi à proposta de DCN para as profissões da saúde, que convocou todas as instituições de ensino superior (IES) a enviarem propostas de diretrizes nacionais. Esse movimento culminou em um documento com diretrizes gerais para a formação dos profissionais da área da saúde, influenciando a elaboração dos elementos centrais das DCN's da área da saúde (CONTERNO; LOPES, 2016).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) n.º 03/2001, recomendam a MAA como estratégia para desenvolver as competências e habilidades na formação do enfermeiro. Há evidências, que a adoção de MAA nos cursos de graduação que

contemplem a inclusão da pedagogia crítica, aproxime o estudante com a realidade de saúde e da sociedade (FERNANDES; REBOUÇAS, 2013). O Ministério da Saúde (MS) também propõe o uso de MAA na formação profissional, e orienta que estas devem estar articuladas com a rede de atenção à saúde (RAS), com intuito de incorporação desses conceitos na estrutura curricular. Os cursos de graduação da e as políticas públicas na área da saúde devem estar em concordância com seus modos de produzir ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde, sempre que possível baseado em problemas reais e que necessitam de soluções e/ou transformações (MACEDO et al., 2018).

2.4 A TEORIA DA PROBLEMATIZAÇÃO E O ARCO DE MAGUEREZ

A busca por mudanças curriculares nos cursos de graduação no Brasil são sustentadas pela busca de transformações na sociedade através da prática social, cultural e política (VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015). Dentre os argumentos oficiais, apresenta-se a necessidade das graduações atenderem a demandas das políticas atuais de saúde, no sentido de efetivar a inversão do modelo assistencial, formando profissionais para atuarem na atenção básica em saúde, centrados em ações preventivas que abranjam amplos grupos populacionais. Potencializa-se a ideia de que a formação dos profissionais seria o principal obstáculo para a consolidação de um sistema de saúde de fato resolutivo e que a mudança de ordem metodológica, de referencial pedagógico, seria a prioridade nesse âmbito (CONTERNO; LOPES, 2016).

A metodologia da problematização tem sido divulgada como uma estratégia pedagógica com grande potencial para formar profissionais críticos e capazes de enfrentarem desafios apresentados pela realidade social. A referência teórica mais citada sobre a metodologia da problematização no campo da formação em saúde no Brasil tem sido o denominado Método do Arco de Charles Magueréz (CONTERNO; LOPES, 2016).

No método da problematização, os problemas são identificados pelos acadêmicos a partir da realidade observada; assim, não há restrições quanto aos conteúdos a serem aprendidos, uma vez que a realidade social é dinâmica e complexa. A problematização com o Arco de Charles e Magueréz no ensino é potente

para despertar a curiosidade dos estudantes, e durante a etapa da teorização, a pesquisa pode trazer informações novas ainda não pensadas pelos docentes. Esse conhecimento desperta o sentimento de competência, engajamento e comprometimento do estudante com seu próprio conhecimento.

A estrutura do Método do Arco é constituída de cinco etapas: observação da realidade; pontos-chave; teorização; hipóteses de solução; aplicação à realidade prática (FUJITAI et al., 2016). A primeira etapa é a observação da realidade, e parte do princípio de que todo processo tem como ponto de partida uma realidade observada pelos educandos, que expressam suas percepções e sentimentos, situando os problemas num contexto global. A segunda é o denominado ponto-chave, onde se identificam, entre os dados observados, quais são mais relevantes para a situação. O terceiro momento é o da teorização, quando é construída a fundamentação teórica acerca do assunto. A partir desse ponto entramos na quarta etapa, com a formulação de hipóteses de solução do problema em estudo. Nesse momento põe-se um confronto da realidade com a teorização, apresentando e selecionando soluções criativas e viáveis na prática. Usa-se da realidade para aprender, enquanto há um preparo para que se possa transformá-la.

A quinta e última etapa compõe-se da aplicação da realidade, onde os educandos aprendem a generalizá-la para situações diferentes, além de adquirir domínio e competência das técnicas associadas à solução do problema. Cabe ao educador sistematizar a ação pedagógica, organizando atividades de tal forma que conduzam os educandos a refletir, criticar e transformar a realidade. A avaliação é inerente a todas as etapas do método, e ocorre continuamente através da observação e percepção sobre a participação, desempenho e aquisição de conhecimento dos educandos, frente às suas necessidades de aprendizagem (SONOBE et al., 2001). O exercício da cadeia ação-reflexão-ação transformadora reforça o compromisso social do estudante com a o meio (MARQUES, 2018)

Esta prática inovadora no processo de ensino aprendizagem ainda está em construção, e pode contribuir para a formação de profissionais mais críticos e reflexivos, cabendo igualmente a eles dar continuidade a estas ações. Para isso, faz-se necessário capacitar os docentes, além de propiciar a eles o exercício da prática reflexiva, a fim de que sejam capazes de estimular no aluno o exercício da pergunta, possibilitando a imersão consciente do homem no mundo. Mundo este, que é

carregado de conotações, valores, simbolismos, correspondências afetivas, interesses sociais e cenários políticos. Neste cenário, o professor precisa assumir a posição de facilitador do processo, proporcionando aos alunos experiências adequadas e significativas, para que despertem atitudes investigativas e de curiosidade perante o mundo (PRADO, et al., 2012).

2. 5 A ENFERMAGEM E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DA TEORIA DA PROBLEMATIZAÇÃO

A formação do enfermeiro tem com pilar a excelência no cuidado e, para que isso ocorra, é preciso desenvolver não só as competências técnicas e científicas, mas também as competências relacionais. O enfermeiro ainda está construindo os seus alicerces profissionais e assim, há uma necessidade de se afirmar no mercado de trabalho. Em consequência dessa necessidade, há preocupação excessiva com a especialização (SANTOS, 2010), onde são valorizados os conhecimentos técnicos e científicos, dando ênfase às questões biológicas no processo saúde-doença (modelo biomédico) em detrimento das questões psicoafetivas e socioeconômicas (MARQUES, 2018), como reflexos do modelo flexneriano que ainda não foi superado.

González-Chordá e Maciá-Soler (2015) afirmam que o curso de enfermagem deve garantir a formação de profissionais que sejam capazes de prestar cuidados seguros, com qualidade e eficiência. Além disso, devem ser capazes de responder às demandas atuais e futuras no campo da saúde, não se esquecendo de acompanhar a evolução dos conhecimentos e da tecnologia. Dessa forma, pensar em qualidade da educação pode repercutir na qualidade dos cuidados e do desenvolvimento profissional.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental o ensino e a compreensão do educando estejam articulados com a sua realidade, partindo de seu contexto e valorizando seus conhecimentos empíricos (MELO; QUELUCI; GOUVEA, 2014). Inexiste ensinar sem aprender, exigindo a existência de quem ensina e de quem aprende (AMESTOY et al., 2013). Assim se consolida uma aprendizagem significativa, baseada na experiência e nos conhecimentos prévios dos alunos, dessa forma as informações dão sentido a prática e deixam de ser simples memorização de conteúdo (MELO; QUELUCI; GOUVEA, 2014).

Assim, as MAA invadem o cenário tradicional de ensino, e propõe o protagonismo do aluno no seu processo de aprendizagem, com objetivo de desenvolvimento da autonomia do acadêmico (MITRE et al., 2008). Na profissão de enfermeiro, autonomia é uma habilidade indispensável para o exercício de suas atividades, sendo necessário estimular o desenvolvimento dessas habilidades desde os primeiros momentos de formação (CAMPOS; RIBEIRO; DEPES, 2014).

Sobral e Campos (2012) em uma revisão da literatura nacional, acerca do uso de MAA no ensino de enfermagem, as metodologias utilizadas no ensino e na assistência de enfermagem, 13 (46%) artigos utilizaram o método da problematização; 11 (39%) aplicaram MAA; 3 (11%) textos abordaram metodologias participativas e apenas um (4%) utilizou a ABP. Os autores pontuam que os novos métodos de ensino são um desafio, por exigirem do professor a seleção de estratégias para a efetiva participação ativa do aluno na aprendizagem. Ainda, que é essencial o planejamento crítico e consciente do docente sobre suas ações, pois não basta definir as técnicas e instrumentos, é necessário conhecer a concepção pedagógica adotada para aplicar os procedimentos adequados à aprendizagem. Também pontuam que para a concretização das mudanças no hábito de ensino, se fazem necessários investimentos técnicos e financeiros de todas as esferas de poder.

Prado et al. (2012) relatam em seu estudo a implementação das MAA na formação docente em uma disciplina de um curso de mestrado, em especial a utilização do Arco de Magueréz como instrumento de reflexão sobre a sua prática e método de ensinar em sala de aula. E concluem que a vivência permitiu desenvolver um processo de ação-reflexão-ação das atividades docentes e assistenciais exercidas, além de colaborar para construção das próprias trajetórias no processo de aprender a ensinar, também observaram a transformação da realidade dos alunos, ao ampliar suas compreensões sobre a MAA. As autoras colocam como desafio para o alcance das execuções dessa metodologia na prática, a necessidade de treinamento dos docentes, uma vez que a metodologia da problematização utilizando o Arco de Magueréz exige profundo conhecimento da técnica.

Fujitai et al. (2016), também relataram o uso do arco de Magueréz para nortear uma atividade, agora em uma disciplina de um curso de graduação em enfermagem, acerca do uso de brinquedos terapêuticos. As autoras concluem que o uso da metodologia ativa, norteadada pelo arco de Magueréz mostrou-se significativa, e

permitiu a aplicação da teoria sobre a prática, assim como o exercício da construção coletiva de conhecimentos, estimulando a criatividade e o pensamento crítico nos acadêmicos. Nesse estudo as autoras destacam como questões pertinentes a vivência de dificuldades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e a utilização das MAA no ensino em nível superior. Essa experiência possibilitou outro aprendizado para os acadêmicos que puderam vivenciar a dependência do aluno para com o docente, nas metodologias tradicionais, e puderam vivenciar a importância da autonomia e a responsabilidade pelo aprendizado.

Assim como nos estudos anteriores, Souza, Silva e Silva (2018) relatam sua experiência no ensino através do uso de metodologias ativas, com o auxílio de uma casa simulada. As autoras afirmam que atividades de simulação possibilitam aos estudantes vivenciarem o processo de aprendizagem em contextos semelhantes aos da realidade de maneira ativa, permitindo refletir, avaliar sobre os aspectos cognitivos, emocionais, sociais do paciente idoso e problematizar a respeito dos possíveis encaminhamentos durante sua atuação, que nesse estudo foi a visita domiciliar.

Esse processo corrobora para a formação de enfermeiros ativos, críticos, reflexivos, criativos, sobretudo, com a certeza de que o aprendizado é um estado dinâmico e sem limites. Cabe enfatizar que as instituições de ensino e os docentes devem refletir sobre o processo de aprendizagem e construir novas possibilidades de ações, engajando-se em modelos que valorizem aspectos científicos, éticos, pessoais e políticos necessários para a condução do processo de ensino superior (CRUZ et al., 2017).

2.6 DIFICULDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO CURSO DE ENFERMAGEM

Nesta revisão encontramos apenas um artigo onde as autoras elencam dificuldades dos docentes para o ensino utilizando metodologias ativas. Descreveremos essas dificuldades com base em Mesquita, Meneses, Ramos (2016).

As autoras realizaram um estudo de campo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, em uma IES federal na capital do Rio Grande do Norte. Elas encontraram relatos de problemas relacionados aos currículos, à falta de tempo e à desarticulação entre os conteúdos curriculares e a realidade. Frente a esses problemas destacam que há necessidade de organização curricular, pois alguns

conteúdos exigem maior atenção por parte do docente, requerendo tempo maior para serem bem trabalhados com os discentes. Também afirmam que os conteúdos ministrados devem ser relevantes para o aprendizado do discente e devem ser articulados com a realidade social.

Conteúdos irrelevantes abrem espaço para sobrecarregar os currículos. Essa sobrecarga leva ao estudante a encarar o ensino como uma obrigação carente de sentido, da qual buscam livrar-se o mais breve possível. Para amenizar esse problema, os docentes devem lidar criticamente com os conhecimentos disponíveis, distinguindo entre o que é relevante e o que não é, e assim produzir seus próprios conhecimentos, fazendo com que o seu ensino deixa de ser mera transmissão, incorporando também uma contribuição original.

Outra dificuldade encontrada pelas autoras foi à resistência dos docentes em modificar suas práticas. Elas destacam sua percepção, com base nas falas dos sujeitos da pesquisa, que as práticas docentes estão diretamente ligadas a modelos antigos, e o modo como os próprios professores foram ensinados, o que refletiria nas suas dificuldades de adesão a novas práticas. Intervir nesse processo de naturalização profissional exige uma grande reflexão, baseada na desconstrução de experiências. Os sujeitos professores só alteram suas práticas quando são capazes de refletir sobre si e sobre sua formação. Nesse contexto, é papel do docente refletir sobre seu papel na educação e sobre a finalidade de educar e, assim, cumprir a tarefa de romper com velhas crenças, cessar com o dogmatismo das práticas educativas.

No artigo, traz a ideia de formação continuada deveria fazer parte do processo e ofertada pela IES, sendo necessária a capacitação para todos os envolvidos no processo educativo, visando formar um profissional ativo e preparado para as necessidades do mercado de trabalho contemporâneo. E assim como os demais autores aqui discutidos concluem que não é fácil romper com conceitos já internalizados, e que o processo de mudança gera uma série de sentimentos. Ansiedade, dúvida, medo, insegurança, mas também conhecimento, reflexão, planejamento e esperança marcam esse processo de transição entre o tradicional e o “novo”.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar com esse trabalho que há uma mudança em curso nas maneiras de aprender e ensinar, e que essas estão ocorrendo progressivamente nos educadores e nos educandos. Assim como esses aprendem uns com os outros como ensinar/aprender de forma autônoma, como responsabilizar-se sobre seu aprendizado, como deixar que o aluno seja corresponsável pelo seu conhecimento.

A literatura indica que, o caminho para a autonomia e corresponsabilização do aprendizado, e ousar dizer, melhoria do atendimento em saúde perpassa pela adoção de metodologias ativas de aprendizagem. A utilização do arco de Maguerez é uma ferramenta com grande potencial para formação de profissionais críticos para a realidade do nosso cotidiano e do nosso sistema de saúde, que atende seres humanos complexos com sistemas interligados e não seccionados como a educação tradicional condiciona.

Porém, o desafio ainda é grande. Ao revisar os estudos da última década ainda encontramos poucos que discutem a aplicação em um curso de graduação de forma transversal, encontramos apenas experiências pontuais em disciplinas isoladas dentro dos cursos de graduação e pós-graduação. Menor ainda é o número de estudos que discutem as dificuldades da implantação desse tipo de metodologia no ensino superior.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, S.C.; BACKES, V.M.S.; THOFEHRN, M.B.; MARTINI, J.G.; MEIRELLES, B.H.S.; TRINDADE, L.L. Nurses' perception of the teaching-learning process of leadership. **Texto Contexto Enferm**, v.22, n.2, p.468-75, 2013.

BARBOSA, E.F.; MOURA, D.G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **B. Tec. Senac**, v. 39, n.2, p.48-67, 2013.

BERBEL, N.A.N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v.32, n.1, p.25-40, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília 15 a 19 de dezembro de 2000. O Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CAMPOS, L.R.G.; RIBEIRO, M.R.R.; DEPES, V.B.S. Autonomia do graduando em enfermagem na (re)construção do conhecimento mediado pela aprendizagem baseada em problemas. **RevBrasEnferm.**, v.67, n.5, p.818-24, 2014.

CECCIM, R. Desenvolvimento de competências no trabalho em saúde: educação, áreas do conhecimento e profissões no caso da saúde. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v.6, n. 2, p.253-77, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 03/2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília, Diário Oficial da União, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37.

CONTERNO, S.F.R.; LOPES, R.E. Pressupostos pedagógicos das atuais propostas de formação superior em saúde no Brasil: origens históricas e fundamentos teóricos. **Avaliação**, v.21, n.3, p.993-1016, 2016.

DURÁN-GONZÁLEZ, A.; ALMEIDA, M.J. Movimentos de mudança na formação em saúde: da medicina comunitária às diretrizes curriculares. **Physis**, v.20, n.2, p.551-70, 2010.

FARIAS, P.A.M.; MARTIN, A.L.A.R.; CRISTO, C.S. Aprendizagem Ativa na Educação em Saúde: Percurso Histórico e Aplicações. **RevBrasEduc Méd.**, v.38, n.1, p. 143-50, 2015.

FERNANDES, J.D.; REBOUÇAS, L.C. Uma década de Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em enfermagem: avanços e desafios. **RevBrasEnferm.**, v.66, n. esp, p.95-101, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

FUJITAI, J.A.L.M.; CARMONA, E.V.; SHIMOIII, A.K.K.; MECENAI, E.H. Uso da metodologia da problematização com o Arco de Maguerez no ensino sobre brinquedo terapêutico. **Revista Portuguesa de Educação**, v.29, n.1, p.229-58, 2016.

GONZÁLEZ-CHORDÁ, V.M.; MACIÁ-SOLER, M.L. Avaliação da qualidade do processo ensino-aprendizagem no curso de graduação em Enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enferm.**, v.23, n.4, p.700-7, 2015.

MACEDO, K.D.S.; ACOSTA, B.S.; SILVA, E.B.; SOUZA, N.S.; BECK, C.L.C.; SILVA, K.K.D. Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde. **Escola Anna Nery**, v.22, n.3, 2018.

MARQUES, L.M.N.S.R. As metodologias ativas como estratégias para desenvolver a educação em valores na graduação em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v.22, n.3, 2018.

MELO, M.C.; QUELUCI, G.C.; GOUVEA, M.V. Problematizing the multidisciplinary residency in oncology: a practical teaching protocol from the perspective of nurse residents. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v.48, n.4, p.706-14, 2014.

MESQUITA, S.K.C.; MENESES, R.M.V.; RAMOS, D.K.R. metodologias ativas de ensino/aprendizagem: dificuldades de docentes de um curso de enfermagem. **Trab. Educ. Saúde**, v.14, n.2, p. 473-86, 2016.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In.: SOUZA, C.A.; MORALES, O.E.T. (Org). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximação de jovens**. Ponta Grossa: UEPG/PROEXT, 2015.

PEREIRA, S.E. Contribuições para um planejamento educacional em ciências da saúde com estratégias inovadoras de ensino aprendizagem. **ComunCiênc Saúde**, v.18, n.1, p.33-44, 2007.

PRADO, M.L.; VELHO, M.B.; ESPÍNDOLA, D.S.; SOBRINHO, S.H.; BACKES, V.M.S. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Esc. Anna Nery**, v.16, n.1, p.172-77, 2012.

REIBNITZ, K.S.; PRADO, M.L. **Inovação e Educação em Enfermagem**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

SANTOS, E.F. **A Enfermagem no Espelho**: suas concepções sobre a profissão, a formação, a prática profissional e as especialidades. 2010. 150p. (Tese) Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SETÚBAL, O.A.M.; MALDANER, J.J. Resquícios da pedagogia tradicional na prática docente: um relato de experiências a partir do PIBID IFTO-Campus Palmas. In.: **V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste De Educação Tecnológica - CONNEPI 2010**. 17-19 nov. Palmas – Alagoas, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/799/517>. Acesso em: 1º mar. 2019.

SOBRAL, F.R.; CAMPOS, C.J.G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **RevEscEnferm USP**, v.46, n.1, p.208-18, 2012.

SOUZA, E.F.D.; SILVA, A.G.; SILVA, A.I.L.F. Active methodologies for graduation in nursing: focus on the health care of older adults. **RevBrasEnferm.**, v.71, supl.2, p.920-4, 2018.

TEIXEIRA, E.; FERNANDES, J.D.; ANDRADE, A.C.; SILVA, K.L.; ROCHA, M.E.M.O.; LIMA, R.J.O. Panorama dos cursos de Graduação em Enfermagem no Brasil na década das Diretrizes Curriculares Nacionais. **Rev. bras. enferm.**, v.66, n.esp, p.102-10, 2013.

VILLARDI, M.L.; CYRINO, E.G.; BERBEL, N.A.N. **A Problematização em Educação em Saúde**: percepções dos professores tutores e alunos. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2015.

ESTUPRO: UM DIÁLOGO PARA ALÉM DA CULTURA DO SENSO COMUM.

Júlia Vier Ramos¹
Mariel Haubert²

RESUMO

A sociedade atual é palco de inúmeros casos de estupro. A cada dia mais são as vítimas dessa violação, sendo esse crime já considerado uma problemática social. Sendo assim, o problema da pesquisa consiste no estudo do estupro de maneira abrangente, sua construção cultural e psicológica e consequências psíquicas e jurídicas. Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar o estupro- a partir de estudos bibliográficos realizados com base em pesquisa de autores como Pierre Bourdieu, Cezar Roberto Bitencort, Fiorelli e Mangini- por um viés cultural, psicológico e jurídico, com a finalidade de compreender a importância de tais fatores na perpetuação de crimes sexuais. Nesse contexto, o entendimento jurídico é de que o estupro é um crime hediondo que viola direitos como liberdade, dignidade e intimidade da vítima, possuindo punição significativa para o indivíduo praticante do ato. A partir disso percebe-se que é preciso realizar um trabalho cuidadoso, a fim de recuperar a vítima, e eficiente, de forma a reabilitar aqueles que praticam tal ato, para que não se reitere.

Palavras-chave: Estupro - Cultura do Estupro – Psicologia – Tipificação - Pena.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual é palco de inúmeros casos de estupro. A cada dia mais pessoas (mulheres, em sua maioria) são vítimas de atrocidades relacionadas à sua sexualidade.

O estupro, no entanto, não é apenas um problema social do século XXI. A situação atual foi sendo construída ao longo do tempo com ideias de dominação de um gênero sobre o outro, que continuam sendo perpetuadas a cada vez que um indivíduo se acha no direito de abusar sexualmente de outra pelo fato de esta vestir uma roupa “provocativa” ou pelo simples fato de acreditar que tal lhe deve aquilo em virtude de sua condição “inferior”.

¹ Acadêmica do Curso de Direito- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. julia.vier.ramos@gmail.com.

² Mestre em Educação nas Ciências. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Práticas de Produção Textual: o escrever e o significar em contexto acadêmico. mariel@fema.com.br.

Em vista disso, o presente artigo tem por objetivo de abordar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a temática de estupro por um viés cultural, jurídico e psicológico, a fim de analisar a construção de uma sociedade em que crimes como esse são recorrentes, além de suas previsões e consequências jurídicas e psicológicas. O primeiro capítulo apresentará a temática do estupro a partir de um viés cultural, evidenciando a relevância da cultura na matéria do estupro. Já o segundo capítulo analisará a violência sexual a partir de uma perspectiva psicológica, evidenciando a construção do ato referido na mente do abusador e as consequências psicológicas na vítima. O capítulo final discutirá sobre a implicação da violação na esfera penal e, por fim, uma possível forma de enfrentar esse problema.

O capítulo que abre as discussões tratará da temática da cultura do estupro, mostrando como é possível que a cultura endosse o abuso sexual através de alguns dogmas ou comportamentos que subtendem uma ideia de sobreposição de um gênero específico.

1 A CULTURA DO ESTUPRO

O estupro é um atentado muito grave à dignidade, liberdade e vida humana, pois expõe a vítima à uma situação degradante, tanto fisicamente quanto psicologicamente, colocando-a em posição de objeto no momento da violação de maneira a desconsiderá-la como sujeito de direitos, incluindo o direito à liberdade sexual.

Muito ainda tenta se compreender sobre a temática do estupro, principalmente como ocorre a construção de um crime tão horrendo e quais são os fatores que influenciam a efetivação e reiteração de tal prática tão violenta e destrutiva.

Nesse contexto, com o intuito de explicar essa temática por um viés de caráter social, já nos anos 1970, estudiosas norte-americanas começaram a desenvolver a ideia de que estavam inseridas em uma cultura do estupro, evidenciada no momento em que, ao deparar-se com situações envolvendo tal crime, o tratamento social e jurídico possuía a tendência de questionar e analisar o comportamento da vítima, normalizando a conduta do agressor (SANDAY, 1997).

A partir de tal perspectiva, Solnit, em seu livro “Os Homens Explicam Tudo Para Mim” - que aborda questões de gênero, a temática da violência contra a mulher e a cultura do estupro- apresenta uma definição:

Cultura do estupro é um ambiente em que o estupro é predominante e a violência sexual contra as mulheres é normalizada e desculpada na mídia e na cultura popular. A cultura do estupro é perpetuada pelo uso da linguagem misógina, a objetificação do corpo da mulher e a glamorização da violência sexual, criando assim uma sociedade que ignora os direitos e a segurança das mulheres. A maioria das mulheres e meninas limita seu comportamento devido à existência do estupro. A maioria das mulheres e meninas vivem com medo do estupro. Isso não acontece com os homens de modo geral. É assim que o estupro funciona como um meio poderoso pelo qual toda a população feminina é mantida numa posição subordinada a toda população masculina, apesar de que muito homens não estupram, e muitas mulheres nunca são vítimas de estupro. (SOLNIT, 2017, p. 166).

Dessa forma, a cultura tende a, por meio de alguns pensamentos equivocados, perpetuar ou legitimar o estupro quando educa os meninos para ocuparem o maior espaço possível, sem impor limites a comportamentos nocivos pelo simples fato de que “eles são assim mesmo”. Enquanto, por outro lado, às meninas são educadas para se portarem de maneira recatada, delicada, sem questionar as injustiças, pela aceitação de uma espécie de dominação e negação de seus direitos, caracterizando a violência simbólica, abordada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu livro “A Dominação Masculina” de 1998. É importante destacar que esse não é o único fator que culmina no estupro, pois há casos em que o agressor possui alguma forma de transtorno antissocial e não consegue ter empatia pelo sofrimento da vítima, então acaba realizando tal ato não somente com o intuito de obter prazer com a prática em si, mas principalmente com o sofrimento da ofendida.

No entanto, é possível afirmar que a maioria dos casos de estupro não é cometida por pessoas com transtornos psicológicos, mas indivíduos que foram moldados em uma cultura que relativiza ações como essa, duvidando da vítima ou dando razão ao agressor. Exemplo disso foi o caso da jovem de 16 anos que, no ano de 2016, foi violentada, enquanto estava inconsciente, por cerca de 30 homens que inclusive publicaram o vídeo em rede social como se o que eles estavam fazendo não fosse um crime de natureza grave, mas uma simples prática sexual¹.

² G1 RIO. **Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A vítima, além de ter sofrido uma violação incomensurável, ainda precisou lidar com comentários desrespeitosos referentes a sua pessoa, que relativizavam o estupro ou alegavam que ela tinha “pedido” por aquilo, uma vez que se colocou naquela situação de risco. Essa é a cultura do estupro. É o contexto em que a vítima é culpada da violação que sofreu, sendo desconsiderado o comportamento do agressor. Trata-se de uma inversão de papéis que acaba tornando casos como esse muito recorrentes.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que esse capítulo abordou a temática cultural do estupro considerando a mulher como principal ofendida, uma vez que é a vítima mais recorrente. Não estamos, de forma alguma, negando os casos em que homens são abusados. No entanto, a partir de uma análise cultural não cabe fazer alusão a essa questão, tendo em vista o fato de que a mulher sempre foi subjugada e considerada inferior, posição que dá vazão a comportamentos abusivos para com a figura feminina, pensamento que ainda está em processo de desconstrução.

Uma vez evidenciada a cultura do estupro, é preciso compreender como ocorre a formação do psiquismo do abusador e como essa construção psicológica poderá influenciar na violação, além de compreender as consequências na *psiqué* da vítima e nas suas relações interpessoais futuras. O próximo capítulo tentará tratar dessa temática de maneira abrangente, independentemente de questões de gênero, considerando apenas o psiquismo dos envolvidos. No entanto, é preciso destacar que algumas características são próprias do psiquismo de cada sexo.

2 A VIOLÊNCIA SEXUAL PARA A PSICOLOGIA

Segundo FIORELLI e MANGINI, a violência sexual é “[...] violação física e psíquica das mais severas.” (FIORELLI; MANGINI, 2010, p.193). Nessa forma de violência, além de haver uma nítida violação física da ofendida (em muitos casos, a perda da virgindade), o seu psiquismo é afetado de maneira quase irreparável. Além disso, as consequências desse ato se agravam por ultrapassarem o individual e implicarem no grupo social em que a vítima está inserida. Tal fato se torna visível a partir do momento que vítimas de estupro com maior poder aquisitivo procuram cirurgias restauradoras, como uma forma de reverter o dano físico (FIORELLI; MANGINI, 2010).

Nesse sentido, o dano psíquico é de tamanha magnitude, que a vítima de violência sexual tende a sentir-se “[...] indigna de viver em sociedade.” (AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 63). A sexualidade humana é algo tão íntimo e singular que, quando é violada de maneira que exponha a pessoa de tal forma, esta tende a sentir-se inferior, justamente pelo fato de ter sido colocada em condição de apenas objeto durante sua violação e ainda pelo julgamento posterior a que será submetida no meio social.

Além disso, durante a ocorrência do fato, pode haver a influência da emoção nas funções mentais superiores, ocasionando uma espécie de bloqueio de sensação, perda de memória ou direcionamento específico da atenção. É o caso de Luciana, de 17 anos, que foi estuprada por três homens repetidas vezes, enquanto imobilizada e emudecida. Em virtude dos estímulos que recebeu terem ultrapassado seu limiar superior e atingido um patamar de saturação, ocorreu um dano na percepção destes e Luciana acabou desmaiando, como forma de poupar as estruturas neurais do estresse exorbitante com o qual estava em contato. Ademais, em momento posterior ao abuso, tendo em vista que este ocorreu em um matagal, a jovem passou a sentir náuseas ao entrar em contato com o aroma do mato advindo de terrenos baldios, possuindo a mesma reação à presença masculina. Nesse caso, em virtude de anterior experiência traumática, tais situações despertam a atenção de Luciana, provocando reações correspondentes. Nesse contexto, a memória da moça também foi afetada, já que não foi capaz de narrar com detalhes o ocorrido, em virtude de um processo emocional que protege seu psiquismo para tais acontecimentos devastadores não emergirem (FIORELLI; MANGINI, 2010). Isto posto, a fim de garantir um melhor entendimento do assunto abordado e do contexto do abuso, faz-se necessário um estudo separado do abusador e da vítima.

2.1 A MENTE DO ABUSADOR

No campo da psicologia, o estupro, por não possuir elaboração mental por parte do estuprador e pelo seu caráter delituoso, situa-se no âmbito da criminologia e das anomalias dos comportamentos sociais, excluindo-o da psiquiatria. O único cenário que a psiquiatria levará em consideração é aquele que possuir elementos sádicos

(que diz respeito a 10% dos estupro, de acordo com o DSM III) (PRADO; PEREIRA, 2008).

À vista disso, o estupro tem sua caracterização na fase psicossocial conhecida como fase fálica ou pré-genital (PRADO; PEREIRA, 2008). A fase fálica, que ocorre dos 3 aos 6 anos de idade, diz respeito a um momento em que o prazer se encontra nos órgãos genitais. É nessa fase que ocorre o “Complexo de Édipo”, em que a criança, inconscientemente, sente atração pelo progenitor do sexo oposto e, ao mesmo tempo, uma rivalidade com o do mesmo sexo. Quando superada essa fase, a criança passa a se identificar com a figura de sexo igual ao seu, passando a tê-la por referencial. Além disso, é nesse momento que ocorre uma melhor definição do ego (adaptando-se à realidade) e do superego (julgando-se a moral interna). Também nessa etapa, definições como iniciativa e culpabilidade são geradas pelo correspondente psicossocial da criança. Apresentando uma falha nesse processo, o indivíduo terá dificuldade no relacionamento com o sexo oposto e complexidade na identificação sexual (FIORELLI; MANGINI, 2010). Nesse sentido, de acordo com PRAVO e PEREIRA:

Com a recusa da angústia de castração, a denegação inerente ao funcionamento perverso recai sobre a dimensão genital da sexualidade. Prevalencem a onipotência de pensamento e o ódio à realidade. Por causa da defusão das pulsões, a busca pelo poder e pelo aniquilamento do outro substitui a busca pelo gozo. A violência ocupa a cena, ainda que se apresente combinada com a sedução e com a excitação. (PRAVO; PEREIRA, 2008, p. 8).

Portanto, de acordo com os escritos de PRAVO e PEREIRA, é possível perceber que, a partir do momento em que o sujeito não desenvolve a “angústia de castração”, parte natural do processo psicossocial da criança, é possível que sobre ele recaia um sentimento de frustração sexual que pode culminar em problemas nas suas relações posteriores, pressupondo um cenário de violência ou abuso quando se trata da prática sexual. Nessa perspectiva, segundo FIORELLI e MANGINI:

São marcas do agressor sexual, a falta de noções de limites e de senso crítico. Não desenvolveu uma sexualidade saudável; muitas vezes, em consequência de ter sido vítima de violência sexual na infância ou na adolescência. Pode, ainda, ter suas origens em pessoas (em geral, homens) covardes, impotentes e sexualmente imaturas, que veem na criança uma forma de dar vazão a sua energia sexual. Sua percepção da vítima é a de um indivíduo inferior, o que representa um mecanismo de defesa útil para justificar a ação. Não existindo

comprovação física (teste de DNA, por exemplo) ou testemunhal, não hesitará em negar o fato ou buscará transferir a culpa para a vítima, a qual acusa de sedução. (FIORELLI; MANGINI, 2010, p. 260).

O disposto acima está mais relacionado a situações de abuso infantil, mas não deixa de ser um potencializador em casos de estupro de maneira geral, pois quando o indivíduo possui uma deficiência no desenvolvimento de sua sexualidade ou quando essa ocorre de forma equivocada, esse sujeito tende a buscar a relação sexual por meios ilegítimos, aproveitando-se da vulnerabilidade das vítimas ou colocando-as em situação de não possibilidade de defesa ou escolha.

Uma vez abordada a temática do estupro a partir da mente do abusador que- como foi visto é resultado de uma construção de episódios- é preciso tratar daquela mais afetada com toda a situação, a que terá mais dificuldade em reconstruir sua vida após trauma de tamanha magnitude: a vítima.

2.2 A VÍTIMA DE ESTUPRO

É indiscutível o fato de que o estupro é uma violação de natureza hedionda que causa consequências físicas visíveis e irreparáveis. No entanto, não há comparação com o que ocorre no psiquismo daquela que foi abusada. O próprio comportamento da vítima muda totalmente em virtude do trauma. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise detalhada dos impactos dessa violação na vida e na mente da vítima.

2.2.1 Consequências no psiquismo

Considerando a magnitude do dano advindo do abuso sexual, é possível perceber que as consequências nas vítimas de tal violação têm suas manifestações “[...] em mudanças comportamentais e em diversos tipos de transtornos mentais, de leves a graves.” (FIORELLE e MANGINI, 2010, p. 194).

A vítima, segundo FIORELLI e MANGINI (2010), pode reverter o abuso em três grandes categorias de consequências: dificuldades de adaptação afetiva- com dificuldade na recepção e expressão de emoções, a pessoa tende a evitar a aproximação de outros indivíduos como um mecanismo de defesa a fim de afastá-la de novas decepções; dificuldades para estabelecimento de relação interpessoal- a partir de um comportamento evitativo, a vítima tende a um afastamento das relações

interpessoais, principalmente com pessoas do sexo oposto; impedimento ao exercício saudável da sexualidade- a vítima do abuso sexual tende a temer a intimidade, recusando o relacionamento sexual. Além disso, a pessoa perde a motivação sexual, não encontrando mais satisfação na prática.

Em se tratando das relações emocionais anteriores da vítima e suas decepções, esta, por seu estado de fragilidade, pode ser mais facilmente manipulada, sendo levada a encontrar esperança em determinado indivíduo sem perceber as armadilhas preparadas pelo mesmo (SÁ, 1999). A respeito disso, elucidam Fiorelli e Mangini:

[...] o indivíduo perverso compreende a fragilidade emocional da vítima; nela identifica os sinais de carência emocional ou falta de valores e princípios que lhe sirvam para orientar seus comportamentos; ele desenha o quadro de sedução que ela encontrará a acolhida para seus anseios; o agressor lhe oferecerá o suporte emocional para realizar a travessia em direção à dor, à surpresa tão inútil quanto tardia. Se o colorido for a paixão, maior ainda será o dano. (FIORELLI; MANGINI, 2010, p. 196).

Quando se trata de pessoas próximas a vítima, o potencial abusador percebe as fragilidades dela e se aproveita de sua situação emocional para estabelecer confiança, então a ataca de maneira totalmente inesperada. Nesse caso, o trauma será ainda maior, ocasionando uma enorme decepção na vítima, descrença e desconfiança em relação aos outros, além de acarretar uma redução da autoestima e sensação de menos-valia (FIORELLI; MANGINI, 2010).

Os autores ainda destacam que toda essa situação pode ocasionar “[...] transtornos psicológicos diversos, entre os quais a depressão, estabelecendo um círculo vicioso: a pessoa deprimida tem suas forças reduzidas para enfrentar os desafios da se readaptar à vida social.” (FIORELLI; MANGINI, 2010, p.196).

A análise psicológica é primordial para compreender a importância de um tratamento adequado para com as vítimas de estupro. A violação é um trauma incomensurável e cada psiquismo poderá lidar de forma distinta com tal acontecimento, sendo subjetivo de certa forma. No entanto, há um campo de análise que trata o estupro de maneira bastante objetiva, inclusive estabelecendo as consequências jurídicas desse ato que, além de violação grave do corpo da pessoa, é um crime. Esse campo é o direito penal. Sendo assim, o próximo capítulo tratará da tipificação do crime de estupro, bem como a pena estabelecida pelo Código Penal.

3 O ESTUPRO SEGUNDO O DIREITO PENAL

Segundo o Art. 213 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940), o estupro é um crime que se encontra no Título VI- Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, no Capítulo I- Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, e consiste em:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena- reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§1.º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena- reclusão de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§2.º Se a conduta resulta em morte:

Pena- reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (BRASIL, 1940).

É importante destacar que o disposto no art. 213 do Código Penal atual não é o mesmo de 1940, modificando-se com o passar do tempo, tendo em vista que redação anterior estabelecia:

Estupro

Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena- Reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. (Revogado pela lei n. 9281, de 4-6-1996).

Atentado Violento ao pudor

Art. 214. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena- reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei n. 92181, de 4-6-1996.). (BRASIL, 1940).

Nesse sentido, foi a Lei N. 12.015/2009 que alterou o Título VI do Código Penal (antes denominado Dos Crimes Contra os Costumes) e passou a amparar a liberdade e dignidade sexual dos indivíduos. “Na realidade, [...] reconhece que os crimes sexuais violentos ou fraudulentos atingem diretamente a dignidade, a liberdade e a personalidade do ser humano.” (BITENCOURT, p. 46, 2014).

Além disso, com a Lei supramencionada, o legislador unificou os artigos 213 e 214 da redação anterior, que diziam respeito aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Nessa perspectiva, acredita Cezar Roberto Bitencourt, que o legislador:

[...] poderia ter aproveitado para substituir as expressões que identificam essas duas figuras- conjunção carnal (estupro) e ato libidinoso- por uma expressão mais abrangente, capaz de englobar vocábulos anteriores como, por exemplo, “violação sexual mediante violência.” (BITENCOURT, 2014, p. 47).

O autor defende que, dessa maneira, com o uso do termo “violação sexual mediante violência” seria possível considerar outros tipos de práticas sexuais, diversas das que possuem *cópula vaginal*. Assim esse termo poderia abranger as duas modalidades, não sendo necessário os dois termos: “conjunção carnal” e “outro ato libidinoso”.

A partir do disposto no Art. 213 do Código Penal, fica claro que o estupro é considerado um crime de natureza grave, pois viola tanto a liberdade, quanto a intimidade da vítima, colocando-a em posição de apenas objeto para satisfazer as necessidades do outro, sem levar em consideração sua própria autonomia e poder de escolha. Inclusive, nessa lógica, já em 25 de julho de 1990, o estupro teve a definição de crime hediondo, pela Lei N. 8.072 (dos crimes hediondos), sofrendo uma alteração de sua pena para seis a dez anos (BITENCOURT, 2014). Isto posto, é interessante abordar algumas características mais pontuais do crime de estupro.

3.1 BEM JURÍDICO TUTELADO

Segundo Cezar Roberto Bitencourt, tendo em vista o disposto na Lei n. 12.015/2019, o bem jurídico assegurado por esta “[...] é a liberdade sexual da mulher e do homem, o direito de exercerem a sua sexualidade, ou seja, a faculdade que ambos têm de escolher livremente seus parceiros sexuais.” (BITENCOURT, 2014, p. 48). Nesse contexto, o autor ainda fala sobre a liberdade e a possibilidade de recusa a praticar relação sexual com o próprio cônjuge, uma vez que a sexualidade é algo íntimo de cada pessoa e deve ser respeitada por todos, não importando a espécie de relação estabelecida.

Nesse sentido, além da liberdade sexual, Bitencourt também coloca a intimidade e privacidade como bens jurídicos a serem protegidos, tendo em vista que fazem parte da liberdade individual. Conforme o autor: “[...] em síntese, protege-se, acima de tudo, a dignidade sexual individual, de homem e mulher, indistintamente,

consubstanciada na liberdade sexual de cada um e direito de escolha.” (BITENCOURT, 2014, p. 48).

3.2 SUJEITOS ATIVO E PASSIVO DO CRIME

No crime de estupro, assim como em outros crimes praticados contra a pessoa, há alguém que pratica o crime e outro contra quem se pratica, ou seja, o sujeito ativo e o sujeito passivo. Nesse sentido, a fim de garantir uma melhor compreensão de quem podem ser esses sujeitos e de que maneira a violação pode ocorrer faz-se necessária uma abordagem desses indivíduos.

Em se tratando do sujeito ativo do crime de estupro, de acordo com a legislação anterior, o homem era o único que poderia praticar tal ato (sujeito ativo), uma vez que para ser considerado estupro deveria haver a conjunção carnal, ou seja, o coito vaginal (introdução do órgão sexual masculino no órgão sexual feminino). No entanto, com a entrada em vigor da Lei N. 12.015/2009 e a consequente modificação do disposto anteriormente, a mulher também poderá ser considerada sujeito ativo do crime, uma vez que estupro, segundo a legislação atual, abrange tanto a conjunção carnal quanto qualquer outro ato de caráter sexual (ato libidinoso) (BITENCOURT, 2014).

Já em relação ao sujeito passivo, em momento anterior à Lei N. 12.015/2009, apenas a mulher poderia ser considerada *sujeito passivo*. Nesse contexto, é relevante colocar que não há restrição em relação à uma mulher em específico, toda mulher estaria sujeita a ser vítima de tal violação. Nesse sentido, declara Cezar Roberto Bitencourt:

No crime de estupro não se pode perquirir sobre a conduta ou honestidade pregressa da ofendida, podendo dele ser sujeito passivo até mesmo a mais vil, odiada ou desbragada prostituta. Assim, qualquer mulher pode ser vítima de estupro: honesta, prostituta, virgem, idosa etc., sempre que for obrigada à prática sexual contra sua vontade. (BITENCOURT, 2014, p. 49).

Sendo assim, não há de se desqualificar a vítima por suas atitudes ou vida pregressa, como muitos ainda tentam fazer. Ninguém é menos vítima de estupro por um motivo ou outro. Também é importante colocar que o crime de estupro independe

das vestimentas da vítima, uma vez que esse não é a única situação que culmina nesse atentado sexual.

Isto posto, tendo em vista os casos de estupro de maneira mais abrangente, houve inovação da Lei N. 12.015/2009, incluindo o homem na possibilidade de ser sujeito passivo do crime de estupro, assegurando-lhe a mesma possibilidade de se fazer justiça quando tiver o seu direito violado- situação que antes era conhecida como atentado violento ao pudor (BITENCOUT, 2014).

Uma vez esclarecido o assunto de quais pessoas podem estar envolvidas no crime de estupro, é preciso entender de que forma o ato pode ser praticado de maneira a ser considerado tal crime de natureza tão hedionda. Dessa forma, é fundamental expor a temática da tipificação, que enquadrará a prática ao disposto no Art. 213 do Código Penal.

3.3 TIPO OBJETIVO: ADEQUAÇÃO TÍPICA

O Código Penal tipifica o crime de estupro como sendo um constrangimento de alguém, com o uso de violência ou grave ameaça, para que o outro tenha conjunção carnal ou pratique ato libidinoso com esse. Sendo assim, é interessante que sejam analisados cada aspecto separadamente a fim de evitar interpretações errôneas ou equivocadas sobre o assunto em questão.

A ação de *constranger*, diz respeito a fazer o uso da força a fim de compelir ou obrigar alguém (que se refere tanto à conjunção carnal quanto ao ato libidinoso, podendo, portanto, ser homem ou mulher) a fazer algo. Na primeira modalidade de estupro, esse alguém (a mulher no caso) será obrigado à *conjunção carnal*, que consiste na “[...] introdução do órgão genital masculino na cavidade vaginal.” (BITENCOURT, 2014, p. 50). Portanto nesse primeiro caso faz-se referência somente à relação heterossexual convencional, com a inclusão dos atos de libidinagem preliminares, utilizados para estímulo na prática sexual.

Já no que diz respeito à segunda modalidade do crime de estupro- o ato libidinoso (aquele de caráter erótico que tem por objeto o prazer sexual) - segundo Cezar Roberto Bitencourt, é possível que seja efetuada de duas formas: praticando ou permitindo a ação. Nesse sentido, segundo o autor, “[...] na forma de *praticar* é a própria vítima obrigada a realizar o ato, isto é, deve adotar uma posição ativa; na forma

de *permitir*, aquela é submetida à violência de forma passiva.” (BITENCOURT, 2014, p. 52).

Esclarecida a tipificação do crime, é necessário se ater à maneira como ele é efetivado: mediante violência ou grave ameaça. O vocábulo *violência* refere-se à utilização da força física a fim de conter a resistência da vítima. Tal violência pode ter sua produção por energia corporal própria do agente, que poderá utilizar-se de outros meios para agravá-la. Nessa perspectiva, segundo Bitencourt, “[...] a violência poderá ser *imediate*, quando empregada diretamente contra o próprio ofendido, e *mediata*, quando utilizada contra terceiro ou coisa a que a vítima esteja diretamente vinculada.” (BITENCOURT, 2014, p. 53). O autor também coloca que a força investida contra a vítima não precisa ser necessariamente irresistível; apenas suficiente para coagir a vítima e permitir a realização da violação pelo sujeito ativo.

Em se tratando da *grave ameaça*, esta é mais próxima da violência moral e “[...] exerce uma força intimidativa, inibitória, anulando ou minando a vontade e o querer da ofendida, procurando assim, inviabilizar eventual resistência da vítima.” (BITENCOURT, 2014, p.53). Nesse caso, ainda segundo Cezar Roberto, a ameaça precisa ser de natureza grave, impondo de forma efetiva temor a vítima, a partir de algo que lhe seja de extrema importância, anulando assim a vontade dela querer agir contra seu agressor. Nessa perspectiva, aborda então Bitencourt sobre a resistência da vítima:

[...] não é necessário que se esgote toda a capacidade de resistência da vítima, a ponto de colocar em risco a própria vida, para reconhecer a violência ou grave ameaça. Para a configuração de crime de estupro não há necessidade de que a violência seja traduzida em lesões corporais. Exige a lei que a resistência da vítima à consumação seja sincera, real, autêntica, mas não exige que se prolongue até o desfalecimento. (BITENCOURT, 2014, p. 54).

Sendo assim, como muito bem aborda Bitencourt, não há necessidade que a vítima esgote suas forças para configurar a violência ou grave ameaça no crime de estupro; estando ela compelida de qualquer maneira que não seja possível ou viável resistir, tais elementos já foram evidenciados.

3.4 ADEQUAÇÃO TÍPICA SUBJETIVA, PENA E AÇÃO PENAL

O elemento subjetivo que constitui o crime de estupro é o *dolo*, ou seja, a *vontade consciente* do agente praticar o ato. Dessa forma, não existe a modalidade culposa do crime de estupro, uma vez que a ação decorre de um querer do agente. Porém no caso de lesão corporal de natureza grave ou morte decorrente do estupro, a intenção do agente é desconsiderada, uma vez que se trata de consequências da violação que o agressor não previu (BITENCOURT, 2014).

Já em se tratando da consciência do agente, é preciso que esta seja atual, estando presente no momento de realização do crime, uma vez que o ato de constranger alguém necessita de que o agente compreenda que aquela ação vai de encontro à vontade da vítima (BITENCOURT, 2014).

Em se tratando das consequências jurídicas da violação, como disposto no Art. 213 do Código Penal, a pena para o crime de estupro, isoladamente, é reclusão de seis a 10 anos. De acordo com o § 1º do artigo supramencionado, se decorrer dessa conduta lesão corporal ou se a vítima for menor de dezoito anos ou maior de catorze anos, a pena de reclusão aumenta e passa a ser de oito a doze anos. Já se resultar em morte, tendo em vista o disposto no § 2º do Art. 213, a pena é de doze a trinta anos de reclusão (BRASIL, 2009).

Há, ainda, alguns agravantes. Segundo o Art. 226 do Código Penal, inciso I, a pena para o estupro é aumentada em um quarto quando cometida por duas ou mais pessoas. E, segundo o inciso II do mesmo artigo, se o agente é “[...] ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela” a pena será aumentada de metade. Nesse contexto, o Art. 226 também aborda as hipóteses de estupro coletivo (concurso de dois ou mais agentes) e estupro corretivo (a fim de controlar o comportamento sexual ou social da vítima), sendo que estas aumentam a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

Nos casos em que a vítima estiver desacordada, for menor de 14 anos, ou ainda- por conta de enfermidade ou deficiência mental- não possuindo discernimento para a prática do ato ou ainda se estiver em condição de não poder oferecer resistência, considera-se estupro de vulnerável, pelo disposto no Art 217-A, § 1.º do Código Penal. Tal conduta ocasiona pena de oito a quinze anos de reclusão, se não ocasionar em morte ou lesão corporal de natureza grave (BRASIL, 2009).

CONCLUSÃO

Como foi possível perceber, o estupro tem seu início em um contexto social que legitima uma espécie de cultura que molda as relações humanas a partir de uma ideia de dominação e relativização das violências advindas dessa. Nesse sentido, como a cultura determina a formação da subjetividade do indivíduo, tal contexto, juntamente com fatores psicosssexuais que são fundamentalmente determinados na fase fálica do sujeito, podem ocasionar um comportamento abusivo por parte deste em alguns casos relacionados à questão sexual do mesmo, culminando em uma falta de noção de limites e de respeito aos direitos alheios. O estupro também possui sentido de ataque, colocando a vítima em posição de objeto, algo a ser vencido pelo agressor, estabelecendo uma relação de poder e submissão que, para muitos, é até mesmo prazerosa.

Já para o Direito Penal, o estupro consiste em um crime hediondo, de natureza grave que viola direitos da vítima, entre eles: a liberdade sexual, a intimidade, a dignidade. Para que tal crime se caracterize é preciso haver uma violação sexual caracterizada pelo dolo do agente, podendo ser efetuada por homem ou mulher, mediante violência ou grave ameaça que impossibilitaria a vítima de defender-se. Quando a vítima está inconsciente, o estupro também ocorre, mas como forma de estupro de vulnerável. Nesse contexto, a pena para o estupro isoladamente é de seis a dez anos, podendo passar para oito a doze anos- se ocasionar em lesão de natureza grave ou se a vítima for menor de dezoito anos ou maior de catorze anos; ou de doze a trinta anos, se ocasionar em morte.

Dessa forma, tendo em vista a gravidade da situação é preciso que o sistema judiciário valorize um atendimento especializado para as vítimas, preparando aqueles que receberão as denúncias para que ajam com empatia e respeito para com as vítimas, a fim de que estas sintam-se confortáveis para relatar o ocorrido e possam até mesmo realizar um trabalho de reabilitação de seu psicológico a fim de recuperarem-se do trauma. Assim um trabalho com os profissionais a fim de sensibilizá-los e prepará-los para lidar com a vítima é primordial. A vítima precisa ainda de um acompanhamento psicológico constante de maneira a recuperar-se do trauma de forma legítima. É preciso muita calma e cuidado com as vítimas de estupro, uma

vez que a violação sofrida é de magnitude tamanha que deixa uma marca evidente no psiquismo da ofendida.

Já em se tratando do abusador, é preciso realizar um trabalho eficiente para sua reabilitação, uma vez que este se encontra com seu psiquismo abalado por uma má construção psicosssexual, tendo a relação sexual como algo não saudável, propensa a causar sofrimento a outra parte. Sendo assim, é interessante que seja feito um tratamento psicológico afim de demonstrar ao agressor que sua sexualidade pode ser desenvolvida de maneira saudável, respeitando a liberdade sexual das pessoas, independente de sua condição ou situação. Nesse sentido, rodas de conversa de grupos de apoio são uma maneira interessante de tratar de tal problema, além de um acompanhamento psicológico, a fim de recuperar seu psiquismo e evitar a reiteração da prática.

Como uma medida de longo prazo é interessante que as instituições (tanto a família, quanto a escola) possam embasar seu trabalho de maneira a educar as crianças para que respeitem a intimidade de todos, impondo limites a qualquer comportamento invasivo, sendo esse praticado independente de gênero. Nesse contexto, é preciso ainda desconstruir a cultura que legitima a prática do estupro, colocando todos os indivíduos em posição de nivelamento, sem menosprezar determinado grupo ou colocá-lo em condição inferior, como ainda ocorre com as mulheres. Pois, uma cultura que escolhe não dar voz a uma mulher em seu espaço de trabalho por sua condição de mulher é a mesma que pede que ela se cale em relação a abusos cometidos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. **Crianças Vitimizadas:** a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Pena Parte Especial 4:** dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera a legislação penal federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 de ago. 2009.

FIORELLI, José O. MANGINI, Rosana Cathya R. **Psicologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

G1 RIO. **Vítima de Estupro Coletivo no Rio Conta que Acordou Dopada e Nua**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

PRADO, Maria do Carmo C. de Almeida; PEREIRA, Ana Carolina C. **Violências Sexuais: incesto, estupro e negligência familiar estudos de psicologia**, vol. 25, núm. 2, abril-junho, 2008, pp. 277-291 Pontifícia Universidade Católica de Campinas Campinas, Brasil

SÁ, Alvino A. **Homicidas Seriais**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 7, n. 27, jul./ set. 1999.

SANDAY, Peggy Reeves. **A Woman Scorned: acquaintance rape on trial**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1997.

SOLNIT, Rebecca. **Os Homens Explicam Tudo Para Mim**. São Paulo: Pensamento, 2017.

EDUCAÇÃO E ENSINO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DESIGN DE INTERIORES.

Raíssa Castro Schorn¹

RESUMO

Este trabalho trata sobre o processo formativo dos profissionais de Design de Interiores a partir de reflexões acerca das competências que norteiam a atuação nessa área. Envolve, além de aspectos técnicos, a dimensão subjetiva da formação profissional. Aborda, então, a formação do professor de Design de Interiores demonstrando a importância de conciliar teoria e prática, ancoradas em constante movimento de pesquisa como organizador do saber/fazer docente. Considerando a docência como um dos campos de atuação desse profissional, discute a necessidade da qualificação da prática pedagógica, como aprendizagem contínua, a partir de um processo reflexivo da ação na própria ação. A construção do texto é amparada em um estudo bibliográfico a partir do levantamento, seleção e análise do material publicado sobre o a formação docente no ensino superior articulada na especificidade do ensino do design. Conclui apontando a necessidade de uma reflexão constante sobre o exercício da docência, pautado pela atividade investigativa, para além do conhecimento técnico da sua especialidade.

Palavras-chave: Educação - Formação Docente - Design e Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O trabalho do profissional em Design de Interiores consiste em projetar espaços buscando organizar materiais, texturas, cores e tudo o que se relaciona ao desenho de um ambiente interno, considerando sempre, além da estética, a funcionalidade e qualidade de vida. Estes três aspectos, segundo Gurgel (2007), devem conviver harmoniosamente, sendo o projeto final reflexo das aspirações de cada indivíduo.

Assim, tem a prazerosa função de harmonizar móveis, objetos e acessórios, buscando conciliar conforto, praticidade, beleza e funcionalidade, tornando o ambiente mais bonito, seguro e confortável, adequando-o, ainda, às necessidades, à personalidade, ao gosto do cliente.

¹ Faculdade América Latina – FAL – Ijuí/RS – Brasil. Graduada em Designer de Interiores (UNIVALI). Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIASSELVI). Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia (UNIASSELVI). Aluna especial no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – PPGE (UNIJUÍ). Docente do Curso de Design de Interiores da Faculdade América Latina – FAL. E-mail: schorn.interiores@gmail.com.

Desse modo, pode conduzir seu trabalho em áreas consideradas principais na sua profissão: design de móveis; decoração e paisagismo; gerenciamento do processo de decoração; design sustentável, design universal. É fundamental, então, que esse profissional acumule informações e conhecimentos necessários sobre produtos que embasam um projeto de execução. Nesse aspecto, apresenta-se a profissão de designer de interiores na sua vertente técnica.

Entretanto, desempenhar essa função requer a formação de um profissional criativo, inventivo, imaginativo, artístico, empático, disciplinado e organizado, considerando tratar-se de uma profissão que, para além da técnica, interpreta com sensibilidade gostos, desejos e necessidades dos clientes, criando, assim, ambientes de acordo com a particularidade de cada um, respeitando necessidades específicas, individuais e coletivas do indivíduo em suas diferentes fases e condições econômicas, sociais e culturais. Isso remete à capacidade de desenvolver habilidades de comunicação, criatividade, cooperação, ética e estética, compreendendo a atividade humana em toda a sua complexidade. Pois, essas atribuições, visando ao conforto, à estética, à saúde e à segurança dos usuários, implicam em conhecer, relacionar-se e fazer parte da realização dos sonhos de cada pessoa que busca transformar seu espaço e modo de viver. Nesse contexto, Gurgel (2007) salienta que as atividades no campo do design e/ou arquiteturas de interiores devem criar espaços onde função e forma convivam harmoniosamente.

No cotidiano de um designer de interiores integram-se experiências prazerosas, desejos, sensações e escolhas que compõem o campo de um novo conceito no cenário mundial: o Design Emocional. Esse novo conceito, abordado por Norman (2008), remete à ideia de que mais do que exercer funções técnicas, os produtos e materiais participam das vivências cotidianas, desencadeando diferentes reações e emoções, proporcionando experiências e sentimentos que unificam a vida diária. Isso condiz com uma formação que compreenda em seu campo de conhecimento o comportamento humano em todas as suas dimensões.

Cabe mencionar que esse conhecimento consiste em uma das especificidades de trabalho do profissional do Design de Interiores que, no rol das suas competências, inclui “observar e estudar permanentemente o comportamento humano quanto ao uso dos espaços internos e preservar os aspectos sociais, culturais, estéticos e artísticos”. Inclui, também, “exercer o ensino e desenvolver pesquisas, experimentações e

ensaios relativamente ao **design** de interiores” (BRASIL, LEI 13.369/16, grifo do autor), o que significa que o exercício da docência faz parte do seu campo de atuação.

Diante dessas elaborações, na condição de profissional Designer de Interiores e docente no Curso Superior de Design de Interiores, propomo-nos a mergulhar no estudo sobre a formação profissional nessa área considerando constituir um campo novo de atuação, tendo em vista seu reconhecimento legal como profissão, Lei nº 13.369/2016, bem recentemente. Isso implica em investigar, também, a formação do professor que atua nos cursos de Design, pois a docência que conduz o processo formativo necessita de um conhecimento mais específico, que ultrapasse concepções meramente técnicas, sustentando para o aluno uma base conceitual que alie prática, teoria, ética e estética como organizadora do seu fazer.

Nesse propósito, abordar a profissão docente coloca-nos no cenário de uma investigação que contempla pensar sobre uma formação que se faz com inovações e incertezas, exigindo um conhecimento sobre o contexto em que a prática é realizada (ANDRÉ, 2001; ENS, 2007). Portanto, é necessário um constante processo de aprendizagem que consiste em aprender a ensinar continuamente qualificando a prática pedagógica e, conseqüentemente, a formação do profissional do Design.

1 PROFISSIONAL DESIGNER

O Profissional designer de interiores é aquele que projeta espaços/ambientes de forma harmoniosa e funcional. Precisa possuir o bom senso dos decoradores, o conhecimento de engenheiros e arquitetos e, especialmente, o olhar técnico-científico e artístico do designer. O que caracteriza o universo desse profissional é o intenso desejo pela criação, por transformar a realidade das pessoas por meio da criatividade e vontade de realizar sonhos. Desse modo, desenvolve projetos que, para além dos métodos, teorias e técnicas específicas, visam despertar ou evitar emoções esperadas em seus clientes.

Novos aspectos observados na atuação desse profissional referem ao comprometimento com a ergonomia, sustentabilidade e acessibilidade, compreendendo a diversidade de interesses e especificidade do campo de atuação. O universo do Design é amplo sendo possível perceber a existência de pelo menos um profissional envolvido com logomarcas de empresas, calçados, vestuário,

decoração, páginas de internet, correspondendo a campos específicos de atuação. Citando algumas áreas, cabe mencionar o Design de produtos, Design de moda, Design de rede, Design gráfico, Design de interiores e outras que compreendem esse universo.

Presente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que integra o catálogo geral de profissões do Ministério do Trabalho (MT) desde 2002, a profissão de design de interiores foi reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), no final de 2016, por meio da Lei 13.369 que dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores. Em decorrência desse feito, foram abertos novos cursos de Design de Interiores no país, tendo, atualmente, seis cursos de graduação em nível de bacharelado e cento e sessenta e cinco cursos de graduação em nível tecnológico. Observa-se, com isso, que o espaço conquistado pela profissão, como ensino regularizado, que vem formando, anualmente, novos profissionais, reflete diretamente na necessária qualificação da docência que, por sua vez, também compete à atuação do profissional formado em design de interiores.

Ao afiançar o exercício da profissão aos portadores de diploma de curso superior nas áreas de Design de Interiores, Composição de Interior, Design de Ambientes na especialidade de Interiores, a Lei 13.269/16 assegura, também, a atuação no ensino superior, tendo em vista a função docente figurar como uma de suas competências. A regulamentação dessa lei, além de garantir os direitos da profissão e incentivar a formação de futuros designers de interiores, coloca em evidência a necessidade da qualificação docente nesse campo.

2 FORMAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA

No Ensino Superior há uma parcela significativa de docentes contratados em função de um conhecimento peculiar a área de atuação. Profissionais que não aprenderam em sua formação aspectos e conceitos pedagógicos e de educação específicos para a docência. O que possibilita a inserção no Ensino Superior continua sendo a lógica de que quem sabe fazer sabe ensinar (CUNHA, 2004), o que caracteriza, também, o professor de Design de Interiores, sendo, como aborda Schorn, Silva, Nehring e Araújo (2017), no exercício da docência que a função se sustenta, porém, com algumas limitações.

A matriz curricular de um Curso de Design de Interiores envolve matérias variadas que abarcam, a maior parte, componentes técnicos voltados para a construção de projetos mobiliários, revestimentos e outros acabamentos. Não tendo preparação específica para o campo da docência, a atuação pedagógica dos professores, como em todos os bacharelados (SCHORN; SILVA; NEHRING; ARAÚJO, 2017), pauta-se por conhecimentos técnicos e, assim, o exercício da profissão docente coloca-nos diante de dificuldades reais, considerando os contextos institucionais e sociais nos quais o trabalho docente se realiza.

Não havendo uma formação específica para ser professor do Ensino Superior é preciso constituir-se em exercício, afirmam enfaticamente Isaia e Bolzan (2009). Assim, os professores universitários adquirem experiências na própria prática, a partir de erros, ensaios e acertos. A maioria dos docentes do ensino superior tem formação em cursos de bacharelado, não contando, na sua formação inicial, com preparo suficiente e necessário para o ensino na universidade, é o que constatam Schorn, Silva, Nehring e Araújo (2017) a partir de um estudo investigativo com vinte e seis professores bacharéis que atuam no ensino superior.

Com base nos estudos de Cunha (2004) e Isaia e Bolzan (2009), os autores observam que os cursos de graduação não formam professores para o Ensino Superior, logo, considerando que a atuação pedagógica vem se sustentando a partir da titulação obtida nos cursos *stricto sensu*, o ensino se dá em suas especialidades, uma vez que o professor transmite conceitos conforme sua área de formação. A legislação, também, não garante a formação docente como profissão qualificada para o Ensino Superior, portanto, há que se preparar no e pelo exercício da profissão o que aponta para uma prática pedagógica pautada por conhecimentos técnicos, característico do ensino do design.

A pesquisa, compreendida como princípio pedagógico norteador e constitutivo da prática docente, coloca em evidência o compromisso e responsabilidade do professor no processo de ensino e aprendizagem, pois ocupar o lugar da docência, como profissão, demanda muita responsabilidade considerando a atividade de ensino como apropriação do saber e conhecimento construídos na intersubjetividade (SCHORN; SILVA; NEHRING; ARAÚJO, 2017).

Os designers de interiores são profissionais criativos, imaginativos e artísticos, entretanto, no que diz respeito ao ofício de professor, necessitam ser preparados e

qualificados para o exercício dessa profissão, uma vez que ensinar não é meramente transferir conhecimento, mas abrir caminhos para a aprendizagem do aluno de modo significativo (FREIRE, 1996). Considera-se, então, a necessidade de o professor estar em constante processo de desenvolvimento, capaz de pensar e repensar sua formação. Isso exige pesquisa, criticidade e aceitação do novo, que conduz o processo criativo e formativo, envolvendo uma reflexão sobre a prática num movimento constante do que é ser professor, pois como afirma Nóvoa, “[...] é importante dar um estatuto ao saber da experiência.” (NÓVOA, 1992, p. 25). Assim, na formação docente, não basta conhecer novos saberes e teorias se não estiverem relacionados com a prática que se constrói diariamente ou possibilite uma reflexão da ação educativa, uma vez que é por esse trabalho de reflexividade crítica sobre a prática que a docência se constrói (NÓVOA, 2002).

Schorn, Silva, Nehring e Araújo (2017), a partir de considerações teóricas que compreendem a atividade investigativa como um dos pilares de sustentação e desenvolvimento da profissão docente, discutem a pesquisa como princípio pedagógico norteador e constitutivo da prática docente evidenciando o compromisso e responsabilidade do professor no processo de ensino e aprendizagem em torno da articulação entre ensino e pesquisa. Ressaltam que ocupar o lugar da docência como profissão demanda muita responsabilidade considerando a atividade de ensino como apropriação do saber e conhecimento construídos na intersubjetividade assinalando uma ação reflexiva e problematizadora constante do que é ser professor.

CONCLUSÃO

Compreende-se, a partir dos estudos mencionados, que é a formação do professor é indispensável à prática pedagógica. Uma prática que demanda o domínio dos saberes das áreas de conhecimento, pedagógicas, didática e da experiência em docência (SOUZA, 2013). É o saber/fazer no próprio fazer. Implica, então, em um constante processo de aprendizagem que consiste em aprender a ensinar continuamente qualificando a prática pedagógica e, conseqüentemente, a formação do profissional do Design.

Nesse universo, onde se vê a necessidade de preparação da docência universitária, encontram-se, também, os professores dos cursos de Design de

Interiores que, assim como em outras formações, têm o compromisso de dominar o conteúdo a ser ministrado e implicarem-se, constantemente, com a pesquisa que qualifica e sustenta a ação pedagógica. Evidencia-se a importância do estudo continuado para a sustentação da atuação docente no ensino do design, convocando esse profissional a um constante processo de aprendizagem, ancorado num repertório de saberes e conhecimentos que implicam em aprender a ensinar.

A propósito desse pensamento, na perspectiva da formação, independente do campo de atuação, Garcia (2005), enfatiza que esse processo deve abarcar toda a carreira docente, reconhecendo que esta passa por diferentes etapas que, no seu entendimento, representam exigências de ordem pessoal, profissional, organizacional, contextual, psicológicas, específica e diferenciada. Portanto, mais do que uma objetividade proposta pela dimensão técnica, consiste também em aspectos subjetivos.

Nessa perspectiva, entende-se que ser professor na sociedade atual implica em uma formação que supere a dicotomia entre teoria e prática, possibilitando a construção de uma prática reflexiva (SCHÖN, 2000), considerando ser a aprendizagem profissional um processo contínuo que ultrapassa a experiência vivida no contexto da formação inicial, remetendo a uma formação que convoca um conhecimento sobre o contexto em que a prática se consolida.

Dada à necessidade de aprimoramento da ação docente, enfatizada nos vários estudos sobre o tema, o conhecimento pedagógico do professor precisa vincular ensino e pesquisa, uma vez que o desenvolvimento profissional se realiza por meio da reflexão e reelaboração constante da prática pedagógica (SCHÖN, 2000). A docência, como função especializada, demanda uma formação construída gradativamente, levando em conta o percurso pessoal e profissional do professor, o que implica em compreender a natureza dessa profissão e o processo formativo que a constitui (ISAIA; BOLZAN, 2009).

Reconhecer a importância do papel da docência em seus diversos contornos remete à atividade investigativa, considerando que esta compromete o professor no seu próprio fazer (SCHORN; SILVA; NEHRING; ARAÚJO, 2017), pois, de acordo com Cunha (2004), no atual contexto acadêmico e de formação, não se concebe mais a ideia de um professor que saiba apenas repassar matéria para os alunos. É necessário que reflita sobre sua função, que deve ser pautada pela atividade

investigativa, sustentando a importância do papel da docência para além do conhecimento nas suas especialidades.

Assim, pensar a formação docente conduz-nos a compreender que as trajetórias formativas constituem uma rede de relações na qual as reflexões, o compartilhar e reconstruir experiências e conhecimentos são essenciais ao processo, considerando como afirmam Bolzan, Isaia e Maciel, ser o professor “[...] um profissional em desenvolvimento permanente, capaz de refletir e repensar sobre a sua formação.” (BOLZAN; ISAIA; MACIEL, 2013, p. 52). Esse universo docente recebe, então, o professor de design de interiores que tem, na sua trajetória, o desafio constante de articular sua atuação num movimento estudo e produção que lhe permitam refletir sobre seu saber/fazer no próprio fazer.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, A. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, A. (Org.). **O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. Campinas: Papyrus, 2001. p. 55-70.

BOLZAN, D. P. V.; ISAIA, S. M. de A.; MACIEL, A. M. R. Formação de professores: a construção da docência e da atividade pedagógica na Educação Superior. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 49-68, jan./abr. 2013.

BRASIL, **Lei nº 13.369**, de 12 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13369.htm>. Acesso em: 18/07/2019. 12:17.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES: **CBO** - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRA-DE-OCUPA%C3%87%C3%95ES-MEC.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CUNHA, M. I. da. **Inovações Pedagógicas e a Reconfiguração de Saberes no Ensinar e no Aprender na Universidade**. (2004). Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MARialsabelCunha.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ENS, R. T. Pesquisa na formação e inserção profissional de futuros professores segundo alunos de graduação e professores formadores. In: BEHRENS, M. A.; ENS, R. T., VOSGERAU, D. S. R. (Org.). **Discutindo a Educação na Dimensão da Práxis**. Curitiba: Champagnat, 2007. p. 119 – 134.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, C. M. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto, 2005.

GURGEL, M. **Projetando Espaços**. Guia de arquiteturas de interiores para áreas residenciais, 4. ed. São Paulo: Senac, 2007.

ISAIA, S. M. de A.; BOLZAN, D. P. V. Construção da profissão docente: possibilidades e desafios para a formação. In: ISAIA, S. M. de A.; BOLZAN, D. P. V.; MACIEL, A. M. da R. (Orgs.) **Pedagogia Universitária**: tecendo redes sobre a educação superior. Santa Maria: UFSM, 2009.

NORMAN, D. **Design Emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

NÓVOA, A. (coord.). **Os Professores e a sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Org.). Vidas de professores. Porto: Editora Porto, 2002.

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SCHORN, S.; SILVA, D.; NEHRING, C.; ARAÚJO, M. C. Dimensão da pesquisa na atuação docente: processo que forma, informa e transforma o profissional da educação superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 7, n. 2, p. 252-269, 7 dez. 2017.

SOUZA, M. C. **O Professor de Design de Moda e sua Atuação Pedagógica no Ensino Superior**. Disponível em:
<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202013/COMUNICACAO-ORAL/EIXO-2-EDUCACAO_COMUNICACAO-ORAL/O-professor-de-design-de-moda-e-sua-atuacao-pedagogica-no-ensino-superior.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: A CORRELAÇÃO ENTRE A TEÓRIA E PRÁTICA DA ENFERMAGEM.

Lauri Sérgio Eberhardt¹

Gabriele Schek²

Paulo Mix³

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo aprofundar os conhecimentos e as dimensões sobre a aprendizagem significativa. Estudo qualitativo, reflexivo, do tipo exploratório descritivo, que visou conhecer a aprendizagem significativa dos Enfermeiros que durante a sua graduação atuavam como Técnico em Enfermagem. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, abordando o trabalho no exercício das formações, os dados foram interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os relatos evidenciam que os saberes e as experiências pregressas influenciaram positivamente, na aprendizagem no transcorrer da transição de categoria profissional, e produziram mudanças significativas na prática profissional. Os participantes expressaram positivamente os valores educativos aprendidos na formação e os vivenciados no local de trabalho. Destacam que em sala de aula, as suas atuações foram mais evidentes nas primeiras disciplinas como no estudo da anatomia e fisiologia e nas execuções de técnicas de procedimentos, destaca-se que os estudantes profissionais Técnicos em Enfermagem se tornam âncoras para os demais discentes, nas atividades que envolviam práticas. Conclui-se que na construção do conhecimento, dos profissionais que atuavam como Técnico em Enfermagem que eles têm uma grande bagagem de conhecimentos prévios, que ancoram em seu processo da construção do saber, e esta perpassa aos demais colegas garantindo assim a aprendizagem significativa a si próprio e aos demais alunos da graduação, esta transição fica bem definida, sendo eles uma referência para a construção do conhecimento com caráter inovador e criativo, para o processamento de sua aprendizagem, tornando o seu conhecimento pautado na tríade da teoria/prática/aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Enfermeiro – Conhecimento - Aprendizagem Significativa.

INTRODUÇÃO

Muitas mudanças estão ocorrendo em nossa sociedade, envolvendo o processo educacional, propondo uma mudança acelerada, intencional e sistemático

¹ Enfermeiro, docente do Curso Técnico em Enfermagem da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa – RS. laurisergio@hotmail.com

² Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da FEMA, Santa Rosa – RS. gabriele@fema.com.br

³ Enfermeiro, Mestre em Enfermagem, Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da FEMA, Santa Rosa – RS. paulomix@fema.com.br

do ensino, elencando aos discentes, o conhecimentos, capacidades, atitudes do seu processos cognitivos, outras mudanças no processo educacional e a avaliação do processos e/ou resultados, com a finalidade de produzir conhecimento para orientar a tomada de decisões no cotidiano do trabalho associando a teoria à prática.

Nesse sentido amplo, o núcleo de um paradoxo da inovação reside no hiato entre expectativa (teoria) e observação (prática). Isto traz novas possibilidades, desafios e incertezas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Vive-se hoje o terceiro ciclo de desenvolvimento econômico, baseada na tecnologia da informação. Com as mudanças ocorridas nesta sociedade, a aprendizagem passou a ser facilitada pela inteligência artificial, que rompe as barreiras geográficas, entre as pessoas de todo o mundo através de informações e notícias que chegam com enorme rapidez.

Por outro lado as possibilidades destas novas evoluções estarem disponíveis em sala de aula para o ensino, se tornam de certa forma inviáveis devido ao alto custo e ao acesso aos materiais, ficando aliado à criatividade e ao interesse do professor, em demonstrar na teoria estas inovações. Mesmo que por outro lado a escola pode usufruir de muitos meios, para proporcionar formas educacionais no processo de ensino e de aprendizagem. Preparando assim, o aluno para o campo de trabalho exigente, onde a perspectiva de formação deve ser plurivalente, como processo diferenciado de construção e aquisição de conhecimento.

A educação permanente é a atualização de profissionais, sempre que necessária, uma vez que sua formação não se restringe ao período escolar. Aos profissionais atuantes na assistência hospitalar vivenciam diariamente a introdução de novas técnicas e novos materiais, possibilitam criar conceitos no processo de ensino aprendizagem junto a sua formação acadêmica, que podem estimular o aluno tornando-o um cúmplice do processo de aprendizagem, junto ao grande grupo da sala de aula. Permitem inclusive criar materiais com interfaces adaptadas segundo as necessidades de cada aluno, possibilitando um alto nível de independência no estudo.

No contexto da Enfermagem, a aprendizagem é um somatório de informações, e se tratando da atividade prática dos Técnicos em Enfermagem que durante as suas atividades diárias assistenciais realiza/e auxilia em procedimentos, acompanha a evolução saúde doença dos clientes, ele ancora os conhecimentos práticos de sua atividade, para a formação profissional.

Com o crescimento dos cursos superiores de Enfermagem muitos técnicos em enfermagem buscam a graduação em enfermagem, visando superar seus desafios para então torarem-se enfermeiros contando já com o conhecimento prévio prático de suas atividades.

Sendo assim, deve-se levar em conta todos os procedimentos práticos que vão desde a visualização de procedimentos, auxílio e a realização dos mesmos leva o estudante-trabalhador criar a forma mais adequadas para fazê-lo, até a compreensão do processo prático e sua utilização no processo de ensino aprendizagem.

O interesse a cerca deste estudo surgiu a partir de uma experiência em meio à observação diária no ambiente de trabalho, na área hospitalar, em que os novos profissionais enfermeiros ao ingressar no mercado, recém formados onde os mesmos já atuavam como Técnicos de Enfermagem, apresentam habilidade superior aos seus colegas recém formados sem atuação na assistência, sendo que estes se deparam com grandes dificuldades associar as práticas no desenvolvimento de suas atividades. Tal fato se dá porque as atividades cotidianas são rotinas já vivenciadas no seu cotidiano, por meio deste pode-se garantir o tratamento correto dos usuários, tornando o trabalho transdisciplinar completos nos segmentos da saúde.

A organização e divisão do trabalho em enfermagem no Brasil são sustentadas pela Lei do Exercício Profissional da Enfermagem, Lei n.º 7.498/86 e subdivididas em categorias profissionais, sendo elas: enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Esta divisão parcelar do trabalho pressupõe diferentes níveis de formação, um conjunto distinto de atividades caracterizadas pela disciplina e por um grau de hierarquia interna.

Conforme a descrição dos cargos na lei do Exercício Profissional da Enfermagem, Lei n.º 7.498/86 descreve que:

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem.

Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem.

COSTA (2008), descreva que ao enfermeiro são atribuídos os cuidados de maior complexidade técnica, além da administração das unidades de saúde e das atividades de ensino. Desempenhando um papel que se amplia gradativamente, ao

longo da história, exigindo-lhe maiores habilidades e competências na execução de seu trabalho.

Os técnicos e auxiliares exercem atividades de nível médio e de baixa complexidade, planejam e executam ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do enfermeiro, cabendo-lhes ainda, participar da equipe de saúde, da programação da assistência, da orientação e supervisão do trabalho em grau auxiliar (FONTANA, 2012; COSTA, 2008).

Com esta proximidade das atividades e a execução em conjunto das prática o técnico prepara o seu conhecimento na busca pela ascensão, para a graduação, usam a sua prática diária para a aprendizagem significativa, e a correlação entre a teoria e prática na enfermagem.

O tema delimitado para o presente estudo teve como foco principal conhecer o processo de aprendizagem significativa e a correlação entre a teoria e prática na enfermagem dos profissionais Enfermeiro que atuavam como técnico em Enfermagem em ambiente hospitalar. Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de opinião com profissionais Enfermeiros que durante a sua formação atuaram na assistência hospitalar como Técnico em Enfermagem juntamente com a literatura referente ao temática.

Desta maneira, como os Enfermeiros durante a sua graduação de Enfermagem ancoram os seus conhecimentos práticos vivenciados no dia a dia de trabalho, com as aulas teóricas em sala de aula. Cabe a este estudo dar resposta as seguintes indagações: Como os Enfermeiros que trabalham na área assistencial hospitalar, usaram o aprendizado prático da profissão, enquanto profissionais técnicos, no processo de ensino-aprendizado, durante a sua graduação? Quais suas habilidades/conhecimentos da atividade diária lhe auxiliaram para a construção de sua aprendizagem?

Diante do exposto este estudo tem o seguinte objetivo: Refletir acerca da importância da ancoragem dos conhecimentos técnicos na construção do saber em Enfermagem.

1 MÉTODO

O método pode ser definido, segundo Marconi, Lakatos, como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimento válido e verdadeiro, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Assim, o presente estudo é de abordagem qualitativa, reflexiva, do tipo exploratório e descritiva, desenvolvido a partir da literatura científica e com base na opinião de enfermeiros que, antes de graduarem-se em enfermagem, atuaram como técnicos em Enfermagem.

A abordagem reflexiva, segundo Vieira Pinto (1985), propõe articular a ciência e existência, uma vez que o pensamento teórico não existe desligado do plano objetivo, desligado da prática, ou sem utilidade para esta, assim como não há trabalho, nem ação prática sobre o mundo que não dê em resultado, uma representação teórica e não determine o aparecimento de novas ideias ou a descoberta de relações inéditas entre estas. A metodologia deve constantemente ser a cientificizadora das relações que se estabelecem entre o ato de pesquisar e as novas compreensões que vão se erigindo do diálogo do pesquisador com o mundo.

Ainda conforme os mesmos autores a metodologia da pesquisa, dentro desta abordagem que denomino de reflexiva, caracteriza-se fundamentalmente por ser a postura crítica que organiza a dialética do processo investigativo; que orienta os recortes e as escolhas feitas pelo pesquisador; que direciona o foco e ilumina o cenário da realidade a ser estudada; que dá sentido e redireciona as abordagens do pesquisador; que organiza enfim a síntese das intencionalidades da pesquisa.

Para responder ao objetivo deste estudo, primeiramente buscou-se junto a literatura científica textos que abordaram temáticas referentes a importância dos conhecimentos técnicos na construção do saber em Enfermagem e o processo de aprendizagem significativa.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa de opinião com enfermeiros que tiveram experiência anterior na área atuando como técnicos em enfermagem sendo selecionados respeitando os seguintes critérios de inclusão: ser enfermeiro graduado há pelo menos um ano e ter exercido função como técnico ou auxiliar de enfermagem.

Foram excluídos aqueles em gozo de férias, folga ou licença saúde no momento da coleta de dados. A pesquisa foi realizada com base em um roteiro de entrevista com questões abertas cujas respostas expressam a opinião dos participantes acerca do tema proposto.

Com relação aos aspectos éticos e de acordo com a Resolução nº 510/16 pesquisas de opinião, desde que não revelem os sujeitos, não necessitam de apreciação ética (BRASIL, 2016).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente abordaremos história da aprendizagem e como a escola está inserida neste contexto seguindo com o processo de aprendizagem significativa. Baseado nas teorias de Moreira (2006) e fechando o referencial teórico embasando a transdisciplinariedade no processo de ensino e aprendizagem, baseado em competência. E posteriormente faz-se análise dos dados respondidos pelos Enfermeiros atuantes da assistência hospitalar, referente ao processo do conhecimento prévio nas atividades de suas funções. E, por fim, as considerações finais deste trabalho e as referências que deram suporte a essa pesquisa.

2.1 A HISTÓRIA DA APRENDIZAGEM

Para compreendermos o que é aprendizagem, devemos saber sua origem conforme Rodrigues (2005), sendo que corresponde ao ato de aprender, e o termo aprender provém do latim *apprehendere*, que significa compreender que a aprendizagem é o ato de tomar conhecimento, guardar na memória, aprender. O conceito de aprendizagem é muito amplo, já que se refere a um processo contínuo na aprendizagem, que se inicia no início da vida e só termina com a morte.

“A aprendizagem é inferida quando ocorre uma mudança ou modificação no comportamento, mudança esta que permanece por períodos relativamente longos durante a vida do indivíduo”. Assim, pode-se dizer que ocorre aprendizagem quando uma pessoa manifesta aumento da capacidade para determinados desempenhos em decorrência de experiências por que passou. (GAGNÉ, 1980; GIL, 2007, p. 80).

O conceito de aprendizagem é, pois, bastante complexo. Refere-se não apenas ao comportamento dos seres humanos, mas também de todos os animais. Envolvendo as atividades do dia-a-dia, não sendo unicamente e exclusivamente na aquisição de conhecimento em sala de aula, e nas atividades intelectuais. Sendo classificado por Melo, Urbanetz em quatro elementos envolvidos no processo didático:

Ensinar, aprender, pesquisar e avaliação. O primeiro elemento pertence, principalmente, à tarefa do professor. O segundo, aprender, é uma necessidade especialmente dos alunos. A pesquisa é inerente ao processo, envolvendo a ação docente e discente. Por último, a avaliação do processo é necessidade elementar para a averiguação do seu sucesso ou fracasso, das fragilidades e lições do processo educativo. (MELO; URBANETZ, 2008, p.106).

Os últimos anos têm sido rigorosa a reflexão crítica sobre a problemática educacional no mundo, muitas são as ações voltadas para a promoção de ações efetivas, na construção de uma sociedade mais humana, solidária e democrática. Neste contexto, está intermediado o sistema educacional que divide espaço com outros meios de produção de conhecimento.

Portanto hoje conforme Barbosa, “[...] a escola se tornou um espaço central de integração social e de formação para o trabalho.” (BARBOSA, 2006, p. 51). Significa que na sociedade de hoje a escola torna-se referência na formação social dos cidadãos, usando meios estratégicos de ensino. Tal é a importância do ensino e aprendizado que ninguém pode deixar de refletir sobre o seu significado,

Não é só na escola que se aprende ou que se ensina. Em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia ou em contato com a natureza, estamos sempre aprendendo. Enfim, em todos os ambientes e situações, podemos aprender e ensinar. Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar, analisar, dialogar, compreender, ter atitudes científicas perante a realidade. (BARBOSA, 2006, p. 51).

O ensino e a aprendizagem são processos muito antigos, tão quanto a própria humanidade, onde os conhecimentos eram passados dentro dos grupos sociais, nos dias atuais o ensino e a aprendizagem tem adquirido cada vez mais importância com disseminação em massa dos conhecimentos.

2.2 O PROCESSO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A aprendizagem é um processo contínuo do ser humano, acompanha a humanidade desde os primórdios, e para o ser humano durante o seu desenvolvimento, um processo onde é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento da pessoa que adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio,

Além disso, para que a estrutura cognitiva preexistente influencie e facilite a aprendizagem subsequente é preciso que seu conteúdo tenha sido aprendido de forma significativa, isto é, de maneira não arbitrária e não literal. Outro aspecto que deve, desde já esclarecido é que a idéia de que “aquilo que o aprendiz já sabe” não é simplesmente a idéia de “pré-requisito.” (MOREIRA, 2006, p. 13-14).

O conceito central da teoria da aprendizagem descrita por Moreira (2006), de acordo com os significados originais propostos por David Ausubel cujas formulações iniciais são dos anos 60, encontram-se entre as primeiras propostas psicoeducativas que tentam explicar a aprendizagem escolar e o ensino a partir de um marco distanciado dos princípios condutistas.

Neste processo a nova informação interage com uma para Moreira “[...] estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chama de “conceito subsunçor” ou simplesmente de “subsunçor” existe na estrutura cognitiva de quem aprende.” (MOREIRA, 2006, p. 15).

“Subsunçor” é um conceito, uma idéia, uma proposição já existente na estrutura cognitiva, capaz de servir de “ancoradouro” a uma nova informação de modo que esta adquira, assim, significado para o indivíduo (isto é, que ele tenha condições de atribuir significados a essa informação). (MOREIRA 2006, p. 15).

Para discorrer sobre o ancoradouro da aprendizagem na prática de Enfermagem, a pesquisa de opinião realizada junto a enfermeiros que tiveram experiência anterior na área atuando como técnicos em enfermagem revelou que a prática diária os auxiliou na aprendizagem durante a graduação, possibilitando aproximações das teorias com as ações práticas vivenciadas no cotidiano de trabalho. Além disso, o entendimento de muitas atividades teóricas e práticas ensinadas durante a graduação eram assimiladas com mais facilidade, através da memorização e relação entre os conceitos aprendidos. Trazendo como exemplo o estudo da

anatomia e fisiologia, e a associação com as doenças que acometem ao órgão estudado.

A pesquisa de opinião apontou que, a atuação como técnico em enfermagem possibilitou relacionar teoria e prática desde as primeiras aulas e logo nas primeiras atividades práticas realizadas em laboratório. E também ter um visão diferenciada nas leituras e estudos científico da enfermagem, aprimorando o discurso e interpretação dos mesmos.

Na aprendizagem mecânica segundo Lakomy, o indivíduo é capaz de absorver novas informações sem estabelecer relações com estruturas cognitivas pré existentes, de forma a memoriza-la, armazenando-a de maneira isolada podendo inclusive esquece-la, de um modo geral tanto a aprendizagem mecânica e a aprendizagem significativa apresentam dois tipos básicos de aquisição de conhecimento, por recepção ou por descoberta (LAKOMY, 2008).

O conceito central da teoria de aprendizagem significativa segundo Moreira é um processo pelo qual uma informação se relaciona a uma ancora, e em sua contrapartida a “[...] aprendizagem mecânica como sendo aquela em que novas informações são aprendidas praticamente sem interagirem com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva sem se ligarem a conceitos subsunçores específicos.” (MOREIRA, 2006, p.16).

Sendo este tipo de conhecimento ou aprendizagem desejável ou necessário em que a pessoa inicia novo campo de estudo na área de conhecimento, no entanto os dois tipos de aprendizagem para Moreira não estabelece como uma dicotomia, e sim como um *contiuum*. Ausebel 1978 distingue três tipos de aprendizagem significativa (Ausebel, 1978, p. 57 *apud* Moreira 2006, p. 25), que são: representacional, de conceito e proposicional.

De acordo com o autor anterior Moreira, a aprendizagem representacional é o tipo mais básico de aprendizagem significativa do qual os demais dependem. “Envolve a atribuições de significados a determinados símbolos [...], isto é, a identificação, em significado, de símbolos com seus referentes (objetos, eventos, conceitos) os símbolos passam a significar, para o indivíduo, aquilo que seus referentes significam.” (MOREIRA, 2006, p.25).

Esta proposição se aproxima com opinião dos enfermeiros entrevistados, os quais acreditam que as habilidades práticas desenvolvidas enquanto técnicos em

enfermagem funcionaram como “símbolo” levando-os a adquirir de forma mais aprofundada e com maior facilidade, é a partir da prática diária que se cria uma bagagem de experiência profissional que vai auxiliar a visualizar o processo correto da atividade profissional.

A aprendizagem de conceito é de certa forma, uma aprendizagem representacional, pois conceitos são, também, representados por símbolos particulares, porém, são genéricos ou categóricos já que representam abstrações dos atributos criteriais (essenciais) dos referentes, isto é representam regularidade em eventos, ou objetos. O objetivo inicialmente é aprender palavras separadamente e a partir destas formar conceitos e significados.

Na busca pelo crescimento do conhecimento a concepção dos entrevistados é que na atuação como técnico se tinha o conhecimento suficiente para as atividades. E que durante a graduação isto ficou comprovado que não. Mas por outro lado se tornava um marco inicial para continuar a aprender, e melhorando os conhecimentos prévios, o os mesmos buscavam cada vez mais se aprofundar na busca do saber, aliada a prática do dia a dia, está representou uma grande bagagem de conhecimento aos entrevistados.

Na aprendizagem proposicional, contrariamente à aprendizagem representacional, a tarefa não é aprender significativamente o que palavras isoladas ou combinadas representam, e sim aprender o significado de idéias em forma de proposição. De modo geral, as palavras combinadas em uma sentença para constituir uma proposição representam conceitos. Segundo Gil, há inúmeros fatores que facilitam o processo de aprendizagem, dentre eles estão os fatores cognitivos, como a inteligência e a criatividade (GIL, 2007).

Além disso, a aprendizagem eficaz depende do talento do professor, o tipo intelectual do aluno, as oportunidades oferecidas pelo ambiente imediato da escola, e as perspectivas futuras de vida do aluno.

A escola não pode mais ser considerada como uma simples máquina de alfabetização. Sua função não se restringe mais, como antigamente, à modesta tarefa de ensinar, sua tarefa é mais ampla e profunda, ou seja, deve levar o nosso aluno a ser mais crítico, mais compromissado e mais otimista em relação à aprendizagem.

A aprendizagem organizada é aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimento, habilidade, normas de convivência

social. Embora isso possa ocorrer em vários lugares, é na escola que são organizadas as condições específicas para a transmissão e assimilação do conhecimento e habilidades. Esta organização intencional, planejada e sistemática das finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino. (MELO; URBANETZ, 2008, p. 116).

Suas responsabilidades atuais são bem maiores. Além de instrumento de formação física, intelectual e moral, cabe-lhe a missão de promover a integração harmoniosa do educando no seio da comunidade, fornecendo-lhe todos os elementos para que se possa tornar um fator de progresso individual e social. Assim, a aprendizagem é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo ensino aprendizagem.

Neste sentido, pode-se dizer que a busca por pelo conhecimento excede aos limites da escola. De acordo com a opinião dos enfermeiros, durante sua graduação em enfermagem a experiência como técnicos em enfermagem os fez se tornarem âncoras do processo de aprendizagem dos demais colegas, os quais buscavam discutir e trocar ideias, relacionando a teoria como a prática. Neste entendimento a aprendizagem perpassa a capacidade intelectual do aluno, e coloca ele em um patamar onde as sua habilidade, cognitivas são evidenciadas.

São muitos os tipos de teorias que contribuem para a redefinição do papel da inteligência da aprendizagem como é citado por Howard Gardner in 1983 Gil 2007, é a da inteligência múltiplas, de acordo com essa teoria, a inteligência não se refere apenas as verbais e lógico-matemáticas, tendo pelo menos sete tipos de inteligência sendo elas:

Inteligência linguística, Inteligência lógico-matemático, Inteligência espacial, Inteligência musical, Inteligência corporal-cinestética, Inteligência interpessoal, Inteligência intrapessoal. Neste contexto os professores devem trabalhar na busca de saber quais são as habilidades de seus alunos, sendo o contexto da saúde um trabalho onde ao meu ponto de vista as inteligências múltiplas devam se aliar a consciência, e todos devem ser treinadas por estes profissionais, desenvolvendo consciência crítica reflexiva na prática diária, elencados na ética profissional.

Compreender o desenvolvimento da consciência crítico-reflexiva como uma característica de construção faz parte de uma ética universal. Mas será que nós

educadores e educadoras estamos preparados para exercer essa prática crítico-reflexiva. Ao discorrer sobre essas questões, Freire nos esclarece que:

Não é possível pensar os seres humanos longe sequer da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. (FREIRE, 2003, p. 33).

Nesse aspecto, temos que considerar a ética presente também nas ações e relações do nosso cotidiano, que se fortalece nas atitudes e comportamentos vivenciados quando permitimos que o educando ou a educanda atue como ser histórico-social escolhendo, intervindo, criticando, rompendo, comparando, e tomando decisões. Sendo assim, a problematização das questões deve ser debatida no coletivo de nossas salas de aula e apoiarem-se no respeito às opiniões do outro. Neste sentido, Freire ressalta que a tarefa fundamental do educador e da educadora é:

[...] uma tarefa libertadora. Não é para encorajar os objetivos do educador e as aspirações e os sonhos a serem reproduzidos nos educando, os alunos, mas para originar a possibilidade de que os estudantes se tornem donos de sua própria história. É assim que eu entendo a necessidade que os professores têm de transcender sua tarefa meramente instrutiva e assumir a postura ética de um educador que acredita verdadeiramente na autonomia total, liberdade e desenvolvimento daqueles que ele ou ela educa. (FREIRE, 2001, p. 78).

Uma adequada formação do professor é de fundamental importância para o exercício de sua prática, pela postura que irá adotar no encaminhamento de suas ações. Nos últimos anos, essa formação tem passado por uma revisão crítica substantiva, uma vez que muito se tem questionado sobre o papel da educação na sociedade e a falta de clareza sobre a função do educador.

CONCLUSÃO

A produção de conhecimentos surge a partir da pesquisa, e está se destina a orientar as práticas de enfermagem melhorando e qualificando a prática profissional e a qualidade de vida da população assistida pela categoria. Nessa perspectiva, este trabalho procura acrescentar novos conhecimentos sobre a aprendizagem na

enfermagem, evidenciando a importância do conhecimento prévios na formação do profissional enfermeiro.

A presença do técnico e do enfermeiro no cotidiano do trabalho em equipe, ambos atuam de acordo com a legislação prevista para as categorias, mas a observação, auxílio nos procedimentos pelo técnico, revela os futuros profissionais com uma bagagem de conhecimentos técnicos, práticos e teórico, uma vez que cada um dá um significado exclusivo para técnica, de acordo com suas vivências e experiências.

Os enfermeiros em seu trabalho orientam constantemente os técnicos de enfermagem, dão respaldo e passam confiança aos mesmos. Ambos possuem afinidade que se revela quando citam que durante os procedimentos se torna evidente que o conhecimento do Enfermeiro vai além do ensinar a técnica pois esta está ancorada no cotidiano do profissional e baseada na teoria, facilitando o trabalho.

A construção do conhecimento pode ser interpretada como sendo, um elo entre a prática diária, acrescida da teoria, elaborado a partir da compreensão de suas atividades, conduzindo ao momento da análise interpretativa, ou hermenêutica possibilitando o desenvolvimento cognitivo da aprendizagem.

Podemos afirmar que a ação educativa, responsabilidade do professor, precisa incidir sobre a atividade do aluno, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, tem como finalidade sintonizar com o processo de construção de conhecimento do aluno, mas quando trabalhamos com profissionais que trabalham com a ancoragem dos conhecimentos prévios, cabe ao docentes incidir sobre ele, orientando-o na direção de ampliar os conhecimentos e demonstrar aos demais as interações educativas entre a teoria e prática.

As informações obtidas nos questionários proporcionaram maior conhecimento e aprofundamento nos processos da aprendizagem, realizado pelos Enfermeiro/as, evidenciando as atividades práticas desenvolvidas pelos mesmos na prática diária. Uma das ações fundamentais desempenhadas por estes profissionais é associar a teoria com a prática, que resulta em uma técnica útil e acurada, para cada procedimento.

Há um processo de modificação profissional durante a graduação do enfermeiro. Fica evidente ao verificarmos os discursos que a prática de atuação como técnico ancora seus conhecimentos prévios, já nas primeiras aulas em laboratório,

com uma boa base em suas vivências. Com uma visão mais abrangente e aprofundada acerca do arcabouço da profissão.

Neste contexto da aprendizagem significativa, torna-se inerente e premente, que estamos diante de um modelo de aprendizagem onde a base do conhecimento acompanha as diretrizes estabelecidas para um bom profissional em sua formação, volta na busca da aprendizagem, pela prática baseado na teoria e ancorado no cotidiano de seu dia a dia em seus conhecimentos prévios.

Estes processos ensino/aprendizagem repercutem no envolvimento de todos, pela capacidade de oferecer opiniões e ações com contemplem a prática diária. Observam-se nesta pesquisa que são relevantes vários aspectos, sendo que os docentes que atuam na assistência aos pacientes tem maior facilidade de ser o mediador dos conhecimentos, envolvendo e associando a teoria com a prática e com a demonstração das técnicas em sala de aula ou laboratório.

Sabe-se que este estudo está longe de esgotar o tema proposto e em momento algum, essa foi a pretensão, pois há muito ainda a ser pesquisado. Buscou-se, portanto, consolidar um pouco mais o conhecimento da prática diária dos profissionais Enfermeiros que durante a sua graduação atuara com técnicos Em Enfermagem. Fica evidenciado que o resultado final da pesquisa deve ser sempre encarada de forma provisória e aproximativa, servindo de subsídio para a busca de novas pesquisas na área.

Desta forma, concluímos que o presente estudo foi útil para a enfermagem na medida em que tem como pretensão maior, despertar o interesse pelo assunto e, em vista dos dados levantados, tentar conscientizar a população quanto à importância do conhecimento das três categorias de enfermagem existentes atualmente e suas respectivas atribuições. Assim, não basta a existência das categorias de enfermagem, mas é essencial o acesso da população ao conhecimento, cabendo ao profissional informar ao cliente em qual categoria está inserido.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Didática do Ensino Superior**: Curitiba: IESDE, 2006.

BRASIL; **Resolução Nº 510/2016** – Ética na Pesquisa na área da Ciência Humanas e Sociais: conquistas dos pesquisadores. Disponível em:

<http://www.gppege.org.br/home/secao.asp?id_secao=341>. Acesso em: 10.03.2019.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem (BR). **Lei n.7498/86**, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. [Acesso em: 23 Jun 2014]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html.

COSTA MLAS, Merighi MAB, Jesus MC. **Ser Enfermeiro Tendo Sido Estudante-Trabalhador de Enfermagem**: um enfoque da fenomenologia social. Acta paul enferm. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FONTANA RT, Brigo L. Estudar e trabalhar: percepções de técnicos de enfermagem sobre esta escolha. Esc Anna Nery Ver Enferm. 2012.

GIL, Antonio Carlos: **Didática do Ensino Superior**, 1. ed. São Paulo, Editora Atlas: 2007

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATUS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**: 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2005.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Fundamentos de Didática**. Curitiba: ibpex, 2008.

MOREIRA: Marcos Antônio. **A Teoria da Aprendizagem Significativa e suas Implementação em Sala de Aula**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RODRIGUES, Almir Sandro. **Teorias da Aprendizagem**: Curitiba: IESDE, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MEDIAÇÃO ESCOLAR: O CAMINHO PARA A CULTURA DE PAZ.

Júlia Gabriele Fester¹

Ana Paula Cacenote²

Bianca Tams Diehl³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a Mediação Escolar como instrumento eficaz na realização da cultura de paz, a partir do projeto de extensão “A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania”, vinculado ao Curso de Direito e a Escola da FEMA. O cenário escolar apresenta diversas expressões de identidade e de cultura, e as tendências que decorrem da violência. A mediação de conflitos se apresenta como um mecanismo adequado de resgate do encontro das diferenças por meio do estabelecimento do diálogo. O projeto de extensão tem desenvolvido suas atividades em uma escola da rede privada da cidade de Santa Rosa, promovendo a prática da mediação e a ideia de que o diálogo é indispensável para o reconhecimento e o convívio com as diferenças, contribuindo para o despertar do outro em face da empatia, do respeito mútuo, da corresponsabilização e para um convívio pacífico nos espaços escolar, familiar e na comunidade.

Palavras-chave: Escola - Mediação de Conflitos - Cultura de Paz - Diálogo.

INTRODUÇÃO

É comum encontrar nos espaços escolares, professores em busca de soluções para o comportamento e postura das crianças e adolescentes considerados problema. Alunos que não se adaptam as condutas e valores desejados pela escola, apresentam dificuldades de apreender os conteúdos curriculares, gerando dúvidas em relação ao futuro pessoal e profissional.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Integrante do Projeto de Extensão “A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da Cultura de paz e da Cidadania, vinculado ao Curso de Direito e a Escola da FEMA. juliagabriefester@gmail.com.

² Mestre em Direito pela URI. Professora e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Atividades Complementares do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Projeto de Extensão “A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da Cultura de paz e da Cidadania, vinculado ao Curso de Direito e a Escola da FEMA. anapaula@fema.com.br.

³ Doutora em Educação pela UNIJUÍ. Professora e Coordenadora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Projeto de Extensão “A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da Cultura de paz e da Cidadania, vinculado ao Curso de Direito e a Escola da FEMA. bianca@fema.com.br.

Essas características são reflexos da sociedade contemporânea marcados pela imposição de modelos a serem seguidos, que têm resultado nas dinâmicas sociais e ideológicas que resultam em variadas formas culturais de vida, diferentes imagens de mundo, as quais provocam reações violentas e notórias diferenças.

Diante do exposto é importante destacar que a mediação escolar pode resultar na capacidade de desenvolver habilidades e competências que ajudam na formação de um ambiente pacífico, de compreensão, aceitação e valorização das diferenças, sem descuidar dos sentimentos e legitimidade do outro. O trabalho é desenvolvido a partir de um projeto de extensão pensado e aplicado pela instituição de ensino da Fema - Faculdades Integradas Machado de Assis, junto às séries de Educação Básica da mesma. O projeto, no entanto, foi aplicado nas séries de 1º e 2º ano do ensino médio, com o intuito de desenvolver mediadores escolares para a pacificação de seus conflitos no cotidiano.

O projeto tem o intuito de formar e capacitar esses alunos para desenvolver e aplicar as características da mediação no meio escolar. Desta forma, o projeto procura explanar o papel e a função do mediador na escola e na comunidade.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Direito e a mediação e os conflitos nas escolas se interligam de maneira a ser estudada de forma direta ou indireta, já que o direito se relaciona com a linguagem e a mediação tem relação com o diálogo. Neste contexto:

A escola deve desenvolver um contexto de significação congruente com a mediação. De pouco servirá que as crianças e os jovens estudantes sejam sensibilizados e treinados para uma cultura de diálogo, de escuta e de pacificação das relações interpessoais, se o discurso de educadores e docentes for incoerente com esta postura. (MORGADO; OLIVEIRA, p. 50).

Com base nisso, busca-se analisar o espaço escolar, e se este esta interligado ao contexto da mediação de ensinar e incentivar os jovens e estudantes a treinar e desenvolver a cultura do diálogo e da compreensão, assim como da pacificação dos conflitos dentro do ambiente escolar.

1.1 MEDIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS

Uma destas possibilidades de encontro com as diferenças, no cenário escolar, é de resgate da autoridade, como responsabilidade pela construção de um espaço de pertencimento, o que passa pela capacidade de implicar-se com o outro, de deixar-se afetar pelo outro, de modo que cada um dos envolvidos, neste processo educacional, receba o outro em si mesmo, numa relação de encontros entre “eus” diferentes que se reconhecem numa dimensão ética de responsabilidade de “um-para-o-outro” e não de um em direção ao outro (LÉVINAS, 2005).

A responsabilidade de um para com o outro pode ser tomada como uma prática a ser desenvolvida nos ambientes escolares, em busca da concretização de projetos comuns a partir do reconhecimento das diferenças. Como afirmam Costa e Diez, “[...] pensar o outro na sua diferença é um modo de não objetivá-lo acolhendo-o na sua realidade sem representações e aberto ao ensinamento e à aprendizagem.” (COSTA; DIEZ, 2016, p. 184).

Nesse sentido, a mediação como ética da alteridade busca a responsabilidade e o reconhecimento do outro, sendo este professor, aluno ou comunidade escolar.

O espaço da mediação antes de tudo é o espaço entre o “isto” e o “aquilo” traduzido pelo direito fraterno de Resta (2004) como o “estar no meio”, assumindo o problema, deixando de lado a neutralidade do sentir para alcançar um “lugar comum”, participativo, no qual poderá ser promovido o encontro dos extremos, mesmo os mais antagônicos e conflitantes.

Estamos, pois, neste espaço real, entre dois extremos, dentro dos quais a *medietas* conquista a posição difícil, mas rica, do ficar no meio, do compartilhar, do pertencer comum; não é espaço de subtração [...] A virtude do mediador é aquela de estar no meio, de compartilhar, e até mesmo do “sujar as mãos.” (RESTA, 2004, p. 125).

Desta forma, a mediação pode ser definida como um método consensual para a resolução de conflitos, visando o restabelecimento da comunicação entre os conflitantes. A mediação é uma forma de proporcionar o resgate do relacionamento entre os envolvidos, permitindo a participação efetiva dos sujeitos na busca de uma postura nas relações subjetivas.

O diálogo entre mediação e educação relaciona-se com a construção de estratégias metodológicas que permitam auxiliar a escola na condução das diferenças, construindo subjetividades mais aptas a lidar com seus conflitos. Nesse

sentido, Santos afirma “[...] não há como separar ensino e alteridade, porque a separação deles conduz ‘à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença.” (SANTOS, 2005, p. 31).

O mediador utiliza técnicas específicas como a escuta ativa para a identificação das posições, interesses e sentimentos dos sujeitos em conflito, auxiliando-os na compreensão da situação conflitual e, assim, proporciona a conscientização, a autonomia e a flexibilização de suas condutas (SILVA, 2013).

O tratamento do conflito através da mediação pode acontecer mediante uma pluralidade de técnicas que vão da negociação à terapia. Os contextos nos quais é possível aplicá-la são vários: o judicial, o familiar, o escolar, dentre outros. [...] A figura do mediador não possui papel central; via de regra, possui papel secundário, poder de decisão limitado; ele não pode unilateralmente obrigar as pessoas a resolverem a contenda ou impor decisão. Deve mediá-las, conciliar os interesses conflitivos, conduzindo para que elas concluam com o seu impulso a melhor solução. (SPENGLER, 2014, p. 52).

Assim, a mediação no contexto escolar se apresenta como uma ação socioeducativa importante, formando sujeitos conscientes de suas realidades, e da dinâmica das interfaces com os demais, contribuindo para o desvelamento de realidades conflitivas, estimulando os atores escolares a assumirem seus papéis de modo responsável superando a discriminação, a opressão, a exclusão e outras manifestações de violência.

1.2 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “A MEDIAÇÃO NAS ESCOLAS: UM CAMINHO PARA A REALIZAÇÃO DA CIDADANIA E DA CULTURA DE PAZ”

O projeto de extensão do curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis - Fema, tem o intuito de buscar espaços adequados para disseminar as práticas de mediação e a ideia de que o diálogo é extremamente relevante para uma comunicação eficaz, que permita despertar no outro a alteridade e a empatia.

Um dos objetivos é desenvolver nos estudantes habilidades e entendimentos que possam ajudá-los para um bom convívio diário e numa melhor harmonia nos trabalhos em grupo. A atividade desenvolve o aprendizado para um mútuo respeito, e uma maior participação e construção de um bom diálogo. (NUNES, 2011, p. 79).

Consoante o exposto, percebe-se que a escola é um espaço privilegiado para as práticas de mediação, sendo assim, o projeto busca desenvolver um trabalho contínuo, na medida em que a educação precisa levar em consideração os interesses do grupo de alunos, e a partir disso, abordar as temáticas que as interessam de modo criativo e personalizado, a fim de despertar a vontade em participar do projeto.

Entre as várias vantagens, virtudes e benefícios da mediação destaca-se, o seu pendor educativo e pedagógico que assume particular relevância para as escolas, enquanto espaços privilegiados de aprendizagem e de socialização (Costa, 2010).

Assim, o projeto mostrou aos jovens que eles são capazes de realizar a gestão dos conflitos a partir do diálogo e de identificar as principais dificuldades que enfrentam para pacificar os conflitos pertinentes no meio em que vivem.

A metodologia do projeto está voltada para a identificação da turma, formação e realização de círculos de diálogo com os alunos da escola, e trabalhos desenvolvidos pelas professoras coordenadoras do projeto e os acadêmicos vinculados ao Curso de Direito da Fema.

Os encontros com os alunos do 1º e 2º ano do ensino médio são realizados quinzenalmente, e resulta em um trabalho contínuo e de alcances aferidos pelos estudantes, pelos professores e pela comunidade escolar.

O primeiro encontro com a turma teve como objetivo apresentar o projeto aos alunos, buscando despertar o interesse dos mesmos para uma possível participação no projeto de extensão. Sendo assim, foram encaminhados convites, para que os pais tomassem conhecimento do projeto, e também para que os mesmos autorizassem seus filhos para a participação do grupo.

Após o primeiro encontro foram disponibilizadas as listas de inscrições no qual os interessados e autorizados preencheram colocando os seus dados pessoais.

No segundo encontro, foi ressaltada a importância das diferenças entre os participantes do grupo, e que cada indivíduo precisa respeitar o outro para o bom funcionamento das atividades. Sendo assim, foram disponibilizadas imagens, justamente para instigá-los a se integrar com os colegas.

No terceiro encontro foi proposto a formação de grupos com quatro componentes cada, sendo estes, para a confecção de cartazes que abordassem aspectos positivos da mediação no meio escolar e aspectos negativos que geram o conflito no ambiente escolar.

No quarto encontro foram disponibilizados os cartazes para os grupos para que os mesmos terminassem a atividade e começassem a apresentação destes. Ainda nos encontros foi explanada a ideia de que o diálogo é uma ferramenta eficiente, econômica e construtiva para a organização dos difíceis obstáculos para proporcionar ações colaborativas entre as pessoas e, sobretudo para resolver os conflitos de forma simples e rápida, basta as partes estarem dispostas ao diálogo.

Além das palavras fazem parte do diálogo, as emoções, o sorriso, o olhar, e diversas formas de expressões, que muitas vezes são mais relevantes que as próprias palavras.

Na mediação de conflitos, o mediador deverá proporcionar momentos de diálogo em que a cooperação e o respeito se fazem imprescindíveis para que os próprios participantes busquem a solução. Deverá oferecer a reflexão, o questionamento, baseado em paradigmas distintos daqueles citados anteriormente, principalmente tendo como pressuposto o eixo referencial de que poderá se constituir em uma oportunidade de crescimento e evolução na relação existente (SALLES, 2019).

O diálogo é de suma importância, mas para isso, precisa-se escolher um bom local para dialogar, escolher o momento certo, procurar a pessoa e tentar dialogar sobre o problema, tomar cuidados com as palavras que serão empregadas, expressar os sentimentos sem violência, pensar antes de falar e manter o respeito acima de tudo.

Consoante ao exposto, evidencia-se que a empatia, a autonomia, a clareza, a iniciativa, o apoio, e solidariedade são formas de impulsionar o bom diálogo e a busca de um consenso para o conflito que está sendo exposto.

Para que isso ocorra, têm-se algumas técnicas que também são usadas para a resolução do conflito, como por exemplo, entender o que o outro tem a dizer, prestar atenção aos sentimentos e não interromper o outro, não fazer julgamentos ou reprovações, ter empatia e parafrasear ou reformular a afirmativa.

O mediador sabe que, por mais que tudo pareça pronto para que as pessoas cheguem a um acordo, algo muito significativo pode estar guardado, omitido. As pessoas não se entendem sem terem sido efetivamente escutadas. As pessoas precisam dizer o que sentem e, na mediação, esta pode ser a primeira vez que isto está sendo possível. A melhor comunicação é aquela que reconhece a necessidade de o outro se expressar. Em vez de conselhos e sermões, escute sempre, com toda atenção, o que está sendo falado e sentido pelo outro. (VASCONCELOS, 2018, p. 151).

1.3. A MEDIAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO CAPAZ DE TRATAR OS CONFLITOS

Vivemos em tempos conflituosos onde o cenário é desafiador. Os conflitos florescem de maneira igualitária a formação humana. Para além disso, são acentuadas as regras diárias onde a política e religião, contextos sociais, preferências e desejos são assuntos de grandes conflitos, resultando e originando desavenças que podem ter início frágil, mas com o passar do tempo vão atribuindo valores desfavorecidos entre as relações com os colegas, amigos e professores.

A mediação é a proposta mais adequada à complexidade conflitiva atual, na medida em que consegue tratar as contendas por inteiro sem precisar da intervenção estatal. Assim, as partes têm total liberdade para dialogar e expor tudo aquilo que as está reprimindo, desde as angústias, sentimentos e aspirações, para, ao final, se for do desejo mútuo, formalizar um acordo que será efetivamente cumprido. (WÜST, 2014, p. 72).

Dessa maneira, podemos afirmar que a mediação para ser exitosa necessita do consenso das partes, pois compete a elas decidirem e escolherem o que é melhor. Ademais, o procedimento precisa ter o equilíbrio das relações, onde todos possam ter a oportunidade de manifestação, garantindo as suas compreensões.

Em todo o processo de mediação diversos sentimentos se manifestarão: ressentimento, ódio, frustração, inveja, ciúmes, medo, mágoa, amor... que devem ser identificados para que a parte sinta-se adequadamente ouvida e compreendida. Naturalmente, se foram esclarecidos quais as questões controvertidas, quais os interesses e quais os sentimentos que precisam ser endereçados para que a mediação possa evoluir, o mediador deverá examinar a necessidade de iniciar sessões individuais para validar sentimentos. (SPENGLER, 2014, p. 68).

É importante validar os sentimentos, o sentimento gerado pelo conflito precisa ser trabalhado de modo positivo para o alcance da solução e não para o mérito, confusão ou até mesmo para a concordância com os sentimentos, o que pode gerar dúvidas quanto a imparcialidade do mediador.

A vista disso, de maneira objetiva, a proposta é ter na relação um terceiro imparcial, onde é necessário o interesse e o consentimento das partes, sendo assim:

A Mediação é uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios da voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias. (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 48).

Portanto, a mediação enquanto meio de resolver conflitos, proporciona aos envolvidos, um espaço ideal para desenvolver e desempenhar o papel do mediador, que trabalha para resolução do problema, a capacidade e respeito mútuo, comunicação e visão do outro, assim como a aceitação das diferenças e da percepção da realidade. Trabalha-se deste modo a cooperação, o respeito, a identidade e o reconhecimento do outro.

A mediação tem por base a convicção de que todos os envolvidos são capazes de adquirir competências para resolver os problemas, de forma prática, rápida e empregando exclusivamente o diálogo (MORGADO; OLIVEIRA, 2009).

Sendo assim, pode-se afirmar dizendo que, os conflitos de modo geral podem ser pacificados e analisados de forma simples e rápida, bastando as partes entrarem em um consenso, sendo necessário restabelecer o diálogo para a análise da conflitiva, e para a solução e pacificação desse impasse.

CONCLUSÃO

A partir das técnicas empregadas da mediação desenvolvidas no projeto de extensão: “A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania”, vinculado ao Curso de Direito e a Escola da FEMA, RS, aos espaços escolares, juntamente com os estudantes, professores e a comunidade escolar, pode-se perceber que a mediação, embora não seja uma solução mágica e única para resolver os conflitos naturais e os que aportam a escola, pode possibilitar a retomada do compromisso da educação de fazer a interface do passado e do que há de vir, trazendo sujeitos ao mundo a partir de práticas pedagógicas de construção de sentido no encontro com as diferenças.

A mediação pode ser tomada como um horizonte de sentido para a recuperação da autoridade legítima, como responsabilidade pelo outro e com o outro, no exercício de papéis, constituindo o fazer educativo, representado em uma prática pacífica de resistência a totalitarismos e violações de direitos.

Neste sentido, as atividades práticas da extensão universitária nos ambientes escolares têm difundido mecanismos de desenvolvimento de competências e habilidades em comunicação, contribuindo para a formação de um ambiente escolar pacífico, de compreensão, aceitação e valorização das diferenças favorecendo a

ampliação e a qualificação das práticas pedagógicas para aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem.

Desta forma, a mediação em particular tem desempenhado um papel importante na resolução dos conflitos. Essa construção de paz se assegura no respeito pelas diferenças e na cultura dos indivíduos. A escola neste contexto é um espaço privilegiado para a harmonização das relações com as finalidades educativas, neste ponto de vista pode-se afirmar que o ambiente escolar é um campo propício à emergência do conflito.

O projeto de extensão desenvolvido pela FEMA, para a prática e uso da mediação, dispõe o conhecimento aos alunos, os quais desenvolvem uma compreensão básica acerca da natureza do conflito e do papel do mediador. Podemos afirmar desta maneira que o projeto tem acarretado aprendizados construtivos, isto é desenvolvimento de ambiente positivo em sala de aula, cuja atuação mostrou-se eficaz perante os comportamentos, disciplina, respeito, afeto e integração entre os participantes do projeto.

REFERÊNCIAS

COSTA, Elisabete Pinto de. **Novos Espaços de Intervenção: a mediação de conflitos em contexto escolar.** 2010, p. 02. Disponível em: <file:///D:/Mediação_Novos_Espaços_De_Intervenção.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

DIEZ, Carmen Lucia Fornari; COSTA, Wanderleia Dalla. **Mediação Educativa e Alteridade.** Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 21, n. 1, jan./abr. 2016, p. 182-199. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/3480/pdf_544>. Acessado em: 28 out. 2019.

LÈVINAS, Emmanuel. **Entre Nós.** Ensaios sobre a alteridade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. **Mediação em Contexto Escolar: transformar o conflito em oportunidade.** Junho, 2009, p. 48 - 53. Disponível em: <file:///D:/Dialnet-MediacaoEmContextoEscolarTransformarOConflitoEmOpo-3398314.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

NUNES, Antonio Ozório. **Como Restaurar a Paz nas Escolas: um guia para educadores.** São Paulo: Contexto, 2011.

RESTA, Eligio. **Direito Fraterno**. Trad. Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Mediação de Conflitos**. Editora Atlas. São Paulo, 2013.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Retalhos da Mediação**. Ed. Essere nel Mondo. Santa Cruz do Sul, 2014, p. 52 – 68. Disponível em:
<file:///C:/Users/USER/AppData/Local/Temp/Rar\$Dla12484.37036/retalhos_de_mediacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

WÜST, Caroline. **Mediação Comunitária e Acesso à Justiça as Duas Faces da Metamorfose Social**. Ed. Essere nel Mondo. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/USER/AppData/Local/Temp/Rar\$Dla9000.16598/livro%20Caroline%20Wüst.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

A METODOLOGIA LEGO® SERIOUS PLAY® COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORAR OS RESULTADOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO

Nedisson Luis Gessi ¹
Fátima Regina Bergonsi Debald ²

RESUMO

O modo como está estruturada tanto a escola como a universidade, atualmente, evidencia um modelo de educação que existe há mais de um século. No entanto, esse mesmo modelo, se mostra incapaz de sustentar os novos desafios da sociedade contemporânea. Reforça-se assim, a necessidade do desenvolvimento e a aplicação de novas metodologias e métodos de ensino, que favoreçam a mudança do modelo mental dominante, o pensamento sistêmico, a inovação e a solução de problemas reais que motivem os estudantes para uma aprendizagem efetiva. A metodologia Lego® Serious Play® cumpre essas funções e precisa ser compreendida e utilizada. Com base nesse contexto o presente estudo tem por objetivo compreender como a metodologia Lego® Serious Play® pode contribuir para melhoria dos resultados no processo de aprendizagem em ambientes de aprendizagem ativa no ensino superior, uma vez que essa metodologia é totalmente inovadora e disruptiva, e que proporciona grandes ganhos de engajamento e produtividade das pessoas envolvidas, além de potencializar as competências de criatividade, comunicação, cooperação e resolução de problemas complexos. O presente estudo assume uma perspectiva metodológica alicerçada no método da pesquisa-ação, em relação aos procedimentos técnicos utilizados, destaca-se a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, quanto ao método de abordagem optou-se pelo hipotético-dedutivo. Conclui-se que a metodologia Lego® Serious Play® surge como uma alternativa para contribuir na melhoria dos resultados no processo de aprendizagem em ambientes e aprendizagem ativa no ensino superior. A metodologia estimula, o pensamento sistêmico e a transdisciplinaridade, na qual o estudante precisa conhecer o 'todo', desenvolvendo uma visão sistêmica, holística e global dos fatos.

Palavras-chave: Lego® Serious Play® - Ludicidade – Aprendizagem - Inovação; Metodologia.

¹Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ/Brasil), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI/Brasil), Mestre em Gestão Pública (UNAM/Argentina), Professor, CEO da Incubadora Acadêmica de Tecnologia e Inovação (IATI) e Coordenador do Núcleo de Inovação e Tecnologias Educacionais (NITED) das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA/Brasil). Facilitador Lego® Serious Play® (Certified by the Global Federation of LSP Master Trainers). E-mail: nedisson@fema.com.br.

²Mestre em Educação, professora e coordenadora do curso de Pedagogia e da disciplina de Instrumentação para o Ensino de Ciências e Biologia da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA. E-mail: fatima@uniamerica.br.

INTRODUÇÃO

Para alcançar os melhores resultados a aprendizagem ativa, requer ambientes de aprendizagem apropriados através da implementação de estratégias nas quais o estudante é agente no processo de aprendizagem.

Os ambientes devem promover a aprendizagem baseada na investigação de conteúdos autênticos, e na medida do possível acadêmicos, encorajar as habilidades de liderança e autoconhecimento dos estudantes através de atividades de autodesenvolvimento, promover a aprendizagem colaborativa para construção de comunidades de aprendizado, propiciar um ambiente dinâmico através da aprendizagem interdisciplinar gerando atividades de alto impacto para uma melhor experiência de aprendizagem e por fim os ambientes de aprendizagem ativa como promotor da integração do conhecimento já existente com novos conhecimentos que possibilitem uma rica estrutura de compartilhamento entre os estudantes (SILVA, 2018). Portanto, o problema de pesquisa do presente estudo é: Como a metodologia Lego® Serious Play® pode contribuir para melhoria dos resultados no processo de aprendizagem em ambientes de aprendizagem ativa no ensino superior.

Justifica-se o desenvolvimento do estudo, face à importância e necessidade das IES investirem em ambientes de aprendizagem ativa, dessa forma a Lego® Serious Play® surge como uma alternativa para contribuir na melhoria dos resultados no processo de aprendizagem, uma vez que a metodologia promove, o psychological flow¹ permitindo que os estudantes ganhem mais do processo de aprendizagem ao serem envolvidos, engajados e tendo prazer em participar. Ainda esse trabalho justifica-se, uma vez que, há poucos estudos referentes a aplicabilidade da metodologia Lego® Serious Play®² em âmbito acadêmico e também por ser recente a utilização dessa metodologia, tanto em ambientes empresariais e corporativos quanto acadêmicos, no Brasil.

¹ psychological flow é um estado mental de operação em que a pessoa está totalmente imersa no que está fazendo, caracterizado por um sentimento de total envolvimento e sucesso no processo da atividade. Proposto pelo psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi, o conceito tem sido utilizado em uma grande variedade de áreas do conhecimento (KAMEI, 2014).

² Lego® Serious Play® é uma marca registrada da Executive Discovery, uma empresa independente associada ao LEGO Group, que oferece consultoria visando incentivar o pensamento criativo (KRISTIANSEN; RASMUSSEN, 2015).

Para tal, definiu-se com objetivo central do estudo, compreender como a metodologia Lego® Serious Play® pode contribuir para melhoria dos resultados no processo de aprendizagem em ambientes de aprendizagem ativa no ensino superior. Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo inicialmente pretende caracterizar o que são ambientes de aprendizagem ativa e suas contribuições para o processo de aprendizagem, em um segundo momento, abordar as principais contribuições do lúdico em ambientes de aprendizagem ativa no ensino superior, posteriormente, entender acerca do que venha a ser a metodologia Lego® Serious Play® e de que forma ela pode contribuir para melhorar os resultados no processo aprendizagem, em ambientes de aprendizagem ativa, e por fim, trazer casos concretos de aplicabilidade desta metodologia em ambientes de aprendizagem ativa de uma Instituição de Ensino Superior do Noroeste Gaúcho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 AMBIENTES DE APRENDIZAGEM ATIVA

O modo como está estruturada tanto a escola como a universidade, atualmente, evidencia um modelo de educação que existe há mais de um século. No entanto, esse mesmo modelo, se mostra incapaz de sustentar os novos desafios da sociedade contemporânea.

Dessa forma, o ensino superior precisa romper com o modelo tradicional de ensino, que tem como premissa, um viés conteudista onde o professor é um mero transmissor de informações, sendo a prática da maioria das Instituições de Ensino Superior no Brasil.

A base do atual modelo é “ouvir-entender-memorizar-repetir-exercitar”. A estrutura curricular é fragmentada em disciplinas e pressupõe que, de algum modo, o estudante seja capaz de realizar a integração destes elementos, fato esse que na prática efetivamente não ocorre.

Portanto torna-se necessário pensar novos modelos para novos tempos, modelos preocupados em facilitar a aprendizagem, minimizar o excesso de aulas expositivas que segundo estudos demonstraram baixo impacto de aprendizagem, mudar o foco do estudante, de sujeito passivo para um sujeito autônomo e capaz de

aprender a aprender. Assim, percebe-se a necessidade de mudanças para atender os novos desafios da contemporaneidade. As mudanças devem ocorrer no modelo atual, que tem como foco a metodologia expositiva de ensino para metodologias ativas de aprendizagem, ou simplesmente mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem.

A alternativa que muitas Instituições de Ensino Superior vêm utilizando, é a de aderir ao modelo com viés na aprendizagem, ou seja, aprendizagem ativa. Muitos estudos provaram que a aprendizagem ativa como estratégia, promove níveis de conquista e domínio do conteúdo, bem como, sua aplicabilidade que só é possível através de atividades que façam com que o estudante esteja participando ativamente do processo, de tal forma que ele próprio torna-se agente de sua aprendizagem.

Isso significa construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, além de desenvolver estratégias cognitivas, capacidade crítica e reflexão sobre suas práticas, fornecem e recebem feedback. A literatura também tem usado o termo “aprendizagem ativa” para caracterizar situações de aprendizagem em que o aluno é ativo (NUNES, 2017).

Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, um supervisor, facilitador do processo de aprendizagem e não apenas fonte única de informação e conhecimento. Independentemente do método ou da estratégia usada para promover a aprendizagem ativa, é essencial que o aluno faça uso de suas funções mentais. Em outras palavras, a diferença fundamental que caracteriza um ambiente de aprendizagem ativa é a atitude ativa da inteligência, em contraposição à atitude passiva geralmente associada aos métodos tradicionais de ensino (BARBOSA; MOURA, 2014).

É interessante ressaltar ainda que, tão importante quanto pensar no que está fazendo, é sentir o que está fazendo. A participação dos sentimentos deve ser vista como um fator relevante na fixação do conhecimento. Pode-se afirmar que o bom humor, a boa disposição e a alegria são os lubrificantes das engrenagens do entendimento e da aprendizagem. A aprendizagem é mais significativa com as metodologias ativas de aprendizagem. Além disso, os estudantes que estão inseridos em ambientes de aprendizagem ativa adquirem mais confiança em suas decisões e na aplicação do conhecimento em situações práticas. Melhoram o relacionamento com os colegas, aprendem a se expressar melhor oralmente e por escrito. Adquirem

gosto para resolver problemas complexos e vivenciam situações que requerem tomar decisões por conta própria, reforçando a autonomia no pensar e no atuar (PEIXOTO, 2016).

Portanto, a contemporaneidade traz novos rumos para os ambientes de aprendizagem. Tanto professores quanto os demais profissionais da educação devem se questionar sobre a possibilidade da construção de um mundo diferente, impulsionado por uma educação transformadora, que pressupõe a valorização das diferenças e a não linearidade e fragmentação do conhecimento. Vislumbrar a importância de um aprendizado efetivo, onde o estudante possa desenvolver a capacidade de agir a partir do conhecimento e habilidades adquiridas, colocando-as em prática em diferentes contextos e situações e gerar resultados efetivos a partir delas.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM ATIVA

Primeiramente faz-se necessário desmistificar a compreensão restrita de ludicidade como sendo ação recreativa ou de lazer. O lúdico inclui a recreação, mas não se limita a ela. Recreação é uma atividade lúdica, externa. Não é ludicidade. Ludicidade é um estado interno, uma atitude de quem vivencia uma experiência lúdica plenamente. Lazer também não é sinônimo de ludicidade. Lazer é o espaço/tempo no qual as atividades lúdicas se realizam. Como estado de ânimo, ludicidade é da ordem subjetiva do sujeito. Sustenta-se assim a ideia de que a didática é a arte de mediar. Mediar com arte. A dimensão lúdica que traz a linguagem artística para dentro da sala de aula representa um importante ganho para a área. Torna-se necessário idealizar-se uma didática lúdica que seja vivenciada plenamente na sala de aula e seja estruturadora de saberes pedagógicos e didáticos necessários à profissão docente.

A criatividade e a autoria são fatores estruturantes de uma ação educativa lúdica. “Uma prática educativa lúdica possibilitará a cada um de nós e a nossos educandos aprendermos a viver mais criativamente e, por isso mesmo, de forma mais saudável.” (LUCKESI, 2004, p. 20). Inclui-se aqui a dimensão da arte como ingrediente indispensável ao ensino lúdico. Daí a necessidade de trabalhar, nas metáforas criativas, com a linguagem artística em suas diferentes nuances.

Alguns teóricos contribuíram para que o lúdico pudesse ser utilizado na

educação dentro do processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se: Rousseau e Pestalozzi, no século XVIII; Dewey, no século XIX; e no século XX, Montessori, Vygotsky e Piaget.

Piaget (1986) relata que o símbolo lúdico estimula o desenvolvimento do pensamento sobre os objetos não existentes representados por símbolos. Já segundo as teorias de Vygotsky o ser humano se desenvolve a partir do aprendizado, que envolve a interferência direta ou indireta de outros seres humanos, sendo que a mediação faz a diferença, interferindo na relação de aprendizagem da criança e fazendo com que as funções psicológicas superiores se desenvolvam no ser humano. Cita que o jogo é um instrumento importante para esse desenvolvimento, sendo que os jogos e suas regras criam nos alunos uma zona de desenvolvimento proximal (ZDP), proporcionando desafios e estímulos para a busca de conquistas mais avançadas, ensinando também a separar objetos e significados. Vygotsky explica que a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é o percurso que o ser humano faz até chegar a um nível de amadurecimento real, sendo chamado por ele de zona de desenvolvimento real (ZDR) que é a capacidade do ser humano realizar tarefas independentes. Ao utilizar o lúdico para o ensino da matemática o professor está mediando o aprendizado dos alunos que, a partir da ZDP pode efetivamente adquirir um conhecimento, proporcionando alterações em sua estrutura cognitiva.

Para D'ávila (2013), a ludicidade é uma força motriz que impregna primeiramente o professor, elevando seu estado de espírito para um sentimento de pro atividade, de alegria interna e o impulsiona a ações desencadeadoras de aprendizagens. Aí onde entra a ludicidade como princípio organizativo, isto é, estruturador de atividades criativas articuladas aos conteúdos das disciplinas que levam os estudantes a vivenciarem a experiência pedagógica sugerida tanto externa quanto internamente. Nesse horizonte o uso de metáforas criativas constitui excelente expediente para a educação em qualquer nível de ensino o que se mostra como uma grande contribuição do lúdico no processo ensino aprendizagem em ambientes de aprendizagem ativa.

1.3 A METODOLOGIA LEGO® SERIOUS PLAY® (LSP)

Pesquisas recentes comprovaram que as mãos estão conectadas com cerca de 70% a 80% das nossas células cerebrais. Nossos cérebros estão limitados em relação à quantidade de informação com a qual eles conseguem conscientemente lidar de uma só vez. Com ajuda de todas as conexões neurais em nossas mãos sabemos muito mais do que pensamos saber em determinado momento. Ao usar as duas mãos simultaneamente engajamos ambos os lados dos nossos cérebros (MCCUSKER, 2014).

Desta forma, a metodologia Lego® Serious Play®¹ desbloqueia a mente do participante. Quando usamos nossas mãos na aprendizagem, dá-se um processo complicado gerando uma carga emocional poderosa. Como resultado, quando nós construímos com nossas, nossos pensamentos e ideias tendem a ter maiores detalhes e são facilmente compreendidos e lembrados (MCCUSKER, 2014).

De acordo com a pesquisa de Hinthorne e Schneider (2012), a brincadeira séria é particularmente boa para melhorar a reflexão crítica, encorajar a troca de conhecimento e promover a resolução inovadora de problemas. O brincar é onde os objetos são transformados e situações do mundo real são vivenciadas na brincadeira. Oliveira (1997) destaca que para Vygotsky essa atividade tem relação direta com desenvolvimento: ao brincar, a criança cria uma zona de desenvolvimento proximal devido à elaboração de situações mais complexas, como dar significado a um objeto diferente da função real, assim como imitar um papel durante uma brincadeira. Nessa brincadeira de faz de conta, existem regras, uma vez que, para imitar um personagem, a criança preocupa-se em fazê-lo tal como é, conferindo a regra da brincadeira.

Assim a brincadeira séria proporciona a construção de habilidades básicas (Skill Building), pois é no momento em que a brincadeira séria abre oportunidade para construir e abordar de forma crucial histórias que se relacionam com as experiências vividas e as perspectivas pessoais e que cria um espaço seguro no tempo para que as pessoas compartilhem seus pensamentos internos com os outros. À medida que as pessoas constroem e desconstroem com o LEGO®², elas também estão construindo

¹ Lego® Serious Play® é uma marca registrada da Executive Discovery, uma empresa independente associada ao LEGO Group, que oferece consultoria visando incentivar o pensamento criativo (KRISTIANSEN e RASMUSSEN, 2015).

² A LEGO® é uma empresa privada com sede em Billund, Dinamarca. As peças ou blocos LEGO fazem parte do sistema LEGO, que essencialmente significa que eles podem ser facilmente combinados de inúmeras maneiras - e tão facilmente desmontados. Quanto mais peças LEGO você tem, mais fértil sua criatividade pode se tornar. As configurações das peças e dos pinos e as minifiguras são marcas do Grupo LEGO® (LEGOBRASIL, 2019).

em suas mentes. As atividades da brincadeira séria permitem questões e respostas e uma reflexão crítica que afeta tanto a forma quanto a função do brincar (HINTHORNE E SCHNEIDER, 2012).

A Metodologia Lego® Serious Play® foi desenhada para explorar e lidar com oportunidades e problemas reais em tempo real. Foi concebida como ferramenta interativa para resolução de problemas, desenvolvida especificamente para ajudar a solucionar de forma criativa problemas de negócios e de comunicação. Pois o uso de ferramentas práticas e criativas tem se demonstrado útil em auxiliar no processo de ideação, análise de risco, comunicação e colaboração (ISAKSEN, 2007).

Um dos pilares da metodologia é a etapa ou parte da construção de modelos utilizando as peças/blocos LEGO, esses modelos apropriam-se muito da metáfora, o que ajuda a obter uma maior compreensão das mais variadas situações de um determinado processo de análise profunda sobre um problema qualquer. Esse processo cria uma forma segura de que cada pessoa se envolva de maneira visual e interativa de pensar, testar e planejar, e com riscos limitados (ISAKSEN, 2007).

Segundo Kristiansen e Rasmussen (2015), a metodologia Lego® Serious Play® é uma abordagem de pensamento, comunicação e resolução de problemas para tópicos que são reais. O foco do método não está nos blocos de LEGO®, e sim na história que eles criam, ainda que não haja história sem os blocos. Os blocos e os modelos se tornam metáforas, e a paisagem ou cenário dos modelos viram histórias. Em seu livro *“Beyond the State”*, o professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Donal Schon (2000), argumenta que metáforas podem, na verdade gerar maneiras radicalmente novas de entender as coisas. De acordo com o autor, metáfora é muito mais que simplesmente “linguagem floreada”, ela pode ter um papel ativo, construtivo e criativo na cognição humana. Assim sendo as metáforas oferecem ricas descrições de nossa realidade que podem desafiar pré-suposições e revelar novas possibilidades.

A metodologia incorpora ainda o compartilhamento de histórias e o movimento de artefatos em 3D (Blocos LEGO) permite que as pessoas adquiriam uma compreensão mais profunda das ideias e dos conceitos. A ruptura e reconstrução de ideias permite que os participantes desempenhem um papel na formulação coletiva de novas ideias. As ideias e histórias compartilhadas permitem que as pessoas sintam que todos contribuíram com a sua história e ao longo do processo, foram ouvidas e

compreendidas pelos colegas (BÜRGI; ROOS, 2003).

Este processo pega conceitos intangíveis e os traz para o presente, onde ideias concretas podem ser testadas e as soluções podem ser alteradas conforme a necessidade. Uma vez que os estudantes desenvolvem um modelo mental claro e preciso, eles podem elaborar metas e criar ações que estarão imediatamente prontas para serem implementadas. Como as novas estratégias são criadas em um mundo tridimensional pelos blocos LEGO, é possível ajustar em tempo real conforme a necessidade, ou seja, é possível a cada reflexão melhorar o processo a partir da participação de todos no processo, inclusive é um recurso muito bom para trabalhar a competência de resiliência com os estudantes (BÜRGI; ROOS, 2003).

Com os Blocos LEGO, os estudantes podem construir suas ideias e depois demonstrar no modelo 3D para poder explicar seus pensamentos para os demais envolvidos nas atividades. Os ouvintes podem ver o modelo e fazer perguntas, para esclarecer a compreensão, contrastando e comparando com seus pensamentos anteriores, permitindo a imersão de um novo tipo de compreensão. À medida que os estudantes quebram os modelos, eles também estão quebrando e liberando suas ideias e se movendo em direção a novas estruturas que são compartilhadas entre o grupo participante. Em suma, nesse momento do processo se busca o engajamento, desbloqueio de novos conhecimentos que por sua vez desencadeia a ideia de quebrar o pensamento convencional abrindo caminho para a possibilidade de novas formas de resolver problemas complexos (KRISTIANSEN; RASMUSSEN, 2015).

Em se tratando de estudantes adultos, esse tem maior dificuldade de mudar seus modelos mentais apenas ouvindo. Eles precisam quebrar um modelo e reconstruí-lo com novas ideias. Essa conexão entre as estruturas mentais e a experiência prática tangível no mundo real é o que muda a dinâmica do processo. Quando as pessoas conseguem usar ferramentas externas como metáforas para testar seu conhecimento existente dentro de uma nova estrutura, elas conseguem criar novos modelos mentais de uma forma mais rápida e com mais confiança. Tais ferramentas incluem histórias, jogos e objetos físicos (KARP, 2005). Em uma atividade com Lego® Serious Play® os participantes desenvolvem e esclarecem seus modelos mentais.

Quanto à natureza ou pilar teórico científico, pode-se dizer que a metodologia Lego® Serious Play® está centrada em três elementos essenciais, que são:

Construtivismo, Construcionismo e o Psychological Flow.

Jean Piaget é o pai do construcionismo, talvez mais conhecido por sua teoria dos estágios de desenvolvimento infantil. Mas ainda mais fundamental que isto, foi a sua teoria de que crianças não adquirem simplesmente conhecimento pouco a pouco. Ao contrário, elas usam sua experiência no mundo para construir quadro coerentes e robustos chamados “estruturas do pensamento” (PIAGET, 1986). As crianças não são apenas passivos observadores de experiências e informação, mas construtores ativos.

Segundo Piaget (1986), à medida que as estruturas mentais da criança se tornam competentes para lutar com novos problemas, ela é estimulada e desafiada por seu ambiente a encontrar novas soluções, o que por sua vez leva em direção a níveis mais elevados de desenvolvimento intelectual. Para Piaget (1987) O sujeito e o objeto formam um todo, cuja interação proporciona a construção e a reconstrução permanente do conhecimento, bem como a formação de estruturas mentais cada vez, mais complexas.

Portanto, a teoria do construtivismo de Piaget explica que as pessoas não são aprendizes passivas que recebem informações dos professores. Elas são aprendizes ativas que precisam utilizar conhecimento no mundo real para que conceitos complexos sejam entendidos e façam sentido.

O construtivismo vai um passo adiante, considerado pai do construtivismo Seymour Papert foi quem desenvolveu a teoria construtivista. Ele acreditava que as pessoas são mais propensas a adquirir novos conhecimentos e ideias quando constroem coisas no mundo real. Ele ainda propôs que as pessoas utilizem artefatos para comunicar significado dentro de seus ambientes e que estas pessoas usem esse processo para resolverem problemas. Papert procurou criar um ambiente de aprendizagem mais favorável às teorias de Piaget. Ele enxergava os ambientes escolares convencionais como muito estéreis, muito passivos, muito dominados pela instrução; eles não providenciavam nem promoviam uma atmosfera que permitia às crianças serem construtoras ativas, que ele sabia que eram (PAPERT, 2008). Papert chamou denominou sua teoria de “construtivismo”. A teoria incluía tudo associado com o construtivismo de Piaget, mas foi um passo adiante. Segundo Papert se acreditarmos que retemos conhecimento como estruturas baseadas em nossa interação com o mundo, então nós podemos criar conhecimento mais rápido e melhor

quando estamos engajados na construção de um produto, para ele “quando você cria no mundo você constrói a sua mente”. Assim, o construcionismo incorpora e cria através da teoria de Piaget sobre construtivismo dois tipos de construção, que estão na verdade acontecendo, aliadas uma reforçando a outra. Quando pessoas constroem coisas, elas simultaneamente juntam teorias e estruturas de conhecimento em suas mentes. Então esse novo conhecimento permite-lhes construir coisas ainda mais sofisticadas, pois para Papert o que aprendemos no processo de construir coisas que nós gostamos penetra muito mais profundamente em nosso subconsciente do que aquilo que qualquer um pode nos dizer (PAPERT, 1991).

A teoria do construtivismo explica como as pessoas constroem o conhecimento em suas cabeças, enquanto a teoria do construcionismo explica como elas adquirem e solidificam o conhecimento através de construções no mundo real. Por meio desse processo, Papert acreditava que as pessoas poderiam criar coisas que fossem tangíveis permitindo que outras pessoas pudessem ver, questionar, criticar e também utilizar para a sua própria compreensão. O valor dessas teorias é evidente dentro do processo interativo e prático baseado no uso das mãos (hands-on). Isso respalda um princípio central da metodologia Lego® Serious Play®: o aprendizado acontece especialmente quando criamos ativamente algo físico/concreto que é externo a nós (KRISTIANSEN; SCHULTE; GRIENTZ, 2016).

Portanto, dentro do processo Lego® Serious Play®, o construtor cria metáforas utilizando blocos de construção e dá significado aos modelos. As histórias então são formuladas e compartilhadas enquanto o construtor usa seu modelo para expandir seu pensamento à medida que compartilha informações e permite questionamentos dos outros. O construtivismo e o construcionismo são as duas teorias fundamentais que foram utilizadas para desenvolver a metodologia Lego® Serious Play® (KRISTIANSEN; SCHULTE; GRIENTZ, 2016).

Por fim o último elemento da metodologia o *psychological flow*, que é um estado mental de operação em que a pessoa está totalmente imersa no que está fazendo, caracterizado por um sentimento de total envolvimento e sucesso no processo da atividade. Proposto pelo psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi, o conceito tem sido utilizado em uma grande variedade de áreas do conhecimento (KAMEI, 2014). A ciência do *Flow* é completamente integrada à metodologia Lego® Serious Play® como chave mestra do aprendizado tanto do indivíduo, como do grupo, assim torna-se

impossível imaginar que a metodologia funcione sem os blocos LEGO ou sem integrar o conceito de *Flow*. Portanto o *Flow* é uma condição na qual estamos completamente absortos em um jogo ou tarefa, perdemos nosso sentido de tempo e espaço, e utilizamos nosso potencial de aprendizado ao máximo (KAMEI, 2014).

Visto os três elementos essenciais da metodologia Lego® Serious Play® percebe-se claramente que a metodologia proporciona para as pessoas a oportunidade de construir objetos que sejam metáforas de ideias, pensamentos e inovações, assim permitindo que outros vejam os modelos tridimensionais construídos e que possam ser questionados e desafiados. Esse processo permite o desenvolvimento de um modelo mental claro e preciso. Uma vez que, o processo é altamente visual, junto com o relato de histórias que ajudam as pessoas a esclarecerem suas ideias e também seus pensamentos e poderem expressar suas opiniões, a metodologia Lego® Serious Play® tem sido uma ferramenta útil no campo corporativo podendo ser utilizado de forma estratégica no processo de ensino aprendizagem em ambientes ativos no ensino superior, pois essa metodologia facilita o desenvolvimento de metas e ações que ficam imediatamente prontas para implementação, além de permitir uma discussão altamente colaborativa e interativa, onde as ideias podem ser construídas e desconstruídas da mesma forma que nossos cérebros se conectam e se desconectam das ideias, conceitos e pensamentos. As peças de LEGO dão aos nossos cérebros uma forma tátil de processar as informações e tomar decisões na resolução de problemas complexos, e sempre prezando pela participação (engajamento) de todos no processo, sendo essa uma das premissas base da metodologia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa-ação definida de acordo com a perspectiva de Thiollent (2009) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo em que os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

De acordo com Fiorentini (2004) nessa metodologia de intervenção caminham juntas a prática investigativa, a prática reflexiva e a prática educativa. Já para Barbier

(2004), a pesquisa-ação tem um papel tanto social como pedagógico e político. Essa metodologia é caracterizada pelo papel ativo dos pesquisadores junto aos sujeitos da pesquisa. Na pesquisa-ação acontecem simultaneamente o “conhecer” e o “agir”, uma relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa.

Segundo Bosco Pinto (1989), é importante ressaltar que a sequência metodológica para a execução dos processos de pesquisa-ação insere-se na concepção de educação libertadora, tendo como ponto de partida o diálogo incentivando a participação dos setores populares na busca do conhecimento da realidade para transformá-la. Portanto, para que a pesquisa-ação possa trazer resultados produtivos, é necessário que o pesquisador e os participantes assumam posicionamentos corretos. Além disso, alguns pressupostos de natureza da pesquisa-ação devem ser incorporados como, respeitar que o outro tem saberes, acreditar que o outro pode produzir saberes, que o outro pode ser pesquisador e ter clareza de que o conhecimento é construído pelo coletivo (THIOLLENT, 2009).

O método de pesquisa-ação se enquadra no presente estudo, uma vez que, nas coletas de dados predominaram questionários e observação participante. A maneira escolhida para tratar os dados gerados foi o modo qualitativo que tem como perspectiva de análise a explicação dos fenômenos que se apresentam na sociedade. Assim, nesta pesquisa, pretende-se abstrair os aspectos qualitativos da prática realizada com a metodologia Lego® Serious Play® nos cursos superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis, embora os dados qualitativos não excluam os quantitativos, pelo contrário segundo Minayo “[...] os dados quanti-qualitativos se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (MINAYO, 2002, p. 22).

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, destaca-se a pesquisa bibliográfica: livros, artigos publicados em revistas, e produções científicas em geral. Como instrumento para o estudo de caso apresenta-se um questionário semiestruturado.

Para a análise e a interpretação dos dados, o método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, visando explicar o fenômeno em curso, com procedimentos secundários de caráter histórico e comparativo (GIL, 2008).

3 ANÁLISE E RESULTADOS

A partir da referencial teórico visto, e tendo como um dos objetivos do estudo o trazer casos concretos de aplicabilidade da metodologia Lego® Serious Play® em ambientes de aprendizagem ativa no ensino superior, aqui apresenta-se o caso de uma IES localizada no Município de Santa Rosa, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A IES objeto do estudo é a FEMA – Fundação Educacional Machado de Assis que conta atualmente com 6 cursos superiores: Administração, Direito, Ciências Contábeis, Enfermagem, Gestão de Recursos Humanos e Gestão da Tecnologia da informação.

O estudo teve início no mês de agosto de 2018 com as turmas de Administração, Gestão de Recursos Humanos e Gestão da Tecnologia da Informação onde o pesquisador (Facilitador Certificado Lego® Serious Play®) juntamente com os docentes Juliane Colpo, Liliana Gessi e Lauri Heckler que aplicaram a metodologia com objetivo experimental, e já nos primeiros momentos das atividades foi perceptível o engajamento e a participação de todos. A atividade estimulou a imaginação e criatividade e o trabalho cooperativo dos participantes, surgindo então o projeto **“FEMA LEGO® SERIOUS PLAY®1”**.

A partir da primeira intervenção decidiu-se começar a averiguar, medir ou gerar indicadores para uma melhor compreensão da efetividade e potencial da metodologia no que tange sua aplicabilidade e de que forma seria possível aproveitá-la para inovar os processos de aprendizagem em ambientes de aprendizagem ativa, já que, a FEMA vem a mais de dois anos investindo na formação docente e utilização de metodologias ativas em seus ambientes de aprendizagem.

Assim, construiu-se um instrumento de pesquisa com 6 perguntas referentes as percepções dos estudantes acerca da atividade com uso da metodologia Lego® Serious Play®, o instrumento foi assim constituído: 1) A atividade foi considerada por mim: (escolha de uma alternativa); 2) Sobre a significação dos conhecimentos trabalhados pelos professores: (escolha de uma alternativa); 3) A Metodologia utilizada ajudou na construção dos conhecimentos? (escolha de uma alternativa); 4)

¹ <http://www.jornalnoroeste.com.br/noticias/educacao-cultura/projeto-fema-lego-serious-play>
<https://portalplural.com.br/projeto-fema-lego-serious-play-uma-proposta-inovadora/>
<http://www.jornalnoroeste.com.br/noticias/educacao-cultura/fema-estara-presente-no-lets-go-festival>

A partir da atividade prática, desenvolvi as seguintes competências: (escolha de múltiplas alternativas); 5) A referida atividade prática envolveu você como aluno, em que sentido? (escolha de uma alternativa); 6) Faça uma avaliação geral do processo. (aberta descritiva). Além do instrumento foi realizada observação participante e relatos dos docentes envolvidos na referida prática. A pesquisa foi realizada no período de setembro de 2018 a setembro de 2019, tendo como participantes os cursos de Administração com (38) estudantes, Ciências Contábeis com (35) estudantes, Direito com (50) estudantes, Gestão de RH com (23) estudantes e Gestão de TI com (20) estudantes, perfazendo um total de 166 estudantes e 4 docentes que trabalham nos referidos cursos.

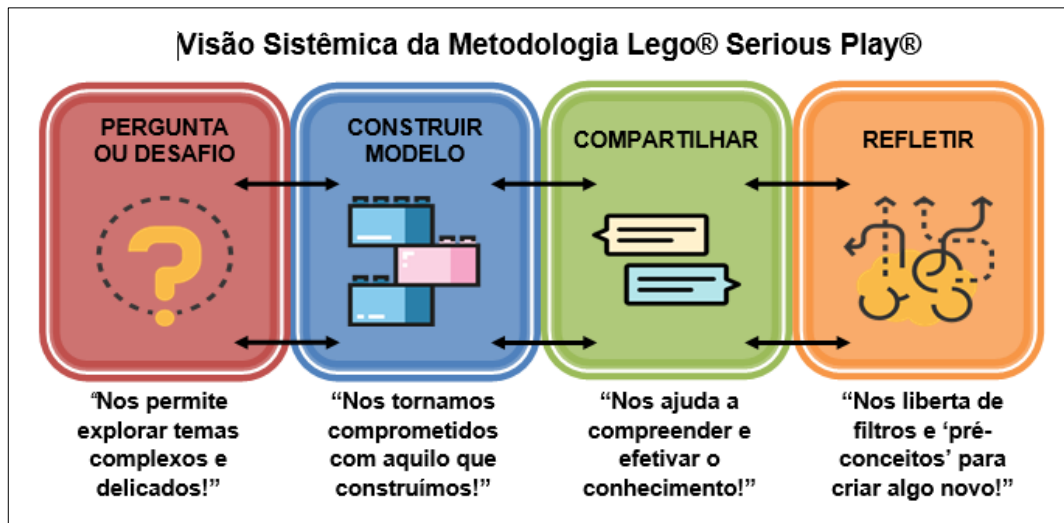
O processo de aplicação da metodologia LSP¹ iniciava-se com o planejamento em conjunto com o docente envolvido, sendo que todo o processo é centrado na metodologia de sala de aula invertida. O conceito de sala de aula invertida vem da ideia de inverter a lógica tradicional de aula. Fazendo em casa o que é feito em sala, como assistir uma aula expositiva. E fazer em sala o trabalho que era feito em casa. Portanto um dos principais objetivos da sala de aula invertida é desenvolver no aluno autonomia e autorregulação no seu processo de aprendizagem. A proposta do método é tornar as aulas menos expositivas e, assim, promover maior participação dos alunos no que está sendo desenvolvido (BERGMANN; SAMS, 2017).

Portanto, os estudantes recebiam material de suporte antecipadamente e no início da aula eram disparadas as questões norteadoras (desafio) do problema, que os mesmos deveriam buscar sanar utilizando-se do conteúdo prévio por eles visto e conjuntamente com as orientações do Facilitador², o que corresponde a primeira etapa da LSP. Posterior as orientações e regras a serem seguidas, diga-se todas as regras, tem-se o tempo como variável fundamental na atividade, pois há “sprint”, entregas em com tempo determinado para realizar as atividades. Determinadas as regras pelo facilitador é dado início a construção do modelo da solução com blocos LEGO que é a segunda etapa da metodologia, após os tempos determinados segue as demais etapas até concluir o processo com a última etapa que envolve a reflexão final em conjunto com todos os participantes.

¹ Abreviatura de Lego® Serious Play®

² O professor Nedisson é “Facilitador Lego® Serious Play®” com Certificação Internacional, reconhecida pela LEGO® (Certified by the Global Federation of LSP Master Trainers).

Figura 1 – Visão Macro da Metodologia LSP

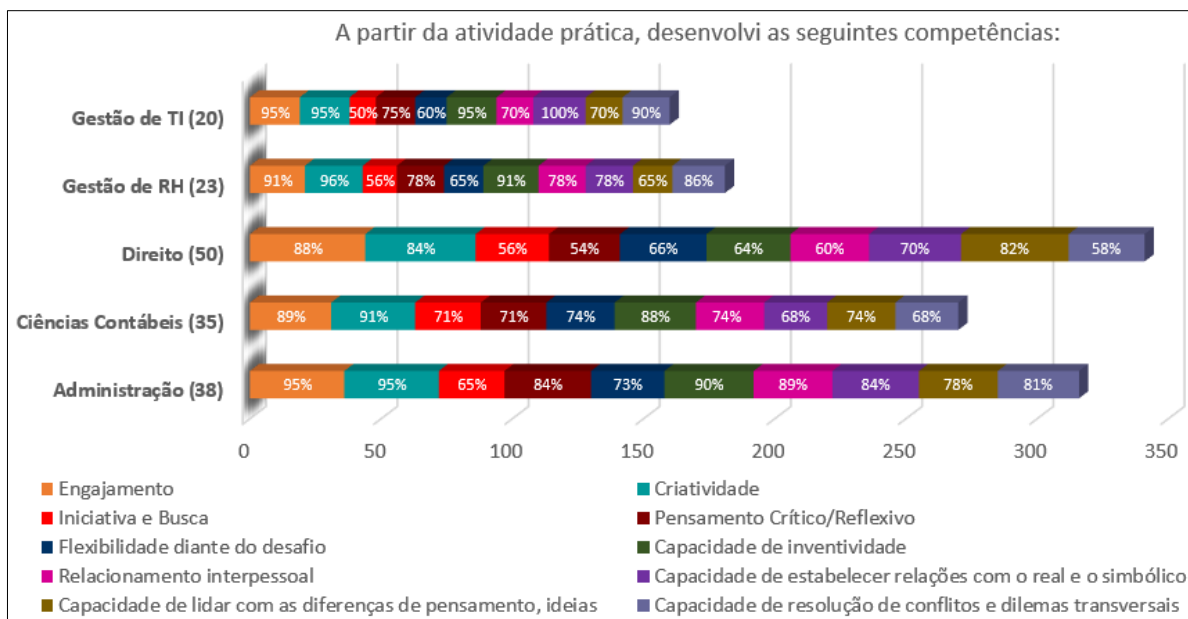


Fonte: Produção do Pesquisador.

A Figura 1 ilustra uma visão macro da Metodologia Lego® Serious Play® e adicionada a essa estrutura a ideia do Storytelling além do Lúdico e da metáfora já visto no embasamento teórico do presente estudo. No Storytelling, as pessoas pensam em formato de narrativas ou histórias e é dessa maneira que elas compreendem o mundo, através de personagens, desejos e motivações (SUTHERLAND, 2014). O Storytelling é considerado uma metodologia ativa por trazer uma proposta de narrativa estruturada em uma sequência de fatos e que busca um estreitamento de sentidos e emoções com o receptor da mensagem (LOPEZ, 2007). É a arte de elaborar e encadear cenas, dando-lhes um sentido envolvente que capte a atenção das pessoas e enseje a assimilação de uma ideia central (XAVIER, 2015).

Após a coleta de dados por meio de um questionário eletrônico preenchido pelos estudantes, relatos dos docentes e das observações dos participantes, buscou-se tabular os dados para realizar a análise dos mesmos cruzando com os relatos dos docentes e com a pergunta aberta do questionário.

Figura 2 – Percepção dos Estudantes quanto as competências



Fonte: Produção do Pesquisador.

A Figura 2 ilustra de forma sintetizada a percepção dos estudantes quanto ao desenvolvimento ou estímulo de competências, por meio da atividade realizada utilizando a metodologia LSP. A partir das observações cruzadas com os relatos docentes e com a questão aberta onde foi questionado aos estudantes como eles avaliam de forma geral o processo envolvendo a metodologia LSP. Dentre as percepções elencadas pelos estudantes evidenciou-se as competências de engajamento, criatividade, capacidade de inventividade, capacidade de resolução de conflitos e dilemas transversais e da possibilidade de uma aula mais leve, divertida e ao mesmo tempo colocando em prática os conteúdos previamente vistos via plataforma eletrônica. Assim, optou-se em analisar as competências aqui de uma forma geral, elencando as que predominaram em todos os cursos superiores, objeto desse estudo. Ainda no tocante a percepção dos estudantes em relação a questão aberta, foi extremamente rica para análise, pois evidenciou-se pelos estudantes a baixa aceitação das aulas expositivas e seus resultados, onde foi possível verificar nos trechos em sua íntegra a seguir da questão aberta:

E1: *“Atividade muito proveitosa, nos deslocamos da produção escrita ao mundo prático da produção, a cooperação e alegria entre os colegas foi muito perceptível e*

os resultados de aprendizagem, com certeza, foram alcançados! Gratos pela oportunidade em ser a primeira turma de Direito a experimentar esse jeito inovador de aprender.”

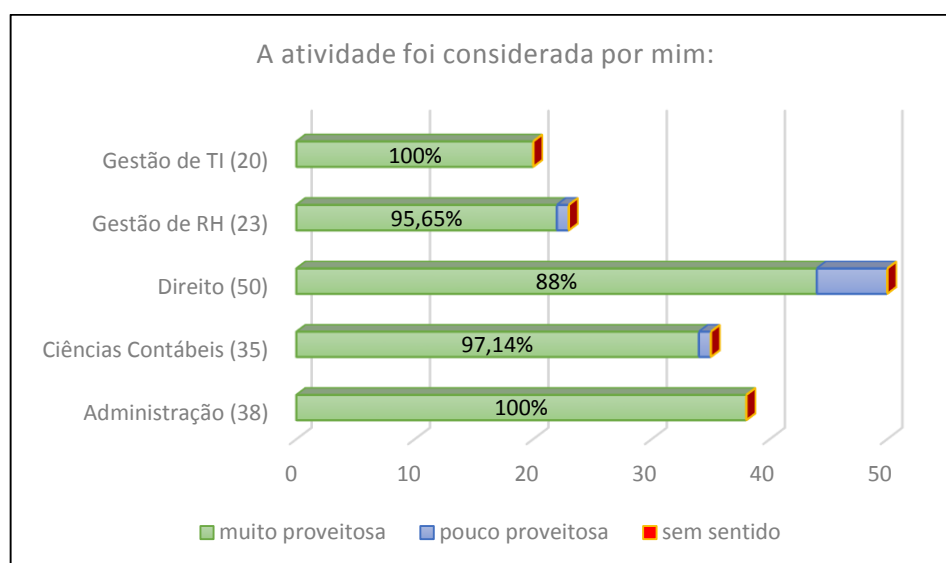
E2: “Achei interessante pois conseguimos desenvolver o trabalho em grupo, além disso sair um pouco da escrita e da leitura de todo dia para uma atividade diferente é muito importante para desenvolvermos a criatividade”.

E3: “Achei muito bom, pois me ajudou a entender melhor o conteúdo”

E4: “O processo possibilitou uma interação mais efetiva com o tema estudado, já que utilizamos nosso conhecimento de forma dinâmica e atrativa. Além disso, teve espaço para trabalharmos nossa oralidade e o trabalho em equipe”.

E5: “Foi muito proveitoso, além de ser uma maneira criativa de incentivar nossa criatividade. Gostei muito de participar”

Figura 3 – Percepção dos Estudantes quanto realização da atividade



Fonte: Produção do Pesquisador.

Constatou-se que um número muito baixo de estudantes consideram a experiência vivenciada sem sentido ou pouco proveitosa, assim dos 166 estudantes 8 responderam que a atividade foi pouco proveitosa, desses 6 são estudantes do Curso de Direito, um curso que ainda se utiliza muito de aulas expositivas e métodos tradicionais de aprendizagem, que evidenciou-se na questão aberta quando a estudante expressa dizendo que “deslocamos da produção escrita ao mundo prático da produção”.

E1: “Atividade muito proveitosa, nos deslocamos da produção escrita ao mundo prático da produção, a cooperação e alegria entre os colegas foi muito perceptível e os resultados de aprendizagem, com certeza, foram alcançados! Gratos pela oportunidade em ser a primeira turma de Direito a experimentar esse jeito inovador de aprender.”

E6: “Trabalho prático muito construtivo e proveitoso. Facilita muito o entendimento teórico quando aplicado na prática, e nos mostra claramente a relação que esses conceitos tem entre si, como por exemplo: resiliência e quebra de paradigmas”.

E7: “Foi possível levantar muitos aspectos. E muito proveitoso em questão didática e pessoal”.

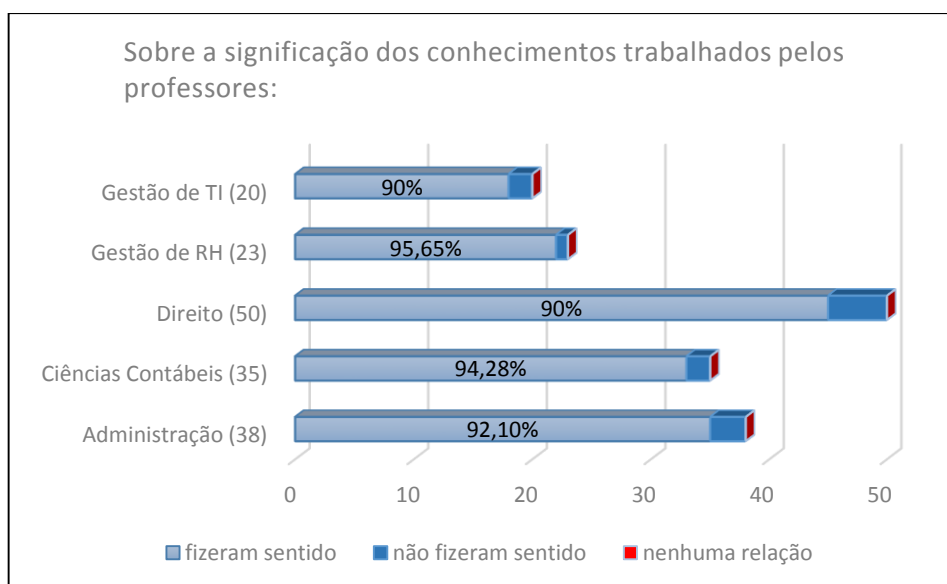
E8: “Foi algo muito proveitoso, pois partiu uma interação entre os grupos e incentivou a criatividade”.

E9: “Processo de aprendizado bem proveitoso, houve ampla aprimoração do trabalho em grupo, formas de entrar em consenso, criatividade e empenho”.

E10: “A atividade foi muito proveitosa, despertou nossa criatividade e fez com que o assunto abordado fosse exposto de uma forma mais simples”.

E11: “Achei muito proveitosa, inovadora e divertida, a atividade realizada com a metodologia LSP”.

Figura 4 – Percepção dos Estudantes sobre a significação dos Conhecimentos

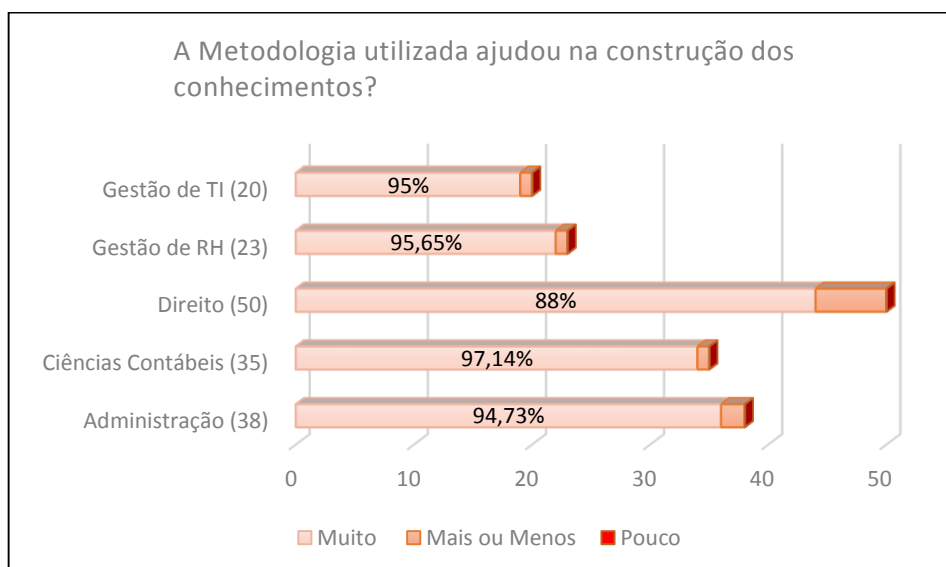


Fonte: Produção do Pesquisador.

Nota-se que, da mesma forma que a percepção na questão anterior, os estudantes tiveram uma boa receptividade por parte do método utilizado, onde foi possível por parte dos próprios estudantes perceberem a importância do que eles estavam fazendo naquele momento e como aqueles conhecimentos ali trabalhados podem ser aplicados no mundo do trabalho. Dessa forma, a metodologia LSP aproxima-se do que segundo Ryon Braga¹ denomina de modelo teático (junção das palavras teoria e prática), que se evidencia no trecho a seguir retirado da questão aberta: *“Fez com que aprendemos o conteúdo usando a prática e nossas próprias ideias”*.

Ainda conforme relatos dos docentes participantes da atividade, em suas observações perceberam os estudantes mais participativos (engajados) e com uma desenvoltura na oralidade e a maior apropriação do conteúdo estabelecido.

Figura 5 – A Metodologia LSP na construção do conhecimento



Fonte: Produção do Pesquisador.

Apesar do desconhecimento da utilização da metodologia LSP no contexto educacional, a percepção tanto dos estudantes quanto dos docentes foi positiva e ao mesmo tempo de muita surpresa com os resultados em curto prazo. A partir dos relatos docentes, onde os mesmos comentaram que determinados estudantes em

¹ Ryon Braga é Reitor do Centro Universitário Uniamérica. Graduado em Medicina pela UFPR e pós graduado em Neuropedagogia pela PUC-PR também atua com Empresário e empreendedor há 25 anos.

suas aulas regulares não demonstram interesse ou ainda apresentam sérias dificuldades de se relacionar, expressão oral e trabalho cooperativo, na atividade proposta não eram os mesmos o que surpreendeu os docentes. Já por parte dos estudantes observa-se uma aceitação com base nas respostas fechadas conforme a figura 5 e também na questão aberta.

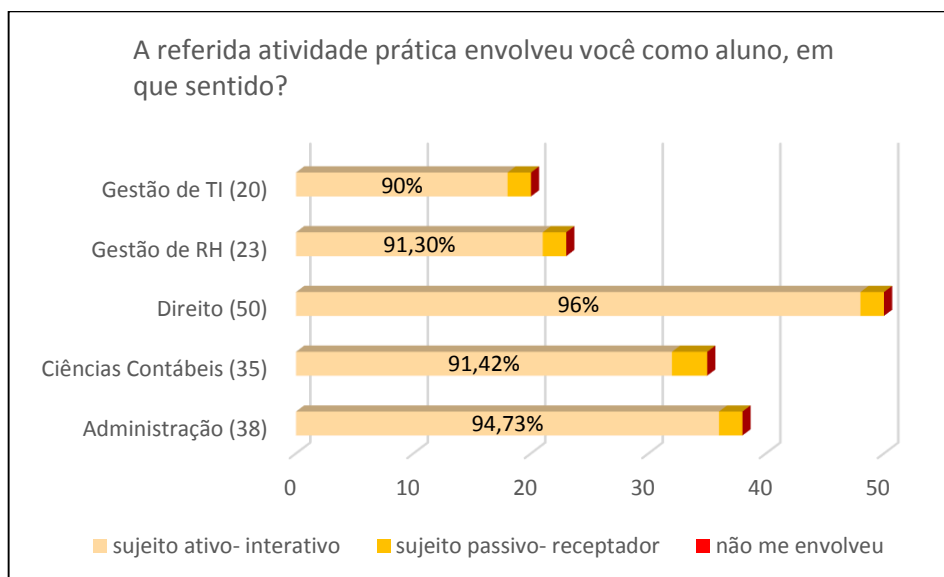
E11: *“Achei muito proveitosa, inovadora e divertida, a atividade realizada com a metodologia LSP”.*

E12: *“Ótima atividade, capaz de envolver diferentes pessoas em diferentes processos e ideias, construção de conhecimento envolvido com a criatividade”.*

E13: *“Com essas novas atividades dá pra entender melhor o conteúdo e compreender melhor as empresas como funcionam”.*

E14: *“O processo possibilitou uma interação mais efetiva com o tema estudado, já que utilizamos nosso conhecimento de forma dinâmica e atrativa. Além disso, teve espaço para trabalharmos nossa oralidade e o trabalho em equipe”*

Figura 6 – Percepção dos Estudantes quanto ao envolvimento na atividade



Fonte: Produção do Pesquisador.

Quanto ao envolvimento individual e pessoal (sujeito) dos 166 estudantes 11 em suas percepções sentiram-se sujeitos-passivo-receptor, considera-se um número baixo em relação aos sujeitos-ativo-interativo que é a base da proposta da metodologia LSP. A metodologia visa o engajamento de todos 100/100 nas

observações, participantes em determinados momentos havia uma dispersão quando um membro do grupo assumia a liderança e por vezes distanciava alguns estudantes da produção e compartilhamento. Observa-se que de modo geral 92% sentiu-se protagonista na construção de seu saber.

A metodologia Lego® Serious Play®, mostrou-se como uma estratégia inovadora no contexto dos ambientes de aprendizagem ativa, visto que, proporciona o desenvolvimento da colaboração, criatividade, permite a construção de equipes e a análise dos conteúdos e significados das representações realizadas. É um recurso que equaliza equipes heterogêneas e facilita a integração entre professores e estudantes. A metodologia estimula, também, o pensamento sistêmico e a transdisciplinaridade, na qual o estudante precisa conhecer o ‘todo’, desenvolvendo uma visão panorâmica, holística e global dos fatos e dos contextos apontados no tema-problema de cada aula, o que auxilia e estimula a construção de estratégias (pessoal e profissionais) para se atingir o objetivo proposto com a máxima eficiência possível.

CONCLUSÃO

Destaca-se que a metodologia Lego® Serious Play® é uma metodologia que facilita o desenvolvimento de indivíduos, equipes e organizações, melhorando a comunicação, facilitando o pensamento e a materialização de ideias. Os processos de análise e de solução de problemas complexos também são favorecidos e promovem o aprendizado, o engajamento e o comprometimento das pessoas e potencializa seu desempenho.

Quando pensamos com as mãos, acionamos um maior número de células cerebrais para funcionar, assim as soluções tendem a chegar de forma mais rápida e criativa. Esta é a premissa principal por trás da metodologia Lego® Serious Play®. Desenvolvido em 1996 pela LEGO®, esta metodologia busca estimular o uso das tradicionais peças de encaixe para encontrar soluções inovadoras a problemáticas de diversas naturezas e assim, promover experiências de aprendizagem mais duradouras e significativas.

A metodologia Lego® Serious Play® permite, exatamente, que se crie um ambiente no qual se gera condições para que os estudantes sejam cada vez mais

ativos no processo da aprendizagem, encorajando-os para este fim; além de estimular que os estudantes agucem o senso crítico, contextualizem e conectem os temas propostos na aula com a vida real; bem como que os próprios aprendizes desenvolvam as soluções dos problemas abordados.

A metodologia LSP ainda é algo muito novo no Brasil, mas tem crescido de forma muito rápida. Empresas como Kraft, Coca Cola, Unilever, Dupont, Google, Nasa, Toyota, Fedex e muitas outras já colhem frutos da aplicação deste método.

Conclui-se que a metodologia Lego® Serious Play® surge como uma alternativa para contribuir na melhoria dos resultados no processo de aprendizagem em ambientes e aprendizagem ativa no ensino superior. Ainda há muito o que se explorar com Lego® Serious Play® que possui grande riqueza de estímulos e diversos conhecimentos que o sustentam.

Por fim, apesar dos dados desse trabalho serem preliminares, destaca-se a necessidade de estudos com maior profundidade acerca da aplicabilidade e efetividade da metodologia Lego® Serious Play® no contexto dos ambientes de aprendizagem ativa.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **A Pesquisa-ação**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias Ativas de Aprendizagem no Ensino de Engenharia**. XIII International Conference on Engineering and Technology Education. Guimarães, Portugal, 2014.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. 1ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BÜRGI, Pohl; ROOS, Joe. **Images of Strategy**. European Management Journal, p.69-78, 2003.

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Saberes Docentes: um olhar sobre as práticas pedagógicas no ensino de pós-graduação**. Revista entreideias, Salvador, v. 12, jul-dez, 2007.

FIORENTINI, Dario. **Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar Colaborativamente?** In: BORBA, Marcelo Carvalho e ARAÚJO, Jussara de Loiola (org.) Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autentica. 2004.

- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HINTHONE, Lauren Leigh; SCHNEIDER, Katy. **Playing with Purpose**: using serious play to enhance participatory development communication in research. *International journal of Communication*, 2012.
- ISAKSEN, Simon. **The Climate for Transformation**: Lessons for leaders. *Creativity and Innovation Management*, 2007.
- KAMEI, Helder. **Flow e Psicologia Positiva**. Estado de fluxo, motivação e alto desempenho. Goiás: IBC.2014.
- KRISTIANSEN, Per; RASMUSSEN, Robert. **Construindo um Negócio Melhor com a Utilização do Método LEGO Serious Play**. São Paulo: DVS editora, 2015.
- KRISTIANSEN, Per; SCHULTE, Helmut; GRIENITZ, Ing.Volker; et al. **Vision Statement Development With LEGO Serious Play**. Toronto University, 2016.
- LEGO Group. **The Science of Lego Serious Play**. 2002. Disponível em: www.seriousplay.com. Acesso em: 30 Setembro de 2019.
- LEGOBRASIL. **Site Oficial LEGO no Brasil**. Disponível em: <https://www.legobrasil.com.br/> Acesso em: 02 Outubro de 2019.
- LOPEZ, Antonio Núñez **¡Sera Mejor que lo Cuentos!**: los relatos como herramientas de comunicacion (Storytelling). 2. ed. Barcelona: Empresa Activa, 2007.
- LUCKESI, Cipriano. **Estados de Consciência e Atividades Lúdicas**. In: Porto, Bernadete. *Educação e Ludicidade. Ensaio 3*. Salvador: UFBA, 2004.
- MCCUSKER, Sean. **Lego®, Serious Play® TM®: Thinking About Teaching and Learning**. *International journal of knowledge, innovation and entrepreneurship*, v. 2, nº. 1, p. 27-37, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2002.
- NUNES, Teresa. **O que é Metodologia ou Aprendizagem Ativa?** 2017. Disponível em: <https://pontodidatica.com.br/metodologias-ativas-aprendizagem-ativa>. Acesso em: 30 setembro de 2019.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.
- PAPERT, Seymour M. **A Máquina das Crianças**: Remarcar uma Escolinha na Era da Informática. Porto Alegre, Artes Médicas, 2008.
- PAPERT, Seymour M. **Construcionism**. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1991,

PEIXOTO, Anderson Gomes. **O Uso de Metodologias Ativas como Ferramenta de Potencialização da Aprendizagem de Diagramas de Caso de Uso**. Periódico Científico Outras Palavras, v.12, n. 2, 2016.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

PIAGET, Jean. **Uma Introdução ao Desenvolvimento Cognitivo da Criança**. Rio de Janeiro: Editora LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1986.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação**: detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989.

SCHÖN, Donal, A. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Lessandro Sassi da. **Tudo o que Você Precisa Saber sobre Aprendizagem Ativa**. 2018. Disponível em: <<https://www.rhacademy.com.br/single-post/2018/02/20/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

SUTHERLAND, Jeff. **Scrum**: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo. São Paulo: LeYa, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Adilson. **Storytelling** – histórias que deixam marcas. 1. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS.

Andressa Fátima May¹
Andressa Karine Schons²
Flávia Michelle Pereira Albuquerque³

RESUMO

Desde os anos 70 a população idosa aumentou mais do que qualquer outra faixa etária no Brasil. A sexualidade na terceira idade ainda está emaranhada em mitos, tabus, falta de informação e vergonha, originário de uma educação repressora na infância e adolescência e de pouca informação recebida atualmente. Este estudo teve como questões norteadoras investigar como é entendida a sexualidade na terceira idade por pessoas que estão nesta fase da vida e se conhecem formas de prevenção de DST/AIDS. Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa. Foram utilizados os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa foram 89 usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), homens e mulheres, entre 60 e 87 anos de idade, que residem no município de Santa Rosa, cidade localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada através da pesquisa bibliográfica e entrevista no ano de 2014 e 2015. Verificamos que a temática ainda carece de informações e ações de promoção e prevenção de saúde com a população idosa no que diz respeito a sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis no intuito de nortear e orientar de forma correta e legítima. Constatamos que a sexualidade não deixa de ser exercida com o passar dos anos, que algumas alterações ocorrem devido às mudanças fisiológicas normais do processo de envelhecimento, mas acima de tudo que se faz necessário quebrar tabus e mitos sobre a sexualidade na terceira idade.

Palavras-Chave: Sexualidade - Terceira Idade – Santa Rosa.

INTRODUÇÃO

Na cultura em que vivemos, e hoje talvez de forma muito mais intensa e explícita do que em outras épocas, o amor e a sexualidade têm significados e dimensões indissociáveis da vida humana. Além disso, sua realização prazerosa nos tem sido apresentada não apenas como um direito de todos os indivíduos, mas também, como um 'imperativo' ao qual todos estamos submetidos e a partir do qual

¹ FEMA, Santa Rosa, Brasil, Graduanda de Enfermagem, addressamaypl@hotmail.com

² FEMA, Santa Rosa, Brasil, Graduanda de Enfermagem, addressaschons@outlook.com

³ FEMA, Santa Rosa, Brasil, Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Psicóloga da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR), Profª do Curso de Bacharelado em Enfermagem da FEMA, flaviampa@msn.com

somos valorados, classificados e posicionados como mais ou menos bem-sucedidos e saudáveis.

A longevidade é considerada hoje um fenômeno mundial ocorrendo na maioria das sociedades, sendo uma grande conquista da humanidade, mas desencadeando novos problemas junto aos idosos, entre eles a sexualidade. Além da dificuldade em compreender o conceito abrangente de sexualidade, denota-se uma tendência em desvinculá-la das atividades naturais entre as pessoas idosas. E nessa cultura onde o prazer, a felicidade, a saúde, se tornaram imperativos, sendo o amor e a sexualidade definidos como ingredientes indispensáveis para que esse prazer, essa felicidade e essa saúde se realizem percebemos a importância do tema visto à ausência de pesquisas sobre o tema no município. Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar o significado da sexualidade na terceira idade em residentes no município de Santa Rosa/RS, além disso verificar o conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. Visto que as estimativas apontam que no ano de 2025 o Brasil venha a se tornar a sexta maior população idosa torna-se necessário abordar a temática da sexualidade na terceira idade, levando em consideração também que na sociedade contemporânea ainda há uma concepção muito negativa do envelhecimento, onde a sexualidade é extinta desta faixa etária, sendo os idosos considerados seres assexuados, pessoas desprovidas de sexualidade. Assim, as falsas crenças e mistificações tornam difícil falar da sexualidade dos idosos e o estereótipo é que o prazer sexual esteja limitado aos jovens. Para tanto, o presente estudo propõe olharmos e entendermos a sexualidade na velhice, produzirmos conhecimento e desmistificarmos o tema através de ações que visem a promoção e prevenção em saúde sexual na terceira idade.

1 METODOLOGIA

1.1 TIPO DE ESTUDO

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica, documental e de campo. Quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa, que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013) tem como foco compreender e aprofundar os fenômenos através da perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os

rodeiam, aprofundar suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, ou seja, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva e exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e a descrever as características de uma determinada população (idosos), pois investiga o local onde ocorre o fenômeno mencionado.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, foi empregada a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, o estudo sistematizado e desenvolvido tem como base o material publicado em livros, artigos científicos constantes em revistas indexadas e redes eletrônicas, que foram utilizados amplamente pelas pesquisadoras.

1.2 UNIDADE DE ANÁLISE

O presente estudo foi realizado no município de Santa Rosa que está localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha se deu pelo município ser referência nos serviços de saúde da 14^o Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul (CRS/RS).

1.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram compostos de usuários acima de sessenta anos, homens e mulheres, com idade entre 60 e 87 anos, usuários do Sistema Único de Saúde no município de Santa Rosa/RS e que aceitaram participar da pesquisa.

1.4 COLETA DE DADOS

Para realização da pesquisa bibliográfica foram utilizados artigos, pesquisas, livros, etc., referentes ao tema pesquisado a fim de amparar este estudo através de escritas e investigações já realizadas.

Foi utilizada também a pesquisa de campo com a técnica da entrevista. A técnica de entrevista é utilizada quando se tem a necessidade de obter dados que não

estão disponíveis em registros e fontes documentais, podendo estes serem fornecidos por determinadas pessoas.

Foi elaborado questionário de entrevista estruturado, com questões semiabertas e outras fechadas, com o objetivo de analisar o conhecimento sobre a sexualidade humana e o sexo na terceira idade, como também conhecimentos sobre HIV / AIDS, e quais as maneiras identificadas pelos participantes de influências sociais para a formação desses conceitos.

1.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa foi realizada a partir de uma investigação analítica e descritiva com abordagem qualitativa e foi utilizada para análise dos dados a técnica de Análise de Conteúdo, que nos permitiu compreender criticamente o sentido das falas e descobrir elementos ocultos, indo além das aparências do que está sendo comunicado, sempre levando em consideração as respostas expressas nos questionários.

1.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS NA PESQUISA

A pesquisa respeitou a Resolução CNS nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, como também o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Considerar-se-á os seguintes aspectos éticos: - Aprovação pelo Comitê Científico do Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa. - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - aprovado sob o nº 820.429 e CAAE: 34605514.4.0000.5350. - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esta pesquisa não ofereceu riscos físicos a seus participantes, entretanto pode ocorrer riscos como: constrangimento durante uma entrevista, quebra de sigilo de informações, risco de dano emocional e risco psíquico, decorrente dos procedimentos de levantamento de dados e entrevistas. Por se tratar de tema que poderia mobilizar questões emocionais nos participantes, se fosse verificada alguma situação de risco psicossocial, os mesmos seriam encaminhados para as equipes das Unidades Básicas de Saúde.

Pretende-se produzir reflexões sobre a sexualidade dos idosos no município de Santa Rosa/RS. Além de planejamento de políticas públicas de saúde adequadas a

realidade local, bem como planejamento de ações que envolvam o usuário com objetivo de promover saúde, cidadania e completude do sujeito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SEXUALIDADE

A sexualidade faz parte das necessidades do ser humano, desenvolve-se por toda vida e não se reduz ao ato sexual, e não desaparece com o avançar da idade (SANTOS, 2009). Considera-se sexualidade as diversas formas, jeitos, maneiras que as pessoas buscam para obter ou expressar prazer. É basicamente a busca do prazer humano em suas diversas formas.

A ideia de prazer varia de pessoa para pessoa, levando em conta a realidade de cada indivíduo. Quando uma pessoa está sentindo prazer, ela está vivenciando a sua sexualidade. A qual abrange não somente o corpo, mas também a história de vida, os sentimentos, as relações afetivas, hábitos e costumes. Em vista disso, entende-se a magnitude que a sexualidade tem nas etapas da vida, principalmente nas relações entre homens e mulheres presentes desde o nascimento, envelhecimento até a morte (BRASIL, 2013).

A questão sexual sempre se afirmou como um tema inesgotável do desenrolar da vida humana, tanto nas ciências naturais como a biologia, a anatomia, quanto nas ciências humanas, como a literatura, a psicologia, a história universal. Para a psicanálise, então, a sexualidade é um fundamento primordial do psiquismo. A centralidade da sexualidade nas sociedades modernas, pelo menos nas sociedades ocidentais, entre elas a brasileira, é muito evidente, onde se vendem produtos apelando para o sexo, celebram-se corpos “saudáveis” e “com tudo em cima” (SANTOS, 2009).

Ao longo do século XIX, as nações politicamente organizadas passavam a se preocupar, cada vez mais, com a organização e controle de suas populações, com medidas para garantir a vida e a produtividade de seus povos, e assim os Estados voltavam-se para a disciplinarização e regulação da família, da reprodução e das práticas sexuais. No final desta década, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores passaram a fazer proclamações e “descobertas” sobre o sexo, criando

classificações de sujeitos e de práticas sexuais, e assim, passando a determinar o que era ou não normal, adequado, sadio. Tais ideias foram tomadas como verdades e as diferenças entre sujeitos e práticas sexuais foram determinadas a partir do olhar de tais “autoridades”, sendo que muitas dessas ideias persistem até os dias atuais (SANTOS, 2009).

Segundo Fenichel apud Ravagni (2007) salienta que a origem do eu e a origem do senso de realidade são dois aspectos de um mesmo espaço no qual a sexualidade constituiu um fator de desenvolvimento. Ainda de acordo com Fenichel apud Ravagni (2007) o conceito de realidade também cria o conceito de “eu” que possibilita a condição de sentir-se pessoa, separado e diferente de outras pessoas, ainda que idêntico na condição biológica -humana. De acordo com Ravagni (2007), os comportamentos instintivos constituem a base da sexualidade, e quando reprimidos, seja por interdições impostas pelo próprio indivíduo, seja por interdições estabelecidas sócio culturalmente, ocasionam os recalques nos seus vários níveis. Ainda segundo o autor, recalque é o termo que Freud usou como fato clínico, ou seja, quando do tratamento dos histéricos quando percebia que alguns fatos não estavam disponíveis para o paciente, mas conservavam, quando descobertas ou trazidas a consciência toda a vivacidade e importância. A organização dos comportamentos sexuados é uma forma de vivenciar o recalque, cumprindo assim a função que socialmente pré-estabelece a cultura, ou seja, apresentar condutas masculinas ou femininas, morfo-anatomicamente e socialmente estipuladas (RAVAGNI, 2007).

É preciso lembrar que o advento da AIDS marca a história da sexualidade na contemporaneidade. A AIDS, inicialmente mostrada como o “câncer gay”, teve um primeiro efeito, imediato, renovar a homofobia já existente nas sociedades, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais (SANTOS,2009). Mas, ao mesmo tempo, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de “positivo”, na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade, criando redes e alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que unia tanto os sujeitos atingidos pela doença (muitos, certamente, não homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde e outras pessoas (SANTOS,2009).

Segundo Santos (2009), na sociedade brasileira em razão da AIDS ampliou-se muito a discussão a respeito da sexualidade e, particularmente, da

homossexualidade, então, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério de Educação e Cultura, passassem a estimular projetos de Educação Sexual.

Evidenciou-se que não dava para pensar a prevenção ao HIV sem conhecer, problematizar e interferir, se for o caso, nas relações de gênero e sexuais vigentes nas diferentes culturas (SANTOS, 2009).

De acordo com Santos (2009), a epidemia da AIDS também possibilitou a emergência do conceito de “sexo seguro”, que até hoje é uma ponta de lança importantíssima para o confronto com as posições conservadoras que pregam a castidade, a abstinência e a monogamia como melhor forma de prevenção às DSTs e ao HIV/AIDS e ‘colocou na mesa’ das salas de aula, dos serviços de saúde e das famílias, sobretudo das de classes médias católicas, o tema da sexualidade e a necessidade de falar dela. Ainda segundo a autora, foi o esforço de fazer frente à epidemia e de contestar os conceitos de grupos de risco e comportamentos de risco (ainda atuantes no contexto da cultura e, sobretudo da saúde e da educação) que o quadro referencial da vulnerabilidade adentra o campo da saúde e tem sido incorporado, cada vez mais, a outros campos, como o da educação.

Podemos pensar aqui também na coação social que nos pré direciona a ter comportamentos como sendo adequados e que muitas vezes nos leva a não manifestar afetos e comportamentos, e a ter opções sexuais pré-estabelecidas, e, portanto, recalcar outras manifestações não tão bem aceitas socialmente (RAVAGNI, 2007).

2.2 SEXO

Segundo Ravagni (2007), as diferenças entre os sexos, do ponto de vista morfológico, são inegáveis, visto que o aparelho genital masculino é externo, apresentando características de um órgão penetrante exigindo uma postura ereta, ativa. Enquanto que o feminino se apresenta receptivo, e guardado, por isso chegando a ser considerado passivo.

O senso comum, baseado em crenças e valores pessoais, fundamenta

argumentos como o que confunde opção sexual com orientação sexual, proferidos por grande parcela da população independentemente de outras variáveis sociais como: classe, gênero, intelectualidade, geração, entretanto, há diferença entre opção e orientação sexual (SANTOS, 2009). Quando uma pessoa opta por algo, ela faz uma escolha entre várias ou, no mínimo, entre duas possibilidades, e as pessoas com orientação homossexual não optam por se apaixonar e se relacionar intimamente com pessoas do mesmo sexo, pois se pudessem, provavelmente, não optariam por ser alvo de ações, comentários ou olhares preconceituosos e discriminatórios, uma vez que a regra dominante é a heterossexualidade.

Segundo Fagundez apud Ravagni (2007), sexo relaciona-se ao biológico enquanto que gênero se relaciona à elaboração cultural, portanto masculino e feminino são construções culturais aprendidas, podendo ter variação no tempo e no espaço sendo significados que estão em constante construção. A determinação do sexo de um indivíduo acontece no momento da fecundação, na união do óvulo com o espermatozoide, porém não define sua sexualidade, visto que esta está relacionada com o contexto em que o sujeito vive, cresce e se desenvolve, inferindo, portanto, que a orientação sexual do sujeito não está relacionada apenas a sua anatomia genital (FAGUNDEZ *apud* RAVAGNI, 2007).

Ainda segundo o autor, o sexo nos seres humanos está relacionado a características físicas, aspectos psicológicos, éticos, culturais e morais, determinando a identidade ligada ao gênero, que cada sujeito irá elaborar segundo suas experiências de vida. Podemos pensar também que os órgãos sexuais ocupam apenas 5% do corpo humano, mas o quanto eles são importantes e determinantes na vida dos sujeitos, de forma a guiar comportamentos, visto a importância cultural outorgada a masculinidade e a feminilidade (RAVAGNI, 2007).

Quando fazemos referência às características masculinas e femininas estamos pensando nas questões culturais que nos fazem sermos homens ou mulheres, e seguindo esta linha de pensamento a identidade de gênero consiste em quanto a pessoa diz ou faz para indicar aos demais sujeitos ou a si mesma o quanto é homem, mulher ou ambivalente (RAVAGNI, 2007).

2.3 TERCEIRA IDADE E SEXUALIDADE

A senescência é o processo natural do envelhecimento, período no qual ocorre uma transição entre o adulto maduro e o velho, com isso, observa-se mudanças que interferem diretamente na vida sexual do idoso. Diante a tantas transformações, percebemos que a sexualidade carrega dois grandes preconceitos que ainda estão enraizados em nossa cultura: a disfunção erétil no homem e o desinteresse com ausência do desejo sexual na mulher, ou seja, o envelhecer traz o empobrecimento sexual para ambos os sexos interferindo de forma positiva ou negativa na relação a dois (VARGAS, 2012).

Segundo Bernardo (2012), faz parte do envelhecimento às alterações graduais e irreversíveis na estrutura e no funcionamento de um organismo em virtude da passagem do tempo. Ainda segundo a autora, os idosos são o grupo etário que mais crescem, e por terem condições de saúde melhores, também tem sua vida sexual ativa aumentada e em consequência disso há um aumento no número de casos de DST e AIDS na terceira idade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a terceira idade em países em desenvolvimento são as pessoas a partir de 60 anos de idade, e em países desenvolvidos sujeitos a partir de 65 anos de idade (MASCHIO et al, 2011). O processo de envelhecimento tende a ser mais depressivo no homem, pois eles têm mais dificuldades em conviver com as limitações que a idade impõe entre elas as sexuais (BERNADO, 2012).

Segundo Bernardo (2012), os problemas sexuais que mais acometem esta população são a falta de informação, a vergonha e o preconceito sobre o assunto, além de questões fisiológicas como a falta de ereção nos homens e a falta de lubrificação nas mulheres, e também os efeitos colaterais em virtude de medicamentos, bem como a falta de desejo pelo parceiro, dores e dificuldades físicas, assim como demências, entre outros.

Existe uma percepção de “asexualidade” do idoso, baseada nas referências que as pessoas adquirem no decorrer da vida, estipulando o que é adequado a cada faixa etária dos indivíduos, e comumente, associa-se a sexualidade apenas à procriação, e como após os sessenta anos quando a mulher se encontra na

menopausa e o homem atravessando progressivas disfunções fisiológicas, a atividade sexual perderia seu objetivo e assim, sua justificativa social (ALMEIDA, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa responderam ao questionário 89 idosos, com idade entre 60 a 87 anos, sendo 43,8% pessoas do sexo masculino e 56,1% pessoas do sexo feminino. Gênero associa-se à elaboração cultural, então os gêneros masculino e feminino são construções culturais, sendo capaz de ter oscilações no tempo e no espaço que estão em constantes formações, por conseguinte o sexo relaciona-se ao biológico (FAGUNDEZ *apud* RAVAGNI, 2007).

Foram entrevistadas pessoas residentes na área de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS) Planalto e Auxiliadora. Todas as pessoas participantes se declararam heterossexuais, a maioria é casado (a) e a grande parte tem ensino fundamental incompleto (64%).

Quando questionados sobre o que caracteriza uma relação sexual, 60,7% dos entrevistados disseram que é um ato de amor e optariam por se casar com alguém que se estivesse apaixonado.

Os entrevistados foram questionados: “a mulher quando entra na menopausa?” e responderam: precisa e gosta de ter relações sexuais (15,7%); não precisa e não gosta mais de ter relações sexuais (58,4%); não souberam ou não responderam (25,9%). O que nos leva a compreender que não há uma compreensão única acerca do assunto, chamando a atenção que a maioria das mulheres respondeu que “não precisa e não gosta mais de ter relações sexuais após ingressar na menopausa”. O desinteresse do desejo sexual juntamente com a disfunção erétil são grandes preconceitos enraizados socialmente, devido às transformações fisiológicas. No entanto, para a sociedade é novo o idoso querer ter relação sexual ou ter vida sexual ativa (VARGAS, 2012). O climatério é uma transição do período reprodutivo para o não reprodutivo, alguns sintomas podem causar desconforto na relação sexual devido à involução ovariana e falta de estrogênio, como fogachos e atrofia vaginal para minimizar esses desconfortos é recomendado o uso de lubrificantes vaginais, pois eles facilitam a penetração no canal vaginal, tornando o ato mais prazeroso (VARGAS, 2012). Mitos levam as mulheres idosas a pensarem que já não precisam mais de sexo,

que já cumpriram as suas obrigações de mulher, desta forma deixando sua sexualidade de lado (MARZANO *apud* LAURENTINO, 2006).

De acordo com os entrevistados “[...] os homens quando entram na andropausa ainda gostam de ter relações sexuais, mas fisicamente não conseguem.” (61,7%). Sabe-se que a andropausa se caracteriza pela diminuição demasiada dos níveis de testosterona no sangue, por consequência dessa perspicácia surgem sintomas como diminuição da libido, irritabilidade, perda de energia, disfunção erétil, redução da massa óssea, depressão dentre outros (LIMA et al, 2019). Para os autores, a falência de hormônios sexuais masculinos não é absoluta e total, acontecendo de forma lenta e progressiva sendo que quando ocorre tem múltiplos fatores sendo difícil determinar se eles seriam devidos ao processo normal de envelhecimento (senilidade).

Segundo Noronha (2012), no envelhecimento as mudanças no sistema reprodutor, fisiologicamente traz para o homem e para a mulher deficiência hormonal, tornando para o homem ereção menor e mais curta, ejaculação fraca, mas fértil, já para a mulher a perda da fertilidade, ressecamento vaginal e dor durante a relação, e nesta pesquisa foi verificado que 78,6% dos entrevistados dizem que “tem parceiro sexual ativo atualmente” (marido/esposa, namorado (a), garota de programa) e que “praticam sexo atualmente” na seguinte proporção: semestralmente 5%; bimestralmente 10%; mensalmente 46%; semanalmente 16,8%; diariamente 2,2%; nunca praticam sexo 20%; Sendo que os entrevistados que afirmaram não praticar sexo atualmente todas eram viúvas.

Os entrevistados em sua maioria (93,2%) declararam que nunca usou alguma forma de prevenir doenças sexualmente transmissíveis. Para Dornelas Neto et al (2015), um dos principais fatores de risco para a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis é a prática sexual insegura, pois a baixa adesão do uso do preservativo está interligado a segurança conjugal, dificuldade no manuseio do preservativo e a decaída sexual. Para Laurentino (2006), as mulheres tendem a associar o uso de preservativo nas suas relações sexuais conforme o grau de confiança que tem no parceiro, e acham incômodo pedir “na hora H” que coloque o preservativo, o que envolve neste quesito também questões de destreza e lentidão que podem atrapalhar no momento da intimidade. Segundo a autora, o uso de preservativo por idosos pode gerar ansiedade, interferir na ereção e na sustentação, algo que nesta fase da vida já se tornou mais vulnerável.

Os entrevistados responderam que conhecem e sabem como acontece a transmissão de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS e reconhecem que estas doenças podem atingir a terceira idade (83,2%). Já quando questionados sobre quais doenças sexualmente transmissível conhecem não conseguem citar os nomes, apenas uma minoria (15,7%) sabe dizer o nome de uma a três DST's. Os idosos apresentam alterações graduais e irreversíveis fisiologicamente, além disso o processo de envelhecimento contribui de forma vulnerável na transmissão de doenças (DORNELAS NETO et al, 2015). Segundo os autores, alguns determinantes são importantes para levarmos em consideração em idosos, dentre eles, o aumento do número de idosos com HIV está associado devido ao surgimento da terapia antirretroviral e assim essas pessoas estão vivendo mais e chegando a terceira idade, mas para além disso, há um aumento de novos casos associado ao frequente engajamento em situações de risco. No Brasil de 1980 a junho de 2012, foram notificados 656.701 casos de AIDS na população em geral, e 18.712 casos em pessoas com 60 anos ou mais (DORNELAS NETO et al, 2015).

Os métodos citados para evitar DST's seriam preservativo masculino ou abstinência de sexo, mencionando que conhecem esse tipo de doença por meio da TV, rádio, internet (89,8%). De acordo com Santos (2009) a partir da epidemia da AIDS surgiu o conceito "sexo seguro" que nos dias de hoje é uma forma de promover e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis haja vista que todos os indivíduos são suscetíveis a essa enfermidade.

Contudo quando questionados sobre quem faria parte do grupo de risco para contrair DST / AIDS, 96,6% diz que seriam "prostitutas e homossexuais", seguido por "homens, mães de família, adolescentes e crianças". Responderam que o meio de transmissão seria prevalente seria o sexo oral, vaginal e anal (somando 94,3%) seguido por transfusão de sangue, uso dos mesmos talheres, copos, beijo, aperto de mão e abraço (somando 5,7%). É preciso destacar que a questão da prevenção é uma ferramenta fundamental nos programas de controle de AIDS, visto que anteriormente o conhecimento sobre as doenças sexualmente transmissíveis era escasso como também as ações preventivas (Santos 2009), desta forma percebemos a necessidade e a importância da realização de ações de educação em saúde, utilização de ações nas mídias voltadas para todas as faixas etárias sobre os diversos temas em saúde pertinentes e de relevância social visando a prevenção e a promoção

em saúde. Além disso, entendemos que os profissionais de saúde são instrumentos de relevância na esfera social por estarem próximos aos usuários, serem atores do processo de promoção e prevenção em saúde, quebrando tabus e realizando trocas de conhecimentos/informações a toda a população.

Segundo Bernardo (2012) a população idosa é o grupo que mais cresce atualmente, por apresentar uma melhor qualidade de vida / saúde, tendo uma vida sexual ativa em virtude disso, observa-se um aumento no número de casos DST e AIDS na terceira idade.

CONCLUSÃO

Segundo Maschio et al, a população em geral não reconhece a sexualidade nos idosos, acham “feio” que eles queiram ter relações sexuais, esquecendo que a sexualidade não é só genital e que existe junto a ela uma afetividade que é inerente ao ser humano (MASCHIO et al, 2011). Entretanto, de acordo com Ballone apud Almeida (2009), estudos médicos demonstram que a maior parte das pessoas de idade avançada são perfeitamente capazes de terem relações sexuais e sentir prazer, assim como as pessoas mais jovens.

Para Almeida, a velhice não pode ser entendida ou confundida com enfermidade e a sexualidade constitui fator muito importante para se gozar de uma saúde integral. Esta pesquisa demonstra que os idosos têm sua sexualidade latente, e que os homens em sua maioria ainda têm desejo sexual, mas que ao contrário, as mulheres parecem incorporar o papel de sexo para procriação apenas e relatam que o sexo atualmente não é importante em suas vidas (ALMEIDA, 2009).

É importante sinalizar que esses sujeitos dizem ter informações sobre DST/AIDS, mas através do questionário percebemos que isso não é realidade, o que os torna ainda mais vulneráveis as doenças sexualmente transmissíveis, bem como a terem “falsas verdades” em relação a temática.

A educação em saúde e a cultura são aspectos indissociáveis na área da saúde tanto no território em que o indivíduo está inserido quanto no processo de saúde e doença do mesmo, que visa à prevenção de doenças e a promoção de saúde transformando os saberes em práticas. Os profissionais da saúde não têm como prática em seus atendimentos aos idosos questionar aspectos ligados à sexualidade

e à prática sexual, isto em grande parte, porque a atenção a saúde é realizada com enfoque na queixa e/ou doença, deixando de se levar em consideração questões inerentes à vida humana como a sexualidade.

Esta pesquisa mostra o quão frágil estão às informações em relação às doenças sexualmente transmissíveis, assim como as ferramentas de proteção, em especial na terceira idade. Os serviços de saúde, em especial a equipe da atenção primária, deve promover ações de educação em saúde para terceira idade, não somente quanto ao adoecimento do corpo e mente, doenças crônicas, demências, etc., mas também promover cuidados integrais para este corpo que está envelhecendo mas ainda desfruta de desejos e sexualidade, sanando dúvidas e repassando as informações adequadas para romper com estigmas e tabus de temas ainda escondidos e velados na sociedade atual, como a sexualidade na terceira idade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucimere Alves de e PATRIOTA, Lucia Maria. **Sexualidade na Terceira Idade**: um estudo com idosas usuárias do Programa Saúde da Família do Bairro das Cidades – Campina Grande/PB. *Qualit@s Revista*. Vol.8., N. 1, 2009.

BERNARDO, R. e CORTINA, I. **Sexualidade na Terceira Idade**. *Revista Enfermagem UNISA*. 13(1), 74-8, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DORNELAS NETO, Jader; NAKAMURA, Amanda Sayuri; CORTEZ, Lucia Elaine Ranieri; YAMAGUCHI, Mirian Ueda. **Doenças Sexualmente Transmissíveis em Idosos**: uma revisão sistemática. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. vol.20. no.12. Rio de Janeiro. dez. 2015.

LAURENTINO, Norma Saline; BARBOZA, Daiana; CHAVES, Graziane; BESUTTI, Jovania; BERVIAN, Sandra Aline; PORTELLA, Marilene Rodrigues. **Namoro na Terceira Idade e o Processo de Ser Saudável na Velhice**: recorte ilustrativo de um grupo de mulheres. *RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, 51-63 - jan./jun. 2006.

LIMA, Maria Monalis de. PEREIRA; Laura Fabiane de Macedo Lopes; FRANÇA, Emmily Fabiana Galindo de; SILVA, Aldllayne Mayara da; SILVA, Milécyo de Lima. **Andropausa**: um desafio para o envelhecimento masculino. Congresso Internacional Envelhecimento Humano. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV075_MD2_SA2_ID468_23102017235515.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

MASCHIO, Manoela Busato Martins; BALBINO Ana Paula; DE SOUZA Paula Fernanda Riberio; KALINKE Luciana Puchalski. **Sexualidade na Terceira Idade:** medidas de prevenção para doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre.

NORONHA, Priscila de Azevedo. Aspectos Biológicos do Envelhecimento e suas Repercussões na Prática Médica. In: KAUFMAN, Fani (org). **NOVO VELHO:** envelhecimento, olhares e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

RAVAGNI, Eduardo. **O que é Sexualidade Humana?** 2007. Tese de Doutorado pela Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília: 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
SANTOS, D. B. C. dos e ARAÚJO, D. C. de (org). **Sexualidade.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr., 2009.

VARGAS, Nairo de Souza. Conjugalidade e Envelhecimento. In: KAUFMAN, Fani (org). **Novo Velho:** envelhecimento, olhares e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

INFÂNCIA: DAS RUAS ATÉ AS CYBER-INFÂNCIAS

Elenir Stein¹
Marina Zucatto²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, o estudo bibliográfico sobre as diferentes infâncias que encontramos em nosso cotidiano nos dias atuais. Será abordado o autor Dorneles (2005) e Narodowski (1998). A infância ninja, realidade das crianças que vivem nas favelas e periferias, que sobrevivem como “super-heróis”; infância desrealizada envolve as crianças que não tem tempo de serem crianças, mas sim somente tempo para trabalhar ajudando no sustento da família; as crianças que vivem a infância hiper-realizada, possuem acesso a diversos recursos e oportunidades, mas por vezes tem rotinas tão massacrantes e corridas que não há tempo para se divertirem, para viverem a infância, somente para cumprir as rotinas impostas pelos pais; já a cyber-infância, é a infância onde as crianças estão diretamente conectadas com as mídias e as tecnologias, ocorrendo assim, a falta de tempo para o seu desenvolvimento integral, em seus aspectos emocionais, afetivos e sociais pois não conseguem se desconectar das mídias e tecnologias. Todas estas infâncias, podem ser percebidas no cotidiano das escolas, pois durante o recreio, início ou término das aulas que as crianças brincam, divertem-se como crianças e vivem o imaginário infantil.

Palavras-chave: Infância Ninja - Infância Desrealizada - Cyber-Infância - Hiper-Infância – Escola - Culturas.

INTRODUÇÃO

A temática em estudo é sobre a infância em uma retrospectiva histórica e social, percebendo as diferentes situações em que as crianças estão inseridas dentro de suas culturas.

Vale ressaltar que, estas crianças presentes em nosso meio são sujeitos que têm sentimentos e, às vezes, o que falta para estes sujeitos é uma atenção especial, de cuidado, de carinho, independentemente da sua cultura, situação econômica ou social, precisam ser ouvidos e considerados.

O objetivo geral deste trabalho é o interesse em compreender as diferentes infâncias que encontramos em nosso dia a dia, a inquietação destas infâncias, as

¹ Acadêmica do sexto semestre do curso Licenciatura em Pedagogia – SETREM. E-mail: elenir_stein@hotmail.com.

² Professora do componente curricular “História da Infância, cultura e currículo” do curso de Licenciatura em Pedagogia – Setrem. E-mail: marina@setrem.com.br.

barreiras que estas crianças superam para alcançar seus objetivos, almejar seus sonhos.

A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, uma vez que, este estudo deu-se à partir de bibliografias de autores considerados como referência para o estudo das infâncias em tempos históricos diferentes, tais como Àries (1975), Dornelles (2005) entre outros.

Primeiramente, é descrito um pouco sobre a história das infâncias e, sobre as diferentes infâncias que encontramos nos dias atuais em nossa sociedade, aborda-se também, as culturas da infâncias e o imaginário infantil, sendo este muito importante para o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças, já que, com a imaginação tanto adultos quanto crianças, podem viajar através de leituras e conversas. Após relata-se como ocorreu esta pesquisa e a discussão dos dados obtidos bem como a conclusão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A falta de material sobre a infância na antiguidade deve-se pelo fato de que não havia infância para ser considerada, menos ainda para ser apreciada e aproveitada. A vida era igual para todos, não importando a fase em que encontrava-se, todos eram tratados da mesma forma, como adultos principalmente para o trabalho.

Mas, com o passar dos anos, a infância foi percebida de várias maneiras. Até por volta do século XII, na era medieval, a infância ainda era desconhecida, não era lembrada para ser representada. Não havia espaço para as crianças serem crianças, mas sim como mini adultos, com as mesmas tarefas de trabalho e vivência de lazer que os adultos.

A criança só teve espaço para ser percebida na transição do século XVII para o século XVIII, onde começou a surgir o conceito de infância e onde as crianças passaram a ser vistas como anjinhos, já que a infância é a primeira fase da vida, sendo aquela que necessita de mais proteção, da mesma forma que é vista nos dias atuais.

Philippe Ariès, em *História Social da Criança e da Família*, nos traz sobre o surgimento da infância, “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI”. (ARIÈS, 1975, p. 34).

Refletindo sobre, podemos perceber que ao decorrer dos séculos, ainda temos infâncias que são suprimidas das crianças, passando despercebidas pelo meio em que estão inseridas. Estamos falando das diferentes infâncias que adentram nossas escolas.

As infâncias hiper-realizadas, segundo Narodowski, são aquelas infâncias em que as crianças têm rotinas excessivas de aulas e oficinas, restando tempo reduzido para brincar, porém também, pode-se entender essa infância como realidade virtual, pois as crianças passa a maior parte do seu tempo sendo realizada com as tecnologias (NARODOWSKI, 1998).

Isto acaba fazendo com que a criança não aproveite o tempo e o espaço criativo das brincadeiras, pois são raras as vezes que ela tem tempo livre. Ou seja,

[...] Trata-se das crianças que realizam sua infância com a Internet, os computadores, os sessenta e cinco canais da TV a cabo, os videogames e que há tempo deixaram de ocupar o lugar do não-saber. Costumam ser consideradas como “pequenos monstros” por seus pais e seus professores e parecem não suscitar carinho ou ternura ou ao menos não esse carinho que reservávamos tradicionalmente para a infância moderna [...] (NARADOWAKI, 1998, p. 174).

Podemos entender por infâncias ninjas (Dornelles, 2005), aquelas as infâncias que encontram-se marginalizados, vivendo nas ruas, fora de suas casas, que muitas vezes vivem em situações de risco e sem acesso aos produtos básicos de higiene. Ao pensarmos a infância ninja, podemos lembrar de um desenho animado, as tartarugas ninjas, o qual traz às ideias dos heróis que sobreviviam pelos bueiros das cidades, analogia esta que o autor estabelece com as crianças que sobrevivem nas ruas. Segundo Dornelles,

[...] A infância ninja é aquela infância que está à margem de tudo, ou seja, das novas tecnologias, dos *games*, da Internet, da multimídia, são crianças e adolescentes que estão muitas vezes fora das casas, sem acesso aos produtos de consumo e muitas sobrevivem nos bueiros da vida urbana. [...] (DORNELLES, 2005, p. 72).

Infância des-realizada, segundo Narodowski, é aquela infância onde a criança enfrenta a realidade dura do dia a dia, do trabalho, pois precisam trabalhar para ajudar nas despesas de casa, ou a família não tem condições financeiras para o sustento de

várias pessoas que moram na mesma moradia, então todos, inclusive as crianças, precisam trabalhar para sobreviver (NARODOWSKI, 1998). Segundo o autor,

É a infância que é independente, que é autônoma, porque vive na rua, porque trabalha desde muito cedo. São também as crianças da noite, que puderam reconstruir uma série de códigos que lhes dão certa autonomia cultural e lhes permitem realizarem-se, ou melhor, des-realizarem-se, esta é a palavra correta, como infância. É a infância não da realidade virtual, mas da realidade real. (NARODOWSKI, 1998, p. 174).

A cyber-infância, segundo Dornelles, é a infância onde a criança está ligada diretamente as tecnologias. Fazendo uso de elementos propostos pela sociedade que muitas vezes mantém as crianças ocupadas. Porém, assim elas ficam quietas, sentadas, em silêncio enquanto os adultos conversam e conseguem tempo para si, sem conflitos (DORNELLES, 2005).

Contudo, não percebem que as crianças passam muito tempo diretamente com estas tecnologias e não estão sendo crianças e sim pequenos robôs. É um momento em que as crianças irão saber mais que os adultos, muitas vezes, na área das tecnologias e que constantemente irá evoluindo onde as crianças irão evoluir junto fazendo com que os adultos tomem providências, atitudes para conseguir acompanhar também esta realidade. Sendo uma infância mais globalizada e contemporânea, cyber-infância é,

Aquela infância afetada daquelas novas tecnologias que vêm produzindo a infância tida como perigosa. [...] vê-se na *cyber-infância* um perigo, talvez por não se ter produzido um saber suficiente para controlá-la ou porque não consegue melhor governá-la. Discursos que produzem efeitos de verdade e acabam se tornando verdades incontestáveis. Talvez por isso se tenha a necessidade de tratar as crianças da *cyber-infância* como “anormais”. (DORNELLES, 2005, p.78).

De acordo com Sarmiento, é feita associação de ludicidade com as cultras da infância, mas porém, não somente a ela. Pois,

[...] o jogo é constitutivo do processo de formação cultural e o espaço do jogo simbólico, que o bebê pratica e depois dele a criança e o adulto, a “terceira área” da mediação entre o espaço interior e o mundo objectivo. Brincar não é, portanto, exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas actividades sociais mais significativas. Uma diferença importante, porém, é

que as crianças brincam, continua e devotamente e, ao contrário dos adultos, entre brincar e fazer coisas sérias (entre o ócio e o negócio ou entre o lazer e o trabalho) não fazem distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério. [...] (SARMENTO, 2002, p. 45).

Sendo considerado nos dias atuais, o brincar, a ludicidade algo muito importante no desenvolvimento das crianças, tanto cognitivamente quanto afetivamente. Já que. “O imaginário infantil constitui uma das mais estudadas características das formas específicas de relação das crianças com o mundo.” (SARMENTO, 2002, p. 2).

O imaginário infantil, diz respeito à expressão do começo do desejo ao começo da realidade, pois o jogo simbólico é a representação do inconsciente pois é também a representação do pensamento artístico das crianças, o qual é sucessivamente eliminado pelo processo de desenvolvimento e construção do pensamento racional.

Enquanto que, entendemos como culturas da infância, “[...] a capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ação intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e ação” (SARMENTO, 2002, p.3-4). Pois, “As culturas da infância transportam as marcas dos tempos, exprimem a sociedade nas suas contradições, nos seus estratos e na sua complexidade.” (SARMENTO, 2002, p.4). As infâncias, passam pelo tempo, levando consigo cada vez mais marcas, cada vez com mais inquietações durante a infância.

Sempre relacionadas com o seu contexto social, as crianças representam sua realidade de diversas formas, expressando, Ou seja,

[...] as formas e conteúdos das culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas sociais atravessadas por relações de classe, de gênero e de proveniência étnica, que impedem definitivamente a fixação num sistema coerente único dos modos de significação e ação infantil. (SARMENTO, 2002, p.4).

Até o século XVII, a infância era desconhecida pela ciência, já que na época, não havia lugar para ela. Infância, a primeira fase da vida, aquela que necessita de mais proteção, como é vista nos dias de hoje.

Na idade moderna, apresentou-se um novo tipo de pensamento revolucionário da infância, passando a serem analisadas, em existências separadas uma fisiológica

para o corpo e outra teoria para a alma, sendo que esta última comanda, mandando as ordens para o corpo e comandando seus movimentos.

Apenas quando houve a institucionalização da escola, é que o conceito de infância começou a ser alterado, partindo da escolarização das crianças, partindo então, para o desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças, em uma construção social com a cultura das crianças. Assim, infância tem como conceito tanto cultural quanto biológico ao falarmos de fases do desenvolvimento.

2 METODOLOGIA

Ao refletirmos a história da infância, nos deparamos com alguns questionamentos: será que a infância dos dias atuais está muito diferente ao pensarmos a infância do século XIII? Quais são as infâncias que temos hoje em nossas escolas? Será que todas as crianças conseguem ter uma infância?

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, pois segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica já que o estudo e elaboração deu-se à partir da leitura de obras de autores que pensam, debatem e defendem as diferentes infâncias, pois, segundo Gil, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p.50).

Procurou-se autores que são referências no assunto, como Àries (1975), Narodowsky (1998), Sarmiento (2002), Larossa (2004) e Dornelles (2005), focando em diferentes momentos da história das infâncias.

O tema central desta pesquisa bibliográfica, feita à partir de leituras e análises reflexivas é como a infância é vista nos dias atuais, fazendo uma retrospectiva da história da infância.

Procedendo de forma dialética, partindo de leituras dos autores já citados o qual abordam o tema em estudo e interpretam a realidade vivida pelas crianças, é debatido sobre cada infância para se chegar a sua definição e após argumentado, discutido sobre cada uma delas, fazendo reflexões entre uma e outra forma de infância.

Esta pesquisa bibliográfica de natureza teórica e de fins descritiva, dialética, de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, parte de bibliografias que nos trazem diferentes formas de vermos as infâncias e ao mesmo tempo, refletir sobre cada uma delas.

Partindo de documentações indiretas, já que seus dados foram coletados à partir de pesquisa documental em fontes primárias e secundária, sendo pesquisado e elaborado reflexões partindo de leituras em bibliografias como livros, artigos científicos entre outros.

Pode-se afirmar, que algumas infâncias passam despercebidas pelo dia a dia corrido da escola, não percebemos os gritos de socorro silenciosos que os olhos das crianças passam ao nos olharem. Um dos grandes desafios da escola é acolher as diversas infâncias e oportunizar suas formas de expressarem seus pensamentos, sentimentos e emoções, uma destas formas é evidenciando a cultura da infância, através do brincar.

Toda criança tem uma infância, mas depende da sua realidade e sua cultura para o desenvolvimento da mesma. A realidade destes indivíduos tem uma grande influência no seu desenvolvimento, pois esta apresenta influências sobre a criança.

Com esta pesquisa bibliográfica voltada às infâncias, podemos perceber que nos dias atuais, temos várias infâncias inseridas em nosso meio, cada uma em sua cultura.

As culturas da infância, sendo socialmente produzidas, constituem-se historicamente e são alteradas pelo processo histórico de recomposição das condições sociais em que vivem as crianças e que regem as possibilidades das interações das crianças, entre si e com os outros membros da sociedade. As culturas da infância transportam as marcas dos tempos, exprimem a sociedade nas suas contradições, nos seus estratos e na sua complexidade. (SARMENTO, 2002, p. 4).

CONCLUSÃO

Infância é a primeira fase da vida, sendo a que necessita de maiores cuidados, a criança. Concluindo, devemos observar mais as infâncias que nos rodeiam dia após dia, pois estas nos dizem muito sobre a situação em que a criança está colocada. Cada criança, nos desafia dia após dia, com seus questionamentos, independentemente da infância que vive, cada criança, segundo Larrosa:

[...] inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas intuições de acolhimento. Pensar a infância como um outro é, justamente, pensar a essa inquietação, esse questionamento e esse vazio[...] (LARROSA, 2004, p. 5).

Assim, é importante que a escola acolha as diversas formas de infâncias e saiba oportunizar espaços em que as crianças vivam suas infâncias utilizando as suas formas de se expressar, o imaginário, sua linguagem, suas percepções e seus sentidos. Este artigo procurou a concepção histórica e social da infância, em suas diferentes situações nas quais encontram-se em suas culturas.

Essas crianças encontram-se em várias situações, porém, muitas vezes, o que elas precisam é de cuidado, carinho, independentemente de sua cultura, situação econômica ou social. Precisam ser ouvidos e considerados, pois representam através de brincadeiras e falas o que conhecem ou vivenciam em seu dia a dia. Alcançando o objetivo geral deste trabalho, compreendeu-se as diferentes infâncias que encontramos no nosso cotidiano, e compreendendo um pouco sobre as infâncias que perpassam pelo cotidiano escolar.

Infância, sinônimo de inocência, pureza, momentos de brincadeira a qual representam esta fase, momento em que desenvolve-se o imaginário, o cognitivo, desenvolvendo através de brincadeiras, do lúdico, tornando aprendizagens significativas.

Com o passar dos anos, teve-se várias maneiras de (re)conhecer a infância, nos dias atuais, a criança, da sua maneira, com suas condições cria situações em que a mesma consegue, as vezes com um pouco de dificuldade resolver, tornando a aprendizagem mais significativa para a criança. Sabendo que a fase da infância e pré-adolescência é de 0 a 12 anos, as fases deste período a criança vivem em um mundo imaginário e paralelamente no mundo real.

Passando por várias modificações, o conceito de infância encontra-se conectado com o brincar, sendo este muito importante para o desenvolvimento da criança. Porém, nos dias de hoje, encontramos várias realidades de infâncias, crianças que não conseguem ou não podem brincar por conta de sua cultura, ou de sua situação financeira, pois precisam trabalhar para ajudar os pais na compra de alimentos ou produtos básicos de higiene. Mas, mesmo com todas as dificuldades, as

crianças, em seu imaginário, sua ludicidade, conseguem momentos de brincadeira, sempre partindo de sua realidade e de sua cultura.

Pelos motivos mencionados no decorrer do artigo, é de grande importância o conhecimento das infâncias, pois, todos os dias vemos crianças e jovens vivendo alguns dos tipos de infância e temos de reconhecê-las para sabermos como interpretá-las e como lidar com isto. Sendo a infância um objeto que resultam em muitas pesquisas, sempre tendo uma visão social, chegando sempre a conclusão de que a criança deve ser vista como um ser biopsíquico, ou seja, um ser biológico, psicológico e social, tendo articulação entre os três.

O imaginário social é inerente ao processo de formação e desenvolvimento da personalidade e racionalidade de cada criança concreta, mas isso acontece no contexto social e cultural que fornece as condições e as possibilidades desse processo. As condições sociais e culturais são heterogêneas, mas incidem perante uma condição infantil comum: a de uma geração desprovida de condições autônomas de sobrevivência e de crescimento e que está sob o controle da geração adulta. A condição comum da infância tem a sua dimensão simbólica nas culturas da infância. (SARMENTO, 2002, p. 3).

Por isso, o estudo sobre infâncias nos dias atuais, pois busca-se uma sociologia que volte-se à estas perspectivas, pois embora seja muito recente o conceito e a forma de vermos a infância, necessita-se de total interação e cuidado, pois em uma escola, estamos trabalhando com crianças que muitas vezes não sabemos das realidades vividas, precisando ter mais empatia com os alunos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe.. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1975.

DORNELLES, Leni Vieira.. **Infâncias que nos Escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. ISBN: 85.326.3167-3. 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia dias (orgs). **Por uma Cultura da Infância Metodologias de Pesquisa com Crianças**. Autores associados. Campinas, SP. ISBN: 978-85-7496-044-9. 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS. Porto Alegre. ISBN 978-85-386-0071-8. 2009.

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: danças, piruetas e mascaradas. [trad.] Alfredo Veiga Neto. Belo Horizonte: Editora Autêntica. ISBN 85-86583-36-7. 2004.

NARODOWSKY, Mariano. **Adeus à Infância (e a Escola que Educava)**. Porto Alegre: Editora Vozes. 1998.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e Culturas da Infância**. Projecto POCTI/CED/49186/2002. Fundação para a Ciência e a tecnologia. 2002.

QUINTEIRO, Jicirema; CARVALHO, Diana Carvalho de. **Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola**. Junqueira&marin editores. DF. 2007.

A PROTEÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE VIVEM EM CAMPOS DE REFUGIADOS E AS RESPOSTAS DISPONIBILIZADAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL¹

Guilherme Henrique Tavares Diniz²
Sinara Camera³

RESUMO

O presente ensaio tem como temática o estudo sobre a proteção internacional dos refugiados. Como delimitação temática tem-se a análise sobre o sistema global de proteção aos refugiados, como fundamento dos mecanismos oferecidos pela comunidade internacional e pelos Estados, especialmente para garantir a segurança humana dos indivíduos que migram por força de perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos, com enfoque no caso da Somália. A pesquisa tem natureza teórica e finalidade explicativa. Os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo. No que toca à análise e à interpretação de dados da pesquisa será utilizado o método de abordagem dedutivo. O problema a ser respondido ao final deste trabalho é: em que medida os refugiados que migram forçadamente por perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos na Somália encontram proteção suficiente na normativa e nos mecanismos de atuação da comunidade internacional e dos Estados para que seja garantida a segurança humana desses indivíduos? O objetivo geral deste trabalho é pesquisar a suficiência da normativa e dos mecanismos de atuação da comunidade internacional e dos Estados, analisando se estes garantem a segurança humana dos refugiados que migram por força de perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos.

Palavras-chave: Campo de Refugiados – Dadaab - Direito Internacional dos Refugiados – Reassentamento - Soluções Duradouras.

¹ Trabalho desenvolvido no Projeto de Pesquisa “Estado, Direitos Humanos e Cooperação Internacional”, realizado no Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, sob a coordenação da Professora Dr.^a Sinara Camera.

² Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Graduação em Direito. Bolsista do Projeto de Pesquisa Estado, Direitos Humanos e Cooperação Internacional, coordenado pela Professora Dr.^a Sinara Camera, desenvolvido no Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: guilherme_diniz7@hotmail.com.

³ Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/BRASIL/RS), com estágio doutoral na Universidade de Sevilla (US/ESPANHA/AN), bolsista PDSE; Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (MILA/UFSM/BRASIL/RS). Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA/BRASIL/RS). E-mail: sinara@fema.com.br

INTRODUÇÃO

A problemática atinente aos refugiados é tema atual e de relevância para os Estados e para a comunidade internacional que comungam dos ideais de sua proteção, reconhecendo a sua condição de vulnerabilidade e de sujeitos de direitos humanos. O estudo mais recente publicado pelo ACNUR (2019): *Global Trends - Forced Displacement in 2018* (Tendências Globais – Deslocamento Forçado em 2018), anuncia o mais alto número de indivíduos deslocados já registrado: até o final do ano de 2018, 70,8 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar em todo o mundo, em razão de perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019a).

Trata-se de um acréscimo significativo de 2,3 milhões em relação aos 68,5 milhões de deslocados forçados registrados ao final de 2017. Mais do que isso, nos últimos dez anos percebeu-se um crescimento exponencial de mais de 50% da população global de pessoas forçadas a se deslocar. A proporção da população mundial em relação ao número de pessoas deslocadas segue subindo: há uma década falava-se que uma (1) em cada cento e sessenta (160) pessoas no mundo estava deslocada. Hoje, fala-se que uma (1) em cada cento e oito pessoas (8) no mundo está deslocada, a título de comparação, em 2017 esse número era de uma (1) em cada cento e dez (110) pessoas (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019a).

Do deslocamento forçado, faz-se especial menção do número de indivíduos refugiados: ao final de 2018 alcançou a marca de 25,9 milhões, dos quais 20,4 milhões encontram-se sob o mandato do ACNUR¹. Há de se ressaltar que mais de dois terços (isto é, 67%) dos refugiados em todo o mundo são originários de cinco países: República Árabe da Síria (6,7 milhões), República Islâmica do Afeganistão (2,7 milhões), República do Sudão do Sul (2,3 milhões), República da União de Myanmar (1,1 milhão) e República Federal da Somália (0,9 milhão), países permeados por conflitos armados. Além disso, o relatório aponta a existência de 41,3 milhões de deslocados internos (*internally displaced people*) e 3,5 milhões de solicitantes de

¹ O número de refugiados sob o mandato do ACNUR quase dobrou desde o ano de 2012 (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019).

refúgio (*asylum-seekers*) (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019a).

O tema a que se dedica o estudo aqui delineado analisa a proteção internacional dos refugiados. Como delimitação temática tem-se a análise sobre o sistema global de proteção aos refugiados, como fundamento dos mecanismos oferecidos pela comunidade internacional e pelos Estados, especialmente para garantir a segurança humana dos indivíduos que migram por força de perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos, com enfoque no caso da Somália.

A pesquisa tem natureza teórica e finalidade explicativa. Os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo. O problema a ser respondido ao final deste trabalho é: em que medida os refugiados que migram forçadamente por perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos na Somália encontram proteção suficiente na normativa e nos mecanismos de atuação da comunidade internacional e dos Estados para que seja garantida a segurança humana desses indivíduos?

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar a suficiência da normativa e dos mecanismos de atuação da comunidade internacional e dos Estados, analisando se estes garantem a segurança humana dos refugiados que migram por força de perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos. Para tanto, os objetivos específicos são: a) analisar as normativas de proteção das esferas global e regional, destinadas aos refugiados; b) estudar os mecanismos e instrumentos de proteção que a comunidade internacional dispõe para a proteção dos refugiados; c) investigar as soluções duradouras oferecidas pelo ACNUR; d) realizar estudo sobre a utilização do reassentamento para os indivíduos de nacionalidade somali que vivem no maior campo de refugiados do mundo, situado em Dadaab, no Quênia.

A análise foi dividida em dois momentos. Primeiramente traçam-se as notas da proteção internacional conferida aos refugiados que deverá respaldar a proteção específica aos refugiados pelos Estados e pela comunidade internacional, bem como os mecanismos protetivos dos quais dispõem. Em um segundo momento analisa-se de forma concreta o papel do reassentamento no maior campo de refugiados do

mundo, situado em Dadaab, no Quênia, enquanto possibilidade de solução duradoura compreendida na estratégia utilizada pelo ACNUR para enfrentar o problema dos grandes fluxos de seres humanos, especificamente os que alcançam refúgio.

1 DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

A questão dos refugiados existe desde o século XV, porém a proteção por meio de normas internacionais só apareceu na segunda década do século XX, motivado principalmente pelo aumento desproporcional do número de indivíduos refugiados (de milhares para milhões). O desenvolvimento tardio de normas internacionais sobre a matéria dos refugiados deve-se ao tratamento dispensado para o problema, tratado como pontual, que logo findaria como ocorrera no passado.

Por ocasião de não haver normativas internacionais sobre o tema, cada Estado agia pela discricionariedade, estipulando regras próprias para a entrada no seu território e, na maioria das vezes, não concedendo refúgio àqueles numerosos grupos de seres humanos que chegavam, sem qualquer quantidade monetária ou condição de sobrevivência adequada. Duas características são marcantes sobre o instituto do refúgio, a primeira é que predominam na aplicação do refúgio, as situações que apresentam “[...] fortes violações dos direitos humanos, conflitos armados ou guerras.” E a segunda é que normalmente, os grandes fluxos de refugiados são originários de “[...] Estados sem grande expressão no cenário internacional.” (JUBILUT, 2007, p. 31).

No que tange às normativas do Direito Internacional dos Refugiados, que assegura a proteção aos refugiados em todo o mundo, destacam-se a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. A convenção assegura em seu artigo primeiro, as condições para o reconhecimento do status de refugiado. Considera(m)-se refugiado(s) o(s) indivíduo(s) que devido a um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas foram forçados a deixar seu país de origem ou residência habitual em busca de proteção (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951).

Tais motivos definem minimamente os critérios a serem seguidos internacionalmente, em nada impedindo o desenvolvimento de normativas regionais e nacionais que ampliem o rol de motivos supracitado, que não é taxativo. Destaca-se ainda que a Convenção no seu artigo trinta e três garante o chamado princípio de

non-refoulement, de não devolução, pelo qual “Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 15).

Defende Liliana Lyra Jubilut que o termo refugiado é um tanto limitado na convenção, vez que os motivos descritos no artigo primeiro se relacionam minimamente a direitos civis e políticos. Entende a autora que pelas limitações e o surgimento de grupos que não se enquadravam na definição restritiva e local (leia-se aplicada apenas nos Estados Europeus) da Convenção de 1951, foi aderido o Protocolo de 1967, que aboliu as reservas geográfica e temporal, conferindo maior amplitude e abrangência à definição. Entretanto, não fomentou a discussão da classificação de refugiados, permanecendo a limitada caracterização baseada na violação de direitos civis e políticos. Tal fato foi atribuído ao medo dos Estados desenvolvidos de uma ampliação do número de refugiados (JUBILUT, 2007).

Não obstante, cumpre ressaltar os avanços na determinação do termo refugiado propostos a nível regional. De forma alentadora a ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA), por meio da Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) de 1969, que rege os aspectos específicos dos problemas dos Refugiados na África, propôs em seu artigo 1º, parágrafo 2º, uma ampliação do conceito de refugiado:

O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade. (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, 1969, p. 2).

A Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 foi além; em seu item III na terceira recomendação, considerou a necessária extensão do conceito de refugiados, tendo por base não somente a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, como também a Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) de 1969, *in verbis*:

[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do

Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984).

Outro grande avanço a ser comemorado é o entendimento contemporâneo de inter-relação das três grandes vertentes da proteção internacional da pessoa humana. Em um tempo não muito distante, a doutrina clássica entendia o Direito Internacional dos Refugiados e as outras duas grandes vertentes da proteção internacional da pessoa humana, (quais sejam o Direito Internacional dos Humanos e o Direito Internacional Humanitário) de forma compartimentalizada. Tal visão foi paulatinamente superada, de forma que nos dias atuais, já não se fala mais em compartimentalização.

Em consonância, o entendimento contemporâneo é o de reconhecimento da inter-relação “entre o problema dos refugiados, a partir de suas causas principais (as violações de direitos humanos), e, em etapas sucessivas, os direitos humanos [...]” (TRINDADE, 2003, p. 342). Logo, tendo por objeto norteador e propósito comum a proteção dos seres humanos, é indubitável a necessidade de respeito pelos direitos humanos, antes, durante e após o processo de solicitação de refúgio. E mais, entendem-se aqui os direitos humanos em sua totalidade, fala-se então inclusive dos direitos de segunda dimensão (econômicos, sociais e culturais).

Nesta linha de entendimento, há de se destacar os esforços do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Sua atuação insere-se nitidamente em um contexto de proteção a direitos humanos, notadamente dos indivíduos em situação de refúgio. Conforme seu Estatuto o ACNUR tem um trabalho puramente humanitário e apolítico, visando a providenciar proteção internacional, buscar soluções permanentes para o problema dos refugiados e eliminar as causas do êxodo dos refugiados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1950). Localizado em Genebra, seu Alto Comissariado trabalha diretamente vinculado ao Secretário Geral da ONU.

Tradicionalmente os olhares concentravam-se tão somente na etapa intermediária de proteção (leia-se refúgio). As necessidades de proteção levaram ao ACNUR a desenvolver duas novas etapas para a proteção: a prévia (leia-se prevenção) e a posterior. Quanto à etapa posterior, são três as estratégias de soluções

duráveis (duradouras): (1) a integração local, (2) a repatriação voluntária e (3) o reassentamento. A primeira solução consiste em adaptar o refugiado à sociedade do Estado de acolhida, tarefa que recebe um auxílio, de organizações não governamentais (ONGs) defensoras dos refugiados. A segunda solução, isto é, a repatriação voluntária, é o regresso do refugiado ao seu país pelo fim dos motivos que o fizeram buscar refúgio, é considerada a melhor solução, pois, não priva o indivíduo de sua origem, e por ser voluntária evita traumas no processo de consumação da sua cidadania (JUBILUT, 2007).

Compreende-se o reassentamento como a transferência de indivíduos reconhecidos como refugiados, de um país que primeiramente os aceitou (Estado de primeiro asilo), para um novo país que igualmente aceitou admiti-los como refugiados, além de conceder residência permanente, e, futuramente, a possibilidade de obter a cidadania (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2011). Fala-se em reassentamento em um terceiro país, com efeito, pelo fato de que o país de origem é considerado como o primeiro país, e, portanto, o país que primeiramente os aceitou é o segundo país (ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS, 2002b). No terceiro país, é proporcionado aos refugiados: proteção jurídica, física; acesso a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, de forma semelhante ao tratamento dispensado aos nacionais (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2016).

Cumprе ressaltar que, a integração local e o reassentamento como soluções duradouras dependem inteiramente da vontade dos Estados. Somente na repatriação voluntária é que existe uma obrigação clara do Estado perante aos seus nacionais. No caso do país de asilo, ou o Estado que aceitou recebê-los através do status de refugiado, existe uma obrigação de não devolver os refugiados ao(s) país(es) onde sua vida, liberdade ou integridade física corre perigo. Esta garantia é concedida pelo princípio da não devolução (*non-refoulement*), consagrado no artigo trinta e três da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Em se tratando do reassentamento, os refugiados estão completamente entregues à discricionariedade dos Estados (ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS, 2002a).

O grande e principal obstáculo para a não integração dos refugiados nos Estados de primeiro asilo é a falta de vontade política dos Estados em “[...] oferecer

instrumentos capazes de conceder, em longo prazo, cidadania a essas pessoas e, dessa forma, colocar um fim em seu status de refugiado.” (MADUREIRA, 2015, p. 48). Junto disso, as políticas protecionistas protagonizadas pelos Estados de primeiro asilo, limitam em muito o acolhimento dos refugiados. Frise-se que, apesar do caráter voluntário da repatriação “[...] suas decisões são frequentemente influenciadas por pressões políticas externas, que acabam prejudicando uma tomada de decisão espontânea.” (MADUREIRA, 2015, p.52).

Por vezes, os refugiados são obrigados a deixar os países de acolhida independentemente de suas escolhas e/ou vontades. Eles são obrigados a retornar aos locais onde sua vida e/ou liberdade estão em risco. Este fenômeno é registrado quando os refugiados permanecem nos Estados de primeiro asilo por tempo superior ao esperado ou, quando eles passam a ser taxados como ameaça a segurança interna dos Estados. Nestes casos podem os Estados serem repreendidos pelas suas condutas, por flagrante desrespeito ao princípio do *non-refoulement*. Entretanto, existem várias dificuldades para se responsabilizar um Estado pelo descumprimento. Na prática jamais uma corte internacional decidiu contra um Estado por tal violação (ELLIOTT, 2012).

Nessa mesma linha de raciocínio, é necessário frisar que o reassentamento não é um direito. Além disso, os Estados não têm a obrigação de aceitar os refugiados por meio do reassentamento, podendo estabelecer seus próprios critérios para a admissão. Para que os casos sejam submetidos aos Estados, os refugiados devem se enquadrar em ao menos uma das seguintes categorias:

Necesidades de protección legal y/o física (...) Sobrevivientes de violencia y/o tortura (...) Necesidades médicas (...) Mujeres y niñas en situación de riesgo (...) Reunificación familiar (...) Niños y adolescentes en situación de riesgo (...) Ausencia de perspectivas de soluciones duraderas alternativas [...] (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2011, p. 40).

Saber onde as pessoas deslocadas estão e como elas vivem é tão importante quanto saber quem são, quando se trata de prestar assistência e proteção. Justo por isso, o ACNUR formula dados sobre o tipo de acomodação em que os indivíduos refugiados residem, são eles: campos planejados/gerenciados; campos autoassentados; centros coletivos; campos de recepção/trânsito; acomodação individual (privada); e aqueles em que não se tem conhecimento de forma clara da

localização: os desconhecidos. Logo, pela análise dos números disponibilizados pelo ACNUR, pôde-se chegar à conclusão de que ao final de 2016, 4,8 milhões de pessoas viviam em campos de refugiados (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2017).

É importante ter presente que a política de estabelecimento em campos é característica das áreas menos desenvolvidas do mundo. É política comum no continente Africano e no continente Asiático, diferentemente do que no ocorre no continente Europeu. Frise-se que estar em campos de refugiados é não se beneficiar de qualquer solução duradoura. Preferem os Estados de primeiro asilo, esperar pelo advento da repatriação voluntária do que promover a integração local dos refugiados. Durante este processo apostam na criação e manutenção de campos de refugiados (MADUREIRA, 2015).

Outro fato que merece destaque é que 95% dos refugiados em todo o mundo buscou refúgio e estão, portanto, estabelecidos nos países vizinhos ao de sua nacionalidade, os Estados de primeiro asilo (MADUREIRA, 2015). Neste momento há de se fazer menção do chamado “encargo indevidamente pesado”, termo presente na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951); ao referir os grandes fluxos de refugiados, a Convenção de 1951 considerou que, do acolhimento dos refugiados pela concessão do direito de asilo “[...] podem resultar encargos indevidamente pesados para certos países e que a solução satisfatória dos problemas cujo alcance e natureza internacionais a Organização da Nações Unidas reconheceu, não pode, portanto, ser obtida sem cooperação internacional [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951).

Conforme Fabiano Lourenço de Menezes, “[...] no regime internacional dos refugiados (regime dos refugiados), o principal mecanismo voluntário de *cooperação* para solucionar ‘os encargos indevidamente pesados’ é o reassentamento de refugiados.” (MENEZES, 2013, p. 14). No entendimento do ACNUR, o reassentamento pode ser considerado como uma expressão tangível da solidariedade internacional e um mecanismo de distribuição de responsabilidades, permitindo que os Estados compartilhem responsabilidades na proteção aos refugiados e a reduzir os problemas que afetam os países de asilo (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2011).

Na prática, registra-se que, em 2017, o ACNUR submeteu 75 200 pedidos de reassentamento¹. Uma queda de 54% se comparado ao número de 162 600 pedidos de reassentamento registrados ao final de 2016. De acordo com as estatísticas disponibilizadas pelos 35 países que acolheram refugiados por meio do reassentamento no ano de 2017, o número total de refugiados reassentados foi: 102 800. Novamente percebe-se uma queda de 46% em relação as 189 300 partidas registradas ao final de 2016. Em relação aos países que mais reassentaram: os Estados Unidos da América receberam 26 782 submissões, em contrapartida reassentaram 33 400 indivíduos; Ao Canadá foram enviadas 4118 submissões, contudo, foram reassentados 26 600 indivíduos; por último, e não menos importante, a Austrália recebeu 3775 submissões e reassentou 15 100 indivíduos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2018a; 2018b).

Já no ano de 2018, o ACNUR submeteu 81 300 pedidos de reassentamento², e, conforme as estatísticas disponibilizadas pelos 29 países que receberam refugiados por meio do reassentamento, o número total de refugiados reassentados foi: 92 400. Percebe-se, portanto, um aumento de 8% no número de submissões e uma queda de 11% no número de partidas se comparado com os números registrados ao final do ano de 2017. Em relação aos países que mais reassentaram, faz-se menção de que o Canadá passou a ser o país que mais recebeu refugiados reassentados, ao receber 14 264 submissões, o que resultou na partida de 28 100 indivíduos; os Estados Unidos da América receberam 29,026 submissões, em contrapartida, 22 900 indivíduos foram reassentados; por último, e não menos importante, a Austrália recebeu 4,222 submissões e reassentou 12 700 indivíduos respectivamente (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019a; 2019b).

Reconheceu o ACNUR no último *Progress Report on Resettlement* (Relatório de Progresso sobre o Reassentamento) que, em meio à insegurança contínua, o reassentamento continua a ser a principal solução duradoura (UNITED NATIONS

¹ Das populações encaminhadas pelo ACNUR em 2017, destacam-se três. Os refugiados sírios, que constituíram a maior população de refugiados submetida ao reassentamento pelo ACNUR em 2017 (com 37.300 partidas), os refugiados originários da República Democrática do Congo (com 12.900 partidas) e, os refugiados originários da República da União de Myanmar (com 5.300 partidas) (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2018a).

² Das populações encaminhadas pelo ACNUR em 2018, destacam-se três. Os refugiados sírios, que constituíram a maior população de refugiados submetida ao reassentamento pelo ACNUR em 2018 (com 28.200 partidas), os refugiados originários da República Democrática do Congo (com 21.800 partidas) e, os refugiados originários do Estado da Eritreia (com 4.300 partidas) (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019a).

HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2014a). Objetivando responder em que medida o reassentamento tem se demonstrado uma solução duradoura ao problema dos refugiados somalis, o próximo tópico concentrar-se-á no estudo específico sobre a utilização do reassentamento para os indivíduos de nacionalidade somali que vivem no maior campo de refugiados do mundo, situado em Dadaab, no Quênia.

2 DA SOMÁLIA PARA O QUÊNIA E DO QUÊNIA PARA O MUNDO: UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES DURADOURAS PARA OS REFUGIADOS SOMALIS DO COMPLEXO DE CAMPOS DE DADAAB.

A não observância dos direitos humanos influi diretamente nos fluxos humanos. Exemplo é o caso da Somália, cujo Estado afunda em 1991, tendo como causas: a crise política (isto é, a submissão do povo à luta dos clãs e suas milícias), somada a uma crise econômica e da fome, anseios que levaram a uma mobilização por parte da Comunidade Internacional. Os resultados foram pífios, os auxílios dificilmente chegavam aos aldeões, pois, eram fracionados entre chefes de grupos. Bandos armados tomaram centros de encaminhamento e distribuição e pilharam os fornecimentos dos navios ancorados bem como dos portos. Sobreviviam somente aqueles que possuíam armas. Em 1992, quinhentas crianças morriam por dia devido a essas ações de restrição promovidas pelas milícias que também se dedicavam a combates de rara violência, pois, de forma alguma aceitavam o envio de força estrangeira (BETTATI, 1996).

Ante a falta de condições que permitissem a sobrevivência somada às inúmeras violações de direitos humanos e à impossibilidade de oferecer ajuda humanitária, fluxos de refugiados somalis motivados pelo(s) conflito(s), passaram a se deslocar a países vizinhos, notadamente a partir de 1991, ano em que o Estado afundou na Somália. Como solução temporária aos refugiados que derivaram do conflito, a Comunidade Internacional construiu, em maio de 1991, em Dadaab no Quênia, um complexo de campos para abrigar os somalis. Conforme relatório do ACNUR, entre 1991–1992 foram projetadas três extensões: Ifo, Dagahaley e Hagadera, com possibilidade de abrigar até 30.000 pessoas cada. Em 2011, um segundo fluxo de refugiados motivado pela fome e pela seca do Sul da Somália, fez com que se desenvolvessem mais duas extensões: Ifo 2 e Kambioos, para abrigar os

mais de 130 mil emigrantes que chegavam (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2014b).

No entanto, os campos que deveriam existir temporariamente até que se encontrasse uma solução duradoura, têm se mostrado definitivos. O maior campo de refugiados no mundo completa nesse ano 28 anos de existência. Dadaab está situado no nordeste do Quênia, a 100 quilômetros da fronteira, tem hoje uma população de aproximadamente 200 mil refugiados somalis¹. Para compreender como/qual é a atuação da comunidade internacional e do Quênia para a proteção dos refugiados Somalis, a próxima subseção versará sobre a utilização das soluções duradouras para os refugiados somalis do complexo de campos de Dadaab.

É no início dos anos noventa, que se compreende uma mudança drástica, que culminou em uma política restritiva no Quênia. De forma clara, percebeu-se que oferecer proteção aos refugiados não era o principal objetivo, por dois fatores: o aumento das chegadas de refugiados; e um ambiente econômico e doméstico desfavorável (MENEZES, 2013). Em 1992, o número de refugiados no Quênia chegou a 420 mil indivíduos. Uma mudança brusca, se comparado aos 13 mil indivíduos registrados em 1991. A grande maioria desses refugiados era somali (ELLIOTT, 2012). Como resposta, duas das primeiras iniciativas do Quênia foram: transferir a tarefa de determinação do status de refugiado (RSD) ao ACNUR; e estabelecer a política de campos de refugiados.

Apesar de ter assinado a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e a Convenção da Organização da Unidade Africana para os Refugiados (1969), até o final de 2006, o Quênia não dispunha de qualquer legislação nacional sobre os refugiados. Elliott afirma que “[...] embora a política de refugiados do Quênia tenha sido descrita como aberta e acolhedora, desde 1990 caracterizou-se por políticas draconianas que visavam conter o ‘problema’ dos refugiados e os movimentos de refugiados.” (ELLIOTT, 2012, p. 7). Cita-se, por exemplo, que em dezembro de 2012, o governo do Quênia culpou os refugiados somalis pelos incidentes protagonizados pelos terroristas na capital, Nairóbi. O resultado disso foi que a partir desta data refugiados somalis sofreram duas consequências: “i)

¹ Segundo dados do ACNUR, em 2011 esse número foi superior a 463 mil refugiados registrados, sem contar os muito mais não registrados. A mesma notícia relata a informação de que existem famílias de refugiados de até três gerações, das quais os filhos e netos nasceram nos campos (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2012).

transferência forçada dos refugiados, que ainda vivem nas cidades, para viver nos campos de *Dadaab*; ii) repatriação à Somália.” (MENEZES, 2013, p. 57).

A situação nos campos do Quênia segue a lógica dos outros países hospedeiros, que impedem os refugiados de trabalhar, dessa forma cabe a ONU o envio de mais de cinco toneladas de alimentos (principalmente arroz e feijão) por mês, contudo, pelas limitações de recurso esses envios sofreram um corte de 30%. Os países que recebem refugiados costumam responder ao aumento das populações com restrições e políticas mais rígidas. O Quênia figura entre os mais rígidos. No ano passado, refugiados encontrados no lado de fora dos campos foram presos pela polícia no estádio nacional. “A vida em Dadaab e em todos os outros campos é um exercício diário de fabricação de esperança.” Provavelmente os membros da terceira geração de filhos passarão toda sua existência em Dadaab (RAWLENCE, 2015).

Quanto às oportunidades para soluções duradouras, assevera-se que são limitadas. As políticas de campos de refugiados preconizadas pelo país, junto das medidas restritivas de movimentos de indivíduos, reduzem de forma significativa qualquer possibilidade de integração local (social; política; e economicamente). Relata Elliott que: “os refugiados enfrentam o assédio policial e a discriminação nos centros urbanos, especialmente aqueles que têm uma aparência distinta, como Sudaneses do Sul, Somalis e Etíopes.” Nesta mesma linha de raciocínio a autora afirma que a integração local parece não ser uma solução desejada pelo governo Queniano “[...] que regularmente faz declarações sobre o peso que a população de refugiados da Somália coloca no país e deixou claro que a única oportunidade que vê para eles é a repatriação voluntária.” (ELLIOTT, 2012, p. 9).

Os refugiados somalis, mais do que qualquer outra população de refugiados, enfrentam discriminação por parte dos cidadãos quenianos, seus hospedeiros. Isso se deve em parte, pela suspeita histórica sobre as populações originárias da Somália, isto é, pelos eventos recentes causados pelos somalis ou mesmo aqueles que têm aparências parecidas com as dos somalis, e pela ligação ao radicalismo islâmico (ELLIOTT, 2012). Mais do que isso, o ACNUR no último *Progress Report on Resettlement* (Relatório de Progresso sobre o Reassentamento), reconheceu a falta de receptividade dos Estados para reassentar determinadas populações de refugiados, que necessitam do reassentamento, particularmente os refugiados somalis (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2014a).

Em relação aos números de reassentamento dos campos de refugiados de Dadaab, faz-se menção de dois processos. Historicamente, dois canais permitiram o acesso ao reassentamento pelos refugiados acolhidos no Quênia: as necessidades de proteção (quando nenhuma solução alternativa foi encontrada), e os programas de reassentamento voltados a grupos específicos. Relata Elliott (2012) que desde o ano de 2006, o ACNUR concentra seus esforços em um programa prolongado de reassentamento de refugiados para os campos do Quênia (Dadaab e Kakuma). Desta forma, os refugiados passaram a ser selecionados e posteriormente chamados a entrevistas de reassentamento a partir do ano em que chegaram ao país, começando pelas primeiras chegadas de 1992 até as chegadas de 2006.

Nos últimos anos, grande parte das partidas pelo reassentamento, no Quênia, era de Dadaab. Isto acontecia principalmente pelo número significativo de casos prolongados de refúgio nos campos, elevando, portanto, os alvos do ACNUR. Contudo, a insegurança em Dadaab fez com que vários países retirassem suas equipes responsáveis por conduzir os processos de reassentamento nos campos, reduzindo significativamente as metas do ACNUR. Registra-se, por exemplo, que no ano de 2011, 10 000 indivíduos foram alvo de reassentamento, com 8000 provenientes de Dadaab. Em contrapartida no ano de 2012, 3750 indivíduos deixaram o Quênia pelo reassentamento, destes, apenas 750 refugiados provenientes de Dadaab (ELLIOTT, 2012).

Junto de todas as dificuldades enfrentadas pelos refugiados somalis, no pior dos cenários, em comunicado oficial feito pelo ministro da Segurança Interna do Quênia, foi anunciada a decisão de esvaziamento dos campos a partir de novembro de 2016. Um dos principais motivos alegados foi o de que os campos de Dadaab seriam uma ameaça à segurança. A decisão reflete o medo de que aconteça no Quênia o mesmo que na Somália, a entrada de extremistas islâmicos do grupo rebelde Al-Shabab ligada a Al-Qaeda. A pressão internacional, encabeçada pelo ACNUR e as ONGs, fez com que o fechamento do campo, programado para o fim de novembro fosse adiado por “razões humanitárias” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Entretanto, recentemente o Tribunal Supremo do Quênia anulou a decisão do governo de fechar o campo: “A decisão do governo de expulsar os refugiados somalis é um ato de perseguição de um grupo, é ilegal, discriminatória e, portanto, inconstitucional, e viola o direito internacional, atingindo aqueles que fogem da fome,

da guerra civil e da violência do extremismo islâmico.” Ademais, entende o tribunal que o Governo queniano não assegurou que os refugiados somalis retornariam ao país de forma segura e humana (RÁDIO VATICANO, 2017).

CONCLUSÃO

Nas análises realizadas no presente estudo, buscou-se responder: em que medida os refugiados que migram forçadamente por perseguição (ões), conflito (s) ou violência (s), ou violação (ões) de direitos humanos na Somália encontram proteção suficiente na normativa e nos mecanismos de atuação da comunidade internacional e dos Estados para que seja garantida a segurança humana desses indivíduos?

Durante o tempo em que foi realizada esta pesquisa percebeu-se a diminuição significativa do número de refugiados em Dadaab. Neste ponto há de se fazer menção dos diferentes modos de noticiar a situação atual de esvaziamento dos campos. Por um lado tem-se uma narrativa otimista do ACNUR, que noticiou uma redução de quase 20% do número de refugiados no Quênia. Em relação aos refugiados somalis, a redução foi de quase 100 mil refugiados. De acordo com o ACNUR, isso se deve aos exercícios de verificação, a repatriação voluntária e em menor medida ao reassentamento (em 2016 o número total de refugiados somalis reassentados foi de 12 2000 indivíduos) (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2017).

Por outro lado, organizações não governamentais como a Anistia Internacional sustentam que o governo Queniano tem coagido refugiados a retornarem a Somália, Estado que ainda permanece em conflito armado. Mais do que isso, o número crescente de deslocados internos na Somália (1,6 milhões) que ultrapassou inclusive a marcar de refugiados somalis dispersos pelo mundo (1,0 milhão), é outro fator que atesta a incapacidade de repatriação segura e sustentável a Somália (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).

A situação do não-Estado Somália é desoladora. Sem qualquer perspectiva de melhoria, os cidadãos somalis estão entregues ao acaso. A ruína dos mecanismos utilizados para amenizar o problema, demonstram a necessidade de repensá-lo. O problema não tem sido enfrentado, pelo contrário, tem sido minimamente contornado. Ao que tudo indica, ainda não se compreendeu a gravidade da questão, e a magnitude dos estragos provocados pelos conflitos armados. Quanto à comunidade internacional

e às suas intervenções: o remédio encontrado, após vários insucessos foi o esquecimento. Esqueceu-se de que os refugiados, especialmente os somalis, (ainda) são seres humanos, imbuídos de dignidade. Aliás, cessar com as violações de direitos humanos, não é (nunca foi) o objetivo principal.

Estudos realizados nos campos de refugiados do Quênia concluem que das três soluções duradouras o reassentamento, por não poucas vezes é a única opção tangível/palpável/real para os refugiados. Inclusive, para os refugiados e requerentes de asilo/proteção o termo "soluções duradouras" é muitas vezes sinônimo de reassentamento, ou usado como um eufemismo ao solicitar o reassentamento. Entretanto, apesar de ser desejada por muitos, permanece sendo um sonho, destinado a uma pequena fração de 1% de todos os refugiados no mundo (ELLIOTT, 2012).

Pode-se concluir, portanto, que os refugiados somalis que vivem no maior campo de refugiados do mundo (Dadaab) não têm encontrado respostas adequadas e suficientes para dar fim a seu(s) status de refugiado. Pelo contrário, as soluções têm se mostrado paliativas, inadequadas e indisponíveis, multiplicando-se os casos de situações prolongadas de refúgio e as políticas igualmente inadequadas e de exceção de criação de campos de refugiados. Por outro lado, a retórica da comunidade internacional permanecerá inalterada: essa é apenas mais uma das muitas crises, provocadas pelas guerras e conflitos armados, no continente Africano, que logo findará como ocorreu no passado.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos.** 2012. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-completa-20-anos/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. **Principios y Criterios Relativos a Refugiados y Derechos Humanos.** México, 2002a. Disponível em: <http://www.acnur.es/PDF/3062_20120402174342.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Compilación de Instrumentos Jurídicos Regionales Relativos a Derechos Humanos, Refugio y Asilo.** México, 2002b. Disponível em: <http://www.acnur.es/PDF/3063_20120402174451.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Quênia**: Governo está coagindo refugiados a voltarem para a Somália em guerra. 2016. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/quenia-governo-esta-coagindo-refugiados-voltarem-para-somalia-em-guerra/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência**: mutação da ordem internacional. Tradução de Ana Faria. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. Adotada pelo **Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá**: problemas jurídicos e humanitários. Realizado em Cartagena, na Colômbia, entre 19 e 22 de Novembro de 1984. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1>. Acesso em: 19 ago. 2017.

ELLIOTT, Hannah. **Refugee Resettlement**: the view from Kenya - Findings from field research in Nairobi and Kakuma refugee camp. KNOW RESET RR 2012/01. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, San Domenico di Fiesole (FI): European University Institute, 2012.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007.

MADUREIRA, André de Lima. **Direito Internacional dos Refugiados e Soluções Duráveis**: instrumentos de proteção, abordagens atuais e a necessidade de novas respostas. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2015.

MENEZES, Fabiano Lourenço de. **Fatores Causais no Reassentamento de Refugiados**: solidariedade internacional ou interesse estratégico? 2013. 147 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África**. 1969. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=586>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. 1950. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=2&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle:1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=594>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951.

Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Nações Unidas no Brasil. **ACNUR Manifesta 'profunda preocupação' com Plano do Quênia de Fechar Campos de Refugiados**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-manifesta-profunda-preocupacao-com-plano-do-quenia-de-fechar-campos-de-refugiados/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. v. 1. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global Trends Forced Displacement in 2015**. Geneva. June 2016. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/576408cd7>>. Acesso em: 30 abr.2019.

_____. **Global Trends Forced Displacement in 2016**. Geneva. June 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>>. Acesso em: 10 abr.2019.

_____. **Global Trends Forced Displacement in 2017**. Geneva. June 2018a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5b27be547.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Global Trends Forced Displacement in 2018**. Geneva. June 2019a. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. **Manual de Reasentamiento del ACNUR**. Ginebra. Edición Revisada. Julio 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/Publicaciones/2013/9138>>. Acesso em: 12 abr.2019.

_____. **Progress Report on Resettlement**. [S. l.]. June 2014a. EC/65/SC/CRP.11. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/543bba8a4.html>>. Acesso em: 17 abr.2019.

_____. **UNHCR Dadaab and Alinjugur, Kenya briefing note**. Geneva. June 2014b. Disponível em: <<https://data.unhcr.org/horn-of-africa/download.php?id=1375>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **UNHCR Projected Global Resettlement Needs 2019**. Geneva. June 2018b. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/5b28a7df4.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **UNHCR Projected Global Resettlement Needs 2020**. Geneva. June 2019b. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/5d1384047.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

RÁDIO VATICANO. **Quênia**: Supremo Tribunal anula encerramento do Campo de Dadaab. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2NmISFw>>. Acesso em: 01 abr. 2019.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

RAWLENCE, Ben. The Other Refugee Crisis. **The New York Times**, New York, Out. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA PARA O CRESCIMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE DESPACHO E ASSESSORIA ADUANEIRA

Daniele Brito da Conceição¹
Keli Wohlenberg²
Marcos Rogério Rodrigues³
Janice Walter⁴

RESUMO

Diante do crescimento da competitividade no âmbito organizacional é de suma importância definir uma estratégia voltada ao negócio, a fim de direcionar o administrador para a melhor tomada de decisões. O tema deste artigo é administração estratégica voltada para o crescimento de empresa prestadora de serviço de despacho e assessoria aduaneira. O objetivo geral desta pesquisa visa identificar as estratégias mais adequadas para o crescimento do negócio, com o intuito de manter a empresa competitiva no mercado. Diante dos expressivos resultados que a administração estratégica tem causado perante o cenário econômico, esta pesquisa norteia a questionar: Quais as estratégias mais adequadas no processo de consolidação no mercado de Assessoria Aduaneira? Como metodologia, esse trabalho classifica-se em: pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa. Os procedimentos técnicos basearam-se em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Inicialmente, como estrutura do trabalho, foi descrito o referencial teórico, tendo como assuntos: estratégia empresarial, tipos de estratégia, estratégia de crescimento, comércio exterior e comércio exterior brasileiro. Através da análise, sugeriu-se melhorias para os processos organizacionais, com o propósito de alavancar o negócio. Propôs-se treinamentos dos funcionários voltados para o comércio exterior, desenvolvimento de parcerias e inter-relações com empresas nacionais, incrementação da ferramenta do marketing, fidelização de clientes e implantação do segmento de importação e exportação em demais portos nacionais.

Palavras-chave: Administração - Estratégia – Comércio Exterior.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. daani.conceicao@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. keli@bertoldespachos.com

³ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

⁴ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.

Com o advento da globalização, o cenário econômico transita por constantes mudanças o qual requer das empresas a adaptação ao ambiente de mercado. Diante do crescimento da competitividade no âmbito organizacional é de suma importância definir uma estratégia voltada ao negócio, a fim de direcionar o administrador para a melhor tomada de decisões, aproveitando oportunidades e as transformando em resultados vantajosos, que abrangem todo o empreendimento.

Desta forma, o tema deste artigo é administração estratégica voltada para o crescimento de empresa prestadora de serviço de despacho e assessoria aduaneira. Na atualidade, o desenvolvimento de empresas tem eliminado barreiras culturais e comerciais, restaurando os conceitos econômicos, gerado novas relações de trabalho e novos empregos, movimentando as economias.

O estudo deste trabalho delimita-se em: administração estratégica voltada para o crescimento da empresa Bertol Despachos Assessoria Aduaneira que atua como prestadora de serviço de despacho e assessoria aduaneira, localizada na cidade de Porto Mauá – RS.

Diante dos expressivos resultados que a administração estratégica tem causado perante o cenário econômico, esta pesquisa norteia a questionar: Quais as estratégias mais adequadas no processo de consolidação no mercado de Assessoria Aduaneira?

O objetivo geral visa identificar as estratégias mais adequadas para o crescimento do negócio, com o intuito de manter a empresa competitiva no mercado. Os objetivos específicos são: conhecer o atual modelo de gestão adotado pela empresa; elaborar a análise ambiental interna e externa, com o intuito de identificar pontos relevantes e propor à organização ações que podem ser implementadas, a fim de alavancar/ampliar o negócio.

Como metodologia, este trabalho classifica-se em: pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa. Os procedimentos técnicos basearam-se em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Os principais autores referenciados são: Cavusgil, Knight, Risenberger e Oliveira.

Inicialmente, como estrutura do trabalho, foi descrito o referencial teórico, tendo como assuntos: estratégia empresarial, tipos de estratégia, estratégia de crescimento, comércio exterior e comércio exterior brasileiro. Posteriormente, abordou-se a

metodologia adotada: categorização da pesquisa, geração dos dados, análise e interpretação dos dados, análise dos resultados e conclusão do artigo.

1 METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada, por se tratar da aplicação prática na referida empresa, com base na interpretação de conceitos com apoio de obras científicas. A pesquisa qualitativa envolve a análise das informações sem a necessidade de envolver dados numéricos.

De modo a aprofundar o estudo e obter resultados significativos, esta pesquisa parte do levantamento de obras bibliográficas com um sólido embasamento teórico. Na abordagem em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se simultaneamente no âmbito bibliográfico e estudo de caso, o qual se deu por meio de visitas na organização e entrevista com o gestor, com o intuito de coletar informações relevantes sobre a empresa.

Para a geração dos dados foi realizada a documentação direta através do levantamento de dados no mesmo local onde as práticas ocorrem, através da realização de uma entrevista com o gestor da organização, a fim de coletar dados na organização a ser estudada.

Para a entrevista foram elaboradas 28 questões acerca dos objetivos e da problemática da pesquisa. A entrevista com o gestor ocorreu durante o mês de maio de 2019. A documentação indireta refere-se à apuração de dados de diversas fontes, quaisquer que sejam os modos ou técnicas utilizadas. Para apuração dos dados, o estudo teve o auxílio de obras bibliográficas além dos dados e informações obtidas durante as visitas na organização.

A parte de análise e interpretação foram analisados de modo descritivo e explicativo. Inicialmente descreveram-se todas as evidências coletadas na pesquisa, na sequência elas foram explicadas e analisadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico auxilia a desenvolver o projeto de pesquisa, através de obras diversificadas de consagrados autores. Sendo assim, o referencial teórico é

composto pelos seguintes tópicos: estratégia empresarial e tipos de estratégia, estratégia de crescimento, comércio exterior e comércio exterior brasileiro.

2.1 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E TIPOS DE ESTRATÉGIA

Atualmente, as frenéticas mudanças no meio organizacional têm exigido adaptação por parte das empresas. Por isso, é necessário que as organizações se adequem e estabeleçam estratégias empresariais para que possam se manter numa posição destaque em relação à concorrência.

Segundo Oliveira, as estratégias empresariais têm a finalidade de estabelecer quais serão os caminhos, cursos e programas de ação que devem ser seguidos para alcançarem os resultados ou objetivos definidos pela organização. Esse conceito está associado à ligação da empresa ao seu ambiente, a qual procura definir e operacionalizar as estratégias para que maximizem os resultados (OLIVEIRA, 2014).

Oliveira descreve a administração estratégica sendo a administração moderna, que de modo sistêmico, estruturado e intuitivo compõe o conjunto de funções e normas para impulsionar o progresso da empresa. Bem como avaliar os resultados dos fatores ambientais de maneira otimizada, apoiada pelo aumento das relações interpessoais (OLIVEIRA, 2012).

As organizações que planejam estrategicamente obtêm um desempenho superior em relação à concorrência. As empresas que prosperam procuram a adequação às condições do ambiente externo à sua estratégia. A estratégia define a estrutura organizacional e dos métodos internos, com o intuito de obter resultados positivos sobre a performance organizacional (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Certo e Peter descrevem a administração estratégica sendo os procedimentos ou fases do negócio. As etapas que abrangem o processo da administração estratégica englobam: a execução de uma análise do ambiente, definir a diretriz organizacional, implementar a estratégia organizacional e controlar a gestão estratégica (CERTO; PETER, 2005).

O processo inicial da administração estratégica se dá com o propósito de observar o ambiente organizacional, apontando riscos e oportunidades atuais e futuras. A partir dessa análise os administradores devem compreender os níveis que existem no micro e macro ambientes econômicos (CERTO; PETER, 2005).

Ao estabelecer uma diretriz organizacional se direciona a definição da missão, visão e valores organizacionais. Para Maximiano é de suma importância identificar quais produtos ou serviços serão oferecidos e para quais mercados ou clientes serão ofertados. A missão deve apontar o papel da organização na sociedade, definindo o ramo de negócio a ser seguido (MAXIMIANO, 2011).

Oliveira aborda a estratégia sendo o caminho planejado para atingir metas, objetivos e desafios com competência. Esta estratégia definida deve conquistar um posicionamento satisfatório da organização diante seu ambiente (OLIVEIRA, 2011). Nas organizações a estratégia está associada a forma correta de utilizar os recursos financeiros, físicos e humanos, com o desígnio de reduzir falhas internas e potencializar oportunidades que estão presentes no âmbito empresarial. De acordo com Certo e Peter, a estratégia é um conjunto de ações como propósito a garantir que a organização conquiste seus objetivos (CERTO; PETER, 2005).

O sucesso de uma empresa advém da habilidade da alta administração em apontar as necessidades e determinar equilíbrio entre setores. Oliveira salienta que as estratégias de algumas organizações podem não estar evidentes, mas seguramente apresentarão um perfil estratégico, que se constitui das diversas formas, no modo como estipula seus propósitos e sua postura estratégica diante do âmbito empresarial (OLIVEIRA, 2011).

À medida que o ambiente de negócio sofre alterações, o administrador deve saber gerenciar o seu negócio, e adaptar-se as mudanças de modo a manter sua sustentabilidade (CHIAVENATO, 2012). As estratégias diferem entre as organizações, algumas preferem arriscar e enfrentam ferozmente seus concorrentes, outras são moderadas e evitam o conflito. Algumas empresas procuram destacar-se, ser diferenciadas enquanto outras optam por ser seguidoras (MAXIMIANO, 2012).

Oliveira enfatiza que a análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da empresa deve ser realizada com muita competência, de forma autêntica. Essa análise ambiental deve conter fatores estruturados para que possa existir uma clara compreensão da postura correta a ser aplicada (OLIVEIRA, 2011).

A estratégia referente à sobrevivência deve ser adotada quando a empresa e o ambiente estão em situações desfavoráveis, como o elevado índice de pontos fracos internos e ameaças externas. Diante este cenário a organização deve buscar alternativas como redução de custos e desinvestimento. Esta pode ser uma situação

em que a organização tenha dificuldades de usar a estratégia por um período de tempo extenso, pois pode ser dominada pelos seus adversários (OLIVEIRA, 2011).

Na estratégia de manutenção a empresa reconhece um ambiente onde ainda prevalece ameaças, contudo ela possui diversos pontos fortes. Esta estratégia pode denominar-se de estratégia de estabilidade, estratégia de nicho e estratégia de especialização (OLIVEIRA, 2011).

Aplica-se a estratégia de desenvolvimento quando existe a predominância de oportunidades externas e de pontos fortes, essa fase está ligada à procura de novos mercados e de desenvolver produtos diferenciados (OLIVEIRA, 2011).

Mediante a análise ambiental, constata-se o momento em que as fraquezas da organização estão perante às oportunidades do ambiente externo, causam situações favoráveis para investir em seu crescimento. Por meio da análise ambiental, a empresa realiza o mapeamento do ambiente externo e das forças competitivas que nele estão presentes, através do contexto dos negócios a organização verifica as ameaças e oportunidades que podem ocorrer, para que possa evitar ou usufruir desses contextos (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Portanto, as organizações devem analisar os elementos que determinam o ambiente externo e interno, e a partir daí adotar a postura estratégica diante do cenário econômico em que se encontram inseridas, bem como saber administrar as alterações do ambiente, de modo a intervir em possíveis falhas e alterar o planejamento onde for pertinente.

2.2 ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

As organizações que almejam atingir suas metas devem estabelecer a postura estratégica de acordo com sua atuação no mercado, considerando que os cenários se modificam e, exigem a adaptação e aperfeiçoamento de seus processos estratégicos.

A empresa que apresenta oportunidade de crescimento possui alternativas em investir na estratégia de internacionalização, *joint-venture*, inovação, ou expansão. Devido a isso, é fundamental que ela aplique a estratégia a qual comporte a estrutura de seu negócio (OLIVEIRA, 2011).

Quando a empresa adota a estratégia de inovação, ela está sempre procurando antecipar-se aos seus concorrentes através de frequentes desenvolvimentos e lançamentos de novos produtos ou serviços. Em vista disso, a empresa deve ter acesso rápido e direto a todas as informações primordiais num mercado em acelerada evolução tecnológica, desenvolvendo um produto ou serviço único e de elevado impacto no mercado (OLIVEIRA, 2018).

Outra estratégia inerente a essa postura de crescimento é a estratégia de expansão. Segundo Oliveira, o processo de expansão das empresas necessita ser planejado, caso contrário, podem ser absorvidas por outras organizações nacionais ou multinacionais. Comumente, a decisão em investir em expansão é mais normal que na diversificação (OLIVEIRA, 2018).

Muitas organizações desejam alavancar seu negócio fora do país. Segundo Luduvico, a expansão internacional pode ser adotada tanto por empresas locais quanto por multinacionais, tendo como objetivo ampliar a atuação nos mercados internacionais por meio de exportações, implantação de unidades ou aquisição de organizações no exterior (LUDOVICO, 2018).

A estratégia de internacionalização visa expandir suas áreas de atuação, deslocando-se para fora do país. Oliveira enfatiza que esse processo pode ser lento e arriscado, porém pode ser benéfico para aquelas empresas de porte maior, devido os métodos de logística avançada (OLIVEIRA, 2011).

No momento em que a empresa deseja expandir seus negócios, ela deve adotar a estratégia de expansão. Oliveira destaca que essa estratégia requer planejamento para que não sejam dominadas por multinacionais (OLIVEIRA, 2011).

Tendo em vista a postura de crescimento, infere-se que é necessário a organização identificar qual o cenário em que está inserida no mercado, para que possa determinar quais estratégias pode adotar, a fim de alavancar seu negócio.

2.3 COMÉRCIO EXTERIOR E COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Com o advento da globalização, o mundo encontra-se mais interligado, onde pessoas e mercadorias circulam com maior frequência entre as fronteiras. Essas transações referentes a produtos ou serviços entre nações estimulam o desenvolvimento dos negócios fronteiriços provendo os negócios internacionais.

As atividades de comércio através das fronteiras entre países referem-se aos negócios internacionais, os quais englobam os procedimentos de exportação e importação. Os negócios internacionais permitem acesso a sistemas mundiais, impulsionando a economia global (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Com relação às barreiras internacionais, inúmeros são os fatores que se opõem à alavancagem do negócio. Todavia, esses impasses não comprometem a viabilidade do processo, embora baixas economias de escala e insuficiência de recursos próprios podem acarretar em desequilíbrio econômico (SOBEET, 2007).

O Risco Intercultural decorre de diferenças no estilo de vida, no idioma, modo de pensar, religião e costumes. As peculiaridades dos clientes estrangeiros diferem de maneira significativa de uma localidade para outra, interferindo transações comerciais (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

O Risco Comercial refere-se à possibilidade do insucesso empresarial devido a falhas táticas, falta de planejamento estratégico ou procedimentos mal implementados. Embora essas falhas estejam presentes no mercado interno, a sua presença no mercado externo é mais agravante diante o amplo cenário econômico (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Ao diversificar para comércios estrangeiros as empresas podem criar oportunidades de lucro e venda inexistentes no comércio interno. Além disso, a internacionalização pode ampliar a vida útil de produtos e serviços que alavancam o êxito no país de origem (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

De acordo com Vasquez, o território aduaneiro conforme o Decreto nº 4.543, de 26/12/2002, abrange todo o território nacional, e envolve a zona primária a qual engloba a divisão aquática ou terrestre. Contínua ou descontínua tomada pelos portos alfandegados; a área terrestre sob o poder de aeroportos alfandegados e a área adjacente destinado aos locais de fronteira aduaneira. Bem como a zona secundária inclui a parte restante do território fronteiriço, nela inserida o espaço aéreo e as águas territoriais (VASQUEZ, 2007).

Sendo assim, as autoridades legais são essenciais para a resolução adequada das operações fronteiriças, levando em consideração suas normas e princípios legais. Portanto, essas relações com o comércio exterior exigem uma criteriosa fiscalização, a fim de garantir a segurança nas transações econômicas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Estabeleceu-se uma comparação entre os dados apurados do primeiro semestre de 2019, com o intuito de identificar as estratégias mais adequadas para o crescimento do negócio e manter-se competitiva no mercado. Deste modo, a pesquisa engloba conhecer o atual modelo de gestão da empresa, verificar a análise ambiental interna e externa, e propor ações com o intuito de alavancar o negócio.

Com este estudo, percebeu-se que a organização se encontra em uma fase de crescimento e, segundo o gestor, a empresa dispõe de dois pilares, sendo o primeiro possuir uma aduana particular, ou seja, além de ser pioneira, é a única a operar em Porto Mauá. O segundo pilar refere-se à sua eficiência e celeridade nos trâmites aduaneiros, reduzindo substancialmente o *transit-time* de cargas sensíveis.

A organização possui um cronograma de atividades diárias e semanais que é atualizado diariamente ordenando os processos que deverão ser desembarçados. O planejamento é de suma importância e atingem as três esferas. No curto prazo, visa atender a demanda atual e a melhoria da eficiência. No médio prazo, busca maior nível de profissionalização da organização. E, no longo prazo, visa a consolidação da sua marca no setor aduaneiro.

Desta forma, é fundamental ter conhecimento e domínio de seu ramo, visando o cenário econômico em que a organização atua para impulsionar o desenvolvimento de seu negócio. O processo de gestão quando bem administrado possibilita operações estruturadas, gerando atratividade de novos parceiros e proporcionando o crescimento empresarial. De modo geral, constatou-se que o atual modelo de gestão adotado pela empresa é positivo, contudo, algumas áreas da empresa, exigem melhorias para o aperfeiçoamento e crescimento do negócio.

Em relação à política fiscal, cambial e de comércio exterior brasileira, o gestor relata que o Brasil tem uma política fiscal extremamente deficiente. O estado econômico é burocrático e caro, e não cumpre seu papel de promotor de desenvolvimento sustentável, o qual não redistribui a renda arrecadada de maneira equilibrada.

Segundo o gestor, vale ressaltar que a autonomia do Banco Central é fator essencial para a estabilidade econômica brasileira. A indústria nacional sofre com o custo Brasil e expor a especulação cambial poderia ser um fator de desestabilização

econômica. A política exterior é atrativa e os Acordos de Cooperação Econômica são verdadeiros impulsionadores comerciais.

A organização possui concorrentes localizados nas demais fronteiras, tais como São Borja e Uruguaiana. Atualmente, os principais clientes exportadores estão localizados em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, os quais disponibilizam os itens (partes e peças) a serem exportadas em suas plantas, e as montadoras são as responsáveis desde a coleta, transporte, desembaraço e internalização em seus parques de montagem. Já os importadores situam-se basicamente na capital Buenos Aires e Rosário, na Argentina.

A organização apresenta uma estimativa de crescimento para os próximos três anos. No momento em que a Aduana Integrada de Porto Mauá estiver ativa, no prazo de noventa dias, oportunizará novos clientes que viabilizarão um crescimento continuado.

Conforme o gestor menciona, a análise ambiental da organização é atualizada constantemente, pois é impactada por diversos fatores exógenos ao negócio. Seu principal ponto forte é a velocidade de transposição de fronteira de cargas sensíveis, a qual opera com tempo reduzido, comparada com as demais fronteiras, pode-se constatar que isso é um ponto forte da empresa estudada.

Todavia, a organização possui pontos fracos devido suas operações estarem voltados para o mercado Brasil/Argentina. As questões econômicas de ambas as nações impactam os fluxos comerciais de seus clientes e indiretamente em suas operações. Quando o mercado está desaquecido (momento atual) todas as aduanas tem seus fluxos reduzidos, o que compromete seu ponto forte, pois quando o volume geral é reduzido, a tendência é de melhora no *transit-time* de todas as aduanas, ou seja, seu tempo se iguala em termos de desembaraço aduaneiro.

Já quando o mercado está aquecido, existe total dependência de serviço de balsas, o qual é limitante em volume e dependente das questões climáticas, o que acarreta o atraso das operações. Outra barreira encontrada se dá pelo fato da Aduana de Alba Posse não possuir habilitação para o ramo de importações, impossibilitando essas transações exteriores.

No âmbito externo, os riscos são eminentes para os negócios e, dentre eles, apresentam-se o risco-país, risco intercultural, cambial e comercial. Conforme o gestor aponta, os clientes por serem grandes potências realizam contratos de *Swap* cambial

em todas as suas transações, protegendo-se das variações cambiais. O risco intercultural pode ser visto como vantagem para o negócio, tendo clientes respeitáveis, tais como japoneses que enfatizam a importância da responsabilidade de um para com o outro, diálogo permanente e respeito mútuo, sendo esses fatores de grande valia para o aprendizado e cultura da organização.

De acordo com Ludovico, chineses e japoneses são reservados, cuidadosos, evitam conflitos, buscam fortalecer a relação e firmar acordos nessa base. O negócio é importante e não deve ser realizado em qualquer lugar, pois saber negociar é fator chave e um grande desafio para o século XXI (LUDOVICO, 2018).

Segundo o gestor, devido a organização possuir uma base de clientes voltada para multinacionais com forte posição financeira (caixa), até então não houve qualquer inconveniente que pudesse ensejar o risco comercial. No entanto, o risco país presente na atual situação é fator determinante para a tomada de decisões de negócios futuros, com relações entre países parceiros.

A principal ameaça consiste no momento atual, onde o fluxo global de cargas está reduzido, e as aduanas concorrentes que possuem algum tipo de articulação estão trabalhando em busca de novos parceiros. No entanto, a oportunidade refere-se à existência de aduanas desfavorecidas devido ao seu *transit-time*, voltado para o desembaraço aduaneiro de possíveis canais de conferência, estimulando que clientes optem por realizarem suas operações na aduana de Porto Mauá, devido a agilidade do processo.

Além da questão do *transit-time* reduzido, outro diferencial competitivo frente às demais aduanas são os canais de comunicação institucional com os órgãos anuentes, que são Receita Federal, AFIP, Prefectura Naval, dentre outros. Por se tratar de uma aduana menor, o acesso aos superiores facilita na resolução dos possíveis problemas.

Apesar de sua atuação com parcerias, a empresa mantém contato permanente com o cliente final, sempre respeitando a cadeia de comando do negócio. É relevante para as operações manter um canal de comunicação sempre aberto, a fim de gerar credibilidade e evitar atritos operacionais.

Constata-se, portanto, que mudanças de cenário são sempre desafiadoras, exigindo a busca e a ampliação das capacidades operacionais se adequando a momentos de crise, realizando ajustes necessários para superá-la com o menor

impacto possível, e aproveitando oportunidades para desenvolvimento do negócio e maximização dos lucros.

Com a realização da pesquisa na Bertol Despachos Assessoria Aduaneira constatou que diante do atual cenário econômico ela possui a predominância de pontos fracos no ambiente interno e, oportunidades no âmbito externo, se integrando na postura estratégica de crescimento. Tal característica estimula a busca pelo crescimento do negócio.

Adota-se essa estratégia no momento em que prevalecem pontos fracos, no entanto, o ambiente está oferecendo condições favoráveis que podem transformar-se em oportunidades para a empresa. Nessa situação, o administrador busca expandir seu negócio através de novos produtos e serviços (OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, denota-se que a organização encontra-se em um ambiente favorável para a alavancagem do seu negócio, pois possui pontos positivos para o seu desenvolvimento. Portanto, sugere-se que a empresa realize ações para que tenha êxito, alcançando os seus objetivos.

Sugere-se que a organização invista em treinamento e capacitação de funcionários voltados para comércio exterior, pois no atual mercado é essencial a presença de pessoas qualificadas para executar suas funções de maneira eficiente e eficaz, aumentando a produtividade e qualidade das atividades executadas, gerando o crescimento do negócio.

Observando que o custo de reconquistar um cliente é expressivamente maior do que adquirir um novo, leva-se em consideração a importância da fidelização de clientes, cujos parceiros contribuirão para a captação de novos clientes da concorrência. Sugere-se que a organização permaneça prestando seus serviços contínuos através de seus relatórios periódicos por e-mail, planilha Excel em tempo real, de dos procedimentos realizados aos clientes, oferecendo eficaz acesso às informações sobre seus processos,

Sugere-se que a organização crie parcerias com empresas nacionais a fim de conciliar ambos os negócios nos trâmites processuais, o que suprirá as necessidades por produtos advindos do mercado exterior (importação). A Bertol Despachos Assessoria Aduaneira atuará como a intermediadora nas relações internacionais com clientes estrangeiros que disponibilizarão o produto (matéria-prima) requisitado pela empresa nacional.

Recomenda-se que a empresa busque ferramentas para o auxílio na divulgação do negócio, através de visitas em feiras regionais, parcerias com associações comerciais, com o intuito de adquirir visibilidade para o negócio e atrair novos possíveis clientes que possam alavancar as operações aduaneiras.

Perante os avanços tecnológicos é imprescindível utilizar os meios de comunicação para a propagação da marca empresarial. Um recurso crucial que pode ser utilizado pela empresa a fim de promovê-la é o Google Meu Negócio, o qual permite uma conexão diretamente com os clientes de forma gratuita e em qualquer dispositivo. Através desse *blog* é possível transmitir as experiências vivenciadas, fornecer dicas e conteúdos relevantes, além de aproximar o seu público do seu negócio.

Considerando que a organização é única na localidade, ela deve investir e aproveitar as oportunidades que o ambiente proporciona. Contudo, a empresa limita-se nas transações voltadas para as relações fronteiriças com o país vizinho, Argentina, a qual depende exclusivamente dos processos de travessias aduaneiras.

No entanto, a integração das atividades internacionais podem atingir economias de escala e sinergias em produção, marketing, pesquisas e finanças. Organizações que possuem atuação local são capazes de integrar suas atividades ao comércio exterior, através da importação de matérias primas e produtos finais com custos reduzidos e melhoria em sua qualidade (LUDOVICO, 2018).

Propõe-se à organização estudada desenvolver o segmento de importação x exportação, visando futuros promissores, desenvolvendo filiais em demais portos nacionais. Ou seja, ampliar a participação dos mercados internacionais, através de importações e exportações com a inserção de unidades ou aquisições da empresa no exterior com a finalidade de difundir a marca da empresa internacionalmente.

Tendo em vista a postura estratégica de crescimento adotada pela Bertol Despachos e Assessoria Aduaneira, o estudo possibilitou a análise ambiental o qual foi possível identificar fraquezas e propor melhorias na estrutura da organização, a fim de alavancar o seu negócio. Propõe-se que a empresa avalie as sugestões propostas e, por conseguinte, as incorpore em seu planejamento estratégico.

CONCLUSÃO

No decorrer das últimas décadas, pode-se perceber que a globalização evoluiu de modo gradativo, modificando mercados e causando impactos à economia. A competitividade internacional por produtos e serviços oportunizou às empresas nacionais a inserir-se no comércio exterior, com o objetivo de torná-las mundialmente conhecidas.

Mediante a análise ambiental, denota-se que a empresa possui predominância de oportunidades direcionando à prática da postura estratégica de crescimento. Nessa fase, o gestor procura expandir o seu negócio, lançando novos produtos e serviços, adotando estratégias inerentes à essa postura, tais como: inovação, internacionalização, *joint-venture* e expansão.

Constatou-se que a gestão é realizada de maneira centralizada, porém permite a abertura para que os colaboradores e membros possam dar sugestões referente aos processos individuais e coletivos, objetivando melhorias no âmbito operacional.

Através da pesquisa pode-se perceber que a Bertol Despachos e Assessoria Aduaneira possui fatores favoráveis para o seu crescimento, contudo, apresenta lacunas em seu âmbito organizacional, que de acordo com a análise, podem ser melhoradas.

Propôs-se treinamentos dos funcionários voltados para o comércio exterior, desenvolvimento de parcerias e inter-relações com empresas nacionais, aplicação do marketing, fidelização de clientes e implantação do segmento de importação e exportação em demais portos nacionais.

Quanto ao problema de pesquisa “quais as estratégias mais adequadas no processo de consolidação no mercado de Assessoria Aduaneira?” recomenda-se que a organização adote a estratégia de crescimento de mercado, por meio de formação de alianças estratégicas com parcerias internacionais e desenvolver segmento de importação em demais portos aduaneiros.

Ressalta-se que a administração estratégica é um desafio contínuo para os administradores, a qual requer um posicionamento assertivo na tomada de decisões. Dessa forma, é possível potencializar seus ganhos, fortalecendo o posicionamento da organização no mercado, garantindo seu o crescimento contínuo.

REFERÊNCIAS

CAVUSGIL S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. **Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia.** São Paulo: MAKRON Books, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LUDOVICO, Nelson. **Como Preparar uma Empresa para o Comércio Exterior.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos da Administração: manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Introdução à Administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias práticas.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Larissa Dalcin¹
Luciana Stumpf Ristof²
Vanessa Marin³

RESUMO

Como medir o nível de desenvolvimento de um país? Que indicadores são utilizados para medi-los? A partir de quais paradigmas se desenvolveram as teorias do desenvolvimento? Qual o lugar da educação nestas teorias? Este artigo tem como objetivo central responder a estes questionamentos, de modo a compreender como a educação tem sido observada ao longo do percurso histórico do desenvolvimento, considerando sua grande importância no contexto socioeconômico mundial. Para isto, realizou-se uma pesquisa teórica-bibliográfica a partir do estudo das teorias do desenvolvimento, tendo como principais autores Schultz (1967), Rigotto (2005), Demo (2014), Dowbor (1986), Oliveira (2014) e Frigotto (1995). Observou-se que muitas teorias partem do paradigma economicista, inclusive nas abordagens sobre o campo da educação. Na contemporaneidade, entretanto, os estudos indicam uma mudança, com enfoques mais humanistas. Outra questão observada foi o alto nível educacional dos países considerados desenvolvidos, em relação aos demais. A abordagem histórica da pesquisa contribuiu para a compreensão das políticas que envolvem o desenvolvimento relacionadas ao campo da educação até se chegar à atualidade.

Palavras-chave: Educação – Teorias do Desenvolvimento – Paradigmas de Estudo.

INTRODUÇÃO

As vias que levam um país ao desenvolvimento têm sido discutidas há várias décadas, nas mais diversas áreas, de forma mais específica ou mais abrangente, abordando os mais diversos problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais. O desenvolvimento se conceituou fortemente relacionado a aspectos macroeconômicos/capitalistas, dividindo as nações entre países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos* (ou países *em desenvolvimento*, que estão seguindo o caminho da industrialização para diminuir a pobreza, melhorar a escolaridade, promover a justiça social, etc.). Inúmeros indicadores foram criados para tentar classificar ou quantificar

¹ Psicóloga (URI), Mestra em Psicologia (PUCRS), Doutoranda em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), lddalcin@gmail.com

² Psicóloga (Unijuí), Mestranda em Educação nas Ciências (Unijuí), luciana.stumpf@hotmail.com

³ Artista Plástica (UFSM), Mestra em Desenvolvimento, Mestranda em Educação nas Ciências, nessamarin@yahoo.com.br

o nível de desenvolvimento de um país, geralmente sob o viés econômico/capitalista/industrial, como já mencionado.

A mudança de paradigma que o controverso estudo do desenvolvimento vem sofrendo apresenta abordagens mais voltadas ao âmbito social, centradas no ser humano, percebendo que o enfoque que vinha sendo dado não diminuía a problemática da exclusão, miséria e todo tipo de infortúnio enfrentado pela população, ao contrário, muitas vezes aumentava a diferença entre ricos e pobres, criando abismos cada vez maiores e alimentando um sistema que pode levar ao colapso ambiental. A análise dos processos que envolvem o desenvolvimento pelo olhar da Teoria da Complexidade apresenta a cena contemporânea permeada pela incerteza e imprevisibilidade, confirmando que não existem estratégias mais ou menos corretas para tratar a questão, pois o mundo apresenta assimetrias e gira em torno da instabilidade, o que abre impulso para novas pesquisas, mudando a rota dos pensamentos e quebrando paradigmas de estudo.

A educação é um fator fundamental ao desenvolvimento e um dos três pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), juntamente com a saúde e a renda. Além disso, ela é um dos instrumentos de criação de competências (aprender, fazer, ser) para participação plena do indivíduo no desenvolvimento, conforme consta na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990¹. Os sistemas educativos, partes integrantes desse processo, buscam construir igualdade de oportunidades, paz social e crescimento econômico. A educação produz e reproduz um complexo sistema de valores definidos pelos próprios indivíduos. Os desafios que apresenta a relação trabalho-educação e a nova função social dos sistemas educativos, resultados da nova forma assumida pelas relações sociais de produção, são o reflexo de uma crise do modelo de desenvolvimento que sustentou a acumulação capitalista das últimas décadas (FRIGOTTO, 1995).

Atualmente, qual é o modelo ou parâmetro de desenvolvimento mais aceitável? Existe uma teoria de desenvolvimento que pode se aplicar a qualquer situação? O que induz o desenvolvimento? Para entender como o mundo se desenvolveu é necessário compreender aspectos históricos e territoriais particulares de cada nação. Sabe-se que se levarão séculos até que as “sociedades subdesenvolvidas” alcancem um patamar mínimo de condições de vida. Seria correto afirmar que um país é mais ou

¹ Fonte: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

menos desenvolvido dadas as suas especificidades? Questões, estas, que foram objetivos de estudo e serão abordadas nos próximos itens deste artigo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: A “ECONOMIA DA EDUCAÇÃO”

Assim como grande parte das teorias de desenvolvimento, a educação também foi analisada pelo viés econômico, gerando o campo conhecido como *Economia da Educação*, o qual se insere nas teorias de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, especificamente na teoria da modernização e na teoria do capital humano. “No Brasil, esta teoria é rapidamente alçada ao plano das teorias do desenvolvimento e da equalização social no contexto do *milagre econômico*” (FRIGOTTO, 1995, p. 41). Desta maneira, o investimento em capital humano seria o mais rentável para o desenvolvimento da nação, pois as habilidades adquiridas potencializariam a capacidade de trabalho – o *milagre* que levaria o país ao desenvolvimento seria o acesso e o investimento em educação. Entretanto, dentro dessa lógica, Frigotto acredita que buscar na valorização da educação básica a formação de “[...] trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos [...]” os limitaria a ficarem subordinados “[...] à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão.” (FRIGOTTO, 1995, p. 145). Essa teoria é uma crítica contundente aos estudos da educação com enfoques economicistas, especialmente de Schultz de 1967.

Durante a década de 1950, Theodore Schultz (1902-1998) desenvolveu estudos relacionando educação e desenvolvimento, culminando com a Teoria do Capital Humano, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia (1979), recebendo, até hoje, severas críticas, por colocar o indivíduo como responsável pela própria condição social, desempenho profissional e empregabilidade, servindo apenas como mão de obra de um sistema capitalista que perpetua as diferenças socioeconômicas. Disseminou-se a ideia que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico e do próprio indivíduo que, ao buscar educar-se, estaria *se valorizando*, assim como se valoriza o capital. Os investimentos em educação seguiriam a mesma lógica do investimento capitalista, visto que a educação é o fator econômico essencial

ao desenvolvimento. Oliveira (2014) acredita, ao contrário, que a educação não pode corrigir aquilo que se edifica na própria estrutura econômica já existente.

Schultz reflete sobre o valor econômico da educação, a despeito da opinião de alguns educadores que acreditam que a educação foge às regras econômicas e é muito mais que uma operação contábil – a instrução não seria um *investimento*. Contrário a isso, o autor cita que “[...] as pessoas valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo auto-investimento, e de que a instrução é o maior investimento no capital humano”. E acrescenta que “O valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução, considerada como um investimento.” (SCHULTZ, 1967, p. 13).

Atribuindo à educação como um dos fatores de crescimento econômico (o trabalho humano qualificado pela educação seria um importante meio para a ampliação da produtividade econômica), Schultz (1967, p. 59) esclarece que “Os melhores indícios são os melhoramentos na *qualidade* dos fatores, tanto humanos como mecânicos, e no planejamento da economia”. Mas qual seria o valor da instrução¹? Schultz parte da ideia que “O valor da instrução é baseado no conceito de que ela tem uma influência benéfica sobre o bem-estar [...]” e leva em conta que a maneira pela qual as pessoas provêm o seu sustento e a economia da qual se beneficiam estão diretamente relacionadas à sua formação acadêmica. Além disso, o capital humano, que não pode ser quantificado como o capital comum, encontra na educação um viés multidimensional, pois acaba servindo a fins sociais, políticos, etc., não somente econômicos. Com relação aos recursos à educação, Schultz defende que esta área deve receber um tratamento prioritário e não despreza os recursos empregados pelos estudantes em sua instrução. Por consequência, a instrução eleva a renda do estudante, o que caracteriza os atributos de um investimento. A educação, portanto, constitui uma área que não foge às análises econômicas. “A instrução tanto pode proporcionar satisfações no presente [...] quanto no futuro [...]. Quando os benefícios ocorrem no futuro, a instrução tem as características de um investimento.” (SCHULTZ, 1967, p. 23).

¹ Para Schultz (1967, p. 19) a “Instrução é assim um conceito aplicado aos serviços educacionais ministrados pelas escolas primárias, secundárias e por institutos superiores, abrangendo o esforço de estudantes para aprender. A educação organizada, contudo, não está unicamente empenhada em ‘produzir’ instrução, mas, também, em fazer progredir o conhecimento, através da pesquisa e, por seu próprio interesse, ultrapassar o ensino ou a instrução que integram, ordinariamente, os currículos”.

1.2 EDUCAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESIGUALDADE

Reorientar a educação para que ela recupere o controle do processo de desenvolvimento é o que Dowbor acredita ser necessário. É preciso, também, preparar o educando para que ele consiga se inserir em um ambiente cada vez mais transformador e inovador, contradizendo a função conservadora que muito se observa no Brasil.

A função básica da educação que deveria ser a de assegurar 'chances iguais', democratizando o conhecimento, desaparece naturalmente nesse processo. Na realidade, o fato de a educação ser inadequada ao processo atual de modernização das nossas sociedades leva a um aumento das desigualdades. (DOWBOR, 1986, p. 6).

As desigualdades geradas na educação estariam vinculadas ao processo elitista de desenvolvimento que foi adotado no país, à transferência de tecnologias, às multinacionais e ao perfil de produção. Assim, na visão de Dowbor, o desenvolvimento estaria relacionado a uma melhoria dos processos produtivos, dado o ritmo das transformações do fim do século passado, exigindo um acompanhamento da educação na mesma escala – os problemas econômicos estariam relacionados às insuficiências educacionais. Ao transformar a educação, a sociedade readquire seu potencial transformador.

A solução não é virar as costas para a problemática econômica, cujos efeitos sentimos todos, queiramos ou não, e sim reorientar a educação para que ela se torne um instrumento de recuperação, pela própria população trabalhadora, do controle sobre o processo de desenvolvimento. (DOWBOR, 1986, p. 7).

Com relação aos efeitos negativos da insuficiência educacional brasileira, Dowbor salienta que ela afeta a produtividade e a assimilação de novos processos produtivos – haveria uma interação acentuada entre o modelo educacional e o modelo econômico.

A ruptura desse círculo vicioso passa por transformações profundas nas duas áreas: de um lado, trata-se de orientar a economia em função das necessidades da população trabalhadora, para que ela tenha condições de se educar e, por outro, de orientar a educação, para assegurar uma retomada do controle, por essa mesma população, sobre a própria orientação do desenvolvimento. (DOWBOR, 1986, p. 63).

Para reorientar a educação, Dowbor alerta que não se pode resgatar *modelos ideais* de fora, mas compreender as necessidades locais da população, empregando os recursos (escassos) de maneira mais apropriada, bem como adaptando os conteúdos curriculares às práticas reais das comunidades, fazendo com que o educando compreenda o universo real que o cerca, evitando sua evasão da região. Inserir universidades nas diversas partes do país sustentaria e promoveria seu desenvolvimento regional.

Em resumo, mais flexibilidade, mais interdisciplinaridade, maior interação entre regiões e os seus problemas específicos, criação de canais de formação e de informação científica a nível da população: e, sobretudo, a preocupação central de trazer respostas ao que o povo necessita [...] (DOWBOR, 1986, p. 79).

Rigotto e Souza também argumentam que a educação, especialmente a básica, deve ser de qualidade, para oferecer ao capital humano nacional “[...] as condições necessárias para receber e desenvolver tecnologias, que são de suma importância para o desenvolvimento econômico nacional”. (RIGOTTO; SOUZA, 2005, p. 356). Esses autores acreditam que a educação deve ser voltada ao mercado de trabalho, *preparando para a vida* e formando cidadãos mais ativos.

Para Ribeiro (2005) há uma relação contraditória entre educação e desenvolvimento: a educação escolar não pode ser exclusivamente responsável pelo desenvolvimento e nem a causadora de todos os males, tampouco pode garantir a ascensão social e a igualdade de oportunidades – há outros fatores a se considerar: política, economia, justiça, saúde, etc. Nesse sentido, as relações sociais são soberanas das escolas. Oliveira constata que a desigualdade social brasileira “[...] não se explica, exclusivamente, por uma distribuição desigual do conhecimento, mas sim pelas próprias características deste modelo econômico que tende a concentrar, de forma contínua, a riqueza historicamente produzida”. (OLIVEIRA, (2014, s.p.).

Como se pode observar, a educação, ao mesmo tempo em que pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, através da melhoria da qualificação de seus trabalhadores, também não pode ser considerada a única responsável pelo avanço ou atraso de uma nação, outros sistemas devem ser considerados. Nesse ambiente, a escola contemporânea não seria lugar de transmissão do saber, mas espaço de construção de conhecimentos,

[sem] a função basilar de integrar as novas gerações ao tipo de sociedade existente, modelando o comportamento dos educandos aos papéis sociais prescritos e ao acervo de conhecimentos acumulados; tampouco, deve ignorar o modo de funcionamento da mente humana, as necessidades da aprendizagem e a interferência das novas tecnologias, associadas à concepção de inteligência. (FONTOURA, 2002, p. 7).

Para além do ensino, que repassa certezas reconfirmadas em provas, a aprendizagem se enquadra nessa busca pela flexibilidade diante da realidade, valorizando o contexto do erro e da dúvida. Para Demo importam menos as teorias de como ensinar e mais de como aprender, combatendo a *propensão instrucionista* daquela pedagogia que destaca o treinamento de fora para dentro. Torna-se primordial a aprendizagem enquanto um processo de formação política, e não de seus substratos técnico-instrumentais. Assim, “A aprendizagem é, em sua essência, a habilidade de saber pensar, sobre um pano de fundo de uma realidade que sempre nos escapa e de certezas que sempre desmoronam.” (DEMO, 2014, s.p.).

Habilitar os grupos sociais de forma técnica, social e ideológica para o trabalho nada mais é do que “[...] subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”. É necessário, antes, “[...] apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais.” (FRIGOTTO, 1995, p. 26). Desta maneira, para compreender o homem e suas práticas sociais, é necessário compreender a educação como constituída e constituinte destas relações, através da análise da estrutura econômico-social, dos processos de produção, das mudanças tecnológicas, do processo de divisão do trabalho, da produção e reprodução da força de trabalho, bem como dos próprios processos educativos ou de formação humana (qualificação).

Não se trata de excluir a questão econômica de pauta, pois o sistema produtivo constituído por diversas empresas também é um dos elos envolvidos no desenvolvimento, pelo contrário, é necessário que se discutam formas de gestão apropriadas às limitações de cada território e aos novos padrões de competitividade para promover a melhoria de seus processos, mesmo dentro da lógica do criticado mercado capitalista. A gestão das organizações produtivas, centradas nos indivíduos, seguem as mudanças sociais e culturais observadas através da leitura da complexidade, bem como provoca a mudança nos ambientes envolvidos. Dessa maneira, o desenvolvimento também contempla objetivos empresariais que viabilizem

seus negócios, sem perder de foco o comprometimento social. Analisar o desenvolvimento a partir da Teoria da Complexidade também auxilia na compreensão de seus limites e potencialidades em um país tão heterogêneo como o Brasil.

1.3 A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO *VERSUS* CAPITALISMO

Demó assume que a educação estaria diretamente relacionada com o desenvolvimento, sendo considerada, portanto, um investimento fundamental e uma das grandes estratégias para a sua promoção. Na perspectiva do desenvolvimento humano, o autor sugere que seus indicadores básicos são:

[...] em primeiro lugar, educação, porque é o fator mais próximo do conceito de oportunidade, em segundo lugar, expectativa de vida, porque oportunidade se correlaciona fortemente com quantidade e qualidade de vida, e, por fim, poder de compra, porque a satisfação das necessidades materiais é sempre componente central do desenvolvimento também. (DEMO, 2014, s.p.).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) relembra que muitos entraves atropelam os planos para que a educação possa ser acessível a todos de modo que se satisfaçam as necessidades básicas de aprendizagem, embora a educação seja direito fundamental de homens e mulheres em todas as idades no mundo inteiro. Assim, o documento ressalta que: - a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; - a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social; - o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento; - em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível; - uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; - há necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a

complexidade do desafio.

Para Souza, o investimento em educação, em todos os níveis, bem como em pesquisa tecnológica aplicada, são algumas políticas que poderiam gerar crescimento e desenvolvimento econômico (SOUZA, 2007).

A educação profissional procura acompanhar as mudanças tecnológicas e dos processos produtivos, preparando os trabalhadores para as necessidades de novos mercados. “O 'mercado' exige um trabalhador 'qualificado' para operar as novas tecnologias, 'flexível' para se adaptar as mudanças do mercado e que seja 'dinâmico' para desempenhar várias tarefas ao mesmo tempo.” (RIBEIRO, 2005, s.p.). Esse discurso funcionalista sobre eficiência que atingiu a educação passou pela exigência de formação de professores afinados com as mudanças sociais e tecnológicas e as palavras do momento foram capacitação, interdisciplinaridade e trabalho com projetos. Diante disso, as escolas sofreram os mais diversos tipos de adaptações para que atendessem às novas necessidades de ensino. Como assinala Ribeiro (2005, s.p.) “A preocupação era fazer com que a educação se voltasse para as necessidades da produção”.

A investida para se implantarem os critérios empresariais de eficiência, de “qualidade total”, de competitividade em áreas incompatíveis com os mesmos, como educação e saúde, desenvolve-se hoje dentro do setor “público”. O que é, sem dúvida, profundamente problemático é a pressão da perspectiva neoconservadora para que a escola pública e a Universidade em particular e a área da saúde se estruturam e sejam avaliadas dentro dos parâmetros da “produtividade e eficiência empresarial”. (FRIGOTTO, 1995, p. 151).

Demo também critica o posicionamento da Cepal¹, afirmando que essa instituição prega a educação e o conhecimento como eixo da geração de igualdades, mas na prática privilegia o conhecimento como fonte de inovação competitiva em um ambiente de análise tipicamente neoliberal, que tende a dar mais importância ao que é mais mensurável. Admite, entretanto, que:

[...] não há como fugir de que, para ser competitivo, é mister saber pensar,

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Fonte: CEPAL, 2014.

usar o conhecimento com criatividade extrema, inovar de modo permanente e sistemático, e que isto depende, em grande parte, da educação. Assim, para se chegar a um emprego pelo menos razoável, é mister educar-se obstinada e permanentemente. Entretanto, como a economia competitiva e globalizada não se volta para a criação de emprego, mas para a produtividade, a própria educação é enredada neste processo, produzindo duplo efeito seletivo: somente os mais bem-educados terão melhor chance ou alguma chance; cada vez mais, os mais bem-educados serão menos bem-pagos. Assim chamada "educação profissional" será um expediente cada vez mais estratégico, mas igualmente limitado. (DEMO, 2014, s.p.).

O mesmo autor coloca o confronto com a pobreza política como sendo a principal estratégia da educação, mesmo reconhecendo que esta também tem grande impacto na economia através da competitividade produtiva, de modo que a escola deve realizar a adequada aprendizagem com tessitura fundamentalmente político-crítica privilegiando primeiramente a cidadania e posteriormente sua inserção no mercado de trabalho. Dessa maneira “[...] será possível sustentar a hipótese, segundo a qual educação é o fator mais decisivo do desenvolvimento, desde que este se defina pela marca humana e a concepção seja de teor estratégico e interdisciplinar.” (DEMO, 2014, s.p.).

Com relação à prática do processo de construção do conhecimento, Frigotto (1995) entende que o mesmo deve ser trabalhado através de conteúdos, processos, métodos ou técnicas a partir da realidade dos sujeitos sociais, considerando-se que:

Independentemente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimento. A realidade na sua dimensão social, cultural, estética, valorativa etc., historicamente situada, é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seu conhecimento. Trata-se de uma realidade “singular e particular”. É a partir desta realidade concreta que se pode organicamente definir o “sujeito do conhecimento” e os métodos, as formas de seu desenvolvimento. Este, para ser democrático, deve atender à universalidade. (FRIGOTTO, 1995, p. 177).

Demo (2014) acredita que a relação educação/desenvolvimento é frequentemente fantasiosa, pois a primeira acaba sendo, muitas vezes, utilizada para fins escusos que justifiquem a segunda. Oliveira (2014) complementa que a competitividade tem colocado a educação como um instrumento de disputa pelo mercado de trabalho, em uma adaptação às exigências da globalização e de organismos internacionais (Cepal, Banco Mundial, etc.). “Em momentos anteriores, o que marcou o caráter das políticas educacionais no Brasil foi a vinculação das mesmas aos projetos desenvolvimentistas implementados em diversos governos.” (OLIVEIRA, 2014, s.p.).

CONCLUSÃO

Se a educação é a chave para o melhoramento do indivíduo, para diminuir as desigualdades e a exploração, não deveria esta, justamente, se libertar dos anseios do capitalismo em atender ao crescimento econômico? Frigotto (1995) é um dos principais defensores desta ideia, que discute o enfoque economicista que reduz a educação a um fator de produção capitalista. O mercado não deve ter o poder de regular as relações humanas nem os direitos fundamentais de acesso à saúde, educação, cultura, etc.

Compreendeu-se que o caminho para o desenvolvimento sempre será *de e para* pessoas, não coisas, sendo que ele acontece pelas vias econômicas, políticas, ambientais, criativas, empresariais, educativas, socioculturais, dentre outras, levando-se em conta que cada ser humano, grupo, território, empresa ou organização deve buscar soluções próprias a partir de suas limitações e potencialidades, tendo a consciência que esse processo é incerto e pode gerar desconfortos. Compreendeu-se, também, que os resultados finais do processo de desenvolvimento devem ser minimizados em função do aprendizado que ocorre ao longo das mudanças, de modo que a evolução e o aprimoramento sejam constantes e não ações isoladas e pontuais para algum fim específico. Acredita-se que não se deve impor modelos oriundos de outros lugares, mas perceber o que funciona para cada região, valorizando a capacidade inventiva e criativa própria do brasileiro. Deste modo, não existem propriamente exemplos a serem imitados, mas qualidades a serem promovidas. Nesse sentido, não se fazem primordialmente necessárias análises de fatores de desenvolvimento como a renda ou a organização econômica, mas dos fatores que permitem a evolução da sociedade – o que está em jogo é sua capacidade de aprendizado.

É possível que os aspectos macroeconômicos melhorem a qualidade de vida do ser humano sem que ele tenha uma educação de excelência? Por outro lado, o desenvolvimento como inclusão, liberdade, expansão das capacidades ou como construção social pode ser garantido sem que a economia tenha um papel central em detrimento da educação? A educação talvez seja um dos principais meios para que os processos de desenvolvimento sejam direcionados de forma democrática, justa e

equitativa, através da formação de um espírito crítico na população, ao invés de potencializar habilidades técnicas somente para fins de exploração de sua capacidade de trabalho. Pode-se afirmar que a grande contribuição que a análise das teorias de desenvolvimento pode trazer é a de que não se sabe o que é melhor para o desenvolvimento de uma região, mas é possível afirmar, mesmo cercados de incertezas, que a educação é basilar para a formação de qualquer sociedade crítica e participante.

Enquanto a quase totalidade dos chamados *países do primeiro mundo* ou *desenvolvidos* depositam na educação seus maiores investimentos, os países mais pobres e dependentes (ou *subdesenvolvidos*) ainda lutam para conseguir alfabetizar minimamente sua população. O sistema educativo no Brasil há anos vem sofrendo severas críticas, especialmente no âmbito público, por seu atraso e ineficiência. O próprio processo de desenvolvimento também demonstra falhas e não consegue melhorar as condições de vida da população. Não há como pensar a educação de forma isolada, sem estar atrelada às políticas de desenvolvimento nacional, inseridas em um sistema econômico internacional, pois ela não é a *tábua de salvação* responsável por tudo.

REFERÊNCIAS

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **O que é a Cepal**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em 11 jun. 2014.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento**: análise crítica de uma relação quase sempre fantasiosa. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/251/boltec251b.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

DOWBOR, Ladislau. **Aspectos Econômicos da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

FONTOURA, Antônio Martiniano. **Edade**: a educação de crianças e jovens através do design. 2002. 337f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional**

Brasileira. Disponível em:

<<http://www.senac.br/informativo/bts/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 27 maio 2014.

RIBEIRO, José Martins. **Educação e Desenvolvimento:** um discurso (re)novado.

2005. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos24.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUZA, Nali de Jesus de. **Evolução da Educação no**

Brasil, 1970-2003. Revista Análise. Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago/dez 2005, p. 339-

358. Disponível em: <http://www.nalijosouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf>.

Acesso em: 19 maio 2014.

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação.** Rio de Janeiro: Zahar,

1967.

SOUZA, Nali de Jesus. **Teoria do Desenvolvimento:** como isso foi aplicado na

prática? Jornal do Comércio. Porto Alegre, 2007. Disponível em:

<http://www.nalijosouza.web.br.com/evol_TDE.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades

básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 19

maio 2014.

ALTERAÇÕES EPIGENÉTICAS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Alana Veleda Hillebrand¹
Ivy Reichert Vital da Silva Gressler²

RESUMO

O câncer se apresenta como a doença com os maiores índices de mortalidade no mundo. Em contrapartida, a epigenética surge como uma técnica inovadora para o diagnóstico e tratamento eficaz e minimamente agressivo para os pacientes diagnosticados com neoplasias malignas. Sendo assim, o estudo da epigenética possibilita conhecer todas as modificações herdáveis, porém reversíveis, do genoma humano, sem que a sequência de DNA seja alterada. Objetivos: relacionar os eventos epigenéticos com o câncer. Metodologia: de ordem teórica e de natureza qualitativa com epílogos esclarecedores, adquirindo documentação indireta em produção bibliográfica através de fontes científicas, obtendo-se 74 artigos, sendo, apenas 48 aptos a integrar o estudo. Resultados: na divisão celular, existem genes que em condições normais, regem o dado processo, são os proto-oncogenes e os genes supressores tumorais, tendo papel importante na tumorigênese. Além disso, a origem do câncer está diretamente ligada a metilação do DNA e, as alterações epigenéticas aparecem muito antes das genéticas, dessa forma, as modificações no funcionamento do gene podem ser a causa primária para o início do câncer. Conclusão: o presente estudo possibilitou uma pesquisa ponderada no que tange os mecanismos epigenéticos bem como, as modificações de histonas, os padrões de metilação, as proto-oncogenes e os supressores tumorais.

Palavras-chave: Epigenética – Câncer - Regulação da Expressão Gênica.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o câncer se apresenta como uma das principais causas de mortalidade no mundo todo. Dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA) mostraram índices preocupantes relacionados ao ano de 2016, em que foram registrados 420.310 novos casos no país, sendo que, na região sul, 131.880 pessoas foram diagnosticadas com neoplasia. Além disso, foi previsto 600 mil novos casos para os anos de 2018 e 2019, afora que é antevisto um aumento de 70% para os anos subsequentes (OMS, 2018).

Caracterizado por sua heterogeneidade, o câncer precede de uma proliferação anormal das células. Este processo de carcinogênese danifica o DNA, o qual, se

transforma em um oncogênese ou, ainda, pode haver inativação dos genes supressores tumorais (INSTITUTO ONCOGUAIA, 2017). Alguns dados da literatura elucidam que, essa dissemelhança ocorre através de mecanismos epigenéticos, os quais, podem alterar o genoma sem que haja alterações na sequência primária do DNA. Dessa forma, as mudanças na organização do material genético, alteram a expressão gênica das populações celulares, gerando um efeito sinérgico para a conversão celular (SILVA, et al., 2017; COSTA; PACHECO, 2013).

Para que tenhamos um melhor entendimento quanto à influência que as modificações epigenéticas causam nas neoplasias, é de suma importância o entendimento detalhado quanto aos processos que levam a ascensão neoplásica e quais as modificações que a célula sofre no processo de mutação (SILVA, et al., 2017).

As alterações epigenéticas podem vir a ocorrer em qualquer um dos estágios de mutação celular e, como consequência, o aparecimento de anomalias estruturais da cromatina e, o silenciamento e/ou ativação de genes específicos, sem que haja qualquer sinal clínico. Sendo assim, a ideia de que os tumores surgem apenas de mutações genéticas, torna-se refutável e colocam as modificações do maquinário epigenético como possíveis e até mesmo, principais alterações para o princípio tumoral (TING, et al., 2006).

Estes promissores achados instigam que se busque mais pesquisas e estudos na área com a perspectiva do entendimento deste maquinário envolvido no surgimento das neoplasias, visando um novo limite a ser ultrapassado no meio científico. Os mecanismos epigenéticos (silenciamento e ativação de genes específicos), representam uma nova abordagem no processo de desenvolvimento da doença, afim de que se possa evidenciar novos tratamentos e, estes, beneficiar milhões de pessoas, as quais, são acometidas com neoplasias todos os anos (MULLER; PRADO, 2008).

Para isso, o esforço atual dos pesquisadores é voltado para o entendimento do maquinário epigenético propiciando a ciência um maior entendimento de como a epigenética está inserida na saúde e na doença e também como os hábitos comuns dos indivíduos podem influenciar na expressão gênica (FANTAPPIE, 2013).

Por fim, ao constatar as permutações epigenéticas, torna-se substancial a compreensão da transformação biológica e clínica do câncer, ao ponto de vista que

estas conferem fenótipos opostos precisos às células para a carcinogênese, avanço tumoral, ocupação, proliferação e tenacidade às medicações estabelecidas (SILVA, et al., 2017).

1. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo se caracteriza por uma revisão bibliográfica descritiva exploratória de abordagem qualitativa. Além disso, para compor a pesquisa, os achados bibliográficos foram retirados de sites como, Organização Mundial da Saúde (OMS); Instituto Oncoguia; Instituto Nacional do Câncer (INCA); Scielo; Google Acadêmico e demais fontes científicas. Ademais, usou-se palavras-chave como, epigenética, câncer, regulação da expressão gênica; levando em consideração as alterações epigenéticas no câncer. De todos os achados, foram selecionados trabalhos de língua inglesa, portuguesa e espanhola, considerados no período de 2000 a 2019. Dentre os critérios de exclusão, expõe-se aqueles não concernentes a plataformas digitais confiáveis; materiais com referências obsoletas e reiteradas a assuntos não condicentes com o tema referido. A partir disso, foram selecionadas 74 pesquisas científicas, dessas, 48 se tornaram aptas a compor o estudo.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 EPIGENÉTICA

A epigenética é uma expressão usada para determinar as modificações genômicas que acontecem sem que se modifique a sequência do DNA em condições fisiológicas e patológicas, sendo o epigenoma um elemento ativo e variante incorporado em um mesmo organismo compreendido em diferentes tecidos. Tais alterações epigenéticas são herdáveis no decorrer dos processos de divisão celular e se conservam mediante o decurso de mitose. Dessa forma, dadas as definições, propõe-se de modo consensual que a epigenética articula a expressão e o encargo dos variados tipos celulares em circunstâncias provisórias de desenvolvimento de um organismo (FILHO et al., 2018).

O corpo humano desfruta de maquinários celulares que proporcionam o correto desempenho da manifestação dos genes. Por isso, parte desses recursos está associada especialmente, aos processos de metilação de sequências de DNA e modificações nas proteínas histonas (ROTHHAMMER & BOSSERHOFF, 2007). O episódio da metilação no genoma, ou seja, o acréscimo de um grupo metil em segmentos intrínsecos do DNA, no carbono 5' de uma citosina, que é seguida de uma guanina (dinucleotídeos CpG), modifica o processo de transcrição genética. Tais dinucleotídeos CpG metilados podem estar dispostos pelo genoma humano, ou, agrupados em bandas marcadas como ilhas CpG. Além disso, a metilação dessas ilhas, via de regra leva a inativação da expressão de genes (Figura 1). O silenciamento desses genes por metilação ocorre porque a condensação dos segmentos é modificada, ou seja, condensada, causando oclusão na técnica de transcrição daquela seção (SZYF, 2007).

Para melhor compreender a epigenética, é preciso entender que o núcleo celular contém cromatina, que é constituída por uma rede de moléculas de DNA e proteínas, essas, são na sua maioria, histonas, que formam os nucleossomos³. A cromatina detém como sustentação a molécula de DNA, que abrange todos os genes, dessa forma, é na cromatina que, de modo direto, acontecem os processos de transcrição. Dessa forma, o DNA e as histonas são desígnios de eventos epigenéticos, sendo esses, metilação, desmetilação e acetilação; que modificam a transcrição gênica (PETERSON & LAINEL, 2004). A condição ativa ou inativa de sequências da cromatina, isto é, genes que estão passando pelo processo de transcrição, e genes que estão inativos, tornam-se a representação dessas variações (LIMA et al., 2018).

2.2 MODIFICAÇÃO DAS HISTONAS

As histonas caracterizam um considerável centro para a regulamentação gênica e suas transfigurações afetam vários processos que envolvem o DNA. (BISWAS; RAO, 2017). Já as proteínas que permutam as histonas regulam o alcance da cromatina e podem engajar proteínas de ligação específicas como fatores de transcrição, proteínas estruturais ou remodeladores de cromatina. A alteração das histonas pode restringir os dois formatos distintos de cromatina, que se dividem em eucromatina aberta e heterocromatina mais oclusa. A má padronização destas pode

causar fragilidade genômica por regulação alterada da organização ou dinâmica da cromatina (WALDMANN; SCHNEIDER, 2013).

A acetilação de histonas consiste na adição de um radical acetil (COCH₃) nos resíduos de lisina das histonas e esse processo ocorre por meio de enzimas chamadas Histona Acetil-transferases. É importante ressaltar que a acetilação promove a abertura local das estruturas da cromatina, deixando-o exposto e conseqüentemente promovendo o aumento significativo na transcrição gênica (MONTANHER et al., 2015).

Já a desacetilação das histonas, que é catalisado pelas enzimas Histonas Desacetilases, resume-se a retirada do radical acetil dos resíduos de lisina, promovendo a compactação da cromatina e inibindo a transcrição (MONTANHER, et al. 2015). A acetilação de sedimentos de lisinas nos limiares N-terminal, são altamente dominantes e seus níveis se vinculam com uma cromatina transcricionalmente ativa. Além disso, a acetilação retira a carga positiva das proteínas histonas por adicionar radicais acetil no conjunto amino nos resíduos de lisina, conseqüentemente, ocorre uma queda na ação dessas proteínas com o DNA. Dessa forma, a acetilação propicia o descondensamento do material gênico (SILVA, et al., 2017).

2.3 METILAÇÃO DO DNA

A metilação do DNA pode ser melhor reconhecida como um mecanismo de silenciamento e consiste na adição de um radical metil (CH₃) no carbono 5 da Citosina, que é seguida da Guanina (Dinucleotídeo CpG) catalisada por enzimas DNA metiltransferases (DNMTs) sendo essas, flexíveis e herdáveis. (OLIVEIRA, 2012 apud PAULSEN; FERGUNSON-SMITH, 2001). Por ser um mecanismo de silenciamento, traz consigo um grupo de proteínas, as quais chamamos de “Methyl-CpG binding protein”, que não se consolida em regiões específicas do DNA, porém, possui grande atração por locais de metilação. Essas proteínas ao se juntarem com o DNA metilado, disputarão com os fatores de transcrição por seus respectivos domínios e podem também ocasionar um rearranjo na estrutura do DNA, devido ao agrupamento da Histona deacetylase, que dá origem a uma cromatina de alta densidade e que conseqüentemente se torna incompatível com o processo transcricional (BOYES; BIRD, 1991).

Em células normais, as regiões com citosinas seguidas de guaninas (CGs) subdivididas no genoma, são metiladas e se conservam em ilhas CpGs hipometiladas, adquirindo metilação para a regularização gênica. No estágio inicial do desenvolvimento é apurado um baixo nível de metilação global, sendo 30% das regiões metiladas, entre elas, as regiões envolvidas na sistematização do *imprinting* genômico e na inativação do cromossomo X. Com as diferentes ramificações e no decorrer da discriminação tecidual, a impressão de metilação vão sendo postas, resultando na metilação da maioria dos sítios CpGs no organismo formado e deles apenas 1-2% permanecem sem esse emblema (SUZUKI et al., 2008; GEIMAN; MUEGGE, 2010).

Com o florescer da idade, há uma vigente transposição sucessiva do perfil de metilação, com uma carência global da metilação e também a metilação acidental de alguns sítios. Essa última é extremamente emitida durante o processo de carcinogênese (EHRlich, 2009; GILBERT, 2009; JINTARIDITH; MUTIRANGURA, 2010).

Outro mecanismo indicado se fundamenta na perspectiva da metilação do DNA inspirar enzimas que acometem modificações de histonas. Como por exemplo, a metilação é capaz de interagir com proteínas que denotam domínio de ligação à metilação e articulam a expressão gênica por intermédio da relação com histonas desacetilases (HDACs) ou H3K4 metiltransferases (JONES, et al., 1998).

A técnica de metilação de histonas decorre do acréscimo de um grupo metil em sedimentos de lisina ou arginina das histonas H3 e H4. Esses resíduos de lisina, integrando H3K4, H3K9, H3K27 e H3K36, podem ser mono, di ou trimetilados, fazendo com que a quantidade de metilações e o sítio onde elas se processam proporcionem distintas conformações da cromatina e conseqüentemente, diferentes amostras de expressões gênicas. A metilação e a desmetilação de histonas são métodos catalisados por HMTs⁴ e HDMTs⁵, e sua expressão ocorre de forma tecido-específica (XU; ANDREASSI, 2011).

2.4 CÂNCER

No processo de divisão celular, existem determinados fatores de regulação, assim, na maior parte das vezes, as enzimas expressam funções de preservação

da informação genética, distanciando-se de determinadas mutações. Além disso, comandam o ciclo celular e impossibilitam o crescimento desequilibrado de um tecido, ou evitam que células instáveis e sem encargos mantenham-se vivas. Quando se perde esses maquinários de comando, as chances de que ocorra uma replicação celular descontrolada, aumentam, pois, a célula torna-se independente de seus genes e dos seus elementos mediadores, originando o câncer (SOTT; FRIZZO, 2014).

O câncer é considerado uma doença genética com a percepção de que o fenótipo maligno é consequência de uma modificação gênica proferida das células filhas e confirma a essas células determinados ganhos fisiológicos (WARD, 2002). Por conseguinte, dentre os genes humanos encontra-se duas classes, que são pequenas em relação ao genoma, mas que são de suma importância na tumorigênese, sendo esses, os proto-oncogenes e os supressores tumorais. Tais genes, em suas conformações normais, comandam o ciclo celular por meio de uma sequência de eventualidades que ocasionam no crescimento e divisão celular (RIVOIRE et al., 2001).

2.5 PROTO-ONCOGENES

Os proto-oncogenes são genes normais que codificam proteínas reguladoras essenciais do crescimento, diferenciação e proliferação celular em resposta a estímulos fisiológicos. Quando sofrem mutações, são originados os chamados oncogenes, resultando em uma proteína constantemente ativa que estimula a entrada da célula em mitose, ocasionando então, uma proliferação descontrolada e continua das células tumorais, sem necessidade de estímulos externos (AMENDOLA e VIEIRA, 2005) (AMORIM, 2002).

A transformação dos proto-oncogenes em oncogenes é feita através de mecanismos de ativação, sendo eles, a mutação pontual onde ocorre a substituição de apenas um aminoácido; a amplificação gênica ocasionando um aumento no número de cópias de proto-oncogenes e potencializando sua função; a translocação cromossômica que origina um gene quimérico ou gene de fusão, gerando uma superexpressão do proto-oncogene ou oncogene e também a instabilidade cromossômica; e a ativação retroviral, devido à capacidade dos retrovírus de poder

utilizar a enzima transcriptase reversa e inserir genes no DNA da célula, levando a versões alteradas dos genes promotores do crescimento celular (BORGES-OSÓRIO e ROBINSON, 2013).

2.6 SUPRESSORES TUMORAIS

Os supressores tumorais, diferentemente dos proto-oncogenes, são genes recessivos responsáveis por inibir o processo de divisão celular e ativar a apoptose, realizando o controle do processo de crescimento e proliferação celular. Mutações ou deleções nesses genes podem comprometer sua função ou alterá-la, levando ao crescimento desregulado da célula e a formação de tumores (BORGES-OSÓRIO e ROBINSON, 2013) (RIVOIRE et al., 2001).

O gene supressor de tumor mais habitual é o gene p53, que codifica a proteína p53, que cumpre uma considerável atribuição no processo de controle do ciclo celular e evita a manifestação do câncer. Além disso, a proteína p53 impossibilita que a divisão ocorra em células que sofreram danos no seu DNA, possibilitando que a mesma se restaure. Porém a consequente perda dessa função pode estar associada a iniciação ou progressão tumoral (ALMEIDA et al., 2007). Mattos et al., 2005 cita o fato de que as mutações na proteína p53 são responsáveis por aproximadamente 50% de todos os cânceres, ou em mais de 50 tipos de tumores. Já Carlo e Croce, 2008 ressalta que a modificação de apenas um gene raramente é suficiente para a formação de um tumor maligno, uma vez que as evidências reiteram a favor de um processo de múltiplas alterações, sendo em proto-oncogenes e supressores tumorais.

3 ALTERAÇÕES EPIGENÉTICAS NO CÂNCER

As alterações epigenéticas são resultantes de processos no qual ocorre a perda do controle do ciclo celular, sendo observadas nos estágios iniciais da tumorigênese devido a anormalidades nos padrões de metilação do DNA. Em células cancerígenas a metilação do DNA pode apresentar aumento da metilação de ilhas CpG ou uma diminuição global do padrão de metilação em algumas regiões do DNA. Outros fatores são as alterações pós-traducionais das histonas, uma depleção de histonas com

marcas repressivas, provocando a perda de heterocromatina nessas regiões; a estrutura da cromatina, influenciando no acesso e no tempo da replicação; os miRNAs, liberados de células malignas, possibilitando uma maneira mais precisa de classificar tumores; e o *imprinting* genômico, sendo sua perda em nível global associada com o aumento da tumorigênese. Além disso, os processos epigenéticos apesar de estarem relacionados à atividade padrão dos organismos podem estar desajustados em células cancerígenas. Dessa forma, é imprescindível entender não só as disparidades genéticas entre as células normais e células neoplásicas, mas também o epigenoma destas (SILVA, et al., 2017).

Oliveira et al (2010) observa que alterações epigenéticas do tipo hipermetilação são muito mais comuns em cânceres do que as do tipo hipometilação. Diante disso, essa constatação pode ser comprovada por meio de vários estudos com tumores sólidos. Muggerud et al (2010), desenvolveu uma pesquisa voltada para o câncer de mama, no qual foram utilizados tumores congelados frescos, e se obteve como resultado metilação aberrante em alguns dos genes observados.

Outros estudos obtiveram os mesmos resultados, metilação aberrante (hipermetilação), e, do mesmo modo, foram utilizadas amostras de tumores sólidos; estudo sobre câncer gástrico (DONG et al., 2010), câncer colorretal (KIM, et al., 2010), câncer de esôfago (TAGHAVI et al., 2010), câncer de ovário (TORNG et al., 2009), câncer de próstata (KRON et al., 2010) e câncer de pele (TENEMURA et al., 2009). Uma pesquisa realizada por Russo et al (2005) sobre câncer de pulmão em pacientes fumantes e não fumantes, além do tumor sólido, foi utilizada amostra de sangue e epitélio brônquico, obtido por meio de escovado, deste modo, pode ser observado hipermetilação, não somente no tecido, como também na amostra de sangue dos pacientes fumantes.

Em estudos envolvendo Leucemias também pode ser observadas alterações epigenéticas. Na pesquisa de Kuang et al (2008) sobre Leucemia Linfóide Aguda, realizada com linhas celulares de leucemia humana de origem linfóide e suspensões celulares de espécimes de aspiração da medula óssea, obtidas antes de qualquer terapia, foram observadas cerca de 400 sequências propícias a aberrações no perfil de metilação do DNA. Outro estudo, porém, esse feito através de revisão bibliográfica, realizado por Plass et al (2007) sobre Leucemia Linfóide Crônica,

identificou cerca de 193 sequências alvo de metilação aberrante do DNA e uma alta frequência de genes silenciados nesse tipo de câncer.

Um estudo sobre os procedimentos de metilação indicou que as células da linhagem linfóide demandam mecanismos de metilação mais herméticos que as células da linhagem mielóide e que para a separação dessas células é preciso o desempenho de complexos enzimáticos, dentre eles a DNMT3⁶. (CHALLEN et al., 2012). No decorrer do processo de estímulo de células B naivas⁷ é preciso que ocorra a supressão da metilação de 235 genes, o que altera o perfil de expressão desses genes, intervindo no sentido de sinalização, dentre elas as vias das MAPKs⁸ e do NFκB⁹, certificando o impulso de células B naivas em centroblastos (SHAKNOVICH et al., 2014).

As DNMT1¹⁰ e DNMT3b¹¹ estão extremamente preferidas em linfócitos B do centro germinativo e periférico. Estudos apontaram que camundongos que apresentam carência desta enzima apresentam impedimentos de formar o centro germinativo. (MIZUNO et al., 2001; SHAKNOVICH et al., 2014). Dessa forma, pode-se afirmar que a metilação do DNA é parte de uma programação epigenética de primordial relevância para o progresso e diferenciação das células de linhagem linfóide, como os linfócitos B, podendo ser observado, por exemplo, em neoplasias como Linfoma Não-Hodgkin, uma metilação aberrante (ESTELLER, 2010).

Um exemplo de gene supressor de tumor é a KLF4¹² a qual desenvolve o papel fundamental de controlar a proliferação e diferenciação celular (GUAN et al., 2010), em que o silenciamento desse gene pelo processo de metilação do DNA foi relacionado com diferentes tipos de linfomas, como os linfomas difusos de grandes células B (DLBCL), linfomas foliculares (FL) e linfomas de Burkitt (BL), sinalizando que a metilação aberrante de genes estabelecidos é um processo eventual, ou seja, cada mecanismo independe de um subtipo de linfoma (GUAN et al. 2010).

CONCLUSÃO

Através do exposto estudo, pode-se concluir que a epigenética é hoje, uma complexa área da genética e apresenta-se como uma forma de terapia eficaz e minimamente agressiva para o câncer. Dessa forma, torna-se de suma importância que se faça a analogia entre os achados epigenéticos e sua implicação na gênese

tumoral. Levando em consideração as informações que constam acima, o presente estudo possibilitou uma pesquisa ponderada no que tange os mecanismos epigenéticos bem como, as modificações de histonas, os padrões de metilação, as proto-oncogenes e os supressores tumorais.

Além disso, apesar da vasta área científica que discute sobre o tema, hoje ainda, muitos desconhecem esse termo e a sua principal relação com o câncer. Dessa forma, uma medida de intervenção pode estar ligada a ampla divulgação de informações para o público leigo, sobre bons hábitos de vida e o ambiente em que se situa, por exemplo, uma vez que esses podem modificar o bom funcionamento dos genes.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Aline Rodrigues. Genética do câncer. **Centro Universitário de Brasília Faculdade de Ciências da Saúde**, Brasília. 2002. Disponível em: < <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2497/2/9864661.pdf> >. Acesso em: 26 fev. 2019
- AMENDOLA, Luis Cláudio Belo; VIEIRA, Roberto. A contribuição dos genes BRCA na predisposição hereditária ao câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 325-330, 2005. Disponível em: < http://www1.inca.gov.br/rbc/n_51/v04/pdf/revisao3.pdf >. Acesso em: 26 fev. 2019.
- ANDREASSI, Jun Xu E Megan. Reversible histone methylation regulates brain gene expression and behavior. **ScienceDirect**, [S.L], v. 59, n. 3, p.383 - 392, mar.2011.
- BISWAS, S.; MALLIKARJUNA RAO, C., Epigenetics in cancer. **Fundamentals and Beyond, Pharmacology and Therapeutics** (2017), doi:10.1016/j.pharmthera.2017.02.011
- BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanyce Miriam. **Genética Humana**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 783 p.
- BOYES, J.; BIRD, A. **DNA methylation inhibits transcription indirectly via a methyl-CpG binding protein**. *Cell*, v.64, p.1123-34, 1991.
- CARLO, M; CROCE, M.D. Oncogenes and Cancer. *The New England Journal of Medicine*. v.358, n.5, p. 502 – 511. 2008.
- COSTA, Everton De Brito Oliveira; PACHECO, Cristiane. Epigenética: regulação da expressão gênica em nível transcricional e suas implicações. **Semina: ciência biológicas e da saúde**, Londrina, v. 34, n. 2, jul./dez. 2013.

CHALLEN, G.A; SUN, D; JEONG, M et al.

Dnmt3a is essential for hematopoietic stem cell differentiation. **Nat Genet.**, v. 44, n. 1, p. 23-31, 2012.

DONG, W. et al. Epigenetic inactivation and tumor suppressor activity of HAI-2/SPINT2 in gastric cancer. **International Journal of Cancer**, v. 127, p. 1526–1534, jan.

2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ijc.25161>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

ESTELLER, M. Cancer Epigenomics: Dna Methylomes and Histone-Modification Maps. **Nature reviews: genetics**, London, v. 8, n. 4, p. 286-298, 2007.

FANTAPPIE, Marcelo. Epigenética e memória celular. **Carbono**, Rio de Janeiro, n. 3, jun./set. 2013.

FRASSON, J. S. Mecanismos epigenéticos na carcinogênese mamária - o papel das sirtuínas. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 145, p. 19-28, jan. 2015.

FILHO, M. G. P. et al., A Relação entre os Eventos Epigenéticos e o Surgimento do Câncer: subtítulo do artigo. **Conbracis**: subtítulo da revista, Paraná. p. 1-11, mai./2018. Disponível em:

http://www.colegiogregormendel.com.br/gm_colegio/pdf/2012/textos/3ano/biologia/8.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

GEIMAN, T. M.; MUEGGE, K. DNA Methylation in early development. **Molecular Reproduction and Development**, Hoboken, v. 77, p. 105-113, 2010.

GILBERT, S. F. Ageing and cancer as diseases of epigenesis. **Journal of Biosciences**, Karnataka, v. 34, n. 4, p. 601-604, 2009.

GUAN, H.; XIE, L.; LEITHÄUSER, F.; et al. KLF4 is a tumor suppressor in B-cell non-Hodgkin lymphoma and in classic Hodgkin lymphoma. **Blood**, v. 116, n. 9, p. 1469– 78, 2010.

INCA. (2016). Índices neoplásicos diagnosticados no país. Brasil: **INCA, Instituto Nacional do Câncer**. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>> Acesso em: 20 jan. 2019.

INSTITUTO ONCOGUIA. (2017). **O que é câncer**. Disponível em <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/cancer/12/1/>> Acesso em: 20 jan. 2019.

JINTARIDTH, P.; MUTIRANGURA, A. Distinctive patterns of age-dependent hypomethylation in interspersed repetitive sequences. **Physiological Genomics**, Bethesda, v. 41, p. 194-200, 2010.

JONES, P. C.; VEENSTRA, G. J.; WADE, P. J.; VERMAAK, D.; KASS, S. U.; LANDSBERGER, N.; STROUBOULIS, J.; WOLFFE, A. P. Methylated DNA and MeCP2 recruit histone deacetylases to repress transcription. **Nature Genetics**, New York, v. 19, p. 187- 191, 1998.

KIM, J. C. et al. Promoter Methylation of Specific Genes is Associated with the Phenotype and Progression of Colorectal Adenocarcinomas. **Annals of Surgical Oncology**, v. 17, n. 7, p. 1767-1776, jul. 2010. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1245%2Fs10434-009-0901-y>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

KRON, K. J. et al. DNA methylation of HOXD3 as a marker of prostate cancer progression. **Laboratory Investigation**, v. 90, p. 1060-1067, jan. 2010. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/labinvest201057.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

KUANG, S. et al. Genome-wide identification of aberrantly methylated promoter associated CpG islands in acute lymphocytic leukemia. **Macmillan Publishers**, v. 22, p. 1529–1538, abr. 2008. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/leu2008130.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MATTOS, L et al. Tecnologia aplicada na detecção de marcadores tumorais. **Arquivo Médico ABC**. v.30, n.1, p. 19 – 25. 2005.

MIZUNO, S.-I. TAKAHITO CHIJIWA. TAKASHI OKAMURA. et al. Expression of DNA methyltransferases DNMT1, 3A, and 3B in normal hematopoiesis and in acute and chronic myelogenous leukemia. **Blood**, v. 97, n. 5, p. 1172–1179, 2001.

MONTANHER, A. P.; BODA, M.; NETO, L. M. R. Epigenética – Alterações induzidas por agentes químicos. **Simpósio de Assistência Farmacêutica**, São Camilo - SP, mai./fev. 2019. Disponível em: <<http://www.saocamilosp.br/novo/eventos-noticias/edicao-evento-assistencia.php>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

MULLER, Henrique Reichmann; PRADO, Karin Braun. Epigenética: um novo campo da genética. **Rubs**, Curitiba, paraná, v. 1, n. 3, p. 61-69, set./dez. 2008.

MUGGERUD, A. A. et al. Frequent aberrant DNA methylation of ABCB1, FOXC1, PPP2R2B and PTEN in ductal carcinoma in situ and early invasive breast cancer. **Breast Cancer Research**, v. 12, jan. 2010. Disponível em: <<https://breast-cancer-research.biomedcentral.com/articles/10.1186/bcr2466>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

OLIVEIRA, J. C. Epigenética e doenças humanas. **Semina: ciências biológicas e da saúde**, Londrina, v. 33, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2012, DOI: 10.5433/1679-0367.2012v33n1p21.

OLIVEIRA, N. F. P. D. et al. Metilação de DNA e Câncer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 56, n. 4, p. 493-499, jan. 2010. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/rbc/n_56/v04/pdf/11_revisao_metilacao_dna_cancer.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OMS. (2018). Índices de novos casos de câncer para os anos de 2018 e 2019. Brasil: **OMS: Organização Mundial da Saúde**. Disponível

em < <https://nacoesunidas.org/casos-de-cancer-devem-aumentar-70-ate-2038-calcula-oms/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ORNELLAS, F. et al. Os obesos são metabolizados e obesos em seus filhos na idade adulta: revisão de estudos experimentais e humanos. **Jornal de pediatria**, Porto Alegre, v. 93, n. 6, nov./dez. 2017.

PLASS, C. et al. Molecular profiling of chronic lymphocytic leukaemia: genetics meets epigenetics to identify predisposing genes. **British Journal of Haematology**, v. 139, p. 744-752, out. 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1365-2141.2007.06875.x>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

RIVOIRE, WA et al. Biologia molecular do câncer cervical. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 4, p. 447-451, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292006000400012>. Acesso em: 27 fev. 2019

RIVOIRE, Waldemar; et al. **Bases Biomoleculares da Oncogênese** cervical. *Revista Brasileira de Cancerologia*. v.47 n.2 p.179 – 184. 2001.

RODRÍGUEZ-PAREDES, M.; ESTELLER, M. Cancer epigenetics reaches mainstream oncology. **Nature Medicine**, New York, v. 17, n. 3, p. 330-339, 2011.

SILVA, G.C.L; SANTOS, A.S; SILVA, S.B. **Bases Epigenéticas do Câncer**: um novo olhar sobre a progressão tumoral. Disponível em:<https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA12_ID453_09032017115852.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SHAKNOVICH, R.; CERCHIETTI, L.; TSIKITAS, L.; et al. germinal center B-cell differentiation DNA methyltransferase 1 and DNA methylation patterning contribute to germinal center B-cell differentiation. **Blood**, v. 118, n. 23, p. 3559–3569, 2014.

SOTT, G.M.; FRIZZO, M.N. A relação da epigenética na gênese tumoral. **Revista da Saúde do Instituto Cenecista**, Santo Ângelo, v. 1, n. 5, p. 75-92, out. 2014.

SUZUKI, M. M.; BIRD, A. DNA methylation landscapes: provocative insights from epigenomics. **Nature Reviews Genetics**, Londres, v. 9, n. 6, p. 465-476, 2008.

TAGHAVI, N. et al. P16 INK4a hypermethylation and p53, p16 and MDM2 protein expression in Esophageal Squamous Cell Carcinoma. **BioMed Central Ltd**, v. 10, n. 138, fev. 2010. Disponível em: <<https://bmccancer.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2407-10-138>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

TANEMURA, A. et al. CpG island methylator phenotype predicts progression of malignant melanoma. **Clinical Cancer Research**, v. 15, n. 5, p. 1801-1087, abr. 2009. Disponível em: <<http://clincancerres.aacrjournals.org/content/15/5/1801.full-text.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

TORNG, P. et al. Promoter methylation of IGFBP-3 and p53 expression in ovarian endometrioid carcinoma. **BioMed Central Ltd**, v. 8, n. 120, dez. 2009. Disponível em: <<https://molecular-cancer.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1476-4598-8-120>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

WALDMANN, T.; SCHNEIDER, R. Targeting histone modifications — epigenetics in cancer. **Current Opinion in Cell Biology, Germany**, v. 25, p. 184-189, 2013.

WARD, Laura Sterian. Entendendo o Processo Biomolecular da Tumorigênese. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia & Metabologia**. v.46 n.4 p. 351 – 360. 2002.

ANÁLISE DE MATERIAIS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENSORES PIEZORESISTIVOS E AS MODELAGENS ENVOLVIDAS

Cristiane Sonogo Rolim¹
Luiz Antônio Rasia²

RESUMO

A necessidade de buscar materiais alternativos para confeccionar sensores é cada dia mais evidente, visto a evolução que a indústria vem apresentando. Nesse contexto, este trabalho apresenta um estudo acerca de materiais e substratos utilizados para a confecção de elementos sensores piezoresistivos, bem como as modelagens matemáticas envolvidas, com a finalidade de estabelecer condições de escolha para materiais com melhor resposta para a modelagem e fabricação desses elementos com baixo custo. Com isso, dentre os materiais empregados na confecção desses sensores, o silício apresenta-se como o mais utilizado atualmente na indústria, mas sua substituição pelo do grafite como elemento sensor piezoresistivo, depositado em substrato polimérico flexível (papel) se configura como uma alternativa viável, diminuindo seu custo, e apresentando resultados satisfatórios, apresentados nas especificações analisadas em diversas bibliografias. A equação matemática proposta por Gniazdowski et al (2000) é a mais adequada quando se trata da determinação da resistência para elementos sensores a base de grafite.

Palavras-chave: Sensores – Piezoresistividade - Equação Matemática.

INTRODUÇÃO

Fomentado pela evolução tecnológica incessante, é apresentado pela indústria eletrônica equipamentos e dispositivos cada vez mais eruditos e precisos, isso na maioria das vezes se deve a utilização de sensores, sejam piezoelétricos, piezoresistivos, fotoelétricos, entre outros, os quais são elementos essenciais em uma automação, são eles encarregados de traduzir a situação de um ambiente, a qual ele está inserido, em linguagem elétrica.

¹ Aluna do Curso de Mestrado em Modelagem Matemática da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. crisonogo@hotmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Ciências Exatas e Engenharia – DCEEng. Orientador. rasia@unijui.edu.br

Os microssensores são utilizados na área biomédica (pressão arterial, pulsação intracraniana, intrauterino abdominal, pressão urinária, entre outros), controle de processos, em aplicações automotivas, ou qualquer outra área que necessite de uma alta sensibilidade. Para reduzir custo, se utilizam sensores microeletromecânicos, os chamados MEMS (Micro Electro-Mechanical System), que em combinação com sensores piezoresistivos se tornam uma ótima opção para as diferentes aplicações (DUNN, 1993).

O alto custo e complexo processo de fabricação, em processos convencionais, têm limitado as aplicações e a comercialização para dispositivos flexíveis, por isso, é desejável encontrar um material para o substrato que seja de baixo custo, como forma de desenvolver um novo processo para fabricar fácil e economicamente dispositivos sensores flexíveis (REN *et al.*, 2012).

Com isso, objetiva-se neste trabalho, investigar na literatura diferentes materiais e procedimentos utilizados para a fabricação de elementos sensores piezoresistivos, em especial o Grafite, identificando e conhecendo modelos matemáticos utilizados para analisar esses sensores, e apresentar resultados das especificações analisadas nesse contexto, tendo a finalidade de estabelecer as condições para escolha de materiais com melhor resposta para a modelagem e fabricação desses elementos, com baixo custo.

Será apresentado uma breve explicação dos sensores piezoresistivos, as características dos materiais utilizados para a sua fabricação, a modelagem matemática dos sensores e a sua estruturação.

1 SENSORES PIEZORESISTIVOS

Um sensor é um dispositivo capaz de detectar ações ou estímulos externos e responder, em consequência, sinalizando uma condição física que se altera ao longo do tempo. Os sensores são dispositivos que permitem obter informação do meio e, na forma de atuadores, interagir com ele. Assim como o ser humano, ao realizar determinada tarefa ou atividade recorre ao seu sistema sensorial, as máquinas recorrem aos sensores, permitindo a interação com o meio em que estão.

Existem atualmente disponíveis no mercado inúmeros sensores de diversos tamanhos e aplicações. Eles são responsáveis por monitorar atividades físicas, químicas e biológicas e enviar sinais aos controladores para serem processados e, muitas vezes, alimentar um circuito automatizado.

Sensores tátil MENS oferecem várias vantagens sobre sensores convencionais, incluindo tamanho compacto, alta sensibilidade e multi finalidade (BENES *et al.*, 1995). Os sensores piezoresistivos são utilizados para medição de pressão – ar, água, óleo, entre outros – e acelerômetros – vibração, inclinação, movimento, entre outros.

Para efeito de sensoriamento é necessário que o material emissor de resistência elétrica seja caracterizado como linear, ou próximo disso, isto é, que a emissão da grandeza elétrica seja diretamente proporcional aos estímulos físicos detectados por esse material. Caso seja extremamente divergente, o sensoriamento não realizará uma leitura correta da atividade física analisada, com isso, inutiliza o propósito do sensor.

Em materiais condutores e semicondutores, mudanças no espaçamento inter atômico resultante da deformação afetam as band gaps, tornando mais fácil (ou mais difícil, dependendo do material e da deformação) os elétrons serem elevados na banda de condução. Isso resulta em uma mudança na resistividade do material. Dentro de uma certa faixa de tensão mecânica, essa relação é linear, de modo que o coeficiente piezoresistivo é constante (THOMMPSON; SCOTT, 2009).

Normalmente, a mudança de resistência nos metais é devida, principalmente, à mudança de geometria resultante do estresse mecânico aplicado. No entanto, embora o efeito piezoresistivo seja pequeno nesses casos, muitas vezes não é insignificante (KNUTTI *et al.*, 1998).

Alguns metais exibem uma piezoresistividade muito maior do que a mudança de resistência devido à geometria. Nas ligas de platina, por exemplo, a piezoresistividade é mais do que um fator de dois maiores, combinando com os efeitos de geometria para dar uma sensibilidade de strain gage de até três vezes mais do que devido apenas aos efeitos de geometria (BARLIAN *et al.*, 2009).

O fenômeno da piezoresistividade consiste na alteração da resistência de um material quando sobre ele é aplicada uma determinada tensão mecânica (GNIAZDOWSKI, 2000). O efeito piezoresistivo foi descoberto por Lord Kelvin, em 1856 quando percebeu que um sensor elétrico pode mudar sua resistência elétrica sempre que experimenta uma tensão e/ou deformação externa (MIDDELHOEK *et al.*, 1998).

O efeito piezoresistivo vem sendo estudado de longa data em materiais semicondutores, dentre os quais o silício é o mais estabelecido pela literatura, embora outros materiais venham sendo investigados, dos quais destacamos o grafite em substituição ao silício, por ser um material de baixo custo e abundante na natureza, além de possuir propriedades importantes como boa condutividade elétrica, estrutura significativamente estável, aceitável resistência a corrosão e alta condutividade térmica e ser resistente a grandes variações da temperatura (PRETSCHUH *et al.*, 2014).

1.1 CARACTERÍSTICA DOS MATERIAIS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE SENSORES

Existe uma série de materiais utilizados em sensores piezoresistivos, mas de modo geral pode-se considerar que estes materiais apresentam uma dependência ao efeito geométrico ou ao efeito físico, ou seja, em alguns materiais como, por exemplo, os semicondutores, o dimensionamento do piezoresistor não provoca grandes influências na piezoresistividade, ao passo que, em filmes finos metálicos, esta influência prevalece.

Os semicondutores são do grupo de materiais elétricos que apresentam a condutividade elétrica intermediária entre metais e isolantes. A magnitude desta propriedade pode ser variada em quantidades controladas através da mudança do nível de concentração de impurezas, temperatura e excitação óptica, durante os processos de fabricação (GEREMIA, 2015).

Os filmes finos desempenham uma função essencial nos dispositivos e circuitos integrados, eles são usados nas conexões das regiões ativas de um dispositivo, na comunicação entre dispositivos, no acesso externo aos circuitos, para isolar camadas condutoras, como elementos estruturais dos dispositivos,

para proteger as superfícies do ambiente externo, como fonte de dopante e como barreira para a dopagem. Os filmes finos podem ser caracterizados como condutores, semicondutores ou isolantes, normalmente, são crescidos termicamente ou depositados a partir da fase vapor (GEREMIA, 2015).

Um polímero é uma substância macromolecular constituída por unidades estruturais repetitivas, unidas entre si por ligações covalentes (DUNN, 1993). Os polímeros com as suas vantajosas propriedades, tais como: baixa densidade, boas propriedades mecânicas, resistência à corrosão, podem ser associados a outros constituintes, formando compósitos poliméricos (CARVALHO, 2014).

1.1.1 Silício

É um sólido duro, com sua estrutura cristalina parecida com a do diamante. Possui cor cinza e um brilho metálico. Ele é muito abundante na natureza, porém nunca é encontrado na forma isolada, está sempre combinado com algum outro elemento.

Num cristal de Silício os átomos se ligam mantendo as orientações relativas ao longo do espaço. O silício pode ter estrutura policristalina ou monocristalina, sendo utilizado na fabricação de elementos sensores, como os que se baseiam no efeito piezoresistivo (RASIA, 2009).

A piezoresistividade é uma propriedade do material em que a resistividade em massa é influenciada pelas tensões mecânicas aplicadas ao material. O silício monocristalino possui alta piezoresistividade e excelentes propriedades mecânicas. Estas características tornam o silício particularmente adequado para a conversão de deformação mecânica no sinal elétrico. Portanto, o silício é amplamente utilizado como material básico para sensores piezoresistivos para sinais mecânicos, como pressão, fluxo, força e aceleração (GNIAZDOWSKI, 2000).

O setor aeroespacial tem sido um dos que impulsiona essas pesquisas dado que, como mencionado anteriormente, as aplicações espaciais típicas expõem os sensores a condições ambientais adversas como alta radiação, temperaturas extremas, pressões baixas ou elevadas, choques, vibrações e atmosferas corrosivas (FRAGA *et al.*, 2014).

O encapsulamento de sensores MEMS baseados em silício, quando aplicado em temperaturas elevadas, é realizado de forma que o fluido transmita a pressão aos elementos sensores que estão afastados do ponto de medição. Contudo, essa tecnologia, aumenta significativamente o tamanho, o peso e os custos dos dispositivos (FRAGA *et al.*, 2014).

O SiC - Carbeto de Silício tem sido posicionado como um dos materiais mais promissores devido à sua estabilidade química e térmica, boas propriedades mecânicas (elevada rigidez e dureza), resistência a radiação. Sensores de pressão e acelerômetros MEMS baseados em SiC têm sido testados com sucesso em temperaturas de até 600°C (FRAGA *et al.*, 2014).

Embora os sensores MEMS baseados em SiC apresentem desempenho satisfatório quando submetidos a temperaturas elevadas, altas pressões e ambientes corrosivos, há alguns desafios tecnológicos a serem superados, especialmente os relacionados à síntese do SiC e à reprodutibilidade dos sensores (FRAGA *et al.*, 2014).

No trabalho de Ren (*et al.*, 2012), foi desenvolvido um sensor tátil MEMS, não baseado em silício, com camadas de Cr, Al, Au, óxido de estanho índio (ITO) e Au. O sensor demonstrou capacidade de perceber pequenas forças em μN com boa sensibilidade.

Afirma Fraga (*et al.*, 2014) que da mesma forma como a tecnologia de circuitos integrados, a tecnologia de fabricação de sensores e MEMS também está baseada no silício, que é o material semicondutor mais estudado e utilizado atualmente na indústria. Sabe-se que o silício é sensível a ambientes extremos como, por exemplo, radiação intensa, atmosferas corrosivas e temperaturas maiores que 175°C. Desse modo, surge a necessidade de pesquisa em materiais alternativos, foco principal deste trabalho, para o desenvolvimento de elementos sensores piezoresistivos que podem ser aplicados em outros ambientes que não necessariamente um ambiente severo.

1.1.2 Carbono

O carbono destaca-se dentre os elementos químicos por formar um grande número de compostos, mais do que todos os demais elementos

combinados. É um pilar básico da química orgânica, além de ser o quarto elemento mais abundante em massa no universo. Apesar de o carbono ser capaz de formar esta grande variedade de compostos, a maioria desses são pouco reativos sob condições normais de temperatura e pressão (DUTRA, 2010).

O Carbono é um elemento com diferentes formas cristalinas quando submetido a diferentes condições de pressão e temperatura. Esse fenômeno é conhecido como Alotropia. Quando os átomos do Carbono organizam-se de diferentes maneiras, formam novos materiais, tais como o grafite (sólido macio e cinza, bom condutor de calor e eletricidade), diamante (isolante elétrico e térmico, transparente e duro) e fulerenos (possui forma tridimensional, explorado nas áreas da bioquímica e medicina na composição de medicamentos), diferenciados entre si pela forma de união e organização dos átomos (DUTRA, 2010).

A camada de valência é o nível de energia mais externo do átomo, onde podem conter, no máximo, 8 elétrons. Assim, a valência é a capacidade do átomo entrar em combinação química com outros elementos. É determinado a partir do número de elétrons dos níveis s e p (externos).

Em um sólido covalente, a estrutura cristalina é definida a partir da direção da ligação covalente. Cada átomo forma ligações covalentes com outros quatro átomos, formando na parte central, um tetraedro regular. Desta forma, se cada átomo disponibilizar um elétron, quatro ligações covalentes podem ser formadas. Entretanto, na estruturação destas ligações covalentes, não existem elétrons que fiquem livres para realizar a condução, com isso, pode-se concluir que os sólidos covalentes são isolantes ou possuem baixa condutividade, além de serem muito duros e difíceis de deformar.

1.1.3 Grafite

O grafite é um bom condutor de corrente elétrica, no entanto não possibilita a condução térmica. De acordo com a literatura, seu ponto de fusão é

de aproximadamente 3550°C e de ebulição 4200°C, e a densidade gira em torno de 2,26 g/cm³, muito semelhante a densidade do silício.

A condutividade e outras características físicas do grafite se devem ao arranjo dos átomos no material, formando estruturas em forma de folhas, atraídas por ligações fracas. Nas “folhas”, os átomos estão organizados em forma de hexágonos, semelhante à dos favos numa colmeia, onde cada átomo de carbono ocupa um vértice.

O carbono é um dos elementos químicos mais importantes que compõem todos os tipos de matérias encontradas na natureza é também um dos mais abundantes e encontrado facilmente, motivando a atenção dos pesquisadores para sua aplicação em substituição ao uso do silício na produção de dispositivos eletrônicos.

O grafite natural cristalino é uma das formas cristalinas do carbono que ocorre naturalmente. Os átomos de carbono no grafite estão organizados em anéis ordenados no sistema hexagonal. O conjunto desses anéis ordenados formam lâminas conhecidas como Grafeno, que, por sua vez, estão empilhadas no sentido paralelo ao eixo cristalográfico mostrado na Ilustração 1.

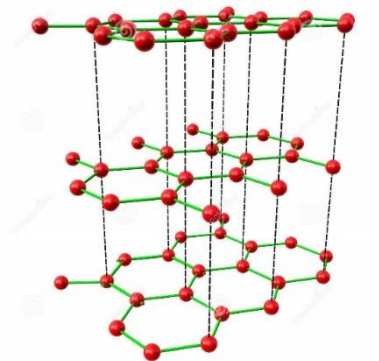


Ilustração 1: Estrutura de Rede do Grafite.

As ligações entre os carbonos do grafite são do tipo sp^2 do carbono, com ligações π em diferentes planos, que proporciona ao grafite a característica de material condutor (CAUSIN, 2006).

1.1.4 Filmes Finos Semicondutores tipo DLC – Diamond Like Carbonafite

O DLC, mais conhecido como carbono semelhante ao diamante, é um material de alta dureza que está se buscando cada vez mais para a fabricação de piezoresistores e dispositivos sensores para aplicações em ambientes severos. No processo de deposição dos filmes, a presença de hidrogênio é importante porque permite ajustar as propriedades ópticas, mecânicas e elétricas do material. A adição de hidrogênio remove alguns defeitos e estabiliza a estrutura da rede do filme amorfo. Sendo assim, a quantidade de hidrogênio influencia na alta resistividade elétrica e também na estabilidade térmica do material (UZUMAKI, 2006).

Os filmes de DLC são muito empregados em diferentes aplicações industriais uma vez que apresentam um baixo coeficiente de atrito, pouca rugosidade, elevada transparência óptica e boa resistividade elétrica. Suas propriedades eletrônicas são muito semelhantes às do diamante (ROBERTSON, 2002).

2 SUBSTRATOS FLEXÍVEIS PARA DISPOSITIVOS PIEZORESISTIVOS

Atualmente, diferentes pesquisas e experimentos são realizados para a fabricação de elementos sensores. Ao tratar-se desta fabricação, é fundamental a definição de um substrato que atenda às necessidades da aplicabilidade deste dispositivo.

Em HONG (2010), foi desenvolver um sensor flexível inteligente adaptado às estruturas têxteis de Nylon, capaz de medir suas deformações de deformação. Esses sensores são “inteligentes” devido à sua capacidade de adaptação às propriedades mecânicas específicas de estruturas têxteis que são leves, altamente flexíveis, elásticos, elásticos, etc. A principal vantagem de o substrato ser flexível é poder ser aplicado em superfícies não planas. Os trabalhos de Liu (*et al.*, 2011), Ren (*et al.*, 2012) e HAMMES (2016) apresentam a fabricação de amostras de sensores, com a deposição do filme de grafite em um polímero, folha de papel. (HAMMES, 2016) também apresenta estudos em relação ao poliéster.

A fim de desenvolver um sistema flexível, de baixo custo, uma opção utilizada é o substrato de papel (isolante), uma vez que a estrutura deste material permite a aplicação de forças, provocando uma tensão mecânica e/ou à compressão do dispositivo. Em (LIU *et al.*, 2011) apresenta o desenvolvimento de sensores de força MEMS construídos usando papel como material estrutural. O princípio de funcionamento no qual esses sensores são baseados é o efeito piezoresistivo gerado por materiais condutores padronizados em um substrato de papel. Na Tabela 1, é apresentado especificações analisadas em trabalhos de três autores.

Tabela 1

Comparação das especificações de sensores MEMS.

Especificações	Pesquisa de Liu (et al., 2011)	Pesquisa de Ren (et al., 2012)	Pesquisa de Hammes (2016)
Substrato	Cromatografia 3MM Whatman Papel (340 milímetros de espessura)	Papel A4 (88 µm de espessura)	Papel A4 (88 µm de espessura)
Corte de substrato	Equipamentos a laser	Corte com tesoura	Corte com tesoura
Dimensões	44,5mm×7,7mm x0,34mm	45mm×8mm x0,088mm	5mm×1mm x0,088mm
Rigidez mecânica	2mN · mm ⁻¹	0,5 mN · mm ⁻¹	1,639E-10 dyn.cm
Frequência natural	~25 Hz	~15 Hz	-
Força de alcance	16 mN	50 mN	998,228 dyn 9,98228 mN
Força resultante	120 µN	500 µN	-
Sensibilidade eletromecânica	0,84 mV/Mn	0.9 mV/Mn	-
Sensibilidade mecânica	-	-	GFI = 10,17 GFt = -7,79
Filme	Tinta de grafite	Lápis de grafite	Lápis de grafite
Método de disposição do material	Impressão do resistor em folha Estêncil (folha de papel fina especial)	Desenho do sensor usando lápis	Desenho do sensor usando grafite

Material de contato elétrico	Tinta de prata	Folha de cobre	Fio de cobre
Duração do processo de fabricação	1 hora em laboratório	30 minutos em qualquer lugar	30 minutos em laboratório
Custo do dispositivo	\$0,04 por dispositivo	\$0,01 por dispositivo	\$0,05 por dispositivo (0,20 centavos)

Fonte: Liu *et al.*, 2011; Ren *et al.*, 2012; HAMMES, 2016.

3 MODELAGEM MATEMÁTICA DE UM SENSOR

A modelagem matemática viabiliza explicações e interpretações sobre o comportamento, por meio de inspeção e comparação de dados experimentais com os dados empíricos, concedendo informações para conjectura de situações passadas ou futuras. Nesse sentido, a modelagem matemática é uma ferramenta de pesquisa que estabelece uma conexão das formulações matemáticas com os problemas reais.

E se tratando das concepções de Modelagem Matemática, BURAK (2004) entende como um “conjunto de procedimentos cujo objetivo é construir um paralelo para tentar explicar, matematicamente, os fenômenos presentes no cotidiano do ser humano, ajudando-o a fazer previsões e a tomar decisões”.

Existem vários modelos matemáticos que contemplam essa área, mas um dos mais utilizados na bibliografia é o modelo de Gniazdowski *et al* (2000) utilizado para obtenção da resistência elétrica R (mostrada na Fig. 4), sob tensão mecânica T .

$$R = R_{ref} + \rho_o \pi_l \int_{xd}^{xu} T_l(x) + \rho_o \pi_t \int_{xd}^{xu} T_t(x) dx \quad ((1))$$

Tabela 2

Definição das variáveis do modelo matemático (1).

Sigla	Definição	Unidade de medida
R	Resistência elétrica após a aplicação das tensões mecânicas	Ω
R_{ref}	Resistência elétrica inicial de referência	Ω

ρ_0	Resistividade do material depositado	Ω/m
π_l	Coefficiente piezoresistivo longitudinal	m^2/N
π_t	Coefficiente piezoresistivo transversal	m^2/N
x_d x_u	Posições inicial e final ocupada pelo piezoresistor	metros
T_l	Tensão mecânica longitudinal	N/m^2
T_t	Tensão mecânica transversal	N/m^2

Fonte: (GNAZDOWSKI, 2000).

Onde o R representa a medida do valor do piezoresistor sem aplicação de esforços mecânicos, $\pi_l \pi_t$ são os coeficientes piezoresistivos longitudinais e transversais respectivamente, $T_l(x)$ e $T_t(x)$ são as tensões aplicadas ao longo do piezoresistor e x é a posição ocupada pela piezoresistência na estrutura de teste, R é a resistência inicial do material e ρ_0 é a resistividade do material depositado (podendo ser expresso por $p_0 = R_0/L$).

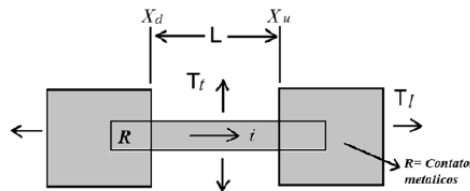


Ilustração 2: Modelo físico de um piezoresistor.
Fonte: GNAZDOWSKI, 2000.

No momento que dois piezoresistores diferentes estão posicionados sobre uma estrutura teste é considerado a existência de um sistema com duas equações lineares (2) e (3) com coeficientes piezoresistivos desconhecidos,

$$a_L = \int_{x_d}^{x_u} T_L(x) dx \quad (2)$$

$$a_T = \int_{x_d}^{x_u} T_T(x) dx \quad ((3)$$

Em seguida $\Delta R = R - R_0$ e $d = \Delta R/\rho_0$, assim:

$$d = a_L \pi_L + a_T \pi_T \quad (4)$$

A tensão transversal (T) se determinada através da Equação:

$$T_t = T_l v \quad (5)$$

Onde v é o coeficiente Poisson que está diretamente relacionado às tensões transversais e longitudinais. Quando consideradas duas resistências diferentes, se obtém um sistema de duas equações lineares com dois coeficientes piezoresistivos desconhecidos:

$$\begin{bmatrix} d_1 \\ d_2 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} a_{1L} & a_{1T} \\ a_{2L} & a_{2T} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \pi_L \\ \pi_T \end{bmatrix} \quad (6)$$

A forma do sistema em notação matricial genérica:

$$d = A\pi \quad (7)$$

Quando se fala em esforço mecânico está se fazendo uma generalização de qualquer forma física capaz de criar tensões mecânicas sobre o sensor como por exemplo a pressão da água, pressão do óleo, pressão do gás, aplicações de pesos, entre outros.

Mediante a modelagem matemática da equação do elemento piezoresistor verifica-se que a hipótese é que a variação da resistência seja diretamente proporcional ao esforço mecânico adicionado no sensor, ou seja, quanto maior é a tensão mecânica aplicada sobre o sensor, maior será a resposta em resistência obtida através dele.

CONCLUSÃO

Dentre os principais materiais empregados na fabricação de elementos sensores, o silício é semicondutor mais estudado e utilizado atualmente na indústria, mas apresenta um alto custo. Assim, a utilização do grafite se configura como uma alternativa notável na substituição desse material, sendo empregado em substrato polímero, folha de papel, tendo um desempenho satisfatório, de baixo custo facilmente encontrados no mercado e, ainda, possui suas especificidades físicas que os determinam para a fabricação de elementos

sensores piezoresistivos.

A equação matemática proposta por Gniazdowski et al.(2000) é a mais adequada quando se trata da determinação da resistência para elementos sensores a base de grafite. Logo, em uma época onde a tecnologia está amplamente voltada a precisão e agilidade, o mineral grafite torna-se uma ótima proposta para o desenvolvimento de sensores robustos e precisos.

REFERÊNCIAS

BARLIAN A. et al. **Review:** semiconductor piezoresistance for microsystems. Proceedings Of The Ieee, [s.l.], v. 97, n. 3, p.513-552, mar. 2009. Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE).

BENES, E.; GROSCHL, M.; BURGER, W. and SCHIMID, M. **Sensors Based on Piezoelectric Resonators.** Sensors and Actuadores A 48, pp. 1-21, 1995.

BURAK, D. **Modelagem Matemática:** ações e interações no processo de ensino aprendizagem. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1992.

CARVALHO, M. F. R. **Desenvolvimento de Matrizes de Sensores Piezoresistivos para Aplicações Avançadas.** Minho. PT: Universidade do Minho, 2014.

DUNN, A. S. **Polymer Chemistry:** an introduction. By G. Challa. Ellis Horwood, London 1993. p. 192, price hardback £17.50; paperback £14.95, ISBN 0-13-682519-2: p. 235-235.

DUTRA, F. A. **Modelagem Ab Initio da Cisteína Adsorvida em Grafeno.** Santa Maria - RS, 2010. Dissertação (Mestrado em Nanociências) -Centro Universitário Franciscano, Santa Maria - RS, 2010.

FRAGA, M. A.; PESSOA, R. S.; MASSI, M. and MACIEL, H.S. **Carbeto de Silício como Material Base para Sensores MEMS de Uso Aeroespacial: Uma Visão Geral.** Revista Matéria, ISSN 1517-7076, 2014.

GEREMIA, M. **Estudo e Desenvolvimento de Modelos Matemáticos Aplicados a Tecnologia de Dispositivos Sensores.** Dissertação de Mestrado, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

GNIAZDOWSKI, Z. et al. **Conditioning of Piezoresistance Coefficient Extraction.** 7ª International Conference MIXDES. Polônia. 2000.

GNAZDOWSKI, Z.; LATECKI, B., KOWALSKI, P. **New Approach to Exact Extraction of Piezoresistance Coefficient.** EUROSENSORS XIV. The 14th European Conference on Solid-State Transducers. 2000.

HAMMES, G. **Modelagem Matemática e Fabricação de Estruturas Piezoresistivas Usando Grafite.** Dissertação de Mestrado, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí, Ijuí, 2016.

HONG, S. K., KIM J. E.; KIM S. O.; CHOI, S. Y. and CHO B. J. **Flexible Resistive Switching Memory Device Based on Graphene Oxide.** IEEE Electron Device Letters. Volume: 31 , Issue: 9 , Sept. 2010

KNUTTI, R. et al. **Projeções Probabilísticas de Mudanças Climáticas para Perfis de Estabilização de CO₂.** Cartas Geofísicas de Pesquisa, v. 32, n. 20, 1998.

LIU, X.Y.; MWANGI M.; LI X. J.; O'BRIEN, M. and WHITESIDES G. M. **Paper-Based Piezoresistive Sensors.** Lab Chip 2011.

MIDDELHOEK, S. et al. **Silicon Sensors.** The Netherlands. 2000. Polypropylene /conductive graphite nanocomposites," European Polymer Journal, 42, n. 12, 2006. 3153-316.

PRETSCHUH, C. et al. **Characterization of Conductive Nanographite Melamine Composites.** Open Journal of Composite Materials, 4, 2014.

RASIA, L. A. **Estudo e Aplicação das Propriedades Elétricas, Térmicas e Mecânicas de Materiais Amorfos Piezoresistivos em Transdutores de Pressão.** L.A. Rasia. Ed. Ver. – São Paulo, 2009.

REN, T.L.; TIAN, H.; XIE D. and YANG Y. **Flexible Graphite-on-Paper Piezoresistive Sensors.** JournalSensors. 2012.

ROBERTSON, J. **Diamond-like Amorphous Carbon.** 2002. Materials Science and Engineering, Reports: A Review Journal, volume 37, 120 – 282, 2002.

THOMPSON, J. L.; SCOTT, J. M. **Environmental Entrepreneurship: the sustainability challenge.** Institute of small business and entrepreneurship conference (ISBE), London, November 2010.

UZUMAKI, E. T. **Desenvolvimento de Filmes de Carbono Tipo Diamante (DLC) Obtidos pelo Processo de Imersão em Plasma para Implantes Osteoarticulares.** 2006. 199 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

A PERPETUAÇÃO DE MODELOS FAMILIARES NUMA PERSPECTIVA DO HABITUS DE BOURDIEU

Lara Narjana Johann¹

RESUMO

O presente projeto tratará do pertencimento ao meio ambiente, e a conseqüente implementação de uma cultura de preservação, a partir de uma investigação doutrinária. A problemática diz respeito em verificar em que medida os poderes simbólicos contribuem para a perpetuação de modelos familiares principalmente aqueles que põe em vulnerabilidade a criança e o adolescente. O objetivo geral da pesquisa é estudar a teoria do *habitus* do autor citado, como poder simbólico de perpetuação dos modelos familiares. A temática em questão está ligada ao fato de que a criança e o adolescente são indivíduos vulneráveis diante da idade em que se encontram, e, ainda, muitos se sujeitam às condições sociais periféricas, condicionados pela dominação de poderes simbólicos diversos, que os põe à margem da sociedade e impedem a sua evolução. Tais poderes simbólicos são encontrados na própria estrutura familiar, por meio de modelos transmitidos a cada geração. A investigação é de caráter teórico, de natureza qualitativa, com fins explicativos. O método de abordagem é hipotético-dedutivo, com procedimento histórico e comparativo. Justifica-se o presente trabalho na medida em que, por estarem em condição vulnerável inerente à própria idade, a criança e o adolescente carecem de proteção estatal que vai desde a implementação de políticas públicas até o enfrentamento direto de situações para superar tais circunstâncias.

Palavras-chave: Habitus – Poder Simbólico – Família – Criança - Adolescente.

INTRODUÇÃO

Os atuais regramentos de proteção da criança e do adolescente abrangem diversos sistemas de proteção, que apesar dessa existência, se mostram ineficientes diante do grande abismo social sublinhado atualmente que não é superado por meio de políticas públicas.

Nesse sentido, apesar de um grande enfrentamento pelos sistemas de proteção a fim de se garantir a assistência integral, verifica-se que a exclusão social e a conseqüente vulnerabilidade das famílias menos amparadas por

¹ Mestranda em Direito e Cidadania pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Santo Ângelo/RS, Brasil. Bolsista Integral PROSUC-CAPES, Pós-Graduada em Direito Processual Civil e Temas Relevantes do Direito Civil e Bacharela em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) laranjohann@hotmail.com

políticas públicas efetivas é o pano de fundo de muitas sociedades.

As instâncias educacionais são responsáveis pela formação psíquica e física da criança e do adolescente e, por isso, devem estar amparadas em eixos basilares que garantam um desenvolvimento digno. Nessa linha, mostra-se imprescindível verificar se as estruturas familiares imprimidas através do *habitus* são capazes de interferir no futuro da criança e do adolescente, e se a violência simbólica existente sobre a família e sobre a criança e o adolescente influencia na perpetuação de situações de vulnerabilidade.

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a influência dos poderes simbólicos na perpetuação de modelos familiares e a vulnerabilidade sofrida pela criança e o adolescente. No tocante aos objetivos específicos, buscar-se-á, em primeira análise, estudar o *habitus* e a violência simbólica na família. Como segundo objetivo, propõe-se identificar os poderes simbólicos que atingem especificamente a criança e o adolescente, capazes de os perpetuar em situações de vulnerabilidade.

A temática em questão está ligada ao fato de que a atual posição social em que muitas famílias se encontram é de pobreza e marginalização social que, possivelmente, ocorrem em virtude de dominação dos mais diversos poderes, sejam eles os objetivos como a transmissão de valores e conhecimentos da própria estrutura familiar, seja por aqueles postos pela sociedade e aceitos pela instância familiar. Constata-se, ainda, que as atuações estatais que formulam leis, objetivando a proteção e reparação da criança e adolescente em risco, nem sempre são capazes proteger os que estão à margem da sociedade.

Diante das necessárias e urgentes mudanças exigidas pela sociedade, é preciso que haja um estudo aprofundado do tema em apreço, considerando que é indispensável a análise quanto à violência simbólica transmitida através de um *habitus* às famílias e principalmente, no tocante à criança e ao adolescente.

Será utilizada no presente projeto uma metodologia de caráter teórico, sendo que quanto ao tratamento dos dados será de um estudo qualitativo; com relação aos fins, tratando-se de um método explicativo; e, no tocante aos procedimentos técnicos: bibliográfico.

Para maior compreensão do estudo, a pesquisa utilizará principalmente expressões adotadas pelo Sociólogo Pierre Bourdieu, mais especificamente as

que dão base ao presente artigo, como a teoria do *habitus*, o *poder simbólico* e *violência simbólica*. O presente ensaio será trabalhado em dois capítulos, sendo que no primeiro será explicado, ainda que não tão aprofundado quanto ideal seria, o *habitus* e a violência simbólica e, no segundo capítulo, se buscará identificar se os poderes simbólicos existentes na família são capazes de perpetuar, demonstrar ou reforçar a vulnerabilidade da criança e do adolescente.

1 A TEORIA DO *HABITUS* E AS TROCAS SIMBÓLICAS NA FAMÍLIA

O conceito de *habitus* foi concebido como um princípio mediador, que diz respeito a práticas individuais e à exterioridade traduzida por condições (sociais) de existência. Isso significa que ele é uma matriz de cultura que serve de previamente para que o indivíduo eleja suas opções (SETTON, 2002).

Sendo um conhecimento adquirido, a noção de *habitus* manifesta a negação da “[...] consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo.” (BOURDIEU, 1998, p. 60) e tenta romper a dualidade existente entre indivíduo e sociedade conhecida pelo senso comum.

Traduzido da palavra grega *hexis*, Aristóteles definiu o *habitus* como “[...] as disposições adquiridas do corpo e da alma.” (DUBAR, *apud* SETTON, 2002, p. 61) Questionando os limites do estruturalismo de Lévi-Strauss em que excluíam os agentes das estruturas, Pierre Bourdieu reinsere o agente na estruturação aristotélica-tomista. Assim, para Bourdieu, as ações, mesmo que não intencionais (conscientes) podem se amoldar à ocasião (BOURDIEU, 1998).

Ele enfatiza a utilização de experiências do indivíduo, ocorridas anteriormente, servindo como matriz de percepções, provenientes dessas experiências antecedentes. Isso não significa que o ele não tenha capacidade de adaptação. Pelo contrário, é caracterizado pela incessante adequação ao mundo “[...] que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical.” (Bourdieu, *apud* SETTON, 2002, p. 62).

Na teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu pode ser encontrada uma renovação do que se distingue entre objetivismo e subjetivismo, através da referida noção mediadora, contribuindo para o rompimento da dualidade que se encontra entre indivíduo e sociedade entendida pelo senso comum (SETTON,

2002).

Isso se dá através daquilo que a sociedade imprime nas pessoas sob forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas de pensamento, ação e sentimentos definidos. Ou seja:

Diz respeito ao processo pelo qual a sociedade se deposita nos indivíduos – ainda que eles disso não tenham notícia - e da dinâmica pela qual a referida matriz oferece às condutas do sujeito um determinado “filtro” que condiciona tanto sua observação a respeito do mundo quanto suas respostas. (ROLIM, 2014, p. 22).

Ele é um conceito que pode fazer com que as contradições previstas pela realidade que cerca o indivíduo e as suas realidades individuais tansijam. Assim, se pode dizer que ele se caracteriza através de estruturas estruturadas que estruturam estruturas estruturantes, na medida em que o indivíduo possui condições oferecidas pelo estrutura (social) e pela mente (estruturantes) que são absorvidas por ele através de experiências práticas condicionado a especificidades (SETTON, 2002).

Dessa forma, através das “[...] estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes.” (BOURDIEU, 1998, p. 238). Na análise do direito, então, é possível afirmar que ele só nomeia aquilo que já está assentado na realidade.

Infere-se que a transmissão do *habitus* demonstra a existência de uma hierarquia, na medida em que impõe, de forma simbólica e por vezes silenciosa, modelos que serão depositados no campo. O *campo*, por sua vez, é definido sendo um espaço social de agentes com particularidade e posicionamentos sociais distintos (SETTON, 2002).

A sociedade é composta por diversos deles, sendo verificados nas mais diversas instâncias sociais, nos diversos sistemas sociais, como é o caso do direito, do catolicismo, do sistema de ensino, e do sistema familiar, tendo eles autonomia, porém regidos por suas próprias normas (SETTON, 2002).

Seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Segundo Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de relativa autonomia,

mas regidos por regras próprias. Ainda assim, o *habitus* de igual forma não é composto por uma só estrutura social, pois sua dinâmica abriga ambientes múltiplos e contínuos na vida do indivíduo (WACQUANT, 2007).

Isso quer dizer que há uma relação entre sujeito e sociedade, que é de integração entre o *habitus* e a peculiaridade em que o indivíduo se encontra. Grande parte das ações dos agentes é feita através de uma conjuntura, entre *habitus* e campo (SETTON, 2002).

As produções simbólicas, denominadas de poder simbólico ou violência simbólica, por sua vez, se caracterizam por ter um poder em que o indivíduo se sujeita creditando àquele que exerce o poder, confiando ao praticante, ou seja acreditando que aquilo o que ele está sujeito existe (BORDIEU, 1998).

Pierre Bourdieu refere que as produções simbólicas se dão numa dinâmica de hierarquia e de “integração fictícia da sociedade”, em que uma classe que domina impõe um significado do meio social atendendo aos seus interesses (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma, sublinha-se que as tentativas de posição ideológica dos dominantes são vistas como estratégias de reprodução que buscam o reforço interior e exterior da classe para que se acredite que a dominação da classe é legítima (BOURDIEU, 1998).

São os símbolos que dão forma e existência da cultura, através de um unido de significantes/significados, prevalecendo, assim, uma ideia de justaposição. Nesse sentido, a cultura se mostra como uma união daquilo que Bourdieu denomina de “esquemas fundamentais” (BOURDIEU, 2001, p. 208), anteriormente assimilados, articulando-os e aplicando-os a episódios particulares.

Assim, de forma inconsciente, o indivíduo apela a arranjos comuns “[...] de esquemas de pensamentos que organizam o real orientando e organizando o pensamento do real, fazendo com que aquilo que pensa seja pensável para ele como tal e na forma particular pela qual é pensado.” (BOURDIEU, 2001, p. 212).

É de forma inconsciente e silenciosa que a violência simbólica se manifesta no *habitus*, fazendo com que se reproduza, repetidamente, e ainda sem que o indivíduo perceba, introduzindo-a, dessa forma, na estrutura familiar,

objeto do presente estudo. Passa-se, assim, a uma análise da influência dos poderes simbólicos na instituição familiar e a repetição de modelos familiares através do *habitus*.

2 OS PODERES SIMBÓLICOS E A SUA REPETIÇÃO NA FAMÍLIA

É possível afirmar que a constituição do indivíduo e a sua natureza são de repetição, na medida em que desde pequeno busca imitar pequenos atos percebidos pelo seus próximos, principalmente seus pais e irmãos. Nesse sentido, frequentemente se verifica que filhos ouvem comentários de seus próximos propondo, de forma consciente ou inconsciente, a repetição. São eles: “a fruta não cai longe do pé”, “tal pai tal filho”, dentre outros, significando, que os filhos não deverão ser diferentes de seu pai e/ou de sua mãe.

Como referido, a intersubjetividade do indivíduo sofre influência dos mais diversos poderes simbólicos existentes. Mas é imperioso sublinhar que o crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente são condicionados aos cuidados e do amor dos adultos (principalmente dentro da instituição familiar) para sua transformação em seres autônomos, capazes de uma ação reflexiva e para agirem comunicativamente (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, Bourdieu e Passeron, em “A Reprodução”¹ interpretam o sistema de ensino como sendo impositivo de um capital cultural dominante, através de uma sutil violência simbólica, silenciosa, adiantando que a reprodução do *habitus* se manifesta na escola e também na família.

A violência simbólica é verificada na ação pedagógica nos sistemas de ensino, que também é utilizada no sistema familiar. Ou seja, a ação pedagógica de forma objetiva impõe uma cultura arbitrária, através de um poder também considerado arbitrário (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Isso pode ser observado na medida em que se impõe um capital cultural

¹ A obra que foi confeccionada pelos autores Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, apesar de explicar o sistema de ensino francês da época, imprime a ideia do nosso atual sistema de ensino (escolar e familiar). Com um fundo de conhecimento em Carl Marx, os autores relacionam termos escritos por ele, juntando dois termos de Marx (capital e cultura) gerando o termo utilizado “capital cultural”, significando ele uma bagagem.

tão somente de classes dominantes ou dominadas. Dessa forma, "[...] o alcance dessas proposições encontra-se definido pelo fato de que elas convêm a toda formação social, entendida como sistema de relações de força e de sentido entre grupos ou classes." (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 20).

Ainda, é possível dizer que a ação pedagógica (AP) inserida na estrutura basilar da família – entendida como uma classe constitutiva de uma formação social – alicerça esse arbitrário cultural condicionando o estabelecimento de uma afinidade de comunicação pedagógica (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Nesse sentido,

A AP é objetivamente uma violência simbólica, num segundo sentido, na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de ser reproduzidas por uma AP, reproduz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbitrário cultural. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 22).

O sistema de educação é entendido como um poder simbólico, sendo um aparelho de estruturas carregadas de um capital cultural herdado, transmitindo-se a cada geração, o que Bourdieu e Passeron denominam de “*informação inculcada*” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 25).

Esse capital cultural é capaz de reproduzir-se através de uma função social e não só cultural, havendo, dessa forma, uma força simbólica. O que se quer dizer é que a transmissão de um capital cultural não é imparcial, na medida em que algumas práticas, carregadas de ideologias (por vezes silenciosas) vem a influenciar esse aprendizado (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Os denominados educadores legítimos da instituição familiar tendem a representar ou reproduzir o *habitus* herdado, conservador, e tradicional, sem que necessariamente haja qualquer interferência de outros sistemas, como a própria escola, que não interfere nessa ação pedagógica familiar, já que essa autoreproduz sistemas passados (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Assim, o indivíduo tem a influência de dois poderes simbólicos, o familiar e escolar, cada um transmitindo o *habitus* herdado. É no capital cultural herdado que o indivíduo terá suas bases de desenvolvimento e construção do seu eu.

A família apresenta um sistema organizado, de transmissão de símbolos e, muitas vezes, o *habitus* de entidades familiares perpetua poderes simbólicos através de uma violência simbólica, manifestada pela dominação de classes, pela influência da religião, pela marginalização e discriminação dentro e fora da instância familiar, além de uma violência propriamente dita. Ou seja, a educação e o desenvolvimento adequados do indivíduo, são influenciados pelos poderes externos.

Há que se falar ainda da influência religiosa que sofre a instituição familiar, a qual se insere na família através de um poder simbólico, intermediado pela família que transmite através do *habitus* por meio do que se denomina por educação cristã: “É na medida em que o poder religioso se incarna numa igreja que exerce um TP¹, diretamente ou mediatamente, isto é, pelo intermediário das famílias (educação cristã), que ele informa duravelmente as práticas.” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 45).

Nesse sentido, a família acaba por ser influenciada pelo poder simbólico praticado pela religião, que utiliza a família como fonte de transmissão de seu capital cultural. E, conforme já mencionado, se trata de uma estrutura estruturada estruturando uma estrutura estruturante.

Outra violência simbólica que atinge a família e, por consequência a criança e o adolescente, é das classes dominantes, que mantêm as classes dominadas sujeitas à pobreza e à marginalização, tornando-as periféricas e submetendo-as a condições de subcidadania.

Jessé Souza realiza uma reflexão sobre os poderes simbólicos e sublinha que quanto à distinção de classes, elas contam com o apoio de "critérios naturalizados e pré-reflexivos" que dão legitimidade para a desigualdade entre essas classes (SOUZA, 2006).

Se afirma que por exemplo, os gostos, não são referentes às qualidades do sujeito, mas sim, se referem a distinções de estilos de vida que se transmitem

¹ Na obra de Bourdieu e Passeron, a expressão TP significa Trabalho Pedagógico: o trabalho pedagógico (TP) como trabalho de inculcado que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um hábito como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP (ação pedagógica) e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 44).

através do capital cultural, e segundo Souza, permitindo o acesso a bens em escassez. É um privilégio de poucos, fazendo com que muitos fiquem à margem ou na situação de subcidadania. De acordo com as reflexões de Bourdieu, nas palavras de Souza:

[...] os gostos e necessidades culturais estão em relação direta com a socialização familiar e o grau de escolarização dos indivíduos [...] defende que o gosto é estruturado de forma objetiva, segundo o pertencimento dos indivíduos a determinadas classes sociais, sendo essas percepções pré-reflexivas que criam base da solidariedade e do preconceito de classes nas sociedades modernas avançadas.” (SOUZA, 2006, p. 162).

. A influência das classes dominantes nas classes dominadas é tamanha que influencia o agente em sua constituição, em sua identidade. Na atual sociedade, o *habitus* das classes sociais é o um dos maiores fatores, na medida em que as desigualdades se reproduzem além do que possa o indivíduo estar consciente (SOUZA, 2006).

Assim, manifestadas na violência simbólica refletida na marginalização e periferia, a visão que se tem é de que o *habitus* das classes em subcidadania reforça que sua identidade e pertencimento de mundo estarão sempre nessa condição dominada.

A configuração familiar independe de seus componentes, mas exige que deve ser o seio do amor, amparado pela repetição de gestos de carinho, através de elogios, que se traduzirão em sentimento de aceitação e pertencimento. Uma família que vive em meio a uma situação de violência, por exemplo, sofrendo uma violência simbólica, absorvendo situações de risco, tende a transmitir, através do *habitus* aquilo que presenciou.

A violência se caracteriza principalmente pela situação de pobreza e marginalização em que se encontra a comunidade periférica, que sofre por meio desse poder simbólico da dominação das classes mais favorecidas, que tudo pode ter (saneamento básico, escola de qualidade, segurança e conforto) e que nada compartilha, justamente com o objetivo, ainda que silencioso e inconsciente, de se manter como classe dominante.

Jesse Souza enfatiza que os poderes simbólicos traduzidos “[...] pelo desamor, violência, indiferença e abandono na família [...] tendem a se reproduzir com os filhos [...]” (SOUZA, 2006, p. 163). E, nesse sentido, uma família que está inserida em um campo, cujo *habitus* é de segregação e violência, tende a condicionar essa segregação, repetindo a cada família que dela surgir.

E mais, a criança e o adolescente que presenciam situações de violência tendem a repeti-las, na medida em que, como dito no início do tópico, são o reflexo dos pais e do ambiente em que vivem. Isso também é demonstrado no poder simbólico e silencioso que os influencia. A superação do abismo social deve ser buscada para que a violência simbólica sofrida pela família, especificamente pela criança e pelo adolescente, seja enfrentada. Já que esses poderes são difíceis de serem superados tão somente pela capacidade reflexiva do indivíduo.

Por outro lado, a globalização também foi responsável por criar poderes simbólicos que influenciam o crescimento e desenvolvimento da família. Para Giddens, ela “[...] não somente puxa para cima, mas também empurra para baixo.” (GIDDENS, 2003, p. 23), pois criou sistemas de exclusão, criou sistemas de informatização e de entretenimento e, assim, ocupa lugar na mente e no tempo de muitas crianças que se perdem nas redes de interação.

Ademais, consoante reflexões encontradas em Giddens, existem alguns medos que existem expectativas maiores no tocante à forma que as crianças deveriam ser protegidas e cuidadas (GIDDENS, 2003).

Alguns esquemas automáticos de reprodução através do *habitus* podem ser superados pela própria capacidade reflexiva do indivíduo, sugere Giddens. Assim como o retorno reflexivo serve para assimilar, absorver e repetir o *habitus*, é capaz também de intermediar uma mudança do *habitus* existente (SETTON, 2002).

Apesar de existir uma consciência individual o indivíduo não é nem completamente alienado ao *habitus*, e no entanto não é seu fantoche, ou seja, do sistema no qual está inserido. Isso quer dizer que o indivíduo é capaz de realizar práticas através da reflexividade. Ela é uma das formas que pode o indivíduo encontrar um propulsor de mudança do *habitus*, a essa matriz cultural

inserida nos modelos familiares. Como se afirma Maria da Graça Jacintho Setton:

O caráter transitório das relações, dos papéis e das instituições sociais pode deixar espaço para uma liberdade de ação dos indivíduos [...] Entra-se, aqui, na esfera do fenômeno da reflexividade como importante componente para se pensarem os destinos pessoais. (SETTON, 2002, p. 61).

Ademais, o *habitus* é considerado por Bourdieu como um sistema aberto, quer dizer, que frequentemente se depara com conhecimentos novos, com experiências novas, sendo atingido por elas (BOURDIEU, *apud* SETTON, 2002).

CONCLUSÃO

A partir da leitura do presente Artigo Científico, pode-se perceber que foram abordados alguns aspectos referentes ao significado do *habitus* de Pierre Bourdieu, bem como a sua repetição nos sistemas familiares, através de uma violência simbólica.

Dito isso, o primeiro capítulo abordou uma síntese sobre o conceito de *habitus* de campo e do poder simbólico pelo autor supracitado, sendo que em segundo momento, teceram-se alguns comentários acerca dos poderes simbólicos na família e sobre a criança e o adolescente.

Dessa forma, se concluiu que os poderes simbólicos produzem e reforçam a perpetuação de vulnerabilidade na criança e no adolescente, na medida em que eles são indivíduos que, por sua própria peculiaridade infantil, reproduzem ações silenciosas ou não. Ademais, essa vulnerabilidade verifica na medida em que o indivíduo em menor idade está em processo de formação de caráter, e experimenta uma continuidade no aprendizado dos valores morais e éticos desde o seu nascimento. Ou seja, é um indivíduo que ainda não teve pleno desenvolvimento de sua personalidade

O enfrentamento das circunstâncias sociais, imprimidas no *habitus*, deve ser praticado pelo poder público e deve deixar de ser um papel secundário na vida de todos. A redistribuição de renda e a superação da marginalização deve

ser buscada, e implementadas algumas políticas públicas que retiram o indivíduo das condições de subcidadania.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992;

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 5. ed. Editora Perspectiva. 2001;

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro. 1998;

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. 3. ed. Editora Record. Rio de Janeiro, 2003.

ROLIM, Marcos. **A Formação de Jovens Violentos**. Para uma etiologia da disposicionalidade violenta. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102225/000931115.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SOUZA, Jesse. **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**/Jesse Souza (Org). Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006.

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o Habitus**. *In* Educação e linguagem. Nº 16, jul-dez. p. 63-67. 2007.

A TEORIA DA INDENIZAÇÃO PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Adriana Marx Filipin¹
Eveline Marx Filipin²
Fernanda Pawlowski³
Laleska Eduarda Alves Bamberg⁴
Marina Marx Filipin⁵

RESUMO

O presente artigo visa estudar a teoria da indenização pela perda do tempo útil, averiguando o que os estudiosos compreendem acerca do assunto e investigando o modo como vem se dando sua aplicação pelos Tribunais de Justiça brasileiros. Infere-se, pois, a pertinência do presente estudo, tendo em vista tratar-se de tema recente e relevante no cenário jurídico nacional, que modifica a forma de se compreender o tempo útil do cidadão consumidor, ampliando o conceito e o alcance do que se entende por dano moral. Para a realização do presente artigo, a pesquisa será teórica, de natureza qualitativa, com fins explicativos. Como método de abordagem, o processo lógico dedutivo e como métodos de procedimento, o histórico e o comparativo. O tratamento dos dados é realizado por meio indireto, em bibliografia pertinente e documentos necessários à análise. Destarte, é notável o caráter contributivo do presente estudo no âmbito acadêmico, que estudará o tempo como bem juridicamente relevante, merecedor de tutela estatal e indenizável quando de sua dilapidação pela conduta ilícita de um terceiro. Assim sendo, busca-se por meio deste estudo formular uma fonte de pesquisa a todos àqueles que venham a se interessar sobre o tema, proporcionando-lhes um material crítico e abrangente acerca do assunto.

Palavras-chave: Tempo – Útil – Indenização – Consumidor.

¹ Pós-graduanda em Direito Penal e Processual Penal nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. Especialista em Direito Público pela rede de ensino LFG/Anhanguera. Polo Santa Rosa/RS. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. Advogada. Assessora Jurídica da Prefeitura Municipal de Alegria/RS.
adrimarxfilipin@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.
evemarxfilipin@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito – 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.
fernanda.pawlowski@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito – 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.
laleskabamberg@outlook.com

⁵ Acadêmica do Curso de Direito – 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.
mmarxfilipin@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acelerado ritmo de vida contemporâneo, consequência de uma sociedade altamente globalizada, marcada pelo amplo e célere fluxo de informações, pessoas e serviços, faz da pressa uma constante na vida de grande parte dos indivíduos, que precisam otimizar seu tempo na tentativa de atender à todas as demandas que surgem rotineiramente.

Destarte, diante da realidade que hoje se verifica, o tempo adquire especial importância, gerando maiores consequências no mundo jurídico. É este, pois, o objetivo do presente trabalho, estudar o tempo como um bem juridicamente relevante e passível de tutela estatal, cuja dilapidação em virtude da conduta ilícita de um terceiro acende em seu titular o direito à consequente indenização pecuniária.

Tenciona-se, assim, por meio do presente artigo, analisar como a teoria da indenização pela perda do tempo útil vem sendo reconhecida e aplicada pelos Tribunais da Federação, bem como o que estudiosos que se debruçam sobre o tema compreendem acerca do instituto.

O trabalho se divide em três tópicos, o primeiro tratando acerca do que se entende por dano moral, o segundo discorrendo sobre a possibilidade de indenização pela perda do tempo útil, e o terceiro trazendo à baila alguns julgados de Tribunais de Justiça brasileiros que reconheceram o direito à indenização de consumidores que tiveram seu tempo livre dilapidado em virtude da conduta ilegal adotada por algumas empresas prestadoras de produtos e serviços.

1 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, a pesquisa será teórica, de natureza qualitativa, com fins explicativos. Como método de abordagem, o processo lógico dedutivo e como métodos de procedimento, o histórico e o comparativo. O tratamento dos dados é realizado por meio indireto, em bibliografia pertinente e documentos necessários à análise.

Justifica-se a metodologia escolhida, em razão do tema objeto do presente estudo, o qual possui sua fundamentação em livros e decisões judiciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O QUE SE ENTENDE POR DANO MORAL

Inicialmente é importante frisar que a indenização pelo dano moral sofrido é garantia constitucional e legalmente assegurada no ordenamento jurídico brasileiro, encontrando guarida no art. 5º, incisos V e X da Carta Magna, artigos 186, 187 e 927 do Código Civil e artigo 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido, percebe-se a importância de tal garantia na medida em que está inclusa no rol dos direitos fundamentais da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 5º [...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 1988).

Do mesmo modo, o Código Civil traz em seu art. 927, a obrigação de indenizar o dano causado a outrem pelo ato ilícito praticado, esclarecendo em seus artigos 186 e 187 o que se entende por ato ilícito:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. (BRASIL, 2002).

O Código de Defesa do Consumidor, por conseguinte, prevê em seu artigo 6º, inciso VI, “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais,

individuais, coletivos e difusos”, como um dos direitos básicos do consumidor (BRASIL, 1990). Nesta esteira, para Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona:

O dano moral consiste na lesão de direito cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente. (STOLZE, PAMPLONA, 2014, p. 107).

Os juristas Cristiano Chaves, Nelson Rosenvald e Felipe Braga Netto, por seu turno, apresentam uma visão panorâmica do assunto, compreendendo que, em razão da constante evolução da sociedade, o conceito de dano moral deve ser buscado mais na jurisprudência e na doutrina do que nas leis, entendendo que o dano moral consiste em “[...] uma lesão a um interesse existencial concretamente merecedor de tutela.” (CHAVES, ROSENVALD, NETTO, 2014, p. 336). Destarte, nas palavras dos autores:

O dano moral é categoria cuja construção é fundamentalmente jurisprudencial, apoiada no contributo de gerações sucessivas de juristas. Quem quiser conhecê-lo deve ir à doutrina e aos julgados. Neste particular, as leis dizem pouco, e não poderiam, na verdade, dizer muito sem prejudicar sua natural evolução. (CHAVES, ROSENVALD, NETTO, 2014, p. 331).

Ademais, de maneira contrária a Silvio de Sá Venosa, para quem no dano moral “o que se tem em mira é a dor psíquica ou o desconforto comportamental da vítima” (VENOSA, 2004, p. 24), Chaves, Rosenvald e Netto compreendem que:

(...) o dano moral nada tem a ver com a dor, mágoa ou sofrimento da vítima ou de seus familiares. O pesar e consternação daqueles que sofrem um dano extrapatrimonial não passam de sensações subjetivas, ou seja, sentimentos e vivências eminentemente pessoais e intransferíveis, pois cada ser humano recebe os golpes da vida de forma única, conforme o seu temperamento e condicionamentos. (BRAGA NETTO; CHAVES; ROSENVALD, 2014, p. 332).

Neste sentido, necessário apontar para o Enunciado nº 445 da V Jornada de Direito Civil, o qual ao referir-se ao art. 927 do Código Civil, preconiza que o

dano moral indenizável não pressupõe necessariamente a verificação de sentimentos humanos desagradáveis como dor ou sofrimento.

Sobre o assunto, o professor Guilherme de Castro assevera ser prescindível a prova do abalo psicológico, considerando que o dano é presumido (*in re ipsa*), isto é, decorre do próprio fato (CASTRO, 2009).

Este foi, inclusive, o entendimento adotado pela Terceira Turma do STJ, que ao julgar o Recurso Especial nº 1.292.141/SP, no ano de 2012, afirmou ser dispensável “a comprovação de dor e sofrimento, sempre que demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana”.

Sob esta ótica, não há que se olvidar que pequenas frustrações cotidianas de cunho patrimonial, não dão ensejo à configuração do dano moral, consoante elucida o Enunciado nº 159 da III Jornada de Direito Civil, segundo o qual “O dano moral, assim compreendido todo dano extrapatrimonial, não se caracteriza quando há mero aborrecimento inerente a prejuízo material.”.

Ademais, é importante lembrar as três funções básicas que possui o dano moral ou extrapatrimonial, conforme esclarece o advogado Cícero Favaretto (2013, s.p), sendo elas a compensatória, dirigida à pessoa que sofreu o dano, a punitiva, direcionada ao agente causador da lesão, e a preventiva, que visa dissuadir tanto o sujeito violador quanto toda a sociedade de agir de tal maneira, por esta razão também denominada de função pedagógica ou educativa.

De todo modo, conforme apontam os autores Chaves, Rosendal e Netto, o conceito de dano moral e a respectiva indenização evoluem juntamente com a sociedade, o que faz com que surjam novos bens jurídicos a serem tutelados e, conseqüentemente, ressarcidos no caso de sua violação.

De maneira semelhante, o advogado Marcos Bernardes de Mello aborda o que se entende por fato jurídico, elucidando que:

(...) Procede ao direito relativamente a todos os fatos naturais que, de alguma maneira, interferem em interesse dos homens, podendo provocar conflitos [...]. Por isso e porque o direito existe para possibilitar uma convivência social harmônica, esses fatos não podem ficar sem regulação, fora do mundo jurídico, e são chamados fatos jurídicos *stricto sensu*. (MELLO, 2010, p. 135).

Assim, tomando por base as conceituações apresentadas pelos juristas acima mencionados, entende-se que o tempo como é encarado na sociedade contemporânea, passou a ser um fato natural relevante aos interesses do indivíduo, necessitando de regulamentação e tornando-se, pois, um fato jurídico.

O tempo como gerador de consequências no mundo jurídico é figura já conhecida, o que se pode observar em muitos institutos presentes no sistema normativo pátrio. Como afirma o advogado Vitor Guglinski (2013, s.p) “[...] o tempo é parâmetro objetivo utilizado para criar e extinguir direitos”, encontrando-se como garantia fundamental implícita na Constituição Federal, na norma que assegura “a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.” (art. 5º, LXXVIII, CF/1988).

Neste sentido, o autor entende que um rápido atendimento ao consumidor é uma das tônicas do CDC, que muitas vezes, infelizmente, não se perfectibiliza em virtude da conduta desidiosa adotada por alguns prestadores de produtos e serviços, que ilicitamente apropriam-se do tempo útil do consumidor.

Sobre o assunto, a advogada Jéssica Ferreira Delmoni (2015, s.p) defende que o tempo útil deveria constar expressamente no rol dos direitos tutelados pela Constituição Federal, ao lado de garantias como “a vida, liberdade, igualdade, privacidade e imagem, o que não ocorre expressamente na nossa Carta Magna.”.

Assim, considerando a escassez, intangibilidade, ininterrompibilidade, irreversibilidade e irrecuperabilidade do tempo, consoante apontado por Delmoni (2015, s.p), é que surgem no campo jurídico a necessidade e a reivindicação de indenização pelo tempo útil ilegalmente subtraído do consumidor.

Destarte, tendo em vista não ser possível restituir o tempo, ao menos se indeniza monetariamente a sua perda.

2.2 INDENIZAÇÃO PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL

O apressado ritmo de vida contemporâneo, fruto da globalização e das consequentes mudanças que ocorrem no plano das relações interpessoais, passou a atribuir especial importância ao tempo, assegurando, inclusive, indenização pecuniária àqueles que se veem obrigados a dispor de seu tempo

livre para resolver questões que se deram por razões alheias à sua vontade, isto é, àqueles que têm seu tempo “furtado”, em decorrência da conduta inadequada de outrem.

Sendo o Direito uma ciência social, em nada surpreende a criação de novos institutos, no intuito de se adequar às correntes demandas e anseios da sociedade, em face da atual realidade que se verifica. E uma dessas novas realidades é o dano moral em decorrência da perda do tempo útil, teoria que vem sendo admitida tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência nacional.

Sobre o tema, Leonardo de Medeiros Garcia citado por Vitor Guglinski (2012, s.p), esclarece que:

Outra forma interessante de indenização por dano moral que tem sido admitida pela jurisprudência é a indenização pela perda do tempo livre do consumidor. Muitas situações do cotidiano nos trazem a sensação de perda de tempo: o tempo em que ficamos “presos” no trânsito; o tempo para cancelar a contratação que não mais nos interessa; o tempo para cancelar a cobrança indevida do cartão de crédito; a espera de atendimento em consultórios médicos etc. A maioria dessas situações, desde que não cause outros danos, deve ser tolerada, uma vez que faz parte da vida em sociedade. Ao contrário, a indenização pela perda do tempo livre trata de situações intoleráveis, em que há desídia e desrespeito aos consumidores, que muitas vezes se veem compelidos a sair de sua rotina e perder o tempo livre para solucionar problemas causados por atos ilícitos ou condutas abusivas dos fornecedores. Tais situações fogem do que usualmente se aceita como “normal”, em se tratando de espera por parte do consumidor. São aqueles famosos casos de call center e em que se espera durante 30 minutos ou mais, sendo transferido de um atendente para o outro. Nesses casos, percebe-se claramente o desrespeito ao consumidor, que é prontamente atendido quando da contratação, mas, quando busca o atendimento para resolver qualquer impasse, é obrigado, injustificadamente, a perder seu tempo livre. (GARCIA apud GUGLINSKI, 2012, s.p).

Acerca de tal conduta adotada por muitos prestadores de produtos e serviços, o advogado especialista em Direito do Consumidor, Vitor Guglinski, relata situação por ele vivenciada, em que ao entrar em contato com o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) de determinada empresa de telefonia, as ligações não eram completadas ou passavam de atendente a atendente, sem que ninguém parecesse ser suficientemente capacitado a resolver o problema.

O advogado questiona, pois, se o mau atendimento deriva de incompetência ou de má-fé, no intuito de não permitir que o consumidor reclame e que o impasse seja solucionado, e aponta para notícia veiculada no G1 em

outubro de 2011, em que atendentes de telemarketing relataram técnicas abusivas usadas por empresas de telefonia, para enganar os clientes.

Segundo a notícia, os atendentes são orientados a usar uma linguagem complexa com os clientes, a fim de tornar mais morosa a ligação, frustrando-os o fazendo com que desistam de cancelar o plano, sendo que o cancelamento do serviço pode levar à advertência e desconto de até três dias no salário do funcionário.

“Na hora que o cliente tá muito irritado, porque eles obrigam a gente fazer isso com o cliente, aí a gente pega e transfere o cliente pra outro setor, passa o número de protocolo errado. Às vezes, até chega ao ponto de desligar o cliente”, explica um atendente de telemarketing.

Para Pablo Stolze Gagliano (2012, s.p) a conduta ilícita de um terceiro que leve ao desperdício do tempo que o sujeito dispõe, é prática intolerável, geradora de consequente dano moral.

Neste sentido, o autor relata situação vivenciada por um amigo seu que passou a ser cobrado indevidamente por uma empresa, em virtude de um serviço que não lhe foi prestado. Assim, ao perguntar ao amigo se já havia contatado com a companhia, recebeu a resposta de que “Ainda não. Eu sei que, ao ligar, levarei a tarde inteira ao telefone. Por isso, estou tentando conseguir uma folga no trabalho, para tentar resolver isso. E se eu for à filial da empresa é pior ainda. Terei de acampar lá”. Gagliano, portanto, questiona:

É justo que, em nossa atual conjuntura de vida, determinados prestadores de serviço ou fornecedores de produtos, imponham-nos um desperdício inaceitável do nosso próprio tempo? A perda de um turno ou de um dia inteiro de trabalho – ou até mesmo a privação do convívio com a nossa família – não ultrapassaria o limiar do mero percalço ou aborrecimento, ingressando na seara do dano indenizável, na perspectiva da função social? Em situações de comprovada gravidade, pensamos que esta tese é perfeitamente possível e atende ao aspecto, não apenas compensatório, mas também punitivo ou pedagógico da própria responsabilidade civil. (...) Até porque, como bem lembra o poeta, ‘o tempo não para’. E não é justo que um terceiro ‘pare’ indevidamente o nosso, segundo a sua própria conveniência. (GAGLIANO, 2012, s.p).

Para o jurista esta ausência do tempo é algo nefasto para a sociedade, exigindo uma autorreflexão crítica, no intuito de promover o adequado

aproveitamento do tempo livre, e evitar prejuízos de toda ordem, quer seja na seara profissional e financeira, quer seja nas relações interpessoais.

O autor Marcos Dessaune também presta valiosa contribuição sobre o tema, discorrendo que:

Mesmo que o Código de Defesa do Consumidor (lei 8,078/90) preconize que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo devam ter padrões adequados de qualidade, de segurança, de durabilidade e de desempenho – para que sejam úteis e não causem riscos ou danos ao consumidor – e também proíba, por outro lado, quaisquer práticas abusivas, ainda são 'normais' em nosso País situações nocivas como:

- Enfrentar uma fila demorada na agência bancária em que, dos 10 guichês existentes, só há dois ou três abertos para atendimento ao público;
- Ter que retornar à loja (quando ao se é direcionado à assistência técnica autorizada ou ao fabricante) para reclamar de um produto eletroeletrônico que já apresenta problema alguns dias ou semanas depois de comprado; (...)
- Telefonar insistentemente para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de uma empresa, contando a mesma história várias vezes, para tentar cancelar um serviço indesejado ou uma cobrança indevida, ou mesmo pra pedir novas providências acerca de um produto ou serviço defeituoso renitente, mas repetidamente negligenciado; (...)
- Levar repetidas vezes à oficina, por causa de um vício recorrente, um veículo que frequentemente sai de lá não só com o problema original intacto, mas também com outro problema que não existia antes;
- Ter a obrigação de chegar com a devida antecedência ao aeroporto e depois descobrir que precisará ficar uma, duas, três, quatro horas aguardando desconfortavelmente pelo voo que está atrasado, algumas vezes até dentro do avião – cansado, com calor e com fome – sem obter da empresa responsável informações precisas sobre o problema, tampouco a assistência material que a ela compete. (DESSAUNE, 2011, págs. 47-48).

Do exposto infere-se que tais situações, muitas vezes mascaradas pelo exercício regular de um direito da pessoa jurídica, derivam de um excesso cometido pelo titular de tal prerrogativa que extrapola “os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”, nos termos do artigo 187 do Código Civil, que traz uma das definições legais de ato ilícito (BRASIL, 2002).

Sobre o ponto, necessário mencionar o Enunciado nº 37 da I Jornada de Direito Civil, o qual esclarece que “A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa e fundamenta-se somente no critério objetivo-finalístico.”, o que atribui ao abuso de direito o caráter de ato ilícito objetivo.

Outrossim, o Enunciado nº 414 da V Jornada de Direito Civil preconiza que a cláusula geral do art. 187 do Código Civil tem fundamento constitucional nos princípios da solidariedade, devido processo legal e proteção da confiança, e aplica-se a todos os ramos do direito.

Neste sentido, a advogada Josiane Coelho Duarte Gearola (2015, s.p) relembra que um dos desdobramentos da função social das empresas se refere ao respeito com que deve tratar seus clientes, sendo o atendimento em um lapso temporal adequado parte indissociável de tal conceito. Ao que Túlio Cavallazzi Filho complementa elucidando que o termo função social traduz a “idéia de um poder que não se exerce exclusivamente no interesse próprio, mas também em relação à coletividade.” (CAVALLAZZI FILHO, 2006, p. 103).

Deste modo, percebe-se que a indenização pela perda do tempo útil tem aplicação no campo do direito consumerista, e se dá em virtude de situações inaceitáveis de mau atendimento e desrespeito para com o consumidor, em que este se vê obrigado a dispor de seu tempo livre para resolver questões decorrentes de condutas ilícitas e abusivas de prestadores de produtos e serviços.

Tais práticas antijurídicas adotadas por muitas empresas em prejuízo do consumidor têm levado a doutrina e jurisprudência pátrias a se adequar no sentido de punir a conduta ilegal e tais fornecedores, indenizando o cliente pelo tempo útil despendido nos morosos e frustrantes atendimentos que lhe são prestados.

2.3 COMO SE POSICIONAM OS TRIBUNAIS

Como já mencionado ao longo do presente trabalho, muitos Tribunais da Federação vêm reconhecendo o direito de o consumidor ser indenizado pelo tempo útil perdido, em virtude da conduta abusiva de empresas prestadoras de produtos e serviços.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no julgamento da Apelação Cível nº 0000777-12.2012.8.24.0069, em 2017, apontou para a deficiência dos atendimentos prestados por grande parte destes fornecedores, em nítido desrespeito ao consumidor:

Os contratempos naturais e até mesmo singelos desencontros de nossas relações em sociedade, de forma esporádica e avulsa, não podem ser comparados a práticas rotineiras de empresas que tratam as pessoas como cidadãos de segunda classe, economizando em capacitação de atendentes e em tecnologia, que juntos poderiam ser tão eficientes para resolver problemas como o são para oferecer e vender produtos e serviços. Para isso, as linhas estão sempre disponíveis, os sistemas estão sempre no ar e o atendimento tem início, meio e fim, numa única ligação. Quando, todavia, se quer exercer algum direito legítimo que possa de alguma forma contrariar os interesses do fornecedor, a regra é que os caminhos sejam tortuosos e turbulentos, fazendo da eficiência e satisfação do usuário uma espécie de loteria. (TJSC, Apelação Cível n. 0000777-12.2012.8.24.0069, de Sombrio, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, Data do julgamento: 27-06-2017).

Também o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul possui jurisprudência recente em que reconhece o direito de consumidora à indenização por dano moral em virtude do tempo útil despendido na busca do conserto de seu veículo.

Na Apelação Cível Nº 70079586657, julgado pela Décima Sétima Câmara Cível, o Tribunal de Justiça Gaúcho considerou a “Inexistência de justificativa plausível para que o conserto do veículo demandasse tantas idas e vindas à concessionária.”, e aplicou ao caso o Código de Defesa do Consumidor e a teoria da perda do tempo livre, esclarecendo que referida tese:

[...] se baseia no abuso da perda involuntária do tempo do consumidor, causado pelas empresas fornecedoras em situações intoleráveis, em que há desídia e desrespeito aos consumidores, que muitas vezes se veem compelidos a sair de sua rotina e perder o seu tempo livre para solucionar problemas causados por atos ilícitos ou condutas abusivas dos fornecedores. (Apelação Cível, Nº 70079586657, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em: 21-02-2019).

E concluiu que tal situação transborda o limite do “tolerável para a vida atual em sociedade, configurando verdadeiro transtorno e estresse que acarreta abalo à personalidade da consumidora”.

Interessante ainda citar julgado de agosto do corrente ano, em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenou empresa de comércio ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização pelo tempo

útil despendido pelo consumidor em caso em que houve falha no atendimento da loja eletrônica da ré, asseverando que:

(...) se, para a solução de uma situação, for exigido do consumidor dispêndio de tempo útil desproporcional, ou seja, que seja ofensivo à razoabilidade decorrente da natural atribuição de tempo que deveria ser empregado para a solução desta questão, deve ser tal excesso indenizado, pois, como dito, compromete a qualidade de vida da pessoa, seja por desvio produtivo, seja por subtração de tempo destinado a essencial descanso e sossego a qualquer ser humano. Logo, esse dano não decorre simplesmente de falha na prestação do serviço, mas, sobretudo, na leniência, no descomprometimento, na negligência do fornecedor em promover a reparação do vício, imputando ao consumidor dispêndio de tempo manifestamente ofensivo a razoabilidade para tentar solucionar o que se apresenta. (TJ-MG - AC: 10000190642199001 MG, Relator: Amauri Pinto Ferreira. Data de Julgamento: 01/08/2019, Data de Publicação: 02/08/2019).

Da análise dos referidos julgados, percebe-se a importância que os Tribunais brasileiros têm conferido à teoria da perda do tempo útil, aplicando-a aos casos em que flagrante a conduta abusiva de empresas prestadoras de produtos e serviços em prejuízo do consumidor.

CONCLUSÃO

Destarte, diante de todo exposto, percebe-se que assiste razão a Pablo Stolze Gagliano (2013, s.p) quando afirma que o nosso tempo tem um profundo significado e um imenso valor, que não podem passar indiferentes ao jurista do século XXI.

E de fato não tem passado, conforme se observa pelos inúmeros entendimentos doutrinários e jurisprudenciais analisados, o que leva a afirmar que Gagliano possui novamente razão ao reconhecer o tempo como um “fato jurídico em sentido estrito ordinário, isto é, “[...] um acontecimento natural, apto a deflagrar efeitos na órbita do Direito.” (GAGLIANO, 2013, s.p).

Durante anos a doutrina e a jurisprudência não atribuíram ao tempo à importância que tem hoje, o caráter de bem jurídico tutelado e indenizável quando de sua violação.

Todavia, as mudanças da vida em sociedade alteram a forma de ser das ciências jurídicas, cujas normas são elaboradas e decisões judiciais prolatadas

para atender às exigências da contemporaneidade, sendo a valoração do tempo como bem jurídico tutelado uma das novas requisições feitas pela comunidade ao direito hodierno, que vem atendendo a tais demandas, reconhecendo o tempo como “[...] um relevante bem, passível de proteção jurídica.” (GAGLIANO, 2013 s.p).

É notável, pois, a contribuição do presente estudo, que trata de assunto recente e relevante no cenário jurídico e acadêmico nacional, e que poderá servir de fonte de pesquisa a todos aqueles que venham a se interessar pelo tema. Ademais, o reconhecimento do tempo como bem jurídico tutelado e indenizável altera e amplia o modo de ser do direito contemporâneo, repercutindo fortemente no sistema normativo pátrio.

Por fim, a importância do tempo já foi reconhecida há séculos por mentes notáveis, como Victor Hugo, segundo o qual “a vida já é curta, e nós a encurtamos ainda mais desperdiçando o tempo”, e Charles Darwin, para quem “[...] o homem que tem a coragem de desperdiçar uma hora de seu tempo não descobriu o valor da vida.” (DARWIN apud GUGLINSKI, 2013, HUGO apud GUGLINSKI, 2013).

Por fim, ao contextualizar o valor tempo com o direito consumerista, cabe apontar interessante comparativo feito por Vitor Guglinski, ao observar que se “Para o empreendedor, tempo é dinheiro; para o consumidor, tempo é vida.”. (GUGLINSKI, 2013, s.p).

REFERÊNCIAS

G1. Atendentes de Telemarketing Relatam Técnicas para Tentar Enganar Clientes. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/10/atendentes-de-telemarketing-relatam-tecnicas-para-tentar-enganar-clientes.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: teoria geral da responsabilidade civil / responsabilidade civil em espécie.** Salvador: Juspodivm, 2014, 3v.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.

CASTRO, Guilherme Couto de. **Direito civil: lições.** 3. ed. Niterói: Impetus, 2009.

CAVALLAZZI FILHO, Túlio. **Função Social da Empresa e seu Fundamento Constitucional.** Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

DELMONI, Jéssica Ferreira. **A Responsabilidade Civil pela Perda do Tempo Útil nas Relações de Consumo.** Jus.com.br. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/40917/a-responsabilidade-civil-pela-perda-do-tempo-util-nas-relacoes-de-consumo>>. Acesso em: 02 out. 2019.

DESSAUNE, Marcos. **Desvio Produtivo do Consumidor – O Prejuízo do Tempo Desperdiçado.** São Paulo: RT, 2011.

FAVRETTO, Cícero. **A Tríplice Função do Dano Moral.** Jusbrasil. Disponível em: <<https://cicerofavaretto.jusbrasil.com.br/artigos/113638468/a-triplice-funcao-do-dano-moral>>. Acesso em: 03 out. 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: responsabilidade civil.** 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, 3 v.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Responsabilidade Civil pela Perda do Tempo.** Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23925/responsabilidade-civil-pela-perda-do-tempo>>. Acesso em: 30 set. 2019.

GEAROLA, Josiane Coelho Duarte. **Indenização pela Perda do Tempo Livre.** Jusbrasil. Disponível em:
<<https://josianeduarte.jusbrasil.com.br/artigos/236658003/indenizacao-pela-perda-do-tempo-livre>> . Acesso em: 29 set. 2019.

GUGLINSKI, Vitor. **Danos Morais pela Perda do Tempo Útil: uma nova modalidade.** Jusbrasil. Disponível em:
<<https://vitorgug.jusbrasil.com.br/artigos/111764342/danos-morais-pela-perda-do-tempo-util-uma-nova-modalidade>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico: plano da existência.** 16. ed. São Paulo: Saraiva 2010.

MORAES JÚNIOR, Paulo Henrique de. **Dano Moral: indenização pela perda do tempo útil nas relações de consumo.** Disponível em: <

<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI279441,61044-Dano+moral+indenizacao+pela+perda+do+tempo+util+nas+relacoes+de>>.
Acesso em: 29 set. 2019.

OLIVEIRA, João Daniel de. **Dano Moral em Razão da Perda do Tempo Útil:** análise de decisões judiciais. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/65959/dano-moral-em-razao-da-perda-do-tempo-util-analise-de-decisoes-judiciais/1>>. Acesso em: 30 set. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** responsabilidade civil. 4. ed. Vol.4, 2004. São Paulo: Editora Atlas.

CIVIL LAW E COMMON LAW: APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS JURÍDICOS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

Anderson Reichert¹
Barbara Brenda Krewer²
Jéssica Zambelli Büchele³
Luciano da Rosa Binkowski⁴
Mickael Augusto Frank Puhl⁵
Renê Carlos Schubert Junior⁶

RESUMO

Este artigo tem como tema os sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law*, delimitando-se no processo de aproximação entre os dois sistemas e sua influência no Código de Processo Civil de 2015. Neste trabalho, são apresentadas as características e diferenças entre os sistemas jurídicos, além das possíveis vantagens de sua aproximação. Justifica-se esta pesquisa pela crescente e cada vez mais visível convergência de tais mecanismos, utilizados no mundo contemporâneo, visando esclarecer como se dá a aproximação entre ambos e os benefícios que este fenômeno pode ocasionar no ordenamento jurídico brasileiro. O trabalho, quanto à natureza, classifica-se como qualitativo, sendo mediado pela compreensão e interpretação de dados; e finalidade descritiva, ao passo que visa observar, registrar e analisar os conteúdos. A geração de dados dá-se no plano da documentação indireta, por meios bibliográficos, e o método de abordagem utilizado configura-se como dedutivo, ao partir de uma generalização para uma questão particularizada. Quanto ao procedimento, emprega-se um mecanismo comparativo e histórico, em que é estabelecido um confronto entre os elementos dos sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law*, levando em conta as condições que lhes originaram. Por meio do estudo, compreende-se que os sistemas jurídicos referenciados, inicialmente vistos como opostos, vêm exercendo um processo crescente de aproximação mútua. A Lei, embora continue sendo a principal fonte do direito no sistema *Civil*

¹ Acadêmico do curso de Direito – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. ander_reichert00@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Direito – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. krewerbarbara@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Direito – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. jee.buchele@hotmail.com

⁴ Acadêmico do curso de Direito – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. luciobinkowski@gmail.com

⁵ Acadêmico do curso de Direito – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. mickaelpuhl2015@hotmail.com

⁶ Mestre em Desenvolvimento, linha de pesquisa Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), campus Ijuí, RS. Advogado e docente em regime integral, coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito e Coordenador do Grupo de Estudos “A constitucionalização do Processo Civil e o CPC/2015”, desenvolvidos no Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis, FEMA - Santa Rosa/RS. reneschubertjunior@yahoo.com.br

Law brasileiro, está cada vez mais aceitando fontes secundárias, como os costumes e os precedentes, derivadas do *Common Law*.

Palavras-chave: Sistemas Jurídicos – *Civil Law* – *Common Law* – Código de Processo Civil.

INTRODUÇÃO

Valendo-se da formação do Direito e do ordenamento jurídico de um país, destaca-se a realização de um sistema jurídico de normas que concretizam sua jurisdição. Acerca desses sistemas, destacam-se o *Civil Law* e o *Common Law*. Inicialmente, com diferente aplicabilidade e estrutura política, aproximam-se cada vez mais suas relações, ainda que com certa resistência, por seus aspectos jurisprudenciais.

Este trabalho pretende explanar a aproximação entre os sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law* para o Direito e sua ocorrência atual, bem como apresentar suas histórias, características e modificações ao longo do tempo. O Brasil pertence ao sistema *Civil Law*. Nesse âmbito, aborda-se a influência dos respectivos sistemas para o ordenamento jurídico brasileiro, culminante para as decisões judiciais e delimitação da lei.

Por fim, busca-se estabelecer essa aproximação em razão da relevante influência do Direito Romano para o sistema jurídico, da atribuição dos costumes e da presença dos precedentes, caracterizando devida importância pelas determinações do Código de Processo Civil de 2015. Neste sentido, também se destacam a adoção das súmulas vinculantes e do controle concentrado de constitucionalidade da lei. O uso desses elementos provoca cada vez mais a uniformização da jurisprudência, ocasionando transformações na sociedade e no Direito como um todo, aproximando-o cada vez mais dos elementos do *Common Law* mesmo com a sua estrutura do *Civil Law*.

O trabalho apresenta natureza qualitativa, mediada pela compreensão e interpretação de dados; e finalidade descritiva, visando observar, registrar e analisar os conteúdos. A geração de dados dá-se no plano da documentação indireta, por meios bibliográficos. Buscam-se informações por intermédio da análise de artigos científicos e doutrinas infracitados no corpo da pesquisa. O

método de abordagem utilizado configura-se como dedutivo, partindo de uma generalização para uma questão particularizada. Quanto ao procedimento, emprega-se um mecanismo comparativo e histórico em que é estabelecido um confronto entre os elementos dos sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law*, considerando as condições que lhes originaram.

1 SISTEMAS JURÍDICOS

Na situação jurídica contemporânea, podem-se observar cinco sistemas distintos. O *Civil Law*, o *Common Law*, o Direito Consuetudinário, o Direito Muçulmano e o Sistema Jurídico Misto (que estabelece um vínculo entre dois ou mais dos mecanismos citados anteriormente). Dentre os sistemas referidos, é notável que os de maior destaque e aplicação são o *Civil Law* e o *Common Law*.

1.1 SISTEMA CIVIL LAW

O *Civil Law*, sistema jurídico adotado pelo Brasil e pelos demais países de origem germânica, como França, Alemanha, Espanha, Itália e Portugal, remonta a época do Império Romano. Sua estrutura recebeu influência da doutrina alemã e francesa do século XIX. Essa Escola classifica a lei como fonte primária do ordenamento jurídico e, dessa maneira, o instrumento apto a solucionar as controvérsias levadas ao conhecimento do poder judiciário. É válido destacar que a lei, como sendo um alicerce para o sistema *Civil Law*, deve estar, no caso brasileiro, devidamente positivada e codificada.

A adoção do referido sistema pelo Brasil justifica-se pelo fato de este ter sido colonizado por Portugal, país europeu que, tradicionalmente, segue o direito romano-germânico. Como afirmado por Andreia Costa Vieira apud Márgara Bezerra do Nascimento, a característica comum a todos os países que utilizam tal sistema jurídico é a influência do Direito Romano na elaboração de seus códigos. É claro que eles também receberam influências do direito local, mas, em grande parte desses países, principalmente os que são ex-colônias, foi cedida passagem quase que integral aos princípios romanos (BEZERRA DO NASCIMENTO, 2014).

1.2 SISTEMA COMMON LAW

Contrário ao mecanismo romano-germânico já apresentado, encontra-se o *Common Law*, sistema jurídico de origem britânica marcado pela ausência de uma codificação jurídica. Tal forma de Direito tem sua precedência em 1066, ano em que a Inglaterra instaurou um poder central administrativo intenso. Desde então, os costumes foram considerados instrumentos aptos para conduzir as decisões judiciais, mas, somente a partir dos séculos XII e XIII, inaugurou-se a técnica dos precedentes, *stare decisis*, utilizada até a contemporaneidade.

Para René David, apud (TEIXEIRA; DOMINGUES; DOS SANTOS, 2016), a diferença existente entre tais sistemas encontra suas raízes na estrutura do *Common Law*. O direito inglês, originalmente, formava-se por juízes que, ao decidir os casos concretos, deviam se preocupar com a administração da justiça, os meios de prova e com o processo em si. Dessa maneira, tornaram-se muito mais práticos do que teóricos, embasando-se na chamada *legal rule*, um direito jurisprudencial formulado a partir da decisão de um caso concreto e caracterizado pela obrigatoriedade do precedente.

2 PROCESSO DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS SISTEMAS JURÍDICOS

Os sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law* vêm exercendo uma influência mútua cada vez mais evidente. Nesse sentido, Rodolfo Mancuso reconhece que a diferença entre os dois sistemas, contemporaneamente, não é tão clara e radical como na época antiga, sendo notável a existência de um processo de aproximação entre eles, de maneira que a legislação vem crescendo nos países que contemplam a regra britânica, enquanto, inversamente, a jurisprudência vai recebendo lugar de destaque nos países de ideais romano-germânicos (MANCUSO, 1999).

2.1 A INFLUÊNCIA DOS COSTUMES NO SISTEMA CIVIL LAW

O sistema jurídico adotado pelo Brasil, *Civil Law*, ainda possui muitas semelhanças com o direito clássico do Império Romano, no entanto, devido às transformações enfrentadas pelo ordenamento jurídico nacional, observou-se como necessária a criação de mecanismos aptos a modificar a legislação para conferir agilidade e efetividade da justiça (TEIXEIRA, 2016).

Dentre as medidas adotadas, está a determinação do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que, em casos de omissão ou lacuna de leis, prevê que os juízes elaborem suas sentenças baseando-se em analogias, costumes e princípios gerais de direito (BRASIL, 1942). Tal norma possibilita notar uma aproximação entre os dois sistemas já citados ao atribuir aos costumes, instituto típico do *Common Law*, certa importância nos rumos do judiciário brasileiro, mesmo que inferior às leis.

Do mesmo modo, além dos costumes, outras fontes, inicialmente limitadas ao *Common Law*, integram o atual rol de fundamentos do sistema jurídico nacional. Pode-se citar a adoção do sistema de controle concentrado de constitucionalidade da lei, a instituição do sistema de súmulas vinculantes e a adoção, pelo CPC de 2015, do instituto dos precedentes e da jurisprudência (TEIXEIRA; DOMINGUES; DOS SANTOS, 2016).

O controle concentrado de constitucionalidade, instituído primordialmente pela Lei n. 8.185 de 1991 e positivado no atual Direito brasileiro pela Lei n. 11.697 de 2008, permitiu a invalidação de lei ou ato normativo no caso de o seu conteúdo ser considerado inconstitucional, não sendo necessário, para tanto, a existência de um caso concreto (BRASIL, 2008). A instauração de tal mecanismo, garantidor de segurança jurídica, representou mais um passo em direção à aproximação dos dois sistemas, haja vista que decorreu de uma forte influência do constitucionalismo pátrio norte-americano, cujo sistema é o *Common Law*.

Outrossim, é válido destacar, também, a existência do sistema de súmulas vinculantes no Direito brasileiro contemporâneo. Tais súmulas comprovam a afinidade existente entre os dois sistemas, tendo em conta que representam um conjunto de decisões do Supremo Tribunal Federal, ou seja, a positivação do conteúdo jurisprudencial. O recurso supracitado foi instituído pela Emenda Constitucional n. 45 de 2004, que concedeu às súmulas aprovadas pelo

STF efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta (EC 45/2004).

2.2 A CODIFICAÇÃO DO DIREITO NO SISTEMA COMMON LAW

Ao mesmo passo em que o *Civil Law* se aproxima do *Common Law*, o outro também realiza um processo de vinculação a este. René David apud Gisele Leite (LEITE, 2015) descreveu novas situações que estão proporcionando tal fenômeno: Em 1914, devido à substituição do sistema liberal por uma nova corrente socialista, o *Common Law* sofreu uma grave crise, já que os processos de elaboração casuística e jurisprudencial, típicos do sistema, conciliaram-se com a ideia de promover na sociedade profundas e rápidas transformações. Dessa maneira, as leis adquiriram uma importância desmedida em comparação com a situação anterior, aproximando-se do sistema oposto.

Para René David, a lei apenas desempenhou, na história do direito inglês, uma função secundária, limitando-se a acrescentar corretivos ou complementos à obra da jurisprudência. Porém, na atual Inglaterra, as leis já possuem função parecida com a do *Civil Law*, mas, por razões históricas, são aplicadas de maneira distinta. Comparadas à jurisprudência e às leis, as outras fontes desempenham, no direito inglês de hoje, uma função secundária (LEITE, 2015).

Pode-se afirmar, então, que, na situação atual, a produção legislativa não é mais o fator que diferencia ambos os sistemas. A lei escrita, como supracitado, cresce cada vez mais em importância, sendo que os princípios nelas contidos são reconhecidos pelos juristas ingleses, integrando o sistema *Common Law* quando aplicados, reformulados e desenvolvidos pelas decisões da jurisprudência. É cabível citar, por exemplo, os Estados norte-americanos, aderentes do sistema inglês, que possuem uma vasta legislação esparsa e submetem-se a uma Constituição Federal (TEIXEIRA; DOMINGUES; DOS SANTOS, 2016).

Nesse sentido, não sendo a codificação do Direito o diferencial entre os dois sistemas, diz-se que a distinção está na importância que é dada às leis, no papel que elas exercem e no modo como os juristas as veem. Ao criar uma legislação, o objetivo do sistema *Common Law*, diferente do *Civil Law*, não era

instaurar regras capazes de solucionar todos os conflitos jurídicos, sendo que o sistema britânico ainda admite a possibilidade de o juiz interpretar a lei.

3 PRECEDENTES E JURISPRUDÊNCIA: INFLUÊNCIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Além dos costumes, constata-se que outros institutos típicos do *Common Law* passaram a ter importância no Direito brasileiro. A técnica dos precedentes, em que as decisões jurídicas são sempre baseadas em sentenças anteriores da mesma natureza, foi inicialmente um instituto legal limitado ao *Common Law*, mas está, atualmente, confirmado como possível e viável no direito brasileiro pelo teor do CPC (Lei n.13.105, de 16 de março de 2015), em que é determinado pelo art. 926 que “[...] os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”. (BRASIL, 2015, s.p.).

Acerca dos motivos que influenciaram a uniformização da jurisprudência, instituto dos precedentes, no sistema jurídico brasileiro, Gisele Leite argumenta:

A busca crescente de maior segurança para as decisões judiciais além da otimização destas, evitando-se a desnecessária apreciação de casos concretos idênticos e já anteriormente decididos, e, conseqüentemente, por uma maior e robusta segurança jurídica em prol da sociedade, levou vários países a adotarem mecanismo de uniformização da jurisprudência [...] (LEITE, 2017, s.p.).

Ainda, segundo a pesquisadora Gisele Leite, a adoção da política dos precedentes confere maior idoneidade e proporciona maior economia de esforços. Ela ressalta que a aproximação dos sistemas jurídicos *Civil Law* e *Common Law* é um processo que não se limita ao Brasil. Pode-se notar tal fenômeno em diferentes países, tomando como exemplo as nações europeias Itália, Portugal e Espanha (LEITE, 2017).

3.1 ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA

Embora a lei ainda seja considerada fonte primária do Direito, é impossível engendrar um Estado puramente legalista. Ora porque as mudanças societárias são contínuas – sociopolíticas, culturais, econômicas, etc. – e impossíveis de serem acompanhadas pelo legislador, ora porque este não poderá prever soluções concretas às futuras situações remetidas à apreciação judicial. Do mesmo modo que não se pode negar a segurança jurídica que o dispositivo legal (normas positivadas) previamente estabelece.

Em que pese a aproximação entre os sistemas *Common law* e *Civil law*, cada vez mais, o sistema jurídico brasileiro assemelha-se a teoria do *stare decisis*¹, cuja vinculação foi ainda mais expressiva com o Código de Processo Civil de 2015. Não obstante, a coerência, a segurança jurídica, a isonomia e a previsibilidade das decisões judiciais integram os fundamentos basilares à adesão do sistema *stare decisis*, este que torna a utilização dos precedentes impreterível.

À vista disso, notabiliza-se que a adoção pura e simples do precedente², bem como a imprevisibilidade da orientação jurisprudencial em situações juridicamente análogas representa a quebra dos princípios acima elencados, posto que propicie a insegurança jurídica. Sendo assim, para que o ato jurídico seja reputado perfeito é necessária a conformidade com as normas, em decorrência da força obrigatória da jurisprudência e dos precedentes imperantes à época, evitando, assim, a discrepância de demandas. Afinal, *tempus regit actum*.

¹ *Stare decisis et non quita movere* – termo completo – significa “mantenha-se a decisão e não se moleste o que foi decidido” (TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente Judicial como Fonte do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004).

² “Precedente é a decisão judicial tomada à luz de um caso concreto, cujo núcleo essencial pode servir como diretriz para o julgamento posterior de casos análogos” (DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodvm, 2013, p. 385).

3.2 A FORÇA NORMATIVA DOS PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Sob o prisma do Código de Processo Civil de 2015, buscou-se o aperfeiçoamento do *stare decisis*, por meio de mecanismos pertinentes ao sistema de precedentes judiciais e, conseqüentemente, a consolidação e padronização da jurisprudência das cortes supremas.

Inicialmente, ao estabelecer os requisitos e elementos basilares da sentença, o CPC dispõe sobre a fundamentação dos atos judiciais, estabelecendo que:

Art. 489, §1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: V – se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI – deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. (BRASIL, 2015).

Consoante o dispositivo, o julgador não pode se limitar apenas a invocar o precedente, uma vez que é indispensável assinalar os fundamentos determinantes que o levaram a invocá-lo, por meio da orientação consolidada ao caso concreto. Da mesma forma, se não restar demonstrada a distinção entre a situação e o precedente, o juiz não poderá deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte.

3.2.1 Uniformização da Jurisprudência

No tocante à uniformização da jurisprudência, o legislador busca adequação dos entendimentos jurisprudenciais, evitando a dispersão de entendimentos e, conseqüentemente, a insegurança jurídica nas decisões emanadas pelo Poder Judiciário. Conforme determinado pelo art. 926 do CPC, “[...] os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.” (BRASIL, 2015).

Dessa forma, busca-se evitar a errônea aplicação dos precedentes nos casos em julgamento e, concomitantemente, dar efetividade aos princípios da isonomia, da legalidade, da segurança jurídica e da razoável duração do processo. Isto posto, os tribunais devem cingir-se ao contexto fático dos precedentes que motivaram a criação dos enunciados de súmula, conforme preceitua o §2º do art. 926 do CPC.

Notadamente, o CPC abarca um rol de normativas para a aplicação dos precedentes pelos juízes e tribunais, com vistas à observância do disposto. Nesse diapasão, ao juiz impera a força normativa de considerar o precedente que contemple julgamento de caso idêntico ou similar.

3.2.2 A observância do Devido Processo Legal na formação do precedente

Segundo o CPC de 2015, a modificação de entendimento deve embasar-se na forma de evitar prejuízos em razão de mudanças imprevistas das cortes supremas, proporcionando maior segurança jurídica frente ao exercício do direito constitucional de ação do jurisdicionado. Nesse sentido, é impreterível a observância aos julgamentos das cortes superiores, diante da hierarquização dos precedentes, logo, evita-se que situações juridicamente semelhantes, têm seus recursos julgados de forma completamente distinta porquanto feita a distribuição em Turmas Recursais diferentes.

É necessário salientar que a formação do precedente deve obedecer ao devido processo legal. Nessa linha, estabelece o CPC que diante da formação de um precedente é vedada a utilização de fundamento a respeito do qual não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Com efeito, apenas será garantida a estabilidade na utilização de precedente quando restar assegurada a plena participação das partes, haja vista o acesso à justiça amparado constitucionalmente.

3.2.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

O incidente de resolução de demandas repetitivas proposto pelo inciso IV do artigo 988 do CPC apresenta-se como método de solução de demandas

fundadas na mesma questão de direito, frente à possibilidade de provocar insegurança jurídica e violação ao princípio da isonomia, diante de decisões conflitantes.

À vista disso, permite-se minimizar os efeitos decorrentes do grande número de demandas em trâmite no Judiciário, bem como viabilizar aos jurisdicionados um tratamento igualitário.

3.2.4 O Aprimoramento do Sistema Processual Civil

Os mecanismos que contemplam os precedentes judiciais e, concomitantemente, a segurança jurídica, a isonomia e a celeridade processual, devem servir de alicerce para o aprimoramento do sistema processual civil e de modo algum tornar a atuação interpretativa dos juízes morosa e restringir o direito de acesso à justiça.

Nesse sentido, não se pode pensar em Estado Democrático de Direito se não existir um ordenamento coerente, com decisões que se amoldem à ordem jurídica e que sirvam de norte para os demais órgãos do Poder Judiciário. Consta-se, assim, que é por meio da uniformização das decisões judiciais e pela veemente utilização dos precedentes que se concretizarão os princípios da segurança jurídica, da igualdade e da celeridade processual.

4 VANTAGENS DA APROXIMAÇÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS

Cabe ressaltar que o referido processo de influência mútua entre os sistemas confirma os princípios constitucionais e aprimora o Estado Democrático de Direito, em vigor no Brasil. Mediante o raciocínio de Luiz Guilherme Marinoni, tal aproximação necessita de respeito no Direito brasileiro. A garantia da segurança jurídica e da igualdade perante as normas, no país, depende da adoção do instituto dos precedentes, haja vista a realidade de que a lei é interpretada de diversos modos (MARINONI, 2009).

Essa aproximação é positiva, levando em consideração que ambos os sistemas jurídicos possuem vantagens e desvantagens e se complementam. Se

caminharmos para um modo que junte os dois, podemos ter uma justiça mais eficaz e rápida na aplicação do direito e solução de conflitos.

Uma das vantagens do sistema *Common Law* é a economia processual e a previsibilidade das decisões, pois os processos tramitam mais rapidamente, e as decisões são respeitadas por trazerem reiteraões de tribunais que devem ser aceitos pelas instâncias inferiores. Por outro lado, temos a ausência de uma legislação que acaba estabelecendo uma insegurança jurídica nas decisões.

Já no *Civil Law*, as decisões são exigidas para que o juiz efetue uma fundamentação baseada na lei, sujeitando o magistrado às legislaões. Esse fator torna esse sistema um pouco “engessado”, com uma base formal em seus trabalhos, trazendo uma previsibilidade maior nas condutas. Conforme exposto por Luiz Guilherme Marinoni:

Não há dúvida que o papel do atual juiz do Civil Law e especialmente o do juiz brasileiro, a quem é deferido o dever-poder de controlar a constitucionalidade da lei no caso concreto, muito se aproxima da função exercida pelo juiz do Common Law, especialmente a da realizada pelo juiz americano. Acontece que, apesar da aproximação dos papéis dos juizes de ambos os sistemas, apenas o Common Law devota respeito aos precedentes. (MARINONI, 2009, p. 55).

Essa hibridização aparece para equilibrar as condutas de cada sistema jurídico, um serve para complementar o outro. Sendo assim, como já exposto em uma justiça mais equilibrada, justa e eficaz e com essa dita aproximação dos sistemas denota-se uma maior abertura para as questões de justiça e da moral. Posto isso, afirma-se que o sistema possui uma base formal a ser seguida e também a possibilidade de utilização de decisões de tribunais superiores.

CONCLUSÃO

Acerca da apresentação da história, características e aspectos determinantes dos sistemas *Civil Law* e *Common Law* para o ordenamento jurídico brasileiro e internacional, nota-se uma aproximação mútua entre ambos e um processo de aperfeiçoamento que vem vinculando-os, ao estabelecer características comuns. Verifica-se que, apesar de o Brasil ter adotado o

mecanismo *Civil Law* e dar maior destaque à legislação do que às decisões judiciais em si, as mudanças na jurisdição são evidentes.

Logo, a relação de aproximação entre os dois sistemas jurídicos é válida e deve ser considerada por meio de uma análise da evolução histórica do Direito e a sua atual aplicação. Desse modo, destaca-se o uso frequente da jurisprudência e das demais fontes do Direito, que já são permitidas. Além disso, percebe-se a influência de institutos jurídicos como os costumes e os precedentes pelas forças normativas estipuladas pelo Código de Processo Civil de 2015, que trazem um caráter uniformizador relevante.

Verifica-se então que a Lei não deixa de ser o centro do Direito, mas contando com os demais elementos citados, contribui significativamente para uma evolução no funcionamento do ordenamento jurídico brasileiro e internacional. A aproximação desses sistemas jurídicos busca estabelecer maior coerência para atender as demandas, trazer a garantia da segurança jurídica e da isonomia, visto que os dois sistemas se complementam nesse sentido.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004. **Institui o Sistema de Súmulas Vinculantes**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL, Lei n.º 4.657, de 04 de setembro de 1942. **Prevê o Uso da Analogia, dos Costumes e dos Princípios Gerais do Direito, pelo Juiz, quando a Lei for Omissa**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm> Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL, Lei n.º 11.697, de 13 de junho de 2008. **Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11697.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL, Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. **Determina que os Tribunais Devam Uniformizar sua Jurisprudência e Mantê-la Estável, Íntegra e Coerente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>
Acesso em: 27 out. 2019.

DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula. **Curso de Direito Processual Civil**: vol. 2. Salvador: Juspodvm, 2013.

LEITE, Gisele. **A Gradativa Aproximação do Sistema da Civil Law ao Common Law**. 2015. Disponível em:
<<https://professoragiseleite.jusbrasil.com.br/artigos/216296380/a-gradativa-aproximacao-do-sistema-da-civil-law-ao-common-law?print=true>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LEITE, Gisele. **Civil Law Versus Common Law**. 2017. Disponível em:
<http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2532_Gisele_Leite&ver=2628>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Aproximação Crítica entre as Jurisdições de Civil Law e de Common Law e a Necessidade de Respeito aos Precedentes no Brasil**. São Paulo: Revista de Processo, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. **O Precedente na Dimensão da Igualdade**. Disponível em: <<http://www.marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2016/08/O-Precedente-na-Dimens%C3%A3o-da-Igualdade.docx>>. Acesso em: 26 out. 2019.

NASCIMENTO, Márgara Bezerra do. **O Precedente Judicial como Norma e Fonte do Direito no Brasil à Luz do Novo CPC**. 2014. Disponível em:
<http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15223>. Acesso em: 22 jun. 2018.

TEIXEIRA, Benigna. **Breve Reflexão sobre Aproximação do Sistema Civil Law e do Common Law**. 2016. Disponível em:
<<https://benignamaia.jusbrasil.com.br/artigos/369833240/breve-reflexao-sobre-aproximacao-do-sistema-civil-law-e-do-common-law>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

TEIXEIRA, Carla Noura; DOMINGUES, Elaine Cristina Pardi; DOS SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. **Os Precedentes Judiciais no Novo Código de Processo Civil**. In: DOS SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (Coord.); ARAUJO, Marilene (Org.). **O Novo Código de Processo Civil Brasileiro, um Enigma a ser Decifrado**: percepções cognitivas na interpretação da norma. São Paulo: Max Limonad, 2016. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=5iMRDQAAQBAJ&pg=PT163&dq=aproxima%C3%A7%C3%A3o+entre+civil+law+e+common+law&hl=pt->



IX JORNADA
INTERDISCIPLINAR
DE PESQUISA

11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

BR&sa=X&ved=0ahUKEwjEuZWrrL3IAhVbIbkGHT4tBuYQ6AEILzAB#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 out. 2019.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Precedente Judicial como Fonte do Direito.**
São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: VIESES JURÍDICOS E SOCIAIS.

Pietro von Borowski¹
Bianca Tams Diehl²

RESUMO

A delimitação temática desse estudo se dá em torno dos vieses jurídicos e sociais das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre as ações, Mandado de Injunção n.º 4.733 e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26, que buscavam a atuação estatal no tocante às práticas discriminatórias contra a população LGTTTI. Questiona-se a validade e a aplicabilidade de tais decisões mediante a sensibilidade do assunto e os questionamentos jurídicos que as permeiam. O objetivo geral é compreender o teor jurídico dos julgamentos da Suprema Corte. Justifica-se esta investigação pelo fato do tema envolver um tema de grande abrangência, cuja discussão é imprescindível sobretudo à sociedade e seus agentes. A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo. A contribuição do trabalho é de que os receptores tenham uma boa compreensão a respeito do assunto acima citado. A repercussão esperada é a de que atinja tanto a instituição de ensino quanto a sociedade em geral.

Palavras-chave: Homofobia – STF – Decisões.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da chamada criminalização da homofobia, frente ao recente julgamento do Mandado de Injunção n.º 4.733 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26 perante o Supremo Tribunal Federal, impetradas em 2012 e 2013, respectivamente, que tratam ambas acerca do dever do Estado na prevenção e na repressão à violência contra LGTTTI's. A delimitação se dá em torno dos vieses jurídicos e sociais imbricados ao tema, quais sejam: o teor das referidas decisões da Suprema Corte e as implicações destas perante a sociedade e suas instituições.

¹ Acadêmico do curso de Direito – 6º semestre, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Pesquisador do Grupo de Estudos Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). pietrovonb@gmail.com

² Professora do Curso de Direito e Coordenadora do Grupo de Estudos Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Mestre em Direito (URI/SAN). Doutora em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). direitofema1@gmail.com

Busca-se, primeiramente, compreender juridicamente as decisões, na mesma medida em que se questiona sua validade perante possível afronta ao princípio constitucional da separação dos poderes. De modo complementar, mas de maneira igualmente importante, procura-se observar seus efeitos, tanto jurídicos quanto sociais e morais, afastando e esclarecendo posições que não se consolidam ou são contrárias às decisões.

Assim, tem-se por norte verificar a extensão da aplicação e da validade do julgado do Supremo Tribunal Federal. Tal discussão faz-se necessária diante da grande turbacão provocada por tais acórdãos entre a sociedade e o meio jurídico, a fim de sanar e de esclarecer pontos que restam obscuros ou mal interpretados.

Para tanto, far-se-á análise metodológica de cunho qualitativo, baseada em estudo bibliográfico, doutrinário e jurisprudencial, pertinentes ao tema.

Dessa forma, para melhor compreensão do tema abordado, o estudo é dividido da seguinte forma: primeiramente, a seção intitulada “Homofobia: Conceito e Dados no Brasil” trará esclarecimento referente ao que seja a homofobia, abordando o conteúdo de maneira interdisciplinar e apresentando dados e estatísticas sobre a violência contra o grupo minoritário; em seguida, em “A Homofobia no Supremo Tribunal Federal”, será discorrido sobre o material das petições das duas ações constitucionais, reforçando os pontos de principal interesse à pesquisa; de tal ponto, passará à análise dos principais pontos das decisões da Suprema Corte brasileira, primeiramente em “Homofobia e a Mora Legislativa” e em “O Racismo e a Homofobia Para a Suprema Corte Brasileira”, da mesma forma, serão vislumbrados aspectos atinentes ao julgamento, retornando a alguns embasamentos jurídicos apresentados.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 HOMOFOBIA: CONCEITO E DADOS NO BRASIL

A compreensão do que seja a homofobia é extremamente importante para o estudo que se segue. A baliza para tal conceituação, que ofereça interdisciplinarmente o melhor aporte, encontra-se a partir de preceitos

psicológicos e políticos, que não se distanciam da realidade fática comum à sociologia e ao Direito, estando todos interligados. De melhor forma, todas as áreas fornecem cada qual sua parcela para a base deste conceito.

Assim, pode ser compreendida a homofobia “[...] como uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino.” (SILVA; ORTOLANO, 2015, p. 5). Ou seja, trata-se de uma conduta edificada a partir de noções socialmente enraizadas e perpetradas.

Aprofundando, a homofobia nada mais é do que a aversão, o medo ou o desprezo por aquilo que é fixado como contrário aos padrões impostos por modelos alinhados ao patriarcalismo, ao machismo e ao cristianismo, como bem se observa no Brasil. Juridicamente, encontra-se expressa por meio de práticas sociais violentas, ainda que não se possa delimitá-las a uma forma específica (NASCIMENTO, 2010).

No Brasil, os crimes cuja motivação máxima encontram-se no preconceito às orientações sexuais, identidades ou expressões de gênero ainda possuem dados de maneira dispersa e pouco divulgada. Constitui este fato um entrave à luta contra a erradicação da violência contra a população LGBTTTI¹, visto que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos acredita que a coleta de dados constitui o principal mecanismo para análise e avaliação que impulsionam a ação estatal (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015).

Embora esparsos, o Grupo Gay da Bahia é a principal entidade no Brasil responsável pela coleta e pela divulgação de dados acerca da violência contra as minorias sexuais. Segundo o relatório referente ao ano de 2018, 420 pessoas morreram em decorrência da homofobia ou da transfobia, abrangendo também o índice de suicídios que provém destes. Ou seja, aproximadamente a cada 20

¹ Embora a diversidade de siglas existente para a conceituação das minorias sexuais, “A sigla LGBTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) indica uma população formada por pessoas que apresentam orientação sexual diversa do padrão eleito de forma preconceituosa pela sociedade, não obstante serem orientações que sempre existiram na história da humanidade.” (OLIVEIRA, 2013, p.97, *apud* NEVES; PIOVESAN, 2014, p.4). Deste modo, reforça-se que o emprego da sigla refere-se a todo o grupo que não se encontra na normativa sexual ditada pela sociedade, quaisquer que sejam, desde homossexuais a travestis e transexuais, propensos a sofrer represálias e ofensas sociais e individuais em decorrência disto.

horas, uma pessoa morre em razão do preconceito e da discriminação, seja ela exercida por vias psicológicas, tais como o *bullying*, ou pela prática direta da agressão física. Estes dados colocam o Brasil no topo do ranking dos países que mais matam em decorrência da discriminação sexual (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019).

Por isso, é de primazia que a homofobia e a transfobia encontrem, na ordem jurídica brasileira, respaldo ao seu combate, visto que “[...] ferem de morte bens jurídicos da mais alta relevância que nossa comunidade política elegeu como norte de toda a sociedade [...]” (SILVA; BAHIA, 2015, p.198). Aqui, de imediato pode-se identificar: dignidade à vida humana; à vida; o direito à integridade física; à integridade moral; etc. Todos de mando constitucional.

1.2 HOMOFOBIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Os dados acima expostos refletem uma vacância do ordenamento jurídico no sentido da promoção dos objetivos da República, a saber do art. 3º da Constituição Federal de 1988, que prescreve “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988). Tal como lecionam Gabriela Soares Balestro e Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia

Ainda, que há um mandamento constitucional para que o Brasil puna todas as formas de discriminação (art. 3o, IV), incluídas aí as de conteúdo racista (art. 5o, XLII) e quaisquer que sejam atentatórias a direitos e liberdades fundamentais (art. 5o, XLI), da forma como está hoje, já se reconheceu uma proteção especial contra violências decorrentes de cor, raça, procedência nacional e religião (na lei de racismo), violência doméstica (na lei Maria da Penha), menores (ECA), idosos (Estatuto do Idoso); contudo, vive-se um estado de “proteção deficiente”, pois que há uma outra minoria que é alvo de constantes violências de toda ordem que se encontra desprotegida de mecanismos eficazes de proteção das vítimas e punição dos agressores [...] (BALESTRO; BAHIA, 2018, p. 14).

A criação de leis específicas para conteúdos que de maneira geral já se encontram contemplados em outros diplomas, como na Constituição Federal conforme citado acima, reflete uma necessidade do ordenamento jurídico

brasileiro de uma pormenorização legal de diversos aspectos e sombras da vida social.

Conforme relembra Bianca Tams Diehl, a égide do direito penal é a *ultima ratio*. Ou seja, o direito penal deve ser considerado como o último instrumento do ordenamento jurídico para as questões que se apresentarem. Essa situação posta pela criminalização da homofobia confronta outras situações semelhantes que, na visão de Claudio Rogerio de Sousa Lira (2015, *apud* DIEHL, 2016), implicam na sobreposição de legislações penalizadoras, mas com cunho de políticas públicas, ao passo que criam o sentimento de insegurança jurídica, pois os problemas sociais não são confrontados pelo Estado por meio de ações positivas no seu dever de promover a igualdade. Pelo contrário, tal fato põem em descrédito a eficácia tanto das normas penais quanto das próprias políticas públicas (DIEHL, 2016).

Nesse sentido, Robson Cosme de Jesus Alves afirma que alguns fatores da sociedade produzem relações que “[...] levam a uma política criminal emotiva que pode reduzir o Direito Penal a desempenhar uma função, tão só simbólica [...]” (ALVES, 2013, p. 85-86). O resultado é que a efetividade da proteção estatal, conforme acima, se mantém às aparências.

No tocante a esta pesquisa, deve-se a uma raiz histórica da não-identificação de que determinados grupos, aqui evidenciando-se sobretudo LGBTTTI’s, pertençam ao mesmo patamar de fruição de direitos. Neste sentido, Flávia Piovesan e Sandro Silva indicam que tal situação advém da antiga conceituação patológica dada notadamente a homossexuais e travestis (PIOVESAN; SILVA, 2015).

Além, os autores ressaltam que a perpetração dos sinais e das marcas discriminatórias contra a minoria social ganhou reforço com a implementação, em sede do Poder Legislativo, de um grupo fundamentalista, com forte vertente religiosa, principalmente evangélica (PIOVESAN; SILVA, 2015). A posição de tal grupo tem tornado moroso o posicionamento do Congresso Nacional acerca dos projetos de lei que debatem a homofobia e a transfobia, junto a outros assuntos que são pertinentes e necessários.

A morosidade acima referida traz um grande viés negativo: o Congresso Nacional não debate. Sem o debate não há um posicionamento em nenhum

sentido. Ou seja, não se reconhece bem como também não se deixa de reconhecer os direitos do grupo LGBTTTI, em uma espécie de silêncio ensurdecedor.

Diante disso, foram protocoladas as duas ações que são o eixo central desta pesquisa: o Mandado de Injunção n.º 7.733 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26.

O primeiro processo, ADO n.º 26, foi proposto pelo Partido Popular Socialista, PPS, em janeiro de 2013. É importante visualizar os pedidos formulados por meio da petição inicial para a compreensão do julgamento do Supremo Tribunal Federal, sendo eles dispostos da seguinte maneira: o enquadramento da homofobia e da transfobia, sobretudo, dentro do conceito constitucional de racismo, previsto no art. 5º, XLII da CF ou o reconhecimento como discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais, consoante o art. 5º, XLI da CF; em seguida, solicita que se reconheça a mora do Congresso Nacional, sendo este o réu, na aprovação de lei específica acerca do tema; e, de maneira complementar, a fixação de um prazo razoável para que a legislação finalize o rito. Subsidiariamente, a ação requer que tanto a homofobia quanto a transfobia sejam tipificadas, em movimento de atividade atípica do Poder Judiciário em legislar a tal ou que o preceito penal seja incluso dentro da consolidada Lei do Racismo, n.º 7.716/89, e o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado pelas vítimas das práticas discriminatórias, sob o preceito de que a mora legislativa manifesta um sentimento conivente para com tais atos.

Esse movimento, contudo, deve ser observado à luz do processo conhecido como ativismo judicial. Acentuado no período brasileiro do século XXI, Andrei Koerner entende que tal situação se deve aos posicionamentos veiculados pela Suprema Corte em decorrência da convergência para com a administração política do país. Tendo por base, sobretudo, a existência de um vácuo existente na composição e na transposição do regime democrático, que deixaram uma lacuna constitucional em face à sociedade (KOERNER, 2013).

De maneira similar, o Mandado de Injunção n.º 4.733, impetrado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), tece seus pedidos. Nesse sentido, Balestro e Bahia reforçam o conteúdo, tendo que

Tais ações constitucionais visam obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por ser a criminalização específica decorrência da ordem constitucional de legislar relativa ao racismo (art. 5º, XLII) ou, subsidiariamente, às discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI) ou, ainda subsidiariamente, ao princípio da proporcionalidade na aceção de proibição de proteção deficiente (art. 5º, LIV, da CF/88). (BALESTRO; BAHIA, 2018, p.14).

Complementando,

Segue-se que as duas ações mencionadas pleiteiam e buscam o reconhecimento da mesma questão de fundo, qual seja, a omissão inconstitucional do Congresso Nacional em criminalizar a homofobia e a transfobia. A partir do reconhecimento da omissão inconstitucional seguem-se alguns pedidos, veiculados nas duas ações, que dela são consectários. Por isso, convém não simplificar demasiadamente as ações ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal e ter ciência de que a criminalização da homofobia e da transfobia pelo próprio Supremo Tribunal Federal é um (primeiro) pedido subsidiário, formulado apenas na hipótese de, dado o prazo razoável para o Congresso Nacional, este continuar omissa em sua missão constitucional. (SILVA; BAHIA, 2015, p. 200).

Ou seja, o pedido de exercer a função de legislar é subsidiário aos demais e a atenção a este só se volta mediante o indeferimento ou o deferimento parcial dos anteriores.

Tendo tal análise sido pormenorizada, é possível averiguar o conteúdo da própria decisão da Suprema Corte que, embora tenham ações distintas, ocorreram dentro dum mesmo contexto e com o mesmo eixo primário, visto que ambas exerciam pedidos similares, senão idênticos.

1.4 HOMOFOBIA E A MORA LEGISLATIVA

Importante, primeiramente, ressaltar que a mera existência de projetos de lei em tramitação junto ao Poder Legislativo, não interrompe a mora legislativa, que é o eixo principal das ações. Isto resta evidente, visto que, no decurso da votação, o Congresso Nacional manifestou-se pela consideração de que a existência de projetos acerca do tema, em equiparação de assunto e de abordagem, em fase terminativa junto à Comissão de Constituição e Justiça,

ensejaria o não reconhecimento da omissão legislativa. Tal levantamento protocolado pelo Poder Legislativo, entretanto, foi infrutífero. O ministro Celso de Mello reforçou que a “[...] mera existência de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, [...], não tem o condão de afastar, por si só, a configuração, na espécie, de inércia por parte do Poder Legislativo.” (BRASIL, 2019), rememorando a diversidade de projetos existentes que completaram aproximadamente 12 anos no processo legislativo até seu posterior arquivamento devido à falta de tramitação. Mais, o atual decano, reafirmando o voto proferido em relação ao julgamento das demandas constitucionais, constata a atividade de setores políticos no sentido de embaraçar, tendo meramente cunho protelatório e de retardo, a fim de inserir tais projetos, dentre outros, junto à instituição de um novo Código Penal brasileiro, arquivado junto ao Senado Federal sob o n.º 236/2012 (BRASIL, 2019).

Ao encontro, Suellen Vianna Miranda afirma que a omissão inconstitucional constitui nada mais que uma violação a um dever-fazer imposto pela Constituição aos poderes constituídos. A caracterização da mora legislativa se completa se em período razoável de tempo verificarem-se inovações por parte da atividade judiciária ou doutrinárias que complementam a eficácia das normas constitucionais não auto-aplicáveis (MIRANDA, 2012).

Para o ministro Alexandre de Moraes, a análise da omissão constitucional ora suscitada deve ser analisada a partir de duas questões: a primeira refere-se à análise se as condutas homo e transfóbicas enquadram-se como atos atentatórios aos direitos e garantias esculpidos pelo art. 5º, XLI da CF; e a segunda se é obrigatório o mandamento constitucional para a edição de uma norma penal específica para que ocorra a tipificação (BRASIL, 2019).

A primeira questão, no que acompanhou o relator, reconheceu ser incontroversa. A segunda, entretanto, demandou posicionamentos mais fortes em sentidos contrários. Para o Ministro, contudo, ainda que especificamente não imposta a obrigação em legislar pela Constituição Federal, esta é feita genericamente pelo texto do supracitado dispositivo constitucional. E, no que pese a falta de especificidade da abordagem da Carta Política, se faz complementar com as múltiplas orientações e recomendações provenientes do

direito internacional, cuja análise não se faz no momento, pois foge ao mérito da pesquisa.

Nesse sentido, a decisão do Supremo Tribunal Federal reconheceu a omissão inconstitucional do Poder Legislativo federal, na medida em que visualiza a necessidade de criminalização das condutas nocivas à comunidade LGBTTTTI, num movimento identificado como proteção penal aos membros de tal minoria.

Interessante observar que, ao apontar a mora legislativa como uma violação à proteção penal, é possível visualizar o movimento legislativo sob dois prismas. O primeiro diz respeito à proibição da proteção deficiente, atentando que os direitos fundamentais devem observância a exigências mínimas de tutela, na medida em que traça a delimitação da atuação do Estado, obedecendo o que se esperaria de uma atuação positiva suficiente à ordem constitucional. O segundo pode ser visualizado como decorrente do primeiro: refere-se ao movimento da normatização penal como um dos modos de exercício do dever de proteção suficiente do Estado (FELDENS, 2007). Logo, é importante ater que

[...] em situações determinadas – ou determináveis, a partir de uma específica realidade contextual (social, espacial e temporal) – a ausência de adequada proteção normativa coloca em xeque a própria subsistência do direito no âmbito comunitário. Nesse tom, não incorremos em nenhum exagero ao afirmar que a proteção jurídico-penal se afigura como uma condição eventualmente necessária – ainda que insuficiente – à plena realização do direito fundamental. (FELDENS, 2007, p. 10).

Ou seja, embora necessária, e no contexto da presente pesquisa, o objetivo principal, deve-se compreender que a criminalização de tais condutas, aqui notadamente a tipificação específica, não é suficiente para os objetivos que se pretendem alcançar. Assim, o dever do Estado está além da mera atividade legislativa em enquadrar as práticas atentatórias contra as minorias LGBTTTTI em um quadro especial das normas penais. Isso não garante proteção suficiente. A ação do Estado, em tal parâmetro e em outros semelhantes, não pode se restringir a um quadro meramente punitivo, mas também de coibição por meio de práticas preventivas, sobretudo por meio da educação e de campanhas publicitárias nas diferentes mídias sociais.

1.5 O RACISMO E A HOMOFOBIA PARA A SUPREMA CORTE BRASILEIRA

Em prosseguimento ao julgamento referente à Ação, a Suprema Corte fixa entendimento referente à equiparação das condutas homo e transfóbicas em relação ao crime de racismo.

Para o STF, o enquadramento de tais práticas como equiparadas ao racismo é decorrência da mora legislativa e permanece da data do julgamento, a saber 13 de junho de 2019, até a superveniência da norma específica que se incumbe ao Congresso editar.

O entendimento está direcionado à compreensão das condutas atentatórias contra a minoria LGBTTTI como espécies de racismo, previsto na Lei n.º 7.716/89, qualquer que seja a atitude sancionável. Tal posição deriva de precedente anterior, oriundo do *habeas corpus* 82.424/RS, caso levantado pela argumentação da defesa onde tal garantia foi negada pelo reconhecimento do discurso antissemita nos livros de Siegfried Ellwanger como prática de racismo.

Um dos principais e conflitantes pontos que atravessam tanto o julgamento do *habeas corpus* supracitado quanto do mandado de injunção e da ação de inconstitucionalidade reserva-se, inclusive e por mais ambíguo que possa parecer, à vagueza com que a Constituição trata o termo racismo.

Dessa sorte, na visão da Suprema Corte brasileira, o crime de racismo tipificado no ordenamento jurídico pátrio traduz um combate à formação do sentimento de um grupo sobre outro. A análise da equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo passa pela definição dos conceitos ligados a este, inclusive.

A Lei n.º 7.716/89, responsável pela tipificação das condutas racistas, prescreve a punibilidade da discriminação resultante de fatores como raça e cor, sobretudo, acrescentando-se posteriormente as oriundas de etnia, religião e procedência nacional. A compreensão do que seja raça é um dos principais elementos que definem a equiparação firmada pelo STF no julgamento das ações que visam a homofobia.

Conforme Susana Sbrogio'Galia, todas as normas estão propensas à atividade interpretativa evolutiva, de maneira a adequar o seu domínio normativo às variações da realidade social sobre a qual incidem (2006). Nesse sentido, o

Supremo Tribunal, no julgamento do *habeas corpus* 82.424, compreendeu que o termo raça, e portanto também o racismo, deveria ser compatibilizado pela conjugação de fatores sobretudo sociológicos e antropológicos, no que corresponde

HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS: ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO. ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM DENEGADA. 1. Escrever, editar, divulgar e comercializar livros "fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias" contra a comunidade judaica (Lei 7716/89, artigo 20, na redação dada pela Lei 8081/90) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, artigo 5º, XLII). 2. Aplicação do princípio da prescritibilidade geral dos crimes: se os judeus não são uma raça, segue-se que contra eles não pode haver discriminação capaz de ensejar a exceção constitucional de imprescritibilidade. Inconsistência da premissa. 3. Raça humana. Subdivisão. Inexistência. Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela segmentação da pele, formato dos olhos, altura, pêlos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais. **4. Raça e racismo. A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista.** 5. Fundamento do núcleo do pensamento do nacional-socialismo de que os judeus e os arianos formam raças distintas. Os primeiros seriam raça inferior, nefasta e infecta, características suficientes para justificar a segregação e o extermínio: inconciliabilidade com os padrões éticos e morais definidos na Carta Política do Brasil e do mundo contemporâneo, sob os quais se ergue e se harmoniza o estado democrático. Estigmas que por si só evidenciam crime de racismo. Concepção atentatória dos princípios nos quais se erige e se organiza a sociedade humana, baseada na respeitabilidade e dignidade do ser humano e de sua pacífica convivência no meio social. Condutas e evocações aéticas e imorais que implicam repulsiva ação estatal por se revestirem de densa intolerabilidade, de sorte a afrontar o ordenamento infraconstitucional e constitucional do País. 6. Adesão do Brasil a tratados e acordos multilaterais, que energicamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, "negrofobia", "islamofobia" e o anti-semitismo. 7. A Constituição Federal de 1988 impôs aos agentes de delitos dessa natureza, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, ad perpetuum rei memoriam, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática. **8. Racismo. Abrangência. Compatibilização dos conceitos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos ou biológicos, de modo a construir a definição jurídico-constitucional do termo. Interpretação teleológica e sistêmica da Constituição Federal, conjugando fatores e**

circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram sua formação e aplicação, a fim de obter-se o real sentido e alcance da norma. 9. Direito comparado. A exemplo do Brasil as legislações de países organizados sob a égide do estado moderno de direito democrático igualmente adotam em seu ordenamento legal punições para delitos que estimulem e propaguem segregação racial. Manifestações da Suprema Corte Norte-Americana, da Câmara dos Lordes da Inglaterra e da Corte de Apelação da Califórnia nos Estados Unidos que consagraram entendimento que aplicam sanções àqueles que transgridem as regras de boa convivência social com grupos humanos que simbolizem a prática de racismo. 10. A edição e publicação de obras escritas veiculando idéias anti-semitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao discrimen com acentuado conteúdo racista, reforçadas pelas conseqüências históricas dos atos em que se baseiam. 11. Explícita conduta do agente responsável pelo agravo revelador de manifesto dolo, baseada na equivocada premissa de que os judeus não só são uma raça, mas, mais do que isso, um segmento racial atávica e geneticamente menor e pernicioso. 12. Discriminação que, no caso, se evidencia como deliberada e dirigida especificamente aos judeus, que configura ato ilícito de prática de racismo, com as conseqüências gravosas que o acompanham. 13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo", dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. 15. "Existe um nexo estreito entre a imprescritibilidade, este tempo jurídico que se escoia sem encontrar termo, e a memória, apelo do passado à disposição dos vivos, triunfo da lembrança sobre o esquecimento". No estado de direito democrático devem ser intransigentemente respeitados os princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos. Jamais podem se apagar da memória dos povos que se pretendam justos os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável. 16. A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admitem. Ordem denegada. (BRASIL, 2004) [grifo nosso].

Ou seja, o Supremo Tribunal Federal compreende que o racismo, assim como as demais normas inscritas no ordenamento, está apto a sofrer mutações de acordo com as variantes sociais, sobretudo. Deve-se depreender que ele se funda no sentimento de superioridade de um grupo, qualquer que seja, em relação a outro, baseado em quaisquer características ou elementos. Para tal,

[...] os métodos interpretativos utilizados foram o gramatical (semântico) – haja vista ter se buscado na própria palavra “racismo” a sua definição; o histórico, por meio do qual tentou se reconstruir a inclusão de emenda à Constituição Federal sobre racismo, no período da Assembleia Constituinte; em seguida o teleológico, de modo a extrair/aplicar interpretação harmônica da Constituição Federal, tendo em vista os princípios fundamentais da república federativa, os princípios que regem a ordem internacional, e o possível conceito jurídico-penal do crime de racismo. (OLIVEIRA, 2015, p. 52-53).

No que pese tal preceito ter sido instituído sob a égide do conflito entre a prática de um ilícito penal e a liberdade de expressão, sua observância é de valia, pois avança sobre o julgamento do mandado de injunção e da ação de inconstitucionalidade. A aplicação de um conceito abrangente para a designação do termo “racismo” e, conseqüentemente, uma abertura à tipificação de condutas, se reserva à influência, sobretudo, do direito estrangeiro, com primazia de julgados de cortes europeias e de tratados internacionais também.

CONCLUSÃO

Diante da pesquisa provida pelo presente artigo, é possível inferir que a homofobia, tanto na realidade brasileira quanto pela óptica do nosso ordenamento jurídico, acarreta um debate sensível. Tal disposição se estende também a atos que tenham alvo outros grupos minoritários, inclusive. Entretanto, a Constituição Federal, em toda sua delimitação política e legislativa, não se eximiu de apreciar esses aspectos, ainda que de maneira genérica ou inseridas posteriormente por meio de emendas.

Os mandamentos constitucionais, contudo, carecem da vontade do legislador. A homofobia e demais práticas semelhantes se apresentam dessa forma, devendo inclusive sua acentuação pública nos anos vindouros à promulgação da Constituição. Mas esses assuntos, especificamente, encontram a má-vontade do legislador em debatê-los como principal barreira às mudanças necessárias, bem como à necessidade de não se indispor perante grupos sociais de cunho fundamentalista dos governos.

Nesse diapasão, ganha força o proeminente ativismo judicial, protagonizado, sobretudo, pelo Supremo Tribunal Federal e, conseqüentemente,

o julgamento de atividades que deveriam se reportar ou à atividade legislativa ou à atividade executiva. Mais, acarreta o aprofundamento de problemas sensíveis e prementes do sistema jurídico brasileiro, neste caso em específico: a transferência de problemas sociais, que deveriam ser alvos de políticas públicas, ao sistema penal e, em decorrência, o majoramento de normas penais simbólicas.

Concluindo, como resultado de uma análise crítica do exposto, tem-se que, embora seja um assunto de máxima valia à sociedade contemporânea, deve-se ressaltar o perigo residente nas ações constitucionais, pois resultam movimentos de insegurança, promovendo o exercício de interpretações extensivas que tendem a fugir da normativa nacional. Ademais, a atividade de criminalização possui a vertente de voluptuar o sistema jurídico, numa ansiedade da sociedade por respostas rápidas a quaisquer problemas que surjam no cotidiano social, devido, sobretudo, a um sentimento de vacância estatal diante de certas condutas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Robson Cosme de Jesus. **A (Des)Necessidade de Criminalização da Homofobia**. 2013. 128 pág. Dissertação de mestrado em direito. Universidade Federal de Alagoas, Maceió: 2013.

BALESTRO, Gabriela Soares; BAHIA, Alexandre Melo Franco de Moraes. Minorias Sexuais e Homofobia no Direito Brasileiro: breves delineamentos constitucionais **Revista Videre**, v.10, n.19. Dourados, 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/6829/4430>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO: 26 DF**, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 13/06/2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC: 82424 RS**, Relator: MOREIRA ALVES, Data de Julgamento: 17/09/2003, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 19-03-2004 PP-00017 EMENT VOL-02144-03 PP-00524. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **MI: 4733 DF**, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 13/06/2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

DIEHL, Bianca Tams. **A Juridicização da Vida Frente à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**: um olhar educativo para as políticas públicas de prevenção e erradicação da violência. 2016. 281 pág. Tese de doutorado em educação nas ciências. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí: 2016.

FELDENS, Luciano. Deveres de Proteção Penal na Perspectiva dos Tribunais de Direitos Humanos. **Direitos Fundamentais e Justiça**, n.1, 2007. p. 214-230.

Grupo Gay da Bahia. **População LGBT Morta no Brasil: #relatório GGB 2018**. 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

Inter-American Commission on Human Rights. **Violência Contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas/ Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

KOERNER, Andrei. Ativismo Judicial? Jurisprudência constitucional e política no Brasil pós-88. **Novos Estudos**, n.96, São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a06n96.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MIRANDA, Suellen Vianna. **Omissão Inconstitucional**: poder judiciário como legislador positivo e a evolução dos efeitos do mandado de injunção. 2012. 28 pág. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação de magistratura. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2012.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman. Homofobia e Homofobia Interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativa? **Athenea Digital**, n.17, 2010. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/n17-nascimento/652-pdf-pt>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ygor Werner. **O STF e o “Caso Ellwanger”**: a interferência dos fatores extralegais no processo de delimitação das decisões judiciais. 2015. Disponível em <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/757/636>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

PIOVESAN, FLÁVIA; SILVA, SANDRO GORSKI. **Diversidade Sexual e o Contexto Global**: desafios à plena implementação dos direitos humanos

LGBTI. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/20949/15342>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SBROGLIO'GALIA, Susana. **Mutações Constitucionais Interpretativas e Proteção do Núcleo Essencial dos Direitos Fundamentais**. 2006. 195 pág. Tese de mestrado em direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006.

SILVA, DIEGO BACHA; BAHIA, ALEXANDRE GUSTAVO MELO FRANCO. Necessidade de Criminalizar a Homofobia no Brasil: porvir democrático e inclusão das minorias. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v.60, n.2, Curitiba, 2015, p. 177-207.

SILVA, Alessandro Soares; ORTOLANO, Fábio. **Narrativas Psicopolíticas da Homofobia**. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v7n1/v7n1a02.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

OS DESAFIOS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR E SEUS REFLEXOS NAS APRENDIZAGENS DISCENTES

Alessandra Duncke¹
Juliane Colpo²

RESUMO

O presente artigo se dedica ao estudo acerca dos desafios docentes no ensino superior e seus reflexos nas aprendizagens discentes. Com foco na modificação do cenário educacional baseado em um ensino construtivista, questiona-se sobre a didática e as metodologias que os professores podem utilizar para cativar e despertar o interesse pela aprendizagem nos alunos em tempos digitais? Objetiva-se analisar os desafios de ser professor em tempos de transformações na construção do aprender, para compreender a evolução das teorias de aprendizagem investigando as novas formas de construção do conhecimento baseado nas metodologias ativas. O estudo foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro abordou os aspectos históricos e conceituais da contextualização e da construção da professoralidade e da docência. No segundo foi dissertado acerca da demanda atual e o novo modelo de ensino e aprendizagem, abordando os papéis exercidos pelo docente contemporâneo e as aprendizagens discentes nesse contexto. Encerrando este estudo, teve o terceiro capítulo que trata sobre as metodologias ativas desafiando as transformações docentes, suas possibilidades e impossibilidades. Este estudo caracteriza-se quanto a sua natureza como uma pesquisa com abordagem dedutiva, quanto ao procedimento será uma pesquisa bibliográfica com fins explicativos. A geração de dados é realizada por meio indireto, bibliográfica e documentalmente. Assim, o trabalho apresenta a importância de uma reflexão sobre o papel do docente diante da alteração do cenário educacional de um ensino e aprendizagem baseado no protagonismo do discente.

Palavras-chave: Ensino e Aprendizagem - Metodologias Ativas – Construtivismo.

INTRODUÇÃO

O cenário educacional vive um momento de adaptação frente as mudanças ocorridas no processo de ensino e aprendizagem, de uma pedagogia

¹ Mestranda do PPGDireito URI, campus de Santo Ângelo/RS. Pós Graduada em Práticas Pedagógicas para a Docência no Ensino Técnico, Tecnológico e Superior pelas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA/Santa Rosa/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Novos Direitos em Sociedades Complexas”, cadastro e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado da URI campus de Santo Ângelo. E-mail: ale_duncke@hotmail.com

² Mestre em Educação Nas Ciências, Psicóloga, Docente e coordenadora do NAP, das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA. jcolpo@fema.com.br

transmissiva para uma pedagogia construtivista, instigando assim, o docente universitário contemporâneo no planejamento de suas aulas no momento em que este depara-se com o desafio de traçar alternativas de metodologias que enfatizem o protagonismo do discente na construção do seu conhecimento.

Este artigo não tem a pretensão de esgotar a riqueza deste tema, mas sim, refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem baseado nas metodologias ativas, bem como os papéis desempenhados pelo docente a partir do protagonismo do aluno. Salientando a adoção de uma pedagogia baseada em uma maior interação do discente em uma construção conjunta do seu conhecimento, deixando de lado a pedagogia tradicional apenas transmissiva; estimulando no educando a sua autoaprendizagem, a sua capacidade crítica e reflexiva, bem como o desenvolvimento do trabalho em equipe.

O objetivo geral da investigação é analisar os desafios de ser professor em tempos de transformações na construção da aprendizagem, para compreender a evolução das teorias de aprendizagem, investigando as novas formas de construção do conhecimento baseado nas metodologias ativas.

Os objetivos específicos são: estudar os aspectos históricos e conceituais da construção da professoralidade; investigar a demanda atual e o novo modelo de ensino e aprendizagem, pesquisando ainda, os desafios da aplicação das metodologias ativas.

Com efeito, o trabalho trata acerca da importância de uma reflexão sobre o papel do docente diante da alteração do cenário educacional de um ensino e aprendizagem baseado no protagonismo discente, em que o educador contextualiza o aprendizado e medeia o processo educacional, caracterizando-se apenas como um facilitador da aprendizagem.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA PROFESSORALIDADE E DA DOCÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.

Vive-se na era da globalização em que tudo está em constante movimento, se reconstruindo e ganhando novas formas e significados.

Principalmente no que se refere às novas formas de aprendizagens e a troca de informações para a construção do conhecimento dos indivíduos.

Neste aspecto torna-se relevante analisar os conceitos e funções que caracterizavam aquele que possui um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, que é o Professor.

Antigamente, a função do docente era a de transmitir o conteúdo, em que somente ele, era o protagonista e que muitas vezes não aceitava ser questionado pelos seus alunos. Suas aulas eram planejadas com muita antecedência, e não raras vezes, utilizadas por anos sem sofrer qualquer atualização.

A técnica mais utilizada por estes profissionais até pouco tempo atrás para desenvolver nos alunos a aprendizagem era por meio da repetição e memorização dos conteúdos, o que levava a um conhecimento momentâneo, ocasionando o esquecimento de grande parte destas informações pelos discentes. Outro ponto a ser mencionado é sobre o *layout* das salas de aulas, em que até hoje as carteiras dos alunos encontram-se enfileiradas uma atrás da outra, para que não haja nenhum tipo de contato entre eles.

Neste capítulo, pretende-se abordar alguns aspectos referentes à evolução das teorias de aprendizagens, bem como a construção e reconstrução da posição do professor em tempos atuais.

1.1 EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

A evolução do processo de ensino e aprendizagem pode ser observado por meio de suas teorias, dos princípios e características que cercam cada uma delas. A primeira é considerada a ambientalista, que coloca todo o seu objetivo no conteúdo a ser transmitido para o aluno, caracterizando-se como uma pedagogia diretiva, onde o professor é o grande protagonista deste processo (LIMA, 2017).

Já a teoria inatista, corresponde a uma pedagogia não diretiva levando em consideração as individualidades de cada aluno, pois é ele o grande protagonista deste sistema. Por fim, a teoria interacionista representa a mediação entre o indivíduo e o seu objeto de conhecimento, esta é uma tradução

da pedagogia construtivista, que leva em consideração todos os fatores sociais e culturais no procedimento de ensino e aprendizagem (LIMA, 2017).

O construtivismo corresponde a uma visão pós-moderna das tendências de ensino e aprendizagem para o campo da educação e o responsável pela criação desta nova teoria foi Jean Piaget¹.

Newton Duarte, explica que esta teoria, “[...] trata-se da ideia de que o que chamamos de conhecimento não tem, e não pode ter, o propósito de produzir representações de uma realidade independente, mas antes tem uma função adaptativa”. (DUARTE, 2001, p. 121).

Um dos grandes objetivos desta teoria é fazer com que os conteúdos a serem mediados entre professores e alunos cheguem o mais próximo da realidade de mundo daqueles que estão dispostos a aprender. Este novo método de ensino visa uma construção conjunta do conhecimento, fazendo com que o aluno compreenda a teoria do conteúdo que está sendo trabalhada e a aplique a sua realidade e a uma visão geral de mundo.

A crítica desenvolvida pela teoria construtivista é de que os conhecimentos não podem literalmente serem transmitidos aos alunos, pois se os mesmos não fizerem sentido para eles, não ocorrerá a aprendizagem. Por isso, a interação dos discentes na construção do seu saber torna-se cada vez mais importante neste processo de mediação do conhecimento das teorias e de sua realidade, para que de fato ocorra a assimilação dos conteúdos.

Uma das principais inovações no campo da educação no que se refere às práticas pedagógicas foi a desenvolvida por Jean-Jaques Rousseau, na qual retirou o foco do professor e o do conteúdo a ser transmitido, para as reais necessidades e interesses de seus discente. Essa mudança na metodologia de ensino ganhou repercussão com o movimento escolanovista², que abriu portas

¹ Jean Piaget era um psicólogo suíço que desenvolveu a sua teoria de aprendizagem por meio de pesquisas de observação e entrevistas realizadas com crianças, que possuía como objetivo analisar o processo de raciocínio desenvolvidos por elas. Por meio de seus estudos concluiu que o desenvolvimento cognitivo é uma evolução gradativa do indivíduo, na qual sofre influência do seu estágio mental.

² O movimento escolanovista foi desenvolvido por educadores europeus e norte-americanos, no fim do século XIX e início do século XX, na qual questionavam os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem aplicados nas escolas. Este movimento propôs uma análise e uma nova compreensão dos métodos empregados neste processo, desenvolvendo um ensino democrático focado principalmente no aluno.

para a criação de novas instituições de ensino e métodos educacionais voltados para uma aprendizagem ativa (LIMA, 2017).

A pedagogia construtivista por sua vez, baseou-se nas teorias desenvolvidas por grandes pesquisadores como Jean Piaget, David Ausubel, Henri Wallon e Lev Vygotsky na qual conceituou a “[...] aprendizagem como um processo de construção do conhecimento e o ensino como um apoio a esse processo de construção.” (SALVADOR, 2000, p. 357 apud LIMA, 2017, p. 423).

O processo de ensino e aprendizagem vai além dos fatores educacionais e dos limites da escola, devendo tanto docentes quanto a própria instituição observar todos os elementos que possam interferir nesse processo. Para isso, é necessário um estudo que leve em consideração os pontos sociais, culturais e as individualidades de seus alunos, para que de forma conjunta possam desenvolver o saber e construir o seu conhecimento.

1.2 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS DIANTE DA TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO EDUCATIVO

Na atualidade, o modelo transmissivo de ensino e aprendizagem já não mais cativa os alunos e torna-se um mecanismo obsoleto na construção do conhecimento, pois os discentes que nasceram na era digital¹, não conseguem manter o seu foco por muito tempo somente em um assunto e precisam interagir com o seu objeto de estudo.

Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimento. (LEVY, 2008, p. 158 apud MARTINS; MOSER, 2012, p. 24).

Para Gil, principalmente o professor universitário deve apresentar determinadas qualificações que “[...] envolvem um conjunto de traços

¹ A era digital corresponde ao período que se iniciou no fim do século XX, onde possibilitou a troca de informações e conhecimentos de forma quase que instantânea devido aos avanços tecnológicos que foram desenvolvidos ao longo do tempo, como por exemplo a internet.

classificados como aptidões, conhecimentos específicos e experiência profissional, dentre outras.” (GIL, 2015, p. 21). Admitimos durante um vasto período que a função do professor era o de ensinar, mas segundo os discípulos das ideias de Carl Rogers¹, essa concepção da função do docente modificou-se para o de ajudar o estudante a aprender (GIL, 2015).

Desta forma, o docente passou a ser um mediador do conhecimento e sua função é indagar os seus alunos sobre problemas que envolvam o conteúdo a ser trabalhado e juntos desenvolverem conceitos e soluções para melhor resolve-los, tornando o aluno a grande protagonista neste contexto. Dificilmente os conteúdos trabalhados e desenvolvidos por eles por meio desta perspectiva, serão esquecidos.

A função que caracterizava o professor evoluiu de um profissional que primava pela repetição, para um grande incentivador pela busca do conhecimento. Não estamos aqui de forma alguma menosprezando os profissionais daquela época, pois aquele método de ensino funcionava para aquele período histórico.

Na atualidade, o docente universitário possui um grande desafio em suas mãos, pois ele deve mediar o conteúdo que a ser compreendido pelo aluno ao mesmo tempo que cria estratégias para interagir de forma didática com o seu público alvo.

Para cativar e incentivar a busca pelo conhecimento desta nova geração de discentes, os professores devem se adaptar a essa nova realidade educacional para tentar manter o foco dos seus alunos o máximo possível, pois cada um possui uma forma e um tempo para assimilar e aprender. Martins e Moser (2012) fazem um alerta aos novos profissionais da educação, para que levem em consideração não apenas o que querem ensinar, mas é de suma importância que estes possuem uma sensibilidade para captar a percepção dos alunos, do que lhes está sendo ensinado.

¹ Carl Rogers possuía formação em psicologia e desenvolveu em suas práticas a teoria de uma aprendizagem não diretiva, atribuindo ao aluno a responsabilidade pela construção do seu conhecimento. Diante disso, a finalidade do professor é somente a de mediar e facilitar o aprendizado do educando, desenvolvendo no mesmo a habilidade de aprender o que ele quiser (FERRARI, 2008).

Uma sugestão apresentada pelos autores como uma forma de gerar um compromisso na participação dos alunos em sala é antes da aula lançar questionamentos na internet sobre a temática que será desenvolvida naquele dia. Desta forma, haverá uma maior interação dos alunos com seus colegas por meio de discussões para tentar solucionar os problemas expostos (MARTINS; MOSER, 2012).

Outra proposta apresentada por Conceição e Schneider, é utilizar o aplicativo do *WhatsApp* para compartilhar conteúdos e dúvidas a respeito da temática a ser trabalhada. Desta forma, a utilização de uma nova metodologia de ensino com a inserção das tecnologias digitais tornar-se-á mais atraente e participativa por parte dos discentes. Segundo os autores, a interação aqui não corresponde somente a troca de conhecimento, mas em um processo dialético e uma construção mútua do saber (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2016).

Tal cenário impõe aos centros educacionais e aos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem, uma revisão do seu papel e das didáticas adotadas por estes para melhor compreender e desenvolver a autonomia dessa nova geração de estudantes na busca pelo conhecimento.

2 A DEMANDA ATUAL E O NOVO MODELO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A mudança no cenário educativo de uma pedagogia transmissiva para uma pedagogia construtivista levou a uma resignificação tanto dos papéis exercidos pelo docente como do discente no contexto atual. Como já foi abordado anteriormente, o professor deixa de ser o centro desse processo de ensino e aprendizagem, para tornar-se um mediador e facilitador do conhecimento.

Da mesma forma, o discente possui uma responsabilidade maior na construção do seu saber, tornando-se ele, o verdadeiro protagonista e ator deste sistema. Por muito tempo a educação foi considerada homogênea, em que preconizava o método de ensino de forma igualitária, sem levar em consideração as individualidades de seus alunos.

Neste capítulo abordar-se-á os papéis desejáveis para o docente contemporâneo, bem como objetivará entender quem é o aluno universitário na atual condição e contexto do Ensino Superior.

2.1 A DOCÊNCIA CONTEMPORÂNEA: PAPÉIS E POSIÇÕES EM TRANSFORMAÇÃO.

O docente além de possuir um papel de mediador entre o conhecimento e seus alunos, desempenha diversos outros papéis que são inerentes a sua função. McKeachi um grande estudioso da didática do ensino superior elencou os papéis deste profissional universitário em “[...] especialista, autoridade formal, agente de socialização, facilitador, ego-ideal e pessoa.” (GIL, 2015, p. 22).

Para os pesquisadores Conceição e Schneider ser professor é “[...] viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade.” (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2016, p. 812). Isso nos faz refletir que o docente necessita acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e utilizá-las a seu favor dentro de sua sala de aula, mas ao mesmo tempo precisa interagir e ter a sensibilidade para compreender os objetivos, dificuldades e angústia de seus alunos.

Pois na visão de Paulo Freire o professor não só transforma a informação transmitida a seus alunos em conhecimento e desenvolve a capacidade crítica dos mesmos, mas também forma pessoas (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2016). Esta é uma visão humanista da arte de ensinar, em que o docente exerce um dos papéis mais difíceis que é o de desenvolver o respeito entre os indivíduos, a empatia e os valores sociais, que muitas vezes não são ensinados pela família de seus alunos.

Com as mudanças ocorridas no campo da educação, Goodyear por sua vez formula “[...] sete papéis para os professores: facilitador do conteúdo, pesquisador, assessor, facilitador do processo, designer, tecnólogo e consultor.” (GIL, 2015, p.15).

Gil (2015) compreende que os papéis desempenhados pelos docentes universitários vão além dos mencionados acima, devido ao dinamismo existente neste processo de ensino e aprendizagem. Identificou em sua pesquisa vinte e

sete papéis desempenhados por este profissional, classificando-os em: administrador, especialista, aprendiz, membro de equipe, participante, didata, educador, diagnosticador de necessidades, conferencista, facilitador de aprendizagem, modelo de profissional e professor, assessor do estudante, coach, conselheiro, agente de socialização, instrutor, líder, animador de grupo, avaliador, planejador de disciplina, preparador de material, elaborador de guias de estudos, pesquisador, assessor de currículo, pessoa.

Pode-se inferir que o papel e a função do docente universitário contemporâneo é ser o estímulo para os seus alunos, despertando nos mesmos, o prazer de aprender. Está não é uma tarefa fácil a ser desempenhada, mas é algo engrandecedor para aqueles que observam a evolução e a construção contínua do saber de seus alunos.

Mas sem dúvidas, a formação profissional do docente é uma prática social construída ao longo do tempo, que necessita de mecanismos teóricos e metodológicos referentes as técnicas de ensinar e aprender. Grande parte destes profissionais estão em uma busca constante de aperfeiçoamento para melhor otimizar suas aulas, mas como em todas as áreas sabe-se que alguns profissionais da educação estacionaram no tempo e não prezam pela sua formação continuada, produzindo obstáculos ao desenvolvimento de suas aulas e às aprendizagens de seus alunos.

2.2 AS APRENDIZAGENS DISCENTES DIANTE DA NOVA DEMANDA DE ENSINO

Dentre os vários reflexos desse novo cenário educacional vale destacar a ampliação da heterogeneidade na sala de aula. Administrar isso didaticamente passa a ser um desafio para o professor contemporâneo. Deste modo, é fundamental o papel do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem, para que ele compreenda quais os anseios de seus alunos e escolha a melhor metodologia a ser utilizada em cada caso.

Contemplar as individualidades de seus alunos é fundamental para que haja uma maior facilidade de aprendizagem e participação deste na construção do seu conhecimento. Torna-se relevante a compreensão por parte do docente

das variáveis existentes dentro da sua sala de aula, para que possa redefinir os conteúdos a serem abordados e as técnicas empregadas para tanto.

Os estudantes universitários, segundo o estudo desenvolvido por Gil, na qual examinou a classificação de Mann que observou de forma emocional os estudantes classificou-os em: “[...] complacentes, ansioso-dependentes, trabalhadores desanimados, estudantes independentes, heróis, franco atiradores, estudantes que procuram atenção e silenciosos.” (GIL, 2015, p. 43).

Segundo a classificação de Mann, existem estudantes que são inteiramente dependentes do professor e são treinados apenas para resolver tarefas, não desenvolvem realmente a aprendizagem do conteúdo. Ainda, há aqueles que ficam limitados aos conteúdos que o professor passa em sala de aula e que estão desanimados tanto no que se refere à educação, quanto a si mesmos. Porém, há exceções, alguns alunos são independentes e criativos na busca da aprendizagem. Há ainda, aqueles que desaviam o professor, denominados de franco-atiradores, esses são os mais difíceis de manejar, pois estão cheios de cinismo, como há também aqueles estudantes que procuram e vão para a academia apenas para terem contatos sociais (GIL, 2015).

Outra classificação examinada por Gil foi a desenvolvida por Astin, que classificou os estudantes em: “[...] sábio, o ativista social, o artista, o hedonista, o líder, o direcionado para *status* e o aluno descomprometido.” (GIL, 2015, p. 46). Esta classificação é semelhante a anterior em alguns aspectos, no que se refere a estudantes descomprometidos que não possuem interesse realmente na aprendizagem, que vão a academia para saírem de casa e aumentarem a sua lista de contatos pessoais.

Contudo, há aqueles estudantes que de certa forma incentivam o professor a continuar nesse caminho desafiador na construção do conhecimento, que são aqueles que não se limitam, são autoconfiantes, participativos tanto em sala de aula como em programas desenvolvidos pela comunidade, que buscam o seu crescimento pessoal e financeiro.

Existem alguns fatores que influenciam a aprendizagem tanto das crianças como dos adolescentes e adultos, quais sejam: fatores emocionais, sociais, a própria motivação que leva o estudante a aprender, a concentração

desempenhada para esse momento e até mesmo os hábitos de estudos fora da sala de aula.

Além desses fatores mencionados, há fatores que são natos de cada indivíduo em que cada um possui forças cognitivas diferentes uma das outras, fazendo com que possuam mais facilidade para aprender determinados assuntos do que outros.

3 AS METODOLOGIAS ATIVAS DESAFIANDO AS TRANSFORMAÇÕES DOCENTES

Ensinar vai além do simples fato de dizer o conteúdo, exige a participação mútua daqueles que estão envolvidos neste processo. Percebe-se ainda, que há uma enorme influência do método de ensino tradicional, baseado no comportamento passivo do aluno e o protagonismo do professor. Porém, não podemos mais admitir um “aprendizado” por meio da memorização, que oferece um conhecimento momentâneo somente para um lapso de tempo e não uma aprendizagem de fato.

As metodologias ativas surgem como uma alternativa de uma aprendizagem significativa, que busca a autonomia do educando por meio de uma pedagogia baseada na problematização (PAIVA; PARENTE; BRANDÃO; QUEIROZ, 2016). Onde as aulas deixam de ser apenas expositivas por parte do professor e o aluno tem uma maior interação na construção do seu conhecimento.

A proposta da aplicação das metodologias ativas é estimular a autoaprendizagem dos alunos aguçando a curiosidade pela pesquisa, desenvolvendo ainda a capacidade de reflexão e análise de determinadas situações para tomadas de futuras decisões, tornando o docente apenas um facilitador na construção do conhecimento (BERBEL, 2011 apud DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

As novas metodologias proporcionam uma maior interação do aluno no processo educacional, potencializando a sua capacidade reflexiva e crítica. A sua aplicação possui o intuito de promover a: “[...] (i) proatividade, por meio do comprometimento dos educandos no processo educacional; (ii) vinculação da

aprendizagem aos aspectos significativos da realidade; (iii) desenvolvimento do raciocínio e de capacidades para intervenção na própria realidade; (iv) colaboração e cooperação entre participantes.” (LIMA, 2017, p. 424).

As metodologias ativas colocam o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, possibilitando uma maior interação deste na construção do seu conhecimento. Exigindo e delegando a esses discentes, competências como:

[...] leitura, pesquisa, comparação, observação, imaginação, obtenção e organização dos dados, elaboração e confirmação de hipóteses, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, construção de sínteses e aplicação de fatos e princípios a novas situações, planejamento de projetos e pesquisas, análise e tomadas de decisões. (SOUZA; IGLESIAS; PAZIN-FILHO, 2014 apud DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 274).

As redes sociais e a propagação das tecnologias móveis tornam-se um espaço favorável para a construção do conhecimento de forma colaborativa, em um processo conjunto entre professores e alunos, independentemente se este ocorre de forma virtual ou presencial. Isso possibilita a investigação de uma determinada problemática e a participação não só de um pequeno grupo, mas sim de vários indivíduos, que em tempo real buscam a melhor solução para o seu questionamento.

Um mecanismo que pode ser utilizado pelo docente universitário nesse sentido como já relatado no primeiro capítulo, é a criação de grupos de *WhatsApp* ou no *Facebook* que possam ser espaços de referências de trocas de conhecimentos, de textos, de projetos e dúvidas. Tornando-se um instrumento de socialização entre os alunos, ao mesmo tempo em que promove a construção, a reconstrução do conhecimento e a partilha de novas informações descobertas por eles, possibilitando a geração de novos conhecimentos (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2016).

O novo profissional da educação deverá planejar as suas aulas de forma que organize atividades dentro e fora da sala de aula, como também atividades individuais e em grupos, disponibilizando materiais extraclasse para leituras, e que estes sejam objetivos, para otimizar o tempo de seus discentes. Devendo

ainda, observar a heterogeneidade da sua sala de aula no momento de seu planejamento.

As atividades a serem propostas deverão ser pensadas na perspectiva daqueles que as desenvolverão, ou seja, focadas na aprendizagem dos estudantes, visto que este é objetivo central deste processo de ensino e aprendizagem. Exigindo do docente a busca por metodologias que desenvolvam no aluno o seu protagonismo, autonomia e fortaleça a sua motivação (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

No processo de aplicação e desenvolvimento das metodologias ativas em sala de aula, torna-se de suma importância a formação do professor para o uso destes mecanismos digitais. Mas não é somente ele que deverá adaptar-se a essa nova metodologia de ensino, mas sim toda a instituição que ele está inserido, pois necessitará o suporte de equipamentos necessários para a sua aplicação. Devendo ainda, a instituição de ensino adaptar a sua estrutura curricular para que assim possa atender melhor as expectativas de seus alunos.

As metodologias ativas não correspondem somente a utilização de meios eletrônicos dentro ou fora da sala de aula, elas vão além disso, pois correspondem a uma nova forma de ensinar e aprender. Um exemplo de uma nova configuração desse processo é a aplicação de uma metodologia baseada na problematização que possui como finalidade à integração de conhecimentos e o estímulo de um olhar crítico e reflexivo sobre a prática (LIMA, 2017).

Uma educação problematizadora entende que a aprendizagem ocorre no final da resolução de uma situação problema. Na qual exige a participação ativa e a todo momento de todos aqueles que estão envolvidos nesse processo, construindo desta forma, uma aprendizagem que se torna significativa para estes sujeitos (PAIVA; PARENTE; BRANDÃO; QUEIROZ, 2016).

Assim, os estudantes estarão desenvolvendo diversas habilidades que estimulem a sua aprendizagem. Fazendo com que seja oportunizado aos mesmos, momentos de reflexões, discussões e trocas de conhecimentos. Para tanto, o professor deverá ter a sensibilidade de saber o momento de interferir, de estimular e provocar o pensar de seu aluno.

Uma das metodologias fundamentada na resolução de problemas é a espiral construtivista, em que a identificação dos problemas parte dos

conhecimentos pré-concebidos dos alunos e assim formam grupos por afinidades das problemáticas. Em que os discentes formulam hipóteses explicativas que possam vir a se confirmar ou não, necessitando a busca de conhecimento em diversas fontes, que deve ser estimulada e apoiada pelo facilitador, que neste caso corresponde ao docente esta tarefa (LIMA, 2017).

O fechamento desta metodologia segundo Lima (2017) seria uma ressignificação da temática que esta sendo trabalhada, baseada na percepção de mundo dos alunos e dos conhecimentos científicos que eles acabaram de absorver. Após encontrarem as respostas dos desafios propostos e confirmarem ou não suas hipóteses, as mesmas devem ser compartilhadas com os demais colegas, para que todos possam obter o conhecimento sobre o que foi trabalhado.

A utilização da metodologia espiral construtivista visa desenvolver no discente a sua capacidade de buscar o conhecimento e aprender de forma autônoma, tornando-o um indivíduo mais crítico e reflexivo. Além disso, estimula a capacidade de trabalhar em equipe, algo cada vez mais difícil de desenvolver nas salas de aula, isto porque cada um possui o seu momento de fala e de escuta.

Além da espiral construtivista há diversas metodologias ativas que podem ser desenvolvidas pelo docente, como a:

[...] estratégia da problematização, do Arco de Margueret, da aprendizagem baseada em problemas (problem-based learning – PBL), da aprendizagem baseada em equipe (team-based learning – TBL), do círculo de cultura. Vale esclarecer que outros procedimentos também podem constituir metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como: seminários; trabalho em pequenos grupos; relato crítico de experiência; socialização; mesas-redondas; plenárias; exposições dialogadas; debates temáticos; oficinas; leitura comentada; apresentação de filmes; interpretações musicais; dramatizações; dinâmicas lúdico-pedagógicas; portfólio; avaliação oral; entre outros. (PAIVA; PARENTE; BRANDÃO; QUEIROZ, 2016, p. 147).

A metodologia conhecida como Arco de Magueret, foi desenvolvida pelo francês Charles Magueret em 1970 com o intuito de desenvolver nos alunos conteúdos específicos para o trabalho. As etapas que envolvem essa metodologia são baseadas na “[...] observação da realidade (construção do

problema) → identificação dos pontos-chaves → teorização a hipóteses de soluções → aplicação à realidade”. (ARRUDA; LIMA; ARRUDA; STEFENON; KLAAR, 2017, p.04). Possuindo como objetivo principal diminuir a dicotomia existente entre teoria e prática, chegando o mais próximo da realidade e vivência dos educandos.

Outra proposta de metodologia ativa a ser empregada é a aprendizagem baseada em equipe desenvolvida pelo americano Larry Michaelsen em meados de 1970. Objetivando desenvolver uma aprendizagem colaborativa por meio de grupos de cinco a sete alunos, alicerçado em um método construtivista de aprendizagem, em que o diálogo e a troca de conhecimento são as peças-chaves nesse processo. Ampliando assim, as habilidades de trabalho em equipe, de comunicação e levantamento de diferentes olhares sobre o mesmo fenômeno (BOLLELA; SENGER; TOURINHO; AMARAL, 2014).

Para garantir a diversidade de ideias, a formação dos grupos deve ser tarefa do docente para que o mesmo possa mesclar os seus alunos, jamais devendo ser delegada essa função para os educandos, pois caso contrário perder-se-á a finalidade desta metodologia que é desenvolver a habilidade de trabalhar com o diferente (BOLLELA; SENGER; TOURINHO; AMARAL, 2014).

Esta didática exige uma maior preparação individual dos alunos por meio de leituras extraclasse que os possibilitem colaborar no desenvolvimento do conteúdo e desempenho da equipe. Se o discente não se preparar com as leituras disponibilizadas pelo professor, estará prejudicando o seu grupo e sobrecarregando os demais membros de sua equipe.

O desenvolvimento desta didática está amparada na resolução de problemas, em que primeiramente são resolvidas de forma individual e sem consulta a qualquer tipo de material por parte dos estudantes. Posteriormente, é realizado a formação dos grupos onde é aplicado o mesmo teste, sem consulta, em que as respostas devem ser devidamente fundamentadas, desenvolvendo assim, a habilidade de argumentação e reflexão dos alunos (BOLLELA; SENGER; TOURINHO; AMARAL, 2014).

Após a etapa de resolução de questões é realizado um *feedback* pelo professor das respostas apresentadas, oportunizando mais uma vez um momento de reflexão sobre a temática e as teorias aplicadas. Finalizando este

processo com a avaliação do desempenho tanto individual quanto coletivo dos discentes, como também submetendo estes a avaliação de seu comprometimento pela equipe em que está inserido (BOLLELA; SENGER; TOURINHO; AMARAL, 2014).

A aprendizagem baseada em círculo de cultura por sua vez, busca desenvolver seminários e mesas redondas, oportunizando a construção e aperfeiçoamento do conhecimento de forma conjunta, disponibilizando para tanto, de uma riqueza de pontos de vistas diversos sobre a temática a debatida.

Todas as alternativas de metodologias ativas mencionadas colocam o educando em um posicionamento de resolver situações problemas, em que são estimulados a pensar de forma autônoma. Deixando de serem inertes e assumindo a sua responsabilidade no processo de construção de seu conhecimento.

Esta nova prática de ensino e aprendizagem surge como um horizonte para uma formação significativa, buscando romper com o modelo de educação tradicional centrado somente na transmissão do conteúdo. Tornando-se mais eficaz quando é desenvolvida em um ambiente acolhedor de construção conjunta do conhecimento e não em ambiente de imposição. O aprender deve ser algo prazeroso e não visto como uma tortura pelos educandos.

Podemos concluir então, que a aprendizagem só ocorre de fato, quando o indivíduo se sente desestabilizado, pois é por meio do desconforto que ocorre o conhecimento, caso contrário ele apenas reproduziu o conteúdo, e não desenvolveu a capacidade reflexiva e crítica sobre a temática.

Para que isso ocorra é de suma importância que o docente universitário conheça os seus alunos, seus anseios, objetivos e dificuldades. Para assim, adaptar as suas aulas a esse determinado público, levando em consideração o nível em que se encontram dentro do curso de graduação. Desta forma, a aprendizagem alcançará o seu objetivo, pois desenvolverá no discente um pensamento crítico, uma visão de mundo em que poderá adaptar as teorias aprendidas em qualquer situação e ambiente em que se encontram mesmo com as constantes modificações na sociedade.

CONCLUSÃO

Com as mudanças ocorridas no cenário educacional, de uma pedagogia transmissiva para uma pedagogia construtivista, há uma exigência de que tanto as instituições de ensino, quanto os novos profissionais desta área da arte de ensinar, possuam um novo olhar para o contexto e demanda atual de ensino e aprendizagem.

Diante disso, evidencia-se a importância de estabelecer uma reflexão profunda por todos aqueles que estão envolvidos neste processo de ensino e aprendizagem sobre as metodologias e didáticas pedagógicas adotadas no decorrer de todo o processo de aprendizagem do discente.

A partir da mudança na posição e papel do professor, que antes era visto como um transmissor do conhecimento e o protagonista de todo este sistema, na qual a sua função atual passou a ser a de mediador e facilitador do conhecimento, houve a alternância do papel principal para o educando, atribuindo a esse uma maior responsabilidade e dedicação na construção do seu conhecimento e da sua aprendizagem como um todo. Essa mudança, promove a emergência pela busca por novos caminhos e metodologias de ensino por parte do docente, que precisam primar pela interação e protagonismo do aluno, desenvolvendo nos mesmos, habilidades como autonomia, trabalho em equipe e pensamento crítico e reflexivo.

Desta forma, destaca-se a utilização das metodologias ativas como meio de efetivar de fato a aprendizagem e tornar as aulas mais interessantes e descontraídas, a qual oportuniza o educando interagir com o seu objeto de estudo, possibilitando uma maior aplicabilidade das teorias dos conteúdos estudados no contexto social dos discentes.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marina Patrício de; LIMA, Lucia Ceccato de; ARRUDA, Rodrigo Patrício; STEFENON, Stéfano Frizzo; Klaar, Anne Carolina Rodrigues.

Metodologias Ativas para Promover Autonomia: reflexões de professores do ensino superior. Revista Espacios, v. 38, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n20/a17v38n20p02.pdf>>. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

BOLLELA, Valdes Roberto; SENGER, Maria Helena; TOURINHO, Francis S. V.; AMARAL, Eliana. **Aprendizagem Baseada em Equipes**: da teoria à prática. Medicina (Ribeirão Preto Online). 47 (3), p. 293-300, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86618/89548>>. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art92> Acesso em: 14 de jan. 2019.

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da; SCHNEIDER, Henrique Nou. **WhatsApp na Educação Superior**: uma experiência de aprendizagem colaborativa. Anais dos Workshops do V Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2016).

DELORS, Jacques. **A Educação ou a Utopia Necessária**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o século XXI. 2010. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/39641558/a-educacao-ou-a-utopia-necessaria-jacques-delors>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. **Os Princípios das Metodologias Ativas de Ensino**: uma abordagem teórica. Revista Thema, v. 14, p. 268-288, 2017.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FERRARI, Márcio. **Carl Rogers, um Psicólogo a Serviço do Estudante**. 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1453/carl-rogers-um-psicologo-a-servico-do-estudante>>. Acesso em: 17 de mar. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à Prática Educativa. 1996.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed 1995.

LIMA, Valéria Vernaschi. **Espiral Construtivista**: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. Interface (Botucatu) [online]. 2017, vol.21, n.61, pp.421-434. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017000200421&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 25 de março de 2019.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de Mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch.** Revista Intersaberes. vol. 7 n.13, p. 8 – 28. jan. – jun. 2012.

PAIVA, Marlla Rubya Ferreira; PARENTE, José Reginaldo Feijão; BRANDÃO, Israel Rocha; QUEIROZ, Ana Helena Bomfim. **Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem:** revisão integrativa. SANARE, Sobral. v. 15. n 02. p. 145-153. Jun/Dez. 2016.

RICARDO, Elio Carlos. **Discussão acerca do Ensino por Competências:** Problemas e Alternativas. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 605-628, maio/ago. 2010.

O (DES)CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS: O AMIANTO E O ALERTA VERMELHO!

Adriano Nedel dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo versa sobre a temática do controle de constitucionalidade e sua imbricação com o sistema de precedentes judiciais, como representativo de uma mudança de paradigma em nosso ordenamento jurídico. A utilização do termo (des)controle se refere-se à delimitação do tema no intuito de se averiguar em que medida a utilização do sistema de precedentes e a aproximação das duas formas de controle de constitucionalidade, de forma paulatina e continuada pelo Supremo Tribunal Federal é possível e até mesmo adequada constitucionalmente. Analisar-se-á, no decorrer desta pesquisa, o que tornou possível a interpretação da Suprema Corte Constitucional brasileira no sentido de uma “equalização” dos sistemas de controle de constitucionalidade (difuso e concentrado). A atividade hermenêutica de equiparação efetuada pela Corte Constitucional teve seu ápice com a análise da questão da (in)constitucionalidade da industrialização e comercialização de amianto (asbesto) no país e também será objeto de estudo. Ainda, será analisado se é adequada a previsão de um sistema de precedentes judiciais (ou, no caso, provimentos jurisdicionais vinculantes) por via de legislação infraconstitucional. Didaticamente, em uma primeira parte do trabalho se fará uma análise das previsões legais e efeitos dos controles de constitucionalidade concentrado e difuso. Após, analisar-se-á pontos relevantes acerca do sistema de precedentes e a comparação entre o sistema da *common law* e o sistema instituído no Brasil. Por último, serão elencados e analisados os principais pontos discutidos e votados na ADI 3406 que tem relação com o objeto desta pesquisa.

Palavras-chave: (Des)controle de Constitucionalidade – Controle de Constitucionalidade Difuso – Controle de Constitucionalidade Concentrado – Precedentes Judiciais – Amianto.

INTRODUÇÃO

O Brasil adota dois sistemas de controle de constitucionalidade quanto ao modo de seu exercício: o modelo difuso (também denominado de incidental, por exceção, concreto, por via de defesa, aberto ou *judicial review*), e o modelo

¹ Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, professor de Direito Civil no curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis e de Ciência Política, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional na Faculdade CNEC Santo Ângelo.

concentrado (também denominado de principal, por ação, abstrato, fechado ou kelseniano). Em comum, além de contrastar normas infraconstitucionais com as normas constitucionais, tais sistemas têm a característica relevante de serem efetuados no seio do Poder Judiciário. A origem de tais sistemas é distinta, sendo o controle difuso de constitucionalidade originário de países anglo-saxônicos (notadamente, mas não se limitando a estes, a Inglaterra e os Estados Unidos) ao passo que o controle concentrado de constitucionalidade se origina do modelo europeu continental baseado nas teorizações de Hans Kelsen, também conhecido como sistema austríaco. Se Kelsen foi o mentor dogmático do sistema concentrado, o modelo difuso tem construção histórica pautada na tradição inglesa e na pena do mais proeminente *chief justice* de toda a história da *Supreme Court* dos Estados Unidos da América: *John Marshall*. (MASON STEPHENSON, 2005)

No famoso caso *Marbury vs. Madison*, em 1803, o *chief justice*, baseado nos ideais oriundos do direito natural (de forte prestígio na Inglaterra) com seus valores naturais supremos, que devem suplantar as leis se em conflito com as mesmas; na ideia da Revolução Inglesa de 1688 e na Francesa de 1789; na própria Revolução Norte-Americana que culminou na independência daquele país, em 1776; e nesse contexto todo, na ideia de uma *paramount law* (lei fundamental) ou *highwer law* (lei superior), erigiu a Constituição Americana ao mais alto patamar como simbolização e cristalização de toda essa informação que permeava o imaginário jurídico da época. Como consequência, todo e qualquer ato do Poder Público que contrariasse a Constituição seria declarado nulo (*void*). Portanto, a partir daquele momento, o princípio da supremacia do parlamento (*supremacy of the parliament*) deu azo à supremacia da Constituição (*supremacy of the Constitution*).

Por sua vez, o sistema concentrado, com o intuito de evitar decisões díspares e assim aumentar a insegurança jurídica, a incoerência entre decisões judiciais e concentrar em um único órgão a declaração de inconstitucionalidade das leis e atos normativos do Poder Público, também erige a Constituição à norma suprema do ordenamento jurídico. Com maior controle sobre a legitimação para propositura de ações, estas restringidas a um número determinado, objetivou-se a obtenção de efeito vinculante de decisões obtidas

nesta seara não só aos órgãos do Poder Judiciário, mas a todo o Poder Público e, inclusive, aos particulares. Isso requer um senso de unidade muito presente na sociedade ou a busca desesperada do Estado para, de forma artificial, obter uma unificação perante os dizeres da Constituição. Em suma, trata-se de um controle exercitado de maneira dedutiva, “de cima para baixo”, com postura nitidamente impositiva ao passo que o difuso de maneira indutiva, mais aberta democraticamente à comparação com senso de alteridade.

Em meio a estes dois modos de controlar a constitucionalidade das leis e atos normativos, o ordenamento jurídico brasileiro recebeu uma inovação *sui generis*, qual seja, a introdução de um sistema de precedentes com o advento do Código de Processo Civil de 2015. Com isso, alguns questionamentos, de base conceitual e filosófico-jurídicos se fizeram necessários e, recentemente, passaram a ser, inclusive objeto de análise e revisão da própria literalidade do texto da Constituição com a aplicação de possíveis mutações constitucionais. Em outras palavras, o que se instituiu em *terrae brasilis* foi um sistema de “precedentes à brasileira” (expressão de: ABOUD, 2016), que, em muito se distancia de seu modelo inspirador. Portanto, na imaginação coletiva, os Estados Unidos, “*the precedents*” e a teoria do “*stare decisis et non quieta movere*” (*cases alike must be decided alike*, ou seja, casos iguais devem ser decididos de forma igual) e a “commonlawnização” do direito brasileiro; na prática, uma atribuição de efeitos vinculantes (*binding effects*) oriundos das instâncias superiores, com engessamento das primeiras instâncias do Poder Judiciário e a consequente diminuição de recursos por parte do jurisdicionado, usualmente, com base em argumentos de política. Tudo isso inserido pela ordem infraconstitucional.

Com esse cenário introdutório, espera-se que o leitor perceba o quão entrelaçadas estão tais temáticas e os argumentos a favor e contra à forma que se apresenta o sistema de precedentes instaurado no Brasil e de como isso influenciou em nosso sistema uma dificuldade no controle da diferenciação necessária entre o controle difuso e concentrado de constitucionalidade. O Supremo Tribunal Federal vem decidindo pela aproximação paulatina e progressiva entre os dois sistemas. Para isso argumenta que a mudança em nosso sistema jurídico requer uma “equalização” entre os dois modos de controle de constitucionalidade. Ocorre que, a referida alteração em nosso sistema não

se deu de forma natural ou construída historicamente (nos termos ingleses da *common law*). Mais uma vez, o que tivemos foi a incidência de “dogmas” que permearam toda a sistematização do novel Código Adjetivo. Seria o novo *Codex* de 2015 uma *norma normarum* dogmática infraconstitucional com efeitos constitucionais de modo a legitimar uma mutação constitucional na Lei Fundamental? Não se trata todo esse panorama de uma espécie de “urgência provocada”, para se utilizar de expressão do direito administrativo, ou uma espécie de falácia do espantalho com inversão dos locais de hierarquia das fontes? Ou ainda, em literatura, estamos diante de uma espécie de “incidente em antares”? Seria o que nos assombra a obra provocada por poucos ou uma naturalidade no desvio do construído historicamente? Ou seria o incidente algo a estimular a nossa reflexão geral? Quanto ao amianto? Ver-se-á a seguir.

1 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO BRASILEIRO: PREVISÃO LEGAL E SEUS EFEITOS

O controle concentrado de constitucionalidade, no Brasil, está previsto na Constituição Federal de 1988 através das seguintes ações: ADI (Ação direta de inconstitucionalidade – art. 102, I, a); ADC ou ADECON (Ação Declaratória de Constitucionalidade – art. 102, I, a); ADI por omissão (Ação Direta de inconstitucionalidade por omissão – art. 103, §2º); ADI interventiva (Ação direta de inconstitucionalidade interventiva – art. 36, III) e ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – art. 102, §1º). Tais ações receberam regulamentação infraconstitucional. A Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade são objeto da lei nº 9.868 de 1999, ao passo que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é objeto da lei nº 9.882 de 1999. A Ação direta de inconstitucionalidade por omissão teve sua regulamentação por meio da lei nº 12.063 de 2009, que acrescentou o capítulo II-A à lei nº 9.868 de 1999. Mais recente regramento incidiu sobre a Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, com o advento da Lei nº 12.562 de 2011.

O art. 102, §2º da Constituição Federal dispõe que, em sede de ADI e ADC os efeitos terão “eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos

demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal”. Portanto, presentes os efeitos *erga omnes* e o *binding effect*, ou seja, o efeito vinculante, cujos termos são expressos de forma literal pela Lei Fundamental. Semelhante efeito vinculante se vislumbra no art. 103-A quando da instituição das chamadas súmulas vinculantes.

Portanto, no teor literal da Constituição, seriam nestes contextos ou ambientes constitucionais que se poderia lançar mão do efeito vinculante denominado vertical, ou seja, aquele que atinge não só o Tribunal que proferiu a decisão definitiva, mas todos os demais e, no caso, todos os braços (*branches*) da Administração pública. Também se classifica o efeito vinculante em horizontal, quando este vincula apenas o Tribunal às suas próprias decisões. Evidente que há temperamentos neste particular, eis que, a fim de agasalhar a própria norma esculpida no art. 5º da Constituição da República, em uma justiça distributiva de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade na medida dessa desigualdade, ou simplesmente, pela aplicação de uma releitura de tal princípio pelo viés da diferença (em termos frankfurtianos de reconhecimento, na pena de Axel Honneth ou marxistas e globalistas, em termos de redistribuição, na pena de Nancy Fraser, exemplificativamente), deve haver a aplicação do princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade (com as devidas distinções), este assumindo a roupagem infraconstitucional do *overruling*, *overriding* e do *distinguishing*.

Ao lado da mutação constitucional (alteração do alcance semântico do texto sem alteração da literalidade do programa normativo, para adaptação à nova realidade constitucional, ou bloco de constitucionalidade) que, representa um perigo quando ocorre de forma desenfreada, existe o risco da nefasta fossilização da Constituição. Esta última não ocorreria somente quando houvesse a extensão do efeito vinculante das decisões da Suprema Corte Constitucional ao Poder Legislativo, mas quando esse mesma Corte não pudesse rever suas próprias decisões e, revisar ou cancelar súmulas vinculantes.

Ainda, tem-se que os efeitos de uma declaração de inconstitucionalidade são retroativos (*ex tunc*). É a clássica assunção de que uma lei ou ato normativo que fere a sua fonte de validade (a Constituição) nunca foi válida e, portanto,

sequer esteve apta a vigor e produzir efeitos. Retirar os seus efeitos é consequência lógica dessa assunção. É como se a norma impugnada fosse apagada da existência (*erased from existence*). Como se pode antever, aqui também ocorrem mitigações, eis que, com base na proporcionalidade plasmada sobre as expressões que, ao mesmo tempo cristalizam princípios constitucionais, quais sejam, segurança jurídica e excepcional interesse social, pode ser determinada a denominada modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade. O art. 27 da lei 9.868 de 1999 dispõe que com o voto de 2/3 dos membros do Tribunal e, estando em voga tais princípios poderá haver o que se chama de modulação de efeitos *pro futuro*, ou a partir do trânsito, em julgado, ou em retroatividade diferida, ou ainda, qualquer outro momento que se mostre necessário para a obtenção da proteção aos princípios constitucionais em tela.

Uma primeira aproximação do controle concentrado e do controle difuso ocorreu neste particular. O Supremo Tribunal Federal entendeu que o art. 27 da lei 9.868 de 1999 deve ser aplicado, de igual forma, no controle incidental de constitucionalidade, quando decidido em última ou única instância pela Suprema Corte (RCL 4.335-5/AC). Este entendimento plasmou o que a doutrina denomina de objetivação do controle difuso. A literalidade do texto constitucional não autoriza tal interpretação. A interpretação extensiva conferida ao art. 27 da lei 9.868 de 1999 inaugura uma prática hermenêutica adotada pela Suprema Corte que se repetirá mais continuamente: interpretar a Constituição a partir das leis infraconstitucionais que, ou inaugurem um sistema, ou microssistema, o regulamentem ou que sejam leis específicas acerca do tema, como é o caso em questão.

No intuito de garantir eficácia a um pesado Estado Social, na dicção do art. 27 da lei da ADI e ADC, para garantir “excepcional interesse social” ou preservar um mínimo de “segurança jurídica” que garanta tal estado de coisas, passa-se ao alvedrio da Constituição e se retira a aplicação de um princípio interpretativo fundamental do direito constitucional: a força normativa da Constituição. Poder-se-ia perguntar: mas em que sentido se tira a força normativa da Constituição, quando se está ampliando os efeitos do controle difuso de constitucionalidade? No singelo sentido de que quando se torna o

Guardião da Constituição ou Depositário da *fides* constitucional (STF) em, ao invés de servo do texto maior, em seu *domino*, a força da norma se enfraquece, pois se fortalece o Tribunal, precipuamente, apesar da Constituição. Basta se analisar o teor do art. 52, X da Constituição Federal, para se verificar que a intenção do Poder Constituinte Originário de 1988 não era conferir tamanho poder ao Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade, pois há a previsão da suspensão da execução de lei federal, que compete ao Senado Federal, conforme a letra expressa da Constituição. Em outros termos, indaga-se porque competiria a outro órgão a “amplificação erga omnes” e vinculação à letra da resolução legislativa (com eficácia ex nunc nesse caso, para a maioria da doutrina constitucional pátria), se o Constituinte de 1988 quisesse que o Supremo assim agisse? Veja-se que nem se trata de silêncio eloquente, mas de grito pela separação dos poderes, nos *checks and balances* (freios e contrapesos) que está sendo emudecido pelo Tribunal Constitucional. Em verdade, é cediço que o próprio controle de constitucionalidade surgiu de um “pecado original” em uma tentativa bem sucedida de “tomada de poder” (literalmente, no caso, o Poder Judiciário) por *John Marshall* nos Estados Unidos da América. Ao que tudo indica, parece que por aqui trilha-se o mesmo caminho.

Ainda, mesmo antes e até de forma concomitante, havia um ensaio de aproximação do efeito vinculante (ao menos dentro do Poder Judiciário) ao controle difuso. Basta uma leitura do art. 481, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, cuja redação foi mantida no Código de 2015, no art. 949, parágrafo único: “Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão”. Na sequência, serão analisados pontos relevantes sobre o controle difuso e acerca de seus efeitos.

2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO BRASILEIRO: PREVISÃO LEGAL E SEUS EFEITOS

O controle incidental se caracteriza por não ser o objeto principal da ação, mas um incidente que precisa ser resolvido no processo para se obter o

Julgamento de mérito. Em verdade, é uma alternativa desesperada do Constituinte de 1988 em não depender tão-somente do funcionamento do Estado e dos legitimados ativos do controle concentrado para a declaração de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. Em verdade, se trata de um verdadeiro direito subjetivo instrumental fundamental do indivíduo de fazer valer a Constituição como salvaguarda de seus direitos que ali se encontram declarados, garantidos, e alguns, inclusive, com a previsão de remédios específicos, como o *habeas corpus* e o *mandado de segurança*, por exemplo.

É mister frisar que a atribuição de status de direito fundamental à judicial review tem por escopo impedir que essa garantia fundamental do cidadão (controle difuso de constitucionalidade) seja suplantada pelo próprio Judiciário, principalmente pelo recrudescimento das decisões de efeito vinculante do STF. (ABBOUD, op. cit. p. 525).

Qualquer magistrado, em qualquer questão *sub judice*, de ofício, ou a requerimento das partes pode se utilizar do controle aberto ou difuso. Sua previsão começa com a possibilidade do direito de ação (que para alguns processualistas se conecta e fundamenta a chamada teoria do direito abstrato da ação) e de acesso ao Judiciário, consubstanciados na leitura conjunta dos incisos XXXIV, a e XXXV, ambos do art. 5º da Lei Maior. A Constituição dispõe poucas regras acerca deste controle, pois é decorrência lógica do sistema e de alguns dispositivos a sua adoção no ordenamento constitucional (um dos mais proeminentes é o art. 97, que estabelece a cláusula de reserva de Plenário). O art. 102 da Constituição Federal ao elencar a competência do Supremo Tribunal Federal versa que compete a Corte:

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. (ART. 102, 1997).

Portanto, além da jurisdição constitucional das liberdades, que já instauram um controle difuso, tem-se a previsão expressa de que na hipótese de magistrados eventualmente contrariarem a Constituição, deve se declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou julgar válida lei ou ato de

governo local contestado em face da Constituição. Os efeitos das decisões em controle difuso são tidos, classicamente, como *inter partes*, *ex tunc* e vinculantes (coisa julgada) somente entre as partes. Contudo, como visto acima, tais efeitos já sofreram flexibilização quando da aplicação do art. 27 da lei nº 9.868 de 1999 ao controle difuso (RCL 4.335-5/AC), inaugurando o que a doutrina constitucional denominou de objetivação deste modo de controlar a constitucionalidade das leis.

O controle difuso, desta forma, se soma aos chamados elementos de estabilização constitucional. Notadamente, junto com o controle concentrado e as sínopes constitucionais (Estado de Defesa, de Sítio e Intervenção Federal), tal controle possibilita uma abertura democrática e jurídica ao alargar as hipóteses de defesa da Constituição, por via de incidente, é claro, mas ainda assim, abrindo o que Peter Häberle denominou de “a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição”. Essa visão procedimentalista auxilia na conformação do que este mesmo jurista denominou de Estado Constitucional Cooperativo. Não é a toa que o Código de Processo Civil de 2015, em mais uma tentativa de aproximação das duas formas de controle possibilitou nos parágrafos do art. 950 que: as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade se assim o requererem; que os legitimados do art. 103 da Constituição da República (ADI e ADC) possam se manifestar por escrito e/ou apresentar memoriais e requerer juntada de documentos; bem como se permite o ingresso de *amicus curiae*.

O leitor mais atento deve ter percebido que, essas participações de terceiros, caso venham a ocorrer, tornarão o provimento jurisdicional mais lento em uma defensável alegação de retirada da força normativa do princípio da razoável duração do processo. Isso só se justifica se for tomado o controle difuso como elemento de estabilização constitucional. Contudo, para este mister é que existe, precipuamente o controle concentrado.

Outro dispositivo relevante é o art. 503 do Código Adjetivo, eis que, em análise mais acurada amplia os efeitos vinculantes do controle difuso de constitucionalidade. Veja-se: “A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida”. Ainda,

os parágrafos que seguem ampliam a força de lei à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: “I - dessa resolução depender o julgamento do mérito; II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia”. *In casu*, percebe-se que a “abertura processual” acima referida no art. 950 e seus parágrafos é um agir no sentido de se garantir um contraditório prévio e efetivo, até para que se possam auferir com maior segurança os efeitos vinculantes daí decorrentes. Repare-se que o art. 503 declara a força de lei nos limites da questão principal decidida ou à resolução de questão prejudicial decidida incidentemente no processo. Desta forma, não é claro o *Codex* se essa força de lei é vinculante somente entre as partes ou se deve vincular todo o Poder Judiciário e, mesmo a Administração Pública enquanto vigência do princípio da legalidade e de observância às leis do país. Na sequência, breve análise do sistema de precedentes brasileiro no que diz respeito à finalidade deste artigo.

3 PRECEDENTES: SUA CONFORMAÇÃO NA COMMON LAW E O CASO BRASILEIRO.

Conforme MacCormick e Summers, “[...] precedentes são decisões anteriores que funcionam como modelos para decisões posteriores”. Ainda, Cross e Harris (1991) asseveram que o “[...] precedente judicial tem efeito persuasivo em quase todos os lugares porque o *stare decisis* (ficar adstrito ao que foi decidido previamente) é uma máxima da aplicação da razão prática.” (MACCORMICK; SUMMERS, 2016, p. 1).

Cumprir não confundir a máxima de que “[...] casos iguais devem ser decididos de forma igual”, com a doutrina do *stare decisis* e ainda, com a doutrina dos precedentes. Por ordem temporal, a noção da decisão igual em casos iguais surgiu primeiro nas Cortes Reais, no século XII, na Inglaterra, sob o reinado de Henrique II. Da mesma forma na França. A doutrina dos precedentes surgiu posteriormente com a teorização de categorias como *ratio decidendi*, *obiter dictum*, *holding*, *overruling* e outros conceitos. À *ratio decidendi* caberia o chamado efeito vinculante a decisões futuras enquanto a *obiter dictum* seria a

argumentação a ser desconsiderada para efeitos vinculatórios. (BERMAN, 1983, p. 479).

Neste sentido, mostrando como houve paulatinamente a evolução da doutrina dos precedentes, Neil Duxbury relata que “[...] a noção de precedente existente nos tribunais medievais era muito diferente da que emergiu depois. O precedente judicial medieval era nada mais do que o julgamento constante na ata de julgamentos” (DUXBURY, 2008, p. 32), sendo que a fundamentação e as autoridades utilizadas, conforme o caso, não faziam parte do registro. Com bem elucida Georges Abboud:

A referida doutrina dos precedentes não pode ser confundida com a estrita doutrina do *stare decisis* que surgiu no século XIX. [...] A doutrina do *stare decisis* origina-se da doutrina dos precedentes, com a diferença de que almejava fazer com maior clareza a distinção entre *holding* e a *dictum*. Todavia, a doutrina dos precedentes estava mais vinculada ao costume dos juízes, e consistia em uma linha de casos, e não apenas uma única decisão que poderia ter efeito vinculante, conforme admite o *stare decisis*. (ABBOUD, 2016, p. 561).

Percebe-se, portanto, o caráter evolutivo histórico dos precedentes na common law. Da mesma forma, essa característica o insere dentro do que se entende por *Constitutional Law* (Direito Constitucional) e, na Inglaterra, conforme demonstra René David (1997, p. 75), para os ingleses “o direito constitucional inglês estuda os meios pelos quais é possível impor aos governantes e à administração, por vias judiciárias, o respeito ao direito”.

Desta forma, é inegável que o sistema de precedentes britânico integra o seu direito constitucional, que de forma flexível vem sendo construído historicamente com base na *common law*, nos juízos de equidade e nos documentos formais de índole constitucional.

Os Estados Unidos, por sua vez, sem desconsiderar toda a tradição britânica, a adaptaram à existência de uma *written Constitution* (Constituição escrita), de caráter principiológico, classificada como sintética, em oposição às ditas constituições analíticas (como o caso brasileiro). Laurence H. Tribe, lançando mão de metáfora sobre as galáxias e estrelas afirma que a Constituição dos Estados Unidos da América tem uma descontínua composição histórica. Merece ser transcrito o trecho referido:

Tanto quanto o céu da noite exhibe um universo de estrelas e galáxias cujas luzes visíveis nos alcançam de pontos tão próximos quanto poucos anos-luz a pontos tão distantes quanto bilhões de anos-luz, uma colagem que parece simultânea é uma temporal senão estrita ilusão ótica – portanto, a constelação constitucional – apesar de parecer una e da ilusão de que toda ela vem a nós de um simples ponto no tempo – é, na verdade, o produto, sobre o tempo, de uma série de não ao mesmo tempo compromissos coerentes. Não surpreendentemente, portanto, tal constelação não reflete uma única era e espelha não uma simples visão ou filosofia, mas encorpa, ao invés, um conjunto de, às vezes, ideais e visões que reforçam e às vezes conflitam entre si. (TRIBE, 2000, p. 4).

Portanto, não há um simples artigo na Constituição estadunidense que mencione expressamente a adoção pelo sistema de precedentes. Contudo, o direito constitucional desse país é composto pela Constituição escrita (que é a menor parte) e pela common law, juízos de equidade, *statute law* e com a presença da doutrina dos precedentes como um procedimento de se construir a ideia de Constituição. Reforçando tal assertiva, Akhil Reed Amar assevera que expressões como “separação dos poderes”, “freios e contrapesos” e “império do direito” não constam na Constituição escrita, mas que: “todas essas coisas são partes do sistema constitucional americano em exercício – parte da Constituição Americana não-escrita” (AMAR, 2012, p. ix).

Diferentemente ocorre no Brasil, com história calcada na tradição da *civil law*. Não há uma tradição evolutiva da força vinculante dos precedentes que não advinha de um diploma legislativo. Pertencente à *civil law*, historicamente, sempre foram adotadas Constituições analíticas, de forma a comprovar a força secundária de uma Constituição não-escrita. Soa até estranho se falar nisso no Brasil. Comparativamente, os Estados Unidos da América, somente tiveram uma *Constitution*, a de 1787, ao passo que o Brasil já está em seu sétimo diploma constitucional (este com mais de cem emendas até edição deste artigo) em uma prova cabal de que não conseguimos seguir uma sequência de construção histórica linear, que, apesar das contradições da “constelação constitucional”, faticamente a opção do povo brasileiro parece sempre indicar a uma ruptura com uma ordem que o precede. O novo sistema de precedentes foi introduzido pelo Código de Processo Civil de 2015 em seu art. 927, que deve ser lido concomitantemente com o art. 489, §1º. Aqui, está presente a tentativa (na

verdade se está diante de provimentos jurisdicionais com efeito vinculante) da adoção do sistema de precedentes via legislação infraconstitucional. Contudo, tal sistema se distancia muito do sistema de precedentes anglo-saxônico. No Brasil, a força vinculante do provimento jurisdicional já nasce com o julgado enquanto, naquela tradição, se está efetivamente diante de um precedente que, poderá ou não ser seguido pelos Tribunais inferiores. Não há uma aplicação subsuntiva do precedente.

Desta forma, o local mais indicado para estar positivado um sistema de precedentes é na Constituição Federal, tendo em vista operar no Brasil a tradição jurídica de *civil law* e, precipuamente, a romano-germânica. Isto porque deve ser levada em consideração a natureza constitucional do sistema de precedentes. Como no Brasil vigora o princípio da supremacia da Constituição e da rigidez constitucional, bem como a adoção da figura do Poder Constituinte Derivado Reformador, não pode o legislador ordinário, sob qualquer pretexto, prever um sistema de precedentes sem ofensa ao sistema constitucional. Especialmente, porque a adoção de tal sistema fez nossa Suprema Corte adotar a tese (ADI 3406) de que em virtude de mudanças no sistema jurídico brasileiro se permitiria a equalização do controle difuso e do concentrado de constitucionalidade, como se verá a seguir. Ainda, a transposição do instituto (sistema de precedentes) não pode se dar sem as necessárias adaptações e, uma delas (a mais importante) é a sua fonte de validade, qual seja, “lá e cá” o direito constitucional, objetificado, em nosso caso, na Lei Maior.

4 ADI 3406/RJ: O AMIANTO E O ART. 2º DA LEI FEDERAL Nº 9.055/1995 E A LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nº 3.579/2001.

Nesta ADI, o que estava em pauta era a declaração ou não de inconstitucionalidade de norma estadual (lei 3.579/2001 RJ) que proibia o uso do amianto (asbesto), pois, conforme reconhecido na ação, se trata de substância cancerígena. Contudo, há norma federal (Lei 9.055/1995) que regulamenta a matéria e que permite o uso do amianto na modalidade crisótila (asbesto branco). Portanto, os Ministros viram a necessidade de decidir, primeiramente, acerca da (in)constitucionalidade da norma federal, de forma incidental. Dito de outro

modo, houve controle incidental dentro do controle concentrado. A lei federal fora declarada inconstitucional pelo quórum de 7 x 2 no dia 29 de novembro de 2017 e a ADI julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal. Ocorre que foram levantadas algumas questões importantes nos votos dos Ministros e nas discussões durante o julgamento (sugere-se a leitura do acórdão). São elas: 1) a decisão declarou a inconstitucionalidade de uma matéria e não somente de uma norma específica, de modo que outras normas existentes ou que vierem a existir, se contrariarem a decisão desta ADI, serão consideradas inconstitucionais; 2) Equalização dos controles difuso e concentrado, de modo que os efeitos de ambos sejam iguais, em virtude de uma aproximação entre a *civil law* e a *common law* em nosso sistema. Para tal conclusão se utilizou da argumentação de que, com a regulamentação do Código Adjetivo, já estava sendo utilizada a repercussão geral pela Suprema Corte com efeitos vinculantes e de que a mudança em nosso sistema jurídico (precedentes e dispositivos do Código Processual como o art. 535, §5º, III, já equiparam para efeitos práticos os dois sistemas) já exigia tal avanço. Contudo, após a publicação do acórdão (19.12.2017) houve o pedido de tutela de urgência (deferido) para sustar a decisão neste particular (equiparação dos efeitos da declaração incidental aos efeitos do controle concentrado).

Veja-se trecho do voto da Ministra Carmen Lúcia, acerca da repercussão geral e da aproximação da *civil law* com a *common law* e de se julgar a matéria (in)constitucional, não mais somente adstrita à norma inscrita no programa normativo: “houve uma aproximação até do sistema do civil law com o common law; e o precedente que passou a ganhar tal envergadura que, hoje, na repercussão geral, por exemplo, nós temos que extrair uma tese que é vinculante, logo aplicável a todos os casos”. (sublinhado nosso)

O art. 52, X da Constituição Federal passou a ser interpretado pela Corte Constitucional no sentido de conferir ao Senado a função de publicização das decisões do Supremo Tribunal Federal. Ao que parece, por 7 x 2 os Ministros do STF inverteram a sistemática de interpretação da Constituição por inferir que houve mudança em nosso sistema jurídico de modo a autorizar uma mutação constitucional. Vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e o Ministro Marco Aurélio, sendo que, este último, inclusive asseverou que se negaria a relegar o

Senado a mero “garoto de recados” da Suprema Corte. Em que pese o tom da declaração, razão assiste ao Ministro Marco Aurélio eis que, aproximações podem haver entre as duas formas de controle de constitucionalidade, até para não haver um abismo entre dois sistemas em um mundo cada vez mais plural. Contudo, o que não pode haver é a unificação total entre eles, quanto a seus efeitos, quando a Constituição foi literal a respeito de uma separação. Ainda, não pode haver o total desrespeito à literalidade do texto constitucional quando este é exposto e relativizações em seu conteúdo já foram efetuadas em prol de uma interpretação sistemática. Aqui entra a *questio juris da invisible constitution* e quando as decisões da Suprema Corte auxiliam na conformação do que não deve ser entendido como Constituição. Ligado, portanto, o alerta vermelho constitucional: o decisionismo judicial da Suprema Corte pode estar indo longe demais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto no presente trabalho se percebe a importância de saber a origem não só das ideias, mas dos institutos jurídicos que passam a ser utilizados e de como é importante saber a matriz constitucional a que se está vinculado para bem conduzir, não só a correta entrada de inovações em nosso universo constitucional, mas sua adequada conformação. A atribuição desenfreada de efeitos vinculantes a provimentos jurisdicionais não autoriza a Suprema Corte entender que se está diante de uma “commonlawnização” de nosso Direito (não basta chamar tais provimentos de precedentes no sentido da *common law*, porque não o são). Muito menos entender que pode ser adotado tal sistema através de legislação infraconstitucional e conformar com isso a semântica do texto constitucional. Nesse caso, se está diante de usurpação do Poder Constituinte. E isso efetuado por quem deveria ser o guardião da Constituição (art. 102, I da CF). Precisaríamos de centenas de anos para termos uma *common law* e, uma mudança em vários aspectos da personalidade de nosso povo. Está-se criando um Frankenstein jurídico que se contenta com a soma de pedaços que somente ganham vida através da artificialidade imposta pelo Estado. É necessário o respeito aos princípios constitucionais de interpretação, a conformação adequada dos efeitos dos controles de

constitucionalidade sob pena de esvaziamento da força normativa de inúmeros dispositivos da Constituição Federal. Entre eles, o art. 103 da CF, que perde um pouco sua razão de ser eis que qualquer pessoa pode vir a desencadear os efeitos que eram confinados às ações ali resguardadas a poucos legitimados do controle concentrado. Nem se fala da violação semântica perpetrada sob o art. 52, X da CF, que é autoevidente, afinal não se pode comparar “suspender a execução de lei” com “publicizar” como quer a maioria dos Ministros da Suprema Corte Constitucional brasileira. Enfim, espera-se que o presente trabalho tenha sido muito mais um gerador de reflexões do que um cristizador de opiniões e que em nossa Constelação constitucional todo o cenário seja levado em consideração.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges. **Processo Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **RCL 4.335-5/AC**. Relator: Gilmar Mendes. Julgamento: 21 de Agosto de 2006. DJ 25.08.2006.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 3406/RJ**. Relator: Rosa Weber. Julgamento: 29 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339388321&ext=.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CROSS, Rupert; HARRIS, Jim H.; **Precedent in English Law**. 4. ed. Oxford University Press, 1991.

DAVID, René. **O Direito Inglês**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUXBURY, Neil. **The Nature and Authority of Precedent**. United Kingdom: Cambridge Press University, 2008.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel.. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição**. Porto Alegre: Safe Editor, 2002.

_____; **Estado Constitucional Cooperativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert Samuel. **Interpreting Precedents:** a comparative study. New York: Routledge, 2016.

MASON, Alpheus Thomas; STEPHENSON JR, Donald Grier. 14. ed. **American Constitutional Law:** Introductory essays and selected cases. New Jersey: Pearson, 2005.

TRIBE, Laurence H. **American Constitutional Law.** Vol. 1. 3. ed. New York, Foundation Press, 2000.

DEVIDO PROCESSO LEGAL E POPULISMO: O CASO WITZEL.

Victor Matheus Soares¹
Renê Carlos Schubert Junior²

RESUMO

A delimitação temática deste estudo focaliza as definições mais relevantes do princípio do devido processo legal, no que concerne a sua inobservância nos discursos que defendem a utilização de atiradores de elite (snipers) no combate à criminalidade, em especial aqueles proferidos pelo governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, cujas políticas pretende-se demonstrar como populistas. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da doutrina e da lei. Questiona-se em que medida as ideias de políticas públicas de utilização de snipers representam uma afronta ao princípio constitucional do devido processo legal, além de poderem ser entendidas como populistas, em um sentido bem definido pelo corpo teórico apresentado. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura atinente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela necessidade de reflexão sobre as recentes ferramentas entendidas como úteis no combate à criminalidade, bem como pela necessidade de manutenção dos princípios fundamentais que moldam um Estado de Direito e pela importância do entendimento e categorização dos discursos políticos. A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo. A contribuição do trabalho é na reflexão sobre a importância da preservação dos princípios mais caros de uma democracia. A repercussão esperada é a de que o meio universitário local tome conhecimento.

Palavras-chave: Devido Processo Legal – Populismo – Wilson Witzel.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo trata da relação entre o devido processo legal, um conceito delineado de populismo e as ações de segurança pública do Rio de Janeiro. A delimitação temática focaliza as definições mais relevantes do

¹ Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. victorkmiecziak@hotmail.com

² Mestre em Desenvolvimento, linha de pesquisa Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) Campus Ijuí, RS. Docente Regime Integral e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da FEMA – Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa/RS. Advogado. Orientador. reneschubertjunior@yahoo.com.br

princípio do devido processo legal, no que concerne a sua inobservância nos discursos que defendem a utilização de atiradores de elite (snipers) no combate à criminalidade, em especial aqueles proferidos pelo governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, cujas políticas pretende-se demonstrar como populistas. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da doutrina e da lei. O problema questiona em que medida as ideias de políticas públicas de utilização de snipers representam uma afronta ao princípio constitucional do devido processo legal, além de poderem ser entendidas como populistas, em um sentido bem definido pelo corpo teórico apresentado. A hipótese provável pressupõe as referidas políticas afrontam diretamente o princípio do devido processo legal, além de representarem um caráter populista, caracterizado por uma defesa inconstitucional de estratégias ineficazes.

O objetivo geral consiste em analisar as principais características do princípio do devido processo legal, em especial aquelas atinentes ao caráter limitador desse princípio e à sua importância na sustentação do ideal democrático representado pelo respeito à dignidade humana, investigar os critérios para que se defina um conceito mais preciso de populismo, sustentado sobretudo na ideia de antipluralismo e representação única, e verificar a incidência desses conceitos analisados nos discursos do governador Wilson Witzel, principalmente os atinentes à utilização de snipers. Os específicos são: a) Estudar as doutrinas relevantes para a exposição dos pontos centrais do devido processo legal; b) Pesquisar definições precisas de populismo, com características centrais notáveis.

A análise da eventual afronta ao princípio básico de qualquer democracia moderna, bem como de caracterização populista de um discurso político, mostra-se essencial para que se crie uma consciência da necessidade de respeito constitucional, além de demonstrar que caminhos fáceis para problemas complexos podem piorar a situação. A viabilidade do estudo dá-se pela disponibilidade dos dados da pesquisa, bem como pela concretude dos métodos utilizados. Além disso, é coerente pesquisar o tema na contemporaneidade, já que a implementação dessas políticas é bastante recente, como mencionou o

próprio governador, e tende a causar consequências graves na moldura institucional brasileira.

A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se três seções: a primeira expõe uma série de características do devido processo legal, privilegiando as tidas como mais relevantes para o estudo; a segunda apresenta/investiga o núcleo das definições de populismo; e a terceira reflete sobre a configuração de descumprimento do princípio do processo legal nas ações do governador Wilson Witzel e a sua tendência populista.

1 O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SÍNTESE

Tratar-se-á aqui dos principais aspectos teóricos do devido processo legal, buscando conceitua-lo, ainda que minimamente, diante das previsões constitucionais que o regulam, optando pelas características entendidas como centrais para o propósito do estudo. Sendo assim, cumpre inferir, de início, que a Constituição Federal, em seu art. 5º, LIV, prevê de maneira expressa o *devido processo legal*, instituindo que ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem a observância deste postulado.

A escolha desse termo pela Constituição Federal resulta da tradução literal da expressão inglesa *due process of Law*; o termo *law*, no entanto, traduzido como *lei*, significa uma sujeição ao Direito em si, e não apenas aos resultados do processo legislativo, como observam Lênio Streck e Francisco Borges Motta (2016), o que denota o caráter abrangente da expressão:

Como se sabe, a locução devido processo legal corresponde à tradução para o português da expressão inglesa *due process of Law* – sendo útil a lembrança, porém, de que a palavra *Law* não diz apenas respeito à lei em sentido estrito (produto do processo legislativo), mas ao próprio Direito. Essa cláusula – cujas origens remontam, quando menos, à outorga da Magna Carta inglesa – está textualmente incorporada ao direito constitucional dos Estados Unidos da América,

como se lê nas Emendas V18 e XIV19 à Constituição daquele país, o que significou, como se verá, um grande avanço na dogmática processual. (MOTTA; STRECK, 2016, p. 117).

As origens do termo remontam à Magna Carta inglesa, na qual se estabelecia uma ideia, que perdura no conceito atual, de proteção da liberdade e de manutenção e observância da legalidade, sendo possível a restrição à liberdade, estando nela contida também a propriedade, apenas por meio de um processo e de um julgamento que estejam previamente estabelecidos em lei (MENDES, 2012). Nesse sentido:

Essa noção original de devido processo foi desenvolvida nas diversas ordens constitucionais e acabou sendo incorporada ao conjunto de axiomas fundamentais do constitucionalismo contemporâneo. Muitas são as Constituições que não o trazem expresso em seus textos (por exemplo, a Lei Fundamental de Bonn, de 1949, não dispõe expressamente sobre o devido processo legal), tendo em vista ser um princípio consolidado na tradição constitucional e fundamento de toda a ordem jurídica de um Estado Democrático de Direito. O devido processo, assim, pode ser deduzido do conjunto de princípios de uma ordem constitucional fundada na legalidade e na proteção das liberdades. (MENDES, 2012, p. 429).

Destaca-se, a partir disso, a ideia geral de que entre a ação estatal de restrição e a liberdade, ou propriedade, do indivíduo sempre deverá haver um processo; havendo para isso duas razões principais, a saber, um valor intrínseco que existe na participação do indivíduo em um diálogo processual, o que impede que haja manipulação, visando o respeito à dignidade humana ao considerar o sujeito como apto para colaborar na busca da verdade, e um valor instrumental, que entende o processo como uma ferramenta adequada de aplicação das leis (MENDES, 2012).

Distinguem-se, nessa linha, duas dimensões do devido processo legal, uma procedimental, ou formal, e uma material, ou substancial. A primeira diz respeito ao sentido mais comumente dado ao termo, que é a observância de um certo caminho formal, um conjunto de formalidades a serem respeitadas no processo que restringirá um direito fundamental (MOTTA; STRECK, 2016), como é o caso das previsões constitucionais do contraditório e da ampla defesa e do

juiz natural, por exemplo. Já a segunda se refere ao estabelecimento de limites substanciais aos poderes governamentais que interfiram nos direitos dos indivíduos, na qual se busca uma justificativa adequada para a essa interferência (MOTTA; STRECK, 2016). Assim:

É importante ter presente, neste passo, que não há uma relação de oposição ou contraposição entre as dimensões formal e material da cláusula do devido processo. Não há como se falar de um devido processo legal procedimental separado do devido processo legal substancial. No seguinte sentido: a interpretação construtiva (Dworkin), substantiva, opera sobre as questões procedimentais, explicitando-as e tornando concretas suas exigências. Perceba-se que, ainda que a dimensão procedimental do devido processo legal esteja preocupada essencialmente com a obediência à forma, com o cumprimento de etapas procedimentais, não há como verificar o atendimento dessas exigências sem que haja um questionamento a respeito de seu conteúdo, concretamente considerado. Assim, é sempre uma questão de moralidade substantiva (no sentido em que Ronald Dworkin emprega essa expressão) saber se o cumprimento de determinada formalidade ou etapa procedimental ocorreu, ou não, caso a caso, conforme o Direito. (MOTTA; STRECK, 2016, p. 118-119).

A caracterização do devido processo legal como um princípio, ainda que amplamente aceita, merece destaque, uma vez que isso interferirá na interpretação do dispositivo constitucional. Nessa linha, entende-se que tal preceito se mostra como princípio pois apresenta caráter finalístico, por apresentar uma proteção aos direitos de liberdade, e parcial, pela enunciação desta proteção de forma genérica, além de representar uma norma de otimização:

Por essa perspectiva – que, uma vez contextualizada, se adota-, o devido processo legal parece realmente se identificar como princípio, especialmente pelo caráter finalístico e parcial: finalístico porque prescreve uma proteção para os direitos de liberdade e patrimoniais em sentido amplo, cuja restrição legítima por ato do poder público passa a depender da observância de um processo previsto em lei com determinadas características; parcial porque essa proteção é enunciada de forma genérica e o que seja um processo devido fica em grande parte dependendo da avaliação da eficácia protetiva de determinados procedimentos em um caso concreto. Além disso, é evidente seu caráter de norma jurídica de otimização, bem como as possibilidades de conflito e de ponderação com outros princípios de mesma hierarquia. (MARIOTTI, 2008, p. 55-56).

Decorre disso a estreita relação deste princípio com a dignidade da pessoa humana, já que se institui a proibição do tratamento do homem como um objeto dos processos estatais:

Nessa perspectiva, não se pode deixar de considerar a intrínseca relação entre devido processo e dignidade humana existente no Estado Democrático de Direito. Como amplamente reconhecido, o princípio da dignidade da pessoa humana impede que o homem seja convertido em objeto dos processos estatais. Assim, não se afigura admissível, por exemplo, o uso do processo como substitutivo de uma pena que se revela tecnicamente inaplicável ou a preservação de ações ou de investigações cuja inviabilidade já se divisa de plano. Tem-se, nesses casos, flagrante ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana. Quando se fazem imputações vagas ou denúncias infundadas, dando ensejo à persecução processual penal injusta, está-se a violar, também, o princípio da dignidade da pessoa humana, que, entre nós, tem base positiva no art. 1º, III, da Constituição. (MENDES, 2012, p. 429).

2 O QUE É POPULISMO?

A caracterização do conceito de populismo não é das mais fáceis, já que o termo apresenta uma confusa e contraditória definição ao longo dos anos, assumindo, inclusive, sentidos particulares em locais específicos. No caso do Brasil, sofreu uma transição de termo de retórica sociológica erudita para expressão da retórica popular, representando, a partir disso, uma categoria bem definida para estigmatizar negativamente as políticas públicas e os próprios políticos:

De início, convém observar que se trata de um conceito comum dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população [...] Contudo, este nível de questionamento parece não afetar em praticamente nada a aceitabilidade e trânsito do mesmo conceito no uso corrente da sociedade, pois aí ele tem um significado preciso e

incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política: o de estigmatizador de políticos e da política em nosso país. (GOMES, 2001, p. 20-21).

Essa alteração de sentido, “de pedra à vidraça”, como menciona Jorge Ferreira (2001), representa uma terceira geração da expressão, um *neopopulismo*, que passa a significar a personalização e autonomia do Poder Executivo, tentativa de conciliação das várias classes sociais e a reunião em um ideal coletivo, como o de Nação. O autor ainda aponta para a fluidez do termo, que pode significar coisas distintas a depender do local político do acusador, podendo caracterizar políticas de assistência recorrentes nos regimes de Bem-Estar Social e também o contrário disso. Ou seja, o populista é sempre o outro, o inimigo, o adversário, o desafeto:

Para os conservadores, populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais dos trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como *Estado de Bem-Estar Social*; outros, talvez, diriam que populista é aquele que, diante dos pobres, diz que ser rico é chato [...] Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2001, p. 124).

Diante desse estado de aparente indefinição do sentido da palavra, é preciso balizar minimamente as características que serão úteis para o que se propõe nessa análise. Para tanto, serão necessárias as reflexões do autor alemão Jan-Werner Müller (2016), que procurou definir a expressão no contexto europeu. No entanto, ainda que essas definições não provenham diretamente do local em tela no estudo, elas servirão aos seus propósitos, já que são uma tentativa interessante de sistematização. O primeiro ponto importante é a visão do referido autor de que o populismo é uma imaginação moralista específica, que define uma moral pura e unificada, estabelecendo que há uma elite, um grupo que está ou esteve no poder, por exemplo, que é corrupta ou moralmente inferior:

Populism, I suggest, is a particular *moralistic imagination of politics*, a way of perceiving the political world that sets a morally pure and fully unified—but, I shall argue, ultimately fictional—people against elites who are deemed corrupt or in some other way morally inferior. It is a necessary but not a sufficient condition to be critical of elites in order to qualify as a populist. Otherwise, anyone criticizing the powerful and the status quo in any country would by definition be a populist. In addition to being antielitist, populists are always antipluralist: populists claim that they, *and only they*, represent the people.¹ (MÜLLER, 2016, p. 19-20).

Nessa esteira, só há populismo em regimes representativos, pois ele é a sombra desses arranjos políticos, sendo uma forma moralizada de antipluralismo, pois o populista, por definição, acredita em uma representação exclusiva, crê que seu discurso representa o povo como um todo (MÜLLER, 2016).

O próprio uso do termo *povo*, ou qualquer outra generalização, passa a significar apenas uma parcela da população, contrastando as vontades de um suposto *povo real*, de verdade, com outras fatias cujos anseios não representam a população (MÜLLER, 2016). Nesse sentido, ao contrário do que pode parecer, políticos populistas não são avessos ao regime de representação, mas acreditam que essa ideia só funciona quando são os representantes certos que representam as pessoas certas, terão os julgamentos certos e farão a coisa certa. Identificam-se, com isso, três técnicas comuns desses governos, uma tendência de colonizar o Estado, ocupar seus espaços; a imposição de um clientelismo de massa, que é a troca de favores em busca de suporte político; e um legalismo discriminatório, uma separação entre as pessoas que devem ser protegidas pela lei e as que devem sofrer suas duras consequências por representarem uma ameaça ao verdadeiro povo:

¹ Tradução livre: “Populismo, eu sugiro, é uma imaginação moralista específica da política, uma maneira de interpretar o mundo político que estabelece uma moralidade pura e unificada - mas, devo dizer, ficcional em última análise – as pessoas contra elites que são consideradas corruptas ou inferiores de algum modo. Ser crítico às elites é uma condição necessária mas não suficiente para se qualificar como populista. Do contrário, qualquer um criticando os poderosos e o status quo em qualquer país seria por definição populista. Além de serem antielitistas, populistas são antipluralistas: populistas defendem que eles, e *apenas eles*, representam o povo”.

First, populists tend to colonize or “occupy” the state. [...] Such a strategy to consolidate or even perpetuate power is not the exclusive preserve of populists, of course. What is special about populists is that they can undertake such colonization openly and with the support of their core claim to moral representation of the people. Why, populists can ask indignantly, should the people not take possession of their state through their only rightful representatives? Why should those who obstruct the genuine popular will in the name of civil service neutrality not be purged? The state rightfully belongs to the people; it should not confront them as something like an alien apparatus—rather, the people should properly take possession of it. [...] Second, populists tend to engage in mass clientelism: the exchange of material and immaterial favors by elites for mass political support. [...] Similarly, only some of the people should get to enjoy the full protection of the laws; those who do not belong to the people or, for that matter, who might be suspected of actively working against the people, should be treated harshly. (This is “discriminatory legalism,” the view that “for my friends, everything; for my enemies, the law.”)¹ (MÜLLER, 2016, p. 46).

3 O CASO WITZEL

A seguir, o intento do estudo será aproximar as ideias de devido processo legal e do conceito de populismo aos atos do governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel, sobretudo no que tange a política de utilização de *snipers* para abater portadores de fuzis², vislumbrando neles violações ao referido princípio e características definidores do ideário populista. De início, como observa Giancarlo Copelli (2019), ao tratar de algumas noções do populismo, existe a promessa de uma solução para um problema grave e real, nesse caso

¹ Tradução livre: “Primeiro, populistas tendem a colonizar ou ocupar o estado. Tal estratégia de consolidar ou mesmo perpetuar o poder não é a preservação exclusiva dos populistas, é claro. O que é especial sobre populistas é que eles podem propor tal colonização abertamente e com o apoio de sua alegação central de representação moral do povo. Por que, populistas podem perguntar indignados, o povo não deve tomar posse do seu estado por meio de seus únicos representantes legítimos? Por que aqueles que obstruem a genuína vontade popular em nome da neutralidade do serviço social não devem ser removidos? O estado pertence ao povo por direito; não deveria confrontá-lo como um aparato alienígena – em vez disso, o povo deveria tomar posse dele. Segundo, populistas tendem a se envolver em clientelismo de massa: a troca de favores materiais ou imateriais pelas elites por apoio político de massa. De modo semelhante, apenas uma parte do povo deve poder aproveitar a proteção integral das leis; aqueles que não pertencem ao povo ou, nesse sentido, possam ser suspeitos de trabalhar ativamente contra o povo, devem ser tratados duramente. (Isso é “legalismo discriminatório”, a visão de que “aos meus amigos tudo; aos meus inimigos, a lei”.

² Veja-se, para isso, reportagem d’ O Globo (<https://oglobo.globo.com/rio/snipers-ja-estao-sendo-utilizados-so-nao-ha-divulgacao-diz-witzel-sobre-acao-da-policia-23563496>), do Extra (<https://extra.globo.com/casos-de-policia/witzel-diz-nao-fazer-ideia-de-quantos-foram-mortos-por-snipers-nao-faz-parte-do-meu-trabalho-acompanhar-23591730.html>) e da Veja (<https://veja.abril.com.br/politica/witzel-volta-a-defender-uso-de-snipers-e-moro-afirma-desconhecer-pratica/>), por exemplo.

a criminalidade no Rio de Janeiro, que através de um discurso demagógico e de uma tentativa de aproximação com o povo, transforma-se em uma demanda dirigida que ameaça fragilizar alguns esteios do Estado de Direito:

A partir disso, portanto, proponho uma premissa que, oportunamente, também serve para introduzir a discussão: o populismo é mais que um discurso à margem das instituições atrás da capitalização política. Embora persiga tal objetivo, ele toca a superfície mais sensível de problemas reais típicos do chamado *grande número*, e seus protagonistas são hábeis atores em identificá-los. De outro modo: ao lado da solução mítica que lhe encerra — e que em boa medida o caracteriza —, o discurso populista percebe os pontos de insuficiência da corrente orientada como *racional* e, a partir daí, *promete* a solução, como vem se colocando, no Brasil, uma espécie de marcha contra a criminalidade, *a qualquer preço*, por exemplo. (COPELLI, 2019).

Nessa linha, uma vontade desenfreada de combate à criminalidade, que é, por óbvio, um problema que demanda uma solução definitiva, acaba por atacar os fundamentos da ordem jurídica, em especial o devido processo legal, uma das garantias mais fundamentais do indivíduo, presente no texto constitucional. A consequência disso é um afastamento perigoso das ações dos órgãos públicos das normas presentes na Constituição e a transformação dos atos do governo em vontades ilimitadas, sujeitas apenas ao arbítrio das autoridades, que poderão escolher livremente as ações que lhe parecem mais benéficas. O devido processo legal, conforme se abordou, é, além de uma série de formalidades a serem observadas, uma barreira de atuação do poder público na esfera individual, garantindo que as restrições serão firmemente limitadas por regras estabelecidas anteriormente.

A política de Witzel de utilizar snipers, atiradores de elite, é, portanto, inconstitucional, pois fere, em última análise, os mandos do devido processo legal, não sendo abrigada pelas excludentes de ilicitude, conforme observa Leonardo Yarochevski (2019), e podendo, além disso, haver responsabilização pelas mortes provenientes dessa prática, como defende o mesmo autor em parecer sobre o tema:

Por tudo, o governador do Estado do Rio ao ordenar - ainda que por meio de palavras - que atiradores de elite (*snipers*) executem pessoas

está instigando (determinando) por uma ordem ilegal a prática de crime por parte do autor. Assim, a execução, nos moldes defendidos pelo governador WILSON WITZEL, além de criminosa, é incompatível com o Estado democrático de direito. Sendo assim e por todo exposto, independente da responsabilização política e civil, deve o governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON WITZEL ser responsabilizado criminalmente pelos crimes que decorrerem de sua ordem direta e de sua determinação dolosa para que agentes policiais (*snipers*) executem pessoas. (YAROCHEWSKI, 2019, p. 12).

Estando bem definida a manifesta incongruência entre esta política e o Estado de Direito, é possível, ainda, encaixá-la em um caráter populista, principalmente se levar-se em conta o estabelecimento de uma certa moralidade que representaria a vontade real do povo, que estaria decidida pela diminuição da criminalidade a qualquer preço. Assim, fica explícito o entendimento de que esta ação e os seus propositores representariam a única leitura possível dos desejos populares, em um sentido profundamente antipluralista. Por fim, a ideia da legalismo discriminatório, de legalidade *ad hoc*, está presente pois há, inclusive, uma suspensão da legalidade, um arbítrio do alcance da lei, que se aplica só em certos casos, em evidente contrariedade à Constituição, o que resulta em espetáculos de demonstração de força estatal que aparentemente significam um combate efetivo ao problema, mas que são apenas um ataque demagógico superficial que poderá até agravar a situação.

CONCLUSÃO

O devido processo legal cumpre, em um ambiente constitucionalizado, uma função dupla, por um lado institui uma série de formalidades, de etapas a serem seguidas nos processos, e por outro representa uma barreira substancial contra atos dos poderes que não respeitem o seu núcleo, que está necessariamente ligado com a dignidade humana, conforme demonstrado. Como exposto, ações populistas caracterizam-se pela instituição de uma ideia de moralidade política, identificada com uma separação entre representação de fato, povo de verdade, em contraste com outras parcelas sociais que são ignoradas. Desse modo, é possível estabelecer paralelos entre essas duas definições, devido processo e populismo, com as ações de políticas públicas

pretendidas pelo governador Wilson Witzel atinentes à utilização de atiradores de elite para combater o tráfico e a violência urbana.

Nesse sentido, buscou-se relacionar, principalmente, os pressupostos teóricos estudados referentes à síntese das definições do princípio constitucional e ao entendimento e solidificação do conceito de populismo com a defesa de uma política pública agressiva. Procurou-se, com isso, encontrar nas ações e discursos políticos ferramentas características de um ideário populista, sustentado ainda por uma noção enviesada de processo e justiça, que ignora fundamentos que balizam qualquer ação estatal de restrição, o que nesse caso é ainda mais grave já que a “pena” pretendida, além de carecer de um processo que permita sua legítima instituição, é incompatível com o próprio sistema penal brasileiro, que não permite pena capital em nenhum contexto. Tem-se, a partir disso, em um primeiro momento, a doutrina suplantando um exercício de reflexão importante na delimitação dos esteios da democracia e servindo para caracterizar os discursos políticos e vislumbrar o seu sentido profundo, e, como observação central, o frágil emprego de ações radicais e violentas na tentativa de sufocar um problema cujas raízes são muito mais complexas e dispersas do que se parece imaginar.

REFERÊNCIAS

COPELLI, G. M. **O Discurso Populista e a Tentativa de Reescrever a Constituição**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-ago-10/diario-classe-discurso-populista-tentativa-reescrever-constituicao>>. Acesso em: 21 set. 2019.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (org.). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J (org.). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARIOTTI, A. **Princípio do Devido Processo Legal**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13555/000651057.pdf?1>>. Acesso em: 21 set. 2019.

MENDES, G. F. Comentário ao art. 5º, LIV. In: CANOTILHO, J. J. G; MENDES, G. F; SARLET, I. W; STRECK, L. L (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

MOTTA, F. B; STRECK, L. L. **Para Entender o Novo Código de Processo Civil**: da dignidade da pessoa humana ao devido processo legal. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 14, n. 19, p.112-128, jul./dez. 2016.

MÜLLER, J. W. **What is Populism?** University of Pennsylvania Press, 2016.

YAROCHEWSKI, L. I. **Snipers**: sua legalidade e responsabilidade do governador do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/dl/parecer-responsabiliza-witzel-mortes.pdf>>.
Acesso em: 21 set. 2019.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL COMO FONTE PARA A VANTAGEM COMPETITIVA

Ana Gabriela Schmidt¹
Daniela Perini Krentkowski²
Marcos Rogério Rodrigues³
Janice Walter⁴

RESUMO

As estratégias empresariais e as vantagens competitivas são termos utilizados pelos gestores que possuem visão sistêmica e, procuram manter-se inseridos no mercado. Desta forma, o tema do trabalho desenvolvido é a estratégia empresarial como fonte para a vantagem competitiva. O problema é identificar quais são as estratégias adotadas pela empresa. Ressalta-se a importância deste assunto, pois a estratégia empresarial surge para definir caminhos a serem percorridos, que visam alcançar os resultados esperados. No referencial teórico nota-se a presença do conceito da administração, que traz as principais funções do profissional Administrador. Além disso, descreve-se o conceito de estratégia e os tipos de estratégias empresariais existentes. Outro tópico é a análise ambiental e a vantagem competitiva. Referente a metodologia, o estudo é caracterizado por uma pesquisa teórico-empírica, de forma qualitativa, quanto aos objetivos utiliza-se da pesquisa explicativa e descritiva, a qual se deu por meio de um estudo de caso. Evidencia-se que a empresa possui diferenciais perante seus concorrentes, como por exemplo, o bom atendimento e a qualidade de seus produtos, no entanto, identificou-se que ela adota uma estratégia de manutenção, onde sua situação atual é de estagnação. Assim se faz necessário aplicar métodos que auxiliam na gestão empresarial e que possam contribuir para uma nova estratégia empresarial.

Palavras-chave: Administração - Estratégia - Vantagem Competitiva.

¹Acadêmica do curso de Administração-8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabi.alecrist@yahoo.com.br

²Acadêmica do curso de Administração-8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. perinidaniela@hotmail.com

³Mestre em Administração. Orientador. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

⁴ Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br.

INTRODUÇÃO

Em uma empresa é imprescindível existir estratégias a fim de obter vantagem competitiva diante dos demais integrantes do segmento. O problema de pesquisa deste trabalho busca responder a seguinte questão: Quais são as estratégias adotadas pela empresa estudada?

Este trabalho possui como objetivo geral propor estratégias com intuito de contribuir para o alcance da vantagem competitiva na empresa Public. Sendo assim, os objetivos específicos são: conhecer as estratégias adotadas pela empresa estudada, realizar uma análise ambiental por meio da matriz FOFA e, propor estratégias empresariais para melhor posicionar a empresa no mercado.

Ressalta-se a importância do assunto abordado no intuito de verificar qual estratégia a empresa adota em sua gestão, devendo aprimorar suas ferramentas administrativas e adotar métodos empresariais que contribuem para que ela possa adquirir uma estratégia de crescimento ou desenvolvimento.

A metodologia usada caracteriza-se em relação a natureza como pesquisa teórico-empírica, quanto a abordagem é qualitativa, referente aos objetivos adota-se a pesquisa descritiva e explicativa, em relação aos dados, classifica-se em bibliográfica, documental e estudo de caso. Utilizou-se conceitos de autores, como, Chiavenato, Oliveira e Porter.

Na estrutura do trabalho, consta a introdução, referencial teórico, que contém os tópicos: conceito de administração e as principais funções do administrador, conceito das estratégias empresariais e as 5 forças e Porter, e a análise ambiental e vantagem competitiva, conclusão e referências.

1 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza teórico-empírica, onde se realizou um estudo de caso em uma empresa do Ramo Gráfico. A pesquisa é qualitativa, a qual procura conhecer a realidade da organização, visando propor estratégias para melhor posicionar a empresa no mercado. Referente aos objetivos, esta pesquisa é descritiva e explicativa.

Com relação aos procedimentos técnicos adotou-se a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica serve como base de sustentação do trabalho, ela desenvolveu-se com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre as teorias, com o propósito de embasar este artigo.

Este trabalho adotou-se tanto a coleta de dados indireta como direta. A documentação indireta se deu por meio do levantamento dos dados, através da pesquisa bibliográfica. Outro recurso utilizado é a documentação direta, onde o levantamento dos dados e das informações ocorreram na própria empresa.

O estudo de caso se deu por meio de uma entrevista estruturada, realizada com o gestor da Public, a qual trabalha no segmento gráfico e localiza-se na cidade de Santa Rosa/RS. O gestor atua na empresa desde a sua fundação, ele possui ensino médio e, o seu trabalho se dá mais na área financeira e de orçamentos.

A entrevista ocorreu na sede da empresa, dia 06 de outubro de 2018, contou com 21 questões abertas, a duração foi de aproximadamente uma hora. Para melhor confiabilidade dos dados, ela foi gravada e posteriormente transcrita, nessa oportunidade, obteve-se o contato de 10 clientes da empresa Public, com o intuito de conhecer a sua opinião sobre os pontos fortes e fracos da organização estudada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda os tópicos: Administração, conceitos de estratégias, análise ambiental e vantagem competitiva.

2.1 ADMINISTRAÇÃO

A administração pode ser conceituada como um conjunto de práticas e ferramentas para realizar a gestão de uma determinada organização. O Administrador tornou-se indispensável no gerenciamento de uma organização, possuindo atribuições para alcançar os resultados esperados:

O profissional Administrador deve orientar e liderar uma equipe em busca dos objetivos almeçados pela organização. De acordo com Lacombe, “[...] o Administrador, dentro do seu âmbito, estabelece objetivos e rumos e dirige as pessoas para que executam o trabalho.” (LACOMBE, 2009, p. 04).

No atual mercado competitivo as empresas carecem de profissionais altamente capacitados e que desenvolvem com excelência suas tarefas. Consideram-se as principais funções do Administrador: planejamento, organização, direção e controle.

O planejamento é fundamental para estabelecer os objetivos que se buscarão alcançar e como essa busca será feita, quem se envolverá e todas as etapas. O planejamento determina qual a direção a ser seguida para o alcance dos resultados. Segundo Lacombe “[...] planejar é, portanto, decidir antecipadamente o que fazer, de que maneira fazer, quando fazer e quem deve fazer.” (LACOMBE, 2009, p. 70).

Chiavenato descreve que a organização é a segunda função administrativa, por ter a finalidade de agrupar os órgãos e as atividades que serão necessárias para alcançar os objetivos que foram estabelecidos no planejamento. Essas atividades devem ser desenvolvidas eficientemente e distribuídas dentro da organização por uma autoridade hierarquizada (CHIAVENATO, 2009).

Outra função do Administrador é a direção, que significa liderar seus subordinados, motivando-os e influenciando-os de maneira positiva. A direção faz as coisas acontecerem. Chiavenato descreve que “[...] este é o papel da direção: acionar e dinamizar a empresa e fazê-la funcionar.” (CHIAVENATO, 2007, p. 270). O Administrador que desenvolverá a função de direção terá como foco as pessoas e deverá liderar seus subordinados visando o alcance dos objetivos.

Para verificar se os objetivos foram alcançados ou o porquê não está sendo eficaz, o controle surge para medir a necessidade de mudança ou a confirmação de que tudo está ocorrendo de forma correta.

Cabe ao Administrador buscar estabelecer as funções administrativas de maneira eficiente e eficaz e conhecer a importância de suas ações para o sucesso de toda a organização. Bem como, visar à harmonia entre todos os

colaboradores que serão por ele orientados para a realização dos objetivos.

As ações aderidas por uma empresa devem ser analisadas e acompanhadas para um melhor desempenho. O Administrador é o profissional que verifica se as medidas adotadas estão cooperando para o alcance do sucesso de sua organização. Todo Administrador para alcançar sucesso no desempenho de sua função deve identificar e colocar em prática quais as estratégias que poderão ser adotadas para atingir os objetivos desejados, tema aprofundado no item a seguir.

2.2 CONCEITUANDO A ESTRATÉGIA

É cada vez mais difícil uma empresa se manter competitiva no mercado que está inserida, por isso devem-se estabelecer estratégias que visam sempre resultados melhores e, conseqüentemente o seu crescimento. A estratégia empresarial surge para definir os caminhos que serão seguidos dentro de uma organização durante a fabricação de um produto, ou durante uma prestação de um serviço, que fará alcançar os objetivos e resultados pretendidos.

Desse modo, a estratégia tinha muito a ver com os gerais e com a maneira que eles comandavam as suas forças militares. Esse significado que deu sentido a estratégia é muito semelhante ao atual, pois, os executivos devem comandar, orientar e designar tarefas para os colaboradores da organização.

A estratégia empresarial pode ajudar na tomada das decisões na organização, visando os recursos que serão utilizados e de que maneira essa utilização será elaborada. A estratégia ajuda a organização a se manter competitiva e preparada para possíveis mudanças no mercado em que atua.

Assim, com a estratégia estruturada e todos os recursos e riscos gerenciados, o gestor poderá obter maior garantia de sucesso para a organização.

Nesse sentido, Oliveira afirma que a estratégia empresarial possui três fundamentos que são essenciais para o seu funcionamento, são eles: a turbulência ambiental, as estratégias adotadas que levaram a decisões que já foram tomadas e a capacitação para possíveis mudanças (OLIVEIRA, 2012).

Considerando os fundamentos da estratégia e visando a sua importância

e objetividade, o gestor pode ser considerado um estrategista, por ter responsabilidade de desempenhar essa função tão necessária em uma organização.

Assim é possível afirmar que o gestor responsável pelas estratégias deve conhecer todas as estratégias que poderá melhorar a organização e, conseqüentemente melhorar o produto ou a prestação de serviços para o cliente.

Nessa linha, Oliveira afirma que: “A combinação de estratégias deve ser feita de forma que aproveite todas as oportunidades possíveis, e utilizando a estratégia certa no momento correto.” (OLIVEIRA, 2013, p. 195). Segundo ele, a função da estratégia é estabelecer quais serão os caminhos, os programas de ação que devem ser seguidos para cumprir com os objetivos (OLIVEIRA, 2013).

Assim, Oliveira descreve os tipos de estratégias funcionais que são divididas em estratégias de marketing, que compreendem a estratégia de melhorar os produtos e serviços e a imagem da organização, por meio de publicidade e propaganda; estratégias financeiras que direcionam todos os investimentos feitos, a obtenção dos recursos existentes e todos os créditos disponíveis ao consumidor; estratégias de produção em todas as áreas que envolvem a fabricação do produto ou serviço, seu estoque e os custos industriais; e as estratégias de recursos humanos que estão ligadas a todos os colaboradores, seus treinamentos e desenvolvimentos, remunerações e benefícios (OLIVEIRA, 2013).

Outra estratégia é a de manutenção, onde é possível encontrar ameaças no ambiente empresarial, mas ao mesmo tempo, possuir pontos fortes adquiridos no decorrer do desenvolvimento da organização, que facilita sustentar a posição conquistada até então. “A estratégia de manutenção é uma postura preferível quando a empresa está enfrentando dificuldades, e a partir dessa situação prefere tomar uma atitude defensiva diante das ameaças.” (OLIVEIRA, 2013, p. 196).

Conhecendo todas as estratégias que podem ser aplicadas na organização e como aplicá-las, o estrategista terá grande possibilidade de obter eficiência e eficácia, garantindo uma organização estrategicamente competitiva no mercado.

De acordo com Porter, quando a organização faz o diagnóstico das forças que afetam a concorrência da organização, é possível identificar todos os pontos fracos e fortes. Ele afirma ainda que é essencial saber o posicionamento da organização perante as causas de cada força competitiva (PORTER, 2004).

Poder de Barganha dos Fornecedores: pode ser uma fonte de poder, o domínio de poucas empresas fornecedoras pode-se aumentar os custos diante de produtos exclusivos, ou a mesma apresentar produtos com menor qualidade. De acordo com Porter “[...] os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos.” (PORTER, 2004, p. 28-29).

Intensidade da rivalidade: a rivalidade entre concorrentes pode ser considerada a força central das cinco citadas por Porter. Identificar quem são os concorrentes é fundamental para que seja possível definir seu posicionamento. “A rivalidade ocorre porque um ou mais concorrentes sentem-se pressionados ou percebem a oportunidade de melhorar sua posição.” (PORTER, 2004, p. 18).

Assim, sabendo o que se refere cada força, já se tem uma base para começar a estruturar a estratégia e, quais ações serão tomadas para que o impacto da concorrência seja minimizado de maior maneira possível.

2.3 ANÁLISE AMBIENTAL E VANTAGEM COMPETITIVA

A realização do estudo sobre o cenário ambiental em que a empresa se encontra é de grande importância para seu desenvolvimento. Avaliar o ambiente/mercado competitivo em que ela está inserida é a melhor forma de garantir sucesso empresarial.

O Mapeamento Ambiental, na visão de Chiavenato, significa que as organizações precisam explorar e discernir o ambiente para reduzir a incerteza, porém, apenas uma porção de todas as variáveis ambientais participa realmente do conhecimento e da experiência dos gestores (CHIAVENATO, 2011).

A Percepção Ambiental varia conforme a visão de cada gestor empresarial. Segundo Chiavenato “[...] uma construção ou um conjunto de informações selecionadas e estruturadas em função da experiência anterior,

intenções e maneiras de pensar dos dirigentes de cada organização.” (CHIAVENATO, 2011, p. 482).

A base na organização ambiental de uma empresa é constituída pelo ambiente de tarefa, no qual identifica suas entradas e saídas, através de fornecedores de entrada, “[...] fornecedores de todos os tipos de recursos de que uma organização necessita para trabalhar.” (CHIAVENATO, 2011, p.486).

Através da matriz (SWOT) o gestor pode tirar conclusões sobre a situação da empresa, bem como, apresentar formas de aperfeiçoamento e novas estratégias para alavancar a gestão dos seus negócios.

A implementação da matriz SWOT em sua gestão é essencial para verificar o ambiente em que a organização está inserida, com o intuito de identificar as suas oportunidades, seus pontos fortes, suas ameaças e seus pontos fracos, visando obter melhores resultados em curto, médio e longo prazo.

Segundo Porter essas estratégias genéricas são liderança em custo, que é liderar o mercado por ofertar o produto ou serviço por menor preço; diferenciação em ofertar produtos únicos e de qualidade; e foco para saber o que ofertar aos clientes e focar como ocorrerá essa oferta (CHIAVENATO, 2011).

É necessário ter em vista que quando se busca utilizar a vantagem competitiva da organização é primordial possuir estratégias para que ocorra o máximo de aproveitamento dessas vantagens, e alcançar os objetivos estabelecidos de maneira eficiente e eficaz. Dessa forma, o sucesso de uma organização é alcançado através da identificação e execução de forma eficiente de suas vantagens sobre os seus concorrentes.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A empresa Public foi fundada em 2009, possuindo uma grande diversidade de produtos, entre eles, cartões de visitas, adesivos, banners, revistas, folders, encartes, panfletos, impressos gráficos em geral. Ela adquiriu uma gama de clientes na região noroeste do estado, caracterizando-os em 50% pessoa jurídica, entre elas, prefeituras e empresas, e 50% pessoa física.

A empresa estudada não lidera o mercado, ao contrário, ela tem dificuldade em crescer, dadas as diversas circunstâncias. Um dos maiores

desafios nesse segmento é a alta competitividade, assim com uma concorrência acirrada, ela deverá buscar mecanismos que possam incrementar com novas tecnologias, para suprir as necessidades dos atuais clientes e conquistar novos.

O planejamento é fundamental para o bom andamento das tarefas. Sendo assim, o entrevistado mencionou que toda segunda-feira é realizado um cronograma dos serviços que devem ser entregues durante o decorrer daquela semana, onde destaca a importância em cumprir o prazo estabelecido. O planejamento de suas atividades ocorre em médio prazo dentro de, no máximo, 20 dias. Ainda segundo o gestor, “sem planejamento a empresa trabalha no impulso”.

Segundo Lacombe “[...] planejar é, portanto, decidir antecipadamente o que fazer, de que maneira fazer, quando fazer e quem deve fazer.” (LACOMBE, 2009, p. 70).

Quando questionado sobre as ferramentas administrativas que utiliza em sua empresa, o gestor mencionou que são ferramentas virtuais. Por serem de baixo custo e de grande acessibilidade, a Public utiliza as redes sociais para ações de divulgações de seus produtos e/ou serviços, pois disponibiliza site da empresa e página no Facebook. Também possui um vendedor externo que realiza visitas aos clientes fidelizados e, se dedica pela busca de novos clientes.

Constatou-se que a organização utiliza as redes sociais disponíveis para divulgação dos produtos e/ou serviços. Por meio desses canais, ela poderá obter um maior número de clientes para se manter no mercado.

As necessidades dos clientes precisam ser resolvidas. Sendo assim, a empresa busca, através da internet, tendências para produtos novos e, também, clientes apresentam sugestões onde as mesmas são aprimoradas.

Percebe-se que a empresa necessita de outras estratégias genéricas, essenciais para o bom andamento da gestão empresarial, como por exemplo, as estratégias de RH, incrementar políticas de valorização dos funcionários, aplicar cursos e/ou treinamentos para a qualificação de seus colaboradores com foco na formação e desenvolvimento profissional; no campo das finanças, ela deve adotar melhores controles para fluxo de caixa, analisar demonstrativos contábeis e de créditos; cobrança, inadimplência; na área de produção, ele deve criar

melhores controles de compra de matéria-prima, nível de estoque, manter um bom funcionamento das máquinas e, verificar a qualidade dos produtos.

Através do posicionamento do gestor, pode-se observar que o marketing colabora para a ampliação do número de clientes, pois diante das divulgações realizadas, seus produtos e/ou serviços possuem maior visibilidade.

No mercado gráfico existem vários fornecedores disponíveis. Contudo, ao decorrer dos anos o gestor centralizou suas compras em apenas 2 deles, pois consegue maior qualidade, menor preço e bom atendimento. Desta forma, a tomada de decisão tem como base negociações de preços, de qualidade e prazo de entrega.

De acordo com Porter “[...] os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos.” (PORTER, 2004, p. 28-29).

Diante disso, percebe-se que o gestor possui um leque de fornecedores, mas acaba por finalizar suas compras em apenas dois. A empresa trabalha com baixo nível de estoque e, o processo de negociação com os fornecedores ocorre após o cliente confirmar a compra do produto, a partir disso, é adquirida a matéria prima de acordo com a demanda.

Quando questionado sobre os clientes, constatou-se que eles podem possuir alto poder de barganha. Na visão do gestor, por ter uma grande concorrência de mercado, há muita oferta de produtos gráficos. “Os clientes de uma empresa querem que os preços baixem ou que a qualidade suba. Sua capacidade para fazê-lo depende do quanto compram, de até que ponto estão bem informados, da sua disposição para experimentar alternativas e assim por diante.” (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010, p. 107).

Quanto aos clientes, segundo o gestor, observa-se que desejam obter produtos com alta qualidade e ao mesmo tempo, com menor preço. Desta forma, a empresa se dispõe a negociar, porém até determinado ponto, desde que a negociação seja viável para a organização.

Ainda, o gestor mencionou que como o mercado gráfico na cidade está saturado, qualquer novo entrante não teria sucesso. Segundo ele caso

possuísse dinheiro e a experiência atual, não iniciaria uma indústria gráfica na região.

Para manter-se presente no mercado competitivo deve-se, também, adotar estratégias empresariais para a gestão de seus negócios. Visto que o mercado possui maior oferta do que demanda, a empresa permanece estagnada, onde trabalha apenas para se manter. Não há perspectivas de novos investimentos em maquinários e novas tecnologias, pois, aguarda uma possível melhora do mercado.

Diante do contexto observado, constatou-se que a empresa adota uma postura estratégica de manutenção, pois conforme mencionado pelo gestor, os investimentos ocorrem de maneira reduzida, onde os recursos são economizados para aplicar em situações imprevisíveis. Além disso, verificou-se que não há por parte dos sócios a visualização de oportunidades para o negócio.

Ao pensar no futuro, o gestor relata que não há perspectivas de crescimento. Em recente reunião realizada entre os sócios, decidiu-se aguardar até o ano de 2019, considerado para eles o “ano chave”, ou seja, ano decisivo para definir o futuro da empresa. Caso não houver reação do mercado, há possibilidade da empresa encerrar suas atividades.

Para elaborar este tópico, inicialmente entrevistou-se o gestor, para saber a sua opinião quanto aos seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, além disso, elaborou-se uma pesquisa com uma amostra de 10 clientes da Public, onde se pode constatar e confrontar a visão que eles possuem da empresa. Assim, verificou-se o seu grau de satisfação em relação aos produtos e serviços prestados, como também, seus pontos fortes e fracos.

Ao realizar uma análise do ambiente em que a empresa está inserida, é possível identificar pontos fortes e fracos da empresa estudada. Entre os pontos fortes da Public, o gestor destaca o atendimento ao cliente. Diante da concorrência acirrada, o bom atendimento deve estar atrelado a um produto final de qualidade. Já, um dos pontos fracos mencionado é a baixa tecnologia, pois possui algumas máquinas ultrapassadas, que demandam maior tempo para produzir, podendo elevar assim o custo de produção.

Pode-se perceber que a empresa preza pelo excelente atendimento disponibilizado aos seus clientes. A qualidade dos produtos é fator essencial

para servi-lós, um dos pontos fortes da empresa. Já, um dos seus pontos fracos é a dificuldade enfrentada pela empresa em sustentar os seus clientes. Isso se dá pelo fato da região possuir várias opções em empresas do ramo gráfico.

Outro quesito que se pode avaliar em uma análise ambiental, são as oportunidades e as ameaças da organização. Para o empreendedor, atualmente é difícil visualizar uma oportunidade, haja vista a acirrada competição no ramo. Já, a principal ameaça é a dificuldade em manter clientes ativos e a concorrência, pois há indústrias gráficas de tradição, antigas e com grande poder de produção.

Constatou-se que uma das ameaças é a concorrência, que está cada vez mais acirrada. Todavia, em relação as oportunidades a empresa enfrenta dificuldades em visualizá-las pois, o ramo gráfico está cada vez mais competitivo.

Verificou-se que o gestor conhece seus concorrentes e consegue caracterizar cada um deles. Em um ranking de 6 principais gráficas de Santa Rosa, a empresa Public está classificada, pelo gestor, em 4ª colocação.

Pode-se observar que a Public tem ciência dos principais concorrentes que precisa enfrentar. Muitos deles por estarem há mais tempo no mercado ou na região já possuem uma ampla carteira de clientes fidelizados, outro ponto é a tecnologia empregada pelos concorrentes, que possuem um maior parque fabril.

Para realizar uma análise ambiental, principalmente dos aspectos relacionados aos pontos fortes e fracos de uma empresa, é crucial saber a opinião dos clientes, desse modo, pesquisou 10 clientes da Public, para verificar o seu grau de satisfação e pontos fortes e fracos da empresa.

Sendo assim, a visão que possuem da empresa parte da realização de um bom atendimento, onde são prestativos e estão dispostos a auxiliar em qualquer situação. Alguns clientes sentem-se acolhidos pela empresa, onde possuem flexibilidade para negociar valores, ainda, enxergam na empresa competência e qualidade em seus produtos. A Public oferece a garantia da entrega dos produtos na data acordada e possui responsabilidade diante dos seus compromissos.

Existem clientes que ressaltam a importância da empresa realizar inovação em seus maquinários, pois alguns concorrentes estão ultrapassando-os quanto ao quesito de tecnologia e inovação.

Ao questioná-los quanto aos pontos fortes da empresa Public, os clientes salientam o bom atendimento, seguido da pontualidade, da qualidade e do preço, respectivamente. Já os pontos fracos ressaltados são o preço e, respectivamente, a qualidade. Houveram clientes que mencionaram não haver nenhum ponto fraco na empresa, pois consideram a mesma ideal para os seus negócios.

Os pontos fracos relacionados a qualidade, pode se dá pelo fato que a Public deixa a desejar quanto ao investimento em seus maquinários, podendo resultar em baixo nível de tecnologia e inovação.

Constatou-se que todos os clientes estão satisfeitos com os serviços prestados pela empresa, com o prazo de entrega dos mesmos e com o ótimo atendimento disponibilizado por cada colaborador. Já em relação aos preços que a empresa pratica, houveram clientes satisfeitos, mas dá mesma forma, alguns clientes avaliaram o preço como regular, nesse aspecto é importante atentar para o mercado, com vista a não perder clientes.

Diante do grau de satisfação quanto a diversidade de seus produtos e/ou serviços disponibilizados pela empresa, a maioria dos clientes pesquisados estão satisfeitos. Ainda assim, alguns enxergam essa situação como regular, identificando a necessidade de maior diversidade.

A maioria dos clientes pesquisados afirmam que a empresa se mantém em constante aperfeiçoamento de seus produtos. Apenas um cliente acredita que não, pois relata a importância de maiores inovações em seus maquinários de trabalho.

Em comparação aos seus concorrentes, a qualidade dos produtos e serviços da empresa Public é considerada a mesma, na opinião da maioria dos clientes. Alguns acreditam que a qualidade da empresa Public é ainda superior aos demais.

Todos os clientes mencionam que recomendariam a empresa Public para outras pessoas e a probabilidade de comprar os produtos e/ou serviços da empresa novamente é elevada.

Com base no trabalho realizado, pode-se observar a maneira em que a empresa está inserida no mercado gráfico. Por estar em situação estagnada,

deve-se focar na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento, buscando ampliar seus pontos fortes e oportunidades.

O desenvolvimento de mercado é considerado como uma das estratégias de ampliação de negócios, visto que a empresa introduz seus produtos a novos mercados, onde busca conquistar nova clientela. Outra alternativa, pode ser a implementação de uma estratégia de crescimento, que busca manter o seu negócio preparado a enfrentar crises e desafios.

Segundo Oliveira “[...] embora a empresa tenha predominância de pontos fracos, o ambiente está proporcionando situações favoráveis que podem transformar-se em oportunidades, quando, efetivamente, é usufruída a situação favorável pela empresa.” (OLIVEIRA, 2013, p. 197-198).

Percebe-se que a empresa precisa discernir as oportunidades existentes e aplicá-las em sua gestão empresarial. É necessário manter sua rentabilidade, buscar recursos e investir em inovação, a fim de manter-se em constante crescimento.

A empresa Public, possui como alternativa, formar parcerias com outras empresas do ramo gráfico, para que juntas possam se fortalecer e obter melhores resultados. Há possibilidade de formação de uma Joint Venture ou de uma Fusão, por exemplo. A primeira caracteriza-se por ser um acordo, entre duas empresas, que estabelece negociações estratégicas por um objetivo comum, onde unem os seus recursos para o desenvolvimento de um negócio, ou seja, uma terceira empresa é criada. A segunda opção é a união de duas organizações que através desse processo, formam uma única empresa.

Outra oportunidade proposta para a empresa é a realização de parcerias com empresas para trabalhar com envelopamento automotivo, por exemplo. Outro produto na área automotiva é o imã para carros, disponível para empresas que querem identificar o carro em somente algumas ocasiões. Estes são trabalhos diferenciados, que podem originar maior retorno para a empresa estudada.

Uma estratégia de novos produtos também pode ser implementada. Atualmente o segmento do mercado gráfico busca por maiores inovações, produtos mais diversificados e de alta qualidade. Alguns produtos que a empresa pode adotar em sua lista são: agendas personalizadas, brindes para empresas,

sacolas, caixas e embalagens, cardápios, carimbos, crachás, *bottons*, chaveiros, *mousepad*, jogo americano em papel, bolacha para *chopp*, *receituários*, *photo book*, entre outros.

Expandir com materiais em MDF 3D, como quebra-cabeças, luminárias decorativas, porta-retratos e demais acessórios personalizados. Lançar em plataformas digitais materiais temáticos em datas comemorativas, como: dia das mães, dia do funcionário público e dia dos namorados.

Além disso, a Public pode oferecer aos seus clientes a venda e/ou revenda de materiais pela internet, os quais podem ser, pequenos itens, em que o cliente necessita de pequena matéria-prima. Todas essas propostas visam o melhor atendimento aos seus clientes, pois disponibiliza maiores opções de produtos e/ou serviços, a fim de atender a necessidade de cada um e, que assim a organização estudada possa obter a vantagem competitiva.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral, propor estratégias com intuito de contribuir para o alcance da vantagem competitiva na empresa estudada, por meio dos objetivos específicos descreveu-se sobre a situação da empresa, no tocante as estratégias que ela utiliza, bem como, se propôs estratégias para a organização se desenvolver no mercado.

Constatou que a empresa adota uma postura estratégica de manutenção, os investimentos ocorrem de maneira reduzida e, os recursos são economizados para aplicar em situações imprevisíveis. O posicionamento da empresa perante o mercado é por meio do custo, ou seja, ela compete ofertando produtos e serviços mais baratos em relação aos concorrentes.

O bom atendimento e a qualidade dos produtos são fatores essenciais sendo assim, uns dos pontos fortes da empresa tanto na visão do gestor, quanto na visão de seus clientes. Alguns pontos fracos considerados pela empresa é a tecnologia, a inovação e o preço.

Diante do que foi estudado e, de acordo com a situação da empresa, recomenda-se que ela adote uma estratégia de desenvolvimento de mercado, introduzindo seus produtos em novos mercados. Outra estratégia que pode ser

seguida é a de crescimento, com foco na inovação de seus maquinários, e processos, a fim de proporcionar produtos e/ou serviços com maior qualidade a todos os clientes.

Para responder ao problema de pesquisa: Quais são as estratégias adotadas pela empresa? Pode-se constatar que ela possui uma estratégia de manutenção, pois está enfrentando dificuldades, e os investimentos não ocorrem, pois são reservados para situações imprevisíveis.

Com o passar do tempo, novos estudos podem ser desenvolvidos com a empresa Public, a fim de comparar os dados obtidos nesta pesquisa, e analisar as mudanças estratégicas em sua gestão, como também, identificar qual a percepção que os clientes possuem da organização, após determinado período de tempo.

A pesquisa evidenciou os principais desafios que a empresa encontra diante do mercado gráfico, como também, comparar as visões entre gestor e clientes, com as teorias apresentadas no decorrer do trabalho.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto – **Administração**: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Introdução à Administração Geral**. 3. ed. São Paulo: Manole: 2009.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

LACOMBE, Francisco José Masset – **Teoria Geral da Administração**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva**: como estabelecer, implantar e avaliar. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Planejamento Estratégico** – conceitos, metodologia e práticas. 31. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2013.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004- 2º reimpressão.

GESTÃO DE CRÉDITO EM UM SUPERMERCADO

Iara Inês Hendges Bamberg¹
Marcos Rogério Rodrigues²

RESUMO

A análise do crédito é um fator determinante para a tomada da decisão no que tange a gestão financeira das organizações, avaliar e controlar riscos de inadimplência são atividades inerentes a qualquer gestor. A gestão de crédito requer análise de informações claras e objetivas da estrutura econômica do cliente. Este artigo abordou o tema: gestão de crédito em um supermercado, o qual está localizado na cidade de Santa Rosa/RS. O trabalho teve como objetivo geral conhecer o atual processo de concessão de crédito adotado pelo supermercado. No referencial teórico, buscou-se trabalhar os seguintes tópicos: finanças empresariais, conceitos sobre riscos financeiros e gestão de crédito. A metodologia utilizada caracterizou-se como pesquisa aplicada. A coleta de dados constituiu em quali-quantitativa, pois ocorreu através da entrevista com o gestor e, por meio de documentos financeiros disponibilizados pela empresa. Os objetivos sucederam de forma descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica, documental e estudo de caso. Os resultados destacam que a empresa concede crédito com o intuito de ampliar as vendas, porém observou-se que mesmo com um processo de concessão de crédito, a organização ainda carece de melhorias, pois o índice médio de inadimplência foi de 15%, dessa forma, foram propostas algumas melhorias para o processo de concessão de crédito.

Palavras-chave: Finanças Empresariais - Risco de Crédito - Inadimplência.

INTRODUÇÃO

As empresas procuram se desenvolver econômica e financeiramente a cada dia. Nesse sentido, buscar alternativas para minimizar os riscos é uma necessidade daquelas empresas que almejam o sucesso. Parte das organizações entende que fornecer crédito é uma forma de expandir vendas e aumentar suas receitas.

Uma preocupação eminente é com a existência do risco de inadimplência, que pode gerar dificuldades para a organização, que conta com a entrada dos valores monetários a receber, ou seja, o risco desse valor não se realizar,

¹ Especialista em Controladoria e Finanças. Administradora. iarabamberg1@hotmail.com.

² Mestre em Administração. Administrador. marcosrodrigues@fema.com.br.

podendo gerar complicações na estrutura financeira e organizacional da empresa. O presente trabalho delimitou-se em gestão de crédito em um supermercado, localizado na cidade de Santa Rosa-RS.

Na problemática deste estudo buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: como é o atual processo de gestão de crédito adotado pela empresa e, qual o índice de inadimplência do primeiro semestre de 2018? O objetivo geral teve como intuito conhecer o atual processo de concessão de crédito adotado pelo supermercado, com a finalidade de propor melhorias, com vistas à redução da inadimplência. Para contribuir com o objetivo geral, adotaram-se os seguintes objetivos específicos: conhecer o atual processo de concessão de crédito da organização; Verificar o índice de inadimplência do primeiro semestre de 2018; Propor melhorias no processo de concessão de crédito.

Este estudo se justifica devido à importância da análise de crédito nas organizações e, tem como finalidade auxiliar a empresa a minimizar a inadimplência, por meio de proposta de melhorias no atual processo de concessão de crédito. A classificação da metodologia utilizada sucedeu da seguinte maneira: pesquisa aplicada, quali-quantitativa, descritiva e, explicativa. Os procedimentos técnicos envolveram a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

A estrutura do trabalho inicialmente aborda o referencial teórico, posteriormente, descreveu-se sobre a metodologia, categorização da pesquisa, geração dos dados, análise e a interpretação dos dados e a conclusão do artigo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem a finalidade de apresentar os conceitos produzidos pelos autores e, que contribuem para a resolução do problema de pesquisa do artigo. Dessa forma, compõe o referencial teórico os seguintes tópicos: finanças empresariais, conceitos sobre riscos e gestão de crédito.

1.1 FINANÇAS EMPRESARIAIS

A finança empresarial é a área que auxilia gestores a tomar decisões relacionadas ao dinheiro e recursos que a empresa tem disponibilidade de administrar, ou seja, pode ser entendida como um estudo realizado pelos gestores da empresa a fim de aumentar receitas e diminuir despesas.

Conforme Cherobim et al, “[...] A administração financeira pode ser exercida em pequenas, médias e grandes empresas.” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2010, p. 5). Assim sendo, é uma área de muita relevância para as organizações e pode ser exercida por todos os tipos de empresas com a finalidade de atingir objetivos e serem mais competitivas.

De acordo com Gitman, o termo finanças pode ser definido como a arte e a ciência de administrar o dinheiro, ou seja, diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais (GITMAN, 2010).

Os gestores procuram realizar um bom planejamento financeiro e buscam estratégias viáveis para o desenvolvimento empresarial. A possibilidade de uma empresa ao ofertar crédito próprio auxilia a organização a aumentar vendas, porém necessita ter um controle financeiro para concessão de crédito.

Hoji relata que, “As estratégias financeiras devem ser flexíveis, pois o mercado financeiro é bastante dinâmico. Para que sejam eficazes, deve ser estabelecida mediante a visão geral da possível (e provável) situação econômico-financeira do período orçamentário.” (HOJI, 2014, p. 508).

O autor ressalta que “A geração permanente de lucro e caixa contribui para que uma empresa moderna cumpra suas funções sociais por meio de geração e pagamento de impostos, treinamento e remuneração adequada dos empregados, investimentos e melhoria ambiental etc.” (HOJI, 2014, p. 3).

O desempenho financeiro advém dos esforços empenhados em projetos adequados, na qual se almeja e busca aumentar retornos para empresa e ao mesmo tempo propiciar sustentação e condição de liquidez (SANVICENTE, 2013).

Nesse contexto, a importância das finanças empresariais advém devido à necessidade que o gestor tem de ter uma visão sistêmica de todas as operações empresariais e, engloba todas as despesas e receitas da empresa. Nesse

sentido, pode ser entendido como um importante instrumento que auxilia a organização a sintetizar de que forma, como, em que a empresa gasta o dinheiro.

1.2 CONCEITOS SOBRE RISCOS FINANCEIROS

A estrutura financeira, as particularidades e o ramo de uma atividade empresarial podem sofrer diversos riscos. Desse modo, uma boa gestão financeira é de suma importância para minimizar o grau de risco financeiro existente na organização. Oliveira e Pacheco destacam que o risco é definido como a incerteza quanto ao resultado de um investimento que pode ser medido matematicamente (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

O risco de perda financeira é um fator existente em todas as organizações. A organização financeira deve procurar meios de minimizar os riscos. Assaf Neto descreve que, o risco é um fator natural da atividade financeira, e ele deve sempre estar associado a algum retorno. Sem risco não há retorno, e todo retorno envolve risco (ASSAF NETO, 2014).

Matias abrange risco financeiro como: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O risco de crédito sucede quando há uma perda monetária, ou seja, o não pagamento ou ainda uma entrada inferior de valor monetário do que foi o esperado na entrada do fluxo de caixa. Já o risco de mercado ocorre com as modificações do mercado internacional e o risco operacional é decorrente de falhas humanas, sistemas e fraudes (MATIAS, 2007).

Outro risco importante na organização é o risco de controle interno, ele existe quando existe falta de consistência e adequação dos sistemas de controle interno, que podem ocasionar perdas inesperadas (BRITO, 2003).

Quanto ao risco legal, no entendimento de Assaf Neto ele “vincula-se tanto à falta de uma legislação mais atualizada e eficiente com relação ao mercado financeiro como a um eventual nível de desconhecimento jurídico na realização dos negócios.” (ASSAF NETO, 2014, p. 159).

No entendimento de Hoji, o risco existe em todas as atividades organizacionais. Tudo o que é decidido hoje, buscando a um resultado no futuro, está sujeito a algum grau de risco (HOJI, 2014).

Portanto, quando uma organização disponibiliza crédito ao tomador de recurso e, ele não cumpre com suas obrigações, gera um efeito negativo sobre os objetivos organizacionais.

1.3 GESTÃO DE CRÉDITO

Atualmente o crédito é muito utilizado pelas pessoas no seu cotidiano. Para as empresas a concessão de crédito auxilia aumentar as vendas e, para as pessoas que adquirem o crédito concedido é uma forma de ajuda para sua organização financeira.

Segundo Assaf Neto, a gestão de risco pode ser entendida como um processo de medição e controle dos riscos, que estão presentes nas atividades de uma organização (ASSAF NETO, 2014). Na visão de Matias, o crédito está associado à troca de produtos e serviços oferecidos no presente, por uma promessa de recebimento posterior (MATIAS, 2007).

A concessão de crédito concedida pela empresa que vende a prazo ocorre após avaliação e devido à confiança depositada no cliente. Assim, o mérito e a confiança do crédito que a empresa deposita no cliente só se comprovam após a quitação das prestações adquiridas (RODRIGUES, 2011). Conceder crédito pode ser um utensílio que auxilia a empresa a vender mais, porém, a organização ao disponibilizar crédito pode se submeter ao risco desse valor não entrar no caixa conforme o esperado (RODRIGUES, 2011).

Para Securato, na concessão de crédito as organizações realizam avaliações, mas o resultado do processo de concessão de crédito somente é conhecido na data estipulada para o vencimento do crédito concedido, ou seja, o risco existente é devido a essa incerteza que somente termina quando houver a realização do pagamento efetuado pelo tomador de crédito (SECURATO, 2007).

Conforme Matias, toda empresa que pretende disponibilizar crédito para seus clientes deve antes de efetuar créditos, realizar um cadastro contendo informações pessoais, documentação, endereço residencial ou comercial, atividade da freguesia que tem intenção de efetuar compras a crédito (MATIAS, 2007).

De acordo com Rodrigues, por mais bem estruturada e detalhada que seja uma análise de crédito, toda e qualquer transação comercial envolve risco de inadimplência (RODRIGUES, 2011). “A inadimplência pode levar a empresa a uma situação de insolvência.” (ASSAF NETO, 2014, p.78).

Para gerenciar o crédito, é importante que o gestor tenha ferramentas, tais como: Seis C’s do crédito e *credit scoring*. No ponto de vista de Matias, “O processo tradicional utiliza a análise dos “Cs” de Crédito (Caráter, Capital, Condição, Capacidade, Colateral e Conglomerado), reunindo informações sobre cada um deles de forma a tornar a análise qualitativa mais efetiva.” (MATIAS, 2007, p.69). Segundo o autor, se trata de uma análise qualitativa que agrupa informações concretas e particulares de cada um dos “Cs” ressaltados na Ilustração 1:

“Cs”	CONCEITO
Caráter	O caráter pode ser percebido como a vontade, disposição, costume e a exatidão que o tomador demonstra e contém em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos perante a empresa que realiza a concessão de crédito.
Capital	No Capital descreve que é considerada a posição financeira, econômica e patrimonial do cliente, ou seja, trata-se de buscar informações da capacidade de pagamentos e do comportamento do tomador de crédito.
Capacidade	A Capacidade refere-se à habilidade e a competência de gerenciar e conduzir a empresa com o intuito de ampliar os negócios.
Condição	Quanto à Condição relata que a empresa quanto o cliente estão sujeitos a alterações micro e macroeconômicas.
Colateral	Colateral considera as garantias fidedignas apresentadas e a capacidade que o tomador de crédito apresenta e tem para quitar suas obrigações.
Conglomerado	Conglomerado inclui o tomador de crédito a um grupo permitindo comparação dos mesmos.

Ilustração 1: Os “Cs” do crédito.

Fonte: (MATIAS, 2007).

Portanto, a gestão de risco de crédito considera a dificuldade existente para as organizações acertarem em relação à concessão de crédito para um cliente. Isso ocorre devido à incerteza que existe perante a possibilidade da obrigação não ser paga pelo cliente tomador de recursos. Nesse sentido, organizações necessitam estar atentas a qualquer tipo de mudança

comportamental do cliente e, buscar sempre manter o banco de dados, cadastros e informações dos clientes atualizados.

2 METODOLOGIA

A metodologia é uma ferramenta útil para os pesquisadores, na qual, auxilia a nortear, definir passos, instrumentos e métodos descritos para atingir o objetivo do trabalho. No que diz respeito a categorização da pesquisa, este trabalho se categoriza como: pesquisa aplicada, quali-quantitativa, descritiva, explicativa, bibliográfica, documental e de estudo de caso.

A natureza e a classificação desta pesquisa é a aplicada, a qual se realizou por meio de um estudo em um supermercado situado na cidade de Santa Rosa-RS, a fim de atender aos objetivos e o problema de pesquisa deste trabalho. Quanto à abordagem ao problema a pesquisa é quali-quantitativa. Assim, realizou-se uma entrevista com gestor e, análise em documentos financeiros para obter as informações relevantes e necessárias para a resolução do problema de pesquisa.

A pesquisa quantitativa se refere à análise das informações fornecidas pelo gestor do supermercado. Foram calculados os índices de inadimplência e, descritos em percentuais referentes ao primeiro semestre de 2018. Já a pesquisa qualitativa ocorreu por meio de uma entrevista com o gestor do supermercado, realizada no dia 20 de dezembro de 2018, na qual proporcionou conhecimento sobre como é realizada a gestão de crédito, na empresa estudada. A entrevista teve 17 questões, ela foi gravada e, depois transcrita para o trabalho.

Tratando-se dos objetivos esta pesquisa é descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva proporcionou conhecer os métodos utilizados do atual processo de gestão de crédito praticado pela empresa estudada. Já a pesquisa explicativa demonstrou durante o desenvolvimento do trabalho a importância da realização da análise de crédito com a finalidade de auxiliar os gestores da empresa a minimizar e a ter um maior controle da inadimplência.

Quanto aos procedimentos técnicos este trabalho adotou a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica se deu por meio da construção do referencial teórico, onde se descreveram as opiniões dos

autores acerca do tema estudado. A pesquisa documental se deu por meio da análise de documentos e relatórios financeiros, disponibilizados pela organização para calcular e conhecer o índice de inadimplência do período estudado.

Este trabalho se classifica como estudo de caso, pois se realizaram visitas e entrevista na organização estudada, com o intuito de conhecer a sua realidade no que tange a gestão de crédito.

No que diz respeito a geração de dados, ela se deu de duas maneiras: fonte direta e indireta. A documentação indireta se refere à análise de dados, informações, documentos e relatórios financeiros que foram fornecidos e disponibilizados pelo gestor da empresa, com a finalidade de realizar estudos e com o objetivo de buscar melhorias no processo de concessão de crédito para a empresa estudada.

Já a documentação direta, baseou-se na elaboração de uma entrevista semiestruturada e realizada no mês de dezembro de 2018 com o gestor da empresa, com a finalidade de conhecer sobre a gestão de crédito. Além da entrevista com o gestor, foram analisados os documentos da empresa referentes ao fluxo de caixa, cobrança, relatórios financeiros respectivos ao primeiro semestre de 2018, período pesquisado e analisado neste estudo. Para manter o sigilo dos valores em reais (R\$), eles foram apresentados apenas em forma de percentual (%).

O presente trabalho foi realizado em uma empresa situada no município de Santa Rosa-RS, no qual atua no ramo de supermercados, a organização é de pequeno porte e, teve sua fundação no ano de 1990. A empresa estudada conta com 14 funcionários e a gestão é realizada pelo proprietário que possui ensino médio completo. Em 1996 o gestor da empresa estudada foi um dos fundadores de uma rede de supermercados que atualmente conta com 11 empresas associadas.

Com relação à análise e interpretação dos dados eles foram analisados utilizando a pesquisa descritiva e explicativa. Inicialmente as respostas do entrevistado foram descritas e analisadas fazendo um cruzamento com a opinião dos autores do referencial teórico e dos autores deste artigo.

Realizou-se uma análise sobre os valores monetários que a empresa tinha a receber diariamente (previsão) comparando com o valor diário concretizado dia a dia, durante o primeiro semestre de 2018. Assim, obteve-se o índice de inadimplência diário, mensal e semestral.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados é o início de uma etapa de interpretação, explanação e apresentação dos dados, que foram obtidos por meio de informações e documentos disponibilizados e fornecidos pela empresa. Compõe a visão do gestor, o embasamento teórico e a análise realizada pela estudante, com o intuito de promover melhorias para a organização.

3.1 CONHECER O ATUAL PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Para atender ao primeiro objetivo específico, buscou-se conhecer o atual processo de concessão de crédito da empresa em estudo. Conforme o gestor, a organização não possui um processo padrão para a realização da abertura de crédito. Segundo ele, a abertura de crédito é realizada conforme sua autorização e, os documentos solicitados ao cliente é a Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), comprovante de endereço, comprovante de renda familiar, após são realizadas consultas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e SERASA.

No ponto de vista de Matias, para disponibilizar crédito a organização carece realizar um cadastro com informações do cliente, em que o tomador de crédito deverá fornecer seus dados pessoais, documentação e endereço (MATIAS 2007).

O limite de crédito ofertado pela empresa é de 30% da renda familiar do tomador de crédito, ou seja, é calculado em cima do valor total que o cliente e seus familiares recebem mensalmente.

O acordo firmado entre as partes interessadas é importante, pois ficará estabelecido o limite de crédito concedido ao tomador do crédito. Para a empresa

é uma forma de controlar e monitorar os gastos do cliente para não exceder o valor do limite concedido.

Segundo o gestor, a organização trabalhou por alguns anos com um sistema de nota promissória e anotações em um caderno, porém, a empresa perdia muito dinheiro e clientes com esse sistema, pois salienta que a partir do momento que o cliente tomador de crédito tem as contas atrasadas, também deixa de vir ao estabelecimento para realizar novas compras. Sendo assim, a organização adotou um novo sistema de pagamentos via boletos.

Ainda de acordo com o entrevistado, o sistema de boletos vence a cada trinta dias, sendo que o boleto é gerado após os trinta dias, com um prazo de mais dez a doze dias para que o pagamento seja efetuado, porém a partir do trigésimo quinto dia em diante é acrescido juros sobre o valor. Depois de quinze dias vencido, o boleto é encaminhado ao cartório.

Conforme Rodrigues, a organização ao realizar análise de crédito necessita ser prudente, pois clientes que pagam em dia hoje, não constituem garantias futuras, ou seja, que serão eternamente bons pagadores. Portanto, trata-se de monitorar as atitudes dos clientes no cotidiano (RODRIGUES, 2011).

As formas de cobranças das pessoas que estão inadimplentes são cartas enviadas pelo SPC e SERASA, cartório e ainda pelo próprio gestor que busca negociar e renegociar dívidas pendentes dos clientes.

As organizações concedem crédito para clientes com o intuito de obter o retorno esperado sobre as vendas efetuadas, no entendimento de Gitman, o risco do cliente não cumprir com suas obrigações é um fator existente e complexo, pois pode acarretar em perdas monetárias não esperadas pela organização e complicar a situação financeira da organização. As perdas de ativos podem ocorrer conforme a proporção de vendas efetivadas ao cliente tomador de crédito (GITMAN, 2010).

Portanto, a venda a prazo é um cenário de incerteza até ocorrer o momento do pagamento, ou seja, até o tomador de crédito cumprir sua parte do acordo firmado entre tomador e doador de créditos.

Quanto as formas de pagamento, a empresa atua com crediário próprio, e aceita cartões de crédito e débito. O gestor ressalta que evita receber cheques. Atualmente a empresa utiliza um percentual aproximado de 50% de recursos

próprios para o seu capital de giro e, quando necessário à empresa utiliza o cartão BNDS para se financiar.

Constatou-se que atualmente a empresa tem em torno de quinhentos a seiscentos clientes que utilizam crediário próprio. Referente à inadimplência o gestor expôs que o ideal seria zero, mas acredita que hoje tenha uma inadimplência em torno de 8% a 10%. Além disso, ele relatou que aproximadamente 35% das vendas são realizadas por meio de crediário próprio.

No ponto de vista de Securato, disponibilizar crédito para realizar vendas a prazo é uma ferramenta política que as organizações utilizam para conseguir ampliar suas vendas com o intuito de receber o valor monetário, conforme acordo firmado entre a organização e tomador do crédito (SECURATO, 2007).

Nesse sentido, o benefício pode ser para ambas as partes, pois o tomador de crédito utiliza o valor estipulado e concedido pela empresa durante o prazo combinado e, a empresa alavanca suas vendas.

Em relação ao prazo médio para pagamento dos fornecedores o gestor salienta que o prazo é bem curto e que depende do produto que se pretende adquirir. Produtos de alimentação tem prazo médio de sete a quinze dias, nas bebidas o prazo máximo é de quinze dias e no bazar o prazo médio é de trinta a quarenta e cinco dias. Além disso, muitos dos produtos são pagos a vista.

Portanto, percebeu-se que a empresa atua com crediário próprio para seus clientes. A organização solicita os documentos ao tomador de crédito e depois a análise é realizada pelo próprio gestor e proprietário da empresa. Destaca-se que a organização já enfrentou períodos de dificuldades devido a problemas com a inadimplência e até mesmo a insolvência de tomadores de crédito.

3.2 VERIFICAR O ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

Para atender ao segundo objetivo específico deste trabalho, verificaram-se documentos referentes ao fluxo de caixa (valores a receber), e foram comparados com os respectivos pagamentos (valores realizados). Os documentos foram fornecidos pelo gestor da empresa estudada. Para manter o

sigilo dos valores em reais (R\$), eles foram apresentados em forma de percentual (%).

Para Sanvicente, toda organização deve se empenhar em bons projetos para ampliar sua receita mensal e alcançar bons retornos a fim de alavancar a empresa e, sobretudo consolidar suas contas mensais (SANVICENTE, 2013).

No momento em que o cliente não efetuar o pagamento prometido para a organização, gerará inadimplência e a empresa pode começar a ter problemas financeiros para quitar seus próprios compromissos. A incerteza do negócio permanece presente até ocorrer o momento da entrada do valor monetário, ou seja, até o momento em que o cliente concretizar o pagamento do referido valor.

Assim, buscou-se estudar, analisar os valores monetários diários presentes no período do primeiro semestre de 2018, com a finalidade de obter os índices de inadimplência presentes na empresa em questão. Os índices foram apresentados na Ilustração 2.

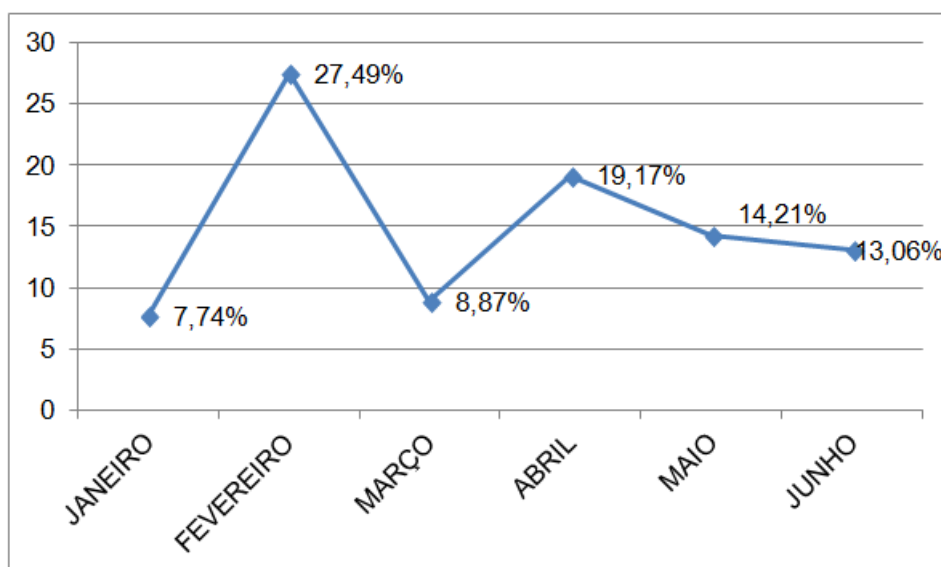


Ilustração 2: Inadimplência do primeiro semestre de 2018.

Fonte: Dados da pesquisa.

No mês de janeiro o índice de inadimplência chegou a 7,74%. Isso significa que 7,74% dos valores a receber não foram realizados. Já o mês de fevereiro obteve-se uma elevação considerável de inadimplência que atingiu um percentual de 27,49% no total.

Portanto, no período de janeiro até fevereiro ocorreu um aumento de 19,75% na inadimplência, o percentual apresenta um considerável valor que não foi liquidado no vencimento acordado, o que pode gerar dificuldades para a organização cumprir com seus compromissos.

A possível causa desse aumento de inadimplência na organização estudada pode ser devido ao período de férias que normalmente ocorre no mês de fevereiro, para muitos dos clientes da empresa, outras razões podem ser as contas com materiais escolares, matrículas escolares, etc.

Para o mês de março o índice atingiu um percentual de 8,87% de inadimplência. Ao comparar o mês de fevereiro com março percebe-se que reduziu moderadamente o percentual de inadimplência.

O mês de abril teve um percentual de 19,17% de inadimplência sobre os valores a receber. Denota-se que novamente houve aumento de inadimplência ao comparar os meses de março e de abril, a diferença constituiu em um percentual de 10,37% a mais de inadimplência.

O aumento de inadimplência dos clientes na empresa estudada pode ter ocorrido devido aos clientes ter priorizado outras contas a pagar. Normalmente, nos meses de março e abril ocorre o pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) entre outras contas e compromissos possíveis que podem ter levado a este aumento de inadimplência de clientes.

Já para o mês de maio dentro das análises constatou-se que o percentual de inadimplência chegou a 14,21% no total. Portanto, nos meses de maio e abril a variação dos índices reduziu o percentual em 4,96%.

Em junho o percentual foi de 13,06% no total de inadimplência, uma redução de 1,15% comparando com o mês de maio que obteve 14,21% no total. Isso confirma que houve uma leve redução de inadimplência para o mês de junho, em relação ao mês de maio.

A inadimplência se manteve presente na empresa estudada durante todos os meses do primeiro semestre de 2018. Houve variações entre todos os períodos, porém o período que se destacou entre os demais com a maior inadimplência foi o mês de fevereiro, no qual atingiu um índice de 27,49%.

Assaf Neto descreve que o risco de liquidez é pertinente a contas recebíveis da empresa, ou seja, caso a organização não receber ativos monetários de clientes tomadores de crédito poderá acarretar em um risco para a empresa liquidar as suas contas a pagar (ASSAF NETO, 2014).

Percebe-se que na empresa estudada a inadimplência média do primeiro semestre de 2018 foi de 15,09%. Sendo assim, o percentual de inadimplência é elevado e pode comprometer o fluxo financeiro no futuro, ou seja, poderá implicar em riscos de liquidez financeira e acarretar em dificuldades de realizar compromissos assumidos, além de prejudicar o relacionamento com os clientes.

Portanto, entende-se que a inadimplência de 15,09% pode ser considerada elevada, pois pode gerar riscos e implicações para a saúde financeira da organização no futuro.

A inadimplência ocorre quando o cliente deixa de efetuar seus pagamentos na data do vencimento, ou seja, no dia em que foi estabelecido no contrato. Deste modo, a empresa receberá os valores, porém com atrasos da data estabelecida entre organização e cliente. A insolvência ocorre quando o cliente não efetua mais o pagamento do valor monetário devido, para a organização. Percebe-se que a organização necessita em alguns momentos retirar recursos de outras fontes, para cobrir valores concedidos para clientes que ficaram inadimplentes.

3.3 PROPOR MELHORIAS NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Na pesquisa elaborada percebeu-se que a inadimplência na organização está bem acima do aceitável, de acordo com a entrevista com o gestor, ele destacou que inadimplência para o seu negócio deve ser em torno de 8% a 10%, contudo identificou-se um inadimplemento médio de 15,09% no primeiro semestre de 2018. A organização tem a intenção de aumentar o número de clientes, ampliar as vendas, pois acredita que dessa forma aumentará a sua receita e possivelmente seus lucros.

Considerando que aproximadamente 35% das vendas são realizadas por meio de crediário próprio, cabe destacar algumas melhorias, com o intuito de reduzir a inadimplência. Na visão de Rodrigues toda empresa deve se munir de

informações e analisar as atitudes e o comportamento econômico e financeiro do cliente constantemente com a finalidade de minimizar os riscos (RODRIGUES, 2011).

Para a análise do crédito realizada na empresa, sugere-se que a organização adote a ferramenta dos seis C's do crédito para proporcionar uma análise mais detalhada, enraizada e complementar para a realização da concessão de crédito.

Para Matias, os C's de crédito são seis elementos importantes para a realização de uma análise aprofundada do crédito. Além disso, é uma ferramenta que auxilia a demonstrar hábitos financeiros que o cliente apresenta no cotidiano para efetuar suas obrigações (MATIAS, 2007).

Outro aspecto importante a ser implantado é a criação de uma ficha cadastral com todas as informações do cliente, com dados sobre a renda pessoal, renda familiar, imóvel próprio ou alugado, empresa onde trabalha, tempo de serviço, quantidade de pessoas na família, referências comerciais entre outras informações pertinentes.

Esse cadastro poderia ser consultado a cada 3 meses, para observar a situação cadastral do cliente e, caso necessário o seu limite poderá ser ampliado ou até mesmo cortado, caso haja restrições no CPF.

Quanto ao gerenciamento do crédito sugere-se para a empresa realizar um registro ou uma observação no sistema sobre os clientes que por algumas vezes já ficaram inadimplentes. Considera-se importante constar quantas vezes o cliente já ficou inadimplente, por quantos dias, se ocorreu uma procura do cliente para falar com o gestor sobre o porquê do atraso do pagamento ou prorrogação da dívida, se a data de vencimento gera alguma barreira. Portanto, entende-se que é de suma importância analisar quais os problemas que induziram o cliente ao inadimplemento.

Recomenda-se para a empresa observar e monitorar os índices de inadimplência para prevenir-se de problemas inesperados no futuro, pois conhecendo a variação dos índices de inadimplência ampliará e facilitará o controle financeiro. Deste modo, mensurar os índices de inadimplência pode auxiliar a evitar imprevistos desagradáveis com o fluxo financeiro.

Outra sugestão para a organização consiste em implantar um sistema de brinde ou pontuação para clientes com um histórico de pagamentos pontuais. Deste modo, consideraria os clientes que compram um valor X mensalmente durante um período X (tempo de 1 ano) sem atrasos nos pagamentos, ou seja, para clientes que compram no prazo e, que efetuam os pagamentos das suas contas em dia.

CONCLUSÃO

A concessão de crédito é entendida como uma forma de ampliar as vendas. Percebeu-se que a empresa tem uma boa estrutura de capital próprio para conceder crédito aos seus clientes. Sendo assim, é essencial que haja planejamento, organização e controle, para que o processo seja eficiente e eficaz.

Para concessão do crédito, um dos fatores que gera preocupação para a organização é o grau de inadimplência. Entende-se que o risco é um fator existente para empresas que efetuam a concessão de crédito. Nesse sentido, um dos aspectos relevantes para empresa é dispor de informações claras, verídicas, sucintas e objetivas sobre os clientes que necessitam do crédito.

Este estudo pautou-se em atender aos objetivos propostos e descritos no tópico 3 deste trabalho. No item 3.1 apresentou-se a entrevista com o gestor da empresa, com a finalidade de conhecer o processo de concessão do crédito realizado na empresa. Destacou-se que a empresa tem um processo de concessão de crédito e, cerca de 35% do faturamento é oriundo do crediário próprio.

Quanto ao item 3.2, verificou-se os índices de inadimplência presentes na empresa. Ao conhecer e analisar os documentos fornecidos pelo gestor da empresa averiguou-se que no primeiro semestre de 2018 a inadimplência média foi de 15,09%. Conforme entrevista com o gestor, essa inadimplência é considerada alta e poderá complicar e, comprometer a saúde e o fluxo financeiro da organização.

No tópico 3.3, propuseram-se sugestões e propostas de melhorias para a organização. Observou-se que a empresa poderá se beneficiar implantando

algumas ferramentas como: adoção de uma ficha cadastral, adoção dos C's do crédito para melhorar e facilitar as análises.

Considerando o problema da pesquisa, constatou-se que a empresa possui um processo de concessão de crédito, o qual passa unicamente pelas “mãos” do gestor, além disso, esse processo deve ser melhorado, pois se identificou na pesquisa realizada um inadimplemento médio de 15,09% no primeiro semestre de 2018. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de modificá-lo com o intuito de reduzir cada vez mais a inadimplência e, evitar futuros problemas financeiros.

Sugerem-se futuras investigações e estudos sobre o tema gestão de crédito devido à importância que apresenta o assunto. Ao realizar uma análise de créditos é fundamental a estrutura das informações, caso contrário à organização corre riscos de inadimplência, insolvência e deste modo poderá ter problemas no fluxo de caixa.

Portanto, o estudo foi importante para a empresa e para a acadêmica, pois promoveu um melhor entendimento teórico e prático sobre a gestão de crédito. Proporcionou visualizar e descrever informações e possíveis melhorias que podem ser implantadas no processo de concessão e gestão do crédito, com a finalidade de auxiliar a empresa.

Ressalta-se que administrar valores monetários é uma tarefa complexa e muitas vezes gera incerteza para gestores em relação ao seu retorno financeiro. Portanto, antes do gestor tomar a decisão de conceder crédito, deverá munir-se de documentos que lhe ofereçam um respaldo legal. A comunicação, transparência, confiança e o comprometimento são relevantes para uma boa transação comercial entre empresa e clientes.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRITO, Osias. **Controladoria de Risco: retorno em instituições financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira**: Princípios, Fundamentos e Práticas Financeiras 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Curto Prazo**: a gestão do valor de capital de giro. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro**: Objetivo e profissional. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2010.

RODRIGUES, Chrystian Marcelo. **Análise de Crédito e Risco**. Curitiba: Ibpex, 2011.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SECURATO, Jose Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INOVAÇÃO

Danieli Rhoden¹
Marcos Rogério Rodrigues²

RESUMO

O presente estudo tem como tema a gestão do conhecimento como facilitadora do processo de inovação, o objetivo geral é propor um modelo de gestão do conhecimento e inovação, com o intuito de contribuir para a inovação contínua. O problema evidenciado pelo estudo busca compreender como a gestão do conhecimento pode contribuir para inovação contínua junto à empresa estudada? O estudo justifica-se pela identificação dos fatores presentes na gestão do conhecimento, que influenciam a capacidade de inovação contínua da empresa pesquisa, para que assim, o empreendimento possa acrescentar novos elementos estratégicos a respeito do conhecimento e inovação. O referencial teórico aborda os conceitos relativos ao conhecimento organizacional, gestão do conhecimento, inovação, tipologias e processos da inovação. Em relação a metodologia adotada, o estudo é representado pela pesquisa aplicada, de forma qualitativa, descritiva e bibliográfica, elaborada por meio um estudo de caso. Em decorrência da pesquisa realizada, pode-se constatar que todo contexto envolvido na organização está voltado a propagação do conhecimento, como medida pré-liminar do processo de inovação. Entretanto, percebe-se que apesar de valorizar suas fontes do conhecimento, estas podem ser mais bem explorados pela adição de medidas simples.

Palavras-chave: Conhecimento – Inovação – Organização.

INTRODUÇÃO

Para garantir a competitividade, organizações tem percebido a inovação como forma de sobrevivência do negócio, entretanto sua implementação requer dedicação da empresa, para inserir e manter condições que propiciam a criação e compartilhamento do conhecimento, e assim estimular o fluxo das boas ideias, que poderão se transformar em inovações.

Para o desenvolvimento do estudo, a temática definida, aborda a gestão do conhecimento como forma de facilitar o processo de inovação na empresa pesquisada, localizada na cidade de Três de Maio – RS. Assim, para fomentar o processo de inovação mediante o fortalecimento do conhecimento, busca-se

¹ Graduada em Administração. dani-rhoden@bol.com.br.

² Mestre em Administração. Administrador. marcosrodrigues@fema.com.br.

responder a seguinte problemática: como a gestão do conhecimento pode contribuir para inovação contínua junto à empresa estudada? O objetivo geral deste estudo é propor um modelo de processo de inovação, com o intuito de contribuir para a inovação contínua. Os objetivos específicos são: a) conhecer como ocorre o processo de gestão do conhecimento na empresa estudada; b) identificar as atuais metodologias utilizadas pela empresa, para prática da inovação; c) propor melhorias no processo de gestão do conhecimento e inovação.

O desenvolvimento do estudo tem sua justificativa vinculada a compreensão dos principais aspectos envolvidos na gestão do conhecimento, a qual condiciona o empreendimento a buscar condições de criar e compartilhar novos conhecimentos.

A metodologia aplicada ao estudo compõe a categorização da pesquisa, em que sua natureza é aplicada com tratamento qualitativo, em relação aos objetivos é descritiva e explicativa, quanto aos procedimentos é bibliográfica e estudo de caso. Na geração de dados se utilizou a documentação indireta, composta pelo levantamento de materiais bibliográficos e a documentação direta. Dentre os principais autores, se destacam: Nonaka e Takeuchi, Fayard, Bessant e Tidd, Manual de Oslo, entre outros.

A estrutura do presente trabalho é representada pela introdução, seguida pelo referencial teórico, em seguida é descrita a metodologia adotada e, por fim é exposta a análise e conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho aborda tópicos, cujos assuntos são representados pelos temas: Conhecimento organizacional; Gestão do conhecimento; Conceitos sobre inovação; Tipologias e Processos da inovação.

1.1 CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

Dado ao cenário atual, em que constantes mudanças intensificam e competitividade entre empresas, o capital intelectual vem se tornando uma

importante alternativa para que empresas possam alcançar maior destaque. Assim, o conhecimento organizacional possibilita a organização crescer no mercado.

Vários autores contribuíram com estudos voltados ao conhecimento. Dentre eles destaca-se a abordagem realizada por Nonaka e Takeuchi, segundo eles o conhecimento organizacional ocorre quando o conhecimento individual é compartilhado para a empresa como um todo. A busca em tornar o conhecimento pessoal disponível para os outros é a atividade central de uma empresa criadora de conhecimento, cujo negócio principal é a inovação (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Para desenvolver o conhecimento em prol dos objetivos da empresa, torna-se fundamental conhecer seu envolvimento em âmbito organizacional. Desta maneira, segundo Oliveira o conhecimento é a capacidade de compreender o conceito, a estruturação e a aplicação de um assunto para realidade da empresa. Ao modo que o crescimento sustentável das empresas está vinculado ao nível de conhecimento das pessoas, os quais sofrem influência pelas estratégias, tecnologias, modelo de gestão, desenvolvimento das pessoas, produtividade e outros (OLIVEIRA, 2010).

Empresas apostam no conhecimento como forma de alcançar melhores resultados. Portanto, para Nonaka e Takeuchi, em razão das transformações do mercado, as tecnologias proliferam, os competidores multiplicam-se e produtos tornam-se obsoletos mais rapidamente. Deste modo, as empresas bem sucedidas criam, disseminam e incorporam o conhecimento mais rapidamente em novos produtos e tecnologias (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Diante do contexto empresarial, tão somente as informações não garantem melhores ganhos a empresa, entretanto, quando combinadas ao conhecimento representam uma importante vantagem competitiva. Dessa forma, Fayard expõe que a informação e o conhecimento representam fatores de ganho de tempo quando se sabe onde e, quando introduzir da melhor maneira os esforços, dosar conforme as circunstâncias e investir na hora certa (FAYARD, 2010).

O sucesso de empreendimentos por vezes está relacionado a gestão do conhecimento como precedente para desenvolver a inovação. Segundo Bessant

e Tidd, a geração, aquisição, compartilhamento e a exploração de conhecimento são essenciais para o sucesso da inovação e do empreendedorismo. Um dos principais desafios da inovação corresponde a identificar e trocar conhecimento entre diferentes grupos e organizações (BESSANT; TIDD, 2009).

Para obter inovação contínua, percebe-se o conhecimento como importante alternativa para melhorar o desempenho organizacional mediante forma de agregar valor à empresa. Entretanto, o conhecimento necessita ser compartilhado e renovado constantemente em toda organização. A estruturação do conhecimento passa a ser a base fundamental para introduzir a inovação ao negócio.

1.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Evidências indicam pontos favoráveis a organização que aplica os preceitos acerca do conhecimento. Conforme Nonaka e Takeuchi a gestão do conhecimento é definida pelo processo de criar novos conhecimentos de modo contínuo, disseminando-os por meio da organização e incorporando-os rapidamente em novos produtos, serviços, tecnologias e sistemas (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

No entendimento de Palmisano e Rosini, a gestão do conhecimento envolve o propósito de entender, organizar, controlar e lucrar com o valor intangível do conhecimento. Entretanto, sua implementação, incorpora muitos desafios, obstáculos, dificuldades, esforços e investimentos, ao modo que só valerá a pena se houver interesses organizacionais em longo prazo (PALMISANO; ROSINI, 2014).

Uma empresa que adota a gestão do conhecimento passa a adotar processos aliados as estratégias do negócio. Segundo Almeida et al o conhecimento é criado por indivíduos e pode ser apoiado e estimulado intencionalmente pela empresa, que proporciona os contextos, desafios e a infraestrutura necessária para facilitar a gestão do conhecimento (ALMEIDA et al, 2011).

O capital intelectual representa uma fonte fundamental para propagação do conhecimento por toda organização. Logo, para Fayard, a gestão do

conhecimento corresponde a arte de transformar informação e capital intelectual em valor sustentável para a empresa e seus funcionários. Assim a gestão do conhecimento procura inspirar e estimular trocas internas de forma dinâmica (FAYARD, 2010).

Diante das incertezas do mercado competitivo, o conhecimento é um dos principais ativos de uma empresa. Segundo Nonaka e Takeuchi, atualmente o patrimônio indispensável das empresas não corresponde a fábrica e aos equipamentos, mas sim ao conhecimento acumulado e as pessoas que o detêm (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Quando se trata de gestão do conhecimento é importante observar que existe o conhecimento tácito e explícito. O conhecimento tácito se baseia na experiência e especialização individual, ele necessita se tornar mais explícito e codificado para permitir que seja rapidamente compartilhado e aplicado em diferentes contextos (BESSANT; TIDD, 2009).

Já o conhecimento explícito é representado como segundo momento do conhecimento. Ele pode ser transmitido facilmente entre os indivíduos de modo formal e sistemático, pode ser expressado por palavras, sons e números, como também pelo compartilhamento de dados, fórmulas, recursos visuais, especificações de produtos e manuais (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Uma organização cria novos conhecimentos através da conversão do conhecimento tácito em explícito e vice-versa, se baseia por meio dos quatro modos de conversão: socialização, externalização, combinação e internalização. Cujo ciclo deu origem ao processo SECI (NONAKA; TAKEUCHI, 2008):



Ilustração 1 - Processo SECI.
Fonte: Nonaka e Takeuchi (1995).

De acordo com a Ilustração 1, os conhecimentos tácito e explícito são amplificados do indivíduo para o grupo, e então para a organização. Portanto, a criação do conhecimento inicia-se pela socialização e passa pelos quatro modos de conversão, em que forma uma espiral. Assim, cada modo do processo SECI envolve uma combinação diferente, como na a socialização (de indivíduo para indivíduo), na internalização (de do indivíduo para o grupo), na combinação (do grupo para a organização) e na internalização (da organização para o grupo).

Percebe-se que o modelo SECI, demonstra um ciclo contínuo do conhecimento desde sua criação perante o indivíduo até a internalização em toda organização, assim a gestão do conhecimento passa a ser a base fundamental para introduzir a inovação.

1.3 CONCEITOS SOBRE INOVAÇÃO

Em busca de melhores resultados, a inovação passa a ser vista como uma estratégia vital a permanência de organizações no mercado competitivo. Diante da busca em melhor compreender a inovação torna-se vital salientar a forma com que ela se manifesta no ambiente empresarial. Conforme, Tigre, muitas inovações surgem pela experimentação prática ou pela simples combinação de tecnologias existentes, com o objetivo de criar valor a um negócio, é possível através do desenvolvimento de novos produtos e processos, pela criação de novos mercados antes inexistentes, pela exploração de novas fontes de suprimentos e pela modificação dos métodos de organização da produção (TIGRE, 2014).

Segundo o Manual de Oslo, o requisito mínimo para descrever uma inovação envolve produtos, processos, métodos de marketing ou organizacional, novos ou significativamente melhorados e implementados no mercado com sucesso. A inovação é vista como forma estratégica por compor decisões de investimentos no desenvolvimento do negócio (OCDE, 2005).

No entendimento de Barbieri et al, a inovação pode ser definida pelo processo em que ideias seguidas por implementações resultem em melhorias, ganhos ou lucros para a organização, em que o conhecimento é utilizado como

oferta para novos produtos e serviços que consumidores anseiam (BARBIERI et al, 2009).

A inovação significa assumir riscos para explorar novos espaços, as empresas necessitam de estruturas e atmosfera que incentivem a criatividade e o compartilhamento do conhecimento, a fim de provocar mudanças. Facilmente encontra-se organizações inovadoras que enfatizam a necessidade de eliminar a burocracia desnecessária, estruturas incômodas, paredes obstruindo a comunicação e outros fatores que impedem o fluxo das boas ideias (BESSANT; TIDD, 2009).

Conforme as evidências relatadas pelos autores, percebe-se que a inovação é concebida para agregar valor ao negócio, por meio da identificação de oportunidades inexploradas, em que as ideias detêm um papel importante no processo da inovação.

1.4 TIPOLOGIAS DA INOVAÇÃO

Estudos voltados a caracterização dos tipos de inovações, revelam importantes considerações. Conforme Bessant e Tidd, a inovação resume-se em quatro dimensões, em produto, processo, posição e paradigma. A inovação de produto traz mudanças em produtos e serviços, a inovação de processo propõe mudanças nas formas em que os produtos e serviços são criados, ofertados ou apresentados ao consumidor. Na inovação de posição as mudanças ocorrem no contexto em que produtos e serviços são introduzidos. Na inovação de paradigma, as mudanças acontecem nos modelos mentais básicos que norteiam o que uma empresa faz (BESSANT; TIDD, 2009).

A classificação da inovação aborda diversos aspectos, dentre eles o Manual de Oslo, que rege a principal fonte de referência quanto aos termos relacionados a inovação. Dentre os tipos mencionados nesse manual, destaca-se a inovação de produto, processo, serviço, marketing e organizacional, apresentado na Ilustração 2:

TIPOS	DESCRIÇÃO
Produto	Envolve a introdução de um bem/serviço novo ou significativamente melhorado em referência as suas características funcionais ou usos previstos. Ao exemplo de melhorias significativas em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso e outros.
Processo	Representa mudanças significativas nos métodos de produção, em técnicas, equipamentos e softwares. Como também nos métodos de distribuição, na logística, equipamentos, softwares, técnicas para fornecer insumos, alocar suprimentos ou entregar produtos finais.
Serviço	Contempla serviços novos ou que introduzam novas características na prestação de serviços, sem mudar substancialmente o método em como é ofertado.
Marketing	Envolve novos métodos de marketing, com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.
Organizacional	Refere-se à introdução de novos métodos organizacionais, mudanças na prática do negócio, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa. Visa melhorar o desempenho organizacional pela redução de custos.

Ilustração 2: Tipos de inovação.

Fonte: (OCDE, 2005).

Conforme a Ilustração 2, evidencia-se a categorização dos tipos de inovação como importante fonte de informações para empreendimentos que buscam alcançar seus objetivos financeiros por meio da implementação da inovação. Assim, o requisito mínimo para definir uma inovação é que o produto, processo, método de marketing ou organizacional sejam novos ou significativamente melhorados e, que estes sejam efetivamente implementados nas atividades e operações das empresas.

De modo geral, cada categorização da inovação possui sua singularidade quanto a aspectos conceituais. Entretanto, seus benefícios são tidos em várias áreas da empresa, assim identificar os tipos de inovações e colocá-las em prática, é fundamental para a empresa ajustar suas estratégias ao cenário competitivo, para então tentar obter ganhos econômicos.

1.5 PROCESSOS DA INOVAÇÃO

Atualmente, a inovação é percebida como requisito básico por empreendimentos que buscam melhorar seus resultados. Conforme Dias et al, a concepção do processo de inovação envolve atividades que consistem na geração de ideias, no desenvolvimento pela materialização das ideias e pela comercialização do produto, fase em que se faz necessário definir as pessoas

que liderarão a equipe, interligar as competências internas e realizar parcerias (DIAS et al, 2013).

A adoção de um processo é essencial para inovação, contudo antes de iniciar um processo é preciso definir as pessoas que farão parte da equipe. Assim, para Bes e Kotler, as fases de um processo de inovação devem resultar da interação dos envolvidos no processo. E ao invés de processos que pessoas devem seguir, há um grupo de pessoas que interagem e observam as necessidades ao longo do projeto, para então definir o processo (BES; KOTLER, 2011).

A Ilustração 3 demonstra a necessidade de certas funções e suas respectivas atividades, essenciais à estruturação do processo de inovação.

ESTRUTURA PARA O PROCESSO DE INOVAÇÃO	
Funções	Atividades
Ativadores	Iniciar o processo de inovação;
Buscadores	Buscar informações ao grupo;
Criadores	Produzir ideias para o restante do grupo;
Desenvolvedores	Transformar ideias em produtos e serviços;
Executores	Levar a inovação para a organização e o mercado;
Facilitadores	Aprovar os investimentos durante o processo.

Ilustração 3: Estrutura para o processo de inovação.

Fonte: (BES; KOTLER, 2011).

Diante da Ilustração 3, percebe-se a forma com que certas funções completam-se entre si de forma estratégica. O ponto primordial está voltado a formação da equipe, em que diferentes habilidades integram-se em busca de um mesmo objetivo, para posteriormente a própria equipe definir o processo ideal.

Empresas que optam por inovar detém maior destaque no mercado entretanto para inserir a inovação na rotina da empresa, é preciso sistematizá-la. O processo de inovação não pode ser visto como uma atividade eventual, mas sim como um processo que necessidade ser gerenciado desde sua fase inicial até sua implementação. Seu processo é composto pela ideação, conceituação, experimentação e implementação (CARLOMAGNO; SCHERER, 2016).

Na Ilustração 4, se tem o processo *stage-gate*, o qual salienta a estruturação do processo por estágios, como também propõe a criação dos chamados portões entre as etapas de um projeto. Os portões são compostos por

critérios diferentes a cada estágio, e permitem filtrar, monitorar, avaliar as melhores alternativas para continuidade dos projetos. (COOPER apud TIDD; BESSANT, 2008):



Ilustração 4: Processo stage-gate para o desenvolvimento de novos produtos.
Fonte: (COOPER apud TIDD; BESSANT, 2008).

Vários processos de inovação são representados pela literatura científica, entretanto, a combinação entre seus melhores aspectos podem representar melhores oportunidades na estruturação da inovação. A Ilustração 5 propõe o modelo de inovação combinado, segundo Barbieri et al:

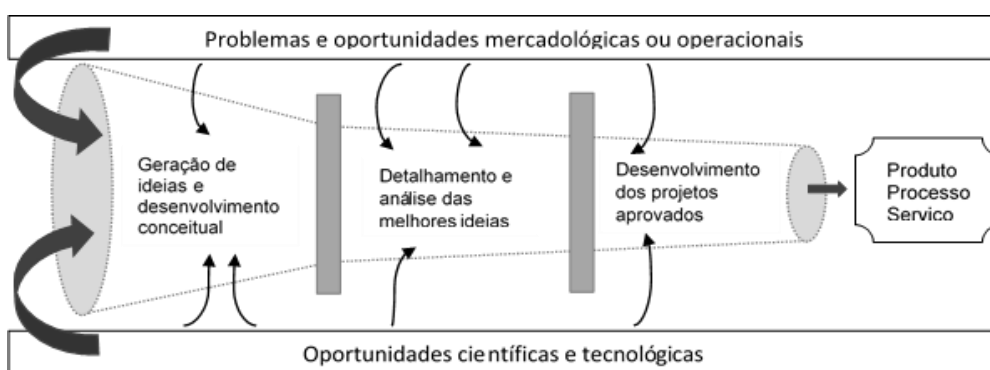


Ilustração 5: Modelo de inovação combinado.
Fonte: (BARBIERI et al, p. 26, 2009).

Conforme a Ilustração 5, o modelo de inovação combinado representa a fusão entre modelos de inovação, cujo processo é iniciado pela geração de ideias que desencadeiam o processo de invenção e inovação. Novas ideias vão

sendo estimuladas em função das características, necessidades e desafios encontrados em cada etapa do processo. Ao final, as ideias serão geradas e avaliadas sob diferentes critérios em cada fase e as aprovadas serão implementadas.

Algumas etapas são essenciais à inovação. Logo, para Mattos e Guimarães o ciclo de inovação, compõe a pesquisa básica e aplicada, com base nas ciências naturais a proximidade com um novo produto, a geração da ideia que compõe um produto ou processo comerciável, o desenvolvimento do produto ou processo, que induz a fabricação e a entrada no mercado (MATTOS; GUIMARÃES, 2012).

Percebe-se que cada modelo apresenta uma proposta distinta, entretanto, todos traduzem importantes aspectos a ser considerados na implementação da inovação, assim a escolha do melhor modelo deverá tomar como base nas características de cada empreendimento.

2 METODOLOGIA

Conforme Mattar, a metodologia compreende a descrição dos métodos ou procedimentos utilizados na pesquisa. É vital para definir os possíveis resultados da pesquisa, a qual deve indicar os locais em que a pesquisa se realizou e os tipos de abordagens realizadas (MATTAR, 2008).

Quanto a categorização da pesquisa, do ponto de vista da natureza, o trabalho classifica-se como uma pesquisa aplicada, devido ao interesse em observar os principais fatos provenientes da busca pela criação de novos conhecimentos e inovação, e propor melhorias nos processos de gestão do conhecimento e inovação, com o intuito de gerar inovação contínua na organização.

Em relação ao tratamento dos dados, utilizou-se a pesquisa qualitativa, que busca conhecer por meio de um estudo de caso a realidade da organização no que tange a gestão do conhecimento e, o processo de inovação da empresa.

Quanto aos objetivos, adotou-se a pesquisa descritiva, que descreve as principais evidências coletadas durante a entrevista com os gestores, além da

percepção teórica dos autores. Utilizou-se também a pesquisa explicativa, a qual teve o intuito de explicar as informações coletadas no estudo de caso.

Nos procedimentos técnicos, usou-se neste trabalho a pesquisa bibliográfica, a qual abordou os conceitos propostos por diversos autores, com a finalidade de embasar o trabalho. Adotou-se também o estudo de caso, que buscou compreender a aplicação prática de como a organização realiza os processos de gestão do conhecimento e inovação.

No que tange a geração de dados, eles foram gerados através da documentação direta e indireta. A documentação indireta torna-se uma fonte significativa, por relacionar o problema exposto a diferentes pontos de vista, sendo vital completar o embasamento teórico de forma pertinente.

Já a documentação direta foi obtida por meio de uma entrevista gravada, realizada ao mesmo tempo com o gestor de produtos e com a gestora de projetos, onde os questionamentos foram respondidos individualmente ou por ambos conforme suas atribuições. A entrevista foi composta por vinte e duas questões e, teve a duração de 66 minutos, se realizou no mês de outubro de 2018.

O gestor de produtos é formado em sistemas de informação, pós-graduado em gestão empresarial e controladoria, atua há treze anos na empresa, há dois anos como gestor de produtos, é responsável por novos negócios, pós venda, gestão de projetos corporativos, mapeamento de clientes, avaliar ideias e inovações e acompanhamento de projetos.

A gestora de projetos é bacharel em sistemas de informação, pós-graduada em governança e TI, ela atua há onze anos na empresa e há um ano na gestão de projetos. A empresa surgiu como uma *startup* para desenvolver sistemas personalizados para a John Deere. Com o passar dos anos, a organização passou a atender novos clientes, em outras áreas, como banco de dados e portais web dinâmicos, até passar por uma nova reestruturação do negócio para atuar nas linhas de *Software Houses* e soluções específicas para área fiscal.

Atualmente a empresa possui um quadro composto por mais de 60 funcionários, mais de 500 parcerias em *Software Houses*, atende mais de 1500 municípios, ela está presente em empresas do Brasil e do Uruguai.

Referente a análise e interpretação dos dados, eles foram analisados e interpretados de modo descritivo e explicativo. As evidências coletadas foram inicialmente descritas e posteriormente explicadas, nessa análise houve uma triangulação com a opinião dos autores, gestores e dos autores deste artigo.

Para fins de pesquisa acadêmica, a empresa estudada não autorizou a divulgação de seu nome. Desse modo, o gerente de produtos será identificado como “gestor” e a gerente de projetos como “gestora”.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir apresenta-se o desdobramento dos objetivos específicos, que é composto pelo processo de gestão do conhecimento, metodologias utilizadas pela empresa para a prática da inovação e, propostas de melhorias para fomentar a inovação contínua.

3.1 PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DA EMPRESA

A empresa possui vários canais para promover a troca de ideias entre seus funcionários e a direção. Conforme o gestor, ela é muito dinâmica e embora tenha uma estrutura hierárquica, permite aos funcionários a troca de ideias com a diretoria, muitas ideias são colocadas nesses momentos. A caixinha de soluções também propicia a coleta de ideias advindas dos funcionários, como também o relacionamento com os clientes, permitindo a solicitação de melhorias, correções de produto, necessidades específicas e ideias para novos produtos.

Nota-se que a empresa comporta vários canais para estimular e produzir novas ideias, nas quais mantém uma forte relação com a participação de funcionários, ela mantém uma relação próxima com seus clientes, para satisfazer suas necessidades presentes e futuras.

Dentre os elementos que contribuem ao surgimento de novas ideias, o gestor menciona um mural com a foto dos autores das melhores ideias do trimestre, um canal de ouvidoria, o ambiente da empresa é diferenciado para estimular a inovação e criatividade, é realizada uma pesquisa de satisfação

sobre o planejamento estratégico, onde as pessoas podem questionar ou comentar.

Verifica-se que a organização pesquisada adota a mesma concepção mencionada por Almeida et al, em que o conhecimento é criado por indivíduos que podem ser estimulados propositalmente pela empresa, que fornece estrutura, condições e desafios adequados para facilitar sua gestão, a qual compõem a criação, disseminação e utilização do conhecimento (ALMEIDA et al, 2011).

Referente a frequência com que ocorre a troca de ideias, o gestor mencionou, que a caixinha de sugestões é aberta a cada três meses, são coletadas em média 6 ideias, elas são lidas para todos na empresa, o gestor de produtos define as melhores ideias, que são apresentadas pelos próprios autores, a todos os gestores e pelo menos dois diretores definem a ideia vencedora.

Conforme o gestor, os instrumentos que incentivam a troca de ideias entre as pessoas, caracterizam-se por um ambiente de *Coworking*, o qual corresponde um espaço diferenciado, em que as pessoas podem conversar, tomar café, cerveja para desestressar, tem uma biblioteca, é permitido o uso do Facebook, e outras características voltadas a incentivar a criatividade e inovação.

A gestora adiciona o uso do *Workplace*, uma ferramenta do Facebook para o compartilhamento de informações internas, em que as pessoas, leem e comentam sobre notícias, principais eventos e cursos, ações do planejamento estratégico para o ano seguinte, resultados de novos produtos, serviços e processos.

Observa-se que as informações referentes ao que está ocorrendo na empresa ou ao que é criado de novo são utilizadas como estratégias pelo negócio para solidificar o conhecimento. Segundo Fayard, a informação aliada ao conhecimento representa maior eficiência no tempo despendido, por identificar onde, quando e como investir (FAYARD; 2010).

Ainda sobre a socialização do conhecimento entre os membros, a gestora enfatizou a participação dos funcionários em cursos on-line, eventos e treinamentos, e quem participa destes, informa o *link* da apresentação e seus

principais aspectos e, antes de lançar uma novidade no mercado, é realizada uma apresentação para que todos na empresa conheçam sobre a nova solução.

Verifica-se que no decorrer da entrevista, são mencionados vários fatos que contribuem para transformação do conhecimento tácito em explícito, os quais fazem parte da conversão do conhecimento. Para Nonaka e Takeuchi, uma empresa cria novos conhecimentos pela conversão entre o conhecimento tácito em explícito e vice-versa (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Dentre as contribuições do conhecimento para o processo de inovação, o gestor relata que há dois anos a empresa criou a área de negócios para fomentar a inovação, na qual o gestor de produtos é o responsável. Com isso a empresa obteve maior participação em ideias inovadoras, focadas no cliente e passou a focar mais no novo negócio, do que somente na operação.

Certos fatores podem dificultar a criação do conhecimento e inovação na empresa. Para tanto o gestor menciona a questão do tempo investido em uma inovação perante a incerteza do resultado, o esforço em motivar, inspirar e inserir uma cultura inovadora de modo automático nas pessoas e, as leis trabalhistas que dificultam inserir uma cultura diferenciada, como por exemplo, o registro do ponto eletrônico, em que o rigor no cumprimento dos horários impossibilita o funcionário de trabalhar nos horários que se julga mais eficiente.

Observa-se que por mais que a empresa se esforce na interatividade das pessoas, não é simples dispor determinada informação de forma que atinja a todas as pessoas da mesma maneira. Assim, Bessant e Tidd, destacam o valor da gestão do conhecimento para o sucesso da inovação, de modo que um de seus principais desafios, referem-se a dificuldade de uma empresa em identificar e trocar conhecimento entre diferentes grupos e organizações (BESSANT; TIDD, 2008).

Conforme o gestor, a empresa tem inserido em sua cultura a valorização de seu capital intelectual mediante um ambiente e condições de trabalho diferenciado. Assim a empresa percebe que a criação e compartilhamento do conhecimento permitem um crescimento profissional do trabalhador, que se sente valorizado e se empenha em produzir melhores resultados.

Percebe-se que a organização dá valor a troca de conhecimento, valorizando as ideias e opiniões de seus funcionários. Este ponto é crucial, de

acordo com Nonaka e Takeuchi, “é muito importante, portanto, que a organização apoie e estimule as atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos ou que proporcione os contextos apropriados para elas”. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.25).

Em virtude dos aspectos mencionados, observa-se que a empresa tem sua estrutura voltada às condições que favorecem as atividades do conhecimento, como forma de impulsionar potenciais correções, melhorias e inovações na empresa.

3.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA PRÁTICA DA INOVAÇÃO

Para atender ao segundo objetivo específico deste trabalho, constatou-se que o empreendimento percebe a inovação como forma de impulsionar seu crescimento. Conforme o gestor, a empresa iniciou suas atividades, inserida em uma cultura mais rígida em alguns pontos, devido à política de investimentos da empresa investidora.

Para implementar novos produtos, aos poucos foi eliminando uma série de barreiras que limitavam a criatividade. E como estratégia de crescimento, decidiu adotar meios para despertar o espírito inovador e criativo nas pessoas, e que estas passassem a conversar e sugerir novas ideias.

Entre as características que tornam a empresa inovadora, segundo a gestora, deve-se ao fato de que ela está mais voltada a resultados e metas, e não se prende a métodos tradicionais.

O empreendimento busca constantemente criar novos conhecimentos, implementar métodos de trabalho mais eficientes, novas formas de atender clientes, melhorias e inovações em produtos, processos e serviços, além de proporcionar um ambiente e horários de trabalho diferenciados. Verifica-se que a empresa possui uma estrutura enxuta, focando mais nos resultados do que em regras, além de se renovar constantemente.

Quanto ao significado da inovação ao negócio, o gestor menciona a relação da inovação com a sobrevivência da empresa, como forma de evolução constante para não perder o cliente para a concorrência. A gestora afirmou, que se a empresa continuasse com os mesmos produtos de dez anos atrás,

certamente estaria estagnada ou falida, principalmente em relação ao cliente, que é atraído por novas tecnologias que resolvam seus problemas.

O empreendimento trabalha com várias inovações para resolver problemas internos quanto externos, segundo o gestor, destaca-se a inovação em processos, produtos, serviços, organizacional, marketing e no modelo de negócios. Em relação as fontes de inovação, a gestora inclui a participação de funcionários, clientes, universidades, parceiros comerciais.

Na inovação em processos, a empresa otimiza constantemente novas ferramentas para melhorar seus processos, essa mudança geralmente ocorre de forma muito rápida. Ao exemplo das ferramentas para otimizar e tornar mais eficiente o uso do funil de vendas. No modelo de negócios, a empresa se modificou várias vezes desde sua constituição em busca de melhores resultados.

Na inovação de produtos e serviços, cada nova atualização do software, geralmente caracteriza melhorias ou inovações. Como por exemplo, a ferramenta Compass que permite ao usuário esclarecer suas dúvidas de forma rápida mediante um vídeo explicativo, ele foi desenvolvido com base no monitoramento de onde o cliente sentia dificuldades em utilizar o sistema da empresa, cujo resultado foi a resolução rápida para as dúvidas do cliente menos pedidos de suporte.

Já na inovação em marketing, conforme o gestor há grande preocupação na satisfação do cliente, e busca inovar no atendimento para não perdê-lo. Um exemplo pode se caracterizar no objetivo da empresa em criar uma atendente virtual. Na inovação organizacional, a empresa investe muito em um ambiente inovador, o que contribui significativamente aos resultados da empresa.

Nota-se que as inovações citadas pelos entrevistados, caracterizam-se pela implementação de novidades ou melhorias significativas ao negócio. Para o Manual de Oslo, “[...] o requisito mínimo para se definir uma inovação é que o produto, o processo, o método de marketing ou organizacional sejam novos (ou significativamente melhorados) para a empresa.” (OCDE, 2005, p. 56).

A respeito das principais ações da empresa para promover a inovação entre seus membros, o gestor destacou as reuniões de acompanhamento dos funcionários, a participação em eventos, viagens nacionais e internacionais e

fóruns de inovação. A participação em campeonatos de inovação como o Hackathon, que representa a reunião de profissionais que buscam criar soluções específicas para um determinado desafio. A empresa já promoveu eventos de Hackathon internamente, tanto quanto seus colaboradores já participaram de eventos externos.

Para chegar implementar inovações, a empresa segue um processo interno. Conforme a gestora, o processo se inicia pela identificação de uma ideia ou oportunidade, a qual passa pelo método MVP, que é testar a aceitação e viabilidade do novo produto ou serviço antes de aportar grandes investimentos. Se aprovada, a ideia entra na fase de priorização juntamente com outras demandas já priorizadas de acordo com a Matriz GUT que considera três fatores: a Gravidade, a Urgência e a Tendência do problema/oportunidade.

A respeito dos aspectos apresentados, percebe-se que a empresa se preocupa em oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento de novas ideias, como forma de inserir inovações prósperas. E executa uma série de análise e testes com clientes antes de envolver recursos financeiros, como forma de evitar insucessos ou prejuízos.

3.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA FOMENTAR A INOVAÇÃO CONTÍNUA

Para alcançar o terceiro objetivo específico deste trabalho, que tem a finalidade de propor melhorias no processo de gestão do conhecimento e inovação, inicialmente elaborou-se uma análise a respeito do atual processo de inovação utilizado pela empresa, o qual representa vários pontos interessantes que colaboram aos objetivos do negócio. As fases do atual processo utilizado pela organização são representados Ilustração 7.



Ilustração 7: Atual processo de inovação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para colaborar com a inovação contínua da empresa, diante da Ilustração 7, avaliou-se que a empresa possui um processo eficaz, entretanto, percebe-se que a fase geração de ideias pode ser melhor explorada, para se chegar a um maior número de ideias coletadas, as quais possibilitam o aumento quantitativo da ideias geradas, além de oferecer mais opções antes de investir em inovações.

O modelo que mais se aproxima na composição da proposta mencionada foi o modelo representado por um funil, o qual foi utilizado para representar a subdivisão da geração de ideias. Conforme Barbieri et al (ilustração 5), o funil expõe a geração de ideias e desenvolvimento conceitual, detalhamento e análise da melhores ideias, desenvolvimento dos projetos aprovados, até a concretização em produtos, processos e negócios, sempre ligados aos problemas e oportunidades mercadológicas ou operacionais (BARBIERI et al, 2009).

Portanto, se levantou uma nova metodologia, com base na estrutura atual da empresa, onde se buscou complementar o processo atual, em especial em estímulos para aumentar a geração de ideias e interatividade de funcionários aos objetivos da empresa, conforme apresenta a Ilustração 8.

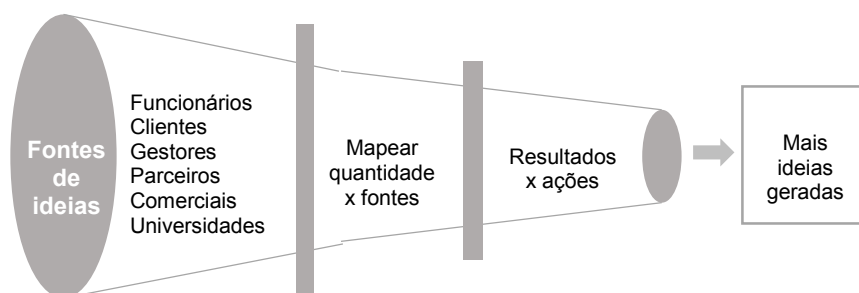


Ilustração 8: Modelo Proposto
Fonte: Dados da pesquisa

A Ilustração 8, se propõe complementar a fase inicial do processo de inovação, principalmente na geração de ideias, as quais carecem de mapeamento a respeito da quantidade e resultados das ideias geradas, para posterior cruzamento com suas fontes, para então identificar e direcionar os esforços da organização, nas fontes que tem maior representatividade, ou que precisam de novas ações.

Outro ponto que contribui a geração de ideias é a abertura da caixa de sugestões mensalmente, devido a certas oportunidades que poderão ser perdidas para a concorrência, pela demora na identificação da ideia. A escolha da melhor ideia poderia continuar ocorrendo trimestralmente, para possibilitar maior comparação entre as ideias, as quais podem ser premiadas ou bonificadas.

Com relação a geração de ideias, pode-se aumentar o número de ideias geradas, pelo *feedback* de todas ideias sugeridas ao seus autores, quanto aos motivos que levaram a rejeição ou aceitação de determinada sugestão. Caso a ideia não for interessante, sua fonte saberá o porquê e, poderá contribuir de forma mais eficiente, diante de feedbacks anteriores.

Também se pode analisar a possibilidade do autor participar de maneira mais ativa no desenvolvimento da ideia, seja opinando, em desenvolvimento e durante testes com clientes. Para que ele possa perceber sua importância ao negócio e, assim se sentir mais à vontade para novas propostas.

Para estimular uma maior participação dos funcionários, ressalta-se que poderiam ser feitas reuniões mensais com todos colaboradores, onde é apresentada a situação atual da empresa, quais desafios e problemas busca resolver. E assim, aproximar os funcionários a realidade da empresa, para que eles passem a propor mais ideias de acordo com o que a empresa ou seus clientes necessitam.

A empresa mencionou a participação em alguns desafios, entretanto ocorre eventualmente. Poderia ser criado mais vezes por ano, desafios como, por exemplo, o Hackathon, que pode aproximar a universidade da empresa, para resolver em conjunto determinado problema. Poderiam ser criados temas específicos para cada evento, e estes ocorrerem em ambiente interno e externo.

Percebe-se o empenho da organização em busca da inovação contínua. E com algumas medidas simples, conforme propostas destacadas, a organização poderá complementar seu processo inicial, estimular a geração de ideias além de envolver seus funcionários com os desafios percebidos nas atividades da empresa.

CONCLUSÃO

Atualmente, o termo inovação é muito utilizado de forma expressiva por empresas que almejam o fortalecimento de suas marcas diante do mercado. Na prática, sua implementação requer engajamento da empresa em criar um ambiente propício em que as pessoas se desenvolvam e, contribuam mais significativamente aos resultados da empresa mediante a aplicação de seus conhecimentos.

Em razão dos inúmeros desafios compostos no desenvolvimento da inovação, é imprescindível fortalecer sua estrutura mediante a valorização de seu capital intelectual. Portanto, para obter retornos pelo conhecimento, é preciso adotar medidas que propiciam a criação e compartilhamento do conhecimento em âmbito organizacional.

Para melhor composição do estudo se teve por objetivo propor um modelo de processo de inovação, com o intuito de contribuir para a inovação contínua. O qual tem sua abordagem detalhada, no capítulo 3 deste trabalho.

No primeiro objetivo específico, se buscou conhecer como ocorre o processo de gestão do conhecimento na empresa estudada. No qual, pode-se constatar o empenho da empresa em proporcionar uma infraestrutura voltada a inspirar a criatividade e inovação, além da tomada de ações voltadas a compartilhar o conhecimento gerado para toda empresa. Este objetivo está descrito no item 3.1

O segundo objetivo específico buscou identificar as atuais metodologias utilizadas pela empresa, para prática da inovação. Percebeu-se que a organização criou sua própria metodologia, baseada em seus objetivos estratégicos. E apesar do processo ser bem estruturado, a empresa volta sua atenção ao início do processo de inovação, em especial na coleta e avaliação das ideias, antes de desprender grandes dispêndios financeiros. Este objetivo está contemplado no tópico 3.2.

E o terceiro objetivo específico teve por finalidade propor melhorias ao processo de gestão do conhecimento e inovação. Em que se propôs o mapeamento e adoção de medias para o fortalecimento das relações com as

fontes do conhecimento e seus respectivos resultados, bem como, recomenda-se que a empresa adote o modelo proposto na ilustração 8.

Conforme a problemática envolvida “como a gestão do conhecimento pode contribuir para inovação contínua junto à empresa estudada?” Constatou-se que a gestão do conhecimento é o ponto fundamental para a geração da inovação, pois é por meio dos conhecimentos de cada ator (seja ele funcionário, clientes, diretor, instituições de pesquisa, parceiros externos, etc) que é possível desenvolver a inovação e, atender as necessidades do mercado.

Quanto a contribuição do estudo ao contexto acadêmico e empresarial, se relaciona ao atual cenário competitivo, em que empresas buscam destaque no mercado, exigindo dos profissionais a capacidade de adotar estratégias para lidar com as dificuldades e oportunidades da gestão do conhecimento e inovação.

Em decorrência a relevância da temática, identificou-se vários fatores evidenciados pela transcrição do estudo, que descrevem o quanto a gestão do conhecimento influencia no processo da inovação. A qual se baseia em seu capital intelectual para solução de problemas e desafios, e assim instiga a implementação de novas inovações.

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que é imprescindível que administradores e empreendedores, se conscientizem da relevância que a gestão do conhecimento e a inovação contínua possuem, frente ao mercado competitivo. Dessa forma, se recomenda que sejam elaborados estudos futuros sobre essa temática, em outros contextos organizacionais, com o intuito de contribuir com novos modelos e propostas que favorecem a inovação nas organizações, seja seja com ou sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de Souza; FREITAS, Claudia Regina; SOUZA, Irineu Manuel de; **Gestão do Conhecimento para Tomada de Decisão**. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de Ideias para a Inovação Contínua**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BES, Fernando Trías de; KOTLER, Philip. **A Bíblia da Inovação**: princípios fundamentais para levar a cultura da inovação contínua às organizações. São Paulo: Leya, 2011.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. Tradução de Elizamari Rodrigues Becker, Gabriela Perizzolo, Patrícia Lessa Flores da Cunha. Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577805112/cfi/1!/4/4@0.00:58.9>>. Acesso em: 19 maio 2018.

CARLOMAGNO, Maximiliano Selistre; SCHERER, Felipe Ost. **Gestão da Inovação na Prática**: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007121/cfi/6/28!/4/10/2@0:0>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

COOPER, R. G. **Doing it Right**: winning with new products. Ivey Business Journal, 64 (6), July/August, 1-7; 2000. Apud BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. Tradução de Elizamari Rodrigues Becker, Gabriela Perizzolo, Patrícia Lessa Flores da Cunha. Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577805112/cfi/1!/4/4@0.00:58.9>>. Acesso em: 19 maio 2018.

DIAS, Acires; GEISLER, Lisiane; LEONEL, Carlos Eduardo Lozano; MONTANHA JUNIOR, Ivo Rodrigues; OGLIARI, André. **Importância, Definições e Modelos de Inovação**. In ABREU, Aline França de (Org.); CORAL, Eliza (Org.); OGLIARI, André. (Org.). **Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2013.

FAYARD, Pierre. **O Inovador Modelo Japonês de Gestão do Conhecimento**. Tradução Patrícia C. Ramos Reuillard. Porto Alegre: Bookman, 2010. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806195/cfi/2!/4/4@0.00:35.5>> Acesso em: 23/08/18.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed.rev. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATTOS, João Roberto Loureiro; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. **Gestão da Tecnologia e Inovação**: uma abordagem prática. 2.ed.rev. São Paulo: Saraiva, 2012.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka; In NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Gestão do Conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre a inovação. 3.ed. OCDE, 2005. Tradução Oficial realizada pela FINEP/Brasil, baseado na versão original da OECD (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 1990. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Gestão para Resultados**: atuação, conhecimentos, habilidades. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522473083/cfi/4!/4/4@0.00:14.4>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

PALMISANO, Angelo; ROSINI, Alessandro Marco. **Administração de Sistemas de Informação e a Gestão do Conhecimento**. 2.ed., São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

O GRANDE INQUISIDOR COMO METÁFORA DO ESTADO E DA LIBERDADE

Victor Matheus Soares¹
Mariel Haubert²

RESUMO

A delimitação temática deste estudo focaliza o enredo do capítulo O Grande Inquisidor, constante na obra os Irmãos Karamázov, de Fiódor Dostoiévski, de modo a ver nesse texto e nessa parábola uma reflexão sobre liberdade e responsabilidade oportuna de se estender a relação entre indivíduo e Estado, sobretudo no que tange uma sujeição indiscriminada. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da doutrina e da lei. Questiona-se em que medida O Grande Inquisidor representa uma espécie de metáfora ao funcionamento da relação entre os indivíduos e um poder central controlador e de que modo as características psicológicas descritas neste capítulo explicam uma busca inconsciente por sujeição, segurança e tranquilidade. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura atinente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela importância das reflexões atinentes à liberdade e à sua manifestação, principalmente pelo caráter negativo e opressor que uma visão deturpada desse conceito pode gerar. A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo. A contribuição do trabalho é na reflexão sobre liberdade e o perigo de uma sujeição impensada aos mandos de um poder central. A repercussão esperada é a de que o meio universitário local tome conhecimento.

Palavras-chave: O Grande Inquisidor – Estado – liberdade.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo trata do capítulo O grande Inquisidor como metáfora do Estado e da liberdade. A delimitação temática focaliza o enredo do capítulo O Grande Inquisidor, constante na obra os Irmãos Karamázov, de Fiódor Dostoiévski, de modo a ver nesse texto e nessa parábola uma reflexão sobre liberdade e responsabilidade oportuna de se estender a relação entre indivíduo

¹Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. victorkmieczik@hotmail.com

²Doutoranda em Educação nas Ciências. Orientadora. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Professora do Curso de Direito das Faculdades IntegradasMachadode Assis. mariel@fema.com.br

e Estado, sobretudo no que tange uma sujeição indiscriminada. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará da doutrina e da lei. O problema questiona em que medida O Grande Inquisidor representa uma espécie de metáfora ao funcionamento da relação entre os indivíduos e um poder central controlador e de que modo as características psicológicas descritas neste capítulo explicam uma busca inconsciente por sujeição, segurança e tranquilidade. A hipótese provável pressupõe que o referido trecho expõe problemáticas da liberdade importantes para que se entenda a atuação do Estado frente ao indivíduo.

O objetivo geral consiste em analisar o enredo da espécie de parábola constante no romance Os Irmãos Karamázov e compreender seu significado no que toca os motivos do estabelecimento de poderes centrais controladores a fim de entender em que medida uma sujeição total a esse tipo de poder poderia gerar uma imensa obliteração das liberdades individuais e a diminuição constante do respeito aos direitos do indivíduo. Os específicos são: a) Estudar a teoria e a crítica acerca da obra, buscando o seu sentido; b) Pesquisar as relações existentes entre o enredo e as realidades de organização social atinentes ao tema.

A análise da influência que os aspectos psicológicos do povo, em especial aqueles delineados na obra em tela, apresentam na escolha de sua organização social e no seu convívio com a liberdade e responsabilidade diante dos acontecimentos da vida é fundamental para que se entenda qual o caminho que pode se desenrolar a partir de decisões desse tipo, que privilegiam uma pretensa segurança e um rígido controle. A viabilidade do estudo dá-se pela disponibilidade dos dados da pesquisa, bem como pela concretude dos métodos utilizados. Além disso, é coerente pesquisar o tema na contemporaneidade, já que os paradigmas de organização social, de sujeição a poderes e de liberdade vigiada estão sempre em evidência, tendo em vista as constantes inclinações que os governos, mas não só eles, podem assumir. Por fim, espera-se que a pesquisa contribua na reflexão sobre a liberdade e sua relação com a organização estatal e os poderes que lhe são conferidos.

A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das

informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se três seções: a primeira expõe um brevíssimo resumo da vida do autor da obra em análise e o contexto de produção de sua obra; a segunda busca sintetizar o enredo do capítulo e inseri-lo no propósito do estudo; e a terceira apresenta/investiga as relações entre liberdade e Estado, primando pelas lições retiradas da obra.

1 NOTAS BIOGRÁFICAS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OBRA

Fiódor Mikháilovitch Dostoiévski nasceu em 1821 em Moscou, na Rússia, em uma família razoavelmente austera. Sua infância e juventude foram marcadas pela morte da mãe e pela relação conflituosa com o pai severo, na mesma época em que descobria a literatura (MOTTA, 1995). Talvez o evento mais determinante de sua trajetória, tanto literária como propriamente humana, tenha sido a sua prisão e condenação à morte pelo envolvimento no ciclo de Pietrochévski, um grupo de intelectuais que estudava as ideias do socialismo utópico (BEZERRA, 2003). Esse grupo defendia, ainda que não radicalmente, ideias que pareceram prejudiciais ao regime czarista, principalmente por tratarem de problemas sociais e pregarem algumas mudanças nas instituições, fato que fez com que seus membros fossem condenados à execução:

Vivendo no período do século XIX que movimentou a Rússia (assim como toda a Europa) com inúmeros movimentos de intelectuais e revolucionários, não demorou para que o jovem Dostoiévski fizesse parte de alguma organização. Foi membro de um grupo, o “Círculo de Petrashevski”, que difundia alguns pedidos de mudanças sociais na sociedade russa, além de ideias do socialismo utópico e também questões comunistas. Este grupo teve vinte e sete de seus jovens revolucionários presos, juntamente com o autor, os quais receberam condenação à pena de morte. (GOULÃO, 2017).

Dostoiévski, é claro, teve sua pena revertida na última hora, já estando diante do pelotão de fuzilamento, pelo perdão do czar, que mudou sua pena para alguns anos de trabalhos forçados na Sibéria, período em que o autor se aproximou da religião cristã pela leitura dos Evangelhos, tendo inclusive um

crescente fascínio pela figura de Cristo (GOULÃO, 2017), fato que colabora para o projeto de criar um personagem semelhante a ele, empreendimento mais evidente no romance *O Idiota*¹ (BEZERRA, 2003).

Nesse momento de sua vida, Dostoiévski já havia publicado obras importantes, como o seu romance de estreia *Gente Pobre*, e viria a se inspirar na experiência do cárcere para compor o livro *Recordações da Casa dos Mortos*, – ou *Memórias*, a depender da tradução² - que desencadeia o ciclo dos seus grandes romances da maturidade, composto por suas obras mais célebres e conhecidas, como *Crime e Castigo*, *O Idiota*, *O Adolescente*, *Os demônios* e o derradeiro *Os Irmãos Karamazov*.

Suas obras mais robustas apresentam aquilo que a crítica convencionou chamar de polifonia, conceito esse advindo da obra de Mikhail Bakhtin³, que representa um gênero de romance novo, já que “suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum” (BAKHTIN, 2013, p. 5). Isso significa que a voz do personagem, em verdade, *dos vários personagens*, apresenta um alto grau de independência e é praticamente paralela em relação a do seu criador, sendo que os discursos das obras, proferidos por uma infinidade de personagens profundos, estão emaranhados no corpo do texto, daí o caráter polifônico.

O intento maior, a razão de ser do esforço literário, de Dostoiévski é, portanto, o estudo do homem na sua essência profunda (BIANCHI, 2017). Essa iniciativa está inegavelmente ligada ao seu contexto de vida e as observações que fazia da sociedade russa, que passava por um processo, nocivo, segundo ele, de desagregação e individualização (BIANCHI, 2017). Por esse motivo, Otto

¹ Paulo Bezerra, célebre tradutor, ao comentar a sua obra, menciona, a esse propósito, que, para o autor, apenas Cristo é uma figura *positivamente bela*, vendo também no Dom Quixote as características que lhe pareciam as melhores da humanidade, a justiça e a bondade, e se utilizando do Cristo homem, “capaz de grande imensa ternura e também de grande indignação”, para criar o personagem ideal, tarefa que reputava quase impossível de ser realizada. BEZERRA, Paulo. Breves considerações sobre a obra de Dostoiévski. *Cadernos de Letras da UFF- GLC*, n. 27, p. 119-139, 2003

² A edição da Nova Alexandria, de tradução de Nicolau S. Peticov, opta por *Recordações*, enquanto a editora Martin Claret, de tradução de Oleg Almeida, prefere o título *Memórias*, por exemplo.

³ Veja-se, principalmente, *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

Maria Carpeaux (2013) diz que, ao criticar a decadência do Ocidente e a renúncia da fé pela Igreja Romana, tema central da parábola objeto deste estudo, o autor é “um escritor político, e o é apaixonadamente. [...] Dostoievski também é revolucionário. Mas o é contra nós.”

2 ENREDO E SENTIDO

O objeto central deste estudo está, especificamente, na passagem *O Grande Inquisidor*, presente no capítulo V do quinto livro do romance *Os Irmãos Karamázov*. O tema geral do romance é a conturbação familiar do clã Karamázov, composto pelo patriarca, Fiódor, três filhos legítimos, Dmitri, Ivan e Aliocha, e um suposto filho bastardo, Smierdiakóv. A história gira em torno de um assassinato e de sua investigação. Esse esqueleto narrativo, no entanto, é enriquecido com aquela que talvez seja a principal característica narrativa de seu autor, a profundidade psicológica arrebatadora¹. Assim, o trecho *O grande Inquisidor* é uma história dentro da história (SIMÃO, 2017), por ser uma espécie de parábola derivada de um poema arquitetado por Ivan, intelectual e niilista, e contada ao seu irmão Aliocha, fortemente religioso. A conversa dos dois perpassa os temas do sofrimento humano, com Ivan enumerando fatos chocantes a respeito do tratamento horrendo dado pelos pais de pequenas crianças, que as torturam como forma de castigo e de satisfação sádica pessoal, e usando essas histórias para defender o que entende como o absurdo do mundo, uma confusão imperdoável. Aliocha então cita Cristo como o redentor capaz de perdão infinito, como já esperava Ivan, que menciona ao explicar o sentido de seu planejado poema:

Mas esse “é o único sem pecado”, assim como o seu sangue! Não, não o esqueci, e enquanto falei estive admirado de tua demora em introduzi-lo, porque em todas as discussões de vocês ele costuma ser introduzido antes de qualquer coisa. Sabes, Aliócha, e não rias, numa ocasião escrevi um poema, foi no ano passado. Se ainda podes perder

¹ Basta verificar o seminal e clássico estudo de Sigmund Freud, por exemplo, sobre o tema, *Dostoiévski e o parricídio*.

uns dez minutos comigo, eu falarei sobre ele. (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 341).

A ação do poema se passa em Sevilha na época da Inquisição Espanhola. Jesus Cristo, em sua forma corpórea, retorna à terra e passeia pelas ruas desta cidade realizando milagres ao povo, que o reconhece e o segue. O tumulto gerado pelo messias desagradava as autoridades religiosas, em especial o cardeal conhecido como O Grande Inquisidor¹, autoridade máxima do local, que ordena que Cristo seja preso. Na cela, o cardeal repreende Jesus por ter retornado, afirmando que sua presença atrapalha os rumos da Igreja e prejudica a salvação dos fiéis. O inquisidor argumenta que o messias, ao pregar o livre arbítrio e a resistência às tentações², condenou os homens à liberdade e ao desamparo³, pois estes não possuem a força suficiente para suportar essas enormes responsabilidades. A Igreja, portanto, deve domar a liberdade dos fiéis, deve conduzi-los de maneira ferrenha, deve controlar as suas vidas, conforme explicita o cardeal em seu discurso:

Durante quinze séculos nós nos torturamos com essa liberdade, mas agora isso está terminado, e solidamente terminado. Não acreditas que está solidamente terminado? Olhas com docilidade para mim e não me concedes sequer a indignação? Contudo, fica sabendo que hoje, e precisamente hoje, essas pessoas estão mais convictas do que nunca de que são plenamente livres, e entretanto elas mesmas nos trouxeram sua liberdade e a colocaram obedientemente a nossos pés. Mas isto fomos nós que fizemos; era isso, era esse tipo de liberdade que querias? (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 348).

Uma das ideias principais é que a corruptibilidade do homem geraria a necessidade de uma força gigante, uma instituição, que o controlasse e o

¹ É bastante possível que essa figura tenha sido inspirada em Tomás de Torquemada (1420-1498), inquisidor-geral espanhol conhecido pela severidade. Nesse sentido: *GOLIN, Luana Martins. O discurso teológico no conto O Grande Inquisidor de Dostoiévski. Revista Caminhando v. 14, n. 1, p. 65-75, jan. jun. 2009*

² Veja-se o Evangelho de Mateus, capítulo 4.

³ Ideias essas usadas por Sartre na sua composição teórica do existencialismo, sendo Dostoiévski, na opinião dos próprios existencialistas, um dos precursores dessa corrente. A ideia do absurdo, do desamparo e da liberdade como intrinsecamente negativa encontram sua raiz no autor russo. Veja-se: *SARTRE, Jean-Paul. L'existentialisme est un humanisme. Paris: Nagel, 1952.*

guiasse para um bem comum. Esse tema, o da liberdade e da opressão, e as contradições resultantes das escolhas referentes a isso, percorre toda a obra do escritor (BIANCHI, 2017), encontrando aqui sua mais evidente representação. O próprio contexto de apresentação da história, o diálogo dos irmãos, não deixa claro o sentido da parábola. Ivan não explica os desdobramentos da sua anedota e permanece um tanto enigmático em relação ao que pretendia defender. Com isso, está claro que são possíveis muitas interpretações distintas, levando em conta o viés que o intérprete deseja abordar, seja teológico, político, filosófico, ou uma mistura de todos:

À luz de Dostoiévski, mesmo os recentes desdobramentos culturais e sociopolíticos do Brasil podem ser analisados com maior clareza. Afinal, a figura do Grande Inquisidor encontra paralelos nas mais diversas esferas de nossa sociedade: à frente de igrejas, no comando de fisiológicos partidos políticos e encabeçando movimentos de censura à arte, diversidade e cultura nacional (SIMÃO, 2019).

3 QUEM É O GRANDE INQUISIDOR?

Para os fins desse estudo, a análise mais pertinente se refere à política e ao Estado. Como menciona Paulo Bezerra (2012) no posfácio da obra, reduzir os problemas apresentados por Dostoiévski à religião é equivocados e nefasto, deforma o sentido dos escritos. Assim, ainda que se utilize de elementos cristãos, o autor não aborda simplesmente na parábola uma crítica aos rumos da Igreja, senão um panorama dos caminhos horríveis que um controle geral sobre as pessoas poderia gerar a longo prazo, sobretudo quando são os próprios homens que depositam sua liberdade aos pés de seus algozes¹.

O Grande Inquisidor representa, nessa linha, qualquer autoridade, ou entidade, que tenta suprimir a liberdade, usando para isso argumentos que dizem respeito à condição frágil do homem, a sua natural perversidade, a sua incapacidade de conviver com grandes liberdades e responsabilidades. Não se trata de definir se o homem, em uma espécie de estágio natural, é maligno ou

¹ Como menciona Fátima Bianchi no prefácio a uma coletânea de contos do autor, imagem semelhante já havia aparecido na novela *A senhoria* na boca de um dos personagens: “Dê a ele, ao homem fraco, a liberdade – ele mesmo a atará e a trará de volta”. BIANCHI, Fátima. *Dostoiévski: a veia da ficção*. In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Contos Reunidos*. São Paulo: Editora 34, 2017.

não, propenso naturalmente à bondade ou à vileza. O núcleo da questão está no cerceamento da liberdade individual, ainda que de maneira consentida, em favor do conforto e do abandono do dever de responsabilidade, e as consequências que uma sociedade pode enfrentar se for fundada nesse paradigma.

A Igreja do poema abandonou os princípios da fé, abandonou de fato a própria encarnação da divindade, a expulsou e quase a condenou também à fogueira. Essa mesma entidade passou a ter então um controle quase absoluto sobre seus fiéis, acreditando que estavam fazendo o necessário para que a salvação fosse alcançada, mesmo que para isso precisassem desvirtuar sua função. Essa ideia da entidade central controladora é muito semelhante à ideia de Estado, e a relação deste com a liberdade é particularmente interessante.

O Grande Inquisidor pode ser, ou pode vir a ser, o Estado. Esse cristianismo degenerado, leia-se Estado degenerado, é a religião do Anticristo, o Estado anti-homem, por assim dizer:

Dostoiévski é cristão. Nós também. Campo de encontro, enfim? Não, absolutamente. Pois Dostoiévski nos recusa o direito de nos chamarmos cristãos. Ao contrário. Ao lado do operário de Londres, do burguês de Paris e do professor de Heidelberg, ele coloca o padre romano. Vosso pretensão cristianismo - diz ele - é a religião do Anticristo. Eis aí o assunto de O Grande Inquisidor. (CARPEAUX, 2013).

A fronteira que separa uma organização poderosa da tirania é estreita, pois o fato do homem tender ao pecado, entendido aqui como um afastamento da virtude, não significa que possa ser sufocado e sedado por um conforto aparente. O fato do homem escolher mal e cometer erros não significa que deva haver um poder que o controle e que garanta que suas escolhas sejam baseadas em determinados critérios. Liberdade é liberdade de errar:

Liberdade significa realmente liberdade para errar. Isso precisa ser bem compreendido. Podemos ser extremamente críticos com relação ao modo como nossos concidadãos gastam seu dinheiro e vivem sua vida. Podemos considerar o que fazem absolutamente insensato e mau. Numa sociedade livre, todos têm, no entanto, as mais diversas maneiras de manifestar suas opiniões sobre como seus concidadãos deveriam mudar seu modo de vida: eles podem escrever livros; escrever artigos; fazer conferências. Podem até fazer pregações nas

esquinas, se quiserem – e faz-se isso, em muitos países. Mas ninguém deve tentar policiar os outros no intuito de impedi-los de fazer determinadas coisas simplesmente porque não se quer que as pessoas tenham a liberdade de fazê-las. (MISES, 2009, p. 31).

Dostoiévski ataca violentamente a supressão da responsabilidade, muito embora disso não se extraia que defende uma liberdade de mercado aos moldes do que Ludwig von Mises (2009) idealizava no seu ciclo de palestras na Argentina dos anos 50, conforme mencionado logo acima. Concluir isso dos escritos do autor russo seria leviano e, na verdade, bastante anacrônico, já que se estaria desconsiderando o contexto de sua vivência. Dostoiévski, ainda assim, comenta sobre o socialismo ao falar da caminhada espiritual do personagem Aliocha, que escolheu crer na imortalidade:

De maneira exatamente igual, se tivesse resolvido que não existem a imortalidade nem Deus, teria ido juntar-se aos ateus e aos socialistas (porque o socialismo não é apenas uma questão dos operários ou do chamado quarto Estado, mas é predominantemente a questão do ateísmo, da encarnação atual do ateísmo, a questão da Torre de Babel construída precisamente sem Deus, não para alcançar o céu a partir da terra mas para fazer o céu descer à terra). (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 46).

Veja-se que para o autor o problema do regime socialista está no materialismo e no ateísmo, e não propriamente na questão moral da autonomia individual, nos moldes da vertente econômica liberal mencionada. No entanto, o argumento do economista austríaco não está em total descompasso com o que pretendia Dostoiévski, principalmente se for considerada a principal preocupação dos dois pensadores. É correto dizer, inclusive, que os dois temem o mesmo mal, rejeitam a mesma consciência perigosa: um arranjo que privilegia o controle central - que transparece uma pretensa aura de bondade e resulta na defesa do regime pelos próprios prejudicados principais – com o consequente desaparecimento da responsabilidade individual por suas condutas. Nessa linha, Dostoiévski está, em verdade, explicando a tendência humana de desejar a sujeição, enquanto Mises está refutando a moralidade desta prática e demonstrando seus nocivos efeitos econômicos:

É essa a diferença entre escravidão e liberdade. O escravo é obrigado a fazer o que seu superior lhe ordena que faça, enquanto o cidadão livre – e é isso que significa liberdade – tem a possibilidade de escolher seu próprio modo de vida. Sem dúvida esse sistema capitalista pode ser – e é de fato – mal usado por alguns. É certamente possível fazer coisas que não deveriam ser feitas. Mas se tais coisas contam com a aprovação da maioria do povo, uma voz discordante terá sempre algum meio de tentar mudar as ideias de seus concidadãos. Pode tentar persuadi-los, convencê-los, mas não pode tentar constrangê-los pela força, pela força policial do governo. (MISES, 2009, p. 31).

A parábola serve, com isso, para explicar porque as pessoas, estando presentes certos requisitos – como a própria existência de um poder gigante e sedutor e a condição infeliz dos indivíduos envolvidos – escolherão voluntariamente a escravidão, e caso sejam libertados de um primeiro senhor, que na obra é representado pela própria morte de Cristo e pela sua resistência ao pecado, procurarão sedentos uma nova entidade para oferecer a liberdade e ganhar falsas ideias de segurança e paz, já que proveem de uma desistência de um dever moral, da entrega de um fardo inescapavelmente pessoal. Esse peso, em Dostoiévski, é o sofrimento advindo da restrição e que precisa ser suportado no caminho da salvação de cada crente, de modo que a confiança desse ônus a um terceiro representa o avesso do sentido profundo da religião cristã, baseada na consciência voluntária da importância e do caráter sagrado das privações e não em uma organização superior terrena que institua à força uma ideia enviesada de fé. O poder central se alimenta da sujeição, de tal forma que a chance de que ele cresça e passe a dominar a maior parte das esferas individuais é grande, ao mesmo tempo que a possibilidade de frear esse caminho vai diminuindo, levando em conta o crescimento dos modos de influência. Essa é a grande reflexão proposta por Dostoiévski e uma das lições que pode ser retirada de sua parábola: ainda que a liberdade seja custosa, ela é o caminho da salvação, e o seu contrário é um inferno totalitário.

CONCLUSÃO

Dostoiévski tratou em sua obra, entre, é claro, diversos outros temas, da imposição da fé por um poder central sem limites, que institui à força aquilo que entende ser correto para a salvação dos fiéis, crendo estar fazendo um sacrifício

enorme para a concretização do ideal divino. O cardeal da parábola é, portanto, o totalitário por excelência, o déspota iludido com o pensamento de que representa os anseios profundos do povo e de que deve guiar seu rebanho com pulso firme. Crê nessa função de maneira tão exagerada e insana que chega ao ponto de expulsar o salvador, o sentido maior da existência da própria igreja, por ver nele um obstáculo à paz que sua instituição construiu com tanto trabalho e determinação.

A liberdade é, portanto, conforme o exposto, vista como um enorme empecilho, um peso cruel que o homem está condenado a carregar, a menos que alguma força bondosa o retire e garanta que sua responsabilidade seja removida e transmitida ao seu domínio, cobrando para isso o preço mais alto, o da sujeição total, o do domínio sem limites. O grande mérito da obra está, com isso, na explicação cristalina de como, não havendo um cuidado com as decisões, os próprios homens caminharão felizes e entregarão seus bens mais preciosos aos pés de seus carrascos, que se alimentarão dessa fraqueza indesculpável. O autor está, assim, demonstrando que muitas vezes a sujeição, pelo menos no início, não é propriamente violenta e parece o caminho mais perfeito para a paz e a tranquilidade.

Essas perturbadoras conclusões são possíveis de serem avaliadas, e é isso que se pretendeu evidenciar, também no contexto do Estado, tendo em vista que este é, por definição, um poder centralizador, um monopólio do uso da força. Ou seja, o intento maior foi desvendar o caminho que leva ao inferno, insistindo nas metáforas bíblicas que tanto ressoam na obra. Nesse sentido, o inferno não precisa ser, e aqui não é, um antro de punição transcendente relacionado ao cristianismo, mas a sua ideia pode ser preservada para fins de reflexão, sobretudo no que diz respeito ao simbolismo desse lugar, que é a antítese do paraíso, o contrário da salvação. Nessa linha, e finalmente, a liberdade, ainda que possa ser cruel e exija uma responsabilidade excruciante, é o meio que deve ser preservado para o objetivo do céu, da virtude, do bem.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BEZERRA, Paulo. **Breves Considerações sobre a Obra de Dostoiévski.** Cadernos de Letras da. UFF- GLC, n. 27, p. 119-139, 2003.

BEZERRA, Paulo. **Um Romance Síntese.** In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Os Irmãos Karamázov. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BIANCHI, Fátima. **Dostoiévski: a veia da ficção.** In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Contos Reunidos. São Paulo: Editora 34, 2017.

CARPEAUX, Otto Maria. **Ensaio de Interpretação Dostoievskiana.** Disponível em: < <http://wearetime.blogspot.com/2013/09/ensaios-de-interpretacao-dostoievskiana.html>>. Acesso em: 9 set. 2019.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os Irmãos Karamázov.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOULÃO, Tobias. **Dostoiévski e a Perspectiva Redentora.** Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/dostoievski-e-a-perspectiva-redentora-108447/>>. Acesso em: 9 set. 2019.

MOTTA, Véra. **Dostoiévski e o Parricídio.** Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/pub/CetadObserva/Literatura/DOSTOI%C9VSKI_E_O_PARRIC%CDDIO.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

MISES, L. **As Seis Lições.** 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

SIMÃO, Luciano. **Relendo Dostoiévski em Tempos de Caos.** Disponível em: <<http://www.aescotilha.com.br/literatura/ponto-virgula/fiodor-dostoievski-os-irmaos-karamazov/>>. Acesso em: 9 set. 2019.

GUERRA: POLÍTICAS EXTERNAS E O CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH.

Affonso Henrique Soares Pazdziora¹

Rita Andres²

Yasser Badwan³

Lairton Oliveira⁴

RESUMO

A delimitação temática deste trabalho focaliza o estudo da guerra e das políticas externas que geraram o Conflito de Nagorno-Karabakh. Seu foco é a análise da guerra, e das políticas externas do Cáucaso no Conflito de Nagorno-Karabakh. Questiona-se sobre quais aspectos geraram e mantêm iminente o Conflito de Nagorno-Karabakh. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura relacionada à temática, a fim de responder a pergunta problematizadora. Justifica-se esta investigação por se tratar de uma questão atual, latente, porém pouco abordada no meio acadêmico. A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimentos secundários são histórico e comparativo. A contribuição pretendida constitui-se em estimular um pensamento mais crítico acerca das causas e consequências dos conflitos internacionais de menor visibilidade, que se apresentam como de difícil resolução. A repercussão esperada é o estímulo para que surjam, na comunidade acadêmica, mais estudos acerca dessa temática, que não podem passar ao largo do estudo do Direito Internacional.

Palavras-chave: Relações Internacionais - Guerra - Nagorno-Karabakh.

INTRODUÇÃO

O tema desta abordagem trata acerca do estudo condicionantes das políticas externas que contribuíram para a geração do Conflito de Nagorno-Karabakh. Busca-se entender como se dá uma guerra no âmbito internacional,

¹ Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. affonsohenriquep@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. ritandres@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. badwanyasser@gmail.com

⁴ Bacharel em Direito e Mestre em Integração Latino-Americana, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orientador. Professor do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). lairtonsma@gmail.com

tendo como enfoque compreender o que é a guerra e as políticas externas que geraram tal conflito, perscrutando sobre os aspectos que geraram e mantêm o Conflito de Nagorno-Karabakh, ainda não plenamente resolvido. A hipótese provável é que seja um conflito baseado na proteção de território por questões econômicas, geopolíticas e de crenças religiosas, historicamente, consequência da intervenção Russa na região.

O objetivo geral consiste em analisar os pressupostos teóricos da literatura relacionada à temática, com o fim de responder à pergunta motriz da pesquisa. Os específicos são: a) Estudar sobre a guerra; b) Pesquisar sobre as políticas externas da região do Cáucaso; c) Apresentar as circunstâncias geradoras e mantenedoras do Conflito de Nagorno-Karabakh.

A pesquisa apresenta relevante importância por abordar, de um ponto de vista pouco estudado, acerca da problematização das guerras e conflitos da região do Cáucaso. Dessa forma, possibilitando uma visão mais crítica e realista da atual situação dos países protagonistas do Conflito de Nagorno-Karabakh, levando em consideração os motivos que levaram a esse conflito. A revisão bibliográfica se baseia em textos de autores do ramo do Direito Internacional, Direitos Humanos e Direito Militar.

Com esta pesquisa, espera-se que aumente o interesse da comunidade científica em analisar a guerra e as políticas externas dos Estados. Ainda, espera-se que este artigo tenha repercussão no meio acadêmico de forma positiva, fazendo com que haja uma maior reflexão acerca das causas e consequências dos conflitos internacionais de menor visibilidade, que se apresentam como de difícil resolução, desenvolvendo-se assim pesquisas sobre tais objetos, que não podem passar ao largo do estudo do Direito Internacional contemporâneo.

A metodologia empregada caracteriza a pesquisa como de natureza teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os procedimentos secundários são histórico, comparativo e estático.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se duas seções, a primeira destinada a uma revisão bibliográfica para expor uma contextualização teórica sobre a guerra e, a segunda, para tratar acerca do objeto principal da

abordagem, qual seja o conflito de nagorno-karabakh, propriamente dito.

1 “GUERRA”: UM BREVE PANORAMA SOBRE O TERMO GUERRA

Não é recente o problema interacional que tanto aflige e causa sofrimento à humanidade chamado de “guerra”, pois desde a crise da cidade-estado grega - que fez surgir a República de Platão e a Política de Aristóteles -, os confrontos religiosos do séc. XXVII - marcadamente delineados pelas obras *Leviatã* e o *Tratado Político* que geraram a Teoria do Estado Neutro -, as Revoluções que geraram a quebra da monarquia, até o início do séc. XX, que ficou marcado com a Primeira Guerra Mundial, vê-se os mesmos fenômenos reiteradamente ocorrendo (ARON, 2002).

Carl Von Clausewitz (2017) define guerra como sendo um confronto em grande escala no qual um dos oponentes tenta desarmar o outro, por intermédio da força física, para impedir qualquer resistência e conseguir aquilo que se almeja, ou seja, “[...] a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 75). A guerra ainda pode ocorrer entre Estados, como também internamente, entre partes de um Estado, por motivos de divergências políticas e rivalidades de tribos (MATOS, 2018).

É inevitável o derramamento de sangue numa guerra, mesmo que em nome da bondade, a fim de desarmar ou derrotar o inimigo. O uso extremo da força ao invés do uso da inteligência, do diálogo ou da negociação, só dará para o inimigo vantagem e se iniciará uma permuta entre ataque e vingança entre os oponentes, deixando de existir o bom *versus* o mau (CLAUSEWITZ, 2017).

Assim, a previsão para o amanhã de uma guerra pode ser medida pelo estado de hoje, mesmo que hajam diferentes fatores externos modificando escolha “x” ou “y” de cada lado. Ainda, não é totalmente possível prever, externamente, um início súbito e fim instantâneo de uma guerra, uma vez que numa relação internacional todos confrontos, desavenças e ódios não são abstratos aos seus povos, mas sim aos povos que não fazem parte do conflito (CLAUSEWITZ, 2017).

É interessante pontuar que a guerra sempre terá como início o propósito

político, que guiará o lema, objetivos e lutas do Estado contra o outro, o que também servirá para negociações de paz. Há, ainda, o propósito militar que define-se, genericamente, como encontrar o ponto gravitacional do inimigo e atacá-lo com um grande golpe, para assim ter domínio sobre ele. De acordo com os propósitos políticos e militares poderá se definir se uma guerra é de extermínio ou até uma simples observação armada, e, de regra, os propósitos militares devem se adequar aos políticos (CLAUSEWITZ, 2017).

A guerra não é algo banal, que se baseia em sangue e morte, ela é um meio sério para se ter um fim sério. Ela, além de um ato político, é um instrumento político com uma natureza peculiar em seus meios (CLAUSEWITZ, 2017). “O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito.” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 91).

Toda a história das relações internacionais é baseada em guerras, tanto totais (envolvendo todas potências) como locais. Entrar em um dos lados da relação belicosa para participar de uma guerra não se dá mediante vontade própria, mas sim para defender um interesse que poderia ser posto em perigo e/ou perdido. A guerra local somente se tornará total quando os interesses das potências fiquem em xeque ou quando haja interesse comum entre os litigantes com as potências (WIGHT, 2002).

É por meio de dois fatores, moral e empírico, que as massas dos Estados se identificam com as guerras que estão enfrentando. Pensamento que se baseia no conceito velho de justo e injusto, ou seja, a população deve acreditar que está lutando por um motivo justo, o que aumenta o sentimento hostil pelo adversário e os faz ter vontade de agir, tendo como exemplo o alistamento para lutar em nome do Estado (MORGENTHAU, 2003).

O aspecto moral do Direito Internacional é o que melhor transparece no direito de guerra, isto tem como uma das raízes nas concepções cristãs, que necessitavam de um bom e de um mau para definir as coisas (justo ou injusto). Sendo então a guerra passa a ser vista com dois lados iguais, em que cada Estado move-se por suas vontades, expostas da forma que entendem justas, não raro relacionadas a propósitos pessoais de líderes carismáticos e/ou autoritários (WIGHT, 2002).

Pode-se dizer que as guerras são o desfecho das operações de crédito no relacionamento de âmbito internacional. A guerra não é o objetivo de um diplomata nas relações externas, porém não é esquecida a arbitragem ao uso de armas e forças militares. As guerras, no plano das civilizações superiores, serão somente um meio - quando é consciente - ou uma calamidade - quando é provocada por causa desconhecida (ARON, 2002).

A força armada de um país, enquanto ameaça, sempre será fator material de grande importância na formação do poder político de uma nação. O poder político é sobre o controle do homem sobre as mentes e ações de seus iguais, em outras palavras, a relação daqueles que têm autoridade pública com o resto do povo. Quando é instaurada uma guerra não se pode mais falar de poder político, uma vez que a essência do poder passa a ser militar (MORGENTHAU, 2003).

Foi por conta das grandes guerras que nasceu a necessidade de um órgão internacional capaz de controlar as relações conflituosas e garantir a paz, tornando-se então a maior preocupação da civilização do ocidente. O que possibilitou a união de forças para a criação de um órgão foram os fatores intelectuais, políticos, espirituais e morais (MORGENTHAU, 2003).

Até a criação da Liga das Nações, o Direito Internacional via as guerras como relação legítima entre Estados. Logo, com a sua criação, a guerra continua sendo legal, porém passaram a existir mecanismos para legitimá-la como um recurso legal. A partir do momento em que se instituiu a guerra como instrumento de política nacional, o plano internacional poderia ser visto como uma Anarquia Internacional, tendo em vista a ausência de um poder soberano total de caráter internacional (WIGHT, 2002).

Há aqueles que preferem se referir à Anarquia Internacional como Sociedade Internacional, mesmo esta não tendo os requisitos de uma sociedade. Tendo em vista que a Anarquia pode ser considerada uma balbúrdia, não poderia se aplicar ao conceito de relação internacional, tendo em vista que as relações entre Estados soberanos não se dá somente de conflitos e guerras, existem de igual forma a cooperação, diplomacia, instituições que moldam o andamento da política do poder e regras para controlar as guerras (WIGHT, 2002).

As Sociedades Internacionais não são compostas por todos os Estados

do globo, tendo em vista que não são capazes de se organizar num grande número. Desde a Paz de Westfália¹ até a Conferência da Haia² o número de participantes só diminuiu. Logo após a referida Conferência foi que se viu um aumento significativo de Estados. É interessante pontuar que a sociedade sempre se dá com Estados heterogêneos, tendo em vista que não se pode ter um modelo padrão de Estado (WIGHT, 2002).

Com o início da Convenção da Liga das Nações é que se teve a guerra como algo a ser coibido, com vistas a evitar a ocorrência das guerras locais e permitindo-se que as potências pudessem intervir. Entretanto, vê-se que o texto da Convenção dá maior liberdade para o início de uma guerra total, ou seja, valendo-se apenas para guerras locais (WIGHT, 2002).

Ainda que a Liga das Nações, criada após a 1ª Guerra Mundial, tivesse como propósito a paz entre os Estados, era muito singela, tendo em vista que não tinha autoridade internacional, dependendo exclusivamente de livre cooperação dos Estados membros, sem contar o pouco poder para garantir a segurança mundial (WIGHT, 2002). Wight (2002), ao falar de guerra e paz afirma:

Desde 1918 gastaram-se mais esforços do que em qualquer outra época para delimitar a fronteira teórica entre a paz e a guerra e para definir aqueles atos que a transgridem enquanto, na prática, essa fronteira tornou-se mais fluida do que em qualquer outra época desde as guerras de religião (WIGHT, 2002, p. 139).

Não tendo a Liga das Nações conseguido evitar aquele que foi o maior confronto bélico entre diversos estados e que levou a devastação de parte da Europa, qual seja a Segunda Guerra Mundial, após o término daquela verdadeira catástrofe das Relações Internacionais, em 1945, é assinada a Carta que cria a Organização das Nações Unidas, sucessora da Liga das Nações, porque era

¹ “O Congresso que criou os Tratados de Westfália entre 1644 e 1648 no final da Guerra dos Trinta Anos foi posteriormente considerado o primeiro dos grandes acordos diplomáticos de paz. Ele concluiu o que ainda é o mais longo período de guerra contínua que o sistema de estados já conheceu. Ao pôr fim à predominância dos Habsburgos, ele deu a independência aos estados da Alemanha, e ao pôr fim às guerras religiosas e retirar o Papa e o Imperador da política internacional, ele parecia dar a esta última uma base racional (WIGHT, 2002, p. 19)”

² “As Conferências de Haia de 1899 e de 1907 foram os primeiros encontros internacionais onde as potências menores estavam em geral representadas e constituíam outro aspecto da inclusão de estados não-europeus na comunidade internacional. (WIGHT, 2002, p. 50).”

necessário um órgão mais autoritário (criada pelos vencedores do conflito). Porém, as Nações Unidas tem demonstrado pouco interesse com a legalidade e a ordem, e, por conta das ameaças nucleares, viu seu objetivo de cooperação ir fracassando, isso porque os Estados começaram a temer-se mutuamente (WIGHT, 2002).

Pode-se dividir em três partes os motivos que levaram à criação das Nações Unidas, sendo eles a investida da URSS contra as potências do Ocidente; a necessidade de um órgão que fosse capaz de garantir, a qualquer custo, a segurança e paz mundial; e por último tentar implementar, fora da Europa, na África e na Ásia a autodeterminação dos povos (WIGHT, 2002).

Apesar da relativa incapacidade de a ONU estabelecer a paz e a segurança internacional, sobretudo em razão dos interesses, por vezes antagônicos das potências detentoras do poder de veto no seu Conselho de Segurança¹, ainda assim foram estabelecidos importantes organismos com jurisdição internacional, a exemplo do Tribunal Penal Internacional.

No Estatuto de Roma, de 1998, em seu artigo 5º, institui-se a competência do Tribunal Penal Internacional para os crimes de guerra. E o órgão que tem a incumbência, por meio do art. 24 da Carta das Nações Unidas, de reprimi-la é o Conselho de Segurança, que tem como missão primordial a responsabilidade da manutenção da paz. O Órgão pode definir e executar sanções militares contra Estados que violarem os acordos de paz, podendo inclusive abranger Estados não membros (SEITENFUS, 2008).

A partir disso pode-se afirmar que a guerra não somente se enquadra como um dos aspectos das complexas relações internacionais, bem como é política e instrumento político. O poder de fogo, as forças armadas de cada Estado, é o que definirá, em última análise, o poder político e a influência de uma nação sobre as demais. Havendo um órgão responsável pela segurança, nota-

¹ “O Conselho de Segurança será composto de quinze Membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos Membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização e também a distribuição geográfica equitativa (Art. 23, D19841/45).”

se que ele, em tese, ganha permissão para começar um novo conflito, aumentá-lo ou reprimi-lo.

2 O CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH¹

Nagorno-Karabakh é uma subdivisão administrativa-territorial e ex-república soviética situada no território do Azerbaijão (GRANT, 2017). A região, em 1921, quando ainda era parte da República Soviética do Azerbaijão, foi dominada pelos armênios (DE WAAL, 2003). O conflito entre as populações desses dois, hoje, Estados passou por três governos russos, respectivamente, Gorbatchev, Yeltsin e Putin. Logo, conflito de Nagorno-Karabakh tem direta ligação com a política externa da Rússia. (FARACE, et. al., 2017).

Quando Gorbatchev assumiu, em 1985, a liderança do Partido Comunista, tinha em seus planos dar mais liberdade ao povo russo e reestruturar a política e economia das cidades soviéticas (FARANCE, et. al., 2017). Entretanto a crise no bloco soviético foi aumentando e foi aí que Gorbatchev tentou assinar um tratado para que a União não fosse rompida, mas as repúblicas ficaram em desacordo e não assinaram o contrato (SOUZA, 2015 *apud* FARANCE, 2017).

Os Armênios tinham interesse na região de Nagorno-Karabakh, porém a população da pequena república clamava pela desanexação de Azerbaijão. Gorbatchev, inclusive, teve papel importante no separatismo dos armênios no Karabakh. O conflito que existia se tornou ainda mais evidente em 1985, com a tomada de poder do Gorbatchev (MACHADO; SOUZA, 2015 *apud* FARANCE, 2017).

No governo de Yeltsin a Rússia optou por não se envolver com o conflito que ocorria entre o Azerbaijão e a Armênia, tomando uma posição imparcial. Válido lembrar que nessa época a Rússia aumentava as relações com Ocidente, Oriente Médio e Ásia, o que fez com que os Estados recém independentes se afastassem, terminando de vez com o domínio moscovita. Yeltsin ainda tentou um acordo com a Armênia e o Azerbaijão para o fim do conflito (MACHADO;

¹ Sendo também chamado de Jardim Negro do Karabakh, por conta das características geográficas da região (DE WAAL, 2003). Tradução dos autores.

SOUZA, 2015 *apud* FARANCE, 2017).

Posteriormente, sob a liderança de Vladimir Putin, para melhorar a economia da Rússia teve de mudar os planos liberais de Yeltsin e focar na realidade Russa, sendo o foco principal a política interna, bem como retomar um relacionamento amistoso com os Estados vizinhos (MACHADO; SOUZA, 2015 *apud* FARANCE, 2017). A região de Nagorno-Karabakh ainda sofre com recorrentes conflitos armados e há o receio da retomada do conflito na região, o qual encontra-se estabilizado. Putin vem tendo constantes mediações com a Armênia e o Azerbaijão, para manutenção desse status de não beligerância entre os contendores (KOLYANDR, 2014 *apud* FARANCE, 2017).

Existe ainda uma tensão entre Azerbaijão e Armênia por conta das alianças formadas por cada país. Um bloco é formado por Turquia-Geórgia-Azerbaijão e o outro Rússia-Irã-Armênia, evidenciando-se também os conflitos geopolíticos e econômicos entre eles. A região do Azerbaijão é rica em petróleo e posição estratégica para o controle da Rússia no Cáucaso, fazendo então com que Irã e a Rússia se aliem à Armênia. De outro lado, a Turquia possui turbulenta relação com a Armênia e a Geórgia com a Rússia, o que se intensificou em 2008 quando a Rússia invadiu a Geórgia (RAMOS, 2018).

Em maio de 1994, com o Protocolo de Bishkek houve o cessar-fogo, mediado pela Rússia. A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsque, conduziu as negociações de Nagorno-Karabakh. No tratado os presidentes da Armênia e do Azerbaijão deveriam se reunir em Moscou, sob coordenação do Ministro de Defesa da Federação Russa, para definir a retirada das tropas (GRANT, 2017).

Então, em novembro de 2007, a França, a Rússia e os Estados Unidos, como *co-chairs* do Grupo de Minsque da OSCE, apresentaram um rol de princípios que a Armênia e o Azerbaijão deveriam seguir:

- return of the territories surrounding Nagorno-Karabakh to Azerbaijani control;
- an interim status for Nagorno-Karabakh providing guarantees for security and self-governance;
- a corridor linking Armenia to Nagorno-Karabakh;
- future determination of the final legal status of Nagorno-Karabakh through a legally binding expression of will;
- the right of all internally displaced persons and refugees to return to their former places of residence;

-international security guarantees that would include a peacekeeping operation. (GRANT, 2017, p. 382)¹.

O Grupo Minsque reafirma que o território de Nagorno-Karabakh, que não é reconhecida como um Estado Independente por nenhum dos países, inclusive pela Armênia. O território é reconhecidamente do Azerbaijão, e que pode interferir rejeitando o movimento separatista, e ele tem o direito de exigir que isso seja reconhecido internacionalmente por todos os países e organizações (GRANT, 2017).

A Armênia reivindicam a posse do território para segurar a soberania nacional, uma vez que é diretamente atacada, quando na verdade só estão se solidarizando com a independência de Karabakh (PORTO, 2017) - porém Grant (2017) já informa que a Armênia reconhece a região como um Estado independente. Porém, de qualquer forma, é necessária a proteção de Nagorno-Karabakh das investidas armadas do Azerbaijão. A Armênia, ainda, tem como base para requerer Nagorno-Karabakh a autodeterminação dos povos, por conta da população ser majoritariamente da Armênia (PORTO, 2017).

Conforme notícia veiculada no site Estação Armênia, no 21 de fevereiro de 2017, atualmente Nagorno-Karabakh, por meio de Constituição - mesmo não sendo um Estado reconhecido -, passa a se chamar República Artsakh e opta por um regime semi-presidencialista. Com essa decisão tentam mudar sua imagem no panorama internacional e buscar a sua independência do Azerbaijão e da Armênia (ESTAÇÃO ARMÊNIA, 2017).

O Conflito ainda está presente na realidade local, tendo como exemplo o acontecimento no jogo da Liga Europa, conforme notícia veiculada pelo Diário de Notícias no 01 de Outubro de 2018, no qual o jogador Mkhitarian optou por não jogar na partida entre Arsenal e Qarabag porque a partida seria no

¹ “- retorno dos territórios que cercam Nagorno-Karabakh ao controle do Azerbaijão;
- um status provisório para Nagorno-Karabakh, fornecendo garantias de segurança e autogovernança;
- um corredor que liga a Armênia a Nagorno-Karabakh;
- futura decisão que represente o status legal de Nagorno-Karabakh, através de expressão jurídica baseada na vontade.
- o direito de todas as pessoas deslocadas internamente e refugiados retornarem aos seus antigos locais de residência;
- garantias de segurança internacionais que incluiriam uma operação de manutenção da paz”
(Tradução livre dos autores).

Azerbaijão. O jogador é armênio, e o governo do Azerbaijão restringiu a entrada de armênios no país em razão dos conflitos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Em 2019 se repetiu o que aconteceu em 2018, na final da Liga Europa, em que a equipe de futebol inglesa Arsenal disputava o título contra a também inglesa equipe do Chelsea, em relação ao jogador Mkhitaryan, que optou, junto com o clube, por não jogar, tendo como principal motivo sua própria segurança. Isso porque o jogo seria em Baku, capital do Azerbaijão (GAÚCHA ZH, 2019).

A manifestação de maior alcance ocorreu no dia 03 de outubro de 2019, de acordo com o site de notícias Trivela, matéria publicada no mesmo dia, no jogo de Dudelange contra Qarabag. Aos 34 minutos do primeiro tempo de jogo uma bandeira da atual República de Artsakh - que não é reconhecida internacionalmente-, ultrapassava o campo pendurada em um drone. A intenção do manifesto é em nome do reconhecimento de Artsakh como um Estado. Por motivos de segurança o jogo foi suspenso por 15 minutos (TRIVELA, 2019).

Fica perceptível que o conflito, em grande medida, se dá em razão da forma condução e dos interesses nacionais das políticas externas de Azerbaijão e Armênia, sendo Nagorno-Karabakh apenas um território no meio do fogo cruzado. A independência requerida pelo povo que vive na não reconhecida República do Artsakh acaba sendo usada como desculpa para a Armênia requer a área, o que contribui para a investida armada do Azerbaijão. Enquanto a República do Artsakh não for reconhecida e ganhar proteção dos órgãos internacionais como uma república independente, os dois Estados, Armênia e Azerbaijão, muito provavelmente não alcançarão um acordo que permita uma solução pacífica e duradoura para o conflito.

CONCLUSÃO

As guerras nem sempre serão atrocidades/calamidades, existem motivos sérios que podem levar um determinado país ou bloco de países começarem uma nova guerra, sobretudo a autodefesa contra uma guerra de agressão. É evidente que os motivos geradores geralmente são baseados em questões étnicas, religiosas, de economia e política, mas isso não desmerece a guerra, uma vez que essa é, também, um instrumento político para garantir a soberania

de um Estado quando está sendo ameaçado.

Uma das consequências que a guerra pode deixar é o sentimento hostil pelo inimigo, podendo se perpetuar por gerações posteriores ao conflito. O moralismo criado em cima dos conflitos não se mostra adequado, podendo existir diferentes perspectivas afirmando seu propósito bom e condenando o outro como mau.

Em relação ao conflito, percebe-se que mesmo com o acordo de cessar-fogo as trocas de tiros continuam, bem como a delicada relação entre o Azerbaijão e a Armênia e os países interessados - Turquia, Geórgia, Rússia, Irã e EUA -, dando indícios de que o conflito armado pode ressurgir da forma em que estava no período de 1988-1994.

O que gerou o conflito armado de Nagorno-Karabakh não foi somente a proteção de um território dos azeris ou a invasão dos armênios em território estrangeiro, mas sim todas as questões e decisões políticas tomadas pela ex-União Soviética e posteriormente pela Rússia. A interação Soviética no Cáucaso trouxe a quebra na economia, e a intervenção da Rússia intensificou os conflitos existentes no local. As alianças formadas durante e após o conflito geram sentimento de ameaça, o que dificulta a materialidade do acordo.

Enquanto não se tem uma decisão dando o *status* de Estado e atribuindo sua independência, a República de Artsakh, antiga Nagorno-Karabakh, continuará em meio ao “fogo cruzado”, no qual o Azerbaijão não aceita a independência para que o território não faça parte da Armênia, e a Armênia porque não quer que o Azerbaijão continue com o território, usando como desculpa apoiar a independência de Artsakh, mesmo não o reconhecendo-o como um Estado.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações**. Trad. Sérgio Bath. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

DECRETO Nº 19.841 - Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm>. Acesso

em: 03 nov. 2019.

DE WAAL, Thomas. **Black Garden: Armenia and Azerbaijan Through Peace and War.** Disponível em:

<<https://raufrey.files.wordpress.com/2010/11/0814719449.pdf>>. Nova Iorque: New York University Press, 2003. Acesso em: 23 out. 2019.

Diário de Notícias. **Conflito de Nagorno Karabakh Deixa Arsenal sem Mkhitarian.** Disponível em: <https://www.dn.pt/desportos/conflito-de-nagorno-karabakh-deixa-arsenal-sem-mkhitarian--9933606.html>>. Acesso em: 23 out. 2019.

Estação Armênia. **Em Referendo Nagorno-Karabakh Aprova Nova Constituição e Passa a se Chamar República de Artsakh.** Disponível em: <<http://estacaoarmenia.com.br/48241/em-referendo-nagorno-karabakh-aprova-nova-constituicao-e-passa-a-se-chamar-republica-de-artsakh/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

FARACE, Gabriel; CAMPOS, Maria Eduarda; MARCELOS, Marina; JADE, Mirna; BRITO, Pedro Henrique. **As Intervenções Russas no Conflito entre Armênia e Azerbaijão.** Fronteira, Belo Horizonte, v. 16, n. 31, p. 28 - 51, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Rn5Qc-dUzZosjvHoeBwILBXXROD2ZZwd/view?usp=sharing>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

GAUCHA ZH. **Conflito entre Armênia e Azerbaijão tira jogador do Arsenal da final da Liga Europa.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2019/05/conflito-entre-armenia-e-azerbajao-tira-jogador-do-arsenal-da-final-da-liga-europa-cjvvr7ygm06fv01majtd3wtug.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

GRANT, Thomas D. **Frozen Conflicts and International Law.** Cornell International Law Journal, Vol. 50, no. 3, p. 361-413, 2017. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cilj/vol50/iss3/1>>. Acesso em: 23 out. 2019.

MATOS, Mauro Ésdras Assunção de. **O Conflito das Malvinas e suas Consequências sob a Ótica do Campo do Poder Psicossocial.** Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4122>>. Rio de Janeiro: Monografia de Especialização em Ciências Militares, 2018. Acesso em: 8 ago. 2019.

MORGENTHAU, Hans J.. **A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz.** Trad. Oswaldo Biato. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

PORTO, Pedro Bogossian. **É o renascimento de uma identidade nacional: relevância da Guerra e do Genocídio no nacionalismo armênio.** HADES – Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea da UNIFESP - nº 1 – Jul/Dez 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Kpfb-r7QgF_XnZEdeV3Jed0tF-6JMqW7/view?usp=sharing>. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

RAMOS, Marta. **Cáucaso, Cáspio e Política Internacional: uma análise do conflito de Nagorno-Karabakh.** Working Paper #78, Observatório Político, 2018. Disponível: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais.** 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Trivela. **Um drone com manifestação política causou confusão e interrompeu o jogo do Qarabag na Liga Europa.** Disponível em: <<https://trivela.com.br/um-drone-com-manifestacao-politica-causou-confusao-e-interrompeu-o-jogo-do-qarabag-na-liga-europa/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Trad. Carlos Sérgio Duarte. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: O DOCENTE COMO FOMENTADOR PARA FORMAÇÃO TÉCNICA.

Márcia Regina Schulz¹
Magda Cristina Schulz Borba²

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar e conceituar sobre a Inteligência emocional, seus aspectos sendo o docente um fomentador do desenvolvimento desta Inteligência emocional nos cursos Técnicos. A pesquisa busca verificar a forma como os discentes atuam e as dificuldades de enfrentar as adversidades de relacionamentos dos alunos durante e após sua formação concluída. O quanto estes episódios comportamentais afetam o desenvolvimento profissional do aluno técnico. A metodologia utilizada no trabalho é a hipotético-dedutiva, que ajuda a demonstrar a existência de diversos conceitos relacionados à temática. A pesquisa busca demonstrar a importância do docente como fomentador da inteligência emocional, buscando assim contribuir na formação do indivíduo capaz de controlar as emoções não só na área técnica, como também nas relações humanas que serão enfrentadas no seu dia a dia de labor. O primeiro capítulo aborda a problemática sobre a deficiência de controle nas relações sociais e as causas que este descontrole provoca nas empresas e nos indivíduos. Num segundo momento, será aprofundada a pesquisa no que concerne à implementação de técnicas que podem contribuir nas ações de fomento do docente, na instigação do controle emocional dos futuros técnicos. O estudo realizado demonstra que a ausência do controle da inteligência emocional, não só contribui para discentes desistirem de seus estudos, como aqueles que se formam sentem-se indivíduos adoecidos psicologicamente, causando assim uma sociedade desumanizada. O docente é o meio em que os discentes veem o mundo onde estão construindo sua formação, os relacionamentos sociais são inevitáveis, este vínculo com o homem, para tornar-se profissional ético está nos limites do bem relacionar-se, pois o problema não é só limite da capacidade de reaprender, mas sim a necessidade de difundir está aprendizagem. Conclui-se, portanto, com a realização da presente pesquisa, que a inteligência emocional deve vir de uma consciência crítica de si e do outro, e que, alterações comportamentais cotidianas se fazem necessárias para o desenvolvimento social humano.

¹ SCHULZ, MÁRCIA REGINA. ADVOGADA. Docente Cursos Técnicos Escola Técnica Santa Rosa, Coordenadora do Curso Técnico em Administração e Contabilidade SEG. Monitora EAD ULBRA Polo Santa Rosa. Direito Faculdade Integradas Machado de Assis. UNINTER, Especialista em Direito Penal e Criminologia, FACTUM, Especialista Formação de Docentes para educação Profissional. Aluna Especial do Mestrado Políticas Públicas da UFFS Campus Cerro Largo /Estado, Direito e Desenvolvimento. ULBRA/ Polo Santa Rosa Licenciatura em História.

² BORBA, MAGDA CRISTINA SCHULZ. Graduação arte educação Fundação Educacional Machado de Assis. Especialização Psicopedagogia Clínica e Institucional Educação Especial e Inclusiva Neuropsicopedagogia Institucional. Interprete de Libras. Educadora Especial. Professora.

Palavras-chave: Inteligência Emocional - Docente - Relações Sociais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a Inteligência emocional e o docente como fomentador nos cursos técnicos, para a obtenção do desenvolvimento da Inteligência emocional nos discentes, futuros profissionais para o mercado. A pesquisa inicia através da verificação da observação de como os discentes possuem dificuldades de enfrentar as adversidades de relacionamentos nas empresas após sua formação concluída.

Estes episódios comportamentais afetam o desenvolvimento profissional do aluno técnico, deflagrando indivíduos que aumentam as estatísticas de desemprego e de auxílios doença frente ao Instituto Nacional da Previdência Social. Em face da importância da temática podemos observar a existência de diversas formas relacionados a inteligência emocional, como técnicas de instigação. A pesquisa busca demonstrar a importância do docente em fomentar a inteligência emocional em seus alunos técnicos, objetivando assim a formar um indivíduo capaz não só na área técnica escolhida, como também nas relações humanas que serão enfrentadas no seu dia a dia sejam elas relações familiares e profissionais.

Neste sentido em primeiro plano percebemos que as problemáticas da deficiência de controlar as emoções nas relações sociais e as causas que este descontrole provoca nas empresas e nos indivíduos são derradeiramente doentias à sociedade.

Num segundo momento, será aprofundada a pesquisa no que concerne à implementação de técnicas que podem contribuir nas ações de fomento do docente, na instigação do controle emocional dos futuros técnicos.

A ausência do controle da inteligência emocional, não só contribui para discentes desistirem de seus estudos, como aqueles que se formam sentem-se indivíduos adoecidos psicologicamente, causando assim uma sociedade desumanizada. O docente pode contribuir com a formação complementar dos discentes técnicos através da instigação da inteligência emocional.

O escutar, falar, ser ouvido em seu tempo, traz aos relacionamentos entendimentos contumazes nas adversidades, os relacionamentos sociais são inevitáveis, este vínculo com o homem para o homem, concretiza um profissional ético que compreende os limites do bem relacionar-se, a capacidade de reaprender e a necessidade de difundir está aprendizagem. A inteligência emocional deve vir de uma consciência crítica de si e do outro, e que, alterações comportamentais cotidianas se fazem necessárias para o desenvolvimento da sociedade.

1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a revisão da literatura sobre a Inteligência emocional e o comportamento do profissional técnico em suas relações pessoais e interpessoais quando ocorre uma situação de estresse.

Incidu também uma revisão literária integrativa nas áreas da psicologia, educação, sociologia e direito, buscando com essa integração esclarecer de forma sucinta o quanto discentes despreparados emocionalmente pelas escolas, poderão ser profissionais fracassados em suas vidas, talvez não pela formação técnica, mas sim pela carência de autocontrole e gerenciamento das emoções.

O cenário é a escola técnica de forma geral, vindo de observações, análises e leituras para buscar indícios que corroborem com o estudo e possível aplicabilidade de técnicas de apoio para que a Inteligência emocional seja administrada com eficácia pelo discente e fomentada pelo docente no ensino técnico.

Os critérios de inclusão são os atritos gerados em sala de aula quando o aluno é instigado a fazer determinada tarefa ou quando este se vê frente ao outro com opinião diversa a sua como ele administra suas emoções e ações. O critério de exclusão não se buscou no estudo da psicologia clínica de forma ampliada, mas sim como o discente se reconhece ou não no outro e como por si só pode controlar e se adaptar a momentos de estresse no labor e dentro da Instituição escolar.

A coleta de informações é bibliográfica, revistas de cunho científico escolar, jornais, sites e todas as formas possíveis de observação do

apoderamento pessoal no controle das emoções através da inteligência emocional.

Análise das informações é hipotético-dedutiva, o tema escolhido busca elucidar os obstáculos encontrados pelo docente técnico como fomentador da Inteligência emocional para os discentes técnicos, em busca de soluções para o melhor desempenho do profissional de educação, e a qualidade do ensino aprendizagem. Apoiando na humanização social, onde técnicos capacitados sejam aptos a administrar não só a área técnica aprendida como também administrar suas relações pessoais, produzindo assim um bem-estar social no mercado de trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

Com os jesuítas no Brasil colônia inicia a história da educação de jovens e adultos, no início apenas voltada para os ensinamentos cristãos, depois veio à educação voltada para a profissionalização, houve a criação do MOBRAL (movimento brasileiro de alfabetização), com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, a nomenclatura, Ensino Supletivo, passa para A Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, é considerado o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil. O ato criou 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, que tinham o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo chamava de “desafortunadas” à época.

Essas escolas pioneiras, portanto, tinham uma função mais voltada para a inclusão social de jovens carentes do que propriamente para a formação de mão de obra qualificada. Naquele momento, a economia do País era baseada na atividade rural e, mesmo nos principais centros urbanos, o processo de industrialização ainda ocorria de maneira lenta e precária.

Foi com a Constituição promulgada em 1937 que o ensino técnico passou a ser contemplado como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e como um fator para proporcionar melhores condições de vida para

a classe trabalhadora. A Constituição promulgada por Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais.

Ceratti (HADAD, 2001) afirma que as reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão-de-obra para o capital, do que a formação do cidadão para a sociedade.

Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento.

Em 1942, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EITs).

O modelo prevaleceu até 1959, quando as EITs foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs) e ganharam autonomia pedagógica e administrativa. Pouco depois, o ensino técnico ganhou um novo status. A fixação por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico.

Até então, prevalecia à ideia de que esse tipo de formação era destinado apenas a indivíduos carentes – os mesmos “desafortunados” da época de Nilo Peçanha. A partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia e passou a se basear nas escolas técnicas dos países industrializados.

Nos anos 1970, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Dezesseis anos depois, os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.

Em 2008, o sistema foi reorganizado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que absorveram os Cefets e as Escolas Técnicas remanescentes. Com 102 anos de vida, a Rede Federal conta com 38 Institutos, dois Cefets e uma Universidade Tecnológica Federal que são procuradas por milhões de brasileiros interessados em formação profissional de alta qualidade.

As unidades de ensino de nível técnico particulares no Brasil são autorizadas pelos órgãos validadores (Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e Secretárias de Educação), estas seguem as mesmas regras, normas estabelecidas pelo Ministério da Educação. O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica é pioneiro e, portanto, inovador no País ele disponibiliza, mensalmente, informações e podem ser consultadas todas as unidades de ensino técnico do país.

Os fatores emocionais sempre estiveram diretamente ligados ao bem-estar social implicando na busca de um aprendizado sadio e eficaz. Hodiernamente vivemos em uma sociedade angustiante, onde as emoções deixam de ser protagonistas das ações e os resultados passam a ser o essencial.

Portanto fazer pensar e agir tornou-se tarefa primordial para os docentes. Tapia (1997) afirma que não é possível ensinar a pensar, se não se trabalhar a motivação e vice-versa. Para o autor, querer e saber pensar são opções pessoais que permitem a aquisição e a aplicação de conhecimentos.

Acredita-se que entendendo melhor como a motivação pode influenciar a aprendizagem, será possível aos profissionais da educação, potencializar o desempenho dos estudantes de forma mais prazerosa e efetiva, visto que ao unir as dimensões cognitivas e emocionais na aquisição do conhecimento, poderão ser observados, não apenas os melhores resultados do desempenho escolar dos discentes, mas também as mudanças de atitudes e valores que por si só favorecem a aprendizagem (RIBEIRO, 2011)

A inteligência emocional vem se popularizando gradativamente, embora seus conceitos sejam mais experimentais do que científicos. Aparentemente, as pessoas vêm se interessando por essa teoria, pelo fato de acreditarem que os indivíduos com melhores gerenciamentos das próprias emoções são aqueles

que provavelmente são mais bem-sucedidos no mercado de trabalho, e têm melhor qualidade de vida (ROBERTS; MENDOZA; NASCIMENTO, 2002)

Em 1990, surgia na literatura científica o termo inteligência emocional, a partir de um artigo de Mayer; Salovey (1997), no qual esses autores também pontuam que os seres humanos se distinguiriam num certo tipo de inteligência social que estaria vinculada ao conhecimento das próprias emoções (capacidade para descrever, expressar ou comunicar os próprios sentimentos); ao controle das emoções (reter as emoções, porém, sem reprimi-las e canalizá-las conforme a situação e o momento mais oportuno); ao reconhecimento das emoções alheias (sensibilidade aos sinais não verbais das outras pessoas), e ao controle das relações sociais (eficácia interpessoal).

Ainda na década de 90, Goleman, professor da Universidade de Harvard escreveu o livro Emotional Intelligence, para ele é: “[...] a capacidade de controlar os impulsos é à base da força de vontade e do caráter. Justamente por isso, a raiz do altruísmo está na empatia, à capacidade de interpretar emoções nos outros; sem a noção do que o outro necessita ou de seu desespero, o envolvimento é impossível. E se há duas posições morais que nossos tempos exigem são precisamente estas autocontrole e piedade.” (GOLEMAN, 1995, p. 65).

A emoção não é contraditória à inteligência, estruturas como inteligências emocionais têm exercido um papel também nas tradições do campo da inteligência. Existe um conjunto de processos mentais conceitualmente relacionados, envolvendo informação emocional. Trata-se de uma espécie de porta de entrada das informações que serão processadas pelo indivíduo, a fim de que este possa regular seus estados emocionais ou do meio externo, monitorar as emoções e sentimentos próprios e de terceiros, e usar as informações para guiar pensamentos e ações. Os processos mentais incluem: a) avaliar e expressar emoções em si e nos outros; b) regular emoções em si e nos outros; c) usar emoções em vias adaptativas (MAYER; SALOVEY, 1997).

A inteligência é um construtor de grande relevância social, tendo originado inúmeras investigações nos campos de estudos da Psicologia e da Educação. A inteligência seria facilitadora de um melhor desempenho cognitivo e promotora

do desenvolvimento e do bem-estar psicológico global dos indivíduos (FARIA; FONTAINE, 1993).

Palma entende inteligência como um conjunto de conhecimentos ou crenças. A partir disso, a pessoa estabelece um conjunto de estratégias que utiliza para aprimorar sua relação com o meio. Assim, as cognições são pensamentos ou autoafirmações, bem como suas percepções, avaliações, atitudes, lembranças, objetivos, padrões, valores, expectativas e atribuições. Têm-se então as estratégias mentais que vão sendo construídas e desenvolvidas (PALMA, 2012).

Para Gardner, a inteligência é a capacidade de resolver problemas ou criar possibilidades que são importantes num determinado ambiente cultural ou social. Para tanto, são necessárias várias inteligências funcionando em conjunto para que se possa explicar como os seres humanos assumem diversos papéis (GARDNER, 1983).

O sucesso escolar tem um impacto importante na vida futura de estudantes nos âmbitos ocupacional, social e pessoal. Atualmente, estudos exploratórios têm argumentado ser a inteligência o principal predito do desempenho escolar. Em virtude da alta correlação da inteligência com desempenho escolar, as habilidades cognitivas medidas nos testes de inteligência são importantes para verificar as diferenças individuais. Assim, a medição da inteligência pode verificar os diferentes níveis de desempenho dos estudantes nos testes e sua relação com o desempenho nos conteúdos escolares (BACELAR, 2009).

Como já comentado o termo inteligência emocional ficou conhecido pelo grande público quando Goleman (1995) publicou o livro, que viria a ser um bestseller mundial, intitulado Inteligência Emocional. O autor conceitua que as emoções servem como indicação dos mais profundos sentimentos, as nossas paixões e anseios tornassem diretrizes essenciais para grande parte de nossa existência, uma força que nos faz prestar as questões humanas (GOLEMAN, 1995).

A capacidade de Compreensão Emocional está relacionada à capacidade de identificar emoções e codificá-las; entender os significados das mesmas, entender como elas se constituem e se correlacionam. Então quais

seriam as técnicas que poderiam auxiliar o Docente como fomentador da Inteligência Emocional nos cursos Técnicos?

Conhecer as causas e as consequências das emoções, capacidade de identificar as diferenças e nuances entre as emoções e ao entendimento de emoções complexas que são compostas de emoções básicas, estas habilidades podem ser instigadas pelos docentes nos cursos técnicos.

Os discentes são os futuros profissionais que ensinam as Estatísticas da Organização Mundial de saúde (OMS), dados do ano de 2016, demonstram que mais de 75 mil pessoas foram afastadas do Trabalho por Depressão. Alerta a OMS que até 2020 será a doença mais incapacitante do mundo.

O instituto Nacional da Previdência Social em seu Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade 2017 traz dados sobre a concessão de benefícios por incapacidade temporária e definitiva para o segurado empregado por transtornos mentais e comportamentais entre os anos de 2012 e 2016. Demonstram que a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez causada por adoecimento mental apresenta distribuição bastante diferente da concessão geral por espécie e natureza (BRASIL, 2017).

Enquanto na concessão geral o auxílio-doença não relacionado ao trabalho responde por cerca de 80% da concessão total, na prestação por transtornos mentais e comportamentais, o benefício absorve quase 92% do total em análise. Esta informação permite inferir que o agravo mental enseja de modo mais frequente o afastamento temporário e não relacionado oficialmente à atividade do trabalhador, quando observado o cenário geral de concessão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. O motivo dessa constatação parece estar relacionado à intangibilidade do adoecimento mental (INSS, 2017).

O Boletim ainda confirma que a decisão quanto à permanência deste adoecimento, assim como sobre sua relação com o trabalho, se mostra muito mais complexo do que aquele referente ao adoecimento físico, que pode se basear com maior frequência em lesões evidentes (visíveis) e exames conclusivos. Outro aspecto a ser considerado é a resistência ao reconhecimento da relação do trabalho com a doença mental: é sempre difícil para a direção de uma empresa, ou para o empregador, reconhecer que sua atividade tem sido

disfuncional e levado os trabalhadores a desenvolverem agravos psíquicos (INSS, 2017).

É na dificuldade de relacionar-se que estes profissionais atenuam os problemas psíquicos. A escola tem seu papel fundamental de auxiliar o profissional técnico que forma na obtenção de um possível controle psicológico dentro das relações de trabalho.

Na maioria das escolas ainda predominam os testes cognitivos sobre os afetivos, segundo a Consultoria Catho, 80% dos casos de demissão nas empresas são por problemas emocionais, apenas 13,7% são por incapacidade técnica.

A escola e o Docente contribuem na formação de profissionais que buscam qualificação profissional, mas seu empenho não será suficiente se suas relações pessoais e interpessoais não estiverem em acordo com a poder de gerenciar as emoções e as ações.

O neuropsiquiatra Francisco Ramos de Faria traz a origem do conceito do estresse: Nos séculos XVIII e XIX o estresse aparece relacionado com termos como "força", "pressão", "esforço" e "tensão". Neste sentido, estresse já significava um fenômeno relacionado a objetos e a pessoas. Foi o sentido de pressão externa agindo num corpo ou numa pessoa que entrou para a física, na medida em que se postulou ser essa força ou pressão um agente que deforma ou que rompe o equilíbrio de um sistema (FARIAS, 1984).

Este desequilíbrio emocional que os discentes fazem transparecer em sala de aula pode ser abastecido de autoconhecimento através do docente. Este descontrole emocional causa doenças psíquicas que interferem na memória dos discentes tornando assim mais difícil prestar atenção nas aulas, reter conhecimentos como relacionar-se de forma humanizada.

3 O DOCENTE COMO FOMENTADOR DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NOS CURSOS TÉCNICOS

As relações entre docentes e educandos exigem respeito às individualidades, ambos trazem consigo valores culturais, sociais que são perceptíveis em sala de aula, tanto na linguagem como nas ações.

Bauman afirma que conhecimento se prova alterando o mundo, a modernidade está em estado de perpétua emergência, e onde há projeto há refugio. Para o sociólogo Bauman quando se trata de projetar formas do convívio humano, o refugio são seres humanos (BAUMAN, 2005).

Os cursos técnicos objetivam formar sujeitos que terão que administrar suas ideologias, ânsias e angustias, pois, estes devem entrar rapidamente no mercado de trabalho.

Paulo Freire, doutrina que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2014, p. 54). Podemos então perceber que o docente deve estar disponível de forma ética a não impor sua forma de pensar e viver aos educandos. Mas sim, de reconhecer e tentar orientar as diversas percepções sobre fatos e ações ministradas em sala de aula.

O verbo ensinar é um verbo transitivo relativo, portanto pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém. Freire nos traz o conhecimento e a relevância do docente e sua função social.

A importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo, daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se mecanicamente é memorizador - o intelectual memorizador, fala suas leituras como se estivesse recitando-as de memória. Não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro. (FREIRE, 2014, p. 28-29)

Portanto, nos é perceptível que o docente deve comprometer-se com o educando e com as realidades sociais, complementa Freire que: “[...] o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz.” (FREIRE, 2014, p. 65). O ato de ensinar ético exige pesquisa, respeito aos saberes dos educandos e criticidade, o aprendido pela experiência, pela simplicidade quando exposto metodicamente causam uma ruptura no educando, como uma superação, não uma imposição. Esta causa conflitos, a outra traz a curiosidade, levando o educando a criticizar-se de forma repetitiva.

Assim o educando metodicamente aproximando-se do conhecimento e a qualidade do ensino torna-se “desarmada”, move os impacientes a uma experimentação vital e curiosa.

O ser humano é composto, o que não é atrativo não instiga. É a ética do educando que traz os critérios para facilitar o aprender com afetividade. São as diferenças, as dificuldades de aprendizagem que balizam as relações entre educandos e docentes.

A ética profissional está ligada a Observação das necessidades dos educandos e suas realidades. Schulz diz que: “Se ética e formação docente são hoje assuntos que estão num pedestal, é preciso considerar como eles se pertencem no processo da formação e na prática docente, pois, o exercício da docência requer atitudes, decisões e ações que tem implicações éticas.” (Schulz, 2010, p. 63).

A atividade docente é complexa e implicam inúmeros desafios diários, um único método nos dias atuais não funciona para eficiência do Docente. Sentir junto à instigação e apoderar-se da sua inteligência emocional ajuda a mesclar conhecimento e sabedoria, na obtenção da reflexão crítica sobre a prática.

Para Paulo Freire, a experiência Democrática através da educação deve ser um interesse do Docente. Esta educação Democrática deve estar pautada em um trabalho sobre do homem com o homem, e nunca um trabalho verticalmente o homem sobre o homem ou assistencialistamente do homem para o homem, sem ele (FREIRE, 2001).

O melhor do mundo a ser compartilhado é o bom senso e a razão para Descartes, sendo que a razão é formalmente igual em todos, o que o distingue é sua aplicação. Descartes desenvolveu um método que poderia ser utilizado por qualquer sujeito sempre que estivesse disposto a fazer uso da sua razão e abandonar meras opiniões que não teriam nenhum fundamento sólido de sustentação, voltado para a busca da verdade (livre exercício da razão) e não dá verossimilhança (DESCARTES, 2009).

O método de Descartes consiste na seguinte forma: A primeira etapa: não aceitar nada como verdadeiro sem antes ter passado pelo crivo da razão, evitando a “precipitação e a prevenção”; segunda etapa: tudo o que aparece como complexo deve ser dividido em tantas partes simples quanto possíveis, a razão ao focar um problema perfeitamente delimitado, tem mais condições de resolvê-lo do que se encarar algo composto de várias maneiras; a terceira etapa: deve seguir um ordenamento, a montagem para o composto ou complexo possa

ser feita em desvios, que prejudicariam a verdade almejada; quarta etapa: esse procedimento pode ser retomado e repetido por qualquer um, ele deve dar lugar a tantas revisões quanto necessárias (DESCARTES, 2009).

Uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉZÁROS, 2005).

A automação "engole" empregos ao redor do mundo, mas ainda está distante de substituir trabalhadores que combinem diversas habilidades complementares entre si - em especial habilidades sociais, como a capacidade de escutar e de trabalhar eficientemente em equipe. A explicação é do pesquisador David Deming, professor de Políticas Públicas, Educação e Economia na Universidade Harvard e autor de um estudo chamado "A crescente importância de habilidades sociais no mercado de trabalho", publicado em maio de 2017. Complementa o pesquisador que o mais expressivo crescimento de empregos - e salários - ocorreu, segundo Deming, em funções que exigem tanto conhecimentos matemáticos/técnicos quanto habilidades sociais. Para muitos desses empregos, a tecnologia se torna algo complementar, que ajuda o trabalhador a aumentar sua produtividade, em vez de substituí-lo (DEMING, 2017).

A depressão é uma condição mental desagradável, aflitiva e incapacitante. Um dos diagnósticos mais comuns é o desemprego, em particular as baixas expectativas de trabalho para os recém-saídos da escola e que ingressam sem experiência num mercado preocupado em aumentar os lucros cortando os custos com mão-de-obra e se desfazendo dos ativos (BAUMANN, 2004).

Para BAUMANN, sociólogo, a educação se tornou condição mínima de esperança até mesmo de uma duvidosa chance de vida digna e segura (o que significa que um diploma garante uma viagem tranquila; apenas parece fazer isso porque continua sendo o privilégio de uma minoria) (BAUMANN, 2004).

A fundada "delinquência" social, altera as ações sociais promissoras, os indivíduos que distorcem as perspectivas causam hostilidade. O docente ao auferir uma tarefa se for questionado de forma agressiva pode trazer a pauta o diálogo, um acordo, as regras de relacionamento ajustam entre todos, ouvir o

aluno e ser ouvido, as argumentações do sim e do não na possível execução da tarefa aprendizagem.

O acordo, as desavenças, exposição de ideias, fará com que o aluno se auto avalie, apoderando-se de sua consciência, este educando possivelmente internalizará que sua reação pautada na agressividade em primeiro plano pode ser administrada na forma mediada ou conciliada.

Hoje em dia temos tendência a sentir que o remédio patenteado e herdado do passado não funciona mais. Não importa a habilidade que possamos ter na arte de gerenciar crises, na verdade não sabemos como enfrentar esse problema. Os problemas de hoje mudaram: são relacionados aos objetivos, e não limitados pelos meios (BAUMANN, 2004).

Essa orientação do discente pode se refletir nos próximos acontecimentos da vida deste indivíduo, seja no âmbito acadêmico, seja no meio profissional. A inteligência emocional está em conhecer-se a si e ao outro, os gatilhos da perda da inteligência emocional são inúmeros, advém de eventos bons ou ruins vivenciados pelo sujeito. O docente pode buscar a mitigação que abrange os déficits das aptidões emocionais.

Para Goleman, o analfabetismo emocional tem custo social, e indica que tomar consciência se faz necessário urgente, ensinamentos que objetivam o controle das emoções, as resoluções de desentendimentos de forma pacificam e, enfim, tende a boa convivência entre as pessoas. Goleman cita os ensinamentos do professor Brooklyn, a atual ênfase do ensino parece sugerir que nos preocupemos mais com a qualidade da leitura e escrita dos alunos do que em saber se eles vão estar vivos na semana que vem (GOLEMAN, 1995).

Não se trata de moldar a mente dos educandos, mas sim em libertá-las dos moldes. Mostrar possibilidades de se fazer de diversos moldes as ações. Educar é contribuir para que o outro esteja mais preparado para ser de fato quem é.

Preconceitos nascidos e nutridos perduram e se mantem em várias circunstancias e fases da vida. As buscas de novos estímulos sempre decorrerão de posições e atitudes diferentes diante dos mesmos Problemas (FREIRE, 2001).

O déficit de Inteligência emocional causa um mal-estar social, e este, parece ser o preço que a modernidade cobra das pessoas. Na falta de bons sistemas de apoio, as tensões externas tornaram-se meios de desestruturar os indivíduos. A febre instabilidade e inconsistência da vida diária grassam em todos os segmentos de nossa sociedade. A competitividade econômica pressiona, se faz imprescindível um olhar mais atento sobre o mecanismo dos problemas específicos, essa competitividade sugere como determinados dados sobre aptidões emocionais ou sociais depositam nos indivíduos para graves problemas (GOLEMAN,1995).

Para Goleman(1995) os julgamentos precipitados denunciam uma profunda distorção perceptiva nas pessoas. O indivíduo presume estar em ameaça, sempre suporá a maldade, nunca a inocência a ação do outro, sua reação será de hostilidade automática em conjunto com a percepção reflexa de um ato hostil, tenderá a uma agressão igualmente automática. Estes indivíduos uma vez perturbados não raciocinam com clareza.

Automaticamente os indivíduos com déficit na inteligência emocional tendem aos fracassos profissionais, pessoais e acadêmicos. Goleman cita Gerald Patterson que faz a reflexão: “Os atos antissociais de um menino de cinco anos podem ser protótipos dos atos do adolescente delinquente.” (GOLEMAN, 1995, p. 34).

O docente pode contribuir com a Resiliência emocional dos seus educandos. A cada nova geração o risco do desenvolvimento da depressão é um risco comumente e grave – não se trata de uma mera tristeza, é sim de apatia, um desânimo e autopiedade paralisante.

As famílias tenderam no decorrer dos séculos a perder estrutura familiar e vínculos afetivos, a perda destas referencias emocionais, raízes e origens para a auto identidade acarretam maior probabilidade à depressão. Muito bem retrata nas observações de Goleman (1995, p. 76): “Num certo sentido ninguém mais tem um lar.” (GOLEMAN, 1995, p. 76). A indiferença familiar é a mola propulsora da falta de atividade que refletirá por toda vida do indivíduo, causando o mal-estar profissional do educando técnico nosso de cada dia.

Ao demonstrar ao educando novos moldes, caminhos e certezas da vida após a formação de forma produtiva, observando suas dificuldades e buscando

possíveis soluções este profissional técnico aumentará seu nível emocional frente as relações sociais adversas ou não.

Goleman constata que ao aprender a identificar seus sentimentos e aprender melhores meios de aliviar-se ou lidar com seus relacionamentos, a explosão da tendente cólera deficitária de inteligência emocional diminuirá a hostilidade dos socialmente marginalizados como indivíduos insociáveis, consequentemente a timidez, a ansiedade e a depressão suavizará nas relações (GOLEMAN, 1995).

Desde tenra idade somos treinados para agir através de estímulos bons e ruins, oferecer ajuda, sugestões e encorajamento são amenidades sociais básicas que podem ser facilmente diagnosticadas (carências) pelos educadores, estes podem escolarizar o amor através da motivação e estímulo da felicidade, a cada dia, como se é, não o que se quer. Pois o querer é subjetivo, depende do esforço e de fatores independentes, o que se é, se sabe, e está análise proporciona sensações de sucesso das pequenas, as grandes conquistas.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ser flexível é uma virtude que deve ser valorizada. As virtudes devem ser ensinadas, pois é através da compreensão do que temos que fazer ser, viver, medir, analisar intelectualmente qual é o caminho que nos separa como indivíduos.

As virtudes são a força que nos regem a agir ou não, ela trata o essencial humano: polidez, fidelidade, prudência, temperança, coragem, justiça, generosidade, compaixão, misericórdia, gratidão, humildade, simplicidade, tolerância, pureza, doçura, boa-fé, humor e o amor – são elas que constituem o valor do ser humano.

Na prática docente a virtude está ligada a disposição de fazer o bem. A escola e o Docente contribuem na formação de profissionais que buscam qualificação, mas seu empenho não será suficiente se suas relações pessoais e interpessoais não estiverem em acordo com a poder de gerenciar as emoções e as ações.

Os possíveis desequilíbrios emocionais que os discentes fazem transparecer em sala de aula podem ser abastecidos de autoconhecimento através desta ação o discente poderá atribuir-lhe o conhecimento necessário para desenvolver sua inteligência emocional interpessoal. O descontrole emocional pode causar doenças psíquicas que interferem na memória dos discentes tornando assim mais difícil prestar atenção nas aulas, reter conhecimentos como relacionar-se de forma humanizada.

Montaigne afirma que: “não há nada mais belo e mais legítimo do que o homem agir bem e devidamente” – isto é a virtude. O bem quando conhecido se basta aplicar. O uso das virtudes pelo docente é deliberado, absolutamente contingente, pode advir de uma intuição, exigência, método pedagógico, da ético-estética ou da mera vontade dedutiva.

Não há presunção ou inocência no docente que abriga as virtudes e as transforma em conhecimento, a reflexão sobre estas reflete nos alunos um contínuo esforço de autoconhecimento, seu modo de agir, seus meios estes poderão apoiar-se no conhecimento adquirido quando necessário.

O docente não formará ninguém virtuoso, todavia o desenvolver delas transborda a humildade intelectual e material dos alunos e estes reproduziram está riqueza através da tradição.

Empreender tal ação não é um caminho suave, o docente precisará depreender esforços, o docente deve comprometer-se com o educando e com as realidades sociais. O ato de ensinar exige pesquisa, respeito aos saberes dos educandos e criticidade, o aprendido pela experiência, pela simplicidade quando exposto metodicamente causam uma ruptura no educando, como uma superação, não uma imposição. Esta causa conflitos, a outra traz a curiosidade, levando o educando a criticizar-se de forma repetitiva.

Assim os alunos metodicamente aproximando-se do conhecimento e a qualidade do ensino desarmam-se, mover os impacientes é uma experimentação vital e curiosa.

O ser humano é composto, o que não é atrativo não instiga. São as virtudes que trazem os critérios para facilitar o aprender com afetividade. São as diferenças, as dificuldades de aprendizagem que balizam as relações entre educandos e docentes.

Não há bem em si: o bem não existe, está por ser feito, é o que chamamos virtudes – as que nos faltam devemos pensá-las, as que possuímos nos iluminam como docentes.

CONCLUSÃO

Somos seres de falta e como tais, precisamos pertencer ser, dentro das nossas relações, sejam elas familiares pessoais e profissionais. O mundo econômico cada vez mais exigente e com pressa, faz com que os indivíduos internalizem que devem ser automáticos não flexíveis.

Essa inflexibilidade faz com que os educandos técnicos venham à escola predispostos apenas a contrair a técnica a que se dispõe estudar, mas isso não basta para uma vida profissional satisfatória.

As fraquezas, a incontida impulsividade, a relação habitual, a agitação, são comportamentos propensos e susceptíveis a um padrão emocional de difícil aceitação no mercado. Ao adentrar a uma carreira o educando técnico precisa ter a aptidão emocional controlada para enfrentar as adversidades.

Nem todas as ações humanas são problemas psiquiátricos, algumas meras dificuldades de superar dificuldades emocionais, esse déficit emocional cria um indivíduo fragmentado incapaz de enfrentar as intervenções pessoais que são inerentes de qualquer relação humana.

O docente e a escola formadores de profissionais técnicos podem contribuir através de ações preventivas num sentido revelador do próprio educando, onde ele possa se ver como é, e ver o outro como um colaborador eficaz para suas habilidades não um mero inimigo pessoal.

Esta construção emocional realizada pela escola, docente e educando tenderá a um efetivo sucesso do técnico educando, na área técnica buscada e também nos talentos emocionais pré-dispostos como: autoconsciência, identificação, expressar e controlar sentimentos, controle de impulso e adiamento de satisfação, controle de ansiedade e tensão.

A cooperatividade em aula, a observação do eu com as experiências vividas reorganiza as perturbantes questões advindas de hábitos repetitivos.

Essas intervenções devem ser destinadas a tratar déficits específicos das aptidões emocionais e sociais.

Ao tentar contribuir deve-se buscar o ponto de atrito, o incidente crítico da troca espontânea de sentimentos acalorados, esta forma não rotulara o perturbador, mas trará à tona o ponto essencial de qualquer insatisfação, a falta de comunicação.

Com a contribuição deste treinamento o domínio emocional difícil se tornará aptidões adquiridas para buscar a solução de conflitos.

A assertiva e a escuta ativa tornam-se importantes para o curso e planejamento deste treinamento da inteligência emocional. Flexibilizar os momentos do conflito capitaliza e proporciona exemplos para docentes e educandos técnicos a aplicar suas aptidões emocionais com a aprendizagem mútua.

A compreensão do que está por trás dos sentimentos expostos é um dos métodos de contribuir e aprender a como lidar com ansiedade, ira, tristeza por exemplo.

A aptidão social é a chave da empatia, compreender esses sentimentos deve ser o foco do docente questionador sobre quem é o seu educando técnico e qual é o seu papel para a sociedade como educador cooperativo na busca das soluções conflituosas e da negociação emocional, diminuindo assim ansiedades acadêmicas e profissionais, tornando assim um profissional técnico preocupado com suas aptidões emocionais que busca provar seu alto nível de controle.

REFERÊNCIAS

BACELAR, T.D. **A Influência da Inteligência e da Personalidade nas Diferenças Individuais do Rendimento Acadêmico em Escolares do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. [Tradução Carlos Alberto Medeiros] Jorge Zahar – Rio de Janeiro. 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura** – Portal Brasil. Surgimento das escolas técnicas. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>.
Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **SISTEC**. Disponível em:
<<http://sitesistec.mec.gov.br/informacoes-e-avisos/269-consulta-publica>>.
Acesso em: 23 jun. 2017.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-2.pdf>>.
Acesso em: 23 nov. 2012.

DEMING, DAVID. **A Crescente Importância de Habilidades Sociais no Mercado de Trabalho**. Professor de Políticas Públicas, Educação e Economia na Universidade Harvard. Maio 2017. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/empatia-flexibilidade-trabalho-em-equipe-pesquisador-de-harvard-explica-por-que-habilidades-sociais-ganham-forca-no-mercado.ghtml>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. [Tradução Paulo Neves] L&PM – Porto Alegre. 2009.

FARIA, L.; FONTAINE, A.M. **Representações dos Professores sobre a Natureza e Desenvolvimento da Inteligência**. Revista Portuguesa de Pedagogia, v. 27, n. 3, p. 471-487, 1993.

FARIAS, FRANCISCO RAMOS DE. **Sobre o Conceito de Estresse**. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/19342/18084>>.
Acesso em: 21 jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação Atualidades Brasileira**, Editora Cortez/Instituto Paulo Freire. São Paulo: 2. ed., 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa, Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo: 49. ed., 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo: 56. ed., 2014.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MAYER, J.D.; SALOVEY, P. **The Intelligence of Emotional Intelligence**. *Intelligence*, 1993.

MÉSZÁROS, Esteván. **A Educação para Além do Capital**. [tradução de Iza Tavares] Editora Boitempo. 2. ed. São Paulo, 2008

PALMA, D. L. **A Psicologia Cognitiva e Mediação Informacional como Facilitadoras de Novas Atitudes no Comportamento Organizacional**, Revista de Ciências Humanas.

SCHULZ, Almiro. **Artigo Formação Ética para o Exercício da Docência**, Congresso Internacional de Filosofia e Educação, V CINFE, Caxias do Sul, Maio/2010. Disponível em:
<http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/ixo_tematico5/Formacao%20Etica%20para%20o%20Exercicio%20da%20Docencia.pdf>.
Acesso em: 22 nov. 2016.

RIBEIRO, F. **Motivação e Aprendizagem em Contexto Escolar**. Profforma, v. 3, n.1, 2011.

ROBERTS, D. R.; MENDOZA, F. E.C.; NASCIMENTO, E. **Inteligência Emocional: um construto científico?** Paidéia, v. 12, n. 23, p.77-92, 2002

TAPIA, A.J. **Motivar para el Aprendizaje: teoría y estrategias**. Barcelona: EDEBÉ, 1997.

MAPEAMENTO DO PROCESSO LOGÍSTICO DE ARMAZENAGEM DE UMA EMPRESA NO SETOR GRÁFICO

Cassionéia Vanessa de Lima Farias¹

Shaione Katiúscia Zamo²

Lauri Aloísio Heckler³

Jonas Bordim⁴

RESUMO

O presente estudo de conclusão de curso possui como tema o mapeamento do processo logístico de armazenagem em uma indústria gráfica, com o objetivo de compreender o problema que se relaciona ao processo logístico de armazenagem e como contribuir para o armazenamento das matérias-primas e produtos prontos, a fim de trazer maior rentabilidade para o processo produtivo da empresa estudada. Para isso, o objetivo geral do estudo foi identificar os fatores mais significativos em relação ao gerenciamento de fluxo de matérias-primas e produtos prontos no sentido de maximizar os resultados operacionais e trazer maior lucratividade para a empresa. O estudo foi realizado em uma indústria gráfica, localizada na cidade de Santa Rosa/RS. O método escolhido para a metodologia foi de forma aplicada, que se refere em uma pesquisa qualitativa e exploratória, assim como bibliográfica e estudo de caso. Foi adotada de forma direta e indireta, utilizando o método dedutivo e comparativo, aos quais se permitiu a análise dos processos desenvolvidos em relação a armazenagem dos produtos iniciais e finais, aprimorando melhorias no resultado de compras, produção e armazenamento. Os tópicos abordados neste estudo são: Logística Empresarial, Gestão por Processos, Estoques, Armazenagem e Layout. Para obtermos a geração dos dados, foram realizadas visitas técnicas e entrevistas com um dos sócios da empresa. Logo após, foi comparado os dados da pesquisa, alcançando resultados positivos e identificando a possibilidade de realizar a reestruturação de layout dentro da fábrica, juntamente com o controle de armazenagem das matérias-primas e dos produtos acabados.

Palavras-chave: Gestão de Processos – Controle – Armazenagem – Layout.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmico do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. cassi.vanessa@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. shai.katiuscia@hotmail.com

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor do Curso de Administração, Contábeis e TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor do Curso de Administração, Contábeis e TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

Atualmente, as empresas estão se preocupando cada vez mais com seus segmentos internos e procurando gerenciar ou implementar ações que possam suprir suas necessidades, desde o planejamento inicial até a colocação do produto final no seu cliente. Com isso, o mapeamento do processo logístico de armazenagem está diretamente relacionado com o abastecimento dos materiais, de como estes serão planejados e dos seus respectivos reaproveitamentos, o que contribuirá para uma melhoria do resultado produtivo e financeiro de qualquer organização. Diante disso, o tema escolhido para abordar o presente estudo é o Mapeamento do Processo Logístico de Armazenagem de uma Empresa no Setor Gráfico.

É de extrema importância que as organizações implantem o mapeamento do processo logístico em seus negócios, para que seus processos internos se tornem mais eficientes e eficazes. Com esse recurso, eliminará itens sem movimentação, reduzindo investimentos com estoques, evitando custos com produção, impedindo perdas de materiais no meio produtivo com a utilização de novas técnicas de acondicionamento, obtendo um rendimento satisfatório em relação aos pedidos dos clientes. Para alcançar os objetivos, as organizações precisam de um cronograma especificado, para que todas as tarefas sejam realizadas com sucesso.

O mapeamento do processo logístico abrange o agrupamento dos materiais de vários setores e origens, bem como a coordenação das atividades de demanda dos produtos e serviços da empresa, assim, unem-se os esforços de cada setor por mais que suas visões sejam totalmente diferentes. Com isso, o mapeamento do processo logístico continua sendo uma área estimulante aos estudos, devido as rápidas mudanças que as indústrias estão atravessando referente aos avanços tecnológicos.

Desse modo, o mapeamento do processo logístico engloba a maioria ou a totalidade das atividades desenvolvidas nos setores, bem como, compras, recebimento, programação dos matérias a serem entregues para a fábrica, planejamento e controle de produção, controle de estoques de matérias primas, componentes e produtos prontos, armazenagem de matérias primas e componentes, movimentação das matérias primas, produtos semiacabados e acabados de uma unidade fabril para outra, previsão de necessidade de

materiais, controle de estoque nos centros de distribuições, expedição, administração dos estoques, transportes das matérias primas, produtos prontos em final da linha de produção até o consumidor, com exceção, de dispositivos de produção, equipamentos e ferramentas.

Baseado na grande importância de acompanhar a evolução das atividades que se planeja, executa e controla desde a compra de matérias até a entrega do produto acabado no determinado cliente, o estudo busca delimitar-se o Mapeamento do Processo Logístico de Armazenagem na Gráfica Public, localizada na cidade de Santa Rosa – RS.

A precisão do mapeamento do processo logístico de armazenagem na indústria gráfica é um assunto de extrema importância para o desenvolvimento produtivo da empresa e para todas as atividades internas em nível eficiente e econômico, desde a compra de matérias-primas até a entrega do produto final ao cliente. Além disso, o mapeamento do processo logístico elimina e reduz quaisquer custos ou despesas desnecessárias que podem ocorrer no sistema produtivo da empresa, como identificar os itens sem movimentação e sem utilidade de produção ou de venda. Ademais, se o mapeamento do processo logístico for tecnicamente correto, poderá ser umas das soluções fundamentais para o equilíbrio econômico e financeiro da empresa, além de auxiliar na tomada de decisões necessárias para uma maior lucratividade. Como o mapeamento do processo logístico pode contribuir para o armazenamento dos produtos acabados da indústria gráfica estudada, afim de trazer uma maior rentabilidade para o processo produtivo?

Portanto, o objetivo geral do estudo é identificar os fatores mais significativos em relação ao gerenciamento do mapeamento do processo logístico de matérias-primas e produtos prontos no sentido de maximizar os resultados operacionais.

Os objetivos específicos devem trazer resultados e uma gestão total do controle da produtividade, garantir a existência contínua de sua lucratividade e da necessidade de seus clientes, conhecer o atual modelo de gestão de armazenagem, mapear os processos produtivos afim de identificar possíveis oportunidades de melhorias e propor estratégias que possam ser aplicadas no seu processo produtivo e no gerenciamento dos estoques.

A justificativa é um tema ao qual se argumenta a respeito da pesquisa realizada quanto a sua validade e importância. Além disso, significa provar que o tema escolhido é de extrema relevância para os envolvidos e poderá assim, surgir novas ideias, sugestões, controvérsias, estratégias que servirão para o aperfeiçoamento do campo ao qual será estudado.

O presente estudo indicará para a organização algumas estratégias necessárias para auxiliar nos armazenamentos das matérias-primas, quanto aos produtos finais, aprimorar melhorias no resultado de compras, produção e armazenamento. Nota-se que a interação entre as acadêmicas e a Indústria Gráfica se implementadas podem agregar positivamente no estudo de sugestões que acarretam no desenvolvimento e crescimento da organização.

Para a Indústria Gráfica, é um meio de poder compartilhar o seu desenvolvimento produtivo, expondo os desafios que a empresa enfrenta para manter-se ativa no mercado, assim como progressos já realizados pela mesma. Ao mesmo tempo, a organização dá a oportunidade de serem estudadas melhorias pelas acadêmicas, implantando assim, se for de livre e vontade dos empresários, recursos que possam sazonalizar seus custos e desperdícios, trazendo benefícios de crescimento produtivos para sua organização.

Portanto, o assunto a ser desenvolvido neste presente estudo é o Mapeamento do Processo Logístico de Armazenagem de uma Empresa no Setor Gráfico, tendo como principais tópicos a serem abordados: Logística Empresarial, Gestão de Processos, Estoque, Armazenagem e Layout. O presente estudo como referencial teórico baseou-se em alguns principais autores, que deram sustentabilidade ao assunto escolhido, sendo eles: Ballou, Chiavenato, Dias, Francischini e Gurgel, Laugen e Martins, Lobo, Moreira, Pires, Pozo e Sordi.

A metodologia refere-se ao estudo dos métodos que se pretende atingir a um objetivo final, para servir de orientação e guiar o sentido do tema abordado, alcançar a qualidade e ênfase por ele esperado, abordar a coerência e definição das quais as pesquisadoras ressaltaram a forma em que foi desenvolvido o assunto. Portanto, os métodos utilizados serviram para investigar problemas propostos, trazendo soluções que contribuíram para a intervenção das situações imprecisas que afetam o processo produtivo da empresa.

Do ponto de vista da natureza, a pesquisa referida é caracterizada como aplicada, como definição se refere em uma pesquisa qualitativa, de estudo determina-se como uma pesquisa exploratória, assim como bibliográfica e de estudo de caso. Fez-se aplicada de forma documental direta e indireta, aplicou-se o uso do método dedutivo e comparativo, aos quais se permitiu a análise dos processos desenvolvidos em relação a armazenagem dos materiais iniciais aos produtos finais.

O estudo foi elaborado de forma que inicialmente se apresenta o referencial teórico, expondo a metodologia ao qual foi abordada, em subsequência o status atual de todos os processos produtivos e de armazenamento da indústria Gráfica e por fim, são concluídas as informações coletadas em uma análise comparativa em relação ao tema estudado, afim de apresentar as oportunidades de melhorias que a empresa possa adotar para o seu crescimento produtivo.

1 LOGÍSTICA EMPRESARIAL

Devido à competitividade do mercado e o crescimento das empresas, a logística empresarial surgiu da necessidade de organizar os processos produtivos e a melhorar a qualidade das operações em relação a gestão de estoques, de transporte, de distribuição e de fornecedores, fatores ligados diretamente com a produção. Esses procedimentos auxiliam as empresas a aumentar sua eficiência em relação a demanda e a oferta de seus produtos, aprimorando e atendendo as necessidades dos clientes, reduzindo os custos produtivos e destacando a empresa no mercado competitivo.

A logística empresarial é capaz de aumentar o nível de rentabilidade de distribuição nos serviços que as empresas oferecem aos clientes e consumidores, através do planejamento, da organização e do controle adequado para os processos de movimentação e armazenagem, facilitando o fluxo dos produtos. A logística é considerada como um fato econômico, cujo seus recursos e seus consumidores estão alocados em uma grande área geográfica. Um grande problema que a logística vem enfrentando, é diminuir o espaço que existe entre a produção dos seus produtos e a demanda almejada, para que os

consumidores adquirem os bens e serviços onde e quando quiserem nas mesmas circunstâncias que desejar (BALLOU, 2013).

A logística empresarial é definida como o fluxo de armazenamento das matérias-primas, assim como os materiais destinados para os processos de transformação dos produtos acabados, com as informações decorrente do transporte dos materiais, desde o ponto de origem até a entrega do produto final, com o objetivo de suprir as exigências e necessidades dos clientes (LAUGENI; MARTINS, 2015).

A administração de materiais juntamente com a distribuição física são elementos fundamentais que compõem a logística empresarial, pois trabalham com atividades relacionadas com o processamento de pedidos, com o controle de estoques e o transporte dos produtos, porém, com fluxos diferentes de origem (PIRES, 2016).

Na visão de Pires, a logística empresarial busca atingir metas que garantem a disponibilidade dos produtos e materiais nos pontos de consumo, com o propósito de manter a eficiência, a rapidez e a qualidade dos produtos, com custos mais controlados e conhecidos. De acordo com Pires, “[...] Para atingir essa meta, a logística vem desenvolvendo-se em ritmo mais acelerado, para fazer frente à demanda de administrar e coordenar cadeias de suprimento e distribuição cada vez mais complexas.” (PIRES, 2016, p. 211).

No relato de Nogueira, a logística é uma técnica que estuda o planejamento do fluxo da informação e do material, a combinação de máquinas, a organização da fábrica, os aspectos econômicos e a tecnologia da informação, relacionados a eficácia das atividades de armazenamento e movimentação. Seu objetivo principal é de facilitar o fluxo das matérias-primas e produtos prontos, desde o fornecedor até o consumidor final (NOGUEIRA, 2012).

Atualmente, os métodos e modelos permitem que a logística empresarial envolva suas estruturas físicas, como as fábricas, os depósitos, os armazéns e os centros de distribuição, a gestão dos materiais, dos suprimentos e do planejamento, assim como a programação e o controle da produção e as atividades de distribuição, para o desenvolvimento da gestão da logística empresarial. Além desses métodos, a logística relaciona-se com os setores de

marketing e produção da empresa que contam como apoio para atingirem seus objetivos (LAUGENI; MARTINS, 2015).

Para uma logística eficiente e eficaz é indispensável o meio estratégico gerencial. Além das áreas de estrutura organizacional, pessoas, processo de planejamento e estilo, existem outros fatores que podem influenciar na eficiência da logística empresarial. Entre eles, estão relacionadas às características organizacionais, que são as estruturas e tecnologia usadas por este setor, às características ambientais, que são definidos como fatores externos e os fatores internos, os empregados, a política da empresa e as práticas gerenciais. Por isso, cada setor é considerado como recurso estratégico importante e um investimento em longo prazo para a empresa (NOGUERIA, 2012).

Portanto, conclui-se que a logística empresarial é uma operação inteirada para atender a cadeia de suprimento e de distribuição dos produtos e serviços prestados pela empresa. Além disso, ela auxiliará no planejamento, na coordenação, e na execução dos processos de controle e das atividades relacionadas à aquisição de materiais para a constituição de estoques, desde o inicial até o processo final.

1.1 GESTÃO DE PROCESSOS

A gestão de processos é conceituada como uma elevação do nível de desempenho e dos resultados obtidos pela empresa, através da documentação, da identificação, da medição, da execução, do controle, do monitoramento e melhorias dos processos do negócio. Esses métodos promovem o alinhamento para as estratégias da empresa, afim de resultar uma eficiência maior na entrega de seus produtos ou na prestação de serviços, no aprimoramento dos recursos e a satisfação de seus respectivos clientes (CERQUEIRA, 2012).

A gestão de processos pode ser entendida como uma ferramenta para reduzir o tempo existente entre a identificação do problema no desenvolvimento dos processos e a implementação de recursos para solucioná-lo. Contudo, para que esse tempo seja reduzido, é necessário estruturar as ações e a análise dos processos, permitindo que os problemas sejam rapidamente diagnosticados e

possibilitando que as soluções sejam facilmente identificadas para ocorrer a redução do tempo de produção e dos custos possíveis (CARDOSO, et al., 2009).

A empresa utiliza a gestão de processos para acompanhar o desempenho do procedimento, verificar e corrigir os problemas que ocorrem durante os procedimentos. Além disso, a gestão mantém a empresa alerta para oportunidades que possam ocorrer na mudança do layout do processo, fazendo com que funcione ainda melhor. Por meio da gestão de processos, a empresa pode garantir que os processos cumpram com o tempo prometido, sendo executados de maneira coerente e com o nível de desempenho habilitados a oferecer (BROCKE, ROSEMAN, 2013).

Segundo Lobo, assim que os processos são definidos, é necessário estabelecer as formas de assistir à execução das tarefas, assim como identificar as necessidades que ocorreram de treinamentos para as equipes e as habilidades essenciais para a execução das atividades. Referente aos equipamentos, é preciso conhecer as máquinas e ferramentas que a empresa possui, a capacidade de cada uma delas, assim como elaborar planos preventivos de manutenção e documentar o modo correto de utilização. Já os materiais devem ser identificados, afim de eliminar os desperdícios, evitar os danos causados pela maneira incorreta de uso, sobras e faltas deles, determinar as quantidades necessárias a serem utilizadas nos processos de produção (LOBO, 2013).

A gestão de processos, pode deslocar a gestão funcional da empresa para um atendimento mais direto ao cliente final, criando uma maior autonomia nos gerentes responsáveis pelos processos e possibilitando que sejam mais produtivos e qualificados para obter um menor custo operacional. Conforme Sordi, “Na abordagem administrativa da gestão por processos, os operadores de processo e os “donos de processos” tornam-se responsáveis pela integral manutenção da produtividade e qualidade do processo como um todo.” (SORDI, 2014, p. 29).

Conclui-se, que a gestão de processos propõe uma melhoria nos métodos produtivos da empresa, com o objetivo de proporcionar uma maior viabilidade ao cliente, reduzindo os custos desnecessários, corrigindo os eventuais problemas

que possam afetar seu meio produtivo, assim como implementar ferramentas que favoreçam o seu desenvolvimento para a concretização de suas metas.

1.2 ESTOQUES

Os estoques são todas as matérias-primas que de alguma forma geram algum agente econômico para a empresa, ou seja, o estoque é um meio de garantir que os processos de produção e a venda de produtos sejam efetuados, mas ao mesmo tempo podem gerar custos elevados, custos de oportunidade e perdas econômicas. Assim, manter a quantidade de estoque correta pode trazer muitas vantagens competitivas e eficientes para a empresa (BALLOU, 2013).

Controlar os estoques é um processo que faz parte do composto de logística, pois estes conseguem absorver uma boa redução dos custos totais, o que representa uma boa parte do capital da empresa. Além disso, manter estoques no armazenamento exigem investimentos por parte da empresa, a qual necessita sincronizar a oferta com a demanda evitando a manutenção desnecessária de seus estoques e oscilação nas flutuações de vendas, proporcionando que a produção seja mais constante. Como é impossível se prever a demanda futura e a disponibilidade de suprimentos para qualquer momento, as empresas necessitam acumular estoques para garantir as mercadorias, minimizando os custos totais que ocorrerão na produção e na distribuição (BALLOU, 2013).

De acordo com Chambers, Johnston e Slack, os estoques são definidos como “[...] a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação.” (CHAMBERS; JOHNSTON; SLACK, 2009, p. 356), que também podem ser considerados os recursos que foram transformados de capital, como por exemplo, automóveis e quartos de hotéis que ficam à disposição dos clientes para locação e reservas. Cada estoque possui o seu valor, em casos eles podem ser relativamente pequenos em comparação aos custos totais de insumos armazenados ou extremamente altos, devido aos grandes valores de bens armazenados para suprir a produção ou de necessidade da empresa (CHAMBERS; JOHNSTON; SLACK, 2009).

O estoque é considerado o amortecedor que ocorre em vários processos de início ao fim da produção e até mesmo, na concepção da venda final. Portanto, quanto maior for o investimento da empresa em estoques, maior será a responsabilidade e o comprometimento de cada setor. Para que ocorra eficiência no estoque, é necessário que fique de responsabilidade de um determinado setor, setor este, que removerá conflitos com os demais departamentos da empresa, atendendo todas as necessidades efetivas e reais de cada um, controlando as quantidades e valores de mercadorias, se preocupando com o fluxo diário das vendas e das compras, assim como, evitando deficiências com produção parada, falta de espaço, baixa rotação e quantidade elevadas de estoque (DIAS, 2010).

Em controvérsia, Ballou cita que controlar os estoques exerce uma grande influência na rentabilidade da empresa, pois eles absorvem uma boa parte do capital que poderia ser investido de maneiras diferentes ou em outros departamentos. Realizar inventários, por exemplo, é mais um custo de capital para a empresa que deve investir na rotatividade do estoque, para que esses ativos sejam liberados e ocorra a economia com o custo de manutenção. Conforme Ballou, “Qual custo de capital deve ser usado é uma questão sempre em debate, na prática, usa-se um valor assumido pela administração da empresa como o real.” (BALLOU, 2013, p. 211).

Conclui-se que os estoques são materiais e suprimentos que uma empresa necessita para efetivar a produção de seus produtos e serviços, suprimindo suas próprias necessidades. Portanto, é extremamente importante que as empresas mantenham estoques de seus principais produtos para atender as exigências do mercado, maximizando as vendas e aperfeiçoando o planejamento e o controle da produção.

1.3 ARMAZENAGEM

A armazenagem de materiais é considerada como o conjunto de funções relacionado a recepção, carregamento, descarga, arrumação e conservação das matérias-primas, dos produtos semiacabados e dos produtos acabados. Esse processo pode ser definido como a atividade responsável entre os custos de

armazenagem, a solução para evitar problemas que ocorrem no dia-a-dia e melhorias para o crescimento da empresa.

Segundo Laugeni e Martins, a armazenagem de materiais serve como uma segurança de estoque, que tem como objetivo armazenar todos os itens corretamente para que ocorra rapidamente a reposição dos estoques, a garantia de qualidade de cada produto e também o favorecimento da entregas e suprimento dos clientes. Laugeni e Martins, completa que “O armazenamento de materiais é uma atividade especializada, que consiste em estocá-los adequadamente para que seja possível sua rápida recuperação e a manutenção dos níveis de qualidade, facilitando a entrega” (LAUGENI; MARTINS, 2015, p. 281). Conforme a visão de Grant, a armazenagem é:

[...] Definida como a parte do sistema de logística de uma empresa que abriga produtos (matérias-primas, mercadorias em andamento, mercadorias acabadas) em certos nós da cadeia de suprimento de uma empresa, e informa situação, condição e disposição de itens armazenados. (GRANT, 2013, p. 100).

De acordo com Francischini e Gurgel, existem fatores externos que modificam o andamento do produto, mas são as condições de trabalho que definem as possibilidades de melhorias na empresa. Essas condições ajudam na definição do sistema de armazenagem das cargas e das operações de almoxarifado. Porém, as condições de trabalho são fatores que influenciam na determinação das possibilidades de melhorias, servindo de base para a escolha de um sistema de armazenagem para as cargas e para a operação do almoxarifado (FRANCISCHINI; GURGEL, 2013).

Na estocagem de produtos, o meio mais comum para o armazenamento dos materiais é a utilização de estruturas com paletes, sendo eles simples ou de dupla profundidade, adequados dispostos a facilitar tanto o acesso dos equipamentos de elevação e de transporte, quanto para a produção do produto, evitando contaminações internas e externas. Os paletes, também podem facilitar a localização dos produtos na hora da coleta e da armazenagem, proporcionando segurança, e iluminação conveniente, evitando assim riscos de incêndios (ALT; MARTINS, 2009).

Em conformidade, Paoleschi cita que as vantagens de armazenagem estão no aproveitamento de todo o espaço físico, reduzindo o índice das perdas por avarias, no melhoramento dos índices das avaliações de inventários, na facilidade da movimentação dos materiais, determinando a redução dos custos com os armazéns e priorizando a eficiência no atendimento aos clientes. Como desvantagem são destacados os capitais aplicados no armazenamento e os custos relacionados com o setor administrativo (PAOLESCHI, 2014).

Para se ter um bom armazenamento, os armazéns necessitam ter algumas características essenciais para conservar a qualidade dos materiais, tais como, obter uma cobertura, serem fechados, secos, sem infiltração, ventilados, iluminados com a luz natural sem a exposição dos raios solares, pisos pavimentados e planos, sem fontes de calor e de ozônio que possam prejudicar os produtos (FRANCISCHINI; GURGEL, 2013).

Com base no que foi relatado, é importante que as empresas planejem o armazenamento de seus materiais da melhor maneira possível, o que contribuirá por uma boa qualidade de seus produtos, sem se preocupar com custos desnecessários e em manter produtos que não possuem saída. Assim, poderá expandir seus novos produtos, aumentando a sua lucratividade.

1.4 LAYOUT

O layout tem como consequência o estudo de localização dos recursos produtivos de uma empresa, como instalações elétricas e hidráulicas, vias de locomoção, máquinas e pessoas em empresas com processos produtivos ou de serviços. Sendo assim, o layout é considerado uma ferramenta vantajosa para as empresas, pois para implementar este setor é necessário fazer um estudo da empresa como um todo, em partes e após a prática (LAUGENI; MARTINS, 2015).

Conforme a demanda de produção aumenta, as empresas sentem necessidade de implantar um depósito, ao qual é necessário desenvolver um layout que está presente desde o processo inicial do projeto até o processo final da produção. Dias completa que “O layout é uma proposição global inseparável em seus diversos elementos, já que a melhoria das condições de operação em

determinado setor pode ser completamente neutralizada se outro setor dependente não é beneficiado por esta ação.” (DIAS, 2010, p. 147).

Segundo Ambrose e Harris, o layout tem como função controlar todos os tipos de informações relacionados aos produtos e serviços e além do mais ele auxilia no suporte de criatividade. Sendo assim o layout cuida de vários aspectos práticos na hora de realizar um projeto, tendo como prioridade responsabilizar-se onde as matérias primas serão armazenadas para uma melhor vista e também para evitar o mínimo de esforço dos empregados na hora de manusear os produtos (AMBROSE; HARRIS, 2012).

Conclui-se que antes de tudo, deve-se identificar cada um dos tipos de matérias a serem utilizados, e a demanda para a produção, analisando as variedades de produtos, dimensões e quantidade, para então desenvolver um projeto de layout ideal para os produtos, otimizado de forma que facilite a estocagem, manuseio e movimentação destes materiais. Um bom layout por materiais facilita a identificação e o controle da matéria prima, foco principal no desenvolvimento de layout por materiais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os métodos atribuídos para a execução do estudo auxiliaram as pesquisadoras a averiguar o problema proposto, expondo as melhorias que possam ser implementadas no estudo, com o propósito de apresentar para os gestores da organização soluções que podem ser benéficas tanto para o processo de armazenagem, quanto para o processo de fabricação da empresa.

Com isso, a metodologia instrui as pesquisadoras para o alcance de informações necessárias para a concretização dos resultados esperados. Assim sendo, através do método escolhido é permitido alcançar dados confiáveis para o desenvolver do estudo.

2.1 GERAÇÃO DE DADOS

Nesta etapa do estudo iniciou-se a aplicação dos métodos elaborados e das técnicas utilizadas para desenvolver o tema abordado. Para a concretização da pesquisa, usou-se a forma de documentação direta e indireta.

A documentação direta foi realizada nas dependências da empresa, através de questionário, entrevistas e visitas técnicas que auxiliaram no entrosamento do tema abordado, para colher o máximo de informações necessárias para a concretização da pesquisa.

Na pesquisa de documentação indireta, referiu-se a um levantamento de dados por meio de variadas fontes bibliográficas, entre elas livros, revistas, artigos científicos e teses de ideias de outros autores.

As informações obtidas, referente ao processo logístico interno e ao armazenamento das matérias-primas e dos produtos acabados, foram coletados através de visita técnica e entrevista realizadas juntamente com o gestor responsável. Portanto, as acadêmicas se direcionaram até as dependências da empresa no dia 25 de maio de 2019, munidas de um questionário e câmera fotográfica, com duração aproximadamente de três horas, para obter a coleta de todos os dados necessários para concluir o estudo.

Após a finalização da coleta de dados, ocorreu a análise e a interpretação dos resultados coletados, gerando conhecimentos sobre o mapeamento do processo logístico de armazenagem na indústria gráfica e promoveu melhorias para lucratividade da empresa.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo decorreu-se nas instalações de uma indústria gráfica, Public Comercial Fonográfica, localizada na cidade de Santa Rosa – RS, ao qual foi fundada no ano de 2011, pelos sócios proprietários Sr. Gilmar Ost e Sr. Cidi Menin, onde se localiza atualmente.

A empresa Public Gráfica e Gravadora, ao qual é conhecida hoje no mercado, é uma duplicadora de mídias, onde realiza a duplicação em DVD's e

CD's, comercializando CD-R's e DVD'r em pequenas e grandes tiragens, imprimindo diretamente no CD todas as mídias requisitadas por seus clientes.

A Public conta com altas tecnologia de ponta e com padrões internacionais para a execução de seus serviços, além de fornecer todos os materiais gráficos necessários para apresentação de produtos, como tratamentos de imagens, escaneamento de fotos, criação e finalização de projetos gráficos. Além disso, é especializada em edições de livros e revistas, com o objetivo de proporcionar um excelente atendimento aos seus clientes e a garantir uma ótima qualidade em relação a prestações de seus serviços.

Para atingir sua missão, a empresa conta com uma equipe qualificada e preparada para atender as suas necessidades, bem como a de seus respectivos clientes. Atualmente, a Public conta com um quadro composto de 7 (sete) funcionários, entre eles, um vendedor externo, um design gráfico, uma secretária, um auxiliar de impressão, dois impressores e o gestor responsável pelo setor de acabamento.

A estrutura interna da empresa é composta por dois pisos. Na primeira parte, concentra-se o setor administrativo, o setor comercial, o setor de design e uma parte da produção e estoque. Na segunda parte, concentra-se a fábrica e alocação dos demais maquinários, assim como o armazenamento das matérias-primas e dos produtos finalizados.

Durante a entrevista, questionou-se o gestor referente ao processo logístico de armazenagem, e o mesmo informou que para facilitar a produção, as matérias-primas são alocadas no centro da fábrica devido passarem por diversos processos produtivos. Após finalizadas, são alocadas em palets próximo à entrada, para que sejam enviadas ao respectivo cliente. Visto que a empresa, não possui organização e local adequado para o armazenamento de todos os produtos.

3.1 STATUS ATUAL DOS PROCESSOS E OPORTUNIDADES

Atualmente os processos produtivos da empresa são compostos por 9 maquinários, sendo duas delas, uma Plotter Impressora e uma Plotter de Recorte que ficam isoladamente da fábrica por necessitarem de um ambiente especial

para o seu funcionamento, ou seja, elas necessitam de um ambiente climatizado para executar suas tarefas. Esse maquinário foi adquirido recentemente pela empresa, num valor de investimento total de R\$ 150.000,00, com o intuito de cancelar os serviços terceirizados e aumentar a sua lucratividade. A máquina Plotter de Impressão realiza a produção com maior estabilidade e uma reprodução mais precisa, dando uma alta confiabilidade no processo de impressão, o que previne perdas de materiais. A publicação pode ser feita em diversos tipos de materiais, tais como, tecidos, banners, lonas, vinil, papel e papel foto.

Após finalizada a produção na Máquina Plotter de Impressão, os materiais são encaminhados para a Máquina Plotter de Recorte, para que sejam efetuados os procedimentos finais. Essa máquina possui a capacidade de recorte de até 1mm de espessura em vinil adesivos, papel fotográfico, EVA, manta magnética, entre outros. As máquinas Plotters não são consideradas apenas como um equipamento de impressão ou recorte, mas sim como geradoras de ideias.



Ilustração 1: Máquina Plotter de Impressão e de Recorte.

Fonte: Produção das pesquisadoras (2019).

Na segunda parte da empresa, aloca-se os demais maquinários, entre eles, uma Máquina Curadora UV, que tem como finalidade por curar o verniz dos materiais impressos e uma Máquina Impressora FF7, que realiza diversas impressões de materiais contendo quatro tons de tintas. Uma Máquina Guilhotina, responsável pelo corte das matérias-primas. Uma Máquina Impressora de CD, ao qual serigráfica os conteúdos solicitados pelos clientes. Uma Máquina Numeradora, ao qual numera os materiais serigrafados. Uma

máquina de corte e vinco, ao qual realiza os furos nos materiais fabricados. Uma Máquina Impressora FF7 Monocolor, que imprime os materiais somente em uma cor. Sendo assim, as máquinas são distribuídas em forma de U, devido não haver espaço físico suficiente dentro da fábrica e também para facilitar a demanda da produção.

O fluxo de movimentação e alocação das matérias-primas são realizadas em diversos locais do interior da fábrica. Algumas matérias-primas são armazenadas no centro da produção em cima de pallets, para facilitar o manuseio do operador até a máquina a ser utilizada. Outros materiais são depositados em prateleiras atrás da Máquina FF7 e os demais em prateleiras alocados na entrada da fábrica.



Ilustração 2: Alocação de Matérias-Primas.

Fonte: Produção das pesquisadoras (2019).

Após finalizados, os produtos acabados são deixados em pallets, muitas vezes misturados com a própria matéria-prima, alocados próximos a entrada da fábrica ou então são enviados para o setor superior da empresa, para o envio ao cliente. Conforme o relato do gestor responsável, falta organização na fábrica pelo fato de não haver espaço adequado e suficiente para o armazenamento tanto para as matérias-primas, produtos prontos e maquinários.

Em relação a gestão de processos da empresa, a sua sequência inicial e a transformação no produto final, ocorrem quando o cliente entra em contato com o setor comercial informando qual a sua real necessidade, seja para compra, criação, confecção, impressão ou acabamento de algum serviço.

Para se dar início a fabricação sequencial dos materiais, primeiramente o pedido é enviado ao design gráfico para que seja criado a matriz da imagem do produto. Após é enviado uma ordem de serviço e a matriz para a fábrica, ao qual se dá início a produção do pedido do cliente. Todos os pedidos, passam pela máquina Guilhotina para que seja realizado o corte necessário na matéria-prima, em sequência, é enviado para a máquina FF7 Impressora para que seja realizado a impressão no material. Caso necessitando, o produto semiacabado ainda retorna para a máquina Guilhotina e para as demais máquinas, caso necessidade de algum acabamento diferenciado, tais como, numeração, furação ou dobramento.

Com relação ao controle de estoque da empresa, as matérias-primas e os insumos são realizados através de um sistema e são comprados semanalmente conforme a necessidade de produção. Em casos especiais são adquiridos somente as quantidades exatas para atender um determinado pedido. Quanto as sobras de materiais prontos, é realizado um controle manual de cada produto, pois muitas vezes acabam sendo impressos em quantidades maiores devido ao menor custo de produção. No caso dos produtos prontos, não são realizados o controle de estoques devido que assim finalizados, são encaminhados para os pallets afim de aguardar a entrega no cliente final ou então, até que o mesmo venha fazer a retirada do seu pedido.

Portanto, as pesquisadoras completam que o estudo referido foi de grande aprendizado em relação ao mapeamento de processo logístico interno de armazenamento. Para fins de conclusão e oportunidades de melhorias, devido ao pequeno espaço e as dificuldades de distribuição tanto para os materiais e para as máquinas na fábrica, sugerimos a Indústria Gráfica que sejam feitas algumas relocalizações para que possa realizar a organização na produção.

Primeiramente, sugere-se que sejam retirados os materiais que não são de mais utilização para produção, assim como os maquinários inutilizados. Após isso, sugere-se que ao centro da fábrica sejam implantadas prateleiras horizontais para a alocação somente das matérias-primas, visando a um comprimento do final da Máquina Guilhotina até ao final da Máquina UV Curadora, a uma altura que facilite o desenvolver dos operadores. Para os

materiais finais e para os materiais de sobra, sugere-se que seja implantada uma prateleira vertical ao lado do tanque de limpeza, para o alocamento dos mesmos, mantendo a organização da fábrica e o seu ritmo de produção.

O que se observa no conjunto do estudo, contendo o mapeamento do processo logístico interno, que mesmo havendo dificuldades no armazenamento das matérias-primas e produtos prontos, o fluxo produtivo da indústria gráfica atingiu seus resultados positivamente, atendendo rigorosamente a sua demanda de produção, priorizando alguns serviços conforme as necessidades e entregando seus pedidos nas datas prometidas aos seus clientes. Um fator negativo observado, que alguns pedidos são produzidos acima da quantidade solicitada pelo referido cliente, afim de reduzir o custo de produção e evitar transtornos durante o processo de fabricação, ao qual acabam se tornando sobras de produção sem nenhum fim lucrativo.

Concluimos que, a análise dos dados que foram coletados e descritos nesse estudo, permitiu que houvesse um entendimento melhor referente ao processo logístico de armazenamento interno. Sendo que, é de suma importância obter um controle de todos os materiais envolvidos nos processos de produção e até mesmos dos materiais prontos, afim de reduzir e evitar custos e despesas desnecessárias para a empresa. Portanto, as matérias-primas e os produtos prontos devem ser alocados de forma que favoreça o processo logístico interno da empresa, não somente para fins de organização, mas para o crescimento produtivo e financeiro da empresa.

CONCLUSÃO

Desde algum tempo, a logística de processos de armazenagem deixou de ser uma necessidade básica, tornando-se um elemento indispensável para o desenvolvimento estratégico das empresas. Para garantir que o processo de armazenagem realmente funcione, é necessário obter um conhecimento preciso sobre seus processos, assim como suas vantagens de gestão em relação aos tipos de alocações que podem ser implantadas, em função aos produtos a ser armazenados.

Neste trabalho, foi possível realizar o acompanhamento dos processos de armazenagem das matérias-primas e dos produtos prontos durante o mês de maio de 2019, em relação ao mapeamento do processo de logística interna de armazenamento nas dependências da Indústria Gráfica aqui apresentada.

Desta maneira a questão problema levantado neste estudo foi: Como o mapeamento do processo logístico pode contribuir para o armazenamento dos produtos acabados da indústria gráfica estudada, afim de trazer uma maior rentabilidade para o processo produtivo? Após a averiguação dos dados coletados nas entrevistas e das visitas técnicas realizadas, foi possível concluir que há meios propícios de implantar a gestão nos processos de armazenagem através da reestruturação de layout das prateleiras, para manter uma boa organização dos materiais envolvidos na produção.

Quanto ao entendimento do objetivo geral que se pretendeu identificar os fatores mais significativos em relação ao gerenciamento do mapeamento do processo logístico de matérias-primas e produtos prontos, no sentido de maximizar os resultados operacionais, observa-se que o mesmo foi respondido no tópico 3.1, ao qual foi desenvolvido os processos operacionais da empresa. Além disso, foi averiguado que há possibilidades de se realizar uma boa gestão de armazenagem em relação aos materiais expostos nas dependências da fábrica, desde que haja uma reorganização do espaço físico para o alocamento das matérias-primas, produtos prontos e sobras de produção.

No que se refere aos objetivos específicos, tendo como primeiro tópico conhecer o atual modelo de gestão de armazenagem, presume-se alcançado, visto que durante as visitas técnicas e a realização das entrevistas com um dos gestores responsáveis, averiguou-se que não há controle de armazenagem das matérias-primas e dos produtos prontos conforme relatados no tópico 3.1

Conforme o segundo objetivo específico ao qual se refere ao mapear os processos produtivos afim de identificar possíveis oportunidades de melhorias, considera-se atingido, de acordo com o desenvolvimento realizado no tópico 3.1. Nesta etapa, foi desenvolvida os processos produtivos da empresa, assim como a alocação dos materiais a serem utilizados na produção e os procedimentos em relação aos produtos finais, onde foi identificado que podem-se realizar melhorias que facilitam as operações do dia-a-dia, conforme a Ilustração 2.

Em relação ao terceiro objetivo específico, abordou como propor estratégias que possam ser aplicadas no seu processo produtivo e no gerenciamento de estoques, ao qual foi atendido, pois existem maneiras de realocar o layout de armazenamento de matérias-primas, produtos prontos e sobras de produção, afim de facilitar o processo logístico das matérias-primas durante a produção até a entrega do material ao cliente, conforme descritos no tópico 3.1

Examinando a gestão executada pela indústria gráfica e sua atual forma de gerenciamento, sugere-se que seja realizada a realocação do armazenamento de todos os materiais envolvidos na produção. Além disso, recomenda-se introduzir prateleiras horizontais centralizadas no interior da fábrica, para melhorar o acondicionamento das matérias-primas, e prateleiras verticais na entrada da mesma para as sobras e produtos prontos, a ponto de facilitar o processo de expedição dos produtos aos clientes.

Sendo assim, foi permissível compreender melhor os processos logísticos internos de armazenamento, assim como a sua importância em reduzir custos e aprimorar os rendimentos e a lucratividade para a empresa. Concluímos que, o presente estudo foi imprescindível para complementar o conhecimento em relação ao tema proposto, onde se pode acompanhar o desenvolvimento dos processos produtivos de fabricação e o fluxo de armazenagem das matérias-primas e produtos prontos, afim de obter um melhor entendimento sobre a gestão dos processos que envolvem o crescimento de uma organização.

REFERÊNCIAS

ALT, Paulo Renato Campos; MARTINS, Petrônio Garcia. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Layout**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BROCKE, Jan Van; ROSEMANN, Michael. **Manual de BPM: gestão de processos de negócio**. 1. ed. Porto Alegre: Bookmen, 2013.

CARDOSO, Vinícius; CAULLIRAUX, Heitor; CLEMENTE, Rafael; PAIM, Rafael. **Gestão de Processos: pensar, agir e aprender.** 1. ed. POA: Bookman, 2009.

CERQUEIRA, Jorge P. **Sistemas de Gestão Integrados: ISSO 9001, NBR 16001, OHSAS 18001, AS 8000: Conceitos e aplicações.** 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2012.

CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert; SLACK, Nigel. **Administração da Produção.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Materiais: uma abordagem introdutória.** 3. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: uma abordagem logística.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FILHO, JOSÉ VICENTE CAIXETA; MARTINS, RICARDO SILVEIRA. **Gestão Logística do Transporte de Cargas.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANCISCHINI, Paulino G; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de Materiais e do Patrimônio.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FRAZIER, Greg; GAITHER, Norman. **Administração da Produção e Operações.** 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

GRANT, David. B. **Gestão de Logística e Cadeia de Suprimento.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAUGENI, Fernando. P; MARTINS Petrônio G. **Administração da Produção.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LAURINDO, F. J. B; ROTONDARO, R. G. **Gestão Integrada de Processos e da Tecnologia da Informação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOBO, Renato Nogueirol. **Gestão de Produção.** 1. ed. São Paulo: Editora Érica LTDA, 2013.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da Produção e Operações.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

NOGUEIRA, Amarildo de Souza. **Logística Empresarial: uma visão local com pensamento globalizado.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAOLESCHI, Bruno. **Estoques e Armazenagem.** 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

PIRES, Sílvio, R. I. **Gestão da Cadeia de Suprimentos (*Supply chain management*)**: conceitos, estratégias, práticas e casos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**: uma abordagem logística. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por Processos**: uma abordagem da moderna administração. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARKETING E TECNOLOGIA: ALIADOS PARA ALAVANCAR O DARK TOURISM

Ântoni Nerone de Aguiar Sartori¹

Cassiano Fernando Bordim²

Jonas Bordim³

Lauri Aloísio Heckler⁴

Rafael da Silva Lopes⁵

RESUMO

Atualmente, devido a grande competitividade e a alta sazonalidade de mercado, o marketing torna-se uma ferramenta cada vez mais importante para o sucesso de qualquer organização. Esse artigo, é uma continuação do primeiro artigo publicado no tema pelo autor, o qual foi aprovado em uma revista científica no ano de 2015. Esse aperfeiçoamento é devido ao fato de que o tema será abordado na dissertação do mesmo. Diante disso, o presente artigo teve por objetivo pesquisar como um plano de marketing pode alavancar o desenvolvimento do setor turístico, mais precisamente os lugares que enquadram-se no conceito de Dark Tourism. O trabalho busca analisar e conhecer um pouco mais esse tema, o comportamento do consumidor e através disso, a importância da elaboração e aplicação que um bom plano de marketing pode trazer a empresas, governos ou pessoas, que estejam diretamente ligadas à esses ponto turísticos. Para isso, busca-se referencial teórico nos temas relacionados a importância do turismo, marketing de turismo, conceito de dark tourism, neuromarketing: psicologia e comportamento humano e a importância de um plano de marketing para o Dark Tourism. Dessa forma, entre as principais conclusões deste artigo, foram descrever algumas vantagens que um bom planejamento de ações pode trazer, e ainda, demonstrar que o plano de marketing é fundamental para ampliação de mercado, atração e prospecção de clientes, na qual proporcionará maior visibilidade e reconhecimento do ponto turístico para atuais e futuros clientes.

Palavras-chave: Clientes – Plano de Marketing – Turismo.

¹ Médico Veterinário, Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Santo Ângelo. antonisartori@gmail.com

² Administrador, Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Santo Ângelo. cassianofernando_cfb@hotmail.com

³ Administrador, Mestre em Gestão Estratégica de Organizações e professor das Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. jonas@fema.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor do Curso de Administração, Contábeis e TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁵ Psicólogo, Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Santo Ângelo. rafaellopes85@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma atualização de um já publicado em 2017 pelo autor Jonas Bordim em outro evento de publicações científicas. O presente artigo bibliográfico tem como tema: marketing para alavancar o desenvolvimento turístico. Já sua delimitação, é analisar como um plano de marketing pode alavancar o desenvolvimento do setor turístico mundial, mais precisamente os lugares que enquadram-se no conceito de *Dark Tourism*. A problematização deste trabalho é qual é a importância que um plano de marketing tem para melhorar o turismo de um local?

Já os objetivos específicos são conhecer a importância do turismo, descrever como funciona o marketing de turismo, analisar os motivos que podem levar as pessoas visitem tais pontos turístico relacionados ao tema e verificar o Marketing aliado com a tecnologia pode auxiliar no desenvolvimento do Dark Tourism.

O presente tema justifica-se devido ao fato de que um bom planejamento de importantes instituições, sejam públicas ou privadas podem fortalecer a divulgação e aprimorar a infraestrutura de modo geral do turismo, com o intuito de oferecer um melhor atendimento e uma boa acomodação aos turistas.

Este estudo agregará para os autores, novos conhecimentos referentes ao tema escolhido, bem como novas perspectivas nas disciplinas inerentes à área de Administração, Marketing e Turismo. Ainda, esse estudo propiciará um aumento no nível de aprendizado tanto teórico quanto prático ligado ao tema, onde esses conceitos podem ser compartilhados em sua vida profissional.

No referencial teórico é oferecido conhecimento de vários autores em bibliografias como: Siqueira, Cobra, Barreto, Andrade, Klaric, entre outros. O artigo está estruturado de forma que, o mesmo contemple uma análise exploratória sobre o marco teórico utilizado, a importância do turismo, marketing de turismo, conceito de dark tourism, neuromarketing: psicologia e comportamento humano e a importância de um plano de marketing para o *Dark Tourism*.

Através do desenvolvimento deste artigo, tem-se a possibilidade de verificar as vantagens que um bom planejamento pode trazer ao setor turístico mundial. Dentre os principais benefícios pode-se citar: ampliação de mercado, atração e prospecção de clientes, na qual proporcionará maior visibilidade e reconhecimento do ponto turístico para atuais e futuros clientes e retorno financeiro.

1 CONCEITUAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO TURISMO

Seja para conhecer novos lugares, nas férias para um descanso ou até mesmo em benefício de estudos, o turismo vem ao longo dos anos recebendo mais atenção e conseqüentemente importância das pessoas, empresas, governos, entre outras organizações à ele ligado. Fica mais evidente tratando-se de importância, se considerarmos em números. Segundo Cobra, a Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que no Brasil, o turismo é responsável por cerca de 5 milhões de empregos (COBRA, 2001).

No sentido histórico, para Barretto, o turismo de massa iniciou-se por volta de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, onde muitos países depositaram no turismo suas expectativas de crescimento econômico, além de um importante fator de intercâmbio cultural entre os povos (BARRETTO, 2007).

De acordo com Siqueira, a Organização Mundial do Turismo define turismo como

[...] o deslocamento voluntário e temporário fora de sua residência habitual (superior a 24 horas, com pelo menos um pernoite e um período máximo de noventa dias), por uma razão diferente que a de exercer uma atividade remunerada. Ou seja, movimento por razões distintas de atividades de negócios ou profissionais. A ênfase é posta no aspecto recreacional. (SIQUEIRA, 2005, p. 78).

A importância do turismo para a economia mundial é algo notável. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, em 2008 a renda total advinda através do turismo internacional foi de US\$ 1,1 trilhão e ainda, se não bastasse, foi responsável por cerca de 30% de todas as exportações de serviços no mundo (BRASIL, 2009).

Já de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande

do Sul, de todos os turistas que ingressaram no Brasil no ano de 2010, aproximadamente 40% entraram pelo Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Já para Sparemberger e Zamberlan,

O atual ambiente competitivo obriga as empresas a estarem permanentemente procurando novos clientes, ou seja, prospectando. Um profissional de vendas bem-sucedido precisa trabalhar na prospecção, o que envolve conseguir marcar um contato com o cliente em potencial e planejar a entrevista de vendas. (SPAREMBERGER; ZAMBERLAN, 2011 p. 185).

E em relação ao turismo local, um dos lugares mais visitados no noroeste do estado, são as reduções jesuíticas, ou também conhecidas como Os Sete Povos das Missões.

Visitando as Ruínas de São Miguel e de Outros Povos, os turistas admiram a extraordinária ação civilizadora dos jesuítas, que mediante a exclusiva colaboração do gentio, desenvolveram as artes, a agricultura, a pecuária e o próprio comércio exportador. (BARBOSA, 2013, p. 20).

Diante dessa afirmação, pode-se identificar que o turismo internacional representa um fator regional indispensável a ser estudado. Ainda nesse sentido, o atual momento econômico dos países com os quais o estado gaúcho faz fronteira, pode ser uma importante variável no crescimento do turismo local.

2 DARK TOURISM

Cada vez mais, inúmeras pessoas têm procurado pontos turísticos diferentes ou em outras palavras, inusitados. Muitos desses locais são memoriais, ruínas, cemitérios e qualquer outro cenário onde tenha ocorrido um fato histórico baseado no sofrimento ou até mesmo morte de pessoas.

Diante disso, surgiu o termo *Dark Tourism* (turismo negro em português), que segundo Farmaki, é conhecido como o turismo que envolve visitas a lugares reais ou recriados, onde tenham ocorrido mortes, sofrimento, desgraça ou simplesmente algo sinistro ou macabro (FARMAKI, 2013 apud FONSECA E SILVA, 2014).

Segundo Stone, o *Dark Tourism* é um assunto em constante crescimento,

pois somente a partir dos anos 90, iniciou-se os primeiros estudos acadêmicos na área, através da publicação de um editorial de Malcolm Foley e John Lennon em 1996 para o *International Journal of Heritage Studies*, mas apenas no ano 2000, tornou-se um assunto conhecido graças ao livro “*Dark Tourism: The Attraction of Death and Disaster.*” (STONE, 2011 apud PEGAS, 2013, p. 24).

Apesar dos estudos serem recentes, a curiosidade mórbida das pessoas não é algo novo, pois já no início do século XI, as pessoas viajavam para lugares como por exemplo Jerusalém, com o objetivo de conhecer o local da crucificação de Jesus Cristo (DALE; ROBISON, 2008 apud MONTEIRO; MONTEIRO; SILVA, 2010).

Como pode-se perceber, o *Dark Tourism* é uma área onde fatores como a emoção e o sentimento, desperta a curiosidade e é o que motiva diversos turistas a visitarem esses diferentes e históricos cenários. O especialista em neuromarketing, Klaric, em seus laboratórios, descobriu através de vários estudos acadêmicos e clínicos, incluindo eletroencefalogramas, que 85% do processo de decisão provém do subconsciente e do inconsciente (KLARIC, 2012).

Para Cobra, um serviço turístico combina aspectos tangíveis e intangíveis. Os aspectos tangíveis estão caracterizados por seus atributos físicos e os aspectos intangíveis pelos benefícios buscados pelos clientes e ainda pelas emoções que o serviço possa proporcionar (COBRA, 2001, p. 87).

Portanto, para tentar compreender melhor como funciona o pensamento desses clientes, tentando sempre atrair e mantê-los, é possível buscar informações na área do neuromarketing.

3 MARKETING VOLTADO AO TURISMO

O marketing, mais especificamente de serviços, cada vez mais vem tornando-se uma ferramenta fundamental para as organizações que buscam constante crescimento na captação de novos clientes. Da mesma maneira, o marketing também é importante na divulgação turística, para que possa atrair pessoas de diversos lugares do mundo.

A medida do sucesso de uma empresa que atue no segmento de turismo e hospitalidade é que ela procura desenvolver alternativas para ampliação do valor da oferta incluindo também a relação com o cliente do cliente, ou seja, com o cliente da agência de viagens, com o cliente da operadora de turismo, e assim por diante. (COBRA, 2001, p. 271).

O papel do setor de serviços na economia de um país varia, atraindo uma infinidade de segmentos de serviços, como *fast-food*, serviços financeiros como bancos e investidores, companhias aéreas, serviços de telecomunicação, entre outros (COBRA, 2001).

O marketing de serviços é uma das áreas mais abrangentes, pois está em constante crescimento. Isso é possível de constatar se pararmos para refletir sobre quanto/qual tipo de serviço você utiliza (e/ou estão disponíveis no seu entorno [...]) os dados do IBGE apresentados no artigo Participação de Serviços, chega a 67% em 2008 (são informações relativas ao mercado brasileiro). (ANDRADE, 2012, p. 45).

Dessa maneira, Chiavenato afirma que, “[...] o conceito do marketing envolve ações como vender, divulgar, propagar, promover, distribuir, definir preço, construir marca, atender ao cliente e, sobretudo, encantá-lo e fidelizá-lo.” (CHIAVENATO, 2005, p. 2).

A chave em turismo é a fidelização de clientes. O comportamento do cliente bem identificado permite segmentar o mercado, agrupando clientes por estilo de vida e outros fatores demográficos e psicográficos. Oferecendo produtos e serviços de valor fica mais fácil evitar a perda de clientes. Assim a teoria da compreensão do valor percebido permite formular estratégias para manter clientes fiéis. (COBRA, 2001, p. 21).

Nesse sentido, Kotler afirma “[...] que os consumidores avaliam qual oferta proporcionará maior valor. Eles procuram sempre maximizar o valor, dentro das restrições impostas pelos custos envolvidos na procura e pelas limitações de conhecimento, mobilidade e renda”. (KOTLER, 2005, p. 40).

Em tratando-se de um lugar em específico, e não de um produto, fica mais difícil ainda realizar essa compreensão do que o cliente espera encontrar ao realizar o turismo. Segundo Cobra, “[...] como o produto turístico é uma combinação de ação e emoção em que os aspectos tangíveis e intangíveis se sobrepõem numa mistura entre o real e o imaginário, a criatividade do setor deve ser intensa.” (COBRA, 2001, p. 36).

Ainda, Kotler e Keller, ressaltam que “[...] fazer marketing significa satisfazer as necessidades e os desejos dos clientes. O dever de qualquer negócio é fornecer valor ao cliente mediante lucro.” (KOTLER; KELLER, 2006, p. 34). Já a escolha de como procurar clientes pode ser feito de muitas formas e varia de acordo com o objetivo traçado. Atualmente o modelo mais utilizado é a internet, por meio de sites de busca ou relacionados com viagens. Segundo Cobra, “[...] com o impacto dos sistemas informatizados como a internet, o setor de turismo necessita reavaliar o seu papel na criação e na administração da demanda de serviços de viagem, lazer e hospitalidade.” (COBRA, 2001, p. 36).

Mas, também pode ser realizado através de indicações de pessoas que já visitaram o local (chamado de marketing boca a boca), por feiras, catálogos, folders, anúncios, agências de viagens e televisão.

4 COMPORTAMENTO HUMANO EM RELAÇÃO AO TURISMO

Um dos motivos que torna esse estudo interessante do ponto de vista acadêmico, é saber quais são os motivos que levam com que as pessoas sintam-se atraídas por lugares mórbidos ou sinistros? Uma das explicações, pode-se encontrar no conceito de Neuromarketing que segundo Camargo “[...] trata da pesquisa de comportamento do consumidor, isto é, do estudo de como o anúncio realmente influencia as pessoas e até que ponto o faz.” (CAMARGO, 2009, p. 75).

Outra explicação é encontrada no ramo filosófico, mais precisamente na palavra de origem alemã, *Schadenfreude*, que segundo Leite, significa alegria ou o prazer que as pessoas têm com o sofrimento alheio (LEITE, 2007).

Para Sharpley, “[...] desde que as pessoas são capazes de viajar, elas são atraídas – propositadamente ou não – para locais, atrações ou eventos que estão ligados de uma forma ou de outra com morte, sofrimento, violência ou catástrofe.” SHARPLEY, 2009, p. 4 apud BAPTISTA; COUTINHO, 2013, p. 3).

Para Cobra, “[...] a escolha no processo de compra de turismo e viagens é também influenciada por quatro fatores psicológicos: motivação, percepção, aprendizado, crenças e atitudes.” (COBRA, 2001, p. 148).

Aprofundando ainda mais sobre o assunto, Viscott, afirma que

[...] filme de aventuras nos segura e nos mantém nas poltronas à medida que nos identificamos com pessoas fictícias ameaçadas por criaturas poderosas, aparentemente invencíveis, espíritos, holocaustos, terremotos, tubarões. O envolvimento que estas aventuras suscitam reflete nosso instinto básico de sobrevivência. O sentimento de assumir um risco básico de sobreviver é revigorador: dá um novo sentido à vida. Seguramente esta é a razão pela qual os esportes que implicam risco são tão excitantes. (VISCOTT, 1982, p. 48-49).

Inúmeros estudos revelam atrações muito antigas que vem de encontro com o conceito do *Dark Tourism*. Um exemplo a ser citado, segundo Stone eram os jogos realizados por gladiadores no antigo Coliseu de Roma na Itália, onde a morte de um competidor era comemorada por uma grande plateia (STONE, 2006, apud MONTEIRO; MONTEIRO; SILVA, 2010).

Vale lembrar também, que naquela época, a maioria das execuções eram realizadas em locais públicos como forma de castigo para a pessoa punida e de espetáculo para o público. Devido a essa série de fatores, torna-se importante a avaliação do neuromarketing, que segundo Klaric é um estudo que une primeiramente a antropologia, em seguida juntam-se com os profissionais de psicologia e depois entrando na área da neurologia, não se detendo apenas às ciências sociais (KLARIC, 2012).

Portanto, percebe-se nesse estudo, que dentro do ramo turístico, o segmento sombrio e mórbido de diversos lugares, aponta uma grande possibilidade de atrair inúmeros visitantes sedentos por histórias ou curiosidades do tipo.

5 A IMPORTÂNCIA DE UM PLANO DE MARKETING PARA O DARK TOURISM

Vale ressaltar que o *Dark Turismo* é um setor que apresenta um crescimento expressivo no mercado por trabalhar entre outros fatores com a curiosidade das pessoas. Porém, esse crescimento expressivo no mercado, pode não se concretizar se a empresa privada, governo ou seja quem for que administre o lugar enquadrado no conceito de *Dark Tourism*, não tiver um bom planejamento. Depois de conhecer o lugar onde enquadra-se ao conceito de

Dark Tourism, sua história, entender a cultura e o pensamento das pessoas a respeito do mesmo, se estão dispostas a visitar, é possível desenvolver um plano de marketing para alavancar o turismo local.

De acordo com o Ministério do Turismo, é grande o desafio de construir de um Plano de Marketing capaz de atender às necessidades de promover um país, aproveitando as oportunidades advindas de eventos e ao mesmo tempo dar apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos (BRASIL, 2009).

O desenvolvimento e o detalhamento do plano de marketing são imprescindíveis. Porém, faz mais sentido chamá-lo de plano de batalha. O plano deve oferecer razoável probabilidade de que se ganhará a guerra antes da primeira batalha. Caso não esteja produzindo algo melhor, mais novo, mais rápido ou mais barato, é melhor não entrar no mercado. (KOTLER; KOTLER, 2015, p. 174).

Para a elaboração de um planejamento, sugere-se a utilização da ferramenta 5W2H. Para Stadler, “[...] a ferramenta 5W2H, é uma técnica que define uma ação para todas as etapas de análise e de melhoria de processos. 5W+2H são perguntas que tem o objetivo de obter respostas aos problemas a serem resolvidos e/ou organizar ideias na resolução de problemas.” (STADLER, 2008, p. 10).

Segundo o que pode-se perceber diante de todos os referenciais pesquisados, dentre os principais benefícios de um bem elaborado plano de marketing, pode-se citar: ampliação de mercado, atração e prospecção de clientes, na qual proporcionará maior retorno financeiro, visibilidade e reconhecimento do ponto turístico para atuais e futuros clientes.

6 SMART CITIES COMO FERRAMENTA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Esse tópico apresenta alguns conceitos em relação ao tema Cidades inteligentes. Através do acentuado aumento de pessoas vivendo em grandes centros, aumentou-se também, os debates sobre a importância das cidades no contexto econômico global (SASSEN, 1998).

Já Nam e Pardo (2011), relatam que as cidades têm crescido rapidamente e que esse crescimento populacional na zona urbana, acarretou inúmeras ameaças gravíssimas: danos à estrutura de transporte, estradas, poluição e alguns riscos físicos são exemplos dos problemas gerados.

Nesse sentido, a utilização das TICs (Tecnologias da informação e comunicação) são fundamentais para a estruturação das cidades inteligentes, de modo que melhore o cotidiano das pessoas inseridas no contexto, seja em sua vida pessoal ou profissional, incrementando aspectos inovadores e colaborativos nas cidades (KOMNINOS; SEFERTZI, 2009).

Segundo Webber e Wallace (2009), as chamadas cidades inteligentes, englobam algumas tecnologias que promovem diversas melhorias significativas em diferentes ramos de atividades, por exemplo: eficiência energética; otimização de produção; sistemas de monitoramento e gestão; infraestrutura; colaboração mútua, saúde e educação aliada à internet; melhoria logística através de etiquetas digitais para rastreamento de mercadorias e objetos, entre outros.

Dessa maneira, uma nova área surge para auxiliar no método tradicional de como é explorado o turismo no contexto atual: o turismo inteligente.

6.1 TURISMO INTELIGENTE

Uma das áreas que podem ser beneficiadas com as smart cities, é a do turismo. O turismo inteligente é um método de conseguir vantagens competitivas, fazendo com que os benefícios do setor turístico impactem em outras áreas, potencializando dessa maneira, a economia local (MUÑOZ; SÁNCHEZ, 2013).

Já para Jiang (2013), o uso da tecnologia aliada ao turismo, é uma forma de inovar a maneira de gestão, aumentando assim a competitividade, afim de alinhar os serviços prestados, recursos físicos e o uso das informações disponíveis para melhorar o local, bem como a experiência do turista.

Ainda nesse sentido, a interação entre informação e comunicação tornam-se aliadas ao turismo, graças à tecnologia que vem transformando as experiências turísticas cada vez mais inesquecíveis.

A gama de tecnologias de informação e comunicação que acompanham o turista munido de qualquer dispositivo, em qualquer lugar e a qualquer hora, está maximizando as possibilidades de introduzir novas formas de criar experiências de tecnologia melhorada em todos os lugares ao longo da viagem do consumidor, por exemplo, pré/durante/pós viagem. (NEUHOFER; BUHALIS, 2013, p. 2).

Já na prática, as principais fontes de informações que acabam gerando conteúdo por parte dos turistas, podem ser através de redes sociais, sites de compartilhamento, sites de avaliação do consumidor, imagens e fotografias, marketing “boca-a-boca” (seja presencial ou através da internet), entre outros (MUÑOZ, 2013).

Em relação à melhora da gestão do ponto turístico, Muñoz complementa que os Destinos Turísticos Inteligentes estão ligados ao aumento da competitividade da indústria e para a experiência turística melhorar; a interação vai muito além do tempo gasto na cidades. (MUÑOZ, 2013, p.18). Segundo Muñoz e Sánchez (2013), o espaço inovador é uma vantagem advinda de inovações tecnológicas aplicadas ao ponto turístico.

6.2 SUGESTÃO PRÁTICA REFERENTE À TECNOLOGIA ALIADA AO MARKETING DE TURISMO

Como pode-se perceber através do referencial teórico, se conseguir tornar um ponto turístico em um destino turístico inteligente, com o auxílio da tecnologia, aumenta-se a sua visibilidade e também possivelmente a quantidade de pessoas que visitam o local.

Mas para que isso seja possível, é necessário algumas alterações quanto à gestão do turismo. Através de um plano de marketing, essa gestão pode ter um passo a passo a ser seguidos, através de ações previamente definidas no plano.

A empresa precisa de visão, a visão demanda estratégia, a estratégia requer planos e os planos necessitam de ação “[...] O desenvolvimento e o detalhamento do plano de marketing são imprescindíveis. Porém, faz mais sentido chamá-lo de plano de batalha. O plano deve oferecer razoável probabilidade de que se ganhará a guerra antes mesmo da primeira batalha.

Caso não se esteja introduzindo algo melhor, mais novo, mais rápido ou mais barato, é melhor não entrar no mercado.” (KOTLER; KOTLER, 2015, p. 174).

Após formulada as ações à serem desenvolvidas, Rosa afirma que é preciso determinar de que maneira você irá divulgar seus produtos, pois todas as formas de divulgação implicam em custos “[...] Existem diversos tipos de divulgação. Use a criatividade para encontrar as melhores maneiras de divulgar seus produtos ou, então, observe seus concorrentes.” (ROSA, 2007, p. 34).

Porém, como começar na prática as ideias que o turismo inteligente visa melhorar? Essa respostas pode ser construída juntamente com o próprio visitante do local. Segundo Buhalis e Foerste, o marketing pode trabalhar com a co-criação de valor, ou seja, a criação de valor em parceria com todos os envolvidos, sejam eles, comunidade, usuários, gestores públicos e privados, de todas as partes interessadas que podem vir a utilizar informações. Após a coleta das informações através de uma série de sensores, o Destino Turístico Inteligente pode disponibilizar, em tempo real, uma gama de informações que influenciam na experiência turística (BUHALIS; FOERSTE, 2015).

Uma ideia aliada às Smart Cities proposta para esses locais, é a criação de um aplicativo para smartphone. Esse aplicativo terá uma plataforma em que os turistas poderão acessar fotos, vídeos, expor seus elogios, suas críticas e demais informações ligadas ao local visitado. Esse aplicativo estaria para download na página oficial do ponto turístico, de maneira gratuita.

Através da tecnologias de informação e comunicação que acompanha o turista que tiver o aplicativo em seu dispositivo, em qualquer lugar e a qualquer hora, ele estará aumentando a proximidade e o relacionamento ao longo da viagem. Tudo isso antes, durante e depois do turismo (NEUHOFER; BUHALIS, 2013).

Depois do desenvolvimento da estratégia, a empresa deve elaborar programas detalhados de apoio, pois a melhor ação de marketing pode ser arruinada por uma implantação inadequada. Para isso, as organizações não devem se deter apenas a um determinado público, e sim direcionar suas ações para todos os seus stakeholders – clientes, funcionários e fornecedores. A empresa pode ter como objetivo entregar níveis de satisfação acima do mínimo a diferentes públicos (PORTELA, 2012).

Para os responsáveis pelo ponto turístico, seja o setor público ou privado, esse aplicativo será importante, pois pode auxiliar na gestão do mesmo, ampliando a divulgação, interagindo com pessoas do mundo inteiro através da internet e, ainda, melhorando aspectos negativos que podem aparecer nos comentários.

CONCLUSÃO

Atualmente as empresas pensam cada vez mais em novas ações de marketing e estratégias com um objetivo principal de manter seus clientes ativos. Para isso, torna-se grande necessidade de planejamento e ações inovadoras, para continuar mostrando seu trabalho em busca de novos clientes.

Nesse artigo, foram descritos alguns benefícios de um bem elaborado plano de marketing o setor turístico, mais precisamente aos lugares enquadrados no conceito de *Dark Tourism*, com o intuito de ampliação de mercado, ao mesmo tempo aplicando um marketing para satisfazer os atuais clientes. O objetivo geral desse trabalho foi descrever a importância de um planejamento de marketing para o turismo. Através de pesquisas bibliográficas, foi possível realizar esse objetivo.

Para que fosse atingido o primeiro objetivo, no item 1, realizou-se um relato sobre o que é o turismo, sua importância. O segundo objetivo que é descrever como funciona o marketing de turismo, foi concluído nos itens 2 e 3, os quais contêm importantes informações sobre o assunto. O terceiro objetivo, que é como analisar os motivos que levam com que as pessoas a visitem tais pontos turístico relacionados ao tema de *Dark Tourism*, foi concluído no tópico 4, onde foi elaborado os detalhes do que é essa modalidade de turismo, juntamente com a análise psicológica e de comportamento humano relacionado ao *Dark Tourism*.

No último objetivo, que é verificar como um Plano de Marketing aliada com a tecnologia para o desenvolvimento do *Dark Tourism*, foi descrito no item 5 e 6, (juntamente com a solução do problema deste artigo científico), alguns importantes benefícios que um bom planejamento pode trazer, entre eles: ampliação de mercado, atração e prospecção de clientes, na qual proporcionará

maior visibilidade e reconhecimento do ponto turístico para atuais e futuros clientes.

Para o autor do relatório, esse assunto foi de grande importância, pois agregou um conhecimento intelectual na área estudada de marketing, o qual está buscando um crescimento pessoal e profissional. Para os demais acadêmicos, recomenda-se que continuem esse assunto complementando sempre as ações de marketing citadas nesse estudo, onde pode-se aplicar algumas dessas na prática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Frederico de. **Marketing: o que é? quem faz? quais as tendências?** Curitiba: InterSaberes, 2012.

BAPTISTA, Maria Manuel; COUTINHO, Belmira. **O Turismo Negro como Experiência de Ócio Humanista** – aproximações entre conceitos aparentemente distantes. 2013. Disponível em: <www.mariamaneuelbaptista.com/pdf/15_Ocio_Belmira_Português.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas.** Campinas: Papyrus, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Aquarela 2020: Marketing Turístico Internacional do Brasil.** Brasília, 2009.

BUHALIS, D.; FOERSTE, M. **SoCoMo Marketing for Travel and Tourism: empowering co-creation of value.** Journal of destination marketing and management. 4. 151–161. 2015. Disponível em: <<http://daneshyari.com/article/preview/1011039.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAMARGO, Pedro. **Neuromarketing: Ddscondicionando a mente do consumidor.** Porto: IPAM, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Vendas: uma abordagem introdutória.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COBRA. Marcos; **Administração de Marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Marketing de Serviços: turismo, lazer e negócios.** 2. ed. São Paulo: Cobra, 2001.

FONSECA, Ana; SILVA, Carla. **Motivações de Procura do Dark Tourism como uma Forma Alternativa de Turismo**. 2014. Disponível em: <<https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=34984>>. Acesso em: 14 out. 2015.

KLARIC, Jürgen. **Estamos Cegos**. São Paulo: Planeta, 2012.

KOTLER, Philip; KOTLER, Milton. **Marketing de A a Z e Marketing de Crescimento**: ed. 2 em 1. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

_____. **Marketing Essencial**: conceitos, estratégias e casos. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

JIANG, H. (2013) **The Research Review of Intelligent Tourism**. Journal of Management and Strategy. 4(4) 65-67. Disponível em: <www.sciedu.ca/journal/index.php/jms/article/viewFile/3631/2144>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. 7 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira; MONTEIRO, Jéssica de Oliveira; SILVA, Eryl Maria de Carvalho. **Turismo Macabro**: Conhecer para Entender; Entender para (Des)construir. 2010. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2010/paper/downloadSuppFile/839/401>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MUÑOZ, Ávila. L. **Creating a Smart Destination**. Disponível em: <www.morocco-forum.com/downloads/presentations/Antonio-lopez-de-Avila-Munoz-Creating-a-Smart-Destination.pdf. 2013>. Acesso em: 10 set. 2017.

MUÑOZ, A. L.; Á, SÁNCHEZ, S. G. **Destino Turístico Inteligente**. Harvard Deusto Business Review. 224, 58-67. Disponível em: <http://www.harvard-deusto.com>.

NAM, T.; PARDO, T. A. (2011). **Conceptualizing Smart City With Dimensions of Technology, People, and Institutions**. The Proceedings of the 12th Annual International Conference on Digital Government Research. Disponível em: <http://inta-aivn.org/images/cc/Urbanism/background%20documents/dgo_2011_smartcity.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

NEUHOFER, B.; BUHALIS, D. **Technology Enhanced Tourism Experiences**. Digital Tourism Think Tank. 2-13. 2013.

PAIXÃO, Márcia Valéria. **Pesquisa e Planejamento de Marketing e Propaganda**. Curitiba: IBPEX, 2011.

PEGAS, Ana Paula Martins Castro. **O Visível que não se Vê e o Património Cemiterial**: proposta de criação de uma Rota Turística dos Cemitérios do Porto. 2013. Disponível em:
<http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file?pct_gdoc_id=81032>. Acesso em: 10 out. 2015.

PORTELA, C. B. M. . **O Marketing e o Comportamento do Consumidor**. 2012. Disponível em:
<http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3488.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015**. Rio de Janeiro, 2012.

ROSA, Cláudio Afrânio. **Como Elaborar um Plano de Negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007.

SIQUEIRA, Deis. **História Social do Turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Ed. Vieira, 2005.

SPAREMBERGER, Ariosto; ZAMBERLAN, Luciano. **Vendas: fundamentos e relacionamento com clientes**. 1. ed. – Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

STADLER, H. **Sistemas de Avaliação e Qualidade**. Curitiba: Fotolaser, 2008

VISCOTT, David. **A Linguagem dos Sentimentos**. São Paulo, Ed. Summus, 1982.

A MEDIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO AOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO

Amanda Junges Stein¹
Daniele Specht Lemos da Silva²
Lucas Gabriel dos Reis³
Roberta Kuhn Colli⁴
Renata Maciel⁵
Renê Carlos Schubert Junior⁶

RESUMO

A temática do presente artigo trata sobre mediação, delimitando-se em abordar a utilização do referido instituto no tratamento de conflitos que envolvam o abandono afetivo, o qual ocorre quando um dos genitores deixa de exercer as suas responsabilidades caracterizadas pela falta de afeto, de assistência e de cuidados que uma criança necessita durante sua vida. Tem por objetivo trabalhar conceitos básicos sobre a mediação e a sua capacidade tratar conflitos resultantes do abandono afetivo e, por desígnio aborda como principais questões: como a mediação é importante para amenizar as consequências causadas ao infante e ao adolescente? E como proceder para estabelecer um consenso entre as partes? O abandono afetivo aparece como uma das principais controvérsias familiares, que afeta crianças e adolescentes. Desse modo, a mediação surge como um método mais rápido e adequado de tratar conflitos como estes, pois apresenta-se como proposta de resgatar o mote do conflito. A metodologia de pesquisa caracteriza-se como teórica, desenvolvida com base em tratamento de dados qualitativos e fins exploratórios. A geração de informações é por documentação indireta, em produção bibliográfica, apresenta método de abordagem dedutivo e método de procedimento técnico. Como resultado da pesquisa, resta evidente a importância da mediação de conflitos na resolução de litígios familiares, com ênfase o abandono afetivo, a fim de preservar o desenvolvimento psicossocial da criança ou do adolescente. Percebe-se que a mediação tem como intuito amenizar as consequências causadas na prole e evitar a aquisição de problemas psíquicos futuros, tais como o ódio e o repúdio para com seus genitores e demais pessoas em sua volta.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. amandasteinj@outlook.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. daniellespecht-ls@hotmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. dosreis.lucas@outlook.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. robertacolli@hotmail.com

⁵ Orientadora. Professora do Curso de Direito – Faculdades Integradas Machado de Assis. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – FEEVALE. Mestre em Direitos Humanos. advogada.rmaciell@gmail.com

⁶ Orientador. Professor do Curso de Direito – Faculdades Integradas Machado de Assis. Mestre em Desenvolvimento, linha de pesquisa Direitos Humanos – UNIJUÍ. reneschubertjunior@yahoo.com.br

Além disso, é necessário o aprimoramento das técnicas de mediação, com vistas a dar maior efetividade aos tratamentos dos litígios e uma resposta mais adequada às partes.

Palavras-chave: Abandono Afetivo – Genitor – Conflitos – Mediação – Tratamento de Conflitos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da mediação e sua aplicação na resolução de conflitos e delimita-se em enfatizar a mediação no tratamento do abandono afetivo. Apresenta conceitos sobre a importância da mediação, definida como um instrumento utilizado para facilitar processos de litígios, na qual se busca meios, como o diálogo pacífico entre as partes envolvidas e conduzido por um mediador, para tratar desavenças sociais. O enfoque principal trata da aplicação da mediação aos casos de abandono afetivo, que se apresenta como uma das consequências mais agravantes dentro de controvérsias familiares, por colocar em risco o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. A mediação nestes casos pode representar uma maneira mais rápida de amenizar os sintomas causados pelo abandono, sendo possível a reaproximação dos prejudicados.

O objetivo geral da pesquisa é a compreensão de como a mediação de conflitos, conduzida por um mediador definido pelo tribunal ou escolhido pelas próprias partes, pode ajudar no tratamento dos casos de abandono afetivo. Toma-se papel do mediador, na importância de conduzir o processo de diálogo entre os envolvidos, por meio do qual busca um consenso entre as partes e demonstra total imparcialidade, sem apresentar nenhum tipo de interesse sobre o conflito.

A metodologia da pesquisa caracteriza-se como teórica, desenvolvida com base em teorias e conceitos, tendo em vista o aprimoramento de fundamentos teóricos. De natureza qualitativa, tem como objetivo compreender e interpretar as razões e motivações que levam ao abandono afetivo, bem como esclarecer em que sentido a mediação de conflito pode ser útil nestes casos, apresentado fins exploratórios, com o intuito de proporcionar uma visão geral sobre o tema.

A geração de informações é por documentação indireta e produção bibliográfica, com base na leitura de teorias e doutrinas disponibilizadas em livros acadêmicos

e artigos científicos que abrangem o conteúdo. Além de expor as ideias e princípios que caracterizam a temática, busca-se a interpretação e a compreensão dos principais autores que conceituam o tema.

A análise e a interpretação de dados foram desenvolvidas pelo método de abordagem dedutivo e a partir de procedimentos técnicos, históricos e comparativos. Baseia-se em teorias e princípios já elaborados, bem como a própria legislação e sua conceitualização sobre a mediação de conflitos e o abandono afetivo, tendo a finalidade de obter conhecimento e compreensão da temática exposta.

O artigo divide-se em três partes, tendo em vista que a primeira trata da conceitualização da mediação de conflitos e o papel do mediador na resolução de controvérsias. A segunda, apresenta a caracterização da mediação familiar como um meio rápido na busca por soluções das principais desavenças que ocorrem no âmbito familiar. Já a terceira parte, descreve o abandono afetivo como uma grave consequência no desenvolvimento psicológico da criança ou do adolescente e como a mediação pode contribuir para amenizar tais problemas.

1 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

O presente ponto busca apresentar o conceito de conflito e a mediação como forma de resolução daqueles, especialmente os que se apresentam no âmbito familiar e se agravam pela ocorrência do abandono afetivo. Neste sentido, inerente às relações humanas, o conflito pode decorrer de inúmeros fatores, dentre os quais se evidenciam as divergências entre as partes, bem como de um inicial interesse comum, que a partir de um ponto de vista subjetivo, torna-se contraditório.

Na disputa conflituosa, cada uma das partes busca os melhores argumentos na tentativa de destruir o argumento de seus oponentes e, conseqüente posição perante uma determinada situação, do adversário, que é percebido como um inimigo. “Em suma, as relações, com sua pluralidade de percepções, sentimentos, crenças e interesses, são conflituosas.” (VASCONCELOS, 2008, p. 20).

Assim, os conflitos surgem a partir do desentendimento entre as partes sobre um determinado acontecimento, e devem ser solucionados. Tal solução pode ser caracterizada como imposta, quando for necessário passar por um processo judicial e a partir do veredito é exigido o cumprimento pelas partes. No entanto, existe a possibilidade de ser considerada consensual, ou seja, um acordo por meio do diálogo que se estabelece a resolução do conflito, tornando a mediação uma função necessária para estes casos (DIAS, 2010).

É indispensável o prognóstico do conflito para compreender e analisar as origens e motivos que levaram à existência da controvérsia. Tartuce entende o conflito, como “[...] controvérsia, disputa, lide, litígio, contraste: há diversas nomenclaturas para este recorrente fenômeno nas relações pessoais.” (TARTUCE, 2008, p. 23). Ademais, para o mesmo autor, o conflito é “[...] um tema que não envolve apenas aspectos jurídicos, mas também sociológicos, psicológicos e filosóficos.” (TARTUCE, 2008, p. 25).

À vista disso, para Fabiana Spengler e Douglas Cesar Lucas:

A noção de conflito não é unânime. Nascido do antigo latim, a palavra conflito tem como a raiz etimológica a ideia de choque, ou ação de chocar, de contrapor ideias, palavras, ideologias, valores ou armas. Por isso, para que haja conflito, em primeiro lugar as forças confrontantes sejam dinâmicas, contendo em si próprias o sentido de ação, reagindo umas sobre as outras.

Na tentativa de uma explicação mais esmiuçada para a palavra conflito, tem-se que consiste em um enfrentamento entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns a respeito dos outros, uma intenção hostil, geralmente com relação a um direito. Para manter esse direito, afirmá-lo ou restabelecê-lo, muitas vezes lançam mão da violência, o que pode trazer como resultado o aniquilamento de um dos conflitantes. (SPENGLER; LUCAS, 2008, p. 21-22).

Com a regulamentação e o estabelecimento da ordem em sociedade, o direito contemporâneo é caracterizado pela demora e pela pouca efetividade do Poder Judiciário, resultante do sobrepeso de seus encargos. Nesse sentido, a mediação conquista relevância em processos de resolução de conflitos, por tratar de uma solução imediata, sem precisar passar pelas etapas e limites impostos pelos processos judiciais. Contudo, para que ocorra é necessário que seja estipulada a partir da vontade das partes e pela boa-fé dos envolvidos (DIAS, 2010).

Com a crise no sistema judiciário, percebe-se a importância de instrumentos que facilitam a determinação de conflitos, na qual, segundo Fabiana Spengler e Theobald Spengler Neto:

O judiciário foi organizado para atuar dentro de determinados limites, os quais estão muito aquém da complexidade conflitiva que lhe ocorre. Consequentemente, em meio aos aspectos multifacetários que marcam as relações sociais atuais, a busca de meios consensuais de tratamento de conflitos, mas também a busca pela instituição de outra cultura que trabalhe com a concepção de fomento à reconstituição autonomizada do litígio. (SPENGLER; SPENGLER, 2010, p. 26).

Além da busca pelos meios consensuais de tratamento de conflitos:

A justiça consensual em suas várias formulações aparece como resposta ao funcionamento das formulas modernas, referindo a emergência/recuperação de um modo de regulação social que, muito embora possa, ainda, ser percebida como instrumento de integração, apresenta-se como um procedimento geralmente formal, por meio do qual um terceiro procura promover as trocas entre as partes, permitindo que estas se confrontem buscando uma resposta pactuada e construída para o conflito que enfrentam. (SPENGLER; SPENGLER, 2010, p. 15).

Há outros meios além da mediação de conflitos que auxiliam e facilitam na resolução de desarmonias, como: a conciliação, que se refere à uma forma instituída a partir de uma comunicação não conflituosa, na qual o conciliador conduz as partes na análise de seus direitos e pode opinar e realizar sugestões; a arbitragem, que por sua vez, é realizada por um perito com capacidades técnicas para avaliar o conflito e sugerir uma solução à problemática; e a negociação, em que os sujeitos se comunicam diretamente, sem a intervenção de um terceiro, buscando um acordo entre os mesmos (SOUSA, 2005).

A mediação, como instrumento de resolução de conflitos, é utilizada desde a antiguidade, especialmente no tocante de divergências familiares. Deste modo, entende-se que a família é a principal prejudicada com desentendimentos decorrentes dos litígios e, diante disso, a mediação passa a adquirir notoriedade, visto que se baseia na supremacia da vontade das partes, instigando os indivíduos envolvidos a encontrar um consenso pacífico (CACHAPUZ, 2003).

Assim, a mediação de conflitos pode ser definida como um instrumento utilizado pelo meio jurídico, com o objetivo de buscar soluções e facilitar processos de

litígios. Na mediação, um terceiro indivíduo, considerado como mediador e apresentando imparcialidade e nenhum interesse pela finalidade do conflito, auxilia no processo de comunicação e no estabelecimento de um acordo entre as partes. O mediador pode ser escolhido pelas partes envolvidas, sem precisar ser determinado pela justiça, sendo que no procedimento não há a presença da burocracia do Estado e o tratamento dos conflitos sucede de forma mais rápida e simples, constituindo-se como um mecanismo em que as desavenças são examinadas, discutidas e, posteriormente, resolvidas (VASCONCELOS, 2018). Carlos Eduardo de Vasconcelos considera a mediação de conflitos como

Um meio geralmente não hierarquizado de solução de disputas em que duas ou mais pessoas, com a colaboração de um terceiro, o mediador - que deve ser apto, imparcial, independente e livremente escolhido ou aceito -, expõem o problema, são escutadas e questionadas, dialogam construtivamente e procuram identificar os interesses comuns, opções e, eventualmente, firmar um acordo. (VASCONCELOS, 2008, p. 36).

A Lei N. 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias, em seu artigo 2º, considera que a mediação será orientada pelos seguintes princípios: imparcialidade do mediador, não apresentando nenhum tipo de interesse na controvérsia; isonomia entre as partes, ou seja, as partes são consideradas sujeitos de direitos iguais; oralidade; informalidade; autonomia da vontade das partes; busca do consenso; confidencialidade e boa-fé. Além disso, nenhum dos indivíduos será obrigado a permanecer e participar do processo de mediação, pelo fato de ser um instrumento para facilitar a procura de uma solução (BRASIL, 2015).

Segundo o artigo 4º, da Lei acima mencionada, o mediador será denominado pelo tribunal ou escolhido pelas partes e conduzirá o processo de diálogo entre os indivíduos, buscando um consenso entre as mesmas para facilitar a resolução do conflito. Além disso, conforme o artigo 5º, da mesma Lei, o mediador deverá esclarecer qualquer fato ou circunstância que poderá causar dúvidas aos interessados, em relação à sua imparcialidade durante a mediação do conflito (BRASIL, 2015).

Nesse liame, é possível compreender que a mediação de conflitos surge como um instrumento facilitador na resolução de divergências, a qual visa, por meio de

um diálogo mediado por um terceiro imparcial, estabelecer um consenso entre as partes envolvidas. Ademais, merece reiterar que, a célula da sociedade mais afetada por conflitos é a família, devido a constante transformação de sua composição e relações concernentes. Nesse sentido, surge a mediação familiar para estabelecer um acordo entre as partes do conflito, preservando o vínculo familiar dos envolvidos.

2 A MEDIAÇÃO E SUA APLICAÇÃO NA ESFERA FAMILIAR

Os diferentes posicionamentos, individuais e coletivos, perante um determinado fato, originam os conflitos e, muitas vezes, a família se destaca como a principal prejudicada da decorrência de divergências. Diante disso, há meios alternativos de solução de conflitos no campo das questões de família, porém os procedimentos litigiosos, em sua maioria, demandam grande tempo para obter uma resolução definitiva. Assim, a mediação familiar trata de desenvolver uma importante ferramenta para diminuir atrasos e, notadamente, facilitar os litígios que se passam no âmbito da família (SALES; VASCONCELOS, 2006).

Nesse sentido, a mediação de conflitos pode ser compreendida como a melhor forma para resolução de problemas e litígios familiares, na qual um conflito gera consequências para aqueles que estão envolvidos dentro de uma relação familiar, como as crianças e os adolescentes que presenciam as desavenças de seus pais. Quando um relacionamento termina, pode ser que a comunicação entre os cônjuges fique prejudicada e comprometa o diálogo entre eles, sendo assim, necessária a mediação como um instrumento rápido e com a finalidade de buscar o entendimento entre as partes e uma solução possível para a controvérsia (GRUNSPUN, 2000).

Na prática, o processo de mediação familiar é proporcionado pela criação de um espaço confortável para que os envolvidos possam desenvolver uma comunicação e estabelecer uma solução para o problema. O mediador, preparado para agir de forma imparcial, utiliza propostas possíveis e referentes às ideias e interesses de ambas as partes, buscando a melhor forma de interagir e proporcionar o bem-estar das mesmas. Além disso, se um dos envolvidos não queira se encontrar com seu ex-cônjuge, o moderador terá a possibilidade de

transmitir as informações e mediar o conflito de forma individual (GRUNSPUN, 2000).

Para Christopher Moore, a mediação pode contribuir para o fortalecimento de relacionamentos e define:

Como a interferência em uma negociação ou em um conflito de uma terceira parte aceitável, tendo um poder de decisão limitado ou não-autoritário, e que ajuda as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa. Além de lidar com questões fundamentais, a mediação pode também estabelecer ou fortalecer relacionamentos de confiança e respeito entre as partes ou encerrar relacionamentos de uma maneira que minimize os custos e os danos psicológicos. (MOORE, 1998, p. 28).

À vista disso, a mediação familiar pode ser a melhor opção para aqueles que procuram resolver rapidamente suas controvérsias, sendo ágil e proporcionadora de mais benefícios do que um processo judicial, na qual procura soluções por meio do diálogo, evita desgastes econômicos, garante o relacionamento entre os envolvidos e reprime as consequências emocionais que podem ser causadas, tanto nos envolvidos, como nos filhos das partes (SALES; VASCONCELOS, 2006).

Percebe-se que a mediação é o instrumento mais rápido e menos oneroso de resolução de conflitos familiares. Além de estabelecer um consenso entre as partes envolvidas no litígio, possui um procedimento menos burocrático e desgastante em comparação a outros meios de soluções de divergências.

3 A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO E A POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO FORMA DE TRATAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO

Os conflitos familiares podem gerar consequências que afetam e interferem no desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes que presenciam desavenças no convívio familiar ou apresentam carência de afeto por parte de um dos genitores. Como exemplo de um conflito familiar, a falta de atenção dos pais para com os filhos poderá gerar danos psíquicos ao menor em desenvolvimento, o qual sentirá falta ou não irá ter a presença da figura de um dos genitores (KAROW, 2012).

Da ruptura conjugal decorre a necessidade de estabelecimento de guarda dos filhos menores e incapazes. A determinação da guarda, em algumas situações, pode ser dificultosa em virtude de desentendimentos e conflitos apresentados pelos genitores. Ou ainda, quando após a separação, estabelecem residências distantes um do outro (VENOSA, 2018). Nesse sentido, um dos genitores pode acabar por se afastar de seus filhos, uma vez que a falta de afeto pode gerar prejuízos às crianças e adolescentes, decorrentes da ausência de carinho e da devida assistência inerentes à responsabilidade parental.

O abandono afetivo ocorre quando um dos genitores deixa de exercer as suas responsabilidades caracterizadas pela falta de afeto, de assistência e de cuidados que uma criança necessita durante sua vida, tendo grande importância para a formação de sua personalidade futura. Os genitores, além de ter o dever de fornecer alimentos aos filhos, devem oferecer o devido afeto necessário para a saúde mental e o comportamento social do menor. A falta de cuidados pode, geralmente, decorrer da separação dos genitores, na qual um deles acaba afastado e mantendo-se ausente (KAROW, 2012).

Ao desamparar afetivamente o filho, o genitor descumpra uma norma expressa na Constituição Federal e deve responder pela ausência e prejuízos provenientes de sua conduta. Dessa forma, a mediação apresenta-se como uma alternativa para o tratamento dos casos de abandono afetivo, visto que se estabelece de forma rápida e pacífica um consenso entre ambas as partes, evitando que o infante se prejudique ou exponha-se ainda mais com a situação (KAROW, 2012).

A constituição Federal estabelece, em seu artigo 227, a manutenção da criança a salvo de qualquer forma de negligência:

É dever da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Para Rizzardo, o abandono afetivo deve ser qualificado como responsabilidade civil, por gerar consequências e danos à formação psicológica das crianças.

Ademais, deve exigir-se do genitor que manteve a ausência de cuidados afetivos, uma indenização por dano moral, pois é necessário que os pais cumpram com o dever de zelar pelos seus filhos, seja materialmente como afetivamente (RIZZARDO, 2005).

Vale ressaltar que, a responsabilidade dos genitores na criação e no suprimento das necessidades dos filhos, não apresenta fim quando ocorre a ruptura conjugal. É de bom alvitre esclarecer que o vínculo entre os filhos e genitores não se encerra com a separação e, que deve ser absoluta o suprimento do melhor interesse do infante, contando que este é a parte mais vulnerável da situação.

A legislação brasileira menciona a autoridade parental que implica na proximidade física dos agentes envolvidos, pais e filhos. A responsabilidade dos genitores sustenta-se na modalidade objetiva de responsabilidade, em que os pais possuem o dever de educar e manter vigilância sobre os filhos, levando em consideração sua menoridade e o exercício da autoridade familiar (VENOSA, 2009).

Caio Mário da Silva Pereira considera que a vítima necessita cada vez mais de proteção:

[...] Não é sem razão que institui na evolução da culpa para o risco criado, mais democrático e mais humano, se considera a pessoa da vítima, cada vez mais necessitada de proteção em confronto com o desenvolvimento material, expondo os indivíduos a sofrer danos que escapam ao controle individual. (PEREIRA, 2018, p. 29).

Deste modo, a responsabilidade civil caracteriza-se por ser uma obrigação do agente de reparar o dano causado ao direito de uma outra pessoa. O causador do prejuízo terá o dever de reparar o direito violado, no qual a reparação e a responsabilidade irão se materializar no mundo real através da indenização ao lesionado. Além disso, classifica-se em contratual, quando a responsabilidade civil for proveniente de um acordo de vontade entre as partes e extracontratual quando decorrer da lei, independente de acordo prévio entre os sujeitos (PEREIRA, 1998).

Neste contexto, compreende-se que, para ocorrer a reparação dos prejuízos resultantes do abandono afetivo, através da indenização por danos morais, é

necessário que se faça presente na determinada situação, o nexo de causalidade entre a conduta do agente omissivo e o dano sofrido pela criança ou adolescente. Se a ausência de afeto ocasionar danos emocionais ou problemas psicológicos que afetarão a formação da personalidade do indivíduo, desde que devidamente comprovadas os danos psíquicos por laudo médico e psicanalítico, terá o sujeito direito de ser indenizado (PEREIRA, 2018).

Tendo em vista a reparação dos danos sofridos pela criança, provenientes do abandono afetivo por parte de um dos genitores, oportuniza-se o pedido de indenização por danos morais. A indenização tem o intuito de suprir necessidades existentes ou corrigir eventuais problemas psicossociais causados ao menor, seja pela ausência do genitor ou pela exposição da criança ou adolescente ao constrangimento. Para concessão da reparação moral, leva-se em consideração que o desamparo afetivo ou a ausência voluntária de convivência causada por um dos genitores afronta diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana (VENOSA, 2009).

Diante do exposto, vale destacar que a mediação não procura afastar a responsabilidade do genitor de indenizar a vítima pelos danos causados e, muito menos, encontrar uma solução para o problema. A função da mediação nestes casos, é tratar o problema e tentar estabelecer novamente o vínculo entre pais e filhos, amenizando as consequências provenientes do abandono afetivo. Isso ocorre porque os processos litigiosos acabam agravando a situação entre os sujeitos, impossibilitando que as partes prejudicadas reestabeleçam o vínculo afetivo.

As implicações decorrentes do abandono afetivo, afeta a vida adulta e causa prejuízos no desenvolvimento psicológico do infante como, por exemplo, o medo, o ódio, o repúdio ou culpa para com o genitor e demais pessoas em sua volta. Além disso, um dos primeiros sintomas se dá quando o menor sente a ausência do afeto por parte de um dos genitores. Sendo assim, a mediação tem o intuito de amenizar as consequências causadas e buscar uma maneira de recuperar o vínculo entre as partes, melhorando as condições na vida de ambos (VENOSA, 2018).

Nesse sentido, a convivência, participação contínua e a responsabilidade de ambos os genitores podem ser restabelecidas pela mediação, na qual deve ser

de forma equilibrada e igualitária, a fim de priorizar o interesse e bem-estar do menor e buscar suprir ou tratar as necessidades emocionais do infante. Além disso, é irrefutável que ambos os genitores possuem o dever de educar e participar das decisões que envolvem os filhos, enfatizando a necessidade de reparação aos casos em que ocorrem danos a prole.

Conforme já exposto, muitas vezes o rompimento conjugal causa muito dor e sofrimento a toda a família, contudo, a parte mais vulnerável da situação são os filhos. Nos casos em que se busca expor o menor ao abandono afetivo, optar pela mediação como forma de tratar o conflito, apresenta-se como sendo a melhor alternativa.

O futuro do infante depende do modo como os pais enfrentam um processo de divórcio ou dissolução de sua união, sendo determinante para as futuras relações do menor. Nestes casos, a mediação de conflitos se apresenta como instrumento fundamental de minimização aos danos causados, por meio da qual irá proporcionar um tratamento rápido e com o objetivo de evitar que a criança ou o adolescente adquira sintomas que prejudique o seu psicológico e que vivencie experiências ruins, sendo frequente o medo de abandono, ansiedade e fobias na vida adulta (VENOSA, 2018).

É indispensável salientar que, a mediação não se preocupa em solucionar os casos de abandono afetivo, mas amenizar e tratar as consequências originadas pelo mesmo, uma vez que os casos de falta de afeto são complicados para as partes envolvidas no processo ao tentarem encontrar uma solução para a problemática. O mediador irá proporcionar a reconciliação entre o genitor e filho, com o intuito de superar facilmente a angústia da ruptura afetiva.

Diante de todo o exposto, a mediação por se tratar de um procedimento mais rápido e menos desgastante, diminui a exposição da criança às divergências do casal e almeja o desenvolvimento psicossocial saudável do menor. Ademais, merece reiterar que, nessas situações, o que deve ser analisado com mais veemência é o melhor interesse do infante, pois este se figura como sendo a parte mais vulnerável do fato.

CONCLUSÃO

As importantes contribuições alcançadas pela mediação de conflitos, conforme visto, apresentou grande repercussão no mundo jurídico e influenciou na maneira de como as controvérsias familiares passaram a ser resolvidas. Deste modo, a mediação, como importante função, abre a possibilidade de um acordo entre os envolvidos, tornando a solução da problemática possível ao reestabelecer os laços afetados pelo confronto. Além disso, a influência de um terceiro indivíduo, caracterizado por mediar a comunicação entre as partes, atribui benefícios para aqueles que participam do processo de mediação, na qual busca uma solução mais rápida e competente.

Observa-se, perante a relevância da mediação familiar para o tratamento de conflitos familiares, que a comunicação entre os envolvidos evita a desestruturação dos laços afetivos, principalmente aqueles atribuídos aos filhos. Neste caso, a mediação demonstra grande importância para os casos de abandono afetivo, buscando maneiras de reaproximar as partes e amenizar as consequências trazidas pela problemática. Além disso, a falta de afeto resulta em prejuízos que, não sanados, podem causar efeitos permanentes no desenvolvimento psicológico do menor e se propagar durante sua vida adulta.

É imprescindível que, ao ser analisado o ato do abandono afetivo, se tome as devidas medidas necessárias para evitar as possíveis consequências negativas que venham a causar na criança ou adolescente. Desta forma, utiliza-se a mediação como uma excelente oportunidade para o tratamento consensual e pacífico do conflito, reaproximando e reconstruindo os laços perdidos entre as partes afetadas pelo problema e podendo transformar e amenizar os efeitos causados à vítima.

Ainda se faz necessário o aprimoramento das técnicas de mediação, com o objetivo de alcançar, dar efetividade e encontrar soluções rápidas para diversos problemas litigiosos que demandam da grande demora do poder judiciário. Além disso, é importante proporcionar o conhecimento das pessoas sobre tais ferramentas que possam facilitar suas vidas, buscando resoluções consensuais e pacíficas, caracterizando como um grande avanço do sistema jurídico brasileiro.

Assim sendo, permite-se mencionar que a mediação de conflitos, contudo, pode ser um ótimo meio para amenizar os efeitos causados pelo abandono afetivo e evitar que os genitores e seus filhos tenham seus laços afetados. O papel do mediador tem grande importância para estes casos, pois a mediação da comunicação entre as partes conflituosas, possibilita a procura de uma solução rápida e consensual, sem a necessidade de prejudicar qualquer um dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 05. out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL, **Lei N° 13.140**, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm> Acesso em: 13 out. 2019.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos Conflitos e Direito de Família**. Curitiba: Juruá, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2010.

GRUNSPUN, Haim. **Mediação Familiar: o mediador e a separação de casais com filhos**. São Paulo: LTr, 2000.

KAROW, Aline Biasuz Suarez. **Abandono Afetivo: valorização jurídica do afeto nas relações paterno-filiais**. Curitiba: Juruá, 2012.

MOORE, Christopher W. **O Processo de Mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**. Porto Alegre: Artmed, 1998. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/tgau_MA_27213.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: <<https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1669-Responsabilidade-Civil-Caio-Mrio-da-Silva-Pereira-2018.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

PEREIRA, Sérgio Gischkow. **Dano Moral e Direito de Famílias**: o perigo de monetizar as relações familiares. 2008. Disponível em: <https://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Sergio_Gischkow_Pereira/Dano.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SALES, Lília Maia de Moraes; VASCONCELOS, Mônica Carvalho. **Mediação Familiar**: um estudo histórico-social das relações de conflitos nas famílias contemporâneas. Fortaleza: Expressão, 2006.

SOUSA, Lília Almeida. **A Utilização da Mediação de Conflitos no Processo Judicial**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6199/a-utilizacao-da-mediacao-de-conflitos-no-processo-judicial>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Doglas Cesar. **Conflito, Jurisdição e Direitos Humanos**: (des)apontamentos sobre um novo cenário social. Ijuí: Unijuí, 2008.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobald. **Mediação Enquanto Política Pública**: a teoria, a prática e o projeto de lei. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Disponível em: <http://ead.tjrs.jus.br/navi_tjrs/agenda/pdf.php?%20COD_ARQUIVO=4309> Acesso em: 15 out. 2019.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2008. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/petropolisdapaz/artigos/downloads/Mediacao-de-Conflitos-e-Praticas-Restaurativas.-Modelos-Processos-Etica-e-Applicacoes-Carlos-Eduardo-Vasconcelos.pdf>> Acesso em: 13 out. 2019.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. **Direito Civil**: família. 18. ed. 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014860/cfi/6/10!/4/4@0:86.9>>. Acesso em: 16 out. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Responsabilidade Civil. Vol. 4. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO LEGO® SERIOUS PLAY® NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Rodrigo Peter Schilling¹

Elrita Neumann²

Tabitha Pierozzi Cavalcanti Pessôa³

Nedisson Luis Gessi⁴

Juliane Colpo⁵

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução dos trabalhos a partir da extração de índices de aparição na literatura dos temas método LEGO® *Serious Play*® no contexto organizacional no período de 2015 a 2019. Quanto a metodologia, foi realizado um estudo bibliométrico nas bases de dados Google Acadêmico, *Scopus* e *Web of Science*. Desta forma, foram identificados na amostra 19 artigos relacionando os temas. As palavras-chave mais encontradas foram *Design, Innovation, Methods, Entrepreneurship, Gamification e Learning*. Entre os doze países que possuem publicações, o Reino Unido com quatro publicações, detém lugar de destaque, seguido por Colômbia, Espanha, Estados Unidos e Nova Zelândia com duas publicações de cada país. A análise cronológica aponta que o período a partir de 2015 representa uma maior exploração acerca do tema analisado, sendo o ano de 2017 com maior número de publicações. Conclui-se que os temas pesquisados indicam ter espaço para novas pesquisas, diante da crescente quantidade de publicações nos últimos anos. Não se destaca um autor predominante, bem como não foi possível perceber um centro de pesquisa consolidado na área. Ressalta-se que não foi encontrado estudo sobre esta temática no contexto organizacional no Brasil.

¹ Graduado em Internet e Comércio Eletrônico (UDESC), MBA em Gerenciamento de Projetos com ênfase em Tecnologia da Informação (FGV), Mestrando em Administração (FURB). Facilitador LEGO® Serious Play® E-mail: rodrigo@effortt.com.br.

² Bacharel em Marketing (FURB) e Mestrado em Administração, Linha de Pesquisa de Inovação (FURB) E-mail: rita-voip@hotmail.com

³ Bacharel em Ciência da Computação (Universidade São Francisco – SP), Especializada em Engenharia de software (Universidade Estadual de Campinas – SP). E-mail: tpcp79@gmail.com

⁴ Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI), Mestre em Gestão Pública (UNAM), docente das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Membro do Grupo

Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. Facilitador LEGO® Serious Play® E-mail: nedisson@fema.com.br.

⁵ Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ); Pós-graduada em Psicologia nos Processos Educacionais (PUC-RS), Pós-Graduada em Aprendizagens Psico- Lógicas Universitárias (IESA), MBA em Gestão Educacional (FACUS), Pós Graduada em Metodologias Ativas nas aprendizagens (UNIAMÉRICA) Psicóloga, Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA.jcolpo@fema.com.br.

Palavras-chave: LEGO® Serious Play® - Problemas Organizacionais – Criatividade - Inovação - Bibliometria.

INTRODUÇÃO

A alta competitividade no mercado tem levado as organizações a adotarem cada vez mais métodos criativos e inovadores para resolução de problemas simples à complexos. As organizações de pequeno, médio e grande porte, procuram inovar ao resolver seus problemas trazendo à tona o engajamento, a colaboração e a geração de novos *insights* junto aos seus colaboradores.

A criatividade é o diferencial competitivo das organizações, e deve estar presente nas tomadas de decisões, nos processos de desenvolvimento de novos produtos e processos e nas relações de trabalho (SEVERO; SILVA, 2006). Para Alencar (1995), a importância da criatividade é como o fator chave para a inovação e a competitividade, e alerta que as empresas precisam investir cada vez mais no potencial humano e na sua capacidade inovadora, de modo a propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento da criatividade dentro da organização.

A imaginação criativa é associada com estratégias inovadoras que algumas organizações empreendem não apenas para ganhar de seus concorrentes, mas para torná-los completamente irrelevantes. Esse é o espírito que Gary Hamel – um dos pensadores de negócios mais influentes do mundo, segundo o *The Wall Street Journal*. Com base na imaginação criativa, um dos métodos que acaba ganhando destaque no âmbito da criatividade e inovação, por meio de resolução de problemas no contexto das organizações é o método LEGO® *Serious Play*®.

A utilização do método LEGO® *Serious Play*® (LSP) tem ganhado relevância devido à crescente demanda por empresas e profissionais que buscam por soluções rápidas e criativas. Desde o ano de 2001, o método LSP vindo sendo utilizado por mais de 200 empresas considerando esta metodologia muito versátil (CONSIDIOM, 2012). Trata-se de uma ferramenta de comunicação e um método de resolução de problemas com base na utilização dos jogos com

blocos Lego. A partir de perguntas lançadas pelo facilitador cada participante cria seu próprio modelo, que serve de base para a tomada de decisão. Uma meta é delimitada e os participantes partem para a ação com objetivo de resolver o desafio. Todos os participantes, individual ou coletivamente ao criarem seu modelo, podem simular mudanças e possíveis consequências dentro da organização (ESTELLÉS et al., 2014).

Mesmo com a crescente utilização do método LSP nas organizações, verifica-se na literatura ainda uma escassez de trabalhos publicados neste contexto. Embora alguns trabalhos científicos já apresentem discussões acerca do tema no âmbito internacional, a produção acadêmica no Brasil é menor, ao ser comparada com a de outros países. Assim sendo, há a indicação de um campo proficiente para pesquisas nesta temática.

Para a contribuição na evolução de conhecimentos científicos acerca da metodologia LSP e assim gerar subsídios teóricos afim de auxiliar no preenchimento de lacunas e construir marcos demarcatórios, apresenta-se por meio deste trabalho um estudo bibliométrico a partir dos artigos disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, *Scopus* e *Web of Science*.

O objetivo da presente pesquisa é analisar a evolução dos trabalhos a partir da extração de índices de aparição na literatura dos temas método LEGO® *Serious Play*® no contexto organizacional. Para isso, busca-se verificar aspectos como: palavras-chave mais citadas nos artigos; quantidade de artigos sobre os dois temas, identificados por ano; periódicos com maior número de artigos e autores com maior número de publicações.

O presente estudo está estruturado em seções, sendo a primeira seção referente a introdução, seguida pela revisão bibliográfica acerca dos temas LEGO® *Serious Play*® no contexto das organizações tendo como autores relevantes Kristiansen e Rasmussen (2015), Frick, Tardini e Cantoni (2013) e McCusker, 2014. Na sequência apresenta-se a Metodologia da Pesquisa onde são descritos os procedimentos metodológicos utilizados. Posteriormente, é apresentada a análise e discussão dos resultados. Por fim, a última sessão compreende as considerações finais e as referências utilizadas.

1 MÉTODO LEGO SERIOUS PLAY

O LEGO *Serious Play*® (LSP) é um método de workshop, em que os participantes criam modelos simbólicos e metafóricos e os apresentam para os demais participantes. Desenvolvido pela Executive Discovery, uma subsidiária da produtora de brinquedos LEGO®, este método tem sido amplamente utilizado como técnica de negócio, com aplicações práticas para a realidade corporativa (MCCUSKER, 2014).

Segundo Kristiansen e Rasmussen (2015), o método LEGO® *Serious Play*® é uma abordagem de pensamento, comunicação e resolução de problemas para tópicos que são reais. O foco do método não está nos blocos de LEGO®, e sim na história que eles criam, ainda que não haja história sem os blocos. Os blocos e os modelos se tornam metáforas, e a paisagem ou cenário dos modelos viram histórias. Em seu livro *Beyond the State*, o professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Donal Schon (2000), argumenta que metáforas podem, na verdade gerar maneiras radicalmente novas de entender as coisas. De acordo com o autor, metáfora é muito mais que simplesmente “linguagem floreada”, ela pode ter um papel ativo, construtivo e criativo na cognição humana. Assim sendo as metáforas oferecem ricas descrições de nossa realidade que podem desafiar pré-suposições e revelar novas possibilidades.

Ao se observar a rotina das organizações e as dificuldades que enfrentam, pode-se destacar três pontos essenciais na qual o método LSP promete criar valor:

Criando Engajamento: Quando se refere em criar engajamento, está se falando das comuns reuniões 20/80. São denominadas desta maneira, pois 20% dos participantes falam 80% do tempo. Isso demonstra que os sujeitos que detêm um cargo superior, aqueles que são mais extrovertidos e/ou os que têm mais facilidades de expressão tendem a conduzir a reunião da forma que lhes é conveniente, sem deixar que os demais presentes participem. Esses demais, que são os 80%, na maioria dos casos saem insatisfeitos por não conseguir contribuir da forma como gostariam. A finalidade do LSP em criar engajamento, é, segundo Kristiansen e Rasmussen (2015, p. 17), “criar reuniões 100/100”.

Nestas, 100% dos presentes estão contribuindo com 100% do que têm a entregar.

Desbloqueando novos conhecimentos: Está condicionado a três aspectos considerados por Kristiansen e Rasmussen (2015) como (1) Conhecimento presente na sala se refere às inúmeras informações que recebemos diariamente e que são armazenadas de alguma forma em nosso cérebro. É difícil lembrar todo conhecimento que adquirimos e trazer à tona de forma simples. Além disso, os indivíduos não possuem a real consciência de quanto eles sabem, sendo que aquele conhecimento está reservadamente guardado. (2) Entendimento do sistema, ou seja, é quando se refere a entender que hoje não trabalhamos mais em um sistema simples. É preciso estar atento que o grupo tem uma identidade, mas que essa pode ser dinâmica, imprevisível e moldar-se de uma forma diferente do estado anterior. (3) Conexão entre o propósito individual e organização faz com que os colaboradores desempenhem melhor suas funções, pois veem sentido naquilo que fazem, saem saciados e satisfeitos depois de um dia de trabalho.

Quebrando o pensamento convencional: Quebrar o pensamento convencional vem do momento em que decidimos basicamente seguir pela linha de raciocínio mais fácil. Tomar vícios de linhas de raciocínio e sempre andar por elas como se fossem as únicas possíveis. Com isso, criamos a tendência de fechar outros caminhos que podem nos desviar desses pensamentos, mas que podem ser maravilhosos para enriquecer a ideia (KRISTIANSEN; RASMUSSEN, 2015).

1.1 O MÉTODO LEGO SERIOUS PLAY NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES

De acordo com o Executive Discovery (2019), o conceito da metodologia LSP surgiu a partir de pesquisas e experimentos de estudiosos e praticantes que almejavam formas mais efetivas de encarar o complexo e desafiador aumento das demandas do ambiente organizacional. Ressaltam-se deste modo três elementos defendidos pelo Executive Discovery para alcançar resultados:

O primeiro elemento é o Brincar. Mesmo parecendo contraditório falar de brincadeira em um ambiente de trabalho, nos jogos adultos, no entanto, possuem um foco totalmente diferente dos das crianças e se destaca em: a) Vínculo social, que apresenta liderança, cooperação, perseverança etc. b) Expressão emocional, que abrange o amor, raiva, medo e outros. c) Desenvolvimento cognitivo, que demonstra a provocação de um jogo que ajuda no aprendizado e compreensão das coisas. A utilização de metáforas transforma algo abstrato em algo bastante compreensível. d) Competição construtiva, que estimula os participantes a demonstrarem o melhor de si. Para brincar, as peças utilizadas são associadas a pessoas e objetos que conhecemos. Durante o *storytelling*, ficam evidenciados a cultura, o pertencimento a um grupo, o bom e o mau, a esperança etc. Tudo se torna bastante dinâmico. É a visão de cada membro da organização sobre uma história que não deixa de fazer parte dela.

O Construcionismo, por sua vez representa o segundo elemento. Trata-se de uma maneira de tornar formal, ideias abstratas e relações mais concretas, mais visuais e mais tangíveis, tornando desta forma mais fáceis de compreensão. Segundo o Executive Discovery (2019) ao pensarmos com as mãos é desbloqueada a energia criativa, os modelos de pensamento e as formas de enxergar muitas vezes esquecidos pelos adultos. A complexidade de uma empresa não deve ser analisada somente por gráficos, desenhos ou outros. O LSP em sua abrangência 3D é capaz de traduzir bem a complexidade das pessoas e processos com os quais enfrentamos, assim como as conexões, os resultados gerados etc. A partir desse modelo levantam-se questionamentos, criam-se elementos ativos, reposicionam-se os elementos e criam-se novas visões. Cenários novos podem ser moldados e a equipe presente como um todo pode propor como a empresa se adaptaria a eles.

A Imaginação compreende o terceiro dos três elementos importantes. Dentro da imaginação apresentam-se distintamente: a) Imaginação descritiva, que é aquela que procura imagens conhecidas para descrever algo que pode ser complexo na vida real; b) Imaginação criativa, que é aquela que nos faz enxergar algo que na realidade não está ali, sendo que é algo totalmente novo frente ao que existe; c) Imaginação desafiadora, que é a que desconstrói tudo que existe e traz algo do nada. Para a pessoa que está construindo esse tipo de

imaginação, a realidade não está muito sustentada. Há algo que jamais fora visto antes, que é a real verdade a ser aplicada ao contexto (EXECUTIVE DISCOVERY, 2019)

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada caracteriza-se quanto a realização dos objetivos como descritiva, com abordagem quantitativa e bibliométrica quanto aos procedimentos técnicos. Foram utilizadas como base para a coleta dos artigos sobre o tema *LEGO Serious Play* no contexto das organizações o Google Acadêmico, *Web of Science* e *Scopus*. Para Collis e Hussey (2012), a pesquisa descritiva é caracterizada pelo comportamento dos fenômenos, para obter informações sobre características de um determinado problema. Para o tratamento dos dados obtidos, foram utilizados os indicadores encontrados nas próprias bases de dados e a ferramenta Microsoft Excel, empregada em tabulações, formatações e criação das tabelas e figuras para posterior análise.

Compondo a primeira etapa da pesquisa, a amostra pesquisada corresponde aos artigos indexados nas bases *Scopus* (www.scopus.com) com consulta realizada no dia 17 de maio de 2019, *Web of Science* (www.webofknowledge.com) com consulta realizada no dia 17 de maio de 2019 e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) com consulta realizada no dia 11 de maio de 2019. A escolha destas bases justifica-se pela sua representatividade, relevância e abrangência no universo acadêmico.

Na segunda etapa é realizada, de fato, a pesquisa nas bases selecionadas utilizando-se de palavras-chave dos temas propostos no trabalho, bem como os seus tesouros. Como cada uma das três bases possuem mecanismos de buscas diferentes foi necessário adaptar os filtros em cada uma das bases. Nos próximos parágrafos será descrito os critérios de busca utilizados em cada uma das bases.

Primeiramente foram selecionadas as palavras-chave "*lego serious play*", "*lego serious play*" -*education* -*educação* –*educación*, para ambas as consultas foram selecionados os critérios: "*Desde 2015*" e não checada a opção "*incluir as citações*".

No quadro 1 apresenta-se as palavras-chave e filtros utilizados nas pesquisas e o total de resultado obtidos para cada.

Quadro 1 – Palavras-chave e filtros da pesquisa

Palavras-Chave e Filtros	Total
Google Acadêmico	
"lego serious play", desde 2015 e opção "incluir citações" não checada.	731
"lego serious play" -education –educação -educación, desde 2015 e opção "incluir citações" não checada.	217
Web of Science	
"lego serious play", de 2015 à 2019 e considerando apenas títulos, abstract e key	16
lego serious play" -education –educação -educación, desde 2015 e opção "incluir citações" não checada.	8
Scopus	
"lego serious play", de 2015 à 2019 e considerando apenas títulos, abstract e key	37
lego serious play" -education –educação -educación, desde 2015 e opção "incluir citações" não checada.	27

Fonte: Dados da Pesquisa.

Finalizando essa etapa foram analisados os valores retornados e considerados apenas os escritos nos idiomas inglês, espanhol e português. Assim chegou-se à quantidade total de 66 resultados nas três bases utilizando os critérios acima. Esses resultados possuíam diversos elementos, como eventos, periódicos, conferências, artigos, revisões, livros e notas, no entanto para a presente pesquisa optou-se pela utilização apenas de artigos científicos. E o resultado foi 19 artigos que atendem aos critérios utilizados.

Na terceira etapa foram extraídas todas as palavras-chave encontradas nos 19 artigos, elas foram, então, reunidas e agrupadas em formato de nuvem de palavras com o auxílio do site *Wordle*. O site fornece uma imagem com as palavras-chave mais citadas separadamente em destaque proporcionando uma visão amplificada das mesmas.

Compondo a quarta etapa foram identificados os periódicos com a maior quantidade de publicações acerca dos temas e sua respectiva quantidade. Estes são organizados em um Quadro com o recorte dos periódicos com uma publicação ou mais.

Na quinta etapa são identificados os autores e a respectiva quantidade de publicações identificando a contribuição de cada um para os temas. Para este trabalho, autores e coautores são tratados da mesma forma, portanto, contabilizando a pontuação por publicação, seja ela como autor ou coautor do trabalho. Novamente é adotado o recorte dos autores com duas publicações ou mais.

Posteriormente, na sexta etapa são identificados os artigos com maior número de citações na amostra. Os artigos são listados apresentando seu título, autores, ano de publicação, periódico e número de citações. Para este resultado foram identificados os dez artigos mais citados.

A sétima etapa apresenta o levantamento cronológico, identificando o número de artigos publicados separados por ano de publicação. Estes são apresentados em formato gráfico, proporcionando melhor leitura dos períodos de maior publicação acerca dos temas. Na oitava etapa é feita a identificação dos países com maior número de artigos publicados. Por fim, na nona etapa são identificados os artigos que resultam nas três bases (*Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*).

2.1 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

A pesquisa bibliográfica, é um grande problema para os pesquisadores, sobretudo diante da vasta quantidade de artigos científicos encontrados. Cabe ao pesquisador, portanto, estabelecer uma estratégia que facilite essa etapa.

Para tanto utilizar-se de uma metodologia ao realizar um estudo bibliométrico pode ajudar a solucionar essa questão (TREINTA et al., 2014).

Segundo Costa (2010) a realização de estudos bibliométricos busca avaliar quantitativamente, em uma amostra, um conjunto de informações acerca de um grupo de artigos selecionados sobre os temas em questão. O autor propõe uma metodologia que auxilie a busca de artigos de maior relevância para o pesquisador em bases de conhecimento. A proposta baseia-se na identificação de trabalhos mais relevantes analisando os maiores ciclos de desenvolvimento do tema pesquisado através do número de publicações por ano, periódicos com maior número de publicações e autores que devem ser monitorados pois contribuem fortemente para enriquecimento do tema.

Pereira et al. (2016) realizam um estudo bibliométrico abrangente identificando além dos aspectos citados por Costa (2010), origem e tipologia dos artigos, palavras-chave mais encontradas e principais áreas de conhecimento acerca dos temas pesquisados. Além disso, os autores apresentam um estudo comparativo entre o Brasil e o exterior quanto às publicações indexadas nas bases da amostra selecionada.

2.2 PESQUISA NA AMOSTRA COM USO DE PALAVRAS-CHAVE E SEUS TESAUROS

A partir dos filtros descritos foi realizada a pesquisa nas três bases acima e feita a análise em cada artigo de forma a considerar apenas artigos e a utilização da metodologia em *business*. Desta forma resultados com pesquisa voltada para as áreas da saúde, psicologia, educação e pesquisa foram desconsideradas assim como livros, *ebooks*, relatório técnicos, anais de congresso, *workshops*, conferências, teses, dissertações e TCCs.

O resultado consolidado das três bases foi um total de 19 artigos que atenderam esses critérios.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir são apresentados os resultados obtidos pelo levantamento bibliométrico e uma breve discussão sobre cada categoria de análise, levando em conta as especificidades de cada categoria e sua relação com as proposições de pesquisa.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE

A partir das palavras-chave (*keywords*) dos artigos pesquisados, foram encontrados 82 termos. Estes foram agrupados em forma de uma nuvem de palavras, conforme pode-se observar na Figura 1.

Figura 1 - Nuvem das palavras-chave dos artigos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa.

A nuvem de palavras apresentada na Figura 1 ilustra a quantidade de vezes em que os termos apareceram nas palavras-chave dos artigos analisados. Para a construção da nuvem foram excluídas as palavras-chave utilizadas na pesquisa por representarem grande associação com os temas e para proporcionar uma visualização apenas dos termos semelhantes e relacionados. Os termos “*Design*”, “*Innovation*”, “*Methods*”, “*Entrepreneurship*”, “*Gamification*”

e “Learning” foram os mais citados em comparação aos outros e, por isso, estão em destaque na Figura 1.

3.1.1 Identificação dos periódicos com maior número de artigos publicados

O Quadro 2 apresenta os 19 periódicos que possuem no mínimo uma publicação sobre o tema, destacando o título do periódico com a respectiva quantidade de artigos sobre o tema publicados e a porcentagem equivalente de artigos por periódico em relação ao total identificado, correspondente a 19 artigos.

Quadro 2 - Quantidade de artigos por periódico.

Título do periódico	Número de artigos	Porcentagem de artigos equivalentes
<i>Annals of Tourism Research</i>	1	5,26%
<i>Creativity and Innovation Management</i>	1	5,26%
<i>Creativity Research Journal, 2018 - Taylor & Francis</i>	1	5,26%
<i>Critical Tourism Studies Proceedings</i>	1	5,26%
<i>Dirección y Organización</i>	1	5,26%
<i>ERIM Inaugural Address Series Research in Management</i>	1	5,26%
<i>Human Factors in Design</i>	1	5,26%
<i>ISPIM Conference Proceedings</i>	1	5,26%
<i>Journal of Vacation Marketing</i>	1	5,26%
<i>Lo Sguardo</i>	1	5,26%
<i>Neuroimage</i>	1	5,26%
<i>Procedia Computer Science</i>	1	5,26%
<i>PRODUCTION PLANNING & CONTROL</i>	1	5,26%
<i>Revista d'Innovació Docent Universitària</i>	1	5,26%
<i>Revista Espacios</i>	1	5,26%
<i>Revista UIS Ingenierías</i>	1	5,26%

<i>Strategic Design Research Journal</i>	1	5,26%
<i>The International Journal of Entrepreneurship and Innovation</i>	1	5,26%
<i>World Journal of Science, Technology and Sustainable Development</i>	1	5,26%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Analisando o quadro 2 é possível identificar que nenhum dos 19 periódicos tiveram mais que um artigo publicado nesta área o que significa que nenhum deles possui uma atuação maior na área. Esse resultado nos mostra que ainda é uma área pouco explorada pelos periódicos.

3.1.2 Identificação dos autores com maior número de publicações

Nesta pesquisa, a autoria e a coautoria foram tratadas da mesma forma e a busca retornou um total de 45 autores e coautores. O Quadro 3 apresenta os autores e coautores com duas ou mais publicações.

Quadro 3 – Quantidade de autores com maior número de publicações.

Autor	Numero de publicações
Cockburn-Wootten, C.	2
McIntosh, A. J.	2
Wengel, Y.	2

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 3 estão representados os 3 autores que possuem duas publicações indexadas das bases *Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*. Destes destacasse que são autores ou coautores dos mesmos artigos.

3.3 ARTIGOS COM MAIOR NÚMERO DE CITAÇÕES

Foram identificados os artigos que apresentaram o maior número de citações. Dentre esses, foram selecionados os dez primeiros que estão apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Quantidade de artigos com maior número de citações.

Título do Artigo	Autores	Ano de Publicação	Título do periódico	Nro de citações
<i>Business Model Design Games: Rules and Procedures to Challenge Assumptions and Elicit Surprises</i>	Sune Gudiksen	2015	<i>Creativity and Innovation Management</i>	34
<i>The hotel of tomorrow: A service design approach</i>	Tuominen, Pasi P, Ascensão, Mário P.	2016	<i>Journal of Vacation Marketing</i>	13
<i>Trails of meaning construction: Symbolic artifacts engage the social brain</i>	Kristian Tylén, Johanne Stege Philipsen, Andreas Roepstorff, Riccardo Fusaroli.	2016	<i>Neuroimage</i>	12
<i>A gamified approach for engaging teams in corporate innovation and entrepreneurship</i>	Rui Patricio	2017	<i>World Journal of Science, Technology and Sustainable Development</i>	5
<i>Flow Experience in Design Thinking and Practical Synergies with Lego Serious Play</i>	Dirk J. Primus, Sonnenburg, Stephan	2018	<i>Creativity Research Journal, 2018 - Taylor & Francis</i>	4
<i>Constructing tourism realities through LEGO Serious Play</i>	Yana Wengel, Alison J. McIntosh, Cheryl Cockburn-Wooten	2015	<i>Annals of Tourism Research</i>	3

<i>Procesos de liderazgo organizacional en arquitecturas empresariales</i>	L.M. Rojas, R. Llamosa.	2016	<i>Revista UIS Ingenierías</i>	2
<i>Insights from the metaphorical dimension of making</i>	Clive Cazeaux	2015	<i>Lo Sguardo</i>	2
<i>Artificial Intelligence Creates a Wicked Problem for the Enterprise</i>	Stefan Holtel	2016	<i>Procedia Computer Science</i>	2
<i>Evolving innovation through storytelling</i>	Bessant, John, Trifilova, Anna, Alexander, Allen.	2015	<i>ISPIM Conference Proceedings</i>	2

Fonte: Dados da Pesquisa.

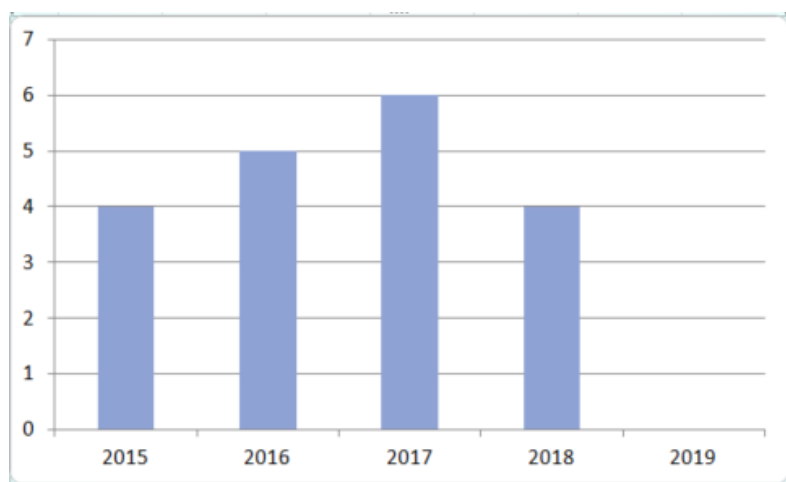
O Quadro 4 apresenta os artigos, autores, ano de publicação, periódico e número de citações dos dez artigos com maior número de citações identificado na presente pesquisa.

A análise dos resultados permite aferir que o autor Sune Gudiksen aparece na primeira posição, representando considerável contribuição ao tema.

3.4 LEVANTAMENTO DA CRONOLOGIA DA PRODUÇÃO

A quantidade de artigos encontrados por ano de publicação está apresentada na Figura 2, permitindo observar quando os temas passaram a ser relacionados na literatura acadêmica e em uma escala cronológica verificar os períodos onde foram mais explorados.

Figura 2- Levantamento da cronologia da produção.



Fonte: Dados da Pesquisa.

A análise da Figura 2 permite aferir que a relação entre os temas desta pesquisa passou a ser explorado recentemente na produção acadêmica, obtendo o maior número de publicações em 2017. E reduzindo o número de publicações em 2018 para o mesmo número obtido em 2015.

A análise cronológica aponta que desde 2015 até o período atual, o tema analisado tem sido pouco explorado.

3.5 IDENTIFICAÇÃO DOS PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE PUBLICAÇÕES

O Quadro 5 apresenta os 11 países que possuem no mínimo uma publicação sobre o tema, destacando o nome do país com a respectiva quantidade de artigos sobre o tema publicados e a porcentagem equivalente de artigos por país em relação ao total identificado, correspondente a 19 artigos.

Quadro 5 – Identificação dos países com maior número de publicações

País	Número de artigos	Porcentagem de artigos equivalentes
Reino Unido	4	21,05%
Colômbia	2	10,53%
Espanha	2	10,53%
Estados Unidos	2	10,53%

Nova Zelândia	2	10,53%
Alemanha	1	5,26%
Brazil	1	5,26%
Dinamarca	1	5,26%
Finlândia	1	5,26%
Itália	1	5,26%
Países Baixos	1	5,26%
Portugal	1	5,26%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Quadro 5 estão representados os 12 países que possuem maior número de publicações indexadas das bases *Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*. Destes destacasse apenas Reino Unido com quatro publicações.

3.5.1 Artigos que resultam nas três bases (*Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*)

O Quadro 6 apresenta os 3 artigos que resultam nas três bases.

Quadro 6 – Artigos que resultam nas três bases

Título do Artigo	Autores	Ano de Publicação	Título do periódico
<i>Constructing tourism realities through LEGO Serious Play</i>	Yana Wengel, Alison J. McIntosh, Cheryl Cockburn- Wootten	2015	<i>Annals of Tourism Research</i>
<i>At work in the toybox: Bedrooms, playgrounds and ideas of play in creative cultural work</i>	Daniel Ashton, Seth Giddings.	2018	<i>The International Journal of Entrepreneurship and Innovation</i>
<i>Creatively prototyping the future high street</i>	Fletcher, G; Greenhill, A; Griffiths, M; Holmes, K; McLean, R	2016	<i>PRODUCTION PLANNING & CONTROL</i>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os 19 periódicos é possível identificar que nenhum dos periódicos tiveram mais que um artigo publicado nesta área o que significa que nenhum deles possui uma atuação maior na área. Esse resultado nos mostra que ainda é uma área pouco explorada pelos periódicos.

Dentre os dez artigos com maior número de citações destaca-se o autor Gudiksen, Sune presente na primeira posição, representando considerável contribuição ao tema. Ainda sobre o autor, destaca-se as 34 citações. Em relação a periódicos, o *Creativity and Innovation Management* possui maior relevância, sendo o ano de 2015 o que mais apareceu nos resultados.

A análise cronológica aponta que o período a partir do ano de 2015 até o período atual representa uma maior exploração acerca do tema analisado, sendo o ano de 2017 com o maior número de publicações.

CONCLUSÃO

Após a identificação de diversas características acerca do tema pesquisado, algumas considerações são possíveis de serem extraídas. O objetivo do trabalho foi alcançado, pois foram identificados os aspectos propostos como as palavras-chave mais citadas nos artigos; quantidade de artigos anual relacionado aos temas; periódicos com maior número de artigos e autores com maior número de publicações.

Em relação à pesquisa na amostra, destaca-se o fato de haver trabalho que relacionem o tema pesquisado: *“Lego Serious Play”*. Tal resultado representa uma relação ainda não explorada na pesquisa científica, no entanto as relações entre *“Business”*, *“Criatividade”* e *“Problemas”*

Quanto aos 82 termos encontrados, as palavras-chave identificadas mais vezes foram *“Design”*, *“Innovation”*, *“Methods”*, *“Entrepreneurship”*, *“Gamification”* e *“Learning”*. Esses termos apareceram em maior número pois estão diretamente ligadas a artigos que tratam do método LEGO® Serious Play®, uma vez que são termos muito utilizados para referenciar essa metodologia.

Acerca dos autores, interessante observar que dentre os 3 autores com duas publicações ou mais, não existe destaque entre eles, pois o número de publicações é o mesmo, ou seja, 2 publicações por autor.

Dentre os 19 periódicos é possível identificar que nenhum dos periódicos tiveram mais que um artigo publicado nesta área o que significa que nenhum deles possui uma atuação maior na área. Esse resultado nos mostra que ainda é uma área pouco explorada pelos periódicos.

Dentre os dez artigos com maior número de citações identificados nesta pesquisa destaca-se o autor Gudiksen, Sune presente na primeira posição, representando considerável contribuição ao tema. Ainda sobre o autor, destaca-se as 34 citações. Em relação a periódicos, o *Creativity and Innovation Management* possui maior relevância, sendo o ano de 2015 o que mais apareceu nos resultados, representando um ano de maior contribuição ao tema.

A análise cronológica aponta que o período a partir do ano de 2015 até o período atual representa uma maior exploração acerca do tema analisado, sendo o ano de 2017 com o maior número de publicações. Isto pode significar uma questão interessante de pesquisa a ser explorada.

A pesquisa apresentada neste trabalho aponta alguns aspectos quanto ao futuro. O tema pesquisado demonstra ter espaço para novas pesquisas e contribuições, uma vez que mantém uma quantidade crescente de publicações nos últimos anos. Outro aspecto relevante está no fato de não haver nenhum autor predominante entre os temas. Corroborando a isso, não existe nenhum centro de pesquisa consolidado na área, haja vista a elevada quantidade de autores com poucas publicações. Diante disso, há grande possibilidade de contribuições acerca do tema, em especial aos pesquisadores brasileiros.

Com relação a trabalhos futuros, a utilização de outras bases de conhecimento é uma proposta que pode tornar os resultados mais abrangentes, possibilitando aumento da amostra analisada, que pode ser considerada uma limitação da presente pesquisa. Há ainda a possibilidade de identificação de outros resultados e análises que não foram contempladas neste trabalho, tendo como ponto focal a utilização do método na área da Educação, palavra-chave esta que foi excluída deste estudo bibliométrico.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p.6-11, nov./dez. 1995.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CONSIDIOM. **La Historia de Lego Serious Play**. Disponível em <<http://considiom.com/blog/2012/01/la-historia-de-lego-serious-play/>> Acesso em 17 mai.2019
- COSTA, H. G. **Modelo para Webibliomining**: proposta e caso de aplicação. Revista da **FAE**, v. 13, n. 1, p. 115-126, jul. 2010.
- ESTELLES et.al (2014) Utilización del LEGO® Serious Play® em Clases de Marketing en Empresas de Servicios. INRED- 2014. **Jornadas de Innovación Educativa y de Docencia en la Universitat Politècnica de València**, pp 630-639.
- EXECUTIVE DISCOVERY. **The science of LEGO® SERIOUS PLAY™**. Play, Construction, Imagination. 2002 Disponível em: <<http://www.strategicplay.ca/upload/documents/thescience-of-lego-serious-play.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.
- FRICK, E., TARDINI, S., CANTONI, L. **White Paper on LEGO SERIOUS PLAY** - A state of the art of its applications in Europe. Disponível em: < http://www.s-play.eu/attachments/article/70/splay_White_Paper_V2_0_1.pdf > Acesso em: 15 maio 2019.
- KRISTIANSEN, Per; RASMUSSEN, Robert. **Construindo um Negócio Melhor com a Utilização do Método LEGO Serious Play**. DVS Editora, 2015.
- MCCUSKER, Sean. Lego®, Serious Play TM: Thinking About Teaching and Learning. **International journal of knowledge, Innovation and Entrepreneurship**, v. 2, n. 1, p. 27-37, 2014.
- SEVERO, Lessandra Scherer; SILVA, Edinice Mei. Sistema stanislavski: o processo criativo nas organizações. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p.15-17, jan/jun, 2006.
- SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad.Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.
- TREINTA, Fernanda Tavares et al. **Metodologia de Pesquisa Bibliográfica com a Utilização de Método Multicritério de Apoio à Decisão**. Prod., São Paulo, v. 24, n. 3, Sept. 2014 .

MODELAGEM MATEMÁTICA DO NÚMERO DE CICLOS DE VIDA DE BATERIAS LÍTIO-ÍON POLÍMERO

Andressa Leseux¹
Airam Teresa Zago Romcy Sausen²
Paulo Sérgio Sausen³

RESUMO

As baterias recarregáveis são dispositivos de armazenamento de energia, amplamente empregados em diversos aparelhos, equipamentos, bem como aparatos tecnológicos. Suas limitações técnicas despertam o interesse de diversos grupos de pesquisa. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo modelar o número de ciclos de vida de baterias Lítio-Íon Polímero de acordo com sua perda de capacidade. Para tal modelagem, se faz necessária a coleta de dados, os quais são gerados por intermédio de uma plataforma de testes. A coleta de dados é realizada através de um *software* específico. Esta pesquisa, de natureza teórico-empírica, é classificada como qualitativa e quantitativa, descritiva, bibliográfica e experimental. Para o tratamento dos dados é empregado o *software* interativo de alto desempenho Matlab®. Os dados obedeceram ao padrão esperado. Os modelos mais adequados apresentaram coeficiente de determinação superior à 0,90. Tal que, com melhor resultado está o modelo polinomial cúbico, em que o coeficiente alcançou o valor de 0,96.

Palavras-chave: Modelagem Matemática – Ciclo de Vida – Baterias.

INTRODUÇÃO

As baterias secundárias são empregadas como fonte de energia em diversos segmentos da indústria, comércio e serviços. Essa variada área de aplicação submete as baterias a superarem suas limitações. Dentre as melhorias desejadas destacam-se a capacidade de carga e o número de ciclos de vida. A capacidade de carga é o principal elemento que impossibilita a ampliação no comércio de veículos elétricos. O aumento na contagem dos ciclos, ou seja, alavancar a vida útil das baterias apresenta vários efeitos positivos, tais como: a

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. leseux.eng@gmail.com.

² Doutora em Engenharia Elétrica. Orientadora. Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. airam@unijui.edu.br.

³ Doutor em Engenharia Elétrica. Coorientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. sausen@unijui.edu.br.

redução na quantidade de lixo eletrônico gerado; a redução no custo de fabricação de diversos equipamentos e dispositivos, e; oportunizar o desenvolvimento de novas tecnologias.

O objetivo desta pesquisa é modelar o número de ciclos de vida de baterias de Lítio-Íon Polímero (Li-Po), de acordo com a perda irreversível de capacidade. Essa modelagem pode prover uma análise de confiabilidade. A confiabilidade de um dispositivo representa a probabilidade da bateria alcançar o número de ciclos, para o qual ela foi dimensionada, sem a perda significativa da capacidade de armazenar energia. A modelagem matemática é um instrumento adequado, pois não demanda elevados custos, fornece resultados precisos em curto prazo. Esses fatores são decisivos para o avanço na área tecnológica, pois não existe a possibilidade de manter um equipamento em teste por vários anos até que este apresente resultados compatíveis com aqueles esperados.

A modelagem do número de ciclos requer a obtenção de dados. Sendo então, os dados foram obtidos experimentalmente, por meio de uma plataforma de testes. A organização e compilação dos dados experimentais é uma etapa essencial para realização do ajuste de curva. A curva que melhor se ajusta aos dados obtidos por intermédio da plataforma de testes é o modelo matemático representativo do número de ciclos de vida da bateria.

Este trabalho está organizado em seções: na primeira seção consta o estudo bibliográfico acerca de aspectos pertinentes ao tema; na segunda seção está descrita a metodologia empregada no desenvolvimento do presente estudo; na terceira seção estão apresentados e discutidos os resultados obtidos. Além disso, as considerações finais e referências encerram o trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A ampla variedade e elevada quantidade de dispositivos que utilizam baterias recarregáveis como fonte energética, impõe às baterias, alto nível técnico, essencialmente em relação à capacidade de carga e número de ciclos (JAFARI; KHAN; GAUCHIA, 2018). Dentre as baterias mais utilizadas destaca-se a Lítio-Íon Polímero (Li-Po), devido a sua alta densidade energética

(GRILLON et al., 2019; JAFARI; KHAN; GAUCHIA, 2018; ZHANG; WANG; TANG, 2011; ZHANG et al., 2018), reduzida massa, longa vida útil e também a não propensão ao efeito memória (LIU et al., 2017; ZHANG et al., 2018).

A elevada tecnologia embarcada nos dispositivos móveis atuais conduz à sua ascendente demanda energética. No entanto, a capacidade energética da bateria não é suficiente para manter o dispositivo em operação durante o período de tempo que o usuário necessita. Dessa forma, as baterias são recarregadas com maior frequência, fator que reflete diretamente sob sua vida útil (MANDLI et al., 2018).

A vida útil das baterias é contabilizada em ciclos de vida. A cada recarga contabiliza-se um ciclo, desde que a capacidade da bateria esteja acima de 80% da inicial (CLEMM et al., 2017). A perda irreversível de capacidade está atrelada aos fenômenos de envelhecimento, os quais dependem da química associada a cada célula de bateria. O envelhecimento ocorre nos modos de armazenamento e utilização. A perda de capacidade relativa ao período de armazenamento, denominada envelhecimento calendário, é uma função da temperatura, do estado de carga (SOC – *State Of Charge*) e do tempo. O envelhecimento resultante da utilização trata-se de uma função de mais variáveis, tais como: temperatura, estado de carga, profundidade de descarga (DOD – *Depth Of Discharge*), corrente de carga/descarga e número de ciclos (JAFARI; KHAN; GAUCHIA, 2018).

O principal fenômeno de envelhecimento celular é a deposição do eletrólito que forma uma camada sólida na superfície do eletrodo negativo. Esse processo de envelhecimento inicia-se com a passagem de corrente elétrica pela célula de bateria, ou seja, no modo de utilização. A formação dessa camada é importante, pois protege o eletrodo contra corrosão e o eletrólito contra redução. No entanto, essa camada de interface eletrolítica (SEI – *Solid Electrolyt Interface*) torna-se um empecilho à passagem dos íons de lítio. Neste ponto é possível destacar dois efeitos da formação do filme: redução da quantidade de lítio disponível no eletrólito e redução da superfície efetiva do eletrodo negativo (JAFARI; KHAN; GAUCHIA, 2018).

No eletrodo positivo também há formação do filme SEI, mas seu crescimento não é relevante, quando comparado ao filme formado sob o eletrodo

negativo. Na ilustração 1 estão representadas as várias fontes de envelhecimento que ocorrem nos eletrodos.

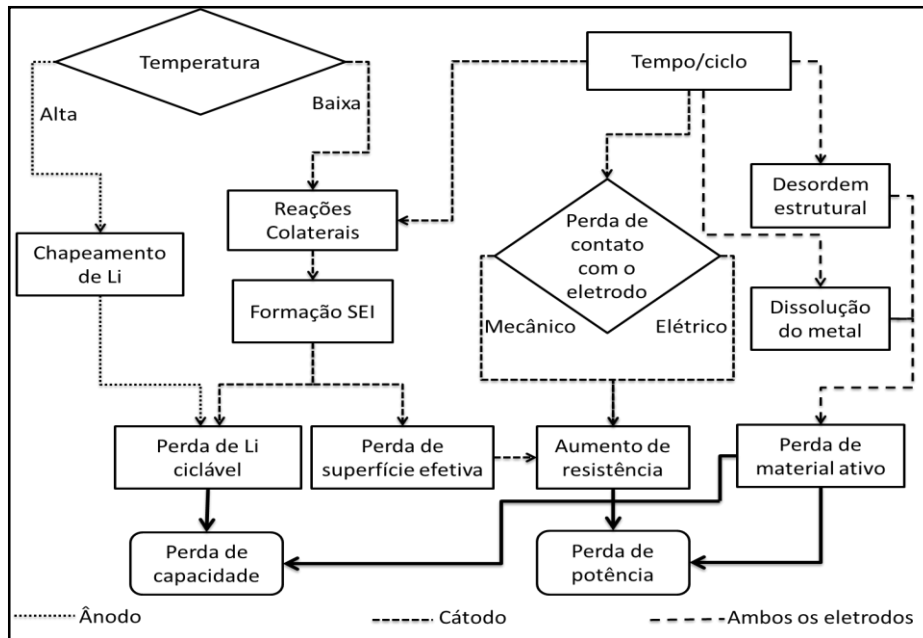


Ilustração 3: Principais agentes de envelhecimento.

Fonte: JAFARI; KHAN; GAUCHIA (2018, p. 68).

Pela Ilustração 1 verifica-se que a temperatura e o tempo influenciam significativamente, no desencadear das reações de envelhecimento. Valores elevados de temperatura provocam a blindagem do ânodo, por meio da formação do filme SEI (GRILLON et al., 2019). Embora existam vários outros agentes de envelhecimento, nenhum é tão significativo quanto a formação SEI. A perda de material ativo, decomposição de aglutinantes e oxidação de agentes condutores são os principais efeitos do envelhecimento no cátodo. Esses efeitos são resultantes da exposição da bateria a baixas temperaturas, bem como do tempo de ciclagem da célula de bateria (JAFARI; KHAN; GAUCHIA, 2018).

O efeito do tempo na perda irreversível de capacidade das baterias pode ser representado por:

$$f(t) = \sqrt{t}, \quad (1)$$

em que: t é o tempo.

A influência da variação térmica no envelhecimento celular é, adequadamente, representada pela lei de *Ahrrenius* (GRILLON et al., 2019), dada por:

$$\tau = B e^{-\frac{E_a}{kT}}, \quad (2)$$

em que: B é o fator pré-exponencial, E_a é a energia de ativação do mecanismo, k é a constante de Boltzmann e T é a temperatura. (GRILLON et al., 2019).

Sendo assim, a perda irreversível de capacidade das baterias pode ser obtida por:

$$\frac{\Delta Q}{Q_0} = B e^{-\frac{E_a}{kT}} \sqrt{t}, \quad (3)$$

em que: $\frac{\Delta Q}{Q_0}$ é a perda de capacidade relativa e Q_0 é a capacidade inicial da bateria. (GRILLON et al., 2019).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza teórico-empírica, pode ser categorizada quanto ao tratamento dos dados como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos técnicos como uma pesquisa de cunho bibliográfico e experimental.

2.1 GERAÇÃO DE DADOS

Os procedimentos técnicos utilizados para obter dados diferenciam-se entre a pesquisa bibliográfica e sua parte experimental. Na pesquisa bibliográfica a operacionalização é realizada por meio da documentação indireta, neste caso, centrada em artigos científicos internacionais com alto fator de impacto. A pesquisa experimental é realizada por meio da documentação direta, baseada na observação direta intensiva, já que os dados foram obtidos a partir de uma plataforma de teste.

A coleta dos dados experimentais iniciou-se em outubro de 2017 e foi finalizada em março de 2019. Durante esse período, as baterias foram

descarregadas e recarregadas constantemente até atingirem seu limite de vida útil. Os dados gerados no decorrer desse processo foram coletados por um software desenvolvido para esta finalidade. A coleta dos dados foi realizada com intervalo de um décimo de segundo, tal que os dados gerados referem-se à tensão e corrente elétrica.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O método de abordagem utilizado na investigação dos fenômenos é o método dedutivo, pois a interpretação dos dados é realizada por intermédio de equações matemáticas bem consolidadas. Na condução da pesquisa são empregados os seguintes métodos de procedimento: método experimental constituído de ensaio científico, método estatístico para avaliar a confiabilidade das informações resultantes do estudo e o método comparativo para auxiliar na tomada de decisão, ou seja, visa identificar o resultado mais adequado, dentre os obtidos.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados experimentais foram salvos em arquivos de texto no modo *online*. Foi realizada a revisão e classificação, tal que os dados foram distribuídos em pastas de acordo com o mês do ano de sua coleta. Esses dados foram importados ao Matlab® para análise e interpretação, por intermédio de um algoritmo desenvolvido especialmente para essa operação. A planificação dos dados consta na Ilustração 2. Sendo que, no eixo das ordenadas estão representados os valores de capacidade em *mAh*, no eixo das abcissas está representado o número de ciclos. Além disso, pode-se observar que alguns dados foram descartados da modelagem, pois não apresentaram comportamento geral semelhante aos dados próximos. Os dados excluídos tratam-se de pontos fora da curva, os quais, comumente, são denominados *outlier*.

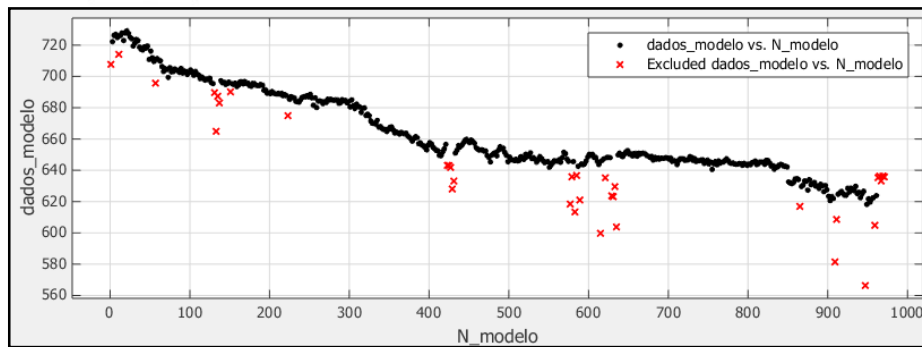
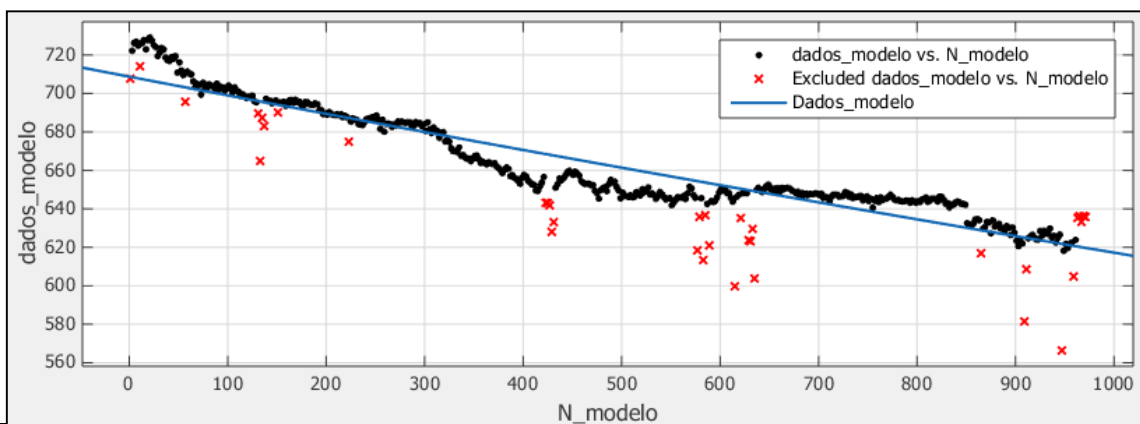


Ilustração 4: Representação gráfica dos dados experimentais.

Fonte: produção da pesquisadora.

Na Ilustração 2 fica evidente o caráter decrescente da capacidade das baterias em função do número de ciclos. O fim da vida útil das baterias ocorre após 972 operações de descarga e recarga. A modelagem foi realizada, no Matlab®, por meio do ajuste de curvas, o qual foi obtido com auxílio do pacote *Curve Fitting*. O primeiro ajuste realizado foi para uma função exponencial de termo único, conforme Ilustração 3.



General model Exp1:
 $f(x) = a * \exp(b * x)$
 Coefficients (with 95% confidence bounds):
 a = 708.8 (707.1, 710.4)
 b = -0.0001382 (-0.0001425, -0.000134)

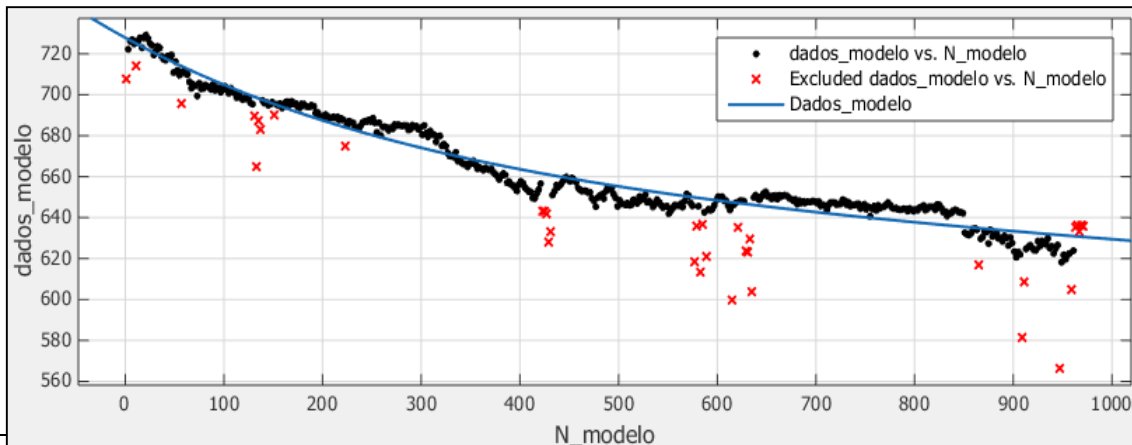
Goodness of fit:
 SSE: 3.184e+04
 R-square: 0.9008
 Adjusted R-square: 0.9006
 RMSE: 8.421

Ilustração 5: Representação gráfica do modelo matemático exponencial de 1 termo.

Fonte: produção da pesquisadora.

A curva exponencial da Ilustração 3 é representativa dos dados, já que seu coeficiente de determinação é de 0,90. Na área gráfica é possível identificar regiões, em que o modelo (Curva Azul) se afasta dos dados experimentais (Pontos Pretos).

O segundo modelo matemático trata-se de uma função exponencial de dois termos. Na representação gráfica, apresentada na Ilustração 4, é possível verificar o alinhamento entre os dados experimentais (Pontos Pretos) e o modelo (Curva Azul). Nesse gráfico atenta-se para as pequenas regiões de afastamento entre a curva do modelo e os pontos do experimento. Isso pode ser constatado pelo elevado valor do coeficiente de determinação, o qual superou o valor de 0,95.



General model Exp2:

$$f(x) = a \cdot \exp(b \cdot x) + c \cdot \exp(d \cdot x)$$

Coefficients (with 95% confidence bounds):

a = 72.04 (50.39, 93.69)
 b = -0.003254 (-0.004348, -0.002161)
 c = 655.8 (632.8, 678.8)
 d = -4.548e-05 (-7.721e-05, -1.376e-05)

Goodness of fit:

SSE: 1.389e+04
 R-square: 0.9567
 Adjusted R-square: 0.9565
 RMSE: 5.574

Ilustração 6: Representação gráfica do modelo matemático exponencial de 2 termos.

Fonte: produção da pesquisadora.

O terceiro modelo matemático, representado na Ilustração 5, foi obtido pelo ajuste de uma função polinomial quadrática aos dados experimentais. O

modelo trata-se de uma boa representação dos dados já que seu coeficiente de determinação chega ao valor de 0,95. Além do adequado ajuste do modelo aos dados, na análise gráfica é possível verificar que o maior distanciamento entre o modelo e os dados encontra-se nos últimos ciclos, ou seja, próximo à marca de 972 ciclos. Nessa região, os dados experimentais sugerem maiores perdas de capacidade, do que a perda descrita pela equação do segundo grau.

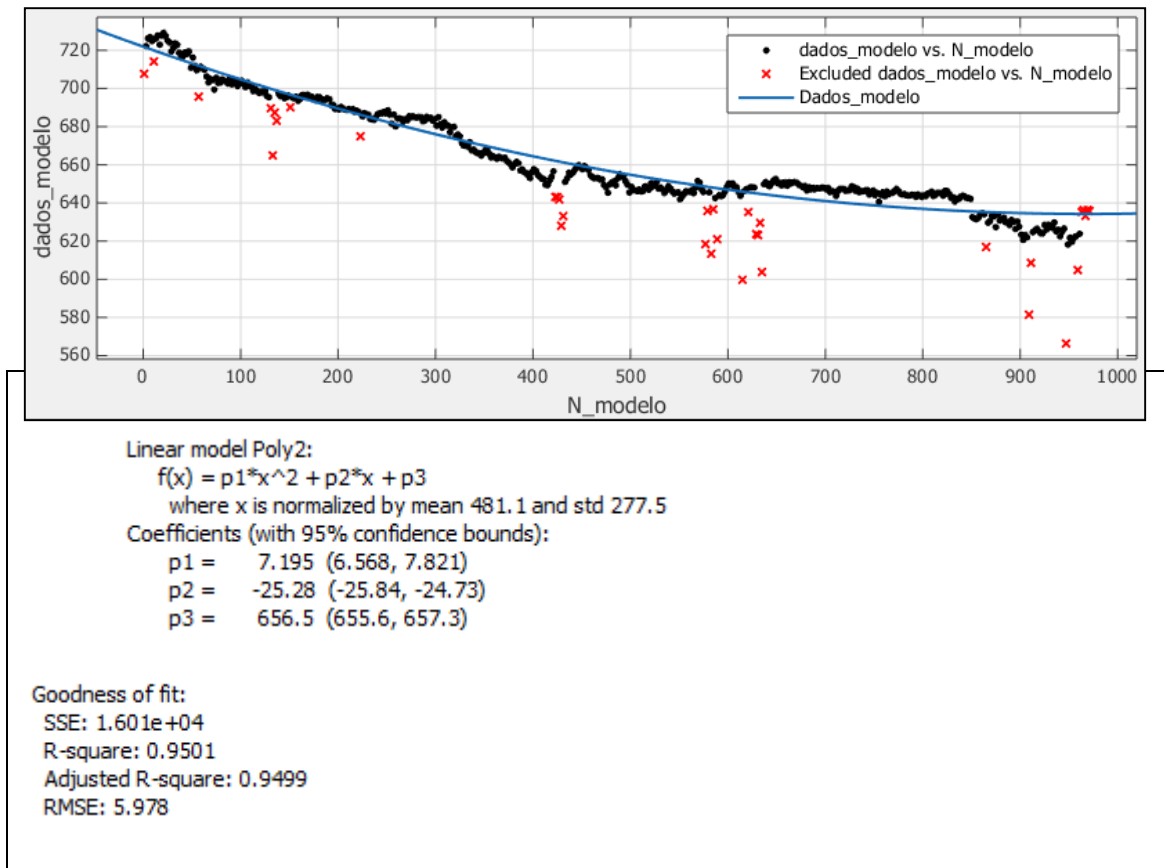


Ilustração 7: Representação gráfica do modelo matemático polinomial quadrático.

Fonte: produção da pesquisadora.

O quarto modelo é apresentado na Ilustração 6. O ajuste foi realizado por intermédio de uma equação polinomial cúbica. O coeficiente de determinação dessa curva alcançou o valor de 0,96, fator que implica no polinômio de terceiro grau ser o modelo com melhor ajuste aos dados experimentais.

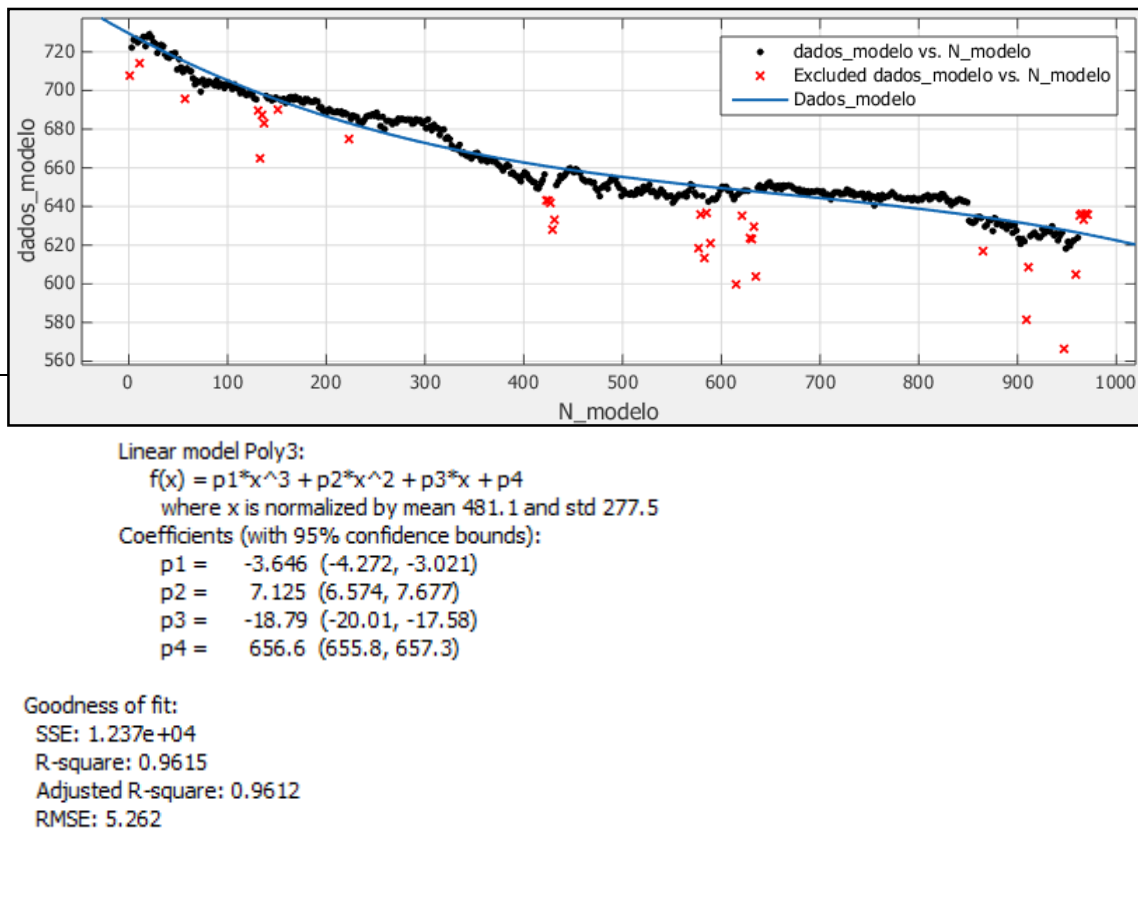


Ilustração 8: Representação gráfica do modelo matemático polinomial cúbico.

Fonte: produção da pesquisadora.

CONCLUSÃO

As baterias de Li-Po são soluções promissoras para o armazenamento de energia. No entanto, ainda se fazem necessárias melhorias técnicas, dentre as quais se destacam a capacidade de carga e a previsão de durabilidade. A obrigação em obter dados precisos acerca da vida útil das baterias está ligada, diretamente, ao nível de confiança depositado no dispositivo de armazenamento de energia. Neste sentido, a modelagem matemática apresenta-se como uma ferramenta adequada para análise dessa confiabilidade, devido ao baixo custo de implementação e ao rápido retorno de resultados, os quais apresentam precisão adequada.

O ajuste de curvas realizado resultou em quatro modelos matemáticos adequados, dos quais dois são funções exponenciais e dois são funções polinomiais. Em termos de ajuste aos dados experimentais, o modelo polinomial cúbico apresentou os melhores resultados, seguido pelo exponencial de dois termos, polinomial quadrático e exponencial de termo único. No entanto, a escolha do modelo pode variar com relação à sua aplicação, pois algumas demandas necessitam maior precisão, enquanto outras exigem baixa carga computacional. Afinal, quanto maior a precisão, mais complexo o modelo matemático e, portanto, maior a demanda computacional para sua solução.

Os modelos apresentados são resultados preliminares do estudo acerca do número de ciclos de baterias Li-Po. No decorrer da pesquisa, os modelos descritos nesse estudo serão integrados a outros modelos matemáticos, os quais são utilizados na predição do tempo de vida das baterias. Para isso, será necessário aplicar técnicas da análise estatística, a fim de identificar os erros e as diferenças significativas entre os modelos de ciclo de vida. Além disso, novos testes serão realizados para coleta de dados experimentais, os quais serão gerados em condições de variação térmica.

O presente estudo vai fornecer resultados mais confiáveis em termos da predição do tempo de vida das baterias, pois modela fenômenos, atualmente, desconsiderados. Apresenta relações bem estruturadas acerca dos agentes que causam o envelhecimento nas células de bateria, bem como seu impacto na perda irreversível de capacidade.

REFERÊNCIAS

GRILLON, Nathanaël et al. Cycle life and statistical predictive reliability model for all-solid-state thin film microbatteries. **Microelectronics Reliability**, v. 93, p. 102-108, 2019.

CLEMM, Christian et al. Durability and cycle frequency of smartphone and tablet lithium-ion batteries in the field. In: **2016 Electronics Goes Green 2016+(EGG)**. IEEE, 2016. p. 1-7.

JAFARI, Mehdi; KHAN, Khalid; GAUCHIA, Lucia. Deterministic models of Li-ion battery aging: It is a matter of scale. **Journal of Energy Storage**, v. 20, p. 67-77, 2018.

LIU, Zhenbao et al. Particle learning framework for estimating the remaining useful life of lithium-ion batteries. **IEEE Transactions on Instrumentation and Measurement**, v. 66, n. 2, p. 280-293, 2016.

MANDLI, Aravinda R. et al. Fast computational framework for optimal life management of lithium ion batteries. **International Journal of Energy Research**, v. 42, n. 5, p. 1973-1982, 2018.

ZHANG, Yancheng; WANG, Chao-Yang; TANG, Xidong. Cycling degradation of an automotive LiFePO₄ lithium-ion battery. **Journal of Power Sources**, v. 196, n. 3, p. 1513-1520, 2011.

ZHANG, Yongzhi et al. Long short-term memory recurrent neural network for remaining useful life prediction of lithium-ion batteries. **IEEE Transactions on Vehicular Technology**, v. 67, n. 7, p. 5695-5705, 2018.

A NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM RESSALVAS AO DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL¹

Henrique Branco²
Paula Liandra Bütner³
Renata Maciel⁴

RESUMO

A delimitação temática deste estudo focaliza a necessidade de disponibilizar produtos de higiene menstrual de modo sustentável, para a garantia de saúde e de qualidade de vida. A geração de dados decorrerá do estudo de Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Ambiental e Direito Administrativo – no condão da Saúde Pública e da preservação ambiental. Questiona-se se o Estado, e os Entes Federados, deve, ou não, fornecer produtos de higiene menstrual. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura atinente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pelo fato de muitas mulheres não terem acesso a produtos de higiene feminina, além do fato de os produtos comuns serem poluentes. A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário é comparativo. A conclusão do trabalho é de que os produtos devem ser fornecidos, pois Constituição Federal brasileira assegura o direito à saúde e a assistência aos desamparados, além do fornecimento de produtos ecológicos, em razão da necessidade constitucional de preservação ambiental.

Palavras-chave: Higiene - Menstrual - Disponibilização - Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Uma condição biológica inerente às mulheres é o ciclo menstrual. Sendo um fato ligado a própria existência do sexo feminino, não há como optar por

¹ O presente artigo científico é derivado do resumo expandido intitulado “A NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE FEMININA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM RESSALVAS AO DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL” apresentado na XIX Mostra de Trabalhos Jurídicos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI;

² Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. branco-h@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. e-mail: paula.butner@gmail.com;

⁴ Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE, com bolsa CAPES. Mestre em Direitos Humanos pela UNIJUI. Graduada em Direito pela UNIJUI. Orientadora. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. advogada.rmaciell@gmail.com

menstruar ou não. No mesmo sentido, não há formas de cessar a menstruação que não acarretem prejuízos fisiológicos severos, como a infertilidade, trombose e câncer de mama, por exemplo, e, ainda que não oferecessem desvantagens ao corpo. Soma-se, ainda, o fato de que tais métodos são muito onerosos para serem disponibilizados pelos entes públicos.

Diante da afirmativa da impossibilidade em optar por passar, ou não, pelo ciclo menstrual, a partir da análise dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais brasileiros, vislumbra-se a necessidade do fornecimento de produtos de higiene pessoal femininos às mulheres de baixa renda que necessitem, tais como absorventes e coletores menstruais, de forma a preservar o direito à saúde, em virtude das enfermidades que a má higiene pessoal pode acarretar, afirmado por meio de políticas públicas.

Optou-se pela análise da necessidade desse fornecimento, pois o tratamento das enfermidades causadas pela má higiene íntima pode ser mais oneroso ao Estado, em termos econômicos, quando comparado do fornecimento como forma de prevenção, visto que vai além da análise absorventes/medicamentos, já que o acompanhamento das doenças engloba, também, uma série de profissionais da área da saúde, que necessitam de capacitação e remuneração que, a longo prazo, dispensam mais erário que o simples fornecimento dos produtos de higiene em questão.

A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho quantitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo.

1 O FORNECIMENTO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS E A SAÚDE PÚBLICA

Tratando-se de questão de saúde, a Constituição Federal/88 prevê, em seus artigos 6º, a saúde e a assistência aos desamparados como sendo direitos sociais, e 196, que afirma ser a saúde direito de todos e dever do Estado. Vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição.

[...]

Art. 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, grifou-se).

Face às afirmações constitucionais feitas, vale ressaltar que, como política pública municipal, artigos de limpeza pessoal, como escovas de dente e cremes dentais, já são fornecidos por diversos municípios, e a prática da higiene bucal é incentivada nas escolas, desde os anos iniciais. Sendo assim, a disponibilização de coletores menstruais e absorventes pelo ente público é plenamente possível, não havendo, aparentemente, nenhum impedimento administrativo ou legislativo para tanto.

Na esfera internacional, em relação à saúde e saneamento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta, nos objetivos de sua Constituição, a garantia do maior nível possível de saúde para todas as pessoas, bem como a responsabilidade do governo em garantir a saúde de seu povo. Além de outras disposições. Vejamos:

O gozo do mais alto padrão de saúde possível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social.

Os governos têm uma responsabilidade pela saúde de seus povos, que só pode ser cumprida com o fornecimento de medidas sociais e de saúde adequadas. (OMS, 1948, s.p.).

Ainda que as recomendações da Organização Mundial da Saúde não possuam caráter impositivo, diante da relevância e forte atuação dessa organização no Brasil e em diversos países, os objetivos da OMS estão umbilicalmente ligados a direitos humanos que estão internalizados na Constituição brasileira como direitos fundamentais, sendo, dessa forma, dever do Estado e de seus entes federados prover à população todos os meios possíveis de saúde, levando em consideração o caráter solidário e democrático de direito em que a Constituição da República Federativa do Brasil foi elaborada.

Dentre as possibilidades de cessar a menstruação, há métodos temporários e permanente. Um dos métodos mais utilizados para parar o ciclo

menstrual é utilizar a pílula anticoncepcional sem o intervalo indicado, os anticoncepcionais injetáveis e os implantes subcutâneos, além do DIU de levonorgestrel, opção menos utilizada. Todos estes métodos possuem cavalgar carga hormonal, que, se utilizados com frequência, aumentam consideravelmente as chances de a mulher desenvolver trombose e câncer de mama (CONTE, 2017). Já o método permanente consiste na intervenção cirúrgica, para a realização de ligadura tubária, que acarreta a infertilidade (PASSOS; RAMOS, 2017).

Acerca dos motivos que aumentam a chance de proliferação de doenças, no que se refere à anatomia vaginal e justifica o enfoque na disponibilização de produtos femininos, Medeiros (2017) afirma que:

A vagina possui proteção natural, promovida por uma população de bactérias do grupo *Lactobacillus casei*, que formam a chamada **flora vaginal**. Esses lactobacilos têm a função de converter a lactose e outros açúcares simples presentes na região em ácido láctico. Assim, o pH (medida do nível de acidez) na região fica ácido, impedindo que fungos e bactérias se proliferem, já que esses micro-organismos **não conseguem sobreviver à acidez**. Entretanto, sozinhos, os lactobacilos não conseguem proteger totalmente a vagina, e por isso faz-se necessária uma boa higiene adicional. (MEDEIROS, 2017 grifou-se).

Ao contrário do corpo do homem, a genitália feminina possui a anatomia mais interna, recolhida e, por consequência, mais úmida, o que torna o aparelho reprodutor da mulher mais propenso a contrair infecções e fungos, principalmente durante o ciclo menstrual.

Dentre os fatores que a má higiene íntima pode causar estão a proliferação de fungos e a possibilidade de infecções. Dentre as infecções mais recorrentes estão a tricomoníase, a *garnderella* e, a mais conhecida, a candidíase e, sendo questão de saúde pública, tem-se como dever do Estado, conforme dispositivos constitucionais já citados, a disponibilização de tais produtos (MEDEIROS, 2017).

Levando em consideração as razões acima expostas, há de se mencionar que o fornecimento de sabonetes íntimos reguladores de “pH” é igualmente

importante para a preservação da flora vaginal, pela incapacidade de os micro-organismos protetores sobreviverem em ambientes ácidos.

Partindo de uma visão econômica, ter à disposição tais produtos de higienização, por mais que a curto prazo aparente ser uma despesa extra do erário, é, na verdade, um investimento que previne gastos futuros com medicações e profissionais da área da saúde.

Insta salientar que os investimentos estatais com saúde não são suficientes para suprir a demanda da população, causando superlotações e o sucateamento dos estabelecimentos, diminuindo, ainda mais, a qualidade do atendimento da saúde, o que, com medidas iguais ou semelhantes à proposta no presente resumo seria, a médio e longo prazo, amenizado.

Nesse diapasão, confirma-se a necessidade do fornecimento de produtos de higiene pessoal feminina pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tanto produtos próprios para o ciclo menstrual, quanto para a higiene cotidiana.

Não obstante, faz-se mister destacar que a disponibilização dos produtos não possuirá eficácia sem a conscientização do público feminino sobre a importância de uma boa higiene íntima. O fator que gera a proliferação de doenças não é a menstruação em si, pois menstruar é um acontecimento inerente da natureza feminina. O que causa as enfermidades, na verdade, é a má higiene da região íntima durante o ciclo menstrual. Assim, faz-se necessário, também, informar ao público sobre a importância da higiene neste período.

2 INICIATIVAS LEGAIS DA ATUALIDADE

Levando em consideração a realidade brasileira, a Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro aprovou o projeto de lei 798/2019, promulgando a lei nº 6.603/2019 com intuito de democratizar o acesso das mulheres carentes aos produtos de higiene íntima. A lei prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos nas escolas municipais (ELLER; DOMINGUES, 2019).

O autor do projeto de lei, vereador Leonel Brizola, justificou a iniciativa diante dos índices de abandono escolar das jovens em situação de hipossuficiência social e econômica, que não possuem condições para realizar a compra de itens de higiene pessoal, e acabam por optar pela falta às aulas

quando do início do ciclo menstrual. Essa evasão escolar devido ao período menstrual resulta no número, em média, de 45 dias de aula perdidos, por ano, e cinco dias por mês, fato que, por óbvio, causa consequências no processo educacional e de socialização das jovens (RIO DE JANEIRO, 2019). Ademais, arguiu que o projeto

não trata apenas da distribuição de absorventes higiênicos para estudantes, mas sim de levar dignidade e esperança por um futuro mais justo e igualitário, portanto, não podemos cruzar os braços pra essa triste realidade e permitir que problemas como a falta de material escolar, merenda ou absorventes íntimos sejam fatores que desencorajam essas jovens de frequentarem as escolas, reduzindo as chances de um futuro melhor. (RIO DE JANEIRO, 2019, s.p.).

A lei institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, que tem por finalidade o fornecimento dos produtos às estudantes do sexo feminino, e visa a prevenção e riscos de doenças, decorrentes da má higiene íntima, bem como a falta às aulas. Outrossim, estabeleceu em seus artigos 2º e 4º como se dará a distribuição e o custeio do Programa, como se tem, do texto da lei:

Art. 2º O Poder Executivo promoverá o fornecimento e a distribuição dos absorventes higiênicos em quantidade adequada às necessidades das estudantes, por meio de máquinas de reposição, instaladas nos banheiros das escolas da Rede Pública Municipal.

[...]

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias. (RIO DE JANEIRO, 2019, s.p.).

Com a aprovação do projeto, denota-se a possibilidade de implementação da distribuição de absorventes higiênicos em âmbito nacional. Pois, como bem elencado pelo legislador:

[...] Disponibilizar nos banheiros das escolas o acesso gratuito e ao alcance de quem necessitar essa é fundamental, pois absorventes higiênicos não são itens supérfluos e sim de necessidade. Portanto, deve fazer parte do orçamento das unidades escolares, assim como as provisões de papel higiênicos e outros itens necessários à saúde das alunas da rede pública de ensino. (RIO DE JANEIRO, 2019, s.p.).

Assim, pelas razões expostas no referido projeto de lei, torna-se evidente a necessidade do fornecimento de tais produtos, por parte do Estado. Em um cenário como o do Brasil, de forte crise política, econômica e social, as demandas relacionadas à saúde e saneamento básico aumentam sucessivamente, sendo que a situação de pobreza extrema assola a vida de milhões de pessoas, não só neste país, como no mundo todo.

Em uma sociedade global provida de Direitos Humanos internacionalizados e universais, a disponibilização do maior nível de saneamento e saúde para todos, é um dos principais deveres não só do Estado, como também de toda a humanidade, seja de forma direta ou indireta.

3 A NECESSIDADE DO FORNECIMENTO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

Considerando o dever dos entes federados em prezar pela preservação do meio ambiente, principalmente o meio ambiente natural, a Constituição Federal dispõe, no artigo 225, *caput*, e §§ 1º ao 7º, sobre o direito ao meio ambiente equilibrado, com ressalvas ao princípio da solidariedade com as futuras gerações¹. Vejamos a legislação, no que se refere ao papel dos entes federados:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e **preservá-lo para as presentes e futuras gerações**.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, **incumbe ao Poder Público**:

VII - **proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies** ou submetam os animais a crueldade.

[...] (BRASIL, 1988, grifou-se).

Face à afirmativa acima, comprova-se a necessidade de, sob a óptica ambiental, ponderar sobre quais produtos devem ser fornecidos para assegurar

¹ Consiste na solidariedade entre as gerações futuras e presentes no sentido de preservar o meio ambiente, atuando de forma sustentável a fim de que as próximas gerações possam continuar usufruindo de nossos recursos naturais.

o princípio da solidariedade intergeracional e, diante da análise dos prós e contras de cada produto de higiene íntima feminina, constata-se que o fornecimento de produtos sustentáveis típicos do ciclo menstrual, como os absorventes reutilizáveis, feitos de pano, os absorventes sustentáveis, produzidos a partir de produtos biodegradáveis, as calcinhas absorventes e os coletores menstruais apresentam-se como possíveis opções mais sustentáveis.

Os absorventes de pano atuais, diferentemente dos antigos “paninhos” que eram comuns antes da ascensão dos absorventes descartáveis, são anatomicamente desenvolvidos para o corpo das mulheres, sendo que dificilmente deixam vaziar algum líquido. Geralmente são produzidos de tecido 100% algodão, que não causam irritação na pele. Vale ressaltar que há indústrias que já estão produzindo absorventes de pano, porém a durabilidade dos industriais pode ser mais curta, entre 40 e 60 lavagens. Já os artesanalmente produzidos tem duração tão longa quanto uma roupa íntima (SAIDE, 2018).

Quanto ao preço dos absorventes de pano, estes variam entre vinte e cinco e trinta e cinco reais a unidade, sendo necessárias, em média, cinco unidades para ter tempo de lavar e secar cada um dos absorventes, durante um ciclo menstrual inteiro, tornando-se uma opção ligeiramente custosa.

Outra das possibilidades sustentáveis é um absorvente produzido através de matéria prima reutilizada e biodegradável. Um exemplo desse tipo de absorvente, é o confeccionado a partir de fibra de banana, uma novidade de baixo custo desenvolvida por Rafaella Bona, aluna do curso de Design de Produto na Universidade Federal do Paraná. Os absorventes ainda nem possuem protótipo, porém a ideia foi amplamente aceita e condecorada pela comunidade acadêmica, sendo que a jovem de apenas 22 anos idealizou esse produto como conclusão de um curso de design, em que cada estudante deveria escolher um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, sendo que Rafaella escolheu o número 1: combate à pobreza em todas as suas formas (PIETRO, 2019).

O absorvente sustentável foi pensado exclusivamente para mulheres de rua. Como existe a possibilidade das moradoras de rua não possuírem calcinha, o produto foi desenvolvido para ser utilizado internamente (PIETRO, 2019).

Uma outra opção sustentável é a calcinha absorvente, que possui a mesma funcionalidade de um absorvente externo descartável. Produzidas industrialmente, essas calcinhas possuem grande capacidade de absorção, são hipoalérgicas e produzidas com tecidos que não irritam a pele, além de serem reutilizáveis.

As calcinhas absorventes tem durabilidade de aproximadas 50 lavagens, o que soma a utilização por um período de dois anos. Entretanto, das opções ecológicas apresentadas, esta é a mais cara. Uma calcinha custa, em média, duzentos reais.

Em um primeiro momento, disponibilizar absorventes comuns parece ser a solução óbvia para a problemática em questão, em virtude do preço baixo e popularidade do produto, entretanto, levando em conta que, em média, a cada ciclo menstrual são utilizados de dois a três pacotes de absorventes, a produção de todo o lixo é inimaginável. “Durante a vida, uma mulher usa, em média, mais de 10 mil absorventes, seja ele externo ou interno. O externo leva 100 anos para se degradar na natureza, enquanto o interno leva até um ano. O coletor menstrual é ecologicamente correto.” (BRASILIENSE, 2015, s.p.).

Os coletores menstruais, todavia, apesar de, inicialmente serem mais caros que os absorventes comuns, são reutilizáveis por até três anos, variando por cada marca. Não existem contraindicações para o uso do produto, porém não se aconselha o uso por mulheres que nunca tiveram relações sexuais (BRASILIENSE, 2015). Ainda, enquanto um absorvente leva em torno de 100 anos para se decompor, um coletor menstrual leva 50 anos, causando mínimo impacto ambiental (KIMURA, 2015).

Dentre os produtos apresentados, ponderando-se entre fatores de preço e praticidade, restam apenas os absorventes sustentáveis, feitos de fibra de banana e os coletores menstruais. De fato, o produto mais fácil de ser utilizado e provavelmente o mais barato de todos os apresentados é o absorvente idealizado por Rafaella Bona, no entanto, esse produto ainda não passa de uma ideia, nem possuindo protótipo, até a presente data.

Sendo assim, diante da principiologia e legislação apresentada, o fornecimento dos coletores menstruais é a forma mais ecológica e sustentável disponível para distribuição ao público feminino.

Ademais, importante ressaltar que tais produtos ecológicos não possuem grande divulgação e não são conhecidos pela população consumidora, sendo que a simples disponibilização não será eficiente, sem que haja uma divulgação concreta e convincente, que induza o público feminino a aderir aos novos produtos sustentáveis.

CONCLUSÃO

A partir das informações adquiridas e apresentadas no presente trabalho científico, pode-se afirmar que o Estado, solidariamente com os demais entes federados, tem, não apenas o dever, mas a obrigação de fornecer produtos de higiene pessoal feminina, principalmente os utilizados durante o ciclo menstrual.

Cabe salientar que, por ora, a forma mais ecológica, sustentável e, a longo prazo, econômica de fornecer tais produtos é por meio dos coletores menstruais, respeitando o disposto na constituição federal, no que diz respeito à saúde, no artigo 6º, e proteção ambiental, no artigo 225, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando que a preservação da saúde e a disponibilização de saneamento básico são uma questão de preservação da dignidade humana, sendo, inclusive, questões trabalhadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ainda, por mais que coletores menstruais sejam a opção preferível, tal produto não possui popularidade, sendo indicado aos entes federados o divulgar, para melhor informar o público alvo, asseverar o disposto na Constituição Federal, garantindo a preservação dos meios ambientes, principalmente o meio ambiente natural, já tão degradado pela evolução da espécie humana e o aumento da extração de recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASILIENSE, Correio. **14 Perguntas e Respostas sobre o Coletor Menstrual: usar ou não?** Disponível em:
<<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/ciencia-e->

saude/2015/03/02/interna_ciencia_saude,473623/uso-do-coletor-menstrual-provoca-polemica-recomendavel-ou-nao.shtml>. Acesso em: 01 maio 2019.

CONTE, Júlia. **Posso Escolher Parar de Menstruar?** Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/mulher-2/posso-escolher-parar-de-menstruar/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ELLER, Johans, DOMINGUES, Naíse. **Câmara do Rio Aprova Distribuição de Absorventes em Escolas Municipais.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/camara-do-rio-aprova-distribuicao-de-absorventes-em-escolas-municipais-23734839>>. Acesso em: 30 out. 2019.

KIMURA, Gabriela. **18 Dúvidas que Todo Mundo Tem Quando Usa um Coletor Menstrual.** Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/saude/18-duvidas-que-todo-mundo-tem-quando-usa-um-coletor-menstrual/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

MARQUES, Teté. **Quais os Prós e Contras de Usar Absorventes de Tecido?** Disponível em: <<https://www.mocacriada.com.br/quais-os-pros-e-contras-de-usar-absorventes-de-tecido/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MEDEIROS, Tainah. **Higiene Íntima da Mulher.** Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/mulher-2/higiene-intima-da-mulher/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

OMS. **Constituição.** Disponível em: <<https://www.who.int/about/who-we-are/constitution>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PASSOS RAMOS, Sérgio dos. **Ligadura de Trompas.** Disponível em: <<https://www.gineco.com.br/saude-feminina/metodos-contraceptivos/ligadura-de-trompas/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PIETRO, Gabriel. **Estudante Paranaense Cria Absorvente Sustentável para Mulheres em Situação de Rua.** Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/saude/absorvente-sustentavel-carentes/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 798/2019.** Dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Autor: VEREADOR LEONEL BRIZOLA Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/0cfaa89fb497093603257735005eb2bc/4a95e1737cd661298325827b0062dad7?OpenDocument>>. Acesso em: 30 out. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 6.603/2019, de 03 de Junho de 2019.** Dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei->

ordinaria/2019/661/6603/lei-ordinaria-n-6603-2019-dispoe-sobre-o-fornecimento-de-absorventes-higienicos-nas-escolas-publicas-do-municipio-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 out. 2019.

SAIDE, Bel. **Absorventes de Pano**. Disponível em:
<<https://ginecologianatural.com.br/absorventes-de-pano/>> Acesso em: 01 nov. 2019.

SOUZA DELITTI, Luana *apud* MELLO, Fabiano. **O que se Entende pelo Princípio da Solidariedade Intergeracional?** Disponível em:
<<https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2179254/o-que-se-entende-pelo-principio-da-solidariedade-intergeracional-luana-souza-delitti>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NOS CURSOS SUPERIORES DA FEMA: EXPERIÊNCIAS ATIVAS NO CURSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Lauri Aloisio Heckler¹
Juliane Colpo²

RESUMO

Desenvolver habilidades participativas e críticas tornam-se essenciais ao papel do professor contemporâneo, logo, é visível que tais mecanismos se concentrem no processo de ensino/aprendizagem. O presente estudo buscou identificar os efeitos do uso de práticas pedagógicas inovadoras com o corpo discente de uma Instituição de Ensino Superior privada, bem como a percepção e propensão dos alunos em serem favoráveis ou não a implementação da referida inovação didática na formação do nível superior. A amostra foi composta por discentes, do curso superior de Tecnologia da Informação das Faculdades Integradas Machado de Assis-FEMA, trata-se de uma abordagem qualitativo-descritiva com dados coletados nas aulas ministradas para a turma do sexto ano do segundo semestre de 2018. Os resultados apontam que os estudantes apresentam visões favoráveis quanto à adoção de sistemas de aprendizagem ativa, denotando que a abordagem adotada abre espaço para perspectivas construtivistas. Conclui-se que o esforço para que o ensino superior tenha uma maior ligação teórico-prática potencializa a aprendizagem e motiva os estudantes. Apresenta-se ao final do trabalho sugestões para ações institucionais, para que propostas andragógicas, como a enfatizada neste trabalho, sinalize e mantenha a aderência de uma formação mais abrangente dos Docentes, acompanhando as exigências do mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de competências práticas no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Aprendizagem - Ensino Superior - Formação em TI - Práticas Pedagógicas Inovadoras.

INTRODUÇÃO

Inquietações profissionais, aliadas ao contexto e cenário educacional contemporâneo, provocam nos educadores a necessidade de realizar novas práticas em sala de aula, que busque resgatar a alegria e promova aprendizagem contextualizada e significativa para os alunos, sendo possível o uso de novas tecnologias, dos computadores e dos smartphones.

¹ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Docente dos Cursos Técnicos e Superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA.heckler@bol.com.br

² Mestre em Educação nas Ciências, Psicóloga e Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA.jcolpo@fema.com.br

Nessa trajetória, nos deparamos com inúmeras questões que direcionam para um mesmo problema. Acreditamos poder demonstrar as razões que conduziram à realização dessa pesquisa, que se centra na contextualização de Práticas Pedagógicas Inovadoras nos cursos superiores da FEMA – Faculdades Integradas Machado de Assis, no curso de Gestão de Tecnologia da Informação. A pesquisa representa um recorte do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas para a docência no ensino Técnico, Tecnológico e Superior da FEMA.

Objetivando contribuir com a melhoria do processo educacional, encontramos na instituição o espaço necessário para a realização desse estudo mais aprofundado sobre a área da educação, tentando responder alguns questionamentos que nos intrigam, tais como: O porquê da distância do mundo acadêmico com as necessidades práticas das empresas corporativas profissionais?

Tais fatores destacam-se como os principais problemas no contexto educacional em relação às práticas adotadas por cada docente. Buscar ferramentas que auxiliem o desenvolvimento do aluno de forma mais produtiva seria uma forma de impulsionar os resultados da Instituição.

Este estudo teve por objetivo principal desenvolver a descrição de práticas pedagógicas ativas, descrever a experiência de docência em sala de aula, apresentar os principais pontos críticos que influenciam na implementação de práticas pedagógicas e identificar oportunidades para qualificar as práticas de ensino e aprendizagem.

Amparados na aplicação de práticas pedagógicas ativas em sala de aula, o estudo tem o foco voltado à descrição de atividades e usos de recursos e ferramentas que auxiliem na melhoria dos resultados docentes.

Desta forma, para a FEMA, o desenvolvimento desse estudo proporciona o surgimento de novas ideias que poderão desencadear possíveis projetos coletivos. A partir dessa percepção, nota-se uma tendência positiva entre a parceria profissional dos docentes e discentes e a melhoria nos resultados da aprendizagem.

Do ponto de vista acadêmico, os profissionais da área agregaram novos conhecimentos e conceitos já exercidos no âmbito profissional. Aliando

conhecimentos teóricos às rotinas práticas, viabilizando a sistematização dos conceitos estudados ao longo do curso, junto com as atividades práticas em uma situação real.

Com o referido percurso a escrita apresenta-se organizada de forma a apresentar o caminho percorrido, os autores estudados e referenciados, bem como resposta à questão problema. O primeiro capítulo traz a contextualização do trabalho, indicando o tema, sua delimitação, problema, os objetivos, e a justificativa. No segundo capítulo, discute-se o referencial teórico, amparado em autores como: Masetto; Godatti; Macedo; Morin; Vergara, entre outros. Na sequência, apresenta-se os capítulos que trazem a metodologia utilizada e as recomendações propostas a partir das experiências vivenciadas.

1 AS NOVAS DEMANDAS E MUDANÇAS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR: DO MODELO TRADICIONAL PARA OS MODELOS PEDAGÓGICOS INOVADORES.

Neste capítulo são apresentadas teorias pertinentes ao trabalho e outras que são necessárias para formar a base teórica deste estudo, utilizando definições de pesquisa bibliográfica de autores referenciados, dando fundamentação no desenvolvimento do tema proposto. Deste modo, pretende-se contextualizar brevemente acerca do percurso e processo de mudança no contexto das instituições de Ensino Superior, para posterior realização da prática. De forma geral, são abordados os temas ligados aos paradigmas do ensino aprendizagem com as questões relacionadas às práticas pedagógicas.

Em cada época da história, a humanidade é mobilizada a instituir mudanças econômicas, sociais e culturais que abalam o status quo dos grupos sociais, muitas vezes trazendo como consequências o progresso, o questionamento de valores ou a destruição da vida, como ocorreu com a bomba atômica que devastou Hiroshima e Nagasaki, na Segunda Guerra Mundial. Nesse exemplo, a descoberta de partículas de nêutrons influenciou os métodos de estudo do núcleo atômico. No cenário mundial, o processo de desenvolvimento tecnológico das áreas de informática, microeletrônica e telecomunicações vêm causando verdadeira revolução na produção e na comunicação do conhecimento. E o tempo necessário para que o conhecimento

se traduza em novas aplicações tecnológicas é significativamente mais curto em relação ao passado recente. Como adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia, capacidade para tomar decisões, polivalência, flexibilidade, trabalho em grupo, comunicação, iniciativa, cooperação (MASETTO, 2012).

1.1 ESCOLA CONSTRUTIVISTA E SEUS ASPECTOS FILOSÓFICOS

O Construtivismo não é um método. Construtivismo não é uma técnica. Veremos que esse novo paradigma de ensino na verdade não é exatamente uma metodologia e sim uma postura em relação à aquisição do conhecimento.

Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER, 1993. p.88).

A construção do conhecimento humano pelo uso da razão tem o objetivo de alcançar os patamares mais elevados do pensamento lógico, do julgamento e da argumentação, sempre no sentido de haver reciprocidade na transmissão e na compreensão das ideias ditas pelo outro.

Nesse pensamento, Macedo (1994) alerta para o reconhecimento de que as dificuldades da aplicação pedagógica da obra de Piaget podem ser em razão de que, apesar de Piaget e a escola terem interesse comum pelo desenvolvimento da criança, seguem orientações diferentes para chegarem aos seus objetivos, que são teóricos para Piaget, e práticos para a escola:

Em suas pesquisas, o interesse fundamental era de natureza epistemológica e não psicológica ou pedagógica. Pretendia ele, com base em dados experimentais, recuperar a gênese das noções e os diferentes modos de sua estruturação cognitiva, desde um nível mais simples até um mais complexo. Assim, o interesse fundamental de Piaget foi o problema do conhecimento e sua construção, resultante das interações da criança com objetos ou pessoas. (MACEDO, 1994. p.48).

O que sempre deve ser enfatizado é que o construtivismo não é, em sentido amplo, uma teoria da educação e não é, em sentido estrito, uma metodologia de ensino. É uma concepção teórica acerca de como o homem chega ao conhecimento, podendo alcançar vários campos da realidade contemporânea.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA MUDANÇA DE PARADIGMA: REFLEXOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Vivenciamos um período de intensas transformações acarretadas pela crescente industrialização da ciência e da globalização, e seus reflexos são perceptíveis nas diversas dimensões do social. Deste modo, as inovações teóricas, científicas e manifestadamente tecnológicas, têm propiciado um debate em torno das noções epistemológicas do conhecimento e provocado modificações no modo de viver e conceber a realidade.

Nesse contexto a aprendizagem compartilhada nos traz um segundo movimento importante para aprender como acontece pelas múltiplas possibilidades de encontros com pessoas próximas e distantes conectadas, que se agrupam de várias formas, umas mais abertas outras mais fechadas ou organizadas, de forma pontual ou perene, formal ou informal entre diversas outras possibilidades.

Segundo Bacich e Maron, “[...] a combinação de tantos ambientes e possibilidades de troca, colaboração, coprodução e compartilhamento entre pessoas com habilidades diferentes e objetivos comuns, traz inúmeras oportunidades de ampliar nossos horizontes.” (BACICH; MARON, 2018, p. 2).

Edgar Morin filósofo, sociólogo e epistemólogo é um pensador contemporâneo transdisciplinar, diz: “Não sou daqueles que têm uma carreira, mas dos que têm uma vida (...) Passei ao largo dos amores, ainda que não tenha podido viver sem amor: diria até que, sem alta combustão amorosa, eu não teria jamais tido coragem de escrever O Método.” (MORIN, 2005, p. 54).

O Prof. Morin não escrevia de uma torre que o separa da vida, mas de um redemoinho que o joga em sua vida e na vida. A aventura do Método preenche sua vida durante três décadas e meia, de 1969 a 2000. Trata-se de um

caleidoscópio, uma empreitada epistemológica, uma obra estendida em seis Tomos, em que o Prof. Morin constrói a partir da derrocada do modelo iluminista do fracionamento da realidade para entendê-la, um método que procura elucidar a profundidade do pensamento complexo, a possibilidade de um conhecimento polissêmico, um feixe, inter, multi e transdisciplinar (MORIN, 2005).

O paradigma da complexidade está calcado na visão de totalidade, de interconexão e interação. Rompe, portanto, com a visão fragmentada, descontextualiza e reducionista de mundo, valorizando o todo, o contexto, os sentidos. As novas exigências da ciência e da sociedade do conhecimento instigam, desafiam e instauram um novo e renovado modo de ver, de pensar e de fazer educação.

Nesse contexto os professores vêm sendo desafiados a buscarem novos caminhos para exercer a docência, os quais estejam pautados nessa visão de totalidade, unicidade, criticidade, enfim, no chamado paradigma da complexidade. Behrens aponta que esse paradigma contempla uma aliança com abordagens diferentes, mas, complementares de ensino. São elas: a holística ou sistêmica, a progressista e o ensino com pesquisa, que é tido pela autora não propriamente como uma abordagem, mas sim, como uma metodologia que possui enfoque mais didático do que epistemológico (BEHRENS, 2010).

Assim, nesta abordagem, o aluno é visto como um ser indivisível e dotado de múltiplas dimensões: corpo, mente, emoções e espiritualidade, bem como, de múltiplas inteligências. É crítico, criativo e envolvido com a produção do conhecimento. Busca a visão do todo e tem a oportunidade de desenvolver uma sensibilidade acerca do valor da vida e da interdependência dos seres com a natureza. As múltiplas inteligências são valorizadas e o aluno deve ser instigado a desenvolvê-las, bem como, os dois lados do cérebro (o da razão e o da intuição).

Behrens apresenta o professor, como aquele que possui visão do todo, é amigo, parceiro, colaborador, cooperativo, crítico, exigente, reflexivo, sensível, interdisciplinar, engajado e democrático, discute sentimentos e insista a participação; além de estar preocupado com os seus semelhantes e com a vida na sociedade e no planeta (BEHRENS, 2010).

2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ATIVAS: MEDIAÇÃO E TECNOLOGIAS

Ao iniciar esta questão, se faz necessário conceituar aprendizagem significativa e refletir como está sendo desenvolvida a partir das novas culturas educacionais apresentadas na “Era do Conhecimento”. O caminhar da humanidade depende diretamente da evolução de como concebemos e lemos o mundo em que vivemos. A rapidez com que as mudanças estão ocorrendo no mundo, nos trouxe um problema de natureza educacional, pois os conceitos de aprendizagem que vinha se apresentando de 30 anos para cá, não é mais suficiente para aprender e entender o mundo. O conceito de aprendizagem tornou-se mais dinâmico, fazendo com que “o aprender” deixasse de ser um processo estanque.

As características requeridas da Educação do nosso tempo, preparando um cidadão instrumentalizado para protagonizar o seu tempo podem ser resumidas em: autonomia, seletividade, planejamento, interação social, coletividade, flexibilidade e criatividade (SANTOS, 2008).

Ainda de acordo com Behrens, a metodologia sistêmica precisa instigar e promover as relações pessoais e interpessoais do ser humano, buscando uma formação pautada na ética e no profundo respeito ao aluno como pessoa. A avaliação nesta abordagem leva em conta o processo e contempla a auto avaliação (BEHRENS, 2010).

No Brasil, essa abordagem manifesta-se seguindo três tendências: a libertária, tendo como representante a educadora Guiomar Namó de Melo; a crítico-social dos conteúdos, representada por Demerval Saviani; e a Libertadora, com o educador Paulo Freire (MORAES, 1998).

O aluno nesta abordagem é um sujeito crítico, criativo, participativo e reflexivo, concebido como coautor e corresponsável pelo processo educativo. Ele reflete sobre a realidade para transformá-la, possuindo liberdade de expressão e pensamento. Segundo Moraes (1998), o aluno é um sujeito da práxis, que não pode ser compreendido fora de sua relação dialética com o mundo. Alguém que é sujeito e não objeto, que aprende e se desenvolve por

meio de sua interação com o mundo, com os outros, que organiza sua experiência e que aprende de um modo original e único.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O trabalho utilizou-se da pesquisa de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, essas aplicações dirigidas a solução de problemas específicos, na produção leiteira. “Pesquisa voltada à aquisição de conhecimentos com vista à aplicação numa situação específica”. (GIL, 2010, p. 27).

A forma de abordagem do problema se caracterizou como pesquisa qualitativa, pelo fato de traduzir opiniões e informações, as quais serão classificadas e analisadas. A pesquisa também se identifica como descritiva, em razão de envolver técnicas de coleta de dados em sala de aula, também por assumir a forma de levantamento.

No ponto de vista dos procedimentos técnicos abordados a pesquisa trata-se de bibliográfica, por abranger toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo.

A pesquisa se caracteriza também como documental, pelo fato de que “A pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Da mesma forma, o estudo trata-se de uma pesquisa-ação por envolver um estudo auto avaliativo, isto é, as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o feedback obtido do monitoramento da prática é traduzido em modificações, mudanças de direção e redefinições, conforme necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, “[...] isto é para a prática, sem ter em vista, em primeira linha, o benefício de situações futuras, por envolver o estudo profundo e exaustivo de objetivos específicos, de maneira que se obtenha amplo conhecimento.” (FACHIN, 2006, p. 146).

3.1 GERAÇÃO DE DADOS

A fundamentação teórica do trabalho deu-se por pesquisas bibliográficas e diretamente com visitas à atuação da docência em sala de aula e a coleta trabalhos realizados com descrição dos eventos em sala de aula e consequente, com visualizações para esclarecimentos e explicações referentes à atuação no desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas junto a docentes do curso superior das Faculdades Integradas Machado de Assis.

Por meio dos documentos coletados, demonstrações das atividades através de imagens, foram elaborados textos descritivos demonstrando os resultados da atuação de forma diferenciada em um ambiente escolar de docência do nível superior.

3.2 EXPERIÊNCIAS ATIVAS DA PRÁTICA DOCENTE NO CURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FEMA

Nesta seção serão apresentados e analisados aspectos da docência, a partir de algumas experiências cotidianas desenvolvidas na disciplina do curso de tecnologia da Informação da FEMA, levando em consideração os métodos científicos estabelecidos no trabalho. Através do levantamento de dados, foi possível a identificação dos processos de aprendizagem, assim como também visualização das tomadas de decisões realizadas pelos docentes. Sendo possível identificar e oportunizar sugestões de melhorias, com o intuito de trazer benefícios aos discentes na busca do conhecimento e de construção de novas competências numa instituição de ensino superior.

3.3 DESCRIÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O presente estudo prático pedagógico realizou-se numa turma do 6º Semestre do Curso Superior de Tecnologia da Informação das Faculdades Integradas Machado de Assis FEMA, no período de agosto/2018 a dezembro/2018.

O Perfil da turma é importante instrumento pedagógico para o professor realizar com precisão suas tarefas, seu plano de aula, o seu planejamento. É um recurso que ajuda nas adaptações do currículo e no processo de avaliação ao final de cada período.

A turma em questão é constituída por nove alunos bastante astutos e perspicazes, que demonstram interesse nas atividades propostas. Ainda assim, é natural que sempre temos alunos menos participativos e tímidos. Esses alunos necessitam de maior atenção, assim como, a turma integrava alunos com algumas dificuldades em determinadas áreas. Dessa forma, temos que focar atenção nas necessidades individuais desses alunos e procurar auxiliá-los a sanar dificuldades específicas.

Dos nove alunos que formam a turma, uma particularidade chama atenção, todos são do sexo masculino, o que nos remete que o curso de Tecnologia da Informação é tendenciosamente formado por alunos do sexo masculino.

De forma geral, a turma apresenta bom desempenho, principalmente no tocante das novidades tecnológicas, independente da área, o que, entre outros fatores, está a contribuir em grande parte para a boa experiência, em contexto de 1º ciclo na inovação de práticas pedagógicas aplicadas.

3.4 DESCRIÇÃO DISCIPLINA

Para desenvolver as atividades da disciplina, apresenta-se um recorte do plano de ensino que traz a base do componente ministrado na íntegra com suas interferências metodológicas adotadas.

CURSO SUPERIOR EM GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
Componente Curricular:	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO		
Créditos:	4	Carga Horária Semanal:	4 Horas-Aulas
Professor:	LAURI ALOISIO HECKLER	Título:	MESTRE
Módulo:	VI	Ano:	2018/2

Ilustração 1: Componente curricular.

Fonte: produção do pesquisador.

Ementa: Estudo dos sistemas de gestão para produção nas organizações, focando a aplicação de ferramentas e processos de gestão, ressaltando os princípios e funções da produção nas organizações; Evolução histórica da produção; Capacidade de produção; Planejamento e Gestão do ciclo produtivo; Estratégias para a vantagem competitiva em manufatura. Sistemas produtivos enxutos; Sistema de gestão da qualidade; Sistema de gerenciamento de logística; canais de suprimento e distribuição física.

Objetivos: Reconhecer a aplicação dos sistemas de gestão da produção e as diferentes estratégias logísticas nas diversas dimensões, como: mercado fornecedor, mercado consumidor, características dos produtos ou serviços, relações de equipes transfuncionais e qualidade no atendimento, de forma a aplicá-la às pequenas, médias e grandes empresas, aliando aos recursos de tecnologias disponíveis no mercado.

Quanto às **Competências e Habilidades:** Administrar recursos e sistemas em ambientes informatizados com qualidade, produtividade e segurança; Gerenciar com eficiência os serviços de manutenção e atendimento de usuários de Sistemas Informatizados; Ser capaz de analisar situações e contextos, propondo o uso adequado de metodologias e Tecnologias da Informação, como as ferramentas de auxílio à solução de problemas organizacionais; Adotar postura ética e responsável; de respeito aos valores definidos pela organização e pela sociedade; Ser empreendedor, com capacidade de identificar novas oportunidades; de formular e implementar ações orientadas para atingir os fins de modo criativo e inovador; Capacidade de influenciar, estimular e mobilizar positivamente as pessoas para o alcance dos objetivos.

Quanto à **Metodologia de Ensino** buscou-se, no decorrer das atividades, apresentar o entendimento dos objetivos e o alcance das competências e Habilidades a serem atingidas com a aplicação do conteúdo programático apresentado conforme ementa curricular. As aulas foram conduzidas observando a metodologia, no sentido de trazer o discente às discussões propostas e permitir o diálogo construtivo, utilizou-se de: Aulas expositivas, com participação do aluno nos debates dos temas (dialogadas); Elaboração de Mapa Conceitual da Aula; Elaboração de trabalhos em grupos e interdisciplinares;

dinâmicas de grupos; Consulta bibliográfica, visão teórica acerca da realidade dos negócios; Estudos de caso com leitura e síntese de artigos e livros; questionários; análise de relatórios; Vídeos sobre Administração da produção e Visita à empresa e ou vinda de responsável pela Gestão da Produção de uma empresa da Região para análise e compreensão das realidades Empresariais.

4 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS INOVADORAS VIVENCIADAS COM A TURMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FEMA.

Nesse espaço, estaremos relatando algumas experiências vivenciadas durante o segundo semestre de 2018, onde com a turma do 6º Semestre da Disciplina de Administração da produção do curso de Tecnologia da informação onde foram realizadas atividades práticas diferenciadas de aprendizagem.

De uns anos para cá, o LEGO deixou de ser apenas um brinquedo popular e passou a ser, também, uma ferramenta de construção metafórica e lúdica para a resolução de problemas empresariais. Mas como funciona na prática? A ideia é que dentro de uma empresa todos podem contribuir para a discussão, decisões e resultados. Isso transforma o conhecimento individual em conhecimento coletivo, dando olhares de mercado mais completos a toda à empresa. A “Serious Play” se desenvolve em cenários reais mais ou menos como nos exemplos:

Durante esse período foi realizada uma atividade envolvendo os alunos com uma prática da metodologia Lego Serious Play (LSP), que visa ampliar a criatividade e possibilitar uma nova forma de aprendizagem aos adultos. Uma ferramenta poderosa, capaz de elucidar a cultura empresarial, fazendo com que as peças e cenários sejam metáforas para a identidade organizacional de cada indivíduo dentro da empresa, realmente narrando a vivência. Mas como funciona na prática? O método está baseado em quatro etapas que irão conduzir os participantes a uma jornada para resolução do problema.

1ª Etapa: A primeira etapa é a fase de implementar a pergunta. Nesse momento apresenta-se o problema, o desafio não pode ter soluções óbvias ou mesmo resposta correta. Esse é o momento em que se coloca sobre a mesa

uma pergunta-problema. Para que a jornada aconteça de maneira orgânica, a descrição do desafio precisa estar clara e ao mesmo tempo concisa.

2ª Etapa: A segunda etapa consiste em construir um modelo. Essa é a fase onde os participantes começam a se conectar consigo mesmo, vasculham na memória todo o background de conhecimento e iniciam as conexões neurais para trazer soluções ao problema. A equipe faz isso por meio da construção de um modelo, usando as peças do LEGO. Essa é a fase de manipular com as mãos e ativar a memória. O objetivo é construir uma história carregada de valores e significados. É durante esse processo que se constrói um ambiente de conhecimento.

3ª Etapa: Na sequência, é hora de compartilhar. Durante a terceira etapa, as histórias são contadas para todo o grupo. No processo, quando compartilham as histórias em voz alta, os próprios participantes começam a ter outros insights e incrementam a história no processo de narração. Por outro lado, as interações e questionamentos, também enriquecem o discurso e acrescentam novas ideias.

4ª Etapa: Para finalizar, a quarta etapa é uma reflexão sobre a narrativa anterior. Como forma de internalizar e memorizar estimula-se a reflexão sobre o que foi ouvido, falado e compartilhado.

A jornada conduzida pelo método busca direcionar os participantes a refletirem sobre a pergunta-problema a partir de um “*mindset*” voltado para a resolução. Dessa forma, a dificuldade é vista como um desafio e não como problema. Para que o LSP funcione, torna-se indispensável que os participantes estejam confortáveis com essas quatro etapas básicas.

Nessa série de atividades foi trabalhado o processo de concepção de Layout em uma empresa, partindo-se do princípio que a administração da produção preocupada em solucionar problemas e trazer melhorias em operações, e conseqüentemente reduzir custos operacionais, pode-se ter uma visão diferenciada na busca de oportunidades aplicando a ferramenta.



Ilustração 3: Fotos arquivo atividade LSP.
Fonte: produção do pesquisador.

Na Ilustração acima podemos visualizar os alunos trabalhando o desenvolvendo da Atividade LSP e construindo o seu entendimento. Na Sequência segue descrição do depoimento Feedback de aluno que fez parte da atividade:

LSP – Lego Serious Play.

Através da atividade podemos notar a importância da organização do layout das organizações, além de ter ficado muito mais organizado mantendo um ciclo dentro da organização, conseguimos realocar todos os móveis, deixando ainda um grande espaço vazio, então além de manter um fluxo melhor na organização conseguimos liberar mais espaço.

Ilustração 4: Arquivo feedback Aluno.
Fonte: produção do pesquisador.

Dando Continuidade as experiências, desenvolveu-se a produção de Mapa Conceitual. A construção começou a partir de uma questão, de um tema, de um problema que deveria ser compreendido.

Joseph Novak, professor americano, formado em Biologia e Ciências da Educação é reconhecido pelo desenvolvimento da Teoria do Mapa Conceitual. Os mapas conceituais foram desenvolvidos em 1972, dentro do programa de

pesquisa realizado por Joseph Novak na Universidade de Cornell (Estados Unidos). Ele buscou acompanhar e entender as mudanças na maneira como as crianças compreendiam a ciência (NOVAK; 1996). Ao longo desse estudo, os pesquisadores entrevistaram um grande número de crianças e tiveram dificuldades em identificar mudanças específicas na compreensão de conceitos científicos por parte delas, apenas examinando entrevistas transcritas. Foi a partir dessa dificuldade que buscou-se outros meios para a análise desses dados.

O grupo de pesquisa encontrou embasamento na psicologia da aprendizagem de David Ausubel. A ideia fundamental na psicologia cognitiva de Ausubel é que a aprendizagem se dá por meio da assimilação de novos conceitos e proposições dentro de conceitos preexistentes e sistemas proposicionais já possuídos pelo aprendiz (AUSUBEL et al., 1978).

Diante da necessidade de encontrar uma melhor forma de representar a compreensão conceitual de crianças, pensou-se em representar o conhecimento infantil na forma de mapa conceitual. Desse modo, foi desenvolvida uma nova ferramenta não apenas para o uso em pesquisa, como também para muitos outros.

Uma vez selecionada uma questão ou problema dentro dele, o próximo passo era identificar os conceitos-chave que se aplicam a esse domínio. Geralmente algo em torno de 15 a 25 conceitos é o suficiente. A partir dessas hipóteses, o mapa conceitual podia ser construído à mão (utilizando uma folha de ofício, cartolina, papel pardo) ou através de um software (powerpoint, impress, cmaptools, word, writer, entre outros).

A seguir, podemos visualizar exemplos de construção de Mapas, realizadas em software **CmapTools** a partir de temas específicos da disciplina que foram abordados em sala de aula.

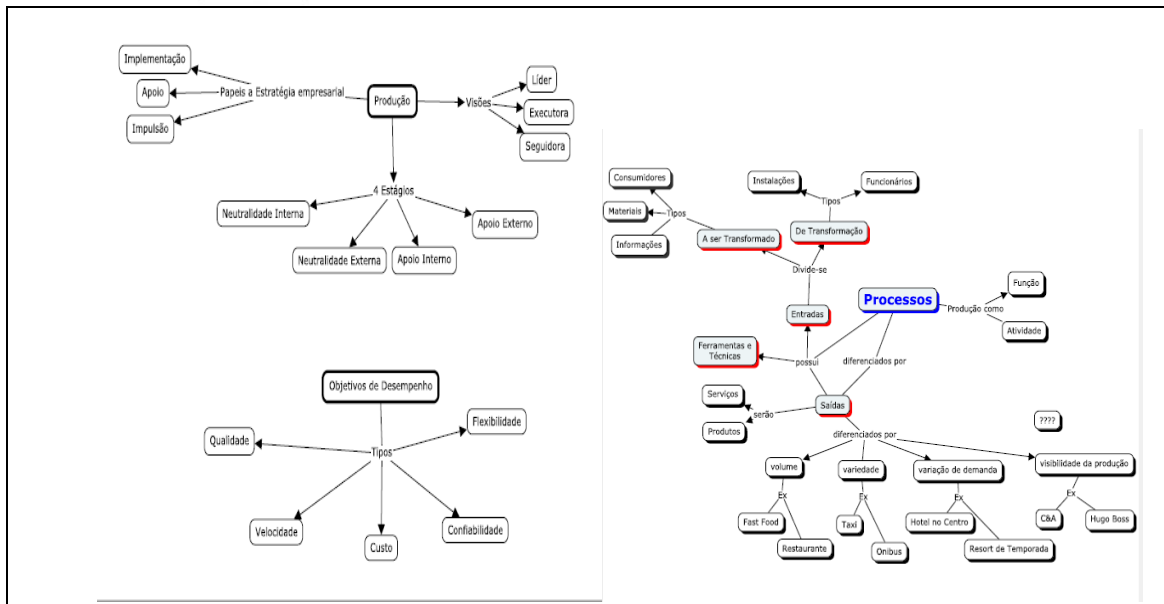


Ilustração 5: Desenvolvimento de Mapas Conceituais.
Fonte: produção do pesquisador.

A Ilustração mencionada mostra um exemplo de atividade desenvolvida para obter o entendimento de assuntos relacionados à disciplina de Administração da Produção.

Na sequência, mais uma ferramenta foi aplicada, agora com o uso de tecnologia digital, que nada mais é que o Socrative, uma aplicação simples de elaboração de questionários (preparação de testes, quizzes, etc.) que pode ser usada em sala de aula para receber feedback em tempo real da aprendizagem do aluno. Através de um sistema de perguntas e respostas, o professor pode recolher, em tempo real, as respostas dos alunos, percebendo melhor a sua compreensão relativamente aos temas em estudo nas aulas. É uma ferramenta de apoio à aprendizagem independente, que permite ao aluno poder responder aos testes e quizzes, seguindo o seu próprio ritmo de trabalho, progredindo de uma questão para a seguinte, com informações sobre a correção ou não de suas respostas.

Proporciona uma maior interatividade na sala de aula ao motivar os alunos para as “corridas” de resposta, entre os alunos ou grupos de alunos através dos seus dispositivos móveis (smartphone ou tablet). Os testes e quizzes podem ficar temporariamente disponíveis proporcionando a sua realização até mesmo em casa.

Está cada vez mais difícil para o professor manter o estudante interessado e motivado em uma aula extremamente teórica. O uso das novas tecnologias e as mais diversas formas de metodologias ativas, vem ajudando o professor a deixar suas aulas dinâmicas, interessantes e atrativas, colocando o estudante no centro no processo de ensino e aprendizagem. Verificar e avaliar a aprendizagem do discente pode ser considerado atualmente, o grande desafio do professor e o uso das novas tecnologias, mais especificamente o uso de aplicativos educacionais, podendo facilitar o processo de avaliação.

É importante considerar que “[...] a utilização da gamificação nas práticas pedagógicas não significa necessariamente inovar. A gamificação pode ser uma das estratégias pedagógicas para o desenvolvimento/adaptação de práticas pedagógicas”, explicam Martins e Giraffa (MARTINS; GIRAFFA, 2016, p. 54). Schlemmer afirma que a Gamificação quando desenvolvida em contexto educacional, precisa ser elaborada com critérios e estratégias. Compreendemos que essa mistura entre as mecânicas, dinâmicas e o pensamento de jogo desenvolvido, em contexto, o jogo necessita de atenção, objetividade e clareza. Para a autora,

A gamificação pode ser pensada a partir de pelo menos duas perspectivas: enquanto persuasão, estimulando a competição, tendo um sistema de pontuação, de recompensa, de premiação etc., o que do ponto de vista da educação reforça uma perspectiva epistemológica empirista; e enquanto construção colaborativa e cooperativa, instigada por desafios, missões, descobertas, empoderamento em grupo, o que do ponto de vista da educação nos leva à perspectiva epistemológica interacionista-construtivistasistêmica (inspirados, por exemplo, por elementos presentes nos Massively Multiplayer Online Role Play Games – MMORPG). (SCHLEMMER, 2014, p. 77).

Torna-se relevante discutir o uso de aplicativos como forma de avaliação, pois os estudantes fazem uso da tecnologia cada vez mais cedo e avaliar o estudante utilizando-se destas tecnologias, aproxima professor e estudante, pois o professor acaba atraindo o seu interesse por utilizar uma forma diferente de avaliação, não sendo a tradicional prova objetiva ou subjetiva, possibilitando mais interação, motivação e melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, esse estudo buscou relacionar aplicativos e jogos online,

que podem ser utilizados em sala de aula, em formato de “quiz”. O uso de quizzes e jogos em formato de gincana, são formas interativas de aprofundar, consolidar, reforçar e principalmente avaliar a aprendizagem do estudante. Seu principal objetivo é incentivar os estudantes a pensarem, pesquisarem, refletirem e discutirem os conteúdos e conceitos passados em sala de aula, através de questões de ordem teóricas e práticas. A seguir podemos visualizar o aplicativo socrative com tela do quiz sendo montada.

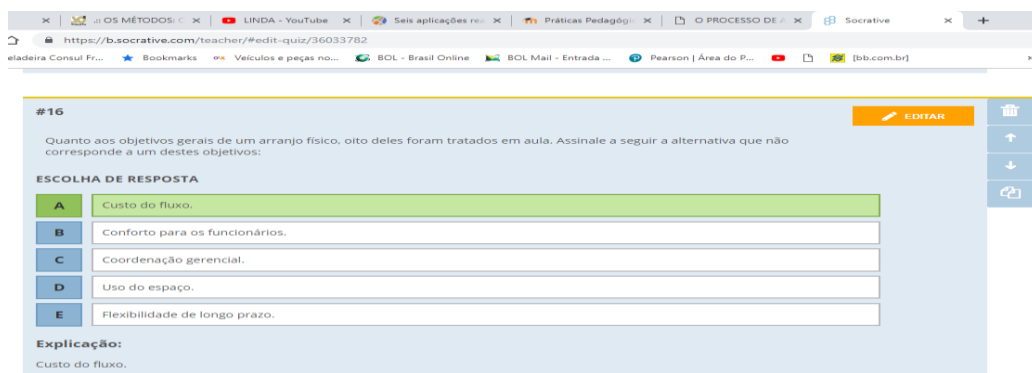


Ilustração 6: Questão Socrative a partir do Aplicativo.

Fonte: produção do pesquisador.

Para esta intervenção pedagógica, foi solicitado que o grupo baixasse o aplicativo em seu smartphone, digitasse o nome do grupo e o código da sala de aula, abrindo assim a primeira questão para todos. Uma boa opção do Socrative é que, o professor pode escolher o ritmo de aprendizagem. Nesta intervenção, a intenção foi debater as questões de forma individual, então era necessário que o professor liberasse a questão, aguardasse as respostas dos estudantes e assim que todos respondessem, obter o feedback do número de acertos, esclarecer as dúvidas e discutir as questões, só então liberando a próxima questão aos estudantes.

O Socrative ainda apresenta relatórios e gráficos com o desempenho de cada grupo ou geral, relacionando ainda quais são as questões que tiveram o menor número de acertos, mostrando ao professor em qual conteúdo a turma apresenta maior dificuldade. Como pontos positivos do aplicativo, pode-se destacar que a montagem das questões ocorre de forma rápida, simples e fácil no site; a turma fica empolgada e motivada por poder utilizar o smartphone como

processo principal da avaliação; os resultados podem ser gerados tanto como relatórios, como em gráficos, permitindo que o professor veja de forma rápida o desempenho da turma; além de através do relatório e dos gráficos perceber quais são os assuntos que devem ser revisados, assim, todos os estudantes tem oportunidade de aprendizagem. Um dos pontos negativos é que o aplicativo não vai atualizando as questões à medida que os estudantes vão confirmando as respostas, então, o docente tem que ficar atualizando para saber se todos os estudantes responderam aos questionamentos.

4.1 REFLETINDO SOBRE OS OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES COM AS EXPERIÊNCIAS

Através das atividades realizadas na disciplina administração da produção com a turma do 6º Semestre de Tecnologia da Informação, faz-se necessário pontuar algumas recomendações acerca das atividades e dos processos utilizados, de acordo com o constatado durante as análises realizadas. Tais recomendações podem auxiliar e melhorar a realização das atividades com maior organização e controle das práticas adotadas no dia-a-dia das aulas, o que impacta alguns aspectos na maneira como se ministra os conteúdos, como na consolidação dos resultados da turma e a realização da satisfação de docentes e discentes.

Um dos principais fatores observados durante a realização do estudo junto à turma foi com a adoção do fator surpresa de acordo com a semana de atividades. Considerando que o docente é responsável pela realização de uma grande quantidade de atividades, agilizar os processos internos (portal, sala, materiais, etc.) é um importante elemento que pode refletir diretamente nos resultados da produção. Tal afirmação se dá, visto que em diversas situações a não realização de algumas atividades de responsabilidade dos discentes podendo influenciar de forma negativa, como em casos em que a demora na liberação das atividades de produção impacta no cumprimento dos prazos de entrega, sendo que a disciplina foi realizada no portal moodle, disponibilizando de forma eletrônica todo modelo de aprendizagem.

As características requeridas da Educação do nosso tempo, preparando um cidadão instrumentalizado para protagonizar o seu tempo podem ser resumidas em: autonomia, seletividade, planejamento, interação social, coletividade, flexibilidade e criatividade. A forma de aprendizagem que embasa as necessidades do nosso tempo se fundamenta num modelo dinâmico, no qual o estudante é levado em conta com todo o seu arsenal de conhecimento. A verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno (re) constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai lhe proporcionar meio de agir e reagir diante da realidade. A aprendizagem significativa se dá por meio do que entende serem os sete passos da (re) construção do conhecimento.

Parafraseando Santos (2008) os sete passos são: O sentir – toda aprendizagem parte de um significado contextual e emocional; O perceber – após contextualizar o educando precisa ser levado a perceber características específicas do que está sendo estudado; O compreender – é quando se dá a construção do conceito, o que garante a possibilidade de utilização do conhecimento em diversos conceitos; O definir – significa esclarecer um conceito; O argumentar – após definir, o aluno precisa relacionar logicamente vários conceitos e isso ocorre através do texto falado, escrito, verbal e não verbal; O discutir – o aluno deve formular uma cadeia de raciocínio através da argumentação e o transformar – o sétimo e último passo da (re) construção do conhecimento é a transformação. O fim último da aprendizagem significativa é a intervenção da realidade. Sem esse propósito, qualquer aprendizagem é inócua.

Dessa forma, toda aprendizagem se tornará significativa ao vencer todos os passos, interferindo de forma ativa na realidade do sujeito.

Outra consideração importante é que um próximo passo poderá ser o desenvolvimento de um trabalho em torno do gerenciamento das disponibilidades de acessos eletrônicos de material e as informações relacionadas aos conteúdos se se tornem mais confiáveis, principalmente quando se trata de sequenciamento de operações realizadas durante a fase de planejamento, não fiquem comprometidas em função de dados inconsistentes presentes.

Percebeu-se a necessidade de disponibilizar referências para que a instituição e os professores sejam capazes de conceber novas práticas

pedagógicas e materiais didáticos; criar a cultura de troca de experiências entre professores e instituição, uma rede que converge em disponibilizar práticas inovadoras com resultados superiores funcionais e que dão certo, envolvendo alunos profissionais de docência e a academia num processo contínuo de evolução.

Necessidade de promover o uso de metodologias mais atrativas e ativas, em que os alunos sejam protagonistas; realizar atividades educativas que envolvam o aluno como construtor e condutor do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; investir na aprendizagem por autoria, trabalhando os componentes curriculares a partir de projetos construídos pelos próprios alunos.

E por fim, a formação de professores, a partir dos saberes e experiências, propõe algumas indagações aos pesquisadores que inspiraram trabalhos de pesquisa. Ainda, segundo Nóvoa, “[...] a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma nova personalidade docente.” (NÓVOA, 1995, p. 24), estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas. Nóvoa afirma que:

[...] estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (...). A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as críticas e da construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1995, p.24).

A crise de identidade na profissão docente cria um ambiente favorável à escuta, pesquisa, formação, estímulo e criação, para fomentar e apoiar professores no desenvolvimento e/ou implementação de práticas pedagógicas mais inovadoras; garantir carga horária para momentos de reflexão sobre a prática, rotina de estudo, identificação de lacunas, planejamento e construção de propostas;

CONCLUSÃO

Esse trabalho de pesquisa configura-se como um relato de experiência, que não se completa por si só. Faz parte de um processo maior de implementação da mudança na formação do docente em nosso país.

É fundamental que todos os envolvidos nesse processo de mudança, incorporem a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores, repensando o contexto da educação local, as práticas que hoje são implementadas e que queremos para o amanhã, na perspectiva de dar concretude aos princípios orientadores de aprendizagem.

A construção de um Projeto Pedagógico para a formação do aluno é muito mais do que conseguimos apresentar, necessitando de mais estudos em busca da sua implementação, que perpassa o processo de trabalho de sala de aula.

O enfrentamento da questão perpassa, pois, pelas oportunidades de reflexão sobre o trabalho/ fazer pedagógico em sala de aula. Portanto, as vivências pedagógicas que são desenvolvidas não possuem como finalidade única o conteúdo escolar ou metodologias da prática pedagógica, mas a possibilidade da reflexão, do diálogo e da criticidade em relação ao processo educativo. Privilegiando e propondo outra perspectiva de formação do professor, o refletir sobre os saberes construídos ao longo das trajetórias de ensino. Instaure-se, assim, a formação continuada a partir dos materiais produzidos pelos professores. Valorizam-se os saberes construídos nas trajetórias profissionais. Desse modo, infere-se que ao produzir materiais pedagógicos estamos coletivamente disponibilizando experiências e materiais significativos para os professores em serviço e pesquisadores. Ressaltamos a relevância destes na formação inicial e continuada daqueles que procuram os cursos de formação, na tentativa de ressignificar o sentido de ser professor na atualidade.

Um dos grandes desafios está em ter uma sala de aula com alunos e professores preparados para assumir essa nova realidade, percebemos que em vários momentos podemos estar preparados como docentes, mas temos o aluno que por vezes, está acomodado, esperando que o processo aconteça através apenas do professor, nesse caso trabalhar a mudança, se torna significativamente necessário.

Finalizando percebemos que os objetivos foram alcançados na sua íntegra, visto que o transcrito identificou a experiência em sala de aula; foram inseridas práticas inovadoras diferenciadas e seus desafios, como também visto a necessidade de constantes melhorias e inovações, trazer processos eletrônicos incluídos na aprendizagem. O retorno dos alunos, respondendo de forma positiva às práticas, num primeiro momento com certa desconfiança, mas na sequência interagindo e conseguindo elevar o contexto educacional da disciplina.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D.P., Novak, J.D. and Hanesian, H. (1978). **Educational Psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston. Publicado em português pela Editora Interamericana, Rio de Janeiro, 1980. Em espanhol por Editorial Trillas, México, 1981. Reimpresso em inglês por Werbel & Peck, New York, 1986.
- BECKER, F. **O que é Construtivismo**. Ideias. São Paulo: FDE, n.20, p.87-93, 1993.
- BACICH, Lilian; Moran, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora, uma Abordagem Teórico-Prática/Organizadores**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BEHRENS, Marilda A. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: elaboração e formatação**. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: S.N, 2008.
- GADOTTI, M. **Histórias das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <http://www.appcpc.com/>, Associação Portuguesa de Psicoterapia Centrada na Pessoa e de Counselling – Carl Rogers, (consultado em 09/03/2019).
- MASETTO, M. (Org.). **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, C.; GIRAFFA, L. M. M. Design de práticas pedagógicas incluindo elementos de jogos digitais em atividades gamificadas. *Obra Digital: Journal of Communication and Technology*, v. 10, p. 52-67, 2016. MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Maria C. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas: Papirus, 1998.

NOVAK, J.D. e Gowin, D.B. (1996). **Aprender a Aprender**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. Tradução de Learning how to learn. (1984). Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAMPAIO, Lima, Alberto, Bandeira Andriola, Wagner, **AVALIAÇÃO DE INOVADOR ensino prático CURSO Graduação em Sistemas de Informação**. **REICE**, Revista Iberoamericana sobre Qualidade, Eficácia e Mudança em Educação [online] 2013, 11 (PY): [Acessado em: 27 de janeiro de 2019]. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55125665008>> Acesso em: 10 ago. 2018.

NÓVOA, A. **Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente**. *Teoria & Educação*. 1991 n. 4, p.109-139.

FREITAG, B. **Aspectos Filosóficos e Sócio Antropológicos do Construtivismo Pós Piagetiano**. In: GROSSI, E.P., BORDIM, J. *Construtivismo pós piagetiano: um novo paradigma de aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SANTOS, Antônio R. **Dos Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Júlio César F. **Aprendizagem Significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 2 ed. Porto Alegre, Rio Grande: Editora Mediação Distribuidora e Livraria Ltda, 2008.

SCHLEMMER, Eliane. **Gamificação em Espaços de Convivência Híbridos e Multimodais**: design e cognição em discussão. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v.23, n. 42, p. 73-89, jul./dez., 2014.

VERGARA, Sylvia Constant, BRANCO, Paulo Dorval. **Em Busca da Visão de Totalidade**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 6 p. 20-31, Nov/Dez. 1993.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001. P.U., 2001.

YUS, Rafael. **Educação Integral**. Uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RELAÇÃO DA TEORIA E DA PRÁTICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Carolina Welter Attuati¹
Débora Cristine Fritzen²
Luana Raquel da Silva³
Natália Roberta Bulow Schacht⁴

RESUMO

No sexto semestre do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Sociedade Educacional Três de Maio SETREM, é realizado o estágio supervisionado Modalidade Normal, onde é possível relacionar a teoria que até então foi estudada com a prática docente. O mesmo foi dividido em duas práticas: a primeira enfatizando a didática das Ciências Humanas, com a duração de 8 horas/aula, e a segunda sendo uma oficina pedagógica sobre Contos Infantis, com a duração de 2 horas/aula. Como problemática deste trabalho buscou-se compreender de que maneira é possível trabalhar o Componente Curricular de Didática das Ciências Humanas em um curso de formação de professores. Através da pesquisa-ação, objetivou-se instigar uma concepção teórico-prática na formação de professores através do componente curricular de Didática das Ciências Humanas, analisando o campo educacional e levando em conta os saberes e a prática docente. A temática em estudo tem como respaldo a teoria de autores que refletem sobre a importância que as lembranças, o estudo da vida e das escolhas, têm no processo de ensino-aprendizagem. A oficina pedagógica teve como tema a importância dos contos infantis, e as formas de se contar uma história. Diante disso, foi perceptível que a partir do momento em que se iniciou a prática por meio das já citadas metodologias houveram resultados significativos no que se refere a aprendizagem das normalistas. Neste sentido, a prática realizada norteou-se por meio do embasamento teórico e prático, tendo em vista que são considerados indissociáveis em qualquer prática pedagógica.

Palavras-chave: Didática - Ciências Humanas – Teoria - Formação de professores.

INTRODUÇÃO

É através da educação, que o indivíduo se desenvolve como um cidadão reflexivo, torna-se crítico perante os seus direitos e deveres. A educação, além

¹ SETREM, Três de Maio, Brasil, Acadêmica do Curso de Pedagogia, e-mail: attuarolina9@gmail.com

² SETREM, Três de Maio, Brasil, Acadêmica do Curso de Pedagogia, e-mail: cristinedeeh@gmail.com

³ SETREM, Três de Maio, Brasil, Acadêmica do Curso de Pedagogia, e-mail: silvanaraquel97@gmail.com

⁴ SETREM, Três de Maio, Brasil, Acadêmica do Curso de Pedagogia, e-mail: natalia.schacht@gmail.com

de ser um direito de todos, também se constitui como um dever. Diante dessa realidade, uma educação de qualidade se consolidou com uma formação crítica embasando-se na relação de teoria e prática sendo possível, assim, pensar em uma educação com um poder transformador de realidades. De acordo com a LDBEN:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDBEN, Art. 2º).

Partindo destes pressupostos, o estágio possibilita ao acadêmico a complementação do ensino e aprendizagem, para que se faça possível uma relação entre teoria e prática, e também através de suas vivências que trazem consigo. Passerini acredita que:

O processo de formação do professor é contínuo, inicia-se antes mesmo do curso de graduação, nas interações com os atores que fizeram e fazem parte de sua formação. E este processo sofre influência dos acontecimentos históricos, políticos, culturais, possibilitando novos modos de pensar e diferentes maneiras de agir perante a realidade que o professor está inserido. (PASSERINI, 2007, p. 18).

Neste mesmo sentido, é preciso considerar o estágio como uma atividade que envolva a teoria e a prática, considerando-os indissociáveis. O Estágio é um agente de extrema importância na formação integral do professor, que pode ser caracterizado como objeto de estudo e reflexão. No momento do estágio, o futuro professor, pode enxergar a educação com outro olhar, olhar crítico, atento a realidade da escola, dos profissionais, dos comportamentos dos alunos, e do quadro em geral da escola. Com isso, faz uma leitura de todo cenário em que está inserido, podendo assim, refletir sobre a teoria aprendida e a prática a ser desenvolvida. Andrade 2005 diz que:

É portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua

identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência - fazer bem o que lhe compete. (ANDRADE, 2005, p. 2).

Portanto, o estágio é essencial para formação docente, para que o pedagogo tenha um olhar reflexivo, crítico, sobre o contexto, sobre a escola, os profissionais e até mesmo os alunos. Sendo assim, pode-se ter uma maior abrangência do significado teórico-prático, que são indissociáveis no que se refere ao processo de ensino.

1 METODOLOGIA

A prática pedagógica foi realizada em uma turma de Pós Médio Modalidade Normal do Instituto de Educação Cardeal Pacelli, constituído por 23 normalistas e totalizando 11 horas. Sendo assim, 1 hora/aula foi destinada para a observação da turma, onde ficaram perceptíveis aspectos indispensáveis para a realização das aulas, como a rotina e o andamento da turma. Posteriormente, 8 horas/aula foram destinadas à própria intervenção pedagógica que foram divididos em dois momentos, realizadas nos dias 01, 08 de Outubro de 2018. Além disso, realizaram-se 2 horas/aula de oficina pedagógica, com o tema “Contos Infantis”, no dia 12 de Novembro de 2018. O restante das horas foi destinada para o planejamento das aulas. A metodologia utilizada foi de pesquisa-ação, caracterizada segundo Carr e Kemmis:

A pesquisa-ação é vista ainda como um recurso metodológico que, além de atender às cinco condições de elaboração de uma teoria educacional crítica mencionada anteriormente, permite a melhoria das práticas educativas reais, a melhoria dos entendimentos de quem intervém no processo educativo e a melhoria das situações nas quais se desempenham essas práticas. (CARR; KEMMIS, 1988, p. 186).

A pesquisa-ação é, então, uma metodologia muito utilizada em projetos educacionais de pesquisa e que tem um grande valor neste. Portanto, a presente pesquisa-ação tem como objetivo trabalhar com um grupo de 23 alunas do Curso

de Aproveitamento de Estudos modalidade Normal, todas do sexo feminino, e nestes dias poder observar, refletir sobre a importância desses cursos de Formação de Professores, e trabalhando na disciplina de Ciências Humanas, trazer o desenvolvimento do sujeito numa perspectiva de conhecimento do seu passado.

Neste mesmo sentido, no contexto em que a prática foi realizada é necessário levar em consideração que não existiram resultados específicos e comuns, mas diversas concepções de pensar a prática docente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estágio supervisionado III Modalidade Normal, possibilita aos acadêmicos os mais diversos aprendizados relacionando a teoria e a prática. Na formação docente, o estágio é uma ferramenta imprescindível para perceber as particularidades dos possíveis campos de atuação, e com isso, ter um olhar atento sobre as possibilidades e as dificuldades que são encontradas pelo Professor na sua sala de aula. Segundo Pimenta:

Aprender a profissão docente no decorrer do estágio supõe estarem atento às particularidades e as interfaces da realidade escolar em sua contextualização na sociedade. Onde a escola está situada? Como são seus alunos? Onde moram? Como é a comunidade, as ruas, as casas que pertencem a adjacências da escola?. (PIMENTA, 2010, p. 111).

Tendo, o pressuposto de trabalhar o componente curricular de Didática das Ciências Humanas, buscou-se compreender a melhor maneira de trabalhá-la, da forma que fosse mais significativa, através da perspectiva teórico-prática, no curso de formação de professores.

O Objetivo dos planos, e das aulas, foi instigar o pensamento crítico, teórico e prático dos alunos, visando o componente curricular de Didática das Ciências Humanas, com o tema lembranças/vivências do seu passado que interferem até hoje na vida.

A pesquisa-ação justificou-se como um fator imprescindível para a formação enquanto acadêmicas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

da SETREM, já que se faz necessário conhecer de uma forma mais abrangente como ocorre a formação de professores em um curso de Modalidade Normal, tendo em vista o conceito teórico-prático, considerando-os indissociáveis no que se refere ao processo de ensino-aprendizado de todas as didáticas de ensino.

Pensando Licenciatura Plena em Pedagogia e de acordo com as Diretrizes Gerais do Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia:

Os cursos de formação de professores não podem mais propor um espaço isolado para a experiência prática. Devem propor situações didáticas em que os professores em formação coloquem em uso os conhecimentos que aprenderam ou estão aprendendo. É na prática, e com reflexão sobre ela, que o professor em formação consolida ou revê ações, encontra novas bases e descobre novos conhecimentos. Nessa perspectiva, o estágio curricular deixa de ser considerado um apêndice do currículo e passa a integrar o corpo de conhecimentos do curso de formação de professores. Deve permear todas as disciplinas através de atividades que possibilitem o conhecimento, a análise, a reflexão do trabalho docente. (LDBEN, 1996, p. 04).

Além disso, o Estágio Supervisionado poderá ser um agente contribuído na formação do professor, caracterizando-se como objeto de estudo e reflexão. Ao estagiar, o futuro professor passa a enxergar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos profissionais que a compõem. Com isso faz uma nova leitura do ambiente (escola, sala de aula, comunidade), procurando meios para intervir positivamente.

Com isso, o estágio possibilita ao acadêmico a concepção de sua práxis pedagógica de modo a perceber as relações entre os processos escolares para, assim, analisá-los criticamente, colaborando para que a escola desempenhe a sua função da melhor forma possível e proporcionando assim, uma elaboração da identidade pessoal. Para Pimenta 1997:

Uma identidade profissional constrói-se com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também na reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque são prenes de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também pelo

significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente do seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, suas histórias de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios. (PIMENTA, 1997, p. 42).

A Pedagogia é uma área do conhecimento, é uma ciência da educação que tem como principal objetivo trabalhar com diferentes dimensões de sociedades e de culturas, trabalhar coletivamente para promover uma construção de identidades dos sujeitos que estão inseridos nesse processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a Pedagogia apresenta-se como “[...] um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade.” (LIBÂNEO, 2005, p.24), e assim está participando sempre ativamente na formação dos sujeitos, das suas intenções, e da sua vida, podendo cumprir um papel de extrema importância, que é melhorar a educação, e para isso, agir ativamente na sociedade.

Através do Estágio Supervisionado, pode-se refletir criticamente sobre o que foi trabalhado nos componentes curriculares do curso de Pedagogia, no que eles podem auxiliar na prática pedagógica, e para que possa relacionar a teoria e prática, dando sempre ênfase no processo de ensino aprendizagem do sistema educacional.

Pimenta diz que:

Elucida-se que o Estágio Supervisionado integra as inúmeras disciplinas que compõe o currículo acadêmico, com caráter formador, crítico-analítico, que se constroem pontes de conhecimentos elaborados durante o curso, pois propicia a complementação do ensino-aprendizagem a serem planejados, acompanhados e avaliados, seguindo os instrumentos curriculares, calendários escolares, e outros. (PIMENTA, 2004, p. 54).

Portanto, é preciso que o acadêmico em formação, tenha compreensão da teoria antes de iniciar uma prática. É necessário que tenha conhecimento sobre o seu tema de estudo, sobre a turma, sobre o nível de ensino, para que possa intervir na educação de forma organizada e planejada, podendo realizar uma reflexão pedagógica que contribuía para o seu processo de ensino, que traga saberes novos, e experiências que em relação com a teoria possam

transformar esse futuro pedagogo em agente ativo no processo de ensino aprendizagem.

A Didática na Formação de Professores é algo extremamente importante, pois, estuda sobre as relações de ensino-aprendizagem e reflete de forma crítica os desafios encontrados no mesmo. Conforme Libâneo (2002):

Os profissionais da educação precisam ter um pleno domínio das bases teóricas científicas e tecnológicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, pois é através desse domínio que ele poderá estar revendo, analisando e aprimorando sua prática educativa. (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

Portanto a disciplina de Didática, instrui diretrizes das atividades pedagógicas, observa e reflete sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e procura corrigir as possíveis ineficiências a reflexões-ações por parte do trabalho do Professor. Com isso, a didática é a parte principal nas estratégias de ensino e traz como papel fundamental a transformação da teoria para a prática pedagógica. Dessa forma, Zabala afirma que:

As atividades de ensino devem promover aprendizagens mais significativas e funcionais possíveis, que tenham sentido e desencadeiam uma atitude favorável para realizá-las, que permitam o maior número de relações entre os distintos conteúdos, que constituam estruturas de conhecimento, por um lado. Por outro, devem facilitar a compreensão de uma realidade que nunca se apresenta compartimentada. (ZABALA, 1998, p. 186).

Em relação à teoria, cabe ao Professor a organização da didática, a criatividade para uso dos materiais que lhe darão suporte nesse ensino-aprendizagem. Sabe-se que possui uma variedade de elementos que compõem a didática pedagógica: O começo da aula, a organização das atividades; a interação do professor com seus alunos e a avaliação da aprendizagem.

A didática, portanto, não é uma categoria isolada, ela está em conjunto de diversas ideias pedagógicas, que trazem como objetivo desenvolver pensamentos críticos, que o sujeito possa analisar e ser for necessário, que tenha capacidade de discuti-las, dando sua opinião, e sua ideia, se caso houver

necessidade. Assim, a didática pode e deve ser considerada algo importante, reflexivo, e que deve acontecer a partir da mestria crítica do docente para com o sujeito.

As ciências humanas se constituem formando uma teia de conhecimentos. O seu campo de estudos constitui recursos didáticos que abordam a realidade, pois é onde consegue se compreender suas próprias características, do seu passado, até o seu futuro, das escolhas que foram tomadas até agora, do seu desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional.

Pensando um pouco na História das Ciências Humanas aqui no Brasil, até 1930 era considerada Estudos Sociais, depois, até 1960 História e Geografia, Integração Social na década de 1970 e depois volta a se chamar Estudos Sociais no ano de 1980. A disciplina de ciências Humanas, nos primeiros anos, é registrada por instabilidade e desprestígio. A LDB de 9294/1996 diz que:

Art. 26 que os currículos da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, “devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”. (BRASIL, 1996).

Então, tradicionalmente as disciplinas das ciências humanas são inseridas na educação através das disciplinas História e Geografia. Embora essas duas ciências tenham grande importância na formação do educando, as Ciências Humanas não se reduzem a elas. Hoje os cursos de formação de professores, modalidade normal, trazem essas disciplinas como Didática das Ciências Humanas.

De acordo com o plano de Estudos do Ensino Médio Modalidade normal, essa Disciplina traz como principais características:

- As Ciências Humanas como instrumento necessário para a compreensão da História e, conseqüentemente, da realidade dos educandos, de acordo com sua atuação social em consonância ao momento histórico por eles vivido.
- As Ciências Humanas como instrumento de compreensão de organização social, caracterizado por um processo contínuo de “ação reação-transformação”. (LDBEN, 1996, p. 34).

Com isso, deseja-se que o ensino da História seja construído a partir da constituição do sujeito, de sua identidade, do seu pensar historicamente, das suas vivências. E na área da Geografia pensar a compreensão do espaço, relação com a natureza e com a cultura. De acordo com o Caderno 9 do PNAIC: “Espera-se que a ação pedagógica tenha como finalidade auxiliar na constituição da identidade individual e social da criança, no entendimento da sua historicidade, auxiliando-a a compreender-se como ser histórico que atua no mundo em determinado tempo e espaço. ”

Portanto, ensinar futuros professores sobre a importância de trabalhar as Ciências Humanas com ênfase na realidade de vida de cada um, é um enorme desafio, ainda mais quando é através de uma prática de estágio, o que é, futuros professores que estão em formação, ensinando sujeitos que também estão em formação. Então, Ciências Humanas, pode ajudar no que se refere ao estudo da identidade, o que fez chegar até aqui, de que modo agimos, porque escolhemos determinada profissão. É mais uma troca de conhecimentos e saberes, do que ensino por si só. De acordo com Arroyo 2000:

Educar educadores desse dever-ser é mais do que dominar técnicas, métodos, teorias, é manter-se numa escuta sempre renovada porque essa leitura nunca está acabada. Como uma matéria pendente, nunca aprovada. Um saber pedagógico para ser vivido mais do que transmitido. Aprendido num diálogo atento, em primeiro lugar, com os diversos aprendizados, com o próprio percurso de nossa formação, e com os percursos daqueles com os quais temos o privilégio de conviver mais de perto, filhos, amigos, alunos. (ARROYO, 2000, p. 46).

A Didática das Ciências Humanas é exatamente isso, aprender com o outro. Aprender com as vivências do outro, com as angústias do outro. É ter um olhar reflexivo e atenuado para as necessidades do outro.

2.1 A OFICINA PEDAGÓGICA

A proposta da realização de uma oficina pedagógica, realizado no dia 19 de novembro de 2018, com o tema “A arte de contar histórias infantis” propiciou

muitas aprendizagens, e um momento de reflexão sobre a importância de se contar uma boa história, e os aspectos que devem se fazer presente para a realização da mesma.

Podemos observar que a sociedade está cada vez mais passando por mudanças no modo de agir e de pensar, e conseqüentemente no modo de aprender. Com o aumento crescente das tecnologias e das mídias sociais, o Professor precisa alcançar a atenção dos alunos com práticas variadas e diferenciadas, que faça com que eles se interessem.

A concepção de espaços coletivos de trabalho pode constituir um excelente instrumento de formação (NÓVOA, 1992). Pelo envolvimento com o outro, estabelece-se um processo de aprendizagem mútuo, onde o aluno aprende compartilhando saberes. A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua (NÓVOA, 1992). Gonzalez (1987) traz que:

A palavra oficina é o lugar do exercício de um ofício. É uma forma de construir conhecimento, dando uma ênfase maior na ação, mas sempre considerando também a base teórica. Um tempo e um espaço para a aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer. (GONZALEZ, 1987, p. 65).

Com isso, a oficina Pedagógica é um momento de troca de experiências e saberes, oportunidade para vivenciar o que o outro sabe, e fortalecer a aprendizagem para ação-reflexão.

Vivemos em uma época tecnológica, onde as mídias sociais e as tecnologias se tornaram aspecto cada vez mais acessível às crianças, jovens e adultos; as informações chegam mais rápido pelos meios de comunicação e fazem com que os alunos ampliem seus horizontes e tenham conhecimento próprio sobre os assuntos que os chamam atenção.

E com isso, os livros estão sendo deixados de lado, as inúmeras e mágicas histórias estão sendo esquecidas, e cada vez mais torna-se um desafio maior para o educador fazer com que os seus alunos se encantem pela leitura.

As histórias infantis são contos bem antigos e ainda hoje podem ser consideradas verdadeiras obras de arte, lembrando sempre que seus enredos falam de sentimentos comuns a todos nós, como: ódio, inveja, ciúme, ambição, rejeição e frustração, que só podem ser compreendidos e vivenciados pela criança através das emoções e da fantasia. Segundo Abramovich:

Ler histórias para crianças, sempre, sempre. É poder sorrir, rir, gargalhar com as situações vividas pelos personagens, com a ideia do conto ou com o jeito de escrever dum autor, e então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de brincadeira, de divertimento. (ABRAMOVICH, 2006, p. 17).

E não somente com as crianças, todas as pessoas, de todas as faixas etárias se encantam com histórias bem contadas, com histórias que trazem consigo um humor, um sentimento, que fazem com que o sujeito entre num mundo encantado e consiga imaginar situações diversas.

A contação de histórias nas escolas muitas vezes é tratada como algo somente para distrair os alunos, para fazer algo diferente, porém, alguns educadores ressurgiram essa ideia, e transformaram o ato de ler em uma verdadeira e encantadora viagem ao mundo clássico dos contos infantis. As histórias podem ser um grande aliado ao educador, pois o contar de histórias pode divertir, estimular o imaginário, quando bem contada ainda proporciona à criança uma atividade lúdica, enriquecendo seu vocabulário e contribuindo ao desenvolvimento da imaginação, criatividade, oralidade, incentiva o gosto pela leitura, contribui na formação da personalidade dos alunos envolvendo o social e o afetivo.

Para que o aprendizado ocorra é necessário que os contos tenham algum valor significativo para os mesmos, fazendo com que eles reconheçam suas dificuldades e ao mesmo tempo sugerindo soluções para seus problemas internos. Uma história quando bem contada tem o poder de encantar aquele que ouve. De acordo com Bettelheim:

Para atingir integralmente suas propensões consoladoras, seus significados simbólicos e, acima de tudo seus significados

interpessoais, o conto de fadas deveria ser contado em vez de lido. Se ele é lido, deve ser lido com um envolvimento emocional na estória e na criança, com empatia pelo que a estória pode significar para ela. Contar é preferível a ler porque permite uma maior flexibilidade. (BETTELHEIM, 2007, p. 27).

A ação de contar histórias deve ser utilizada dentro do espaço escolar, não somente com seu caráter lúdico, muitas vezes exercitado em momentos de prática, para fazer algo diferenciado na sala de aula, como a hora do conto ou da leitura, mas deve adentrar a sala de aula, como metodologia que enriquece a prática docente, utilizando de todos os meios possíveis para que essa história cativa, que chame atenção, que encante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando iniciou o primeiro dia da prática, ficou perceptível a participação das normalistas, a integração, e o desenvolvimento das mesmas com o decorrer dos debates, das reflexões e das atividades realizadas.

Na primeira aula foi realizado a nossa apresentação, e também da turma, que foi feita em forma da dinâmica “Reconhecendo minha Infância”, neste momento foi espalhado imagens pelo chão, e cada uma teve que escolher a imagem que fizesse lembrar de algo do passado, da sua infância. Todas prontamente pegaram a imagem, e discutiram voluntariamente sobre o assunto. Nesta dinâmica obteve-se um bom resultado, as que participaram, e que trouxeram algum pertence pessoal, pode observar que guardavam fortes lembranças da infância, e que norteou o caminho delas até a escolha do Magistério. No final da dinâmica, foi sugerido ideias para trabalhar este momento com as crianças, e também livros infantis, que elas pudessem guardar para posteriormente utilizar nas suas práticas. Segundo Perpétuo e Gonçalves:

[...] a dinâmica de grupo constitui um valioso instrumento educacional que pode ser utilizado para trabalhar o ensino-aprendizagem quando optasse por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria quanto a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeitos. (PERPÉTUO; GONÇALVES, 2005, p. 2).

No sentido de trabalhar com vivências, lembranças, foi realizado um trem da vida. Realizou-se uma reflexão a partir do texto “O trem da Chegada e da Partida” de Amélia Hamzel, que motivou elas na criação do seu vagão. Esta atividade foi extremamente coletiva, e como os grupos foram formados de maneira aleatória, pode-se perceber até mesmo conflitos e dificuldades que o grupo teve de trabalhar em equipe na construção do vagão. É de suma importância propiciar momentos de trabalho em grupos, de forma dinâmica ou aleatória, pois instiga o pensamento crítico e as relações com o outro.

Nesse padrão, a produtividade do trabalho em grupo acabaria por ser invariavelmente ditada pelo trabalhador mais lento, uma vez que não havia métodos de trabalho únicos e padronizados e a remuneração era baseada em resultados dos grupos e não dos indivíduos isoladamente. Baseando 'seu raciocínio no princípio de que todo trabalhador está interessado em aumentar sua remuneração é de que esse critério necessita de clareza e individualização, para Taylor o trabalho em grupo deixa de ser uma opção viável por encobrir as diferenças individuais, tanto de habilidades potenciais como de esforço efetivamente realizado. (MARX, 1997, p. 65).

O trem da vida, foi o instrumento norteador da nossa prática. Tudo que desenvolveu-se no decorrer das horas aulas foi colocado dentro dos vagões, como forma de construção da linha do tempo da vida das normalistas.

Durante as aulas, foi feita leituras de poemas, histórias, que trouxessem o teórico para realização das atividades. As normalistas realizaram uma linha do tempo da vida delas, em forma de árvore do desenvolvimento social. Conquistas, derrotas, dificuldades, vitórias, recordações, da maneira como descrevem sua trajetória até a escolha do Curso Normal. Pode-se perceber uma total participação, algumas fizeram bem elaborado com bastante dedicação, outras deixaram a desejar na atividade. Lendo o que elas citaram, teve-se uma maior compreensão da vida das mesmas. Foi algo bastante produtivo e que propiciou um momento de reflexão tanto para nós, quanto para elas.

Pensando em proporcionar um momento de pensamento crítico em relação a escola da atualidade, foi entregue charges do Tonucci que retratam em imagens alguns desafios encontrados pelos Pedagogos no exercício da profissão docente. Em grupos, elas receberam uma charge, e pensando nela,

criaram um pequeno livrinho que discutisse sobre o problema que a charge apresenta.

Neste momento, percebe-se a dificuldade extrema das normalistas em escrever uma análise crítica. Foi realizado um acompanhamento pelos grupos, discutido com elas de forma que instiga-se o pensamento reflexivo. Porém, percebemos a produção trabalhos fracos em conteúdo, considerando que são futuras profissionais da educação, e estão no Pós-Médio e tendo portanto uma bagagem maior de conhecimento e vivências. Acredita-se que faltou criticidade no olhar e na maneira como escreveram. Neste momento pensamos, que deveria ser feito um trabalho com maiores debates atuais, que trouxesse a realidade de forma a se problematizada, talvez melhorasse esse desenvolvimento crítico das mesmas.

Como encerramento das aulas práticas, elaboramos uma dinâmica que explorasse a escolha profissional, com a seguinte titulação: Por que escolhi ser professora?

Organizou-se um círculo, e com um rolo de barbante foi construído uma teia. Cada normalista que pegava o fio, respondia uma pergunta sorteada. As perguntas buscaram explorar a ideia de educação que elas tem, o porque da escolha profissional e também do Pós-Médio.

Esse momento foi caracterizado como algo reflexivo e crítico, que instigou-se nelas a percepção das escolhas que fazem no decorrer da vida.

Todas participaram, algumas foram mais complexas e coerentes na forma como se expressaram sobre o assunto. Outras, já ficaram mais retraídas. Pode-se perceber a partir desta dinâmica, que algumas normalistas tem um desenvolvimento maior, no que se refere da educação e também sobre a escolha que fizeram. Outras, porém, aparenta ainda estar em dúvida quanto a essa escolha.

No final da dinâmica, refletimos, e comentamos muito, sobre a educação ser algo importante e transformador. Como acadêmicas de Pedagogia, que já tiveram um aporte teórico maior, debatemos com elas juntamente com a Professora Regente, a importância de estar preparado, e de se identificar com a profissão docente, para que num futuro sejam professores que se dediquem ao ato de educar.

Na oficina Pedagógica, organizamos todo um espaço interativo. Colocamos um gazebo, mala com livros, luzes pisca-pisca, panos, almofadas. Porque o ambiente é muito importante numa contação de histórias. Conforme elas iam chegando na sala, ficaram encantadas com a organização do ambiente, e se inspiraram para fazer com seus alunos.

Organizou-se uma apresentação com slides, que trouxeram técnicas para contar histórias. Embasou-se a mesma, com citações trazidas dos livros da autora Ambromovich:

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo. (ABRAMOVICH, 1993, p. 16).

Acreditamos que a contação de histórias é uma janela que se abre para despertar o gosto pela leitura e que todo professor tem dentro de si um contador de histórias, apenas precisa encontrá-lo e aprimorá-lo. Contar histórias sempre foi e sempre será importante, pois é uma forma de incorporar a arte à vida e encarar os livros como fonte de prazer.

CONCLUSÃO

Ao realizar o estágio no Curso Normal conclui-se que este é um importante elemento na formação docente, em que pode-se perceber a grandiosidade de conciliar a teoria e prática que é de extrema importância na formação como acadêmicas do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pois é através deste estágio no Curso Normal que as acadêmicas podem analisar os documentos que referenciam o ensino da escola em que o estágio realizou-se, refletir e elaborar um projeto de pesquisa, planos de aula, plano de trabalho e uma oficina pedagógica.

Além disso, com o decorrer das leituras, atividades realizadas e a interação das normalistas, ficou evidente o quão necessário o trabalho em equipe, interação e a criatividade para o desenvolvimento do processo de

ensino- aprendizagem, podendo assim ter uma troca de experiências a partir dos relatos e análises cotidianas de cada uma.

Notou-se que as metodologias de ensino e práticas pedagógicas utilizadas são fatores importantes no processo de ensino das normalistas. Observou-se ainda uma mudança positiva no comportamento e relacionamento diário da maioria, proporcionando um espaço de aprendizagem agradável.

Da mesma forma podemos acrescentar nessas considerações, que há uma grande importância da reflexão sobre a prática na formação do professor, que durante seus estágios pensam e repensam sobre elas, no que fazer com seus alunos, que conteúdos escolher, fazendo uma análise do que seria mais adequado para cada momento (IMBERNÓN, 2001).

É no período do estágio supervisionado que o acadêmico, futuro professor, percebe a possibilidade de utilizar os conhecimentos teóricos na prática, sempre procurando fazer uma reflexão depois de cada aula, em busca de melhorias e transformações ao longo deste período.

Portanto, o estágio proporcionou momentos de aprendizagens prazerosas e também de muita importância para a formação acadêmica, fundamentando conhecimentos que até então aprendemos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Gostosuras e Bobices**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

ARIÈS, Philippe. 1981. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara.

ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. 2008. **O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente**. Rio Grande do Norte: Natal.

ARAÚJO, Luiz César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. 2009. **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2.ed.

Arroyo, M. G. 2000. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoria Crítica de la Enseñanza**. Barcelona: Martins Roca, 1988.

GROSSI, M. P. **Uma Breve História do Feminismo no Brasil**. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 12, p. 211-222, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência: diferentes concepções**.

PASSERINI, Gislaine Alexandre. 2007. **O Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores de Matemática na Ótica de Estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática da UEL**. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2007.

PIMENTA, S.G. (org.). **O Estágio e à Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática como Mediação na Construção da Identidade do Professor: uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura**. In: ANDRÉ, Marli E. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita S. (Org). Alternativas do ensino de Didática. Campinas: Papirus, 1997, p. 37-70.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de Ensino: o quê? por quê? como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

Gabriele Tatiane Schulz¹
Luíza Antunes Bettio²
Paulo Henrique da Silva Lirio³
Valéria Bavaresco⁴
Vanessa Jaíne Magedanz⁵
Renata Maciel⁶

RESUMO

O presente artigo tem como tema a Responsabilidade Civil por dano ambiental. Desse modo, pretende-se analisar os conceitos constituintes do dado tema, sob a luz do princípio constitucional, assim como no campo do Direito Civil. Em encontro com os problemas enfrentados pela prática de atos poluentes, e/ou prejudiciais ao meio ambiente, torna-se pertinente um amplo questionamento e reflexão. A pesquisa se estrutura em doutrinas e na jurisprudência, com base em princípios constitucionais. Tal trabalho tem relevância no mundo jurídico, tornando-se imprescindível uma ampla abordagem do tema, pois é discutível num país em que se evidencia tantos problemas ambientais. O artigo estrutura-se em um único capítulo, tratando da responsabilidade por dano ambiental.

Palavras-chave: Ambiente – Poluentes – Prejudiciais.

INTRODUÇÃO

Busca-se nesse artigo, dissertar sobre Responsabilidade Civil por dano ambiental, apresentando e explicando os seus conceitos jurídicos. Tal assunto mostra-se presente em nosso Código Civil e na Constituição Federal, bem como na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, disponibilizando o conceito principal e sua aplicabilidade no contexto contemporâneo.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabytatys@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. luizabettio@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. paulolirioabc2017@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vall.bavaresco@gmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vanessamagedanz9@gmail.com

⁶ Orientadora. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. advogada.rmacyel@gmail.com

O notório tema torna-se relevante por tratar de assuntos pertinentes no âmbito jurídico, bem como, trazendo uma preocupação com o bem natural e com o meio ambiente. Para desenvolver um artigo, é necessário e fundamental o embasamento do referencial teórico, ou seja, nesta etapa são aprofundados os conhecimentos baseados em doutrinas, com o fim de auxiliar o acadêmico, como também o próprio leitor, na solução do problema apresentado. Dessa forma, com o propósito de desenvolver e enfatizar alguns temas em específico, de modo mais claro possível, o referencial teórico por meio de pesquisa bibliográfica, que a partir da teoria posteriormente se transforma em prática, por sua vez aborda os seguintes tópicos: conceito jurídico de responsabilidade civil, responsabilidade civil no âmbito ecológico, responsabilidade por poluição, responsabilidade por poluição nuclear e, por fim, análise jurisprudencial.

1 CONCEITO JURÍDICO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Antes de entender o conceito norteador de responsabilidade civil por dano ambiental, vale entender o sentido estrito do termo responsabilidade civil. Para alguns doutrinadores, como Stoco:

A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim **respondere**, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana. (STOCO, 2007, p. 114). [**grifo nosso**].

Pode-se elucidar ainda, que a palavra responsabilidade advém da raiz latina *spondeo*, ou seja, aquela pela qual se vinculava o devedor, solenemente, nos contratos verbais do antigo direito romano. Para as mais vastas doutrinas, estão fundadas no livre-arbítrio, e em outras noções vem a ideia de responsabilidade como aspecto da realidade social. (GONÇALVES, 2009, p. 1). Além disso, por razão de sua vastidão, Diniz (2003) afirma: “O tema ‘responsabilidade civil’, por sua vastidão [...] não se encontra bem estruturado nem na legislação nem na seara doutrinária e jurisprudencial, erigindo-se, por

isso, num desafio a todos os que pretendam escrever sobre ele.” (DINIZ, 2003, p. 45).

2 RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO ECOLÓGICO

É notório que o Direito não deve e não pode ficar inerte perante a devastada realidade ecológica, advinda principalmente por mãos humanas, por suas conquistas científicas ou tecnológicas, onde fatalmente destroem o que há de melhor na natureza, que existem para o seu bem-estar, alegria e saúde. Sem sombra de dúvidas, o crescimento da produção de bens, pós Revolução Industrial (1820 – 1840), com os avanços tecnológicos e com o aumento dos flagelos sociais. (DINIZ, 2003, p. 525). Outro doutrinador, Celso Fiorillo, reconhecido pelo Direito Ambiental, afirma:

De fato, parece-nos que a Revolução Industrial foi o vetor desencadeante do fenômeno de massificação social, mas certamente não o único. Chamamos de **massificação social** ou rebelião das massas, pois foram essas modificações interdependentes que alteraram, e ainda alteram, toda a sistemática jurídica, fazendo com que se questionem o papel da justiça, a saber, a sua efetividade e mesmo a sua própria função. (FIORILLO, 2009, p. 43). **[grifo do autor]**.

Com a problemática exposta, o Direito Ambiental, prestando atenção nessas modificações e considerando a grande significância dos bens tutelados, o meio ambiente, adota a responsabilidade civil objetiva. (FIORILLO, 2009, p. 43 – 44). Para Gonçalves (2009), denomina-se responsabilidade civil objetiva como sendo a ideia do exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil. Em síntese, significa que o agente assume o dever de ressarcir o dano causado. Além de estar exposto no art. 225 da Constituição Federal, da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 68).

No âmbito do direito, o meio ambiente é patrimônio e usufruto de todos os cidadãos, sendo de responsabilidade civil ambiental de ordem objetiva e coletiva. A Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 clarifica em seus artigos sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Faz-se uso da Lei citada acima, quando houver necessidade de punir ou de reparação por parte do agente degradador ou poluidor (JUNIOR, 2005). O artigo 3º da lei nº 6.938/81 em seu inciso I, explica brevemente o conceito de meio

ambiente na área jurídica: “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Também no artigo 3º no inciso III, elucida as situações em que se considera poluição ou degradação do meio ambiente: “poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.” (COSTA, 2014, p. 65).

Diniz (2003) afirma que existem vários tipos de poluição, são elas: poluição sonora, atmosférica, nuclear, luminosa e poluição sobre meio aquático. É evidente que cada tipo de poluição afeta de alguma forma diferenciada, mas as consequências são graves para todos, pois causam as modificações biológicas, físicas e químicas do meio ambiente. Com fundamento no inciso VI e VII do art. 23 da Constituição Federal que dizem ser de competência comum da União dos Estados, do DF e dos Municípios: VI- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII- preservar as florestas, a fauna e a flora.

3 RESPONSABILIDADE POR POLUIÇÃO

Em tese a responsabilidade por dano ao meio ambiente por poluição não se faz uso de provas do nexo de causalidade e a conduta do agente para a investigação da responsabilidade, precisa apenas ser comprovado o prejuízo da ação. Mesmo sendo conduta lícita, este se torna irrelevante se da conduta gerar consequências de dano ao meio ambiente. O dano ambiental tem duas formas de reparo, a 1ª é a reparação *in natura*, que o agente causador do dano terá de deixar o bem prejudicado da maneira que era antes da conduta. E a 2ª reparação é a restituição em dinheiro. A segunda espécie de reparação só acontece caso impossibilitado a primeira (JUNIOR, 2005). Seria um exemplo disso, a reparação em dinheiro aos moradores da cidade de Mariana - Minas Gerais em 2015, que

após o rompimento da barragem de Fundão, causando um dos maiores danos ambiental, social e econômico na história do Brasil.

Junior (2005), afirma que, embora existam tentativas, nem todo dano ambiental se indeniza. É o que ocorre quando o dano tem um valor inestimável sendo qualquer estimativa de valor insuficiente, como em situações de uma contaminação de um lençol freático, devastação de uma floresta ou extinção de uma forma de vida. Num breve esclarecimento, encontra-se também o dano extrapatrimonial ambiental, reparação dano moral ao meio ambiente. Ocorre quando apresenta dor psíquica ou física proporcionada a vítima, nesse caso é obrigação de indenizar.

Portanto, a obrigação da responsabilidade civil, é instituir para as fontes poluidoras incorporar em seus processos produtivos os custos de controle, prevenção e reparação de danos ambientais. Steigleder afirma:

No direito brasileiro, o princípio foi incorporado pelo art.4º, inc. VII, da lei nº 6.938/81, segundo o qual, a política nacional do meio ambiente visará a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos, que ainda reconhece, na sua última parte o princípio do usuário pagador. Também foi acolhido pelo art. 225, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal de 1988, ao se referir à obrigação de recuperar o meio ambiente em virtude de degradação ambiental decorrente de mineração e a responsabilização por danos ambientais. Ainda merecem referência o art. 6º, II da Lei 12.305/10 relativa a política Nacional de resíduos sólidos, e o decreto 4.339/02, relativo a política nacional da biodiversidade, cujo anexo item 2, IX, prevê que o poluidor deverá suportar o custo da poluição. (STEIGLEDER, 2011, p. 169).

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, o que certifica de que não se analisa a conduta subjetiva do ato, mas a ocorrência do dano. Se existe dano provocado ao meio ambiente, não tem que se falar no fator culpa. O bem jurídico tutelado tem grande importância e por esse motivo o legislador preferiu o uso da responsabilidade objetiva, já que a qualidade de vida da sociedade é influenciada pelo meio ambiente. As consequências causadas ao meio ambiente poderão ser protegidas por diversos instrumentos jurídicos, com ênfase para a ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo. Desse modo, a ação civil pública ambiental tem se tornado o instrumento processual mais adequado para a apuração da responsabilidade civil ambiental.

4 RESPONSABILIDADE POR POLUIÇÃO NUCLEAR

Questões envolvendo atividades nucleares dividem opiniões por uma série de razões, mas a principal advém de seus aspectos históricos envolvendo acidentes, que ainda causam muito receio às pessoas quanto à segurança dessas. Mas o que são consideradas atividades nucleares? Por atividade nuclear, entende-se toda aquela que promova, direta ou indiretamente, a liberação de radiação ionizante, independentemente da finalidade a que se destina (FIORILLO, 2013).

É preciso destacar que, se inicialmente os problemas jurídicos nesse campo eram causados por ausência de legislação, após a existência desta passaram a ocorrer justamente devido a essa divisão de opiniões sobre o assunto, já que quando se trata de produção de energia nuclear, existem muitas críticas em cima disso, já que tem se criado nos últimos anos uma cultura de apoio ao investimento em fontes de energia limpa – como a solar e a eólica.

Em 10 de outubro de 1956 foi criada a CNEM (Comissão Nacional de Energia Nuclear), que após (em 1962) foi transformada em autarquia federal e até hoje é o órgão que tem a finalidade de exercer o monopólio da União na mineração de materiais radioativos, na produção e no comércio de materiais nucleares, assim como o poder de polícia nuclear (MARINHO, 2012).

Com a constituição de 1988, houve uma significativa evolução no que diz respeito à legislação sobre questões envolvendo energia nuclear – que, inclusive, constitui bem ambiental.

Primeiramente, considera-se atividade nuclear não só as instalações nucleares, mas também o uso de radioisótopos para fins medicinais, agrícolas, industriais ou de pesquisa. Além disso, toda a atividade nuclear destinada à exploração de serviços de instalações nucleares desenvolvidas no nosso território, só será admitida para fins pacíficos e depois da aprovação do Congresso Nacional (art. 49, XIV, da CF). Com isso, não se permite que o poder Executivo centralize as decisões a respeito desse tipo de atividade (FIORILLO 2013).

A responsabilidade civil por danos causados por atividades nucleares, é objetiva, como pode-se observar no art. 21, XXIII, d, promulgado pela emenda constitucional nº 49, de 8 de fevereiro de 2006. da Constituição Federal. No caso, independe de culpa e “[...] consagram-se a inexistência de qualquer tipo de exclusão da responsabilidade (incluindo caso fortuito ou força maior), a ausência de limitação no tocante ao valor da indenização e a solidariedade da responsabilidade.” (FIORILLO, 2013, p. 433).

Mesmo que o monopólio de legislar a respeito das atividades nucleares seja da união, os estados podem legislar sobre o controle da poluição, responsabilidade por dano ao meio ambiente. Outro exemplo diz respeito à saúde e previdência social, como o caso da lei n. 10.977, de 03 de outubro de 1989, posteriormente alterada pela Lei n. 13.346, de 24 de setembro de 1998, que diz respeito às pensões especiais concedidas às pessoas irradiadas ou contaminadas pelo acidente com Césio-137, ocorrido em setembro de 1987, na cidade de Goiânia.

No dia 13 de setembro de 1987, um aparelho contendo uma peça radioativa foi achado e aberto por catadores de papel, em Goiânia. O equipamento estava num prédio abandonado onde funcionava uma clínica desativada. Os homens acharam que se tratava de sucata e venderam o fragmento a um ferro-velho. A cápsula projetava uma luz brilhante que despertou curiosidade, e muita gente acabou manuseando o material. (TRECHO DE MATÉRIA DO SITE MEMÓRIA GLOBO, “Acidente Radioativo em Goiânia - Césio-137”).

Atualmente o lixo radioativo é considerado menos poluente que o lixo comum, já que seu descarte é feito de maneira correta. A maior preocupação é que esses resíduos podem permanecer ativos inclusive por tempo indeterminado e a exposição a eles pode gerar consequências catastróficas, não só para a saúde humana a curto e longo prazo, mas para o planeta como um todo. Por isso é indispensável todo o rigor existente na legislação e a previsão de meios que garantam a reparação de possíveis danos que possam vir a ocorrer.

5 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

A análise do processo Nº 70077028488 2018 / CÍVEL da comarca de Tramandaí / RS que trata sobre a apelação cível indenizatória de

responsabilidade civil sobre dano ambiental causado com o vazamento de óleo na operação da Transpetro em Tramandaí que supostamente gerou a suspensão da atividade pesqueira. Na Comarca de Tramandaí DEIVIS PAULO BLANKE entrou com pedido de ação indenizatória contra PETROBRAS TRANSPORTES S/A -TRANSPETRO alegando que devido ao vazamento de óleo o autor foi impedido de entrar no mar entre os dias 26/01/2012 até 06/02/2012 resultando na danificação do seu material de pesca que estava no mar e deveria ser retirado diariamente. Defendeu ainda que com a proibição de retirada, a redes se romperam, tendo inclusive uma das redes se deslocado para alto mar, lhe causando um grande prejuízo. O autor ainda sustentou que ficou impossibilitado de pescar em qualquer outro lugar da costa, que não havia sido prejudicado pelo vazamento.

O autor alega que é pescador e que em razão da proibição de entrar no mar, em virtude do desastre ambiental, sofreu prejuízos, uma vez que ficou privado de exercer sua atividade profissional e busca com a presente demanda indenização por dano moral e material em razão das consequências sofridas pela operação feita pela ré no mar de Tramandaí/RS no verão de 2012.

Proferindo a sentença o magistrado julgou a demanda improcedente condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e os honorários do advogado, valor fixado em R\$3.000,00 (três mil reais), e a suspensão do benefício de gratuidade judiciária.

O processo de ação indenizatória que Deivis P. Blanke moveu contra Transpetro foi indeferida, pois não foi acarretado nenhum dano ao autor, não foi comprovado que o pescador foi proibido de entrar no mar ou de pescar devido ao derramamento de óleo. A parte autora não comprovou que os danos que suportou advieram do suposto inadimplemento da empresa ré.

Para a responsabilização civil por dano ambiental contra um indivíduo, aplica-se a teoria do risco integral, bastando a responsabilização do poluidor a comprovação da ocorrência do dano e onexo etiológico. O poluidor é obrigado, independentemente de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

No Brasil, e em outros países, foi adotada na área ambiental a teoria da responsabilização objetiva pelo risco criado e a reparação integral, mesmo que

o autor pelo dano ambiental tenha autorização administrativa ele tem o dever de reparar integralmente os danos sofridos pelo meio ambiente por consequência dos seus atos.

Está amparado pela Constituição Federal no art. 225, como citado anteriormente, onde todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No dia 26/01/2012 foi detectado no mar de Tramandaí o derramamento do óleo. Nesta data, uma equipe já realizava a limpeza da área. A equipe indica no relatório, que dia 27/01/2012 já não era mais possível encontrar nenhuma mancha de óleo e tampouco fauna impactada pelo óleo.

CONCLUSÃO

De acordo com o exposto no decorrer desse artigo, a temática explorada nesse trabalho acadêmico é Responsabilidade Civil por dano ambiental, bem como seus efeitos vistos do campo do Código Civil. Desse modo, buscou-se, a partir das regras do Direito Civil e da Lei nº 6.938, verificar a aplicação dessas regras legais e outras fontes do Direito. Assim, é oportuno destacar, a título de conclusão, alguns aspectos extraídos da pesquisa doutrinária, realizada, levando-se em consideração o problema inicialmente proposto, com o ponto de partida: o que seria a responsabilidade por dano ambiental, perante o Código Civil brasileiro. Nesse sentido, as principais discussões apresentadas nos capítulos desenvolveram-se diante de doutrinas na tentativa de responder ao problema exposto de forma coerente e fundamentada, bem como utilizando-se de artigos do Código Civil, da Constituição Federal e da Lei nº 6.938. Por tratar-se de um tema pertinente na contemporaneidade, deve suscitar em contínuas pesquisas e questionamentos, para uma melhor resolução do tema abordado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Allison. **Responsabilidade Civil por Poluição**, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28359/responsabilidade-civil-por-poluicao>>. Acesso em: 31 out. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **LEI Nº 14.226, DE 8 DE JULHO DE 2002**, 2002. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2002/lei_14226.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018.

JUNIOR, José Luiz. **Responsabilidade Civil por Danos Ambientais**, 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1934/Responsabilidade-civil-por-danos-ambientais>>. Acesso em: 31 out. 2018.

MARINHO, Cláudia Gaspar Pompeo. **Da Responsabilidade Civil e Penal por Dano Nuclear**, 2012. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7370/Da-responsabilidade-civil-e-penal-por-dano-nuclear>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Memória Globo. **Acidente Radioativo em Goiânia – Césio 137**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/acidente-radioativo-em-goiania-cesio-137/acidente-radioativo-em-goiania-cesio-137-a-historia.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

PACHECO, Celso Fiorillo. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CONTEXTOS DE APRENDIZAGENS DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS- FEMA: DA PROFESSORALIDADE À SIGNIFICAÇÃO DO APRENDER DISCENTE.

Juliane Colpo¹
Blasius Silvano Debald²

RESUMO

A escrita em questão tem como objetivo analisar o percurso inicial de transformação da docência, das experiências pedagógicas no contexto do Ensino Superior das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA, instituição privada do município de Santa Rosa -RS. A problemática centrou-se no levantamento de dados acerca de uma transformação na Formação Continuada de professores, como mobilizador de mudanças na professoralidade, na docência no Ensino Superior. Para tanto, assume uma perspectiva metodológica de levantamento bibliográfico aliado ao estudo de caso da instituição referida. O estudo concluiu que os docentes se tornaram abertos às mudanças na sua docência, na medida em que se posicionaram como participantes ativos de sua formação continuada e foram acolhidos pela instituição como sujeitos, também protagonistas de sua transformação. Reconheceu-se que o olhar da gestão da instituição para as questões da subjetividade, da formação do docente fizeram a diferença nas mudanças de conduta e direção das práticas pedagógicas, tornando-as gradativamente mais interativas e provocadoras do protagonismo dos alunos.

Palavras-chave: FEMA - Professoralidade - Metodologias Ativas – Aprendizagem - Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

As atividades práticas e experiências ativas na ressignificação dos contextos de aprendizagem das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA, instituição privada do município de Santa Rosa-RS, tornou-se o objetivo

¹ Psicóloga e Docente da Fundação Educacional Machado de Assis- FEMA. Mestre em Educação nas Ciências.

² Trabalho de Conclusão do Curso de Pós Graduação em Metodologias Ativas. Centro Universitário União das Américas – Uniamérica/ Foz do Iguaçu/PR/ dez 2019/ Avenida das Cataratas, 2.118/ [www. Uniamerica.br](http://www.Uniamerica.br).

Doutor em Educação, Pró Reitor Acadêmico, Pós-graduação e Extensão do Centro Universitário Comunitário União das Américas- Uniamérica/ Foz do Iguaçu, Paraná. E-mail. blasius@uniamerica.br

da escrita, com o intuito de documentar e refletir sobre o percurso de transformação construído, bem como sua travessia, desafios e projeções futuras.

A problemática que sustentou o estudo e a escrita centrou-se na necessidade de buscar evidências acerca dos principais eixos que precisam ser pensados e analisados, considerando a demanda atual de transformação, ressignificação do contexto das aprendizagens no Ensino Superior. Essa busca foi efetivamente um dos caminhos construídos das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA, a partir da aposta na Formação Continuada de seus docentes. “A formação pedagógica permite ao professor universitário olhar para sua prática pedagógica, interpretá-la e recriá-la, tornando-a também uma fonte de aprendizagem numa perspectiva de mudança e de inovação.” (JUNGES; BEHREN, 2015, p. 286). Com essa conotação, de recriação, reconstrução, que propomos a demanda de uma travessia, um percurso que será enfrentado com superações, frustrações, e com muita implicação, caso contrário, estaremos camuflando um contexto de aprendizagem, modificando métodos e técnicas sem considerar os principais responsáveis pela mudança efetiva, o professor.

1 AS TRAVESSIAS DE UM PERCURSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS- FEMA

1.1 O PRINCÍPIO DA TRAVESSIA: UM BREVE RELATO DO PERCURSO NA FORMAÇÃO DOCENTE

No mês de fevereiro do ano de 2018, a Direção na nomeação do Administrador Antonio Roberto Lausmann Ternes, os coordenadores dos Cursos Superiores, professores Nedisson Luis Gessi (coordenador do Curso de GTI¹ e GRH² na ocasião) e Paulo Mix (coordenador do Curso de Enfermagem), idealizaram uma Capacitação Pedagógica para os docentes, configurada em módulos presenciais e virtuais, mobilizados na plataforma *Moodle*. Essa capacitação seria certificada ao final de um ano e seria voltada para as Práticas

¹ Gestão de Tecnologia da Informação

² Gestão de Recursos Humanos

Pedagógicas Inovadoras. Qual era o objetivo da capacitação? Aprender a aprender.... Instrumentalizar os docentes nos aspectos na inovação na educação, bem como buscar a compreensão sobre a mudança de paradigma na educação¹, exigindo o protagonismo do aluno, bem como a consolidação de metodologias ativas no processo de ensino aprendizagem. Os estudos e tarefas estavam voltados para a reflexão, o fazer e o ser professor. Tudo que era estudado, era aplicado e transformado em experiências pedagógicas. Daí a referência a um dos pilares da educação, “aprender a aprender”. O grupo era constituído pelos docentes do Ensino dos diferentes Cursos Superior da FEMA: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos; coordenadores dos Cursos e Direção.

As autoras Junges e Behren (2015), citam Zabalza, ao asseverar que as ações de formação pedagógica precisam ser baseadas tanto nas necessidades de desenvolvimento individuais do professor como nas necessidades institucionais; necessitam integrar a motivação intrínseca do professor em participar de processos formativos com o reconhecimento externo como a avaliação institucional e a valorização na carreira docente. E foi o que aconteceu, uma aproximação entre a demanda da instituição, com a necessidade de investimentos na formação interior do professor.

Com o intuito apresentado acima, o primeiro módulo foi desenvolvido presencialmente nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2018, com a temática “Contexto atual do Ensino Superior, novas demandas de formação”; “Formação docente na emergência atual”, para iniciar o percurso de transformação, promovendo reflexões sobre o panorama atual da Educação Brasileira e as exigências que recaem ao Ensino Superior. O trabalho e a participação na formação continuaram ao longo do semestre, pela plataforma *Moodle*, com exercícios, envio de textos e debates.

¹ Uma das características da sociedade contemporânea é o papel central do conhecimento nos processos de produção, por isso nomeamos de sociedade do conhecimento. Estamos assistindo à emergência de um novo paradigma econômico e produtivo no qual o fator mais importante deixa de ser a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia, passando a ser o uso intensivo de conhecimento e informação. (BERNHEIM, 2008).

A segunda etapa da Capacitação, parte presencial, foi desenvolvida no período de julho, dias 16 e 17, com o objetivo de discutir sobre a “Professoralidade e as novas competências exigidas dos docentes”, momento no qual iniciei meu percurso nas atividades formadoras do grupo. Como docente e psicóloga da instituição comecei a participar da constituição e da capacitação do grupo. Aliada à discussão acima citada, trabalhou-se também como os “Mapas conceituais” na prática docente e aprendizagens discentes. Os docentes se envolveram em práticas e experiências coletivas, e posteriormente levaram os conhecimentos para as aulas com seus alunos. Os estudos continuaram durante o semestre pelo ambiente virtual de aprendizagem- AVA (registros de práticas, leituras e debates das atividades).

Na terceira etapa, desenvolvida no período de fevereiro de 2019, nas datas de 12 e 13, tivemos mais uma etapa presencial, com o tema Games e Gameificação na Educação. Anteriormente os materiais, os aplicativos de games já estavam disponíveis no AVA, para o estudo e acesso de todos. Os docentes puderam vivenciar o uso de games como *Kahoot* e *Socrative* e participaram de um game sobre os conhecimentos vivenciados na formação. Na ocasião, foram entregues também a certificação do primeiro ciclo da Capacitação, como reconhecimento da transformação do corpo docente e de sua prática.

As etapas de Formação e Capacitação seguiram seu percurso no ano de 2019, contando com novos desafios aos docentes e à instituição, que ao viabilizar e apostar na mudança de posição de seus docentes, precisou, posteriormente construir uma rede de apoio e acompanhamento aos mesmos, encorajando os docentes a novos investimentos na sua qualificação e na construção do protagonismo dos discentes.

2 A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO INTERATIVO DE TROCAS DE EXPERIÊNCIAS DOCENTES: NOVO PASSO RUMO A CONSOLIDAÇÃO DA MUDANÇA

Juntamente com a idealização da Capacitação e Formação Continuada dos docentes nas Práticas Pedagógicas Inovadoras, no período de fevereiro de 2018 criou-se também um projeto piloto nomeado como VA- Verificação de

Aprendizagem. O referido projeto foi consolidado para implementar de maneira mais sistemática e qualificada, práticas e experiências pedagógicas ativas, por meio de uma organização criada pelo grupo, constituído inicialmente por nove docentes e os coordenadores dos Cursos. Essa estrutura envolvia transformar as aulas em espaços de interação, estudo e avaliações periódicas das habilidades desenvolvidas.

O método adotado pelo grupo piloto era: Primeiro tempo da aula dedicado aos aspectos introdutórios, contextualizados dos conhecimentos; segundo momento da aula dedicado à VA- verificação de aprendizagem (referente ao Estudo Dirigido realizado na aula anterior), por meio de diferentes metodologias, recursos e técnicas. E último momento da aula dedicado ao ED- Estudo Dirigido¹, que representa o espaço de leitura, apropriação, estudo de artigos, textos, estudos de casos, materiais encaminhados anteriormente pelos docentes e que servem de suporte para desenvolver a autonomia do aluno. A cada aula as VAs e os ED ampliaram-se e faziam parte da rotina dos alunos. Essas etapas foram formalizadas em um grupo de Wadssapp nomeado de VA, composto pela Direção, Coordenadores dos Cursos e um grupo de docentes escolhido pelos coordenadores para iniciar o projeto piloto. Uma das regras do grupo era manter as etapas do processo e manter sigilo sobre o grupo e o percurso, pelo menos até a consolidação da experiência.

No decorrer do primeiro semestre de 2018, o referido grupo compartilhou, postou, dialogou e aprendeu muito uns com os outros. Muitas questões surgiram nessa construção: mobilização de muitos docentes transformando sua prática; envolvimento de colegas docentes que não faziam parte do grupo, mas que percebiam mudanças e questionavam; movimento dos alunos reconhecendo mudanças em alguns docentes e internalizando termos como VA e ED; estagnação de alguns docentes que faziam parte do grupo, mas não modificaram sua prática; demanda de ampliação do grupo e suporte pedagógico, bem como qualificação das práticas já vivenciadas e analisadas.

¹ Além disso, como outra consequência da prática de leitura prévia, cresceu a participação dos alunos com questionamentos durante e até a breve explanação do professor e, inclusive, após a fase da instrução por pares, ou seja, da argumentação com os colegas, no intuito de entender melhor o conceito em discussão.

A partir das questões mencionadas, em julho de 2018, novos docentes foram convidados a participar do grupo VA, momento em que souberam da sua ideia, propósito e puderam compreender os movimentos que estavam emergindo no contexto acadêmico. Realizou-se um encontro formal com a presença dos participantes do projeto piloto para explanarem suas vivências, frustrações, conquistas e superações, bem como para acolher os novos integrantes¹. Permaneciam as mesmas regras e processos envolvidos.

Nesse período foram realizadas muitas situações de sondagem com os acadêmicos para verificar sua percepção, sua representação acerca das mudanças, até mesmo porque, no mesmo semestre entravam docentes que faziam parte do VA e outros não. Realizou-se pesquisas individuais, entrevistas, escuta de relatos de alunos e docentes; divulgação de algumas práticas nas redes sociais e na página da instituição.

Com o avançar do percurso do grupo, na formação de fevereiro de 2019, o grupo VA foi conhecido por todos os docentes da instituição. Momento de abertura da Formação, espaço em que o Diretor da FEMA expôs o percurso, objetivo, trajetória e conquistas no decorrer do ano de 2018. O objetivo de tornar público era consolidar o grupo com novas roupagens, nova configuração e agora acolhendo quem desejasse fazer parte do processo.

O grupo VA foi constituído então como GPEA- FEMA/ grupo de Práticas e Experiências ativas no Ensino Superior da FEMA, recebendo novos integrantes, que aos poucos, sentiam-se mais seguros e dispostos a aprender com o grupo. A pretensão com a nova constituição, na qual assumi como coordenadora, foi oferecer suporte emocional e pedagógico aos docentes, visando à continuidade das ações, interações e situações já construídas, bem como a ampliação das mesmas, mobilizando ambientes de aprendizagem em contextos interdisciplinares, ativos e acima de tudo, condizentes com o sujeito aluno que está presente no Ensino Superior.

Essa mudança visa privilegiar a construção de competências² acadêmicas. Para Roldão (2003) citado por Isabel Simões Dias, a competência emerge

¹ Os novos integrantes foram sugeridos pelas Coordenações dos Cursos.

² O termo competência (do latim *competentia*, “proporção”, “justa relação”, significa aptidão, idoneidade, faculdade que a pessoa tem para apreciar ou resolver um assunto) terá surgido pela primeira vez na língua francesa, no século XV, designando a legitimidade e a autoridade das

quando, perante uma situação, o sujeito é capaz de mobilizar adequadamente diversos conhecimentos prévios, selecioná-los e integrá-los de forma ajustada à situação em questão. Desta forma, a competência exige apropriação sólida e ampla de saberes, de modo a permitir ao sujeito que os convoque (de forma ajustada) quando se encontra face a diferentes situações e contextos. Competência recorre, desta forma, a noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos e técnicas.

Por isso, o ano de 2019 foi promissor e desafiador, no sentido de encaminhar a continuidade da Capacitação e Formação dos docentes, assim como legitimar contextos e ambientes compartilhados, interativos e inovadores de aprendizagem, articulados na construção de competências acadêmicas. Por isso, a travessia apenas está no início, mas acreditamos que começamos pelo ponto certo: Formação Humana dos docentes, formação de um grupo de docentes que desejem e consigam trabalhar em conjunto, com capacidade de adaptação, inovação, criatividade e que possam levar essas conquistas para seus alunos. Acreditamos que a mudança precisa ser construída gradativamente, pela confiança e implicação de cada docente com sua função e com seu desejo de permanecer na docência.

Um dos grandes mobilizadores da mudança está relacionado ao mercado de trabalho, que demanda habilidades cognitivas básicas, atribuindo também grande importância às habilidades afetivas e comportamentais. O perfil do profissional universitário desenhado pelos estudos da Organização Europeia para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE) é o de um profissional preparado dentro de um currículo flexível, com capacidade cognitiva de resolução de problemas, adaptável às mudanças e a novos processos tecnológicos, com boa dose de criatividade e atitude mental que aceite a educação por toda a vida, discorre Berhaim (2008), citando Escotet (1998).

3 A TRANSFORMAÇÃO DOCENTE COMO PREMISSA FUNDAMENTAL PARA A INOVAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CONTEXTOS DE

instituições (por exemplo, o tribunal) para tratar de determinados problemas. No século XVIII amplia-se o seu significado para o nível individual, designando a capacidade devida ao saber e à experiência. (DIAS, 2010, p.74).

APRENDIZAGEM- DA PROFESSORALIDADE PARA A APRENDIZAGEM ATIVA

Para considerarmos uma mudança de contexto de ensino e aprendizagem, torna-se necessário propor uma transformação na constituição da professoralidade, pois concretizar a docência na atualidade, requer um manejo com desejos, expectativas, frustrações e acima de tudo, construções que edificaram o identidade docente até o presente momento. Nesse sentido, entende-se que para construir um contexto de aprendizagem ativa, primeiramente é necessário uma reconfiguração dos conteúdos e componentes que constituíram o docente. Fala-se em processos internos e externos, que juntos mobilizam sua ação e intenção frente ao sujeito aluno protagonista.

Nas palavras de Cunha, é fundamental reconhecer que a professoralidade docente se institui em um contexto, na dimensão espacial e temporal. O professor exerce a sua profissão numa instituição e, assim como influencia o espaço em que atua, também tem a sua ação atingida por sua cultura, objetivos e valores, expressos no seu projeto educativo. Por isso, faz parte da professoralidade tanto uma dimensão individual e subjetiva como uma dimensão coletiva e cultural. Portanto, é preciso reconhecer que, no caso da educação superior, há distintas pedagogias que influenciam e são influenciadas tanto pelos contextos das profissões, seus valores e culturas, como pela manifestação da professoralidade de seus docentes. Esses são parâmetros importantes para orientar a reflexão sobre a docência da educação superior na complexidade dos contextos (CUNHA, 2018).

As transformações sociais resultantes do avanço tecnológico e da globalização da economia impõem mudanças sem precedentes ao mundo do trabalho e da formação, exigindo habilidades nunca antes priorizadas; porém, a desarticulação entre esses dois mundos, hoje mais acentuada, representa um grande obstáculo ao desenvolvimento da sociedade atual; é a educação tradicional revelando suas contradições. O conhecimento não mais se transmite, ele é construído por meio das relações de troca, de diálogo e com sentido. Para Arruda, é preciso, portanto, aprender a aprender, por que tudo muda muito depressa. (ARRUDA, 2016).

Por isso, o papel do professor será o de estimular o aluno a buscar o conhecimento, a criar gosto pelo saber. Portanto, as Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem, com suas técnicas que permitam ações transformadoras da realidade pelos professores e alunos, poderão promover a formação de indivíduos com condições de atuação crítica, reflexiva e autônoma na sociedade (FERREIRA, 2016). E ainda segue:

As Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem, com seu conjunto de técnicas estimulam os processos construtivos de ação-reflexão-ação, com base na pedagogia de Paulo Freire, na qual o estudante deve ter uma postura ativa no percurso de seus estudos. Assim sendo, é oportuno que ele, o estudante seja desafiado a pesquisar e a descobrir soluções que se apliquem problemática da realidade. O papel do professor será o de estimular o aluno a buscar o conhecimento, a criar gosto pelo saber. Portanto, as Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem, com suas técnicas que permitam ações transformadoras da realidade pelos professores e alunos, poderão promover a formação de indivíduos com condições de atuação crítica, reflexiva e autônoma na sociedade. (FERREIRA, 2016, p.16-17).

O desafio do século é encontrarmos formas de ensinar para que os aprendizes desenvolvam habilidades, competências e atitudes para transformar a realidade de modo humanizado. Que encontrem o gosto e o sentido no que aprendem. Para tanto, deveremos considerar o contexto e a formação de professores, as Diretrizes Curriculares Nacionais, as constantes alterações no mercado de trabalho e o tipo de profissionais que ele exige.

Falamos em mudança de ênfase para indicar que com os processos de transmissão do conhecimento focalizados na aprendizagem, ou na pessoa a ser educada, no aprendiz, no aluno, isso não significa esquecer ou diminuir a importância dos processos de ensino e muito menos a importância do professor. O que acontece é que o professor deixa de ser o centro principal do processo, que passa a ser o aluno, porém ele não se afasta, mas passa a atuar como guia, tutor, promotor de aprendizagem, capaz de gerar nas salas de aula um ambiente de aprendizagem. Podemos mesmo dizer que os professores se tornam co-aprendizes com seus alunos, mas não desaparecem nem deixam de ser importantes na relação professor/aluno, que está na base de qualquer processo de ensino aprendizagem. (BERNHEIM, 2008, p. 33).

Por sua vez, uma dada metodologia de ensino busca imprimir um norteamento, fundado numa orientação que envolve a totalidade do processo de ensino, buscando, através dele, racionalidade e operacionalização, o que implica, necessariamente, em recusa à improvisação. A metodologia de ensino

também não pode erigir-se somente como finalidade, nem se apresentar com importância maior do que o aluno, ou sobrepô-lo, uma vez que ela se constitui fundamentalmente como mediação entre o professor e o aluno, a qual se desenrola, tendo em perspectiva a formação do aluno, sua autonomia, sua emancipação, sua cidadania, seu desenvolvimento pessoal. (ARAUJO, 2015).

Um dos aspectos levantados como obstáculos na consolidação da formação docente, situa-se na realidade da Educação Superior privada no Brasil, de ser constituída, na sua maioria por professores horistas. Parafraseando Cunha:

Dada a prevalência da educação superior privada no Brasil, grande contingente de professores são *horistas*, aqueles cujo salário depende do número de horas-aula assumidas, especialmente em cursos de graduação. Sua professoralidade é restrita, pois, não raras vezes, a docência se constitui em uma atividade profissional complementar, ocupando poucas horas de sua condição laboral. Esse contexto, muito próprio do país, traz repercussões evidentes para a construção da professoralidade docente, uma vez que a identidade desse profissional não está centrada na condição de professor. (CUNHA, 2018, p. 10).

A partir da identificação desse limitador, a Formação centrou-se no estreitamento das interações com os pares, possibilitando trocas de experiências e atividades, reflexões sobre o planejamento e uma instauração de desejo de se colocar no contexto da docência, independente de carga horária.

A educação precisa promover a formação de indivíduos cuja interação criativa com a informação os levem a construir conhecimento. O ensino consiste essencialmente em fornecer assistência ajustada à atividade construtivista dos alunos, com o objetivo de promover a aprendizagem pela compreensão. Em cada aula em que se desenvolve um processo de ensino-aprendizagem, se realiza uma construção conjunta entre professor e alunos, que é única e irreproduzível. Assim, o ensino é um processo de criação e não apenas de repetição (BERNHEIM, 2008).

3.1 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS DA POSIÇÃO DOCENTE NAS APRENDIZAGENS DISCENTES

Com a efetivação das atividades e práticas pedagógicas diferenciadas, compartilhadas e pensadas coletivamente, conseguimos reconhecer alguns efeitos da mudança da posição docente nas aprendizagens dos alunos, tais como: maior engajamento dos alunos nas atividades de aula, pois as verificações de aprendizagem tornaram-se modalidades de estudos prévios¹ e de reconhecimento de lacunas de aprendizagem; veiculação de transmissão, por parte dos alunos, de falas, mensagens que denotaram prazer e satisfação com a mudança das aulas, de estilos de ensinagem; maior engajamento dos docentes no grupo GPEA-FEMA (33 participantes do grupo), com veiculação de práticas, de recursos pedagógicos e de proposta planejadas que puderam servir de referência e auxílio para os pares; ampliação de espaços e de suporte, por parte da gestão da instituição, para assessorar os docentes na melhoria de suas aulas e no planejamento dos mesmos (ressignificação do NAP² e criação do NITED³). Tornou-se evidente também que os professores demonstraram mais prazer ao ministrar aulas, mesmo que reconhecendo que pode ser mais trabalhoso.

Alguns aspectos tornaram-se eixos para a continuidade do processo e percurso de mudanças, que efetivamente vincularão as formações seguintes, tais como: a percepção de que a utilização de metodologias ativas deve avançar com a implantação de novas tecnologias, que permitam melhorar a avaliação das habilidades e competências, bem como o direcionamento dos conteúdos; a necessidade de alteração nos projetos pedagógicos dos Cursos, para uma gestão mais eficiente dos conteúdos, evitando as repetições e facilitando a interlocução entre os saberes e o trabalho interdisciplinar.

A partir das considerações iniciais do percurso construído identificamos que o principal avanço se deu na instauração gradual, processual e pessoal de cada docente, que pode se sentir pertencente e participativo no processo de mudança

¹ A prática da leitura prévia ajudou na formação crítica e desenvolvimento dos estudantes com mais efetiva compreensão tanto dos textos quanto dos conteúdos apresentados em sala de aula. Através dessas leituras os alunos entraram em contato com o assunto que era abordado pelos professores, o que os auxiliou para o levantamento de dúvidas, questionamentos e reflexões a serem trabalhadas na aula, configurando-se o processo de aprendizagem significativa.

² Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico

³ Núcleo de Inovação e Tecnologias Educacionais

de uma cultura institucional educativa e formadora. O cuidado e respeito com a professoralidade do docente permitiu a consolidação de uma cultura da troca, do diálogo, da possibilidade de aprendermos uns com os outros e assim, consolidarmos práticas, projetos e aulas que possam fazer essa mesma transformação nos alunos. Investimos na instauração do desejo do professor de mudar, para sentir-se acolhido e encaminhado nas suas possibilidades de mudar; investimos na mudança de postura, de atitude, para então investirmos nas novas metodologias.

Mitre cita Coll para destacar que existem pelo menos duas condições para a construção da aprendizagem significativa, que são: a existência de um conteúdo potencialmente significativo e a adoção de uma atitude favorável para a aprendizagem, que se consolida com a postura própria do discente que permite estabelecer associações entre os elementos novos e aqueles já presentes na sua estrutura cognitiva (MITRE, 2008).

E por fim, sem pretensão de conclusão, o maior ganho foi o desenvolvimento de competências docentes, tais como criatividade, abertura ao novo, empatia e capacidade de reaprender. Essas transformações reverberam de maneiras diferentes nos ambientes de aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e com maiores oportunidades para o aprender dos discentes.

CONCLUSÃO

A partir do percurso atravessado pelos docentes das Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA, infere-se que o alicerce da mudança de contexto e em consequência, de cenário nas aprendizagens dos discentes, exige uma nova posição do docente, para além da mudança paradigmática, mas acima de tudo, uma mudança de configuração de sua representação sobre o ato de ensinar. Com essa premissa, construímos um caminho de mudança que cerca os docentes de olhares, cuidado, suporte e conhecimentos construídos na coletividade, amparados pelo espaço da Formação Continuada. Reconfiguramos esse espaço, tornando-o um ambiente de aprendizagem, dinâmico, vivo e provocador, como acreditamos que deve ser as aulas no Ensino Superior.

Com a formação ativa e reflexiva dos docentes, tornamos as ações e interações mais construtoras de competências, menos voltada para os conteúdos. O espaço pedagógico se transformou em cenários e ambientes de aprendizagem ativa, pois os docentes sentiram-se provocados e encorajados a mudar, inovar, e com isso os alunos aprenderam mais significativamente. Acreditamos que a mudança de paradigmas surge da ruptura com sua própria ideia anterior, sem abandonar o que lhe constituiu. Apostamos e continuaremos apostando a transformação subjetiva do docente para a mudança procedimental, metodológica surgir.

Sustentado na Idealização da Proposta de Formação e Capacitação docente, bem como na formação de um modelo de aula, constituído por tempos de atividade, acreditamos encorajar as práticas pedagógicas, partindo do fortalecimento e incentivo às mudanças na docência, na posição ocupada pelos docentes. Com essa travessia iniciada, e não concluída, entendemos avançar gradativamente nas práticas pedagógicas inovadoras nas Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA.

O modelo da FEMA, rompe com a ideia de centralidade do professor, mobilizando as aprendizagens diárias e compartilhadas, caminho para a mudança no contexto do Ensino Superior.

Mais que possibilitar o domínio dos conhecimentos, cremos que há a necessidade de formar professores que aprendam a pensar, a correlacionar teoria e prática, a buscar, de modo criativo e adequado às necessidades da sociedade, a resolução dos problemas que emergem no dia-a-dia da escola e no cotidiano. Professores aptos a agregar para si transformações em suas práticas, já que o método tradicional tem se mostrado ineficaz e ineficiente em função das exigências da realidade social, da urgência em ampliar o acesso escolar e cultural da classe menos favorecida dado o avanço tecnológico e científico.

Neste sentido, a educação avança na promoção do desenvolvimento com inclusão social, inserção no contexto da globalização e redes de integração entre o mercado de trabalho e a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. **Fundamentos da Metodologia de Ensino Ativa (1890-1931)**. UNIUBE/UFU. UFSC – Florianópolis, 37. Reunião Nacional da ANPEd, 2015.

ARRUDA, Marina Patrício de. **Metodologias Ativas para Promover Autonomia: reflexões de professores do Ensino Superior**. Revista ESPACIOS, v. 38, n. 20, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n20/a17v38n20p02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. Para uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior** / Carlos Tünnermann Bernheim e Marilena de Souza Chauí. Brasília: UNESCO, 2008.

CUNHA, Maria Isabel da. **Docência na Educação Superior: a professoralidade em construção**. Educação, revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 6-11, jan.-abr. 2018.

DELORS, J. (Coord.) **Educação: um tesouro a descobrir; Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: UNESCO, Ed. Cortez, 1999.

DIAS, Isabel Simões. **Competências em Educação: conceito e significado pedagógico**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78.

FERREIRA, Antônio Eustáquio. **Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem: uma experiência com docentes da educação básica**. Realização, v. 3, n. 6, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/6802-20389-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

JUNGES, Kelen dos Santos; BEHREN, Marilda Aparecida. **Prática Docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora de mudança**. Revista PERSPECTIVA. Florianópolis, v. 33, n. 1, 285-317, jan./abr. 2015. Disponível em <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MITRE, Sandra Minardi e outros. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais**. Ciência & Saúde Coletiva, 13 (Sup 2), 2008. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2019.

TURISMO RURAL ARQUITETÔNICO E DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPECTIVAS.

Rafael Rodrigo Wolfart Treib¹
Edemar Rotta²

RESUMO

O presente estudo tem como tema o turismo rural arquitetônico e o desenvolvimento rural. Tem como objetivo geral analisar as possibilidades de utilização das residências em estilo enxaimel da área rural do município de Cerro Largo/RS para o turismo. Os objetivos específicos estão concentrados na verificação destas possibilidades, sejam teóricas ou práticas. O estudo se justifica pela importância econômica e histórica de unir o turismo à manutenção das residências, algumas destas centenárias. O Turismo, através de sua vertente rural, impulsiona o crescimento demográfico e econômico do meio rural há alguns anos, porém, os dados existentes não contemplam a abrangência conquistada com o turismo rural, junto ao setor agroindustrial aliado a arquitetura preservada nas cidades interioranas. Dessa forma busca-se, a partir de revisão bibliográfica, responder ao objetivo principal que se baseia na relação entre turismo arquitetônico rural e o desenvolvimento rural. Para tanto se utiliza como recurso a pesquisa qualitativa delineada pela análise de uma realidade específica. O estudo do turismo rural é baseado nas obras de Funari e Pinski (2002), Almeida (2000), Ferrão (2007) e Weimer (2005). Em relação ao desenvolvimento rural, tem-se como referência as obras de Abramovay (2003), Ramos (2001) e Santos (2001). Com a análise executada nas residências encontradas no meio rural verificou-se um grande potencial a ser abordado, tanto histórica quanto economicamente. Percebe-se que a criação de um roteiro turístico e uma análise aprofundada das residências se torna primordial para as possibilidades que envolvem a arquitetura enxaimel encontrada no meio rural do município de Cerro Largo/RS.

Palavras-chave: Turismo Rural - Desenvolvimento Rural - Arquitetura Enxaimel - Cerro Largo/RS.

INTRODUÇÃO

A emergência da ideia de sustentabilidade, aliada às preocupações com a preservação da natureza e à valorização do patrimônio histórico e dos espaços locais, incentivou para que, não só na cidade, mas também na população do

¹ Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela UFFS campus Cerro Largo/RS, Pós-graduado em Desenvolvimento rural sustentável e Agricultura familiar pela UFFS campus Cerro Largo/RS. Mail: rafaelwolfart@gmail.com .

² Doutor e Pós-doutor em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor do Quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo. Mail: erotta@uffs.edu.br.

meio rural, se desenvolvesse uma consciência mais acurada a respeito da relação entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Nesse contexto é que se situa este estudo, procurando analisar as possibilidades do turismo rural, via aproveitamento da base arquitetônica existente, representar uma alternativa ao desenvolvimento rural sustentável.

O turismo rural vem se consolidando, em diversos países, como uma alternativa importante de geração de trabalho e renda, não só para moradores do meio rural, mas também urbano. No caso brasileiro, os dados do IBGE (2010, 2016) tem evidenciado situação semelhante, porém mais fundada nos ativos ambientais do que em uma estrutura socioeconômica capaz de dinamizar o desenvolvimento do meio rural e dos seus entornos. Ainda persistem muitos desafios que passam pela criação de infraestruturas adequadas para receber os turistas, formação de mão-de-obra qualificada para atender os mesmos, bem como integração dos processos econômicos, sociais e culturais.

Na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, as experiências de desenvolvimento do turismo rural são ainda incipientes e pouco articuladas. Mesmo que se trate de uma região com ativos ambientais, históricos e arquitetônicos expressivos, sua utilização para o turismo ainda requer maior organização e profissionalização dos diferentes atores envolvidos. Neste contexto é que este estudo está situado, procurando olhar para as potencialidades que o turismo rural representa e como ele pode ser melhor aproveitado para a dinamização do desenvolvimento de muitos municípios da região que são essencialmente rurais. Municípios que possuem ativos ambientais, históricos, arquitetônicos e culturais que, com pequenos investimentos, qualificação dos agentes e organização, podem transformar o turismo em diferencial para seu desenvolvimento.

Aborda-se o tema a partir da revisão bibliográfica descrita por Bogdan; Biklen (1999); e complementada por Sampieri; Collado; Lucio (2013), e da análise de uma situação específica centrada em um estudo de caso a partir de uma pesquisa qualitativa. A compreensão de desenvolvimento rural orienta-se pelas abordagens de Abramovay (2003) e Ramos (2001). A análise do turismo rural está fundado nas obras de Funari; Pinski (2002), Almeida (2000), Ferrão (2007) e na questão arquitetônica a obra de Weimer (2005). A situação

específica analisada é relativa ao município de Cerro Largo, Rio Grande do Sul e se baseia na obra de Treib (2006) tendo como referência as residências construídas em modelo arquitetônico enxaimel pelos imigrantes alemães.

Além dessa introdução, o texto está estruturado em duas sessões e as considerações. A primeira sessão trata do desenvolvimento rural, com ênfase para uma compreensão articulada entre os fatores econômicos e os socioculturais. A segunda reflete sobre o turismo e suas diversas abordagens, com destaque para o turismo rural centrado na questão arquitetônica. Nesta segunda sessão é que se traz a análise da realidade específica do meio rural do município de Cerro Largo, no qual se encontram muitas residências construídas em modelo enxaimel, que representam potencial para o desenvolvimento do turismo rural. As considerações buscam apontar algumas possibilidades a partir do estudo realizado.

1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Os estudos sobre desenvolvimento tem apontado uma polissemia em seu significado (SIEDENBERG, 2003) indo desde o simples crescimento econômico até definições mais complexas que incluem transformações na estrutura produtiva, no conjunto das relações sociais e nas dinâmicas do território (ROTTA, 2007). Este estudo delimita o tema a partir do rural, trabalhando com a compreensão de desenvolvimento como o conjunto de transformações que ocorrem em um contexto territorial específico, entendido historicamente como “rural”. Se tem ciência das múltiplas abordagens do desenvolvimento rural presentes na produção teórica nacional e internacional (SCHNEIDER, 2010).

Abramovay (2003) para caracterizar o desenvolvimento rural, apoia-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial. Para isso mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. Assim o desenvolvimento rural estaria na união destes aspectos.

Com o intuito de promover uma realidade de desenvolvimento cada vez mais incluyente, econômica e socialmente, entidades como o Banco Mundial têm

proposto metodologias que propiciem o desenvolvimento econômico, tecnológico e social em localidades. Isto vem sendo feito através do aproveitamento da sua vocação e potencial econômico, descobrindo, fomentando e desenvolvendo suas aptidões econômicas e produtivas.

Abramovay (2003) destaca que através de projetos de estruturação produtiva de um território, de forma sustentável, objetiva-se a inclusão social e econômica sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Daí a importância do desenvolvimento rural estar vinculado a um conjunto de valores que extrapolam a mera preocupação com conservação dos recursos naturais, indo além, abrangendo as dimensões ambiental, social, cultural e econômica. Para isso se faz necessária uma base de estruturação fundamentada em elementos como cooperação, civismo e confiança mútua, atrelados aos elementos econômicos e tecnológicos de forma sinérgica visando atingir um objetivo comum.

Dessa forma o desenvolvimento não resulta apenas da cooperação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas, estatais e não estatais. Um dos grandes desafios para a obtenção de sucesso na implantação destas metodologias de desenvolvimento é o envolvimento dos atores locais, fazendo-os ultrapassar interesses meramente pessoais em função de buscar interesses coletivos e adotar uma postura participativa na sociedade.

Nesse sentido Ramos (2001) destaca que a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a sustentabilidade deste meio, como forma agroindustrial, é resultado dos manejos inseridos com o desenvolvimento rural. Assim, a conseqüente evolução rural acarretou em uma postura de recuperação e preservação ambiental.

Para direcionar a questão do desenvolvimento rural temos que levar em consideração o papel das propriedades rurais na perspectiva de patrimônio e junto a este o patrimônio arquitetônico que é o ponto central deste estudo inserido no turismo rural. Para impulsionar o desenvolvimento rural se faz necessário pontuar o patrimônio como ferramenta necessária a organização do turismo, nesse caso a valorização do patrimônio é que será a base para que ocorra o desenvolvimento local.

Funari e Pinsky (2002) afirmam que a palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos, estando originalmente associada à herança familiar e mais diretamente ligada aos bens materiais. Dessa forma o poder público deve atuar de forma a conceder condições de preservação do patrimônio, a fim de garantir o desenvolvimento rural a partir do turismo neste modal.

O patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar uma base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (BARRETO, 2001).

A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo os cidadãos e o poder público (BARRETO, 2001).

Acredita-se que preservar o patrimônio cultural no qual se incluem objetos, documentos escritos, imagens, traçado urbanos, áreas naturais, paisagens ou edificações é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria. De acordo com Weber (1991) o patrimônio material, que é parte das cidades, dos povos e de uma região, pertence a todos. Seu desaparecimento implica na perda não somente dos traços essenciais da identidade e dos valores da cultura, mas também do próprio sentido humano da vida e de sua trajetória, bem como da supressão de espaços aprazíveis para o dia a dia.

2 TURISMO E SUAS VERTENTES

O turismo é um fenômeno histórico milenar e de grande importância nas diferentes sociedades humanas. Como atividade de geração de trabalho, emprego e renda, ele vem conquistando relevância em muitas economias locais e regionais. Existem várias definições para turismo, dentre elas podemos citar a de Molina e Rodriguez “Turismo é o conjunto das relações e os fenômenos

produzidos pelo deslocamento e a permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio.” (MOLINA; RODRIGUEZ, 1997, p.11).

Segundo Lage e Milone, todo processo de produção gera impactos no meio e, apesar de toda a grandiosidade que a atividade turística propicia, ela apresenta efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos. Portanto, seus resultados não são equivalentes em todas as partes e para todas as pessoas envolvidas. Em muitos lugares a atividade turística, especialmente quando regida pela lógica monetária, resulta na desordem do espaço e nas relações de produção que se fazem presentes no mesmo, provocando impactos ao meio ambiente e às populações nativas (LAGE; MILONE, 1996).

Uma forma de turismo que vem se expandindo nas últimas décadas é o turismo rural. Ele emerge para preencher uma lacuna existente por muito tempo, aproveitando as potencialidades geradas pela forma de vida, trabalho, organização social e relação com a natureza existentes em muitas populações rurais. A junção da agricultura familiar com o comércio e, estes, aliados à administração rural, estão desenvolvendo uma nova atividade no meio rural que até então não existia.

A Embratur considera que a origem do turismo rural tenha vindo dos ranchos norte americanos que acolhiam caçadores e pescadores durante a temporada destes esportes (EMBRATUR, 1994). No Brasil, as iniciativas oficiais apontam a Fazenda Pedras Brancas, em Lages – SC, como a pioneira, no ano de 1984.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) define o turismo rural como sendo o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades.

O turismo rural surgiu como uma alternativa para o pequeno e médio produtor rural. A respeito disso, destaca-se que o turismo em áreas rurais tem sido pensado mais recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e de renda para famílias residentes no campo, à medida que vêm decaindo a ocupação e as rendas provenientes das atividades agropecuárias tradicionais.

Como em toda atividade, o turismo no ambiente rural também possui aspectos positivos e negativos. Ele proporciona benefícios, mas também pode causar conseqüências que trazem problemas para as populações locais. O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir, neste sentido, para reorganização social e econômica local uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

O consumidor de Turismo Rural busca a possibilidade de reaproximação com a natureza em relação às “coisas da terra”, mesmo que por um curto espaço de tempo. Está interessado em vivenciar e experimentar os valores da natureza e do modo de vida local caracterizado por elementos singulares da cultura, pela gastronomia típica, pela tradição e pelo modo como se dá a relação homem e natureza. Ou seja, do ponto de vista operacional, esses hóspedes não compram simplesmente uma hospedagem, mas uma experiência diferente e autêntica (BRASIL, 2008).

Tanto a criação de mercado para os produtos agrícolas como a valorização das características naturais e culturais e a melhoria da infra-estrutura para receber os turistas, ampliam o mercado local para absorção de mão-de-obra, que pode ocorrer tanto em atividades internas às propriedades rurais como externas às mesmas, especialmente do seu entorno (BRASIL, 2008).

Neste sentido, alguns autores como Abramovay (2003) e Santos (2001) salientam que se a atividade turística não for planejada e fiscalizada pela população e pelo poder público local, ela pode acarretar impactos indesejados sobre o meio ambiente, sobre a economia e a sociedade local. O aumento no fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente como, por exemplo, no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária, tanto a residente como os próprios visitantes.

Segundo Silva, Vilarinho e Dále (1998) “turismo rural constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções, como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus

atrativos principais” (p. 31). O turismo rural, na medida em que contribui para que a população local tenha uma melhor expectativa de vida, conseqüentemente, acaba auxiliando para a manutenção das famílias no campo, evitando o êxodo rural. São oportunidades de trabalho e de melhoria de vida que se apresentam como uma importante ferramenta para o crescimento social, espacial e econômico das localidades rurais (SOUZA, 2006).

O turismo rural se apresente a partir de múltiplas atividades que se desenvolvem em diversos espaços, entre as quais pode-se destacar os hotéis fazenda, as pousadas em propriedades rurais, as trilhas ecológicas, o turismo de eventos, as visitas guiadas, o ecoturismo, entre outros. São atividades que desfrutam da flora e da fauna existentes, mas também interagem como as atividades produtivas, sociais e culturais das comunidades. Como relatam Almeida e Riedl:

Um patrimônio valorizado traz a uma população rural, orgulho e o sentimento de pertencer a uma comunidade cujo patrimônio torna-se emblemático. Além disso, este patrimônio valorizado age como incentivador de novas atividades produtivas e culturais a partir do simples objeto turístico. (ALMEIDA; RIEDL, 2000, p. 103):

Portanto, o turismo rural deve ser bem planejado, cuidando para não haver uma degradação do ambiente natural e a perda da sua identidade cultural, pois se suas qualidades forem preservadas irão durar por mais tempo, e assim aproveitadas por gerações futuras, tonando-se sustentável.

Muitos municípios do interior gaúcho possuem uma diversidade arquitetônica apreciável e pouco conhecida, constituída de uma série de construções que, por suas características, podem ser consideradas representativas do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Entre estes municípios chama-se atenção para o de Cerro Largo, no noroeste do Rio Grande do Sul, que possui um patrimônio arquitetônico, em um estilo específico, o enxaimel, ainda preservado, podendo constituir-se em um ativo turístico importante.

Esse acervo de bens materiais imóveis, por ser significativo para a história da comunidade de Cerro Largo e do Rio Grande do Sul, merece ser conservado.

As referências ao estilo arquitetônico da etnia alemã tiveram sua fundamentação teórica a partir de Roche (1969) e Weimer (2005).

A utilização destes recursos patrimoniais para promover o turismo rural, pode ser uma forma de estimular a sua conservação e, ainda, de possibilitar a geração de renda não-agrícola cujos benefícios repercutam em melhorias à qualidade de vida destas comunidades, ao mesmo tempo em que estimule a preservação dos seus traços culturais.

O município de Cerro Largo possui exemplares de arquitetura de diferentes estilos, que tiveram a influência do meio no qual foram construídos, Trata-se de um patrimônio erigido em pedra, barro, madeira e outros materiais, construído por hábeis pedreiros, artesãos e agricultores, seguindo os costumes e as tradições germânicas que foram herdadas dos seus fundadores no início do século XX, que marca a vinda de imigrantes alemães para a região (TREIB, 2006).

Ao analisar alternativas integradas no turismo rural e inseridas ao meio rural-urbano, concentram-se nas residências nos mais diversos estilos arquitetônicos, muitas destas servem de museu a céu aberto, relíquias históricas e auxiliam na preservação da memória e história local.

As residências especificadas no trabalho foram utilizadas para a elaboração do roteiro turístico arquitetônico a ser realizado no município de Cerro Largo. Em função desse objetivo não serão utilizadas todas as residências enquadradas como estilo enxaimel devido ao grande número de exemplares existentes no município, entre os quais grande parte encontra-se em perímetro urbano.

Conforme Weimer (2005) as residências antigas, não só retratam uma localidade, mas exaltam uma época, uma história, pois, mantem-se parte de uma história maior, esta que facilita sua comparação com exemplares de outras regiões, descrevendo-se assim uma importante fonte de outros usos, entre eles o turismo. A descrição das características da arquitetura enxaimel buscou evidenciar o seu potencial para o desenvolvimento do turismo rural no município de Cerro Largo.

Os colonos imigrantes inicialmente não tinham como construir casas de alvenaria e, frente à existência de madeiras de lei em abundância, empregaram esse material nas suas edificações erigidas no estilo enxaimel, o qual era

utilizado na Europa até o século XIII. O estilo enxaimel caracteriza-se pelo uso da madeira na base e na estrutura, sem que se faça necessário colocar pregos de ferro para fixação, utilizando apenas o encaixe entre as madeiras para dar sustentação (TREIB, 2006).

A arquitetura da imigração alemã na região de Cerro Largo apresenta duas tipologias diferentes. A primeira utiliza a estrutura em enxaimel para suas construções. Conforme destaca Weimer:

A arquitetura espontânea mais notável e característica que o imigrante alemão praticou no meio rural do Rio Grande do Sul foi o enxaimel, uma estrutura geométrica independente de madeira com fechamento não-portante (taipa, adobe, etc.) essas construções típicas foram realizadas em “uma segunda fase na qual os colonos já estavam plenamente estabelecido”, sendo que em épocas anteriores eles construía cabanas, ranchos ou abrigos temporários. A arquitetura do imigrante alemão no espaço rural sul-rio-grandense constitui-se em uma reinterpretação do enxaimel europeu, com profundas adaptações em função de condicionantes materiais, climáticos e interações culturais internas. (WEIMER, 2005, p.52).

A segunda distingue-se pelas construções em alvenaria de tijolos, rebocada com argamassa de cal, pela utilização de mansardas, bem como de telhados altos, de beirais e de alpendres com avarandados. Segundo Steil:

[...] algumas com características comuns: casas de alvenaria, colégios, clubes ou edificações de escritórios; as primeiras com telhado de cumeeira única e quatro planos, duas para cada lado com inclinações diferentes. A primeira partindo da cumeeira com inclinação menor de 45° e a segunda, a que repousa sobre as paredes, com inclinação superior a 45°. Varanda em um ângulo frontal da casa, ou seja, desenvolvimento em C ou L com para peito de alvenaria e pilares revestidos com reboco. As janelas se desenvolvem em sentido vertical, portanto tornando as elevações frontais mais elegantes. (STEIL, 2002, p. 43).

Os imigrantes aproveitaram os materiais disponíveis nas matas ou nas pedreiras. As casas nos núcleos urbanos assemelhavam-se à moradia rural, com o primeiro pavimento, configurando um porão, para fins de serviços e depósito. Era construído com uma base em pedras ou tijolos a partir da qual se erigia uma edificação que, usualmente, era de madeira, com um ou dois níveis e que apresentava planta de formato retangular e cobertura de duas águas, configurando na parte superior o sótão. Os beirais eram comumente

ornamentados por lambrequins¹; tendo no segundo piso, muitas vezes, pequenos alpendres² e detalhes de acabamento um pouco mais sofisticados (ROCHE, 1969).

Nesse sentido o estudo traz dois exemplares que caracterizam a temática proposta. As ilustrações 01 e 02 mostram alguns exemplares de residências em estilo enxaimel no município, os quais integram uma base catalogada de residências existente e que pode servir de referência para a organização de roteiros turísticos de visitação ou para a criação de empreendimentos voltados ao turismo rural.

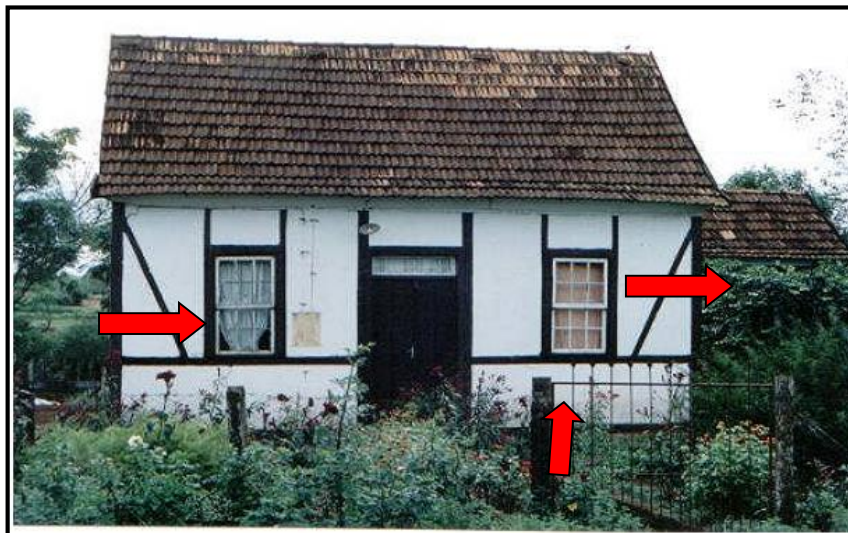


ILUSTRAÇÃO 01: Residência na linha São João – zona rural.

Fonte: Pesquisa dos autores.

A base da casa era edificada com tijolos ou pedra e costumava ser de tamanho maior que o restante, possuindo um porão, utilizado para ventilar o assoalho e, também, como despensa de bebidas e alimentos. Apresentava janelas grandes, telhado de duas águas, aproveitando a parte superior para construção de um sótão que servia como quarto das crianças ou depósito. O tempo de construção das casas, neste estilo, geralmente passava de dois anos.

¹ Ornamentação feita de madeira para embelezar e proteger as paredes das residências (WEIMER, 2005).

² Estrutura na qual cria-se um espaço coberto que pode funcionar como área coberta, ou como ornamentação (WEIMER, 1998).

Os banheiros e a cozinha costumavam ficar do lado de fora da casa. Externamente, ficavam aparentes, nas paredes, barras diagonais, feitas em madeira, conforme ilustrado pela Ilustração 01 e sinalizado pelas setas em vermelho. O telhado era feito de madeira ou de telhas feitas de barro, que posteriormente em alguns casos foram substituídas pelo zinco.

Ilustração 02



ILUSTRAÇÃO 02: Residência no acesso ao município - zona rural.
Fonte: Pesquisa do autor.

Nas duas imagens verificam-se as vigas de madeira cruzadas na estrutura, bem como o telhado alto que, conforme o seu local de origem, tinham o objetivo de evitar o acúmulo de neve e, aqui no município, serviam de depósito.

O estudo realizado evidenciou que o potencial é diverso e numeroso, porém pouco aproveitado, especialmente pelo fato da não existência de programas integrados de desenvolvimento do turismo. Sabe-se que, em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul e do país, essa forma de turismo é realidade e ocorre de forma organizada, seja pelas prefeituras, associações interessadas em divulgar os potenciais locais e agregar recursos ao turismo local, ou mesmo por empreendedores individuais que fazem desta atividade o seu negócio.

CONCLUSÃO

A revisão de literatura evidenciou que, apesar de certo reconhecimento do turismo rural como atividade capaz de gerar trabalho, emprego e renda, ainda há muito o que investigar em termos de produção científica quando o assunto é desenvolvimento rural integrado ao turismo rural arquitetônico. Há poucos autores que se detêm a escrever sobre o tema, principalmente quando o assunto é arquitetônico.

Considera-se de grande importância o estudo do meio rural e suas potencialidades, uma vez que ele pode representar alternativas de desenvolvimento sustentável para o século XXI. Exemplos dessa natureza podem ser buscados nas experiências chinesa, indiana, russa e até mesmo em várias regiões do Brasil, como o Vale dos Vinhedos (RS) ou o Jalapão (TO).

É crescente o número de turistas que procuram lugares nos quais os habitantes vivam de maneira diferente da sua e a paisagem apresente características próprias, tanto naturais como culturais. A atratividade do turismo rural reside, principalmente no modo de vida da população rural. Assim, se faz necessária a identificação e estímulo aos elementos que o caracterizam como a cultura local materializada nas edificações, nos costumes, causos, dialetos, músicas típicas, culinária, forma de cultivar, entre outros (BRASIL, 2008).

Verificou-se que o município de Cerro Largo tem potencial para possuir um roteiro turístico rural que envolva as residências históricas. Percebe-se que o quantitativo de residências com esta potencialidade de exploração gira em torno de 30 exemplares, algumas com mais ou menos potencial, mas que vem ao encontro da proposta de desenvolvimento rural defendida por Abramovay, no sentido de articular os diferentes atores envolvidos, gerar trabalho e renda e buscar a sustentabilidade das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Anécio Joaquim; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papyrus, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Panorama_do_Turismo_Rural_na_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 01 set. 2010.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Portugal: Porto Editora, 1999

EMBRATUR. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto. 2002.

LAGE, Beatriz H. Gelas & MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. São Paulo, Editora Papyrus, 1996.

MOLINA, Sergio, RODRÍGUEZ, Sergio. **Turismo: planejamento integral**. 2. ed. São Paulo. Edusc, 1997.

RAMOS, Pedro. **Propriedade, Estrutura Fundiária e Desenvolvimento (Rural)**. Estudos Avançados. São Paulo. vol.15 no.43: 141-156. Set./Dec. 2001.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo. Vol 1 e 2. 1969.

ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Mc Graw Hill - Penso, 2013.

SANTOS, Manoel José dos. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Estudos avançados. São Paulo. vol.15 no.43: 225-238. Set./Dec. 2001.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 157-73.

SILVA, José Graciano; VILARINHO, Carlyle & Dale, Paul. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M& FROEHLICH, J. M.. **Santa Maria: turismo rural e desenvolvimento sustentável**, 1998.

SOUZA, Luziana da Silva. **Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável na Paraíba: possíveis contribuições do turismo rural no combate ao êxodo rural**. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=799>. Acessado em: 07/06/2018

TREIB, Rafael Rodrigo W. Serro Azul (1902-1927). **Início e Evolução de uma Colônia Alemã no Rio Grande do Sul**. Santo Ângelo/RS, 2006. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 1991. v.1, p. 267-277.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular da Imigração Alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA THE HANDMAID'S TALE E A SUA RELAÇÃO COM O DIREITO

Nauara Raíza Dinarte¹
Mariel da Silva Haubert²

RESUMO

Este artigo propõe fazer uma análise do livro *The Handmaid's Tale* (no Brasil, *O Conto da Aia*) da autora Margaret Atwood, publicado inicialmente no Canadá, em 1985 e sua relação com áreas da linguagem, da psicologia social e do Direito com objetivo na importância da linguagem como um instrumento de capacitação e desenvolvimento do indivíduo e de sua comunicação, além de ser uma das principais funções mentais superiores. A metodologia tem cunho bibliográfico a partir da leitura e análise de artigos científicos e obras, este texto propõe compreender como a linguagem é exercida de forma a oprimir os indivíduos em uma sociedade, sendo este feito, cometido em muitos regimes totalitários, como na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial e, além disso, a importância da relação entre o Direito e a Linguagem. Inicialmente, explana-se sobre a relação entre o Direito e a Literatura e a importância das leituras distópicas no âmbito jurídico. Expõe-se a teoria do conformismo apresentada pelos psicólogos sociais, Milgram e Asch, para entender os possíveis motivos que levaram a sociedade a se silenciar diante dos acontecimentos opressores ocorridos na República de Gilead. A análise da linguagem na obra de Atwood demonstra que as palavras têm muito poder e, por esse motivo, as mulheres em Gilead são proibidas de ler, para que não exijam seus direitos e, dessa forma deixem de obedecer inquestionavelmente seus maridos. Em muitos momentos a linguagem se entremeará em diversos assuntos, mas o ponto principal a ser analisado é a linguagem.

Palavras-chave: Linguagem – Direito - Margaret Atwood.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o romance *The Handmaid's Tale* (no Brasil, *O Conto da Aia*) escrito pela autora canadense Margaret Atwood, que repercutiu em 2017 quando foi lançada a série inspirada na obra, inicialmente publicada em 1985. Com o seu lançamento, vários questionamentos surgiram, e a preocupação com

¹ Acadêmica do curso de Direito -2º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis-FEMA. nauara.dinarte@hotmail.com

² Mestre em educação nas Ciências. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Projeto de Práticas de Produção Textual: o escrever e o significado em um contexto acadêmico. mariel@fema.com.br

o contexto de 2017 até este ano, 2019, fez que com muitos grupos de vulneráveis apresentassem receio com propostas de seus governos, assim como as opiniões exacerbadas e infladas de ódio de muitas pessoas na sociedade, tanto no Brasil, quanto em outros países.

A proposta deste artigo está integrada aos estudos relacionados ao desenvolvimento da linguagem e sua contribuição para o desenvolvimento do ser humano a fim de provocar reflexões acerca do tema, além disso, relaciona – se com a área de psicologia social que irá tratar sobre a teoria do conformismo e como está influencia a sociedade a cometer atos cruéis, assim, a literatura envolve-se com os temas tratados e com o Direito ao abordar e interpretar como os atos atuais da sociedade poderão refletir na mesma futuramente.

O livro é narrado por Offred, uma jovem que foi designada a cumprir as obrigações das Aias na sociedade de Gilead, e nos apresenta um futuro distópico, no qual as taxas de fertilidade diminuíram drasticamente devido a poluição ambiental e as doenças sexualmente transmissíveis. Quando um atentado ocorre nos Estados Unidos contra o Congresso e a Casa Branca, um grupo de políticos conservadores surge para restaurar o equilíbrio e a segurança na sociedade, implementam um regime teocrático cristão, e muitos direitos começam a ser limitados e revogados.

Com esse novo governo em ação, os primeiros direitos a serem cassados são os direitos civis das mulheres, que são obrigadas a saírem de seus trabalhos e perdem suas contas bancárias que são transmitidas para a conta de seus maridos, limitando sua autonomia e tornando – as propriedades de seus maridos “Não somos mais um do outro, não mais. Em vez disso, eu sou dele” (ATWOOD, p.218,2017), isso contribui para impedir que a população tente sair do país e facilita o fechamento das fronteiras.

Após esses acontecimentos, as mulheres que ainda possuem capacidade reprodutiva, são levadas para o Centro de Reeducação Raquel e Lea¹ (ATWOOD, 2017, p. 359), um lugar onde serão treinadas para se tornarem Aias, mulheres férteis responsáveis por dar filhos as esposas dos comandantes e,

¹ Nesse centro, as mulheres são treinadas e educadas pelas Tias para se tornarem Aias. As Tias são mulheres que não podem engravidar, mas, como são fiéis ao sistema, recebem permissão treinarem, castigarem e fiscalizarem as atividades das Aias.

conjuntamente, ensinar o novo vocabulário, para que seja disseminado na sociedade. Esse fenômeno se relaciona com a ideia de Bakhtin ao afirmar que “[...] toda modificação da ideologia encadeia uma modificação na língua.” (BAKHTIN apud ABREU, 2013, p. 87) devido a isso, iremos analisar como a linguagem foi atingida pelas mudanças sociais em Gilead.

Todas as relações que ocorrem em Gilead são baseadas em textos bíblicos¹, tanto a organização social quanto a estrutura política, as punições e a Cerimônia (ATWOOD, 2017, p. 114), sendo esta, baseada em uma passagem do livro Genesis. A sociedade e as funções atribuídas as mulheres também se refere a aspectos religiosos e domésticos. As Aias, além da função reprodutiva, são encarregadas de realizarem as compras no mercado, as Marthas são responsáveis por cozinha e limpar as casas dos Comandantes, as Esposas possuem a função de criar as crianças, As Econoesposas, são as mulheres que constituem famílias que foram permitidas pelo regime, ou seja, não eram divorciadas, nem traíram os maridos, as Tias são responsáveis por ensinar e cuidar das Aias, já os Comandantes são responsáveis por comandar a República de Gilead e criar leis que garantam a harmonia social na distopia.

As fitas onde Offred contou sua história são achadas anos após os acontecimentos em Gilead, e trazem debates sobre como a sociedade se reestruturou, os direitos das mulheres nessa nova organização social e qual foi o fim da narradora. Atwood disse em uma entrevista que “Offred registra sua história o melhor que pode; ela então a esconde, confiando que poderá ser descoberta, no futuro, por alguém livre para compreendê-la e compartilhá-la. Este é um ato de esperança: toda história registrada implica um futuro leitor”.² (ATWOOD, 2017, p. 354).

A obra foi considerada uma crítica feminista a sociedade patriarcal e um lembrete a mesma, já que “[...] toda opressão cria um estado de guerra [...]”

¹ “Vendo que não dava filho a Jacó, Raquel ficou com inveja de sua irmã e disse a Jacó: “Ou você me dá filhos ou eu morro”. Jacó ficou irritado com Raquel, e disse “Por acaso eu sou Deus para lhe negar a maternidade?” Raquel respondeu: “Aqui está minha serva Bala. Una-se ela, para que ela dê à luz sobre os meus joelhos. Assim terei filhos por meio dela. “Então Raquel lhe deu sua serva Bala como mulher, e Jacó uniu-se a Bala. Bala concebeu e deu à luz um filho para Jacó”. A BÍBLIA. Gênesis.

² Entrevista concedida ao jornal americano The New York Times em março de 2017 e traduzida pela Editora Rocco em agosto de 2017. Os trechos traduzidos da entrevista serão citados no artigo.

(BEAUVOIR APUD LIMA, 2016, p.8). Assim, considera-se que o objetivo da obra distópica, de imaginar um futuro possível baseado em um acontecimento da sociedade atual, foi alcançado, já que a mesma induz reflexões e questionamentos acerca dos temas tratados. Margareth Atwood diz: "[...] a República de Gilead é construída sobre as bases das raízes puritanas do século XVII que sempre estiveram por baixo da América moderna que pensávamos conhecer", e faz referências ao passado e ao futuro, já que tudo o que ocorre na obra, aconteceu em algum grau na história, "seja em um Estado totalitário, um regime militar ou ordem religiosa". ¹ (ATWOOD, 2017, p. 354).

Atwood escreveu na introdução da nova edição de seu livro que "Uma das minhas regras é que eu não colocaria no livro nada que já não houvesse acontecido", citando como exemplo as últimas eleições americanas "Com a eleição americana medos e ansiedade proliferam. Liberdades civis básicas são vistas como ameaçadas, assim como os direitos que mulheres conquistaram nas últimas décadas e séculos." (ATWOOD, 2017, p. 354).

Norberto Bobbio em seu livro *A Era dos Direitos* expressa que "[...] o retorno de velhos temas que pareciam esgotados não é nem uma reexumação, nem uma repetição. (BOBBIO, 2004, p. 140). Os problemas nascem quando certas condições históricas os fazem nascer, e assumem em cada oportunidade aspectos diversos, adaptados às circunstâncias". Assim, torna-se clara a necessidade de discutir obras similares a "O Conto da Aia", com o objetivo de obtermos mais conhecimento e atenção sobre a nossa sociedade, a fim de garantir que os acontecimentos descritos no livro não se tornem realidade.

Dessa forma, o presente artigo é dividido em três capítulos, sendo o primeiro referente a relação da Literatura com o Direito e qual a importância de fazer uma análise das obras literárias para compreender as sociedades, suas culturas e decisões, assim como o próprio Direito.

A partir disso, é feita uma análise da sociedade de Gilead pela visão da teoria do conformismo da psicologia social criada por Solomon Asch e Stanley Milgram no segundo capítulo, para entender o que levou a população a aceitar as condições impostas após o atentado ao Congresso e se o ser humano é

¹ Trecho retirado da entrevista de Atwood a Editora Rocco em 2017.

capaz de cometer atos de tortura porque os demais estão fazendo tais atos. No entanto, casos como esse, em que a população é dominada, não fazem parte apenas de obras literárias como é esperado, um fato bem parecido aconteceu com a população alemã na Segunda Guerra Mundial.

No terceiro capítulo, será feita uma análise para compreender o que é a linguagem, a maneira como foi interpretada e usada de forma a contribuir para os homens conquistarem seus objetivos na sociedade de Gilead e sua contribuição na formação das funções mentais superiores. Além disso, é identificado como costumes ou fatos históricos foram resgatados e implementados por Gilead.

Assim, inicia-se a discussão a partir de entendimentos acerca da Literatura e do Direito.

1 A RELAÇÃO E O OBJETIVO ENTRE O DIREITO E A LITERATURA

O Direito se faz por meio dos acontecimentos que ocorrem e transformam a sociedade. Segundo Venosa, "O Direito é um fenômeno histórico. Toda e qualquer relação jurídica somente pode ser desnudada completamente com o conhecimento da história. A história é o laboratório do jurista." (VENOSA APUD LIMA, 2011, p. 152), assim, tem-se a percepção de como a história influencia no Direito e na sociedade, sendo influenciada conseqüentemente por eles.

Segundo Umberto Eco, "A literatura, contribuindo para formar a língua, cria identidade e comunidade." (ECO APUD CHAVES, 2012, p. 5), e dessa forma estabelece sua base para a formação de um Estado e seu progresso. Além disso, a literatura traz, em muitos aspectos, o Direito por uma perspectiva diferente da percebida pela sociedade, podendo garantir mais diversidade na mesma. Por meio da literatura, o jurista torna-se mais humano, e por meio dela, o direito instiga a reflexão sobre determinados preceitos.

Desta forma, a relação entre a Literatura e o Direito se dá quando este tenta buscar e garantir aspectos de uma determinada cultura, sociedade ou época. Segundo Borges, Ferreira e Gercke, "A literatura é uma prática social, e o livro é um suporte concebido para se comunicar com o leitor. O texto literário que é produzido tem origem no contexto social. Ele quer dizer alguma coisa a

respeito do que o autor pensa sobre si ou sobre os outros.” (BORGES et. al, 2017, p. 148), assim, entende-se que a sociedade influencia não só o Direito, mas a literatura e suas histórias, sendo esta resultado das relações sociais entre os humano “[...] Como outras obras de arte, não só nasce vinculada a fatos reais, mas também interfere na realidade, auxiliando no processo de transformação social.” (Borges et.al, 2017, p. 140), assim, a literatura é capaz de moldar e contribuir para a reestruturação das relações sociais.

Leonor Suarez Llanos esclarece que “[...] esse é o ponto de partida da crítica literária do Direito e de seu precursor, o Law and Literature Movement: o Direito não é um elemento acessório na vida de cada pessoa, mas parte fundamental do que somos, pretendemos, fazemos, jogamos, praticamos, exigimos, damos, vivemos e pensamos.” (LLANOS, 2017, p. 351), dessa forma, compreende-se que o Direito está entremeado a diversos setores da vida que, muitas vezes não se percebe.

A partir disso, Gubert e Trindade explicam que a literatura se apresenta como um importante caminho para se obter a história de um determinado lugar em uma época específica, de forma a contribuir para um melhor julgamento do jurista, contribuindo para que este chegue perto do resultado mais justo possível em seu trabalho. Com efeito, os estudos acerca do Direito e da Literatura passaram por três fases principais: a primeira, que começou no século XX e continuou até a década de 1930, marcou sua passagem com as primeiras publicações que discutiam os temas jurídicos (GUBERT; TRINDADE APUD LIMA, 2011).

A segunda fase, denominada de fase intermediária, começou em meados de 1940 e 1960, as obras tinham como objetivo demonstrar a contribuição da Literatura no Direito, por meio de análises de gêneros literários (LIMA, 2011). Atualmente, os estudos focam em três proeminentes correntes: o Direito como Literatura, analisada e estudada principalmente nos Estados Unidos, com o objetivo de analisar textos jurídicos a partir da interpretação da narrativa literária, contribuindo para a hermenêutica jurídica. Direito da Literatura é uma corrente do pensamento voltada para a propriedade intelectual. Direito na Literatura faz uma análise dos textos literários a fim de encontrar aspectos do Direito (LIMA, 2011).

Dessa forma, entende-se que o Direito não é uma área isolada, pois necessita comunicar - se com as demais áreas do conhecimento para sua produção. Assim, sua relação com a Literatura, ocorre por meio das análises sociais, históricas, culturas e linguísticas de um povo, tal como explica Pergolesi, "A cultura de um povo contribui, entre outras coisas, quando utilizada com muita prudência, para conhecer a história do seu direito, e ainda, como se age na prática [...]" (PERGOLESI apud LIMA, 2011, p. 153). Assim, a partir dessas compreensões, será analisado o motivo que levou a população, na obra, a aceitar o regime de Gilead e como tal fenômeno ocorreu também na Segunda Guerra Mundial.

2 AS TEORIAS DE MILGRAM E ASCH NA SOCIEDADE DE GILEAD

O professor de psicologia de Yale, Stanley Milgram, foi um proeminente psicólogo social que mudou o entendimento sobre a obediência humana com a publicação de seu livro " Behavioural study of obedience", em 1963. Milgram decidiu estudar a obediência humana devido ao julgamento do alemão nazista e criminoso de guerra Adolf Eichmann, que alegou ter apenas "cumprido ordens" durante a guerra. (HERMETO et. al, 2014, p. 248).

Em 1961, Milgram, que já havia realizado experiências com o psicólogo Solomon Ash acerca do comportamento das pessoas, realizou um experimento na Universidade de Yale em que os participantes deveriam aplicar graus variados de choque que iam do choque leve, intermediário, grave até o choque que representava risco de vida e morte. No fim do experimento, ficou claro que, por mais que contrariasse a moral e os afetasse negativamente, os indivíduos que participaram do estudo eram impelidos a obedecer, pois a pressão para acatar as ordens era mais forte. Assim, Milgram esclareceu que o senso de obediência deve- se ao fato de a socialização ser concebida pelos pais e professores que nos instigam a obedecer a ordens desde cedo de autoridades, além da facilidade que possuímos de sermos receptivos com novas regras. "Encontrei tanta obediência, que não vi necessidade de levar o experimento à Alemanha." (MILGRAM apud SNYDER, 2017, p.10), disse Milgram sobre o experimento realizado nos Estados Unidos, que contribuiu para explicar que, apesar das

diferentes nacionalidades apresentarem culturas diferentes, todos são humanos e apresentam determinadas características inerentes à sua condição.

Conseqüentemente, o experimento revelou que as pessoas, geralmente inofensivas, podem cometer atos cruéis quando pressionadas. Ao concluir seu estudo, Milgram utiliza-se da teoria do conformismo, que explica que quem não apresenta conhecimento para tomar uma decisão, irá espelhar-se no grupo para definir sua conduta, dessa forma, a conformidade pode gerar uma dispersão de responsabilidade, fenômeno que Milgram associou as atrocidades da Segunda Guerra Mundial.

Enquanto o golpe era projetado e posto em prática, as pessoas não protestaram contra as atividades do Governo, aceitaram porque acreditavam que era o melhor a ser feito naquela situação “Foi então que suspenderam a Constituição. Disseram que seria temporário. Não houve sequer um tumulto nas ruas.” (ATWOOD, 2017, p. 208). A população não percebeu os objetivos do grupo denominado Filhos de Jacó, assim, Offred diz, ao lembrar das repentinas mudanças que “Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta.” (ATWOOD, 2017, p. 71). Tudo aconteceu de forma que a população não percebesse os verdadeiros objetivos do novo Governo.

Após a ocorrência do golpe, a maioria da população que não conseguiu fugir para o Canadá, aceita o regime que lhes foi imposto, pois, do contrário, sofreriam agressões físicas como as torturas, ou acabariam mortas no Muro, local onde várias pessoas eram enforcadas por serem consideradas traidoras do sistema, “Lá estão os tijolos vermelhos, os holofotes, lá está o arame farpado, os ganchos. De alguma maneira o Muro é ainda mais medonho, mais ameaçador quando está vazio dessa forma.” (ATWOOD, 2017, p. 199).

O psicólogo, Solomon Asch, em seu artigo "Opiniões e a pressão social", publicado em 1955, discute sobre os resultados das influências sociais na formação das convicções, práticas e julgamentos do sujeito. Quando um grupo exerce efeitos profundos no grupo social, as pessoas sentem-se obrigadas a se adequar para pertencer ao grupo. Tal efeito pode ser observado na sociedade de Gilead, já que muitas Aias passam a acreditar que aquela sociedade é melhor que a anterior, principalmente por escutarem repetidamente os discursos das

Tias afirmando os benefícios do novo sistema, "O costureiro, dizia Tia Lydia, é aquilo a que vocês estão habituadas. Isso pode não parecer costureiro para vocês agora, mas depois de algum tempo será. Irá se tornar costureiro." (ATWOOD, 2017, p. 46), assim, elas passam a se adaptar as regras impostas pelo regime para não sofrerem punições.

A proteção as mulheres em Gilead, ocorre por meio da restrição de sua liberdade, não havendo nenhuma restrição aos direitos do homem, assim como não ocorre as ações afirmativas de forma a diminuir a desigualdade material, mas sim de forma a acentuar as segregações sociais.

Eu lembro das regras, regras que não eram ditas expressamente, mas que toda mulher sabia: não abra sua porta para um estranho, mesmo que ele diga que é da polícia. Faça-o passar sua identificação por baixo da porta. Não pare na estrada para ajudar um motorista que finge estar com problemas. Mantenha as portas trancadas e continue. Se alguém assoviar não se vire. Não vá à lavanderia, sozinha, à noite. (ATWOOD, 2017, p. 35).

Offred, em um dos momentos em que recorda sobre a sua mãe, lembra que "A humanidade é tão adaptável, diria minha mãe. É verdadeiramente espantoso as coisas com que as pessoas conseguem se habituar, desde que existam algumas compensações." (ATWOOD, 2017, p. 320), sendo que nesse caso, a compensação é não sofrer violência. Essa adaptação da população as regras impostas por Gilead ocorreu também devido a supressão da linguagem entre as mulheres, que será analisada em seguida.

3 A LINGUAGEM EM THE HANDMAID'S TALE

A evolução da linguagem apresenta várias teorias. Segundo Yuval Noah Harari, no seu livro "Sapiens – uma breve história da evolução", a linguagem evoluiu dos animais para o *Homo sapiens*, de trocas de informações básicas relacionadas a caça, para questões mais complexas referentes as associações entre as espécies. A partir desse compartilhamento de informações importantes, surgiu o fenômeno da fofoca e, segundo a teoria, é essa forma de comunicação social que permitiu a sobrevivência e a evolução da linguagem humana (HARARI, 2015).

Já Leontiev, traz o conceito de linguagem como “[...] aquilo que através do qual se generaliza e se transmite a experiência da prática sócio-histórica da humanidade; por consequência, é igualmente um meio de comunicação [...]”, (LEONTIEV, 2004, p. 172), complementando que a linguagem humana desenvolveu – se por meio do trabalho social, dessa forma, sem o trabalho – uma atividade social, que necessita de determinadas habilidades para ocorrer – o homem não teria se desenvolvido socialmente. Assim, Marx cita que “Tal como a consciência, a linguagem é o produto da coletividade, o produto da atividade humana [...]”, entende-se que a linguagem é moldada pela própria população por meio de suas interações e atividades sociais e a partir dela se originam a memória, a percepção e a identificação de sensações e sentimentos. (MARX apud LEONTIEV, 2004, p. 8).

Consequentemente, Engels faz uma observação sobre a evolução das habilidades práticas e intelectuais do ser humano, pois acredita que o ser humano evoluiu primeiramente devido ao trabalho, pois este permitiu o desenvolvimento do cérebro humano, em sequência, a linguagem, que só é desenvolvida por meio do convívio social. Segundo Leontiev, o humano que participa da sociedade possui os órgãos da linguagem mais desenvolvidos devido ao trabalho, que é uma atividade social e necessita de determinados instrumentos que permitam a comunicação entre os humanos (LEONTIEV, 2004). Ainda segundo Leontiev, a linguagem não é um processo estático que acaba por interagir com o pensamento, é verbalizada e adquirida pela forma escrita. Dessa forma, o ato de escrever torna - se uma representação simbólica da realidade. O ato de escrever permite o desenvolvimento de uma habilidade que deveria ser inerente ao ser humano, a habilidade de ser mais humano. Quanto mais conhecimento e habilidades o indivíduo desenvolve, mais desenvolvido é seu psiquismo. Quanto maior o conhecimento adquirido, maior a possibilidade de reflexão e percepção do indivíduo, de forma a diminuir a possibilidade de alienação (LEONTIEV apud HAUBERT; ZANON; FRIZON, 2019).

Desta forma, Antonio Damásio afirma que “às vezes, usamos nossa mente não para descobrir fatos, mas para encobri-los... ainda que nem sempre de maneira intencional”, pois existem determinados acontecimentos traumáticos

na vida do indivíduo que podem desencadear comportamentos ou sensações indesejadas, dessa forma, o indivíduo esconde essas memórias traumáticas ou cria uma outra versão do acontecido, de forma intencional ou não (DAMÁSIO apud FIORELLI; MANGINI, 2010).

Na obra, Offred tenta em vários momentos se lembrar de sua vida antes de Gilead, suas memórias se tornam seu refúgio das atrocidades que ocorrem naquela sociedade, mas muitas vezes ela não consegue lembrar detalhes ou ter certeza da veracidade daquela lembrança. Além disso, é por meio de suas lembranças ela tenta se apegar ao último resquício de alegria que lhe resta em vários momentos e obriga-se a voltar para o presente, “Eu me obrigo a voltar, para o aqui[...]” (ATWOOD, 2017, p. 301), assim, sua narração apresenta inconstâncias que representam seus pensamentos e os resultados de ter a linguagem suprimida, assim como as demais funções mentais superiores.

Além disso, a linguagem também apresenta - se como uma forma de objetificação, despersonalização e dominação das mulheres em *The Handmaid's Tale*, tal como aconteceu na Antiguidade. Durante o período Paleolítico, a mulher era venerada por sua capacidade de reproduzir, mas, após o homem perceber a sua contribuição na geração de uma nova vida, ele passou a exercer um poder maior que a mulher, limitando as habilidades dela a casa (COSTA, 2018). Percebe-se assim que Gilead resgata aspectos históricos que auxiliam na dominação das mulheres.

Um exemplo de dominação são os patronímicos criados, compostos da preposição possessiva "of", e o nome de batismo do Comandante ao qual elas foram designadas, tornando as Aias propriedades de seus comandantes, por isso o nome da narradora é Offred, que significa " de Fred", já que seu Comandante é denominado Fred.

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. Penso nesse nome como enterrado. Esse nome tem uma aura ao seu redor, como um amuleto, um encantamento qualquer que sobreviveu de um passado inimaginavelmente distante. (ATWOOD, 2017, p. 103).

Do mesmo modo que serviu para dominar as mulheres em Gilead, a proibição a leitura¹ ocorreu para que os homens retirassem o poder das mulheres, em um trecho exposto nas Notas Históricas sobre Gilead, o palestrante refere-se a uma citação de um dos Comandantes, que teria dito “Nosso grande erro foi ensiná-los a ler. Não faremos isso de novo.” (ATWOOD, 2017, p.361). A mesma proibição ocorreu com diversos grupos na história. Margaret Atwood estudou sobre a destruição de livros durante a Segunda Guerra Mundial, sendo a queima ocorrida no dia 10 de maio de 1933, em Frankfurt, a mais famosa. “Bibliotecários imediatamente começaram as preparações para a fogueira de 10 de maio enquanto a Liga do Combate pela Cultura Alemã enviou instruções para as associações estudantis com o propósito de livrar a Terra do veneno Judeu-Asiático.” (POLASTRON APUD BRASIL, 2016, p. 42). O movimento foi organizado pelos próprios estudantes e, além disso, bibliotecas e livrarias passaram pelo mesmo processo de “limpeza” (BRASIL, 2016, p. 48).

Dessa maneira, como as mulheres são proibidas de ler, as placas dos mercados em que elas fazem as compras da semana, assim como todas as prateleiras, foram modificadas para serem indicadas por desenhos “Comparamos os peixes na Pães e Peixes, com sua placa de madeira, um peixe com um sorriso e cílios.” (ATWOOD, 2017, p. 197). Segundo Graff, tal ação era comum no século XIX, “[...] tabernas, lojas e outros edifícios eram frequentemente demarcados por símbolos e nomes com letras.” (GRAFF APUD LATINSKI, 2017, p. 28). Assim como ocorre em Gilead, onde as palavras foram removidas, para tentar impor um analfabetismo obrigatório (LATINSKI, 2017).

A medida que absorve o conceito que a palavra define, a Aia, incorpora a linguagem e os gestos que a função determina. Dessa forma, o ato de se expressar é, ao mesmo tempo, um ato de rebeldia e de sobrevivência. Offred tenta transcrever a sua necessidade de contar o que acontece, como uma forma de fuga da realidade, “[...] gostaria de acreditar que isso é uma história que estou

¹ Em Gilead, as mulheres são proibidas de ler e somente os homens podem ler a Bíblia, “A Bíblia é mantida trancada, da mesma maneira como as pessoas antigamente trancavam o chá, para que os criados não o roubassem. É um instrumento incendiário: quem sabe o que faríamos com ela, se puséssemos nossas mãos nela?” (ATWOOD, 2017, p.107)

contando. Preciso acreditar nisso. Tenho que acreditar nisso. [...]. Se for uma história que estou contando, então tenho controle sobre o final." (ATWOOD, 2017, p. 52).

Em virtude disso, da proibição a leitura e das demais causas, linguagem dá espaço para o surgimento do silêncio no âmbito social, que resultará na falta de liberdade e no desaparecimento da identidade do sujeito, no caso, das Aias. Bakhtin diz que “[...]a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social[...].” (BAKHTIN APUD BORDIGNON, 2018, p. 140), e não pode ser considerada isoladamente:

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. [...]A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN apud BORDIGNON, 2018, p. 140-141).

Outro aspecto a ser considerado na obra, refere-se aos discursos que a Tia Lydia profere as Aias. Brembeck & Howell citam que a repetição dos discursos e de alguns dispositivos linguísticos na fala da Tia serve para: “[...] serve para esclarecer e prender a atenção em uma ideia até que ela se torne parte de nós”¹ (BREMBECK; HOWELL apud KHAFAGA, 2017, p. 194).

Khafaga traz a observação do uso do pronome plural em primeira pessoa, "nós", nas falas de Tia Lydia, pois, ao fazer uso deste, tenta criar um sentimento de participação e solidariedade entre ela e as Aias, de forma que estas sejam mais facilmente manipuladas, com a ideia de que todas têm o mesmo destino e possuem o dever de transformar o mundo em um lugar melhor para as próximas gerações. Além disso, segundo Khafaga, o uso recorrente dos imperativos transmite a ideia de subjugar e dominar as Aias com o objetivo de estas obedecerem completamente às ordens das Tias (KHAFAGA, 2017).

¹ “[...] serves to clarify and to hold attention to an idea until it becomes a part of us” (Tradução minha).

A linguagem não são apenas palavras, mas gesto e expressões, pelos quais demonstramos nossos sentimentos e pensamentos. Em *The Handmaid's Tale*, as Aias são controladas por ameaças verbais e visuais, como o Muro, principal elemento representativo da violência de Gilead, que pode ser interpretado como um símbolo masculino de aprisionamento das mulheres (KETTERER, 1989), em que as pessoas consideradas traidoras da fé são enforcadas, é usado como um lembrete para os demais do que acontece com os traidores do sistema.

Desta maneira, as Aias, assim como as Marthas, Esposas e Comandantes, que possuem conhecimento de condutas impróprias ou heresias, devem avisar as autoridades responsáveis a identidade do traidor. Consequentemente, qualquer comunicação entre as Aias é prejudicada pelo medo de ser interpretado erroneamente e ser delatado por alguém que é fiel ao sistema e, assim, a própria comunicação torna – se outra forma de controle por meio do medo. “O momento de traição é o pior, o momento em que você sabe, além de qualquer dúvida, que foi traído: que algum outro ser humano desejou a você tamanho mal.” (ATWOOD, 2017, p.231). Isso, pensa Offred sobre como o ser humano é capaz de prejudicar outro ser devido ao seu egoísmo e falta de empatia.

CONCLUSÃO

O romance *The Handmaid's Tale* pode ser lido apenas como uma obra recreativa, mas seu conteúdo vai além, mostra – se atemporal e de grande importância para a nossa sociedade e para o Direito, devido a todos os temas que a obra traz e que devem servir como pontos importantes a serem debatidos futuramente. Devido a alguns desses temas e os novos acontecimentos que acompanharam os anos 2000, a autora, Margaret Atwood lançou em setembro deste ano, uma sequência da história de Offred, “*The Testaments*”, narrado por três mulheres que revelam a situação da sociedade 15 anos após a República de Gilead.

Para compreender o poder que a linguagem possui, é imprescindível que todos desenvolvam uma compreensão mais clara do que significa a linguagem,

pois, para além de meras palavras, a linguagem, juntamente com outros fatores, contribui para a formação de nossa subjetividade, ou seja, nossa singularidade e todos acontecimentos externos e internos que validam sua formação são importantes. Além disso, a linguagem é capaz de contribuir para que o indivíduo se liberte das imposições feitas por seus Governos, tal como ocorre em Gilead que, ao perceber o poder da linguagem, como muitos Estados Totalitários, retiraram a linguagem e restringiram as comunicações entre as Aias, por terem medo de as mulheres exigirem seus direitos e retirarem os homens do poder. Dessa forma, torna –se claro o poder que a linguagem tem em uma sociedade, pois, o indivíduo que apresenta uma linguagem desenvolvida é capaz de refletir, debater e questionar, habilidades que nenhum regime totalitário pode permitir que a sociedade desenvolva.

Assim como foi proposto inicialmente, foi possível analisar a relação entre o Direito e a Literatura, sua importância e influência na história e na sociedade. Também ficou explícito que as populações, quando não agem por medo, agem de acordo com as decisões que a maioria das pessoas adota. Além disso, foi possível compreender as contribuições da linguagem para o desenvolvimento do homem como cidadão e aperfeiçoamento das suas habilidades sociais.

Este artigo representa uma breve análise sobre o poder da linguagem na formação e no desenvolvimento do ser humano, principalmente a sua função em Gilead. *The Handmaid's Tale* apresenta ainda diversos temas que devem ser analisados e discutidos futuramente, como a questão da laicidade do Estado, o feminismo, o direito das mulheres e suas representações na sociedade do século XXI, suas influências históricas, culturais e sociais, assim como a importância da educação no desenvolvimento do cidadão racional e reflexivo sobre seus próprios atos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Relines Rufino de. Vozes sociais e relações de poder em *The Handmaid's Tale*. **Darandina** revista eletrônica v. 11, n. 1, p.2-20, jun. 2018.

AIRES, Antonio Gilbert Vasconcelos. Linguagem Jurídica: a riqueza semântica dos operadores do Direito. **Saber Humano** v. 5, n. 6, p. 65-77, 2015.

ASCH, Solomon E. Opiniões e Pressão Social. **Scientific American** v. 193, n. 5, p. 31-35 nov. 1955.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017. 324p.
ATWOOD, Margaret. Sobre o que significa o conto da aia na era Trump.
Editora Rocco. Rio de Janeiro. 18 ago. 2017. Disponível
em: <<https://www.rocco.com.br/blog/atwood-sobre-o-que-significa-o-conto-da-aia-na-era-trump/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BANDEIRA, Luiza. Quais os fatos reais que inspiraram The Handmaid's Tale.
Nexo Jornal, 28 nov. 2017. Disponível
em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/28/Quais-os-fatos-reais-que-inspiraram-The-Handmaid%E2%80%99s-Tale>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 212 p.

BORDIGNON, Danielle Massulo. The Handmaid's Tale: um ensaio jurídico-literário. **Anamorphosis** – revista internacional de direito e literatura v. 5, n. 1, p.125-147 jan / jun. 2019.

BORGES, Francieli; FERREIRA, Gabriela Semensato; GERCKE, Karina Regedor. **Literatura Comparada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017, 222 p.

BRASIL, Paula. **O Bibliocausto Nazista**: a destruição de livros judaicos durante o terceiro reich. 2016. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2016.

BREMBECK, L. W., HOWELL, S. W. (1952). **Persuasion**: a means of social control. New Jersey: Prentice-Hall, INC.

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. **Direito, Literatura e Linguagem**: interlocuções.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

GRAFF, Harvey J. **The Literacy Myth**: Literacy and Social Structure in the Nineteenth Century City. New York: Academic Press, 1979.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**-uma breve história da humanidade. 1 ed. Porto Alegre: Editora L&PM, 2015.

HAUBERT, Mariel da Silva; ZANON, Lenir Basso; FRISON, Marli Dallagnol. Uma abordagem compreensiva sobre a teoria da atividade no entendimento da prática escolar. **Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica**, [S.l.], out. 2017. Disponível em:
<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/moeducitec/article/view/8515>>. Acesso em: 23 set. 2019.

HERMETO, Clara M.; Martins, Ana Luisa et al. **O livro da Psicologia**. 12. ed. São Paulo: Globo Livros, 2014.

KETTERER, David. Margaret Atwood's "The Handmaid's Tale": A Contextual Dystopia ("La servante écarlate" de Margareth Atwood: une dystopie contextuelle). **Science Fiction Studies**, vol. 16, n. 2, p. 209-217, jul. 1989.

KHAFAGA, F. Ayman. Linguistic Manipulation of Political Myth in Margaret Atwood's The Handmaid's Tale. **International Journal of English Linguistics**; Vol. 7, no. 3, p. 189 - 200. 2017.

KOREMAN, Arin. **Towards a Crooked Voice**: language and the development of the female protagonist in The handmaid's tale and the crooked line. Bachelor thesis Literary Studies. Utrecht University – Netherlands, 2016.

LATINSKI, Laura Katherine, **Language in Utopian Societies**: A Study of Works by Le Guin, Atwood, and Lowry (2007). Honors College. 12.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.p352.

LIMA, Carla Sales Serra de. Dom Casmurro de Machado de Assis: Uma interface entre o direito e literatura. **Revista Ética e Filosofia Política**, Minas Gerais, v. 2, n. 14, p. 151 – 163, out. 2011.

LIMA, Paula Bastos de. **A Representação da Mulher em o Conto da Aia**: a influência da cultura patriarcal na percepção da mulher. 2017. 36f. Monografia (Bacharel em Letras – Língua Inglesa). Universidade de Brasília – Brasília, 2017.

LLANOS, Leonor Suárez. Literatura do direito: entre a ciência jurídica e a crítica literária. **Anamorphosis** - revista internacional de direito e literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 349-386, jan. 2018. Disponível em: <<http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/320>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MILGRAM, Stanley. Behavioral Study of obedience. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 67, 371-378 p., 1963.

RÜSCHE, Ana. **Utopia, Feminismo e Resignação em The Left Hand of Darkness e The Handmaid's Tale**. 2015. 139f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo – São Paulo, 2015.

SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania**: vinte lições do século XX para o presente. Companhia das Letras, 2017. 168 páginas. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=BYTVDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=stanley+milgram+e+o+conformismo&ots=D2dGDLcY7&sig=GJG7INvFwQh2UcW2MSScMD3Jv4I#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 23 set. 2019.



11, 12 e 13 de nov. de 2019.

ISBN: 2177-1103.

TRINDADE, Andre Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito. In: TRINDADE, Andre Karam et al (org.). **Direito e Literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008, p. 11-66.

UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE: MANICÔMIOS JURIDICOS E A MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO, A LUZ DO CASO CHAMPINHA.

Isadora Moraes Vione¹
Renata Maciel²
Roberto Laux Junior³

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática dos manicômios judiciais, com enfoque na Unidade Experimental de Saúde, na qual encontra-se abrigado Champinha, buscando demonstrar a manifestação do direito penal do inimigo. O método do estudo é de abordagem do tipo hipotético-dedutivo, enquanto o método de procedimento é o monográfico, em que é realizado um estudo de caso, para assim obter generalizações. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se pesquisas bibliográficas, trabalhos acadêmicos, documentos de domínio público, matérias de jornais e documentários. Sendo o referencial teórico a legislação brasileira, com ênfase na Lei de Transtornos Mentais, o professor Gunther Jakobs, o qual criou a Teoria do Direito Penal do Inimigo, o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves e o filósofo Michel Foucault. O estudo busca problematizar a internação de doentes mentais, como Champinha, na Unidade Experimental de Saúde, nos moldes atuais, refletindo sobre a questão dos manicômios judiciais. Com o decorrer do estudo será possível perceber que não há apenas falhas no sistema jurídico, mas também no atendimento ofertado aos doentes mentais em questão. Nesse sentido, entende-se que estamos diante de um caso atípico no ordenamento jurídico e que requer maior debate, pois esse vácuo é negativo tanto para o interno que precisa do tratamento adequado quanto para a sociedade que corre o risco de ter uma pessoa inapta com chance de reincidência criminal em convívio social. O artigo tem como objetivo trazer o debate em âmbito acadêmico de modo a buscar soluções para problemas como este que enfrentamos na justiça e na saúde pública brasileira.

Palavras-Chave: Champinha - Unidade Experimental de Saúde - Lei de Transtornos Mentais Direito Penal do Inimigo.

INTRODUÇÃO

O caso Champinha, um dos crimes mais brutais no Brasil, foi o ponto de partida para o debate em âmbito jurídico sobre a questão de menores infratores

¹ Acadêmica de Direito - 3^o semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa – Brasil. isa.mvione@gmail.com.

² Mestre em Direitos Humanos. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Orientadora. Professora de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis

³ Pós-Graduado em Direito Processual Civil. Orientador. Juiz de Direito no Estado do Rio Grande do Sul e Professor de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis.

que mesmo após medida socioeducativa não tem condições de reinserção social, visto que apresentam doença mental aliado a alta probabilidade de reincidência criminal. Essa lacuna no ordenamento jurídico gerou outro grande problema, a Unidade Experimental de Saúde, criada para abrigar esses jovens, pois no momento não oferece as condições ideais de tratamento.

Este ato ilícito abre muitas discussões, a primeira delas é a questão da interdição após cumprimento da medida estabelecida pela Vara da Infância e Juventude, visto que os fatos ocorreram quando Champinha tinha 16 anos. No entanto, por manobra do Ministério Público (MP), atualmente com 32 anos, o infrator continua sob curatela do Estado de São Paulo (SANTOS, 2015). Esse é o fato que causa divergências, pois para uma parcela de juristas isso é inconstitucional, ferindo princípios como o da liberdade garantido pela Constituição Federal, uma vez que o jovem já cumpriu medida socioeducativa na adolescência. Em contra partida há quem defenda que a brecha encontrada pelo MP é legal, devido os laudos médicos que afirmam a doença mental do curatelado (SANTOS, 2015).

Destaca-se que, a Unidade Experimental de Saúde (UES), que foi criada com a finalidade de abrigar esses jovens, causa discordâncias e reforça a dramática situação dos manicômios judiciais. A presença de agentes penitenciários e a falta de tratamento condizente com as doenças mentais dos internos, são os principais argumentos que embasam os defensores do fim da UES, dentre eles membros do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Sendo essas condições citadas, motivos que já embasaram a defesa de alguns internos em favor de sua liberdade, visto que, o tratamento domiciliar seria mais benéfico (FERNANDES, 2017). Nesse sentido, torna-se possível depreender desde já a importância da luta antimanicomial no Brasil como meio para garantir tratamento adequado com a condição de cada interno.

No tocante a metodologia foi realizado um estudo de caso, partindo do relato da série documental da Netflix, Investigação Criminal, que gerou instigação dessa lacuna jurídica que há com Champinha e outros jovens e a atual condição dos internos na Unidade Experimental de Saúde e de todos que dependem de tratamento mental devido atos ilícitos cometidos. A partir disso foi

realizado o estudo por meio de pesquisas bibliográficas, trabalhos acadêmicos, documentos de domínio público, matérias de jornais e documentários.

Por fim, as matérias analisadas na Revista Brasil Atual, Revista Veja e Revista Galileu confrontadas com a legislação brasileira atual, confirmam a complexidade do caso e assim reforçam a pertinência de trazer a luz essas duas temáticas que dão ensejo a interdisciplinaridade no Direito, principalmente entre as áreas de constitucional, penal e civil.

1 HISTÓRICO DE CHAMPINHA

Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, nasceu em 1986, na cidade de Embu-Guaçu (SP). Sua infância foi marcada pela pobreza e há traços de psicopatias já apresentados durante essa fase, como maus tratos aos animais com extrema frieza. Anteriormente ao caso de grande repercussão, foi acusado de assinar um morador de rua, porém o fato nunca foi comprovado. Era conhecido na cidade como uma pessoa violenta, fria e instável, despertando o temor dos moradores, inclusive sua família que evitava o confronto com Champinha e conquistando “seguidores” sendo considerado o líder de seu grupo. Por fim, o psiquiatra Dr. Guido Palomba¹ acredita que sua deformidade venha do parto pois, sofreu hipóxia² e também pelo seu enredo familiar, pai alcoólatra e familiares com problemas mentais (NETFLIX, 2013).

2 RELATO DO CASO

Segundo relato das séries documentais da Netflix, Investigação Criminal e Anatomia do Crime, em novembro de 2003, o jovem casal de namorados Felipe Silva Caffé (19) e Liana Friedenbach (16) viajaram até a cidade de Embu-Guaçu (SP), sem o conhecimento de seus pais, para acampar. Ao chegar na cidade e se direcionar para o local do acampamento, cruzam o caminho de Champinha e Pernambuco que tem sua atenção despertada pela beleza de Liana. Assim, os

¹ Psiquiatra Forense; Título reconhecido pela Associação Médica Brasileira, Associação Brasileira de Psiquiatria e Sociedade Brasileira de Medicina Legal.

² Ausência de oxigênio suficiente nos tecidos para manter as funções corporais.

amigos decidem assaltar o casal, no entanto, ao constatar que os jovens não possuíam bens materiais os sequestram. O casal é conduzido por Champinha e Pernambuco até a casa de Antônio Caetano onde são mantidos em cárcere privado, cada um em cômodos separados (NETFLIX, 2013-2017).

Liana é estuprada por Pernambuco, assim de forma desesperada relata que sua família tem boas condições financeiras induzindo eles a pedir resgate. Como a família de Felipe não era abastada, ele é sendo assassinado por Pernambuco no segundo dia, com um tiro na cabeça, sem qualquer possibilidade de defesa. Após a morte do jovem Pernambuco foge para Petrolina (NETFLIX, 2013-2017).

Enquanto isso, Champinha já não tem mais medo de aparecer com Liana e começa a sair com ela, apresentando como sua namorada, exemplo é o dia em que a levou para pescar, onde encontrou seu irmão e ao ser indagado respondeu que era sua namorada. O irmão pelo medo que tinha, não ousou fazer mais perguntas, nem sequer olhar diretamente ou dirigir a palavra para a menina, mesmo achando toda a situação estranha (NETFLIX, 2013-2017).

Liana foi mantida em cativeiro por mais quatro dias, violentada e estuprada coletivamente, por cinco homens. No dia 5 de novembro 2003, Champinha diz que vai a liberta-la, conduz a menina até a mata, próximo a um córrego, onde desfere um golpe de faca no pescoço da jovem, assim que ela cai ao chão, ele freneticamente a golpeia com inúmeros golpes em todo corpo. Depois de dez dias os assassinos foram presos e posteriormente julgados (NETFLIX, 2013-2017).

Os comparsas de Champinha respondem pena privativa de liberdade em presídios. Já Roberto, menor de idade, foi condenado a três anos na Fundação Casa e diagnosticado com transtorno de personalidade antissocial e retardo mental. Atualmente vive em uma Unidade Experimental de Saúde, sob os cuidados do Estado de São Paulo (NETFLIX, 2013-2017).

3 A QUESTÃO DA PENA E DA INTERDIÇÃO

Fernando Capez, explica que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, não se plicando a eles a medida de segurança, assim estão

sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial (CAPEZ, 2010). Sendo assim, como Champinha possuía 16 anos na época dos fatos, foi julgado pela Vara da Infância e Juventude e encaminhando a Fundação Casa para cumprir medida socioeducativa durante o período de três anos, em conformidade com os art. 121 parágrafo 3 e art. 122 inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Dessa forma, após o cumprimento da medida, ele deveria ter sido liberado, visto que o ordenamento jurídico garante que o infrator não pode ser punido duas vezes ou mais pelo mesmo delito, conforme o princípio do *bis in idem*. (NUCCI, 2017)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 121 parágrafo 4 afirma “atingindo o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser libertado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida” (BRASIL, 1990). Contudo, o Ministério Público arquitetou uma espécie de “gambiarra jurídica” como muitos especialistas assim denominam para que Champinha continuasse privado de liberdade, sendo a alternativa pedir a sua interdição civil, embasados por laudo médico que assegurava a sua inaptidão para conviver em sociedade e a grande chance de ocorrer reincidência criminal, sendo a solicitação atendida pela Justiça paulista. Assim, a medida socioeducativa tornou-se medida protetiva, para tratamento psiquiátrico e contenção, permanecendo internado na Fundação Casa (ROSATO; FILHO, 2017).

O artigo XX, §5º, do ECA garante a liberdade do indivíduo visto que, afirma que a liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990). No entanto, para evitar a liberdade de Champinha, já que o consideram inapto, o Ministério Público novamente entra com o pedido de interdição civil do interno, que mais uma vez foi acatado pela Justiça paulista e assim o jovem deveria ser transferido para a Casa de Custódia de Taubaté. Porém, ele fugiu antes desse fato, quando preso novamente foi destinado a Unidade Experimental de Saúde (UES), onde reside até os dias atuais. No momento ele não está contido por questão penal e sim devido a sua interdição civil por meio de laudos médicos que atestam sua capacidade mental e que afirmam sua periculosidade a sociedade (FRASSETTO, 2011).

4 MEDIDA DE SEGURANÇA

Michel Foucault, na obra *Vigiar e Punir*, afirma que há penas que embora sancione o crime, podem modificar-se (abreviando ou prolongando), conforme o comportamento do condenado; ou seja, nada mais é do que a aplicação de medida de segurança. Sendo ela aplicada no viés de proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal ou tratamento médico obrigatório. Não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas e cessar somente após obtenção de tais modificações (FOUCAULT, 1987).

Segundo o art. 26 do Código Penal (CP), é isento de pena quem for considerado doente mental, com desenvolvimento mental incompleto ou retardado, visto que não tem capacidade de ter noção do caráter ilícito de seu ato. Sendo assim, será aplicado ao considerado inimputável medida de segurança, como previsto no art. 96 do CP, que pode ser procedida mediante internação ou tratamento ambulatorial. No entanto, importante esclarecer que o ordenamento jurídico brasileiro permite a imposição das medidas de segurança somente a pessoa que foi atestada como inimputável por doença mental e cometeu os crimes quando maior de 18 anos, excluindo os menores de 18 anos (BRASIL, 1940).

Dessa maneira, quando o réu se enquadra nesses dois requisitos de inimputabilidade e em uma análise do grau do seu crime e da sua periculosidade, resta autorizado que seja o inimputável internado em hospitais de custódia, com prazo mínimo de 1 a 3 anos, onde supostamente irá receber tratamento adequado com sua patologia mental. Além disso, conforme preceitua o Código Penal em seu artigo XX, deverá ser avaliado no mínimo uma vez por ano por médicos da área e será liberado quando obtiver laudo médico que assegure sua alta (BRASIL, 1940).

A partir da análise do ordenamento jurídico brasileiro, possível depreender que o caso de Champinha não se enquadra na possibilidade da aplicação de medida de segurança, porque na época dos fatos Champinha era menor de idade, razão pela qual cumpriu medida socioeducativa pelo crime praticado. No

entanto, apesar do cumprimento da medida socioeducativa o mesmo ainda requer tratamento psiquiátrico, já que não é considerado apto a voltar ao convívio em sociedade. Dessa forma, a alternativa encontrada pelo Estado foi criar a Unidade Experimental de Saúde para abrigar menores infratores que já cumpriram suas medidas socioeducativas, mas são considerados inaptos. Tal alternativa tem como fundamento manter o interno fora do convívio social, por meio de uma restrição de liberdade justificada em sua condição psíquica.

5 INTERDIÇÃO CIVIL

A Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência foi instituída para a inclusão de da pessoa com deficiência e tem como o objetivos promover a igualdade, direitos e liberdades fundamentais, visando à inclusão social e cidadania. Tal legislação representa um grande avanço na luta pelos direitos dos deficientes em geral, especialmente deficientes mentais, visto que, conforme o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves, o Código Civil de 1916, designava as aludidas pessoas como “loucos de todo gênero.” (GONÇALVES, 2009 p.631). E o atual Código Civil as considerava como absolutamente ou relativamente incapazes. Dessa forma, a nova lei gerou alterações no Código Civil e no Código de Processo Civil, como a consideração de que as pessoas com deficiência são plenamente capazes, além de ter estabelecido a possibilidade de curatela que é ponto de interesse do presente estudo (BRASIL, 2002).

Quanto ao conceito de curatela, Carlos Roberto Gonçalves, explana que é o encargo deferido por lei a alguém capaz, par reger a pessoa e administrar bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo. Além disso, o doutrinador ainda cita uma característica fundamental na temática, a finalidade assistencial (GONÇALVES, 2009). Na questão debatida nesse caso, o curador é o Ministério Público de São Paulo, o que será explicado em seguida.

Segundo o art. 1.767 do Código Civil, estão sujeitos a curatela: aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos e os pródigos. Dessa maneira, se

comprovado, a pessoa será interdita e seus atos da vida civil serão respondidos por um curador (BRASIL, 2002).

Já o Código de Processo Civil em seu art. 748 especifica a ação do Ministério Público em relação a promoção da interdição, que só deverá ser requerida em caso de doença mental grave. Sendo assim, a atuação do Ministério Pública será extraordinária (BRASIL, 2002).

O simples fato de existir pessoa sujeita a curatela, porém ainda não interdita, já autoriza o Ministério Público a agir, não sendo necessário que notifique antes as demais pessoas mencionadas no art. 1768 (GONÇALVES, 2014).

Para declarar o curatelado como incapaz ele deve apresentar dificuldade para compreender as consequências de suas ações e decisões, devido algum tipo de transtorno mental, dependência química ou doença de caráter neurológico, o que deverá ser atestado por perícia médica (BRASIL, 2002).

Por esse viés do ordenamento jurídico é que o Ministério Público interviu pela interdição civil de Champinha, visto que ele é atestado com doença mental e com alto risco de reincidência criminal.

6 LEI DE TRANSTORNOS MENTAIS – N. 10.216/2001

Em 2001, surge a Lei de Transtornos Mentais, com o intuito de substituir a simples internação, na qual há apenas a contenção como objetivo, por uma rede integrada de apoio a saúde mental. A Lei da Reforma Psiquiátrica, como também é conhecida, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Sendo esta, uma política de saúde mental promovida pelo Ministério da Saúde. Tal ação cria caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil, como no caso de delinquentes, tendo como exemplo, Champinha. Contudo, não estabelece medidas claras para a extinção dos manicômios, mesmo sendo esta considerada a grande conquista do Movimento da Luta Antimanicomial (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

É nesta lei, em seu art. 6º, inciso III, que está assegurada a internação compulsória, meio pelo qual Champinha foi interdita e continua privado de

liberdade. Dessa forma, a Justiça tem legitimidade para, por meio de laudo médico, encaminhar o doente mental a internação, mesmo sem ter cometido qualquer ato ilícito (BRASIL, 2001).

Ainda, no mesmo dispositivo legal é explicitado quando a internação será decretada, quais suas finalidades e sua estruturação, vide o art. 4º:

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º. (BRASIL, 2001).

No entanto, entende-se que a Unidade Experimental de Saúde, problemática debatida no referente estudo, não está oferecendo os serviços que a Lei de Transtornos Mentais assegura aos internos, visto que o local é usado apenas para contenção, evidenciado com a presença de agentes penitenciários no local (SANTOS, 2015). Ou seja, a UES não preenche os requisitos de oferecer assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos e demais. É nesse ponto que surge o questionamento quanto a legitimidade da Unidade Experimental de Saúde.

7 UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE

A Unidade Experimental de Saúde foi criada em 2007, em São Paulo, localizada na Vila Maria, com capacidade para receber 40 pessoas. Tem a finalidade de acolher menores infratores que já cumpriram suas medidas socioeducativas, mas são considerados inaptos a conviver em sociedade, devido doença mental, mesmo sem ter cometido novo crime (ROSATO; FILHO; 2015).

Sua atuação é definida no Decreto nº 53.427 de setembro de 2008, do Estado de São Paulo:

Artigo 2º - Cabe à Unidade Experimental de Saúde:

I - cumprir, exclusivamente, as determinações do Poder Judiciário de tratamento psiquiátrico em regime de contenção, para atendimento de adolescentes e jovens adultos com diagnóstico de distúrbio de personalidade, de alta periculosidade:

a) egressos da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação CASA - SP

b) que forem interditados pelas Varas de Família e Sucessões;

II - proporcionar ao custodiado atendimento humanizado, em consonância com as diretrizes e normas da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e alterações posteriores. (DECRETO 53.427, 2008).

Dessa forma, os questionamentos quanto a legitimidade da UES começam desde a sua criação, como citado por Rosato e Filho:

Sua criação se inicia com uma portaria administrativa, portanto como ato do poder executivo estadual, ignorando leis federais que são hierarquicamente superiores: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069/90) e a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/01). (BRASIL, 2001).

Segundo relatos da Revista Rede Brasil Atual, “não há médico de plantão, falta projeto terapêutico e regimento interno. No interior da unidade, trabalham agentes penitenciários, o que não é permitido por lei, já que se trata de uma instituição não penal”. Além disso, esses jovens tem acesso a jogos de videogame de conteúdo violento, o que está em contramão a situação psíquica dos internados (FERNANDES, 2017).

Por esse motivo é que jornalistas, como Sarah Fernanda, se referem a unidade como a Guantánamo Brasileira, devido aos direitos básicos que são violados. Fato confirmado pelo relatório entregue pelos conselhos de medicina e psicologia ao Ministério Público, concluindo que a instituição deveria ser fechada (FERNANDES, 2017).

Logo, se essas pessoas estão isoladas da sociedade por conta de distúrbios mentais, elas devem receber tratamento adequado conforme sua patologia para ter a chance de voltar a conviver em sociedade, conforme garante a Lei n. 10.216/2001. Porém, no caso da UES o que pode ser constatado é que os internos estão em regime de contenção, ou seja, sujeitos a internação perpétua, já que tratamento não estão recebendo (FERNANDES, 2017).

Dessa forma, fica claro que há falhas no ordenamento jurídico quanto a aplicação das normas em relação aos menores infratores diagnosticados com distúrbios mentais e que não estão aptos a voltar ao convívio social após o cumprimento das medidas socioeducativas a eles imposta, sendo a UES um exemplo evidente.

A Revista Rede Brasil Atual cita, inclusive casos de internos que conseguiram sua liberação, pois a Justiça entendeu que em liberdade o tratamento seria melhor e mais eficaz, visto que na unidade nenhum tratamento de cunho psiquiátrico está sendo aplicado (FERNANDES, 2017).

Porém, em se tratando da UES, a Justiça não determinou os períodos em que Champinha seria submetido à avaliação médica, pois no seu acompanhamento é irregular, já foi registrado intervalo de dois anos entre uma avaliação psiquiátrica e outra (FERNANDES, 2017).

8 MANICÔMIOS JUDICIAIS E A LUTA ANTIMANICOMIAL

Foucault, em sua obra Vigiar e Punir, explana sobre a história e a evolução da pena, assim no capítulo denominado O Suplicio, afirma que com a evolução o laudo psiquiátrico e a antropologia criminal a questão das doenças psiquiátricas ganham mais espaço, introduz as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser (FOUCAULT, 1987).

A situação da Unidade Experimental de Saúde reflete o drama dos manicômios judiciais brasileiros, o qual suscita a luta antimanicomial. Segundo, o delegado Leonardo Marcondes Machado, em entrevista à Revista Galileu, pesquisas demonstram que o real objetivo é a criminalização da loucura pela via da exclusão social. Em outras palavras, mais uma forma de contenção de certa massa indesejável à sociedade. Assim, o paciente mental, assume o papel de criminoso e doente, sendo duplamente violentado (VIGGIANO; GIULIANA, 2019).

Apesar da Lei da Reforma Psiquiátrica ter grandes méritos, ela ainda não consegue surtir efeito real na questão manicomial. De acordo com um relatório divulgado pela Pastoral Carcerária de São Paulo em 2018, os manicômios judiciais funcionam da mesma forma que as prisões, onde é possível ver presos perambulando pelo pátio, sem atividades e sem estar medicadas. Não somente isso, mas o documento também aponta para o convívio entre os pacientes-presos e dependentes químicos, falta de profissionais, medicamentos e fiscalização, corroborando para os relatos de presos que são medicados como forma de punição e não de tratamento conforme as diretrizes da legislação de transtornos mentais (VIGGIANO; GIULIANA, 2019).

Já o “Relatório Brasil” de 2015 define de maneira clara a situação dos manicômios judiciais ao transcrever que eles reúnem o pior do sistema penal e o pior do hospital psiquiátrico em um só local. Além disso, o destino de quem recebe a medida de segurança é incerta, visto que seu tempo de internação depende de laudo médico constatando o fim da periculosidade, o que pode representar encarceramento perpétuo, já que as condições de tratamento são precárias (BRASIL, 2015).

O Movimento da Luta Antimanicomial se caracteriza pela luta por direitos das pessoas com doença mental em prol de serviços de saúde pautados pela atenção, dignidade e cuidado para com os usuários da saúde mental. Seus princípios estão ancorados na criatividade e no protagonismo destes usuários, bem como na transformação do imaginário social frente à loucura (BARBOSA; COSTA; MORENO, 2012).

O combate à ideia de isolamento, aos preconceitos e a falta de tratamento adequado, são os grandes pilares do movimento. Isso nos instiga a refletir que com todo cidadão estas pessoas também têm o direito a condições dignas, como receber o cuidado e tratamento devido sem que para isto tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos (BRANCO, 2016).

A obra Vigiar e Punir, explica que os peritos psiquiatras, não julgam, mas auxiliam na administração da pena, sua necessidade, sua utilidade e a possível eficácia, partindo de três perguntas: O acusado apresenta alguma periculosidade? É acessível à sanção penal? É curável ou readaptável? Assim será possível identificar os meios de se proteger dele, como intervir para

modifica-lo e se é melhor reprimir ou tratar. Esses elementos extrajurídicos são agregados para evitar que esse viés seja pura e simplesmente uma punição. Foucault ainda ressalta que é sempre do corpo que se trata, suas forças, utilidade, docilidade e submissão (FOUCAULT, p.26)

Em consonância o movimento visa a ruptura do sistema de saúde mental presente em nosso país para assim fixar uma rede de atendimento ampla e segura, com um quadro multipolar contando com a presença de profissionais especializados na área, técnicos, políticos, empresários, usuários e familiares. Isso afirma-se em alterações significativas em quatro dimensões, sendo elas, epistemológica, técnico-assistencial, político jurídica e sociocultural (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007).

9 APLICABILIDADE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NO CASO

Após explanar todas as questões pretendidas e exemplificar a situação atual das internações compulsórias por doença mental, por fim, buscamos correlacionar a manifestação do Direito Penal do Inimigo nesse estudo. O qual afirma que “O Direito Penal do cidadão mantém a vigência da norma, o Direito Penal do Inimigo (incluindo as medidas de segurança) combate perigos.” (JAKOBS, Günther; 2018, p. 29).

Gunther Jakobs, professor de Filosofia do Direito e Direito Penal na Universidade de Bonn, na Alemanha, é o idealizador dessa teoria (DA SILVA, 2011). Segundo o autor, pessoas consideradas inimigas da sociedade, como Champinha, não precisam ter os mesmos benefícios concedidos aos cidadãos. Para compreender a sua correlação com o caso exposto, é necessário entender suas bases e a teoria criada pelo professor.

Assim, para Hegel, grande inspiração para Jakobs construir sua tese, “A pena é a negação da negação do direito”. Sendo essa, a forma de manter em vigência o contrato social e a reafirmação da ordem jurídica. (SALMEN, 2018, p. 32).

A partir disso, acredita que o direito não protege um bem jurídico, mas sim as normas para a construção da sociedade, ou seja, o bem jurídico não é um dano à vida, é a vigência da norma. Assim, considera que se praticado um crime

estou violando a vigência da norma. Portanto postula o mandamento, “[...] não é não viole um bem, é não viole o seu papel de cidadão fiel ao direito, não viole a vigência da norma.” (SALMEN, 2018, p. 45).

Para confirmar sua teoria o professor alemão utiliza um exemplo, em uma tentativa incruenta mesmo sem atingir o bem jurídico vida a pessoa vai ser condenada por tentativa de homicídio, e isso demonstra que o que foi violado foi a norma vigente e não o bem jurídico (JAKOBS, 2018). Assim, segundo Jakobs o crime é a negação da vigência da norma e a pena é a negação da negação da vigência da norma, fechando com a teoria de Hegel.

Para buscar sustentação a suas ideias, utiliza argumentos contratualistas, como Rousseau, Immanuel Kant e Thomas Hobbes, já que para eles aquele que infringir as normas é considerado um inimigo do Estado e portanto deverá ser excluído da sociedade. Assim citamos Immanuel Kant que acredita que quem não obedecer a constituição cidadã deve ser tratado como inimigo e não como pessoa (JAKOBS, 2018).

No entanto, é em Hobbes onde ele apresenta mais semelhanças, visto que ele via o inimigo como aquele que rompe com a sociedade civil e volta a viver em “estado de natureza”. Assim, subdivide o direito penal em duas partes, aquele aplicado ao cidadão e o outro ao inimigo (JAKOBS; 2018).

Para Gunther Jakobs os inimigos são pessoas que participam de crime organizado, terrorismo, crimes sexuais e imigração ilegal. Desse modo, tem como finalidade a manutenção da vigência da norma, a neutralização do inimigo, pelo viés da exclusão social e a não consideração do indivíduo como pessoa e cidadão (SALMEN, 2018).

Sendo assim, Jakobs, defende a despersonalização dos indivíduos com potencial latente de periculosidade para a sociedade, na qual em certas situações não vão possuir os mesmos direitos da sociedade em geral, ou seja, é uma teoria que contraria a ideia de justiça restaurativa que visa a reinserção social.

Com a devida explanação da teoria, fica clara a manifestação do Direito Penal do Inimigo no caso da interdição civil com a consequente internação compulsória de Champinha, visto que no momento em que o paciente não recebe o tratamento adequado conforme sua patologia e é discriminado como

“louco” e criminoso, ele perde sua característica de cidadão, já que as bases constitucionais por si só já estão sendo violadas, o que se torna agravante com a exclusão social.

Ao unir e sistematizar todos esses conceitos e exemplos, fica claro a correlação entre a teoria criada por Jakobs com o presente estudo. Portanto, é possível perceber que todo esse contexto está na contramão da nova política que ganha força no Brasil, a justiça restaurativa, a qual preza pelo tratamento humano e reinserção social daqueles que tem possibilidade de retomar o convívio em sociedade.

CONCLUSÃO

A finalização do presente trabalho, corrobora a importância de relatar desde o histórico de Roberto para chegar ao fato que gerou a sua internação, a morte dos jovens Felipe e Liana. Isso é o que desencadeia tantas outras questões, como as debatidas nesse estudo, os conceitos e vieses jurídicos para a criação da Unidade Experimental de Saúde, as suas implicações, dentre elas os manicômios jurídicos e a luta antimanicomial oriunda da Reforma Psiquiátrica, no qual foi detectado a manifestação do Direito Penal do Inimigo.

Para isso, foi necessário embasar-se em documentários que relatam o fato, entrevistas com especialistas jurídicos como o delegado Leonardo Marcondes Machado, em entrevista à Revista Galileu, aprofundar o conhecimento quanto a teoria criada por Gunther Jakobs, doutrinadores e filósofos, como Carlos Roberto Gonçalves e Michel Foucault, respectivamente. Só assim, é possível criar uma linha de raciocínio consistente e bem fundamentada.

Sendo assim, no tocante da internação de Champinha, em matéria da Revista da Veja psiquiatras forenses que o acompanham desde o seu ingresso na Fundação Casa afirmam que o jovem é irrecuperável e o agravante, seu quadro é de alta probabilidade de reincidência criminal, o que embasa a continuidade da internação do jovem (ZYLBERKAN, 2013).

Já a Justiça Paulista alega que a internação desses indivíduos visa tanto a segurança da sociedade, como dos próprios. No entanto, o que se encontra

na entrada da Unidade Experimental de Saúde é uma placa indicando como local de segurança, é possível também perceber a presença de agentes penitenciários no local. Além disso, os internos não recebem constante tratamento psiquiátrico. Isso demonstra um antagonismo gritante em relação ao que a ocasionou a internação de Champinha, que no caso seria tratamento psiquiátrico (ROSATO; FILHO, 2015).

Portanto, é necessário uma abrangência maior a luta antimanicomial e aos jovens com menoridade que mesmo após cumprir medida socioeducativa não possuem condições de voltar ao convívio social devido doenças psiquiátricas, realidades duras e pouco debatidas. Esse é um dos meios para dar fim a criminalização das doenças mentais, dando espaço a justiça restaurativa que respeita os postulados da legislação brasileira, principalmente no que toca a questão dos direitos humanos.

Além disso, que conclui-se ainda que a aplicação da Teoria Geral do Direito Penal do Inimigo no caso de doenças mentais, não é a melhor solução, porque aqui não é uma questão criminal e sim patológica.

Desse modo, é possível estabelecer que nos moldes atuais, a Unidade Experimental de Saúde, não está de acordo com sua proposta inicial, visto que viola diversas garantias básicas que a legislação assegura, dentre elas os direitos e garantias fundamentais assegurados pela lei maior brasileira, a Constituição Federal, em seu art. 5º. Como por exemplo, direito à liberdade, a tratamento adequado a sua patologia e a reinserção social.

Por fim, é necessária a adequação do modelo de atendimento da unidade, com a implementação de um projeto terapêutico, que conte com a presença de médicos de plantão, administração de medicamentos necessários e acompanhando psicológico periódico, que permitam a possibilidade de evolução do quadro mental dos internos para quem sabe um dia ter a chance de voltar ao convívio social com condições plenas, sem colocar mais vidas em risco.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Guilherme; COSTA, Tatiana; MORENO, Vânia. (2012). **Movimento da Luta Antimanicomial: trajetórias, avanços e desafios**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental: Movimentos Sociais e Saúde Mental. Rio de Janeiro: Abrasme.

BRANCO, Thayara Castelo. **O que Você não Sabe sobre os Manicômios Judiciários Brasileiros**. Disponível em:

<<http://www.justificando.com/2016/10/05/o-que-voce-nao-sabe-sobre-os-manicomios-judiciarios-brasileiros/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Código Civil**. Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Transtornos Mentais**. Lei n.10.216, de 6 de abril de 2001.

DA SILVA, Fernando José Ferreira. **O Inimigo no Âmbito do Direito Penal e os Direitos Fundamentais**: o enfoque sobre a questão terrorista. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/aluno/visualiza.php?cod=676>> Acesso: 24 jul. 2019.

FERNANDES, Sarah. **‘Guantánamo’ Paulista Encarcera e Libera Jovens sem Critério, Denuncia Advogado**. Revista Rede Brasil Atual. Disponível <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/02/guantanamo-paulista-libera-e-mantem-jovens-encarcerados-sem-criterio-denuncia-advogado>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FERNANDES, Sarah. **Unidade Experimental de Saúde (UES) Viola Direitos Fundamentais**. Revista Rede Brasil Atual. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/27143/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 27. ed. – Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASSETTO, Flávio Américo. (2011). **Fronteiras Psijurídicas dos Casos de Interdição em Andamento em São Paulo e a Questão da Unidade Experimental de Saúde**.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Volume 6: Direito de Família – de acordo com a Lei n. 12.874/2013; - 11. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

GRAMKOW, Gabriela (2011). **Fronteiras Psijurídicas na Gestão da Criminalidade Juvenil**: o caso unidade experimental de saúde. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

JAKOBS, Günther e MELIÁ Manuel. (2018). **Direito Penal do Inimigo – noções e críticas**. Livraria do Advogado, Porto Alegre.

LUCHMANN, Lígia e RODRIGUES, Jefferson. (2007). **O Movimento Antimanicomial no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, p.399-407, Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. Brasília, 07 a 10 de novembro de 2005.

NETFLIX. **Investigação Criminal**. Segunda Temporada, Episódio 4 - Champinha.

NETFLIX. **Anatomia do Crime**. Primeira Temporada, Episódio 1 – Liana Friedenbach.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 17. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ROSATO, Cássia. FILHO, Pedro Oliveira. **Judicialização de vidas indignas: o caso da Unidade Experimental de Saúde em São Paulo**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, Minas Gerais. Volume. 13. Página 10 até 25.

SALMEN, Amir. **O Direito Penal do Inimigo Segundo Günther Jakobs**.

Disponível em:

<<http://www.dpi.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/odireitopenaldoinimigo.pdf>>

Acesso em: 24 jul. 2019.

SANTOS, Leandro Santana Vieira. **Unidade Experimental de Saúde e sua legalidade**. Revista **Âmbito Jurídico**. Disponível

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15983> Acesso: 20 mar. 2019.

VIGGIANO, Giuliana. **Manicômios Judiciários: Como funcionam? Quais são os Problemas?** Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/05/manicomios-judiciarios-como-funcionam-e-quais-sao-os-problemas.html>> Acesso em: 14 jul. 2019.

ZYLBERKAN, Mariana. **Dez anos depois, o que Fazer com Champinha?**

Revista Veja. Disponível <<https://veja.abril.com.br/brasil/dez-anos-depois-o-que-fazer-com-champinha/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

**ConectaRH DA TEORIA À PRÁTICA: UMA PROPOSTA
INTERDISCIPLINAR NO ENSINO SUPERIOR DAS FACULDADES
INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS/FEMA**

Nedisson Luis Gessi¹
Juliane Colpo²

RESUMO

A proposta da escrita que segue, refere-se ao relato de experiência, realizado a partir do desenvolvimento do projeto ConectaRH da Teoria à Prática, consolidado no ano de 2018, vinculado ao Curso de Gestão de Recursos Humanos das Faculdades Integradas Machado de Assis/ FEMA. Com o objetivo de proporcionar ao estudante o exercício prático dos conhecimentos de sala de aula, o Curso de Gestão de Recursos Humanos, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), realizou a primeira edição do ConectaRH. Os acadêmicos do 3º e do 5º semestre foram divididos em quatro Times para simular os principais processos de RH de uma empresa. Cada equipe ficou responsável pelas estações de Recrutamento e Seleção, Modelagem de Cargos, Contrato de Trabalho, Admissão do Empregado. Uma das questões presente na consolidação do projeto pautava-se na demanda de interação dos alunos, com os diferentes saberes e conhecimentos que necessitam para sua profissão, focando na possibilidade de vivenciar situações, contextos reais do trabalho, com a mediação de diversos professores. Além da construção de conhecimentos, objetivou-se a construção de competências e habilidades acadêmicas e profissionais, além de promover mudanças em instituições importantes. O evento propiciou a integração entre academia e mercado de trabalho. Foi um momento diferente, o qual mostrou o compartilhamento de ideias, a troca de saberes e a aproximação entre os estudantes e os profissionais da área de RH, evidenciando um dos objetivos dos cursos presenciais ofertados pela Instituição. Dentre outras características, o ConectaRH desenvolveu o espírito empreendedor, e foi uma atividade prática, fundamental para que os acadêmicos pudessem efetivamente ter contato com o mercado de trabalho.

Palavras-Chave: ConectaRH – Teoria à Prática – Gestão de Recursos Humanos – FEMA.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI), Mestre em Gestão Pública (UNAM), docente das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. Facilitador LEGO® Serious Play® E-mail: nedisson@fema.com.br.

² Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ); Pós-graduada em Psicologia nos Processos Educacionais (PUC-RS), Pós-Graduada em Aprendizagens Psico- Lógicas Universitárias (IESA), MBA em Gestão Educacional (FACUS), Pós Graduanda em Metodologias Ativas nas aprendizagens (UNIAMÉRICA); Psicóloga e Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis-FEMA.jcolpo@fema.com.br.

INTRODUÇÃO

A proposta da escrita que segue, refere-se ao relato de experiência realizado a partir do desenvolvimento do projeto “ConectaRH da Teoria à Prática”, consolidado no ano de 2018, vinculado ao Curso de Gestão de Recursos Humanos das Faculdades Integradas Machado de Assis/ FEMA. Na ocasião, o curso e o projeto estava sob coordenação do professor Nedisson Luis Gessi.

Uma das questões presente na consolidação do projeto pautava-se na demanda de interação dos alunos, com os diferentes saberes e conhecimentos que necessitam para sua profissão, focando na possibilidade de vivenciar situações, contextos reais do trabalho, com a mediação de diversos professores. Além da construção de conhecimentos, objetivou-se a construção de competências e habilidades acadêmicas e profissionais, além de promover mudanças instituições importantes.

1 A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ConectaRH: DA TEORIA À PRÁTICA

Com o objetivo de aproximar o curso de Gestão de Recursos Humanos à realidade do mercado, atendeu-se a demanda real de uma empresa do ramo Metalúrgico e de Energia Solar da cidade de Santa Rosa. A necessidade da referida empresa era estruturar o Setor de RH (até então terceirizado) e desenvolver um Plano de Cargos e Salários.

O produto final foi o desenvolvimento de um Plano de Cargos e Salários, estruturado da seguinte maneira: a) Um subproduto foi a consultoria inicial realizada pelos estudantes em conjunto com o grupo de professores para a estruturação do setor de RH na empresa; b) O desenvolvimento do plano estratégico de RH com alinhamento das etapas de divulgação da vaga até a contratação, atividade essa que originou o evento aberto a comunidade denominado ConectaRH; c) O treinamento interno e desenvolvimento do manual do colaborador (informações referentes a cultura da organização).

O ConectaRH buscou desenvolver competências tanto cognitivas quanto comportamentais, tais como: Tomada de Decisão; Cooperação e Colaboração;

Comunicação e Negociação; Liderança e Autoconhecimento; Resolução de Problemas; Trabalho em Equipe; Organização e Gestão do Tempo; Gestão de Conflitos; Resiliência; Empatia; Pensamento Científico, Crítico e Criativo, entre outras. Todas as competências mencionadas colaboram para um aprendizado compartilhado. “A aprendizagem se constrói em um processo equilibrado entre a elaboração coletiva-por meio de múltiplas formas de colaboração em diversos grupos- e a personalizada- em que cada um percorre roteiros diferenciadores.” (BACICH, NETO E TREVISANI, 2015, p.33).

As habilidades cognitivas e socioemocionais foram trabalhadas nas atividades propostas para que a competência fosse adequadamente desenvolvida. As principais foram: compreender um problema e apresentar soluções; usar a percepção auditiva para conduzir uma tarefa; planejar e executar um plano em todas as suas etapas; saber delegar; compreender os



limites e regras; analisar cenários; capacidade planejar; filtrar informações relevantes; aprender com os erros; desenvolver autoconfiança; saber cooperar e colaborar; lidar com regras; senso de autoavaliação e de responsabilidade; agir positivamente para o bem comum; respeito, tolerância e aceitação das diferenças; administrar as emoções e reações às situações

adversas; resolver conflitos e atuar em ambientes de competição saudáveis; ; comunicar-se bem escuta ativa, linguagem verbal, verbo-visual, corporal e multimodal; capacidade de argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis; conhecer, analisar e aplicar legislação nos cenários de RH nas organizações; identificar mudanças e avaliar políticas de gestão em RH; diagnosticar, elaborar e executar programas eficientes de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, carreira e sucessão e elaborar e gerenciar programas de benefícios e incentivos.

2 A METODOLOGIA UTILIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIAS DESEJADAS

Em todas as etapas do projeto¹ utilizou-se a sala invertida com acesso ao material via plataforma digital (o material era selecionado pelo docentes envolvidos nas componentes de recrutamento e seleção, rotinas de pessoal II, modelagem de cargos e salários e direito do trabalho e previdenciário) objetivo era itegração dos conteúdos para que desse sentido ao desenvolvimento do projeto.

O Ensino Híbrido, nas palavras de Moran, citado pelos autores Bacich, Neto e Trevisani (2015), significa misturado, mesclado, com conectividade e mobilidade. Ele assevera que se pode ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico, apropriado e complexo. A mistura mais complexa é integrar o que vale a pena aprender, para que e como fazê-lo. Nesse sentido, cabe ressaltar que conteúdos, competências e valores os docentes devem escolher em um contexto social tão multicultural e heterogêneo.

O ensino é híbrido porque todos somos aprendizes e mestres, consumidores e produtores de informação e de conhecimento. Passamos, em pouco tempo, de consumidores- de múltiplas mídias, plataformas e formatos para acessar informações, publicar nossas histórias, sentimentos, reflexões e visão de mundo. Somos o que escrevemos, o que postamos, o que “curtimos”. Nisso expressamos nossa caminhada, nossos valores, visão de mundo, sonhos e limitações [...]. (BACICH; NETO; TREVISANI, 2015, p. 28).

As Visitas Técnicas na empresa, em outras empresas do mesmo ramo também serviram de caminhos para atingir os fins desejados. Após as visitas era feito um roda de conversa para discutir os principais pontos vistos nas visitas e o que poderia ser utilizado ou melhorado para a empresa do projeto conecta. Utilizou-se por vezes Mapas conceituais para organizar e sistematiza os conceitos necessários para resolução de problema. Foi utilizado matriz SWOT e 5W2H.

¹ Todas as organizações estão revendo seus métodos tradicionais de ensinar e de aprender. Metodologias ativas como projetos são o caminho para iniciar um processo de mudança, desenvolvendo as atividades possíveis para sensibilizar os estudantes e engajá-los mais profundamente (BACICH; MORAN, 2018).

Para trabalhar as questões referentes as Técnicas de Entrevistas utilizou-se de Simulações/Dramatização. A simulação é uma forma de metodologia ativa que pode ser usada em diferentes estágios de treinamentos com diferentes finalidades dentro do processo de ensino-aprendizagem. A articulação entre teoria e prática pressupõe ações pedagógicas que, ultrapassem os paradigmas do ensino, indicam a necessidade da inserção do estudante em realidades, fazendo com que a formação seja centrada na prática, numa contínua aproximação do ensino com a mundo do trabalho.

Trabalhou-se também a importância do Feedback, por meio do jogo de tabuleiro. O objetivo do game “Espiral do Feedback” é fazer uma introdução aos conceitos de feedback, para aprender a utilizar ou aprimorar esta ferramenta, com o intuito de melhorar as relações interpessoais em qualquer ambiente ou cenário.

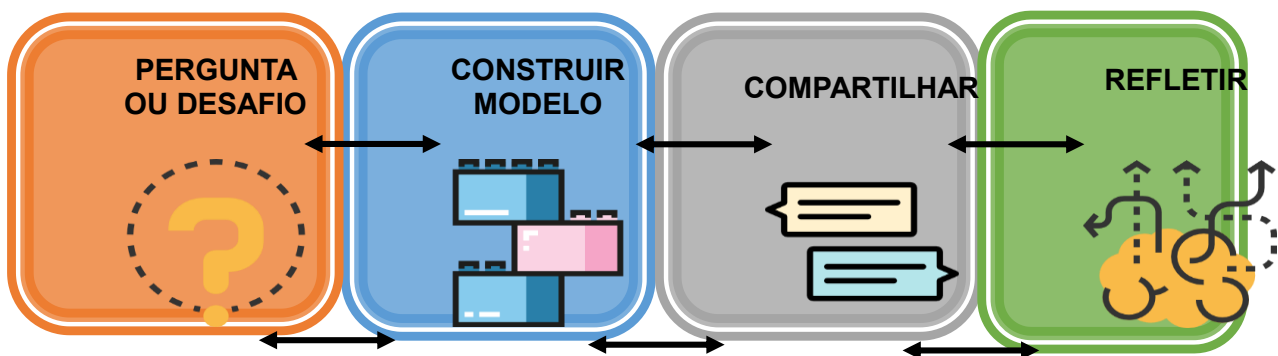
Portanto utilizou-se de Gamificação nessa etapa, Games aplicados em processos organizacionais, como o de recrutamento e seleção, são chamados de gamificação ou serious game (jogo sério). Felipe Azevedo, Vice-presidente e Diretor de HCM da LG lugar de gente, explica que a gamificação possibilita pontos importantes para o recrutador: agilidade e assertividade na escolha do candidato, feedback instantâneo, transparência no processo, avaliação por diferentes fatores e aumento da motivação e engajamento dos candidatos.

A utilização de elementos de jogos com a finalidade de provocar emoções associadas ao ato de jogar na realização de atividades diversas tem sido chamada gamificação [McDonald, 2017]. Alguns exemplos delas são: satisfação por uma gratificação, motivação para a ação e redução de estresse [Seixas, Gomes & Filho, 2016]. A gamificação pode ser uma boa aliada para aumentar o envolvimento de indivíduos em situações de não-lazer, particularmente em tarefas difíceis e complexas [Rui Patricio, 2017]. Na literatura científica esse conceito passou a ser utilizado há uma década e popularizou-se recentemente com a disseminação de livros e estudos sobre a temática em diferentes contextos [Subhash & Cudney, 2018]. (MONDO, André Borba; DEPINÉ, Ágatha; PEREIRA, Gabriela Slompo; TEIXEIRA, Clarissa Stefani.2018, p.4).

Também utilizou-se de Estudo de Caso, como por exemplo na componente de Direito onde a professora trouxe situações de empresas e processos disponíveis e julgados com assuntos referentes a Dissídio coletivo entre outros.

Para reestruturação do setor de RH foram construídos cenários utilizando da metodologia Lego® Serious Play®¹, que faz uso do Lúdico, Metáforas e Storytelling.

Visão Sistêmica da Metodologia Lego® Serious Play®



Um dos fatores cruciais para o envolvimento dos alunos e sua atuação ativa no processo de construção do conhecimento refere-se ao modo como se efetiva o planejamento das atividades, mais especificamente no que tange à antecipação dos objetivos de aprendizagem por parte dos professores. Também é importante o acesso aos materiais previamente, favorecendo as discussões e o aprendizado mais amplo. (BACICH; MORAN, 2018).

Os conteúdos acessados pelos acadêmicos, de maneira interdisciplinar, no decorrer do projeto foram: Tipos e fontes de Captação de talentos; Etapas processo seletivo; Técnicas de Seleção; Rotina de admissão de pessoal e legislação pertinente. Documentação; exame admissional; contrato de experiência; Convenções coletivas de trabalho, aspectos gerais e categorias de trabalho; Modelagem de cargos: desenho, análise, descrição e classificação dos cargos; Plano de cargos e salários; Metodologias para construção de planos de cargos e salários.

Para Ferreira (1999, p. 22), “[...] interdisciplinaridade é uma atitude, isto é, uma externalização de uma visão de mundo que, no caso, é holística. Tudo o que existe, todo ‘ente’, se ‘vela’, se ‘des-vela’ e se ‘re-vela’ ante nossos olhos”. Para compreender melhor a interdisciplinaridade, faz-se necessário analisar o termo. Assim, tem-se que: o prefixo “inter” significa posição ou ação intermediária, o sufixo “dade” atribui o sentido de ação ou resultado de ação ao termo, já “disciplina”, núcleo do termo estudado, significa a epistemé, podendo caracterizar como ordem que convém ao funcionamento de uma organização, ou ainda regime de ordem imposta ou livremente consentida.

A interdisciplinaridade surge em decorrência da diversidade de várias disciplinas, aproveitando sua identidade individual e suas ideias, que são aceitas como enriquecimento e complementaridade de aquisições e concepções coletivas. Para Fazenda “Ela só ocorre quando cada um dos envolvidos consegue ser autônomo o suficiente para confiar em si mesmo, para reconhecer os erros, e ao mesmo tempo, apontar soluções criativas” (1994, p. 39). E ainda acrescenta que:

A possibilidade de eliminar tais barreiras resulta em uma motivação que liberta as instituições da inércia. No entanto, mais difícil que transformar as estruturas institucionais é transformar as estruturas mentais. Os empecilhos à não-fragmentação do currículo em disciplinas são variados, abrangem o desconhecimento do significado de projetos, a falta de formação específica para trabalhar com os mesmos, a acomodação pessoal e coletiva, até o medo de perder o prestígio pessoal, pois a interdisciplinaridade leva ao anonimato – o trabalho individual anula-se em favor de um objetivo maior – o coletivo. (FAZENDA, 1993, p. 42).

3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DISCENTE: O INCENTIVO AO PROTAGONISMO

Em função das características do Desafio proposto, surge a seguinte questão: qual a melhor forma de avaliar se o aprendiz efetivamente desenvolveu as competências esperadas?

A partir dos percursos percorridos, previamente planejados e coerentemente trilhados, teve-se que criar critérios baseados nas habilidades

necessárias para entrega do produto final, para tanto a avaliação foi processual para identificar a evolução de cada estudante determinando os pontos a ser melhorados e buscando fazer isso durante o processo de construção e desenvolvimento do projeto, que no caso do conectaRH teve duração de um semestre envolvendo as componentes curriculares de recrutamento e seleção, rotinas de pessoal II, modelagem de cargos e salários e direito do trabalho.



O protagonismo, segundo Bacich e Moran (2018), envolve a busca da autonomia e uma maior implicação por parte dos alunos, em seu aprendizado, o que ressalta a importância de um ensino voltado para a colaboração. Nesse sentido, o uso dos recursos digitais e de diferentes estratégias de ensino tornam-se imprescindíveis no processo de ensino e aprendizagem. Pontos que foram considerados no projeto desenvolvido, visto que todos participaram, amarrando os conteúdos estudados com a intervenção dos docentes.

Para a construção do protagonismo, utilizou-se diferentes recursos, métodos e ferramentas pedagógicas, tal como o Scrum.

No ConectaRH utilizou-se/testou-se o Scrum, que é uma metodologia ágil de avaliação usada para dar visibilidade sobre um processo ou projeto enquanto ele acontece. Por causa de seu funcionamento, há entregas incrementais, de modo que a oferta de feedback alimenta os procedimentos e permite o alcance dos resultados esperados. Essa metodologia se baseia na divisão da tarefa ou projeto a ser concluído. Cada parte é conhecida como sprint e dura entre uma semana e um mês, em média. Cada sprint realiza um conjunto de atividades, as quais são definidas no escopo do projeto. Ou seja, a equipe determina o que será entregue ao final de um sprint. Quando a última sprint acontece, espera-se que o resultado tenha todas as funcionalidades

especificadas em cada parte do processo e assim gerando o produto final proposto.

Portanto, foram definidas tarefas das componentes curriculares de recrutamento e seleção, rotinas de pessoal II, modelagem de cargos e salários e direito do trabalho e previdenciário e que se integram no evento I do ConectaRH e foram finalizadas no Evento II com a entrega do Plano de Cargos e Salários (Produto Final).

Ainda realizou-se a avaliação externa por parte do empresário e dos profissionais da área de RH e egressos, além da avaliação dos docentes e também autoavaliação individual e dos pares quanto ao desempenho dos grupos.



ESTAÇÕES DE TRABALHO



As estações de trabalho concertizam-se como cenários de diferentes contextos de aprendizagem, ou seja, espaços vivos e flexíveis para facilitar o aprender do aluno. Para Zabala (1998), a utilização do espaço tem sido resultado de uma maneira de compreender o ensino, tanto em relação à função social como à compreensão dos processos de aprendizagem. Por isso, o manejo dos espaços começa a ser tema problemático quando o protagonismo do ensino se desloca do professor para o aluno. O que interessa não é o que mostra o quadro,

mas o que acontece no terreno das cadeiras e, mais especificamente, em cada cenário construído.

3.1 AS ETAPAS DO PROCESSO E DO DESAFIO

A realização prática de estruturação do setor de RH teve a criação de 5 estações onde cada estação representava o processo que iniciava com o recrutamento e seleção da vaga até a contratação definitiva do novo colaborador. Procurou-se trabalhar de forma interdisciplinar conectando os conteúdos e dando significado aos mesmos. Simulamos atividades do dia a dia da empresa em situações reais e sob pressão.

Com o objetivo de proporcionar ao estudante o exercício prático dos conhecimentos de sala de aula, o Curso de Gestão de Recursos Humanos, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), realizou a primeira edição do ConectaRH.

Os acadêmicos do 3º e do 5º semestre foram divididos em quatro Times para simular os principais processos de RH de uma empresa. Cada equipe ficou responsável pelas estações de Recrutamento e Seleção, Modelagem de Cargos, Contrato de Trabalho, Admissão do Empregado.

O evento foi prestigiado pelos profissionais Elenir Antonio Lenz, supervisor executivo na empresa CIEE; Adriana Leal, coordenadora do SINE de Santa Rosa; e Janete Sander Stochero, gerente de Recursos Humanos da Coopermil. Juntos, avaliaram os acadêmicos em todas as estações de trabalho e, após, contribuíram com as suas experiências profissionais.

Participaram como candidatos às vagas de emprego os convidados Leidimara Strabação, analista de Departamento pessoal da Stara; Jonas Klein, técnico em Segurança do Trabalho da Lactalis; Sávio Alexandre Ferreira, eletrotécnico da Câmera; e Flávio Marques, operador de refino da Câmera. Ainda, a atividade contou com a presença das egressas e gestoras de RH: Carla Daiane Modes Fiedler, Aline Sturm, Analine Lorenzatto e Ângela Caroline Zamin dos Santos que também participaram do processo avaliativo das Times.

O evento propiciou a integração entre academia e mercado de trabalho. Foi um momento diferente, o qual mostrou o compartilhamento de ideias, a troca de

saberes e a aproximação entre os estudantes e os profissionais da área de RH, evidenciando um dos objetivos dos cursos presenciais ofertados pela Instituição.

Dentre outras características, o ConectaRH desenvolveu o espírito empreendedor. Foi uma atividade prática, fundamental para que os acadêmicos pudessem efetivamente ter esse contato para vivenciar o mercado de trabalho. Com certeza, serão profissionais mais preparados para lidar com as dificuldades vivenciadas no universo das organizações.

A proposta pedagógica de empreendedorismo e interdisciplinaridade buscou preparar o acadêmico, futuro profissional, para enfrentar os caminhos dos negócios, instigando a capacidade de análise e a definição de contextos no processo de tomada de decisões. Um pressuposto básico na implementação de qualquer projeto pedagógico é a capacitação dos educadores, no aprender a desaprender, na mudança do paradigma educacional. Só consegue absorver novas ideias e colocá-las em prática quem está receptivo. Estar aberto e ter percepção sobre o que está acontecendo no mundo e no mercado de trabalho é essencial para possibilitar a participação ativa nos caminhos que levam ao conhecimento e às práticas educativas (SIGNORETTI, 1998).

Portanto o ConectaRH é uma proposta que visa uma aprendizagem efetiva pois busca conciliar os três elementos no processo de ensino e aprendizagem que são: Estudar; Interagir com quem sabe fazer e Fazer. Também foram considerados no contexto do ConectaRH: Competências; Habilidades; Atitudes; Valores e Ética.

Segue imagens e registros documentais do projeto e do evento na sua totalidade:





CONCLUSÃO

Com a proposta de interação do projeto, este pode ser nomeado como Interdisciplinar, pois disciplinas diferentes interagem, por meio de seus docentes, conhecimentos e competências comuns que precisam ser construídas. A iniciativa pode surgir da instituição, dos docentes, dos alunos, da comunidade. Assim, como no ConectaRH, ajudou os alunos a perceber conexões entre as disciplinas, à identificar aspectos do mercado de trabalho e à interagir com a teoria e a prática de maneira coerente e organizada.

A sociedade atual exige que o ensino superior não somente capacite os acadêmicos para futuras habilitações nas especializações tradicionais, mas principalmente, que tenha em vista a formação dos mesmos, para desenvolver

suas competências e habilidades em função de novos saberes que se produzem e que exigem um novo tipo de profissional. No Ensino Superior, a falta de contato do conhecimento com a realidade, parece ser uma característica presente. Os professores, no esforço de levar seus alunos a aprender, o fazem de maneira a dar importância ao conteúdo em si, e não à sua interligação com a situação da qual emerge, gerando, assim, a clássica dissociação entre teoria e prática.

A educação deve ser entendida e trabalhada de forma interdisciplinar, na qual o aluno é agente ativo, protagonista, comprometido, responsável, capaz de planejar suas ações, assumir responsabilidades, tomar atitudes diante dos fatos e interagir no meio em que vive contribuindo, desta forma, para a melhoria do processo ensino aprendizagem. Assim sendo, é de responsabilidade dos professores fazer com que o aluno seja sujeito de sua aprendizagem, ciente do que irá realizar, para que e como, ou seja, levar o aluno a aprender a planejar, a trabalhar com hipóteses e a encontrar soluções.

Além das aprendizagens e do desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e sociais conquistadas pelos acadêmicos, resultados também ecoaram na instituição, promovendo mudanças importantes para dar suporte e sustentação à prática docente e aos aspectos pedagógicos. Algumas mudanças envolveram a Reestruturação do NAP-FEMA¹, a constituição da Incubadora Acadêmica de Tecnologia e Inovação (IATI-FEMA) e também a formação do Núcleo de Inovação e Tecnologias Educacionais (NITED-FEMA)².

Entende-se então, que cabe às instituições de ensino superior a tarefa de concretizar as aspirações do futuro profissional do mercado em termos de conhecimento e de preparação para enfrentá-lo. Dentre suas atribuições, uma das mais importantes é a de buscar superar a capacidade para formar o ser social, aquele capaz de entender seu papel e aplicar os conhecimentos das habilitações técnicas e científicas. O aprendizado e o desenvolvimento intelectual aprimorados no curso superior devem também estar sintonizados com as demandas emergentes da sociedade, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida do homem. E o projeto relatado, demonstra o percurso para consolidação dos referidos objetivos.

¹ Coordenadora pela psicóloga e docente Juliane Colpo.

² Ambos, sob coordenação do professor Nedisson Luis Gessi.

A interdisciplinaridade, aqui, enquanto técnica de aprendizagem e convergência de conhecimentos, pode vir a ser um instrumental eficiente para o processo de formação superior. No processo de mudança e de condução desse novo profissional, faz-se necessário a busca de novas estratégias metodológicas e a reestruturação curricular, tendo como base a interdisciplinaridade, a visão holística do conhecimento e a abertura daqueles que vão fazer acontecer (BRAGA; LEITE, 1999).

O desenvolvimento do perfil profissional, com base no aprender a aprender, advém, em grande parte, do abrir espaço para a criatividade. No entanto, viabilizar propostas para apreender as competências, detectar os melhores conteúdos programáticos, captar a dinâmica educacional mais adequada e explorar mecanismos que coloquem em ação a atividade pedagógica desejada, representam hoje o grande desafio para a formação profissional, nos diferentes cursos de graduação. Por isso a ideia de vivenciar a prática, com a teoria, a partir do referido projeto, promoveu o desenvolvimento integral, tanto dos docentes, quanto dos alunos, protagonistas das aprendizagens.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. Para uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRAGA, A. M.; LEITE, D. **Pedagogia Universitária: conhecimento, ética e política no ensino superior**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridades: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. C. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1993.

FERREIRA, M. E. M. P. **Ciência e Interdisciplinaridade**. In: FAZENDA, I. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1999.

JUNGES, Kelen dos Santos; BEHREN, Marilda Aparecida. **Prática Docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora de mudança**. Revista PERSPECTIVA. Florianópolis, v. 33, n. 1, 285-317, jan./abr. 2015. Disponível em <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MITRE, Sandra Minardi e outros. **Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem na Formação Profissional em Saúde: debates atuais.** Ciência & Saúde Coletiva, 13 (Sup 2), 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

MONDO, André Borba; DEPINÉ, Ágatha; PEREIRA, Gabriela Slompo; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. **Gamificação Aplicada à Educação Empreendedora: uma revisão integrativa.** 3º Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia – INOVA. São Bento do Sul, 2018.

NICOLESCU, B. **Projeto Ciret-Unesco: evolução transdisciplinar da universidade.** 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

SIGNORETTI, M. S. **Flexibilidade: o caminho da transformação.** Belo Horizonte: Metaconsultoria, 1998.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

EL CONSUMIDOR A LA LUZ DE LA NORMATIVA VIGENTE

María Florencia Baldi¹
Yamila Mariel Gamez Rodriguez
Ivanna Gisela Lunvist
Yesica Mariana Sedoff

RESUMEN

La presente investigación gira entorno a la vulnerabilidad del consumidor de bienes finales en la ciudad de Oberá, Provincia de Misiones, frente al sistema protectorio que lo ampara. Para poder lograrlo, hemos diseñado una investigación de campo, de tipo aplicada, de naturaleza predominantemente cualitativa, no experimental, transversal o transaccional, descriptiva, diacrónica y deductiva. La recolección de información se ha efectuado con un trabajo de campo, con muestreo no probabilístico a través de encuestas por cuotas, dirigidas o intencionales y por conveniencia. La toma de las muestras se realizó por medio de la elaboración de encuestas, tomando a toda la ciudad de Oberá como ámbito geográfico y dividiendo a la población en edades, sexo, instrucción, actividad. Del análisis de las encuestas, se despliegan más de diez variables contempladas, entre las que podemos destacar, el grado de conocimiento de la Ley de Defensa del Consumidor, problemáticas con productos adquiridos, clases de productos y comercios, reclamaciones, vías de reclamo, etc. Básicamente, lo que se pretende con esta investigación es exponer cuáles son los motivos que hacen a la vulnerabilidad de este grupo de consumidores aún existiendo un sistema de protección específico. En este orden de ideas, el resultado obtenido, ha sido contundente, en cuanto refleja el grado de ignorancia de la población obereña de los derechos con que cuentan en materia de consumo y las vías de reclamo. Es importante resaltar, que la investigación no ha finalizado, y actualmente estamos en plena ejecución, procesando toda la información obtenida del trabajo de campo realizado.

Palabras-clave: Derecho de Consumo - Consumidor – Vulnerabilidad – Bienes – Oberá.

RESUMO

A presente investigação gira em torno da vulnerabilidade do consumidor de bens finais na cidade de Oberá, província de Misiones, contra o sistema de proteção que o protege. Para isso, projetamos uma investigação de campo, do tipo aplicado, de natureza predominantemente qualitativa, não experimental, transversal ou transaccional, descritiva, diacrônica e dedutiva. A coleta de informações foi realizada com trabalho de campo, com amostragem não

¹ Universidad Gastón Dachary, Departamento de Ciencias Jurídicas y Sociales, Oberá, Argentina, Abogadas, e-mail obera@ugd.edu.ar.

probabilística por meio de levantamentos de cotas, direcionados ou intencionais e por conveniência. A amostragem foi realizada através da elaboração de pesquisas, tomando toda a cidade de Oberá como uma área geográfica e dividindo a população em idades, sexo, instrução, atividade. A partir da análise das pesquisas, são implantadas mais de dez variáveis contempladas, dentre as quais destacamos o grau de conhecimento da Lei de Defesa do Consumidor, problemas com produtos adquiridos, classes de produtos e lojas, reclamações, rotas de reclamação, etc. Basicamente, o que se pretende com esta pesquisa é explicar quais são as razões que tornam esse grupo de consumidores vulneráveis, mesmo que exista um sistema de proteção específico. Nessa ordem de idéias, o resultado obtido foi esmagador, na medida em que reflete o grau de ignorância da população obereña sobre os direitos que ela possui em termos de consumo e formas de reivindicar. É importante destacar que a investigação não foi concluída e estamos atualmente em plena execução, processando todas as informações obtidas no trabalho de campo realizado.

Palavras chave: Direito do Consumidor - Consumidor - Vulnerabilidade - Mercadorias - Oberá.

INTRODUCCIÓN:

[...] Consumidores, por definición, somos todos. Son el grupo mayoritario de la economía, afectando y siendo afectados por la práctica totalidad de las decisiones económicas públicas y privadas. Dos tercios del gasto total en la economía provienen de los consumidores. Pero son el único grupo importante en la economía que no están organizados eficazmente, cuya opinión es a menudo ignorada. (J. F. KENNEDY, 1962, Marzo).

Esta investigación ha sido motivada porque este grupo de profesionales, en su actividad propia y de modo individual, ha recibido una variedad de casos de clientes que acudían a una consulta por temas relacionados al consumo de bienes. Lo que más nos llamó la atención es que, a la hora de encuadrar jurídicamente cada caso, nos encontramos con una multiplicidad de normas que preveían el asunto, por lo que nos resultó evidente que la legislación al respecto existe, extensamente, pero de todos modos, el consumidor se ve burlado en el acto de consumo.

Todo este escenario nos llevó a plantearnos: ¿dónde está la falla?, ¿Qué es lo que hace que el consumidor sea vulnerado en sus derechos, pese a la cantidad de normas que lo amparan?, ¿desconoce el consumidor sus derechos?, ¿sabe el consumidor cuáles son los mecanismos de reclamo con los que cuenta?.

Son precisamente estos interrogantes, a los que pretendemos dar respuesta con la realización de esta investigación.

Por ello este trabajo pretende indagar acerca de la realidad del consumidor final de bienes de la ciudad de Oberá, Misiones, en lo que respecta a la vulnerabilidad de sus derechos, teniendo en cuenta las diferencias que aquejan a los consumidores según su edad, capacidad económica, entorno socio ambiental, grado de escolarización y sexo.

1 FUNDAMENTACIÓN

Partimos de la base de que el ser humano es un ser social vivo, que se desarrolla en comunidad, y para satisfacer sus necesidades se vincula con otros, generando así relaciones de diversa índole, y principalmente relaciones de consumo, entendiendo a éstas como “... **el vínculo jurídico entre un proveedor y un consumidor...**” siendo éste último una persona humana o jurídica que adquiere o utiliza bienes o servicios como destinatario final, en beneficio propio o de su grupo familiar o social; es importante destacar la marcada evolución legislativa que han merecido estos comportamientos, en tanto antes, aquellas relaciones se regían por el derecho común y actualmente, en el contexto de una economía de mercado globalizado, en el cual intervienen diversos actores, requiere de una mayor especificidad, a los fines de proteger al sujeto vulnerable, esto es al consumidor.

El consumo, es el motor de la economía de los Estados, en todos sus niveles; local, provincial, nacional e internacional, y desde esta perspectiva es que el Estado promueve normas y sistemas de protección a sus ciudadanos que se encuentran expuestos permanentemente, en virtud a que los desarrollos tecnológicos e informáticos permiten estar conectados las 24 horas del día, los 365 días al año, con posibilidad de acceder a innumerables bienes y servicios, sin fronteras.

Frente a esta realidad, se debe brindar al consumidor de instrumentos jurídicos que le permitan equilibrar su situación de vulnerabilidad ante los proveedores de bienes y servicios.

Es por ello, que nuestra investigación ha sido motivada en mayor medida,

por la inquietud que nos generaba recibir a clientes que realizaban una consulta profesional relacionada al acto de consumo que habían realizado. Por medio de éste acto de consumo adquirirían un bien como consumidores finales y éste, o no coincide con lo que creyeron comprar, o estaba averiado, o no funcionaba correctamente, etc.

El punto de inflexión se da cuando analizamos las normas que regían estos actos y todas concluimos que la legislación al respecto es extensa, que quedan muy pocos espacios no alcanzados por ellas, entonces, ¿qué sucede? .

Es así que decidimos investigar el fenómeno en la ciudad de Oberá.

2 PLANTEAMIENTO

2.1 - PLANTEO GENERAL

¿Es vulnerable el consumidor en sus derechos, pese a la normativa que lo ampara?

2.2 PLANTEO ESPECÍFICOS

¿Conoce el consumidor cuáles son los derechos que el ordenamiento jurídico le brinda?

¿Sabe el consumidor cuáles son las vías con las que cuenta para realizar sus reclamos?

3 OBJETIVOS

3.1.- OBJETIVO GENERAL

Indagar acerca de la vulnerabilidad de los derechos del consumidor final de bienes.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Medir el grado de conocimiento del consumidor final de bienes sobre los

derechos que le amparan.

Investigar si el consumidor final de bienes sabe cuáles son las vías de reclamo.



4 HIPÓTESIS DE TRABAJO

4.1. HIPÓTESIS GENERAL

El consumidor final de bienes es vulnerable en sus derechos, pese al conglomerado de normas que lo protegen.

4.2 HIPÓTESIS ESPECÍFICAS

El consumidor final de bienes desconoce cuáles son sus derechos.

El consumidor final de bienes no sabe cuáles son las vías de reclamo con las que cuenta.

5 METODOLOGÍA

Por tal motivo se planteó una investigación del tipo aplicada, tomando formulaciones teóricas de diversas normas, principios generales del derecho de consumo, con recolección de la información a través del trabajo de campo; siendo el método predominantemente cualitativo, no experimental (transversal,

descriptivo, diacrónica, con muestra y deductivo).

Como método de recogida de datos se planteó la realización de encuestas, para la cual se dividió el municipio de Oberá en Centro 1 2 y 3 y Suburbano del 1 al 7, lo que se puede observar en el siguiente mapa:

5. Fuente: Google Earth. Foto satelital de Oberá (Misiones – Argentina) dividido en Tres (3) centros y siete (7) subzonas.

Lográndose la toma de un total de 675 muestras útiles, se les ha realizado a los encuestados el siguiente cuestionario:

1. Sexo: femenino o masculino.
2. ¿Qué edad tiene? Dividiéndose el rango etario de 16 a 24 años; 25 a 39 años; 40 a 54 años, 55 o más.
3. ¿Qué grado de instrucción posee? Ubicándose entre las opciones no tener instrucción alguna, contar con la primaria completa o bien primaria incompleta, haber terminado el nivel secundario o secundario incompleto, haber cursado algún grado terciario o universitario o haberlo finalizado.
4. ¿Qué condición económica tiene?, ¿trabaja o está desocupado?, ¿se ha incorporado o ya se ha retirado?
5. Si trabaja, ¿lo hace de manera autónoma o dependiente?, Si es dependiente ¿depende de un privado o de un ente estatal?
6. ¿Conoce algún derecho específico que ampare a los consumidores?
7. ¿Conoce la ley de defensa del consumidor?
8. ¿Alguna vez, tuvo un problema con algún bien que haya comprado?
9. ¿Qué compro?, Estando entre las opciones electrodomésticos, electrónicos u otros.
10. ¿En qué comercio lo compró? ¿En un comercio local, cadena comercial o compra por internet o telefónica?
11. ¿En qué mes compró el producto?
12. ¿En qué año compró el producto?
13. ¿Cuánto tiempo tardó en tener problemas?
14. ¿Cuánto valía el producto al momento de la compra?
15. ¿Realizó algún reclamo?
16. ¿Dónde realizo el reclamo? ¿En la oficina del consumidor, en el lugar donde compró u otro?

17. ¿Por qué eligió esa opción de reclamo?
18. ¿Se asesoró con un abogado?
19. Si no se asesoró con un abogado ¿Por qué no lo hizo?
20. ¿Obtuvo solución a su reclamo? ¿Si o no?
21. ¿Qué tan satisfecho quedó con la solución? Mucho poco o nada.
22. Si no realizó ningún reclamo, ¿Por qué no lo hizo?
23. ¿Conoce las vías de reclamo con las que cuenta?
24. Si su respuesta es sí, ¿Qué vías de reclamo conoce?
25. ¿Conoce si en Oberá existe una oficina de Defensa del consumidor?
26. ¿Podría indicar su ubicación?

Luego del procesamiento de los datos obtenidos, los resultados arrojados parciales hasta ahora analizados, arrojan los siguientes datos:

tan solo el 29.78 de los encuestados declara conocer la ley de defensa del consumidor y la alarmante cifra del 70.22 admite no conocerla.

La importancia de la Ley de Defensa del Consumidor Ley N°24.240 es de tal magnitud, que se convierte en una ley marco, de aplicación obligatoria a todo el territorio nacional, siendo consagratoria de un innumerable cúmulo de derechos que son de raigambre constitucional, toda vez que dispone el art. 42 de la Constitución Nacional Argentina "...los consumidores y usuarios de bienes y servicios tienen derecho, en la relación de consumo,". Entendidos estos consumidores y usuarios como personas físicas (individual o colectivamente) y jurídicas, que adquieran productos o utilicen servicios, o sea, aquellas personas que realizan un acto específico: el acto de consumir (disfrutando, extinguiendo, degradando o destruyendo bienes a través de su uso), de tal manera que quedan comprendidos en el sistema tuitivo todos los consumidores, siempre que se encuentren dentro de una relación de consumo, con independencia de que hayan contratado o no.

He aquí lo alarmante del alto grado de desconocimiento de la población en general sobre esta norma de vital importancia, porque tal y como lo ha dicho J. F. Kennedy en uno de sus más famosos discursos, consumidores por definición, somos todos.

El 29.78 % (equivalente a 201 personas) afirmó conocer la ley de defensa del consumidor.

En este caso, se bajó el grado de pretensión en la respuesta, preguntando a los encuestados, que, sí más allá de los tecnicismos que conocer una norma implica, eran capaces de conocer al menos algún derecho que ampare a los consumidores.

Solo él 24, 74% (167 personas) de los encuestados afirman conocer algún derecho, lo que plantea la siguiente inquietud:

si las personas conocen la ley 24.240, debe necesariamente conocer los derechos que esta estipula. Por el contrario, las personas que afirmaron conocer la ley, no pudieron sostener el porcentaje en interrogante posterior.

Habiendo sospechado que esto podría pasar, introdujimos una respuesta de confirmación de las dos anteriores, solicitando a los encuestados que por favor mencionen expresamente un derecho que ampare a los consumidores.

Por otro lado, del 24,74% de los encuestados que afirman conocer algún derecho que ampare a los consumidores, él 46.71 no pudo mencionar un derecho en concreto. Lo que equivale a decir que de 167 personas, 78 personas no pudieron nombrar un derecho en concreto y el resto, no ha sabido nombrar con precisión el derecho en cuestión, al punto tal de que la mayoría de los que fueron nombrados, no se encuentran expresamente amparados por el sistema tuitivo del derecho de consumo.

La mayoría de los encuestados niegan haber tenido algún percance con productos que haya comprado. Creemos que esto se encuentra directamente vinculado a los primeros tres interrogantes que logran evidenciar al gran desconocimiento de la población obereña de derechos que los amparan las relaciones de consumo. ¿Cómo sería posible detectar alguna infracción o problema si no conocemos cual es el abanico de condiciones que por ley los productos están obligados a cumplir?

En cambio 230 personas, que representan el 34.07% de los encuestados, reconocen haber tenido problemas con productos comprados.

CONCLUSIÓN

Con los resultados arribados en la investigación planteada, se confirma la hipótesis general planteada: “El consumidor final de bienes es vulnerable en sus

derechos, pese al conglomerado de normas que lo protegen” y con ella además las específicas, determinando que “el consumidor final de bienes desconoce cuáles son sus derechos, y no sabe cuáles son las vías de reclamo con las que cuenta. Sin embargo en cuanto a las dos últimas hipótesis específicas, “Las vías de reclamo (administrativas – judiciales) no son efectivas” y que “No existe actualmente educación para el consumo localmente”, son incógnitas que no se han culminado de plasmar en la investigación arribada pues, es necesario ahondar más aún en cuanto a estas dos cuestiones, por un lado la efectividad de las vías de reclamo tanto administrativas, como judiciales, y por otro la educación para el consumo localmente, pero implicarán seguramente dos líneas de investigación nuevas que se abren ante la gran información recaudada en la presente investigación.

Actualmente, nos encontramos en proceso de divulgar todos los datos obtenidos hasta el presente, y conformar una guía práctica para los consumidores, a fin de trasladar lo adquirido a aquellos vecinos de la ciudad de Oberá y todos los consumidores, expresando y haciéndoles conocer sus derechos y vías de reclamo, tornado efectivo todo aquello que se plasma en la normativa vigente Argentina.

REFERENCIAS

ARGENTINA, **Ley N° 26.994, 07 de Octubre de 2014, Artículo 1092**. Nuevo Código Civil y Comercial de la Nación Argentina. 1ª ed. CABA. Visión Jurídica, 2014. Pág. 254.

ARGENTINA, **Discurso de John Fitzgerald Kennedy ante el Congreso de los Estados Unidos**. 15 de marzo de 1962. Disponible em:
<http://www.aytojaen.es/portal/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/2_13065_1.pdf>.
Acesso em: 10 ago. 2018.

HERRAMIENTAS DE GESTIÓN LOCAL DE AGUAS SUPERFICIALES EN LA CUENCA DEL ARROYO MBÓI CAÉ

María Rosa Servín Nasich¹
Miguel Ángel Servín Santa Cruz²
Viviana Marilyn Pacheco Figueredo³
Edith Jacqueline Velázquez Haurón⁴

RESUMO

O Paraguai possui uma lei de recursos hídricos, embora sua aplicação não seja eficaz devido à falta de regulamentação. Assim, a gestão de recursos é realizada através de resoluções ministeriais. Nesta situação, como as autoridades locais podem proceder para justificar as decisões que tomam em relação aos cursos de água que administram? O objetivo deste trabalho foi comparar os requisitos da Resolução nº 222/2002 do Ministério do Meio Ambiente com índices de qualidade da água. Os critérios analisados foram: número e tipo de parâmetros, representação gráfica e redação do boletim. Embora ambos cumpram sua função de avaliar a qualidade da água em um determinado momento e local, a complexidade dos requisitos de resolução é a principal desvantagem em comparação com os índices, o que representa um maior investimento em tempo e dinheiro, Além da necessidade de recursos técnicos específicos para gerenciamento de informações. Por outro lado, os índices de qualidade da água são mais fáceis de entender, pois representam em uma figura, uma expressão e uma cor as aptidões de uso do recurso, de acordo com a metodologia utilizada. Recomenda-se o uso de índices de qualidade da água para apoiar a tomada de decisão sobre os recursos hídricos na bacia do rio Mbói Caé, no sul do Paraguai. O uso de um ou outro, ou combinações dos mesmos, dependerá das capacidades técnicas, econômicas e operacionais dos gerentes de recursos.

Palavras-Chave: Qualidade da Água - Índice de Qualidade - Resolução Ministerial.

INTRODUCCIÓN

La Secretaría del Ambiente (SEAM) fue creada en el año 2000 a través de la Ley N° 1.561, con el objetivo de la formulación, coordinación, ejecución y fiscalización de la política ambiental nacional, la cual fue aprobada por

¹ Docente investigador. Ing. Agroambiental. Candidata a Dr. en Gestión Ambiental - Universidad Nacional de Itapúa. E-mail: vimapac@gmail.com

² Docente investigador. Ing. Agroambiental. Candidata a Dr. en Gestión Ambiental - Universidad Nacional de Itapúa. E-mail: sernasich@gmail.com

³ Docente investigador. Ing. Agrónomo. Candidato a Dr. en Gestión Ambiental - Universidad Nacional de Itapúa. E-mail: mangelservin@gmail.com

⁴ Docente investigador. Abogada. Candidata a Dr. en Gestión Ambiental - Universidad Nacional de Itapúa. E-mail: jvhauron1@hotmail.com

Resolución N° 04 del 31 de mayo de 2005 del Consejo Nacional del Ambiente (CONAM). La misma se tiene por objetivo general “[...] conservar y adecuar el uso del patrimonio natural y cultural del Paraguay para garantizar la sustentabilidad del desarrollo, la distribución equitativa de sus beneficios, la justicia ambiental y la calidad de vida de la población presente y futura.” (CONSEJO NACIONAL DEL AMBIENTE, 2005).

En lo que respecta a los recursos hídricos, en 2002 la SEAM estableció la norma de calidad de agua, a través de la Resolución N° 222, la cual se constituye como criterio fundamental para la gestión de recursos hídricos y garantizar el control uniforme de los recursos hídricos en todo el territorio nacional (KAWAI e FACETTI, 2013). La principal característica de esta normativa es el establecimiento de las “clases de calidad de agua”, según el uso preponderante de los recursos hídricos:

Cuadro N° 1: Clases de calidad de agua

	Clase 1	Clase 2	Clase 3	Clase 4
Abastecimiento doméstico	Tratamiento sencillo ¹	Tratamiento convencional ²	Tratamiento especial ³	No
Protección de comunidades acuáticas / Armonía paisajística	Sí	Sí	Sí	Sí
Recreación	Contacto primario ⁴	Contacto secundario		Navegación
Irrigación	Sí ⁵	Sí ⁶	Sí ⁷	No
Acuicultura⁸	Sí	Sí	No	No

Elaboración propia a partir de Secretaría del Ambiente (2002).

Sin embargo, en 2006 a través de la Resolución N° 255, la misma institución declara que todas las aguas superficiales de la República del Paraguay son de clase 2, excepto aquellas provenientes de nacientes, surgentes

¹ Cloración o filtración

² Coagulación, decantación, filtración y cloración

³ Tratamiento convencional + ozonización, aplicación de carbono activado y otros procesos para poder garantizar la calidad de las aguas para abastecimiento público

⁴ Esquí acuático y natación

⁵ Aquellas consumidas crudas, las frutas que crecen en los suelos y que sean ingeridas crudas sin remoción de la cáscara

⁶ Hortalizas y plantas fructíferas

⁷ Árboles, jardines y forraje

⁸ Cría natural o intensiva

o manantiales de los cursos de agua que no presentan grave deterioro de su ecosistema o bien se encuentren conservadas por el Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas, las cuales son consideradas de clase 1.

Luego, en 2007 el Congreso Nacional promulgó la Ley N° 3.239 de los Recursos Hídricos del Paraguay, cuya autoridad de aplicación es la SEAM. Su objeto es regular la gestión sustentable e integral de todas las aguas y los territorios que la producen, cualquiera sea su ubicación, estado físico o su ocurrencia natural dentro del territorio paraguayo, con el fin de hacerla social, económica y ambientalmente sustentable para las personas que habitan el territorio de la República del Paraguay. Aunque desde 2018 la Secretaría del Ambiente (SEAM) fue elevada al grado de Ministerio y pasó a denominarse Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADES) por Ley N° 6.123, hasta la actualidad la Ley N° 3.239/07 aún no cuenta con reglamentación.

A nivel nacional, la gestión de los recursos hídricos se realiza a través de la Dirección General de Protección y Conservación de los Recursos Hídricos del actual Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADES)¹, dadas sus funciones establecidas en la Ley N° 1.561/00, es decir, formular, coordinar y evaluar políticas de mantenimiento y conservación de los recursos hídricos y sus cuencas, asegurando el proceso de renovación, el mantenimiento de los caudales básicos de las corrientes de agua, la capacidad de recarga de los acuíferos el cuidado de los diferentes usos y aprovechamiento de los recursos hídricos, preservando el equilibrio económico (PARAGUAI, 21 jul. 2000).

Considerando este escenario, se plantea la siguiente pregunta: ¿cómo pueden proceder las autoridades locales para justificar las decisiones que tomen respecto a los cursos hídricos que gestionan, particularmente en cuanto a la calidad de las mismas?

Paraguay asumió en 2015 el compromiso de alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) para el 2030. Estos pueden considerarse un llamado universal a la adopción de medidas para poner fin a la pobreza, proteger el planeta y garantizar que todas las personas gocen de paz y prosperidad

¹ La Secretaría del Ambiente (SEAM) fue elevada a Ministerio a través de la Ley N° 6.123 del 5 de julio de 2018, y pasó a denominarse Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADES)

(COMIÇÃO ODS PARAGUAY 2030, 2019). Entre ellos, el objetivo 6 se refiere específicamente al área de agua y saneamiento, y se define como “garantizar la disponibilidad de agua y su gestión sostenible y el saneamiento para todos” (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2019). Las metas asumidas para el 2030 fueron las siguientes:

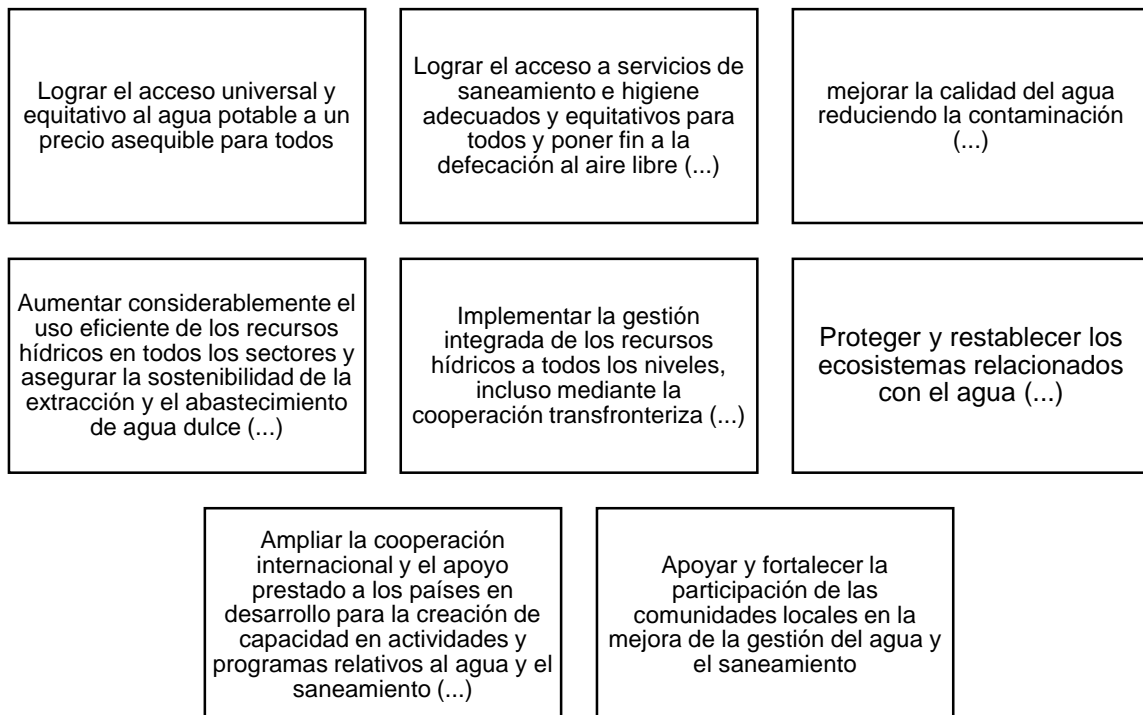


Figura N° 1: Metas del Objetivo 6 de los ODS 2030.
Elaboración propia a partir de PNUD (2019).

Cabe destacar la importancia otorgada a la Gestión Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), la cual es definida por la Global Water Partnership (2011) como el proceso que promueve el desarrollo y manejo coordinados del agua, la tierra y otros recursos relacionados, con el fin de maximizar el bienestar económico y social resultante de manera equitativa, sin comprometer la sostenibilidad de los ecosistemas vitales. Efectivamente, la GIRH es un enfoque de buenas prácticas globales para abordar la gestión del agua (SADOFF e MULLER, 2010); holístico y sistémico (MIHAIESCU, MIHAIESCU e ODAGIU, 2012); y que integra el sistema *natural*, en cuanto a la oferta o disponibilidad del recurso, con el sistema *humano*, que determina la demanda o el uso del agua,

la producción de desechos y la contaminación del recurso (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO PARAGUAY, 2006).

En este contexto, la construcción de capacidades en este sector es fundamental para garantizar la sostenibilidad institucional, la cual es definida por Savenije (1996) como aquellas actividades que involucran el desarrollo de las instituciones necesarias para la utilización sostenible de los recursos hídricos, así como entornos políticos favorables con respecto a todos los actores involucrados. De esta manera, este trabajo se plantea como objetivo comparar los requerimientos de la Resolución N° 222 de la Secretaría del Ambiente (SEAM) con otras herramientas de apoyo a la toma de decisiones sobre la gestión de recursos hídricos, como los índices de calidad de agua.

Tradicionalmente, la expresión “calidad de agua” se asocia con la utilización de ella para consumo humano (SERVÍN NASICH, PACHECO FIGUEREDO, *et al.*, 2019), aunque la gran diversidad de usos y aplicaciones del agua derivadas de la expansión y el desarrollo de la civilización ha extendido ese significado para ajustarlo a un nuevo espectro de significados y necesidades (CÁRDENAS LEÓN, 2005). La descripción de la calidad del agua puede realizarse, básicamente, de dos formas: midiendo parámetros físicos (sustancias que tienen incidencia directa sobre las condiciones estéticas del agua), químicos (indicadores como pH, acidez y alcalinidad, y presencia de sustancias químicas) o biológicos (microorganismos); o utilizando un índice de calidad del agua (SIERRA RAMÍREZ, 2011).

El propósito de estos índices es simplificar, en una expresión numérica, las características positivas o negativas de cualquier fuente de agua (RAMÍREZ, RESTREPO e VIÑA, 1997). Estos índices son herramienta funcional en la planificación de las cuencas hidrográficas en materia de calidad; pueden ser utilizados en la clasificación de áreas y usos del agua, en el desarrollo sustentable, en la política ambiental, en la gestión ambiental, en el manejo del recurso, y en el desarrollo de la investigación científica (RODRÍGUEZ MIRANDA, SERNA MOSQUERA e SÁNCHEZ CÉSPEDES, 2016). En general, el procedimiento de aplicación de los distintos índices es el siguiente:

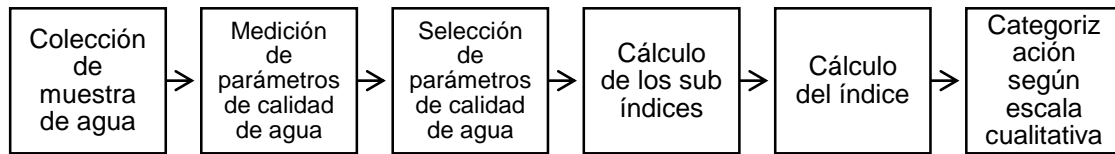


Figura N° 1: Procedimiento general de aplicacin de ICAs.
Elaboracin propia.

Aunque la Gestin Integrada de Recursos Hdricos (GIRH) es un concepto que abarca diversas dimensiones, como los usuarios del agua, las escalas temporal y espacial, y el recurso hdrico en s mismo, este trabajo slo se concentra en las herramientas de apoyo a las decisiones respecto a la calidad de esta ltima dimensin.

1 METODOLOGA

El objetivo de este trabajo fue comparar los requerimientos de la Resolucin N° 222 de la Secretara del Ambiente (SEAM) con ndices de calidad de agua (ICAs), como herramientas de apoyo a la toma de decisiones sobre la gestin de recursos hdricos en la cuenca del arroyo Mbói Caé, al Sur del Paraguay. En el caso de la mencionada resolucin, slo se tomaron las condiciones y lmites establecidos para las clases 1 y 2, por sus aptitudes de uso.

Entonces, en general, se tomaron en cuenta los siguientes criterios:

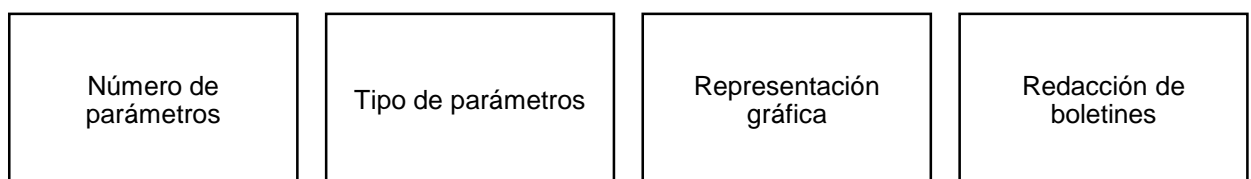


Figura N° 2: Criterios analizados.

El criterio “número de parámetros” se refiere a la cantidad de parámetros físicos, químicos y microbiológicos necesarios para dar cumplimiento a los requisitos pre establecidos; “tipo de parámetros”, clasifica si los análisis de calidad de agua son de tipo convencional, especial o si deben realizarse simples observaciones; “representación gráfica” si es posible resumir gráficamente, a

través de gráficos de barra, curvas, o mapas georreferenciados, los resultados obtenidos; y “redacción de boletines”, a la posibilidad de comunicar estos resultados de manera sencilla y objetiva tanto a tomadores de decisiones como a la población local.

Se compararon los estándares establecidos para:

- Resolución N° 222 del 2002 de la Secretaría del Ambiente (SEAM), por la cual se establece el padrón de calidad de las aguas en el territorio nacional
- Índice de Calidad de Agua de la National Sanitation Foundation (NSF) de Estados Unidos
- Índice de Calidad de Agua del Río Des Moines en Estados Unidos
- Índice de Dinius
- Índice Simplificado de Calidad de Agua (ISQA)
- Índice de Contaminación (ICos): por Mineralización (ICOMI), por Materia Orgánica (ICOMO), por Sólidos en Suspensión (ICOSUS), y por Trofia (ICOTRO).

La comparación fue realizada a través de revisión de fuentes bibliográficas, donde se detallan los procedimientos de aplicación de cada una de estas herramientas. La revisión forma parte de los resultados parciales del proyecto 14 INV 223 “Propuesta de Gestión Integral de Recursos Hídricos para la ciudad de Encarnación”, ejecutado por la Facultad de Ciencias y Tecnología de la Universidad Nacional de Itapúa, y cuenta con el cofinanciamiento del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) del Paraguay.

2 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La Resolución N° 222 de la Secretaría del Ambiente (SEAM, 2002), que establece el padrón de calidad de las aguas en el territorio nacional, determina los siguientes límites y/o condiciones para las clases 1 y 2:

Cuadro N° 2: Límites y/o condiciones para las aguas de clase 1 y clase 2, según Res. SEAM N° 222/02

	Clase 1	Clase 2
Materias fluctuantes, incluso espumas no naturales	Virtualmente ausentes	

Aceites y grasas	Virtualmente ausentes	
Sustancias que comuniquen sabor y olor	Virtualmente ausentes	
Colorantes artificiales	Virtualmente ausentes	
Sustancias que formen depósitos objetables	Virtualmente ausentes	
Coliformes	< 1000/100ml recreación < 200/100ml otros usos	< 1000/100ml todos los usos
DBO	Hasta 3 mg/l	Hasta 5 mg/l
Oxígeno Disuelto	> 6 mg/l	> 5 mg/l
Turbidez	≤ 40 NTU	≤ 100 NTU
Color	≤ 15mgPt/l	≤ 75mgPt/l
pH	6,0 – 9,0	

Cuadro N° 3: Tenores máximos permisibles para aguas de clase 1 y clase 2, según Res. SEAM N° 222/02

Sustancias potencialmente perjudiciales					
Compuestos Inorgánicos (mg/l)	Clase 1	Clase 2	Compuestos Orgánicos (mg/l)	Clase 1	Clase 2
Aluminio	Hasta 0,2 Al		Diquat	Hasta 0,02	
Amonio no ionizable	Hasta 0,02 NH ₃		Antracina	0,003	
Cloratos	Hasta 250 Cl		2-4-D	0,03	
Hierros solubles	Hasta 0,3 Fe		Glifosato	0,7	
Fósforo total	Hasta 0,025 P	Hasta 0,05 P	Alaclor	0	
Nitrógeno total	Hasta 0,30 N	Hasta 0,6 P	Trifluralina	0,02	
Sulfatos	Hasta 250 SO ₄		Propanil	0,02	
Nitratos	Hasta 10 N		Picloran	0,5	
Nitritos	Hasta 1,0 N		Bentazon	0,03	
Sodio	Hasta 200 Na		Carbofuran	0,04	
Dureza	Hasta 300 Ca		Endosulfan	0,056	
Selenio	Hasta 0,01 Se		Enitrothion	0,003	
Manganeso	Hasta 0,1 Mn		DDVP	0,01	
Bario	Hasta 2,0 Ba		Diazion	0,005	
Arsénico	Hasta 0,01 As		Simazina	0,004	
Cianuro	Hasta 0,2 HCN		Chlordane	0	
Plomo	Hasta 0,01 Pb		DDT	0,002	
Cadmio	Hasta 0,001 Cd		Endrin	0	
Cobre	Hasta 1,0 Cu		Heptaclor	0,002	
Cromo trivalente	Hasta 0,5 Cr		Lindano	0,0002	
Cromo hexavalente	Hasta 0,05 Cr		Methoxyclor	0,04	
Estaño	Hasta 2,0 Sn		Dioxina ¹	0	
Mercurio inorgánico	Hasta 0,002 Hg		PCBs ²	0	
Mercurio orgánico	0		Benzo (a) pireno	0,0007	
Níquel	Hasta 0,025 Ni		Etilbenzeno	0	
Zinc	Hasta 3,0 Zn		Tricloroetileno	0	
			TTHMs ³	0,1	
			Microcistina LR	0,001	

¹ 2,3,7,8-TCDD

² Bifenil ploriclorados

³ Trihalometano total

Para ambas clases de agua, la Resolución SEAM N° 222/02 establece:

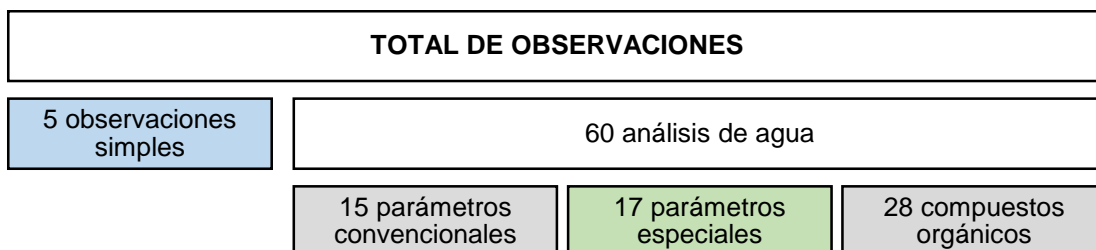


Figura N° 3: Número y tipo de parámetros analizados por Res. SEAM N° 222/02

En cuanto a los índices de calidad de agua, los mismos consideran los siguientes parámetros:

Cuadro N° 4: Parámetros de los ICAs e ICos

PARÁMETROS	ÍNDICES							
	DE CALIDAD				DE CONTAMINACIÓN			
	NSF	DMR	DINIUS	ISQA	ICOMI	ICOMO	ICOSUS	ICOTRO
Alcalinidad			•		•			
Amonio no ionizado		•						
Cloruros			•					
Coliformes fecales	•		•			•		
Coliformes totales			•					
Color			•					
Conductividad eléctrica			•	•	•			
DBO ₅	•	•	•			•		
DQO				•				
Dureza			•		•			
Fósforo total	•							•
Nitratos	•	•	•					
Nitritos		•						
Oxígeno disuelto	•	•	•	•		•		
pH	•	•	•					
Sólidos totales	•	•		•			•	
Temperatura	•		•	•				
Turbidez	•	•						
Total	9	8	12	5	3	3	1	1

Elaboración propia a partir de Cubillo (1986), de Bustamante (1989), Ramírez, Restrepo, y Viña (1997), Ramírez, Restrepo, y Cardeñosa (1999), de Bustamante y otros (2002), Fernández, Ramos, y Solano (2005), The Path Finder Science Network (2006), Lutz S. (2011), y González Meléndez, Caicedo Quintero, y Aguirre Ramirez (2013).

En relación a los índices de calidad de agua, éstos manejan entre 1 y 12 parámetros, todos ellos de tipo convencional. Aunque los parámetros empleados coinciden con aquellos establecidos en la Resolución SEAM N° 222/02, éstos se amplían e incluyen otros como alcalinidad, conductividad eléctrica, sólidos totales, y temperatura. Sin embargo, no todos los índices de calidad y de

contaminación emplean la misma cantidad de parámetros para obtener resultados.

En cuanto a la representación gráfica, los resultados de los índices de calidad y de contaminación de aguas resultan más amigables para el efecto, ya que simplifican en una expresión numérica, una expresión y un color las características positivas de una fuente de agua, lo cual puede ser fácilmente incluido en un mapa. En cambio, es más conveniente construir tablas, curvas y gráficos de barra para los parámetros analizados como requisitos para la Resolución SEAM N° 222/02. A continuación, unos ejemplos:

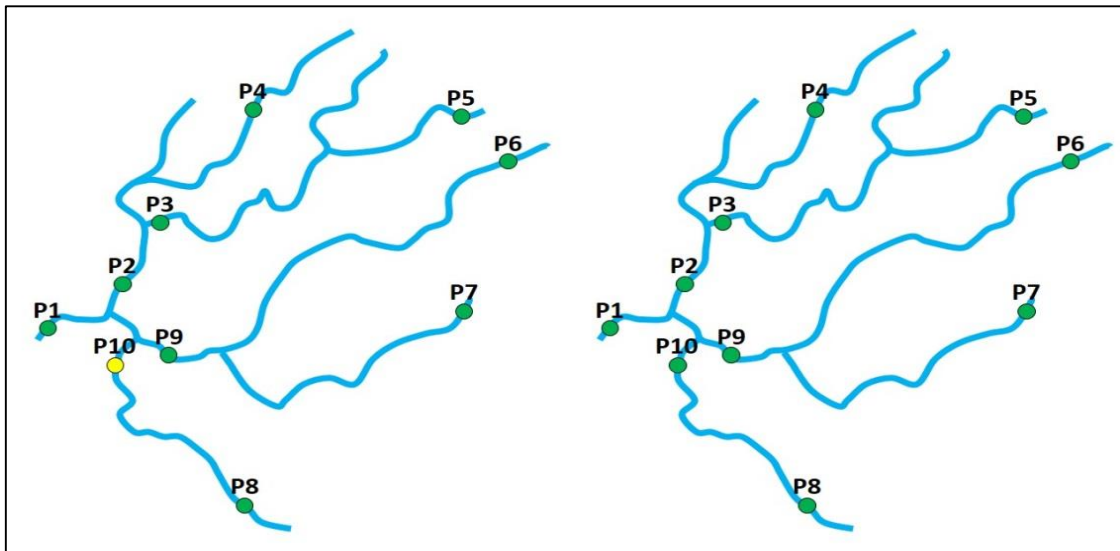


Figura N° 2: Representación de los resultados del índice NSF para los puntos de muestreo analizados en el proyecto 14 INV 223 sobre esquema de la cuenca del arroyo Mbói Caé - Elaboración propia.

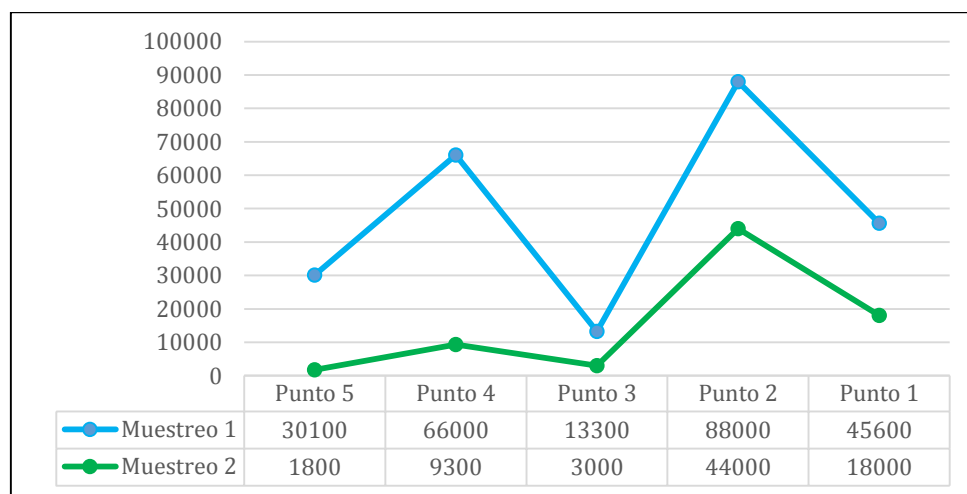




Gráfico N° 1: Valores del parámetro “coliformes totales”, en UFC, para los puntos 1-2-3-4-5 analizados en el proyecto 14 INV 223 - Elaboración propia.

Finalmente, sobre la redacción de boletines, esto puede realizarse en ambas situaciones, variando únicamente el nivel de complejidad de los mismos: para la Resolución SEAM N° 222/02 resultará más extenso por la cantidad de información necesaria, principalmente; mientras que, para los índices de calidad y de contaminación, la cantidad de información será menor. Una de las principales ventajas de estos índices es que éstos permiten que las personas que no se encuentren familiarizadas con los rangos naturales de cada variable físico química, puedan interpretar la condición de cualquier sistema (RAMÍREZ, RESTREPO e CARDEÑOSA, 1999). Por ejemplo, retomando la figura 2 previamente presentada, la misma puede interpretarse a través de:

Cuadro N° 5: Interpretación de los valores del índice NSF

Valor INSF	Calidad	Color	Observaciones
91 – 100	Excelente		Aptos para recreación, incluso contacto directo
71 – 90	Buena		
51 – 70	Regular		Menor diversidad de organismos acuáticos Incremento del crecimiento de algas
26 – 50	Mala		Escasa diversidad de organismos acuáticos Se evidencias problemas de polución
0 – 25	Pésima		Limitado número de organismos acuáticos Abundantes problemas de calidad de agua

Elaboración propia a partir de The Pathfinder Science Network (2006).

Sin embargo, la principal crítica a los índices es que éstos concentran en un único número la cualidad de un cuerpo de agua, lo cual produce una inmensa pérdida de información ya que, por ejemplo, tres cuerpos de agua pueden obtener el mismo resultado cuando sus situaciones ambientales son completamente distintas, lo cual pueden enmascarar la condición real y los cambios que se suceden en el recurso (RAMÍREZ, RESTREPO e VIÑA, 1997; RAMÍREZ, RESTREPO e CARDEÑOSA, 1999).

CONCLUSIONES

Se han comparado los los requerimientos de la Resolución N° 222 de la Secretaría del Ambiente (SEAM) con índices de calidad de agua (ICAs), como

herramientas de apoyo a la toma de decisiones sobre la gestión de recursos hídricos en la cuenca del arroyo Mbói Caé, al Sur del Paraguay. De esta manera, se analizó el número y tipo de parámetros necesarios, así como la posibilidad de representación gráfica y la redacción de boletines con los resultados para comunicarlos de manera sencilla y objetiva tanto a tomadores de decisiones como a la población local.

Aunque ambos tipos de herramientas cumplen con su función de evaluar la calidad de las aguas en un sitio y momento dado, la complejidad de los requerimientos de la Resolución SEAM N° 222/02 resulta la principal desventaja frente a los índices de calidad de agua (ICAs). Esto representa una mayor inversión tanto en tiempo como en dinero, además de la necesidad de capacidades técnicas específicas para el manejo de la información generada y presentarla a los tomadores de decisiones y a la población en general. Por su parte, los índices de calidad de agua, son más sencillos de comprender, ya que representan en una cifra, una expresión y un color las aptitudes de uso del recurso, de acuerdo a la metodología empleada.

Uno de los mayores desafíos para el desarrollo de políticas ambientales informadas y sólidas se constituye en la mejora de la conexión entre expertos ambientales, tomadores de decisiones, y otros actores involucrados; de hecho, los expertos ambientales con frecuencia expresan su preocupación sobre el hecho que su conocimiento y comprensión es insuficientemente empleada por los tomadores de decisiones y administradores para apoyar la gestión de recursos naturales (HERMANS, 2008). Es por ello que, al final de este trabajo, se recomienda el empleo de los índices de calidad de agua (ICAs) para apoyar la toma de decisiones sobre los recursos hídricos de la cuenca del arroyo Mbói Caé al sur de Paraguay. El empleo de uno u otro, o de combinaciones de ellos dependerá de las capacidades técnicas, económicas y operativas de los gestores del recurso. Efectivamente, estos índices resultan herramientas útiles para la gestión ambiental de los recursos acuáticos (SEISDEDO, DÍAZ, *et al.*, 2017).

REFERENCIAS

CÁRDENAS LEÓN, J. A. **Notas de Clase:** calidad de aguas para estudiantes de ciencias ambientales. 1. ed. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Facultad del Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2005. 280 p.

COMISIÓN ODS PARAGUAY 2030. Objetivos de Desarrollo Sostenible. **¿Qué son los Objetivos de Desarrollo Sostenible?**, Asunción, 2019. Disponível em: <<http://comisionods.mre.gov.py/>>.

CONSEJO NACIONAL DE AMBIENTE. **Resolución Nº 04/2005 por la que se Aprueba la Política Ambiental Nacional del Paraguay.** Asunción. 2005.

CONSEJO NACIONAL DEL AMBIENTE. **Política Ambiental Nacional del Paraguay.** Asunción. 2005.

CUBILLO, F. **Situación Actual de la Calidad de las Aguas en los Ríos de la Comunidad de Madrid.** Madrid. 1986.

DE BUSTAMANTE GUTIÉRREZ, I. Aspectos metodológicos en estudios de calidad del agua. **Henares:** revista de geología, n. 3, p. 25 - 36, 1989. ISSN ISSN 0214 - 6088. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/9584/aspectos_bustamante_HEN_1889.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

DE BUSTAMANTE, I. Aspectos metodológicos en estudios de calidad del agua. **Henares:** revista de geología, n. 3, p. 25 - 36, 1989. ISSN ISSN 0214-6088. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/9584/aspectos_bustamante_HEN_1889.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

GONZÁLEZ MELÉNDEZ, V.; CAICEDO QUINTERO, O.; AGUIRRE RAMIREZ, N. Aplicación de los índices de calidad de agua NSF, DINIUS y BMWP. **Revista Gestión y Ambiente**, Medellín, p. 97 - 108, 2013. ISSN ISSN 0124.177X. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/gestion/article/download/33863/40485>>.

HERMANS, L. M. Exploring the Promise of Actor Analysis for Environmental Analysis Policy: Lesson from Four Cases in Water Resources Management. **Ecology & Society**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26267923?seq=1#metadata_info_tab_contents>.

KAWAI, H.; FACETTI, J. F. Gestión de los recursos hídricos y su control. In: FACETTI, J. F.; KAWAI, H. **Manual Técnico de Descentralización de la Gestión Ambiental.** [S.l.]: SEAM JICA, 2013. p. 33 - 98. ISBN ISBN 978-99953-2-651-7.

MIHAIESCU, T.; MIHAIESCU, R.; ODAGIU, A. Water footprint - a useful concept in integrated water resources management. **ProEnvironment**

Promediu, n. 5, p. 270 - 273, 2012. Disponível em:
<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=0&sid=f5b066aa-fdb2-4836-b73c-d7e01072a51e%40sessionmgr101&bdata=JkF1dGhUeXBIPXNzbyZsYW5nPWVzJnNpdGU9ZWZwhvc3QtbGI2ZQ%3d%3d#AN=85825613&db=eih>>.

PARAGUAI. Ley nº 3.239 de 10 de julio de 2007. De los recursos hídricos del Paraguay. **Gaceta Oficial de la República del Paraguay**, Asunción, 10 jul. 2007.

PARAGUAI. Ley nº 1.561 de 21 julio de 2000. Que crea el Sistema Nacional del Ambiente, el Consejo Nacional del Ambiente y la Secretaría del Ambiente. **Gaceta Oficial de la República del Paraguay**, Asunción, 21 jul. 2000.

PARAGUAI. Ley nº 6.123 de 5 de julio de 2018. Eleva al rango de Ministerio a la Secretaría del Ambiente y pasa a denominarse Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible. **Gaceta Oficial de la República del Paraguay**, Asunción, 5 jul. 2018.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. Objetivos de Desarrollo Sostenible, Enero 2019. Disponível em:
<<https://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals.html>>.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO PARAGUAY. **Usos y Gobernabilidad del Agua en Paraguay**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - Paraguay. Asunción. 2006.

RAMÍREZ, A.; RESTREPO, R.; VIÑA, G. Cuatro índices de contaminación para caracterización de aguas continentales. Formulación y aplicación. **Ciencia, Tecnología y Futuro**, Bucaramanga, v. 1, n. 3, p. 135 - 153, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-53831997000100009>.

RODRÍGUEZ MIRANDA, J. P.; SERNA MOSQUERA, J. A.; SÁNCHEZ CÉSPEDES, J. M. Índices de calidad en cuerpos de agua superficiales en la planificación de los recursos hídricos. **Revista Logos, Ciencia y Tecnología**, Bogotá, v. 8, n. 1, 2016. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=517754055016>>.

SADOFF, C.; MULLER, M. **La Gestión del Agua, la Seguridad Hídrica y la Adaptación al Cambio Climático: efectos anticipados y respuestas esenciales**. Estocolmo: Global Water Partnership, v. 14, 2010. 108 p. Disponível em:
<<http://www.mynanbo.org/public/documents/outils/uploaded/B3eojyno.pdf>>.

SECRETARÍA DEL AMBIENTE. **Resolución Nº 222/2002 por la cual se Establece el Padrón de Calidad de Aguas en el Territorio Nacional**. Asunción. 2002.

SECRETARÍA DEL AMBIENTE. **Resolución N° 255/2006 por la cual se Establece la Clasificación de las Aguas Superficiales de la República del Paraguay.** Asunción. 2006.

SEISDEDO, M. et al. Análisis comparativo de la calidad del agua de dos embalses de la cuenca Arimao, Cuba (2014 - 2015). **Revista Cubana de Investigaciones Pesqueras**, v. 34, n. 2, p. 60 - 67, 2017. ISSN 0138-8452. Disponível em: <<https://www.oceandocs.org/handle/1834/12523>>.

SERVÍN NASICH, M. R. et al. **Índices de Contaminación (ICos) para Caracterización de los Cursos Hídricos de la Cuenca del Arroyo Mbói Caé.** Foz de Iguazu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019. p. 15.

SIERRA RAMÍREZ, C. A. **Calidad del Agua. Evaluación y Diagnóstico.** 1. ed. Medellín: Universidad de Medellín, 2011. 457 p. ISBN 978 958 8692 06 7.

PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE EM FAMÍLIAS RESIDENTES NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Gabriele Schek¹
Andressa karine Schons²
Daniele kochhann³
Daiane Gomes⁴
Larissa Rigon⁵

RESUMO

O trabalho tem por objetivo identificar as plantas medicinais utilizadas no cuidado à saúde por famílias rurais. O método refere-se a estudo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, realizado com 20 famílias que vivem na zona rural. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas seguido da construção de uma planilha para o levantamento etnobotânico. As plantas medicinais mais citadas pelas famílias receberam sua identificação taxonômica e os efeitos terapêuticos atribuídos pelas famílias foram comparados com os encontrados na literatura científica. Os resultados através do nome popular, 70 espécies de plantas medicinais, evidenciando a diversidade de espécies utilizadas no cuidado em saúde pelas famílias estudadas. Destas espécies, 5 apresentaram destaque por terem sido citadas e são utilizadas frente a processos inflamatórios, problemas digestivos, gripes, resfriados e quadros de ansiedade. Assim, destaca-se a importância dos profissionais de saúde adquirir conhecimento acerca dos princípios ativos e contra-indicações das espécies utilizadas.

Palavras-chave: Saúde da Família - Plantas Medicinais – Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A utilização de plantas medicinais para o cuidado em saúde é uma prática milenar e que na atualidade vem se tornando cada vez mais frequente, visto a autonomia nas formas de cuidar que as pessoas vêm adquirindo, fazendo-as tomar decisões importantes frente às situações de gravidade e os

¹ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis.

² Discente do 5º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis.

³ Discente do 5º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis.

⁴ Discente do 5º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis.

⁵ Discente do 5º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis.

recursos a serem utilizados, os quais em sua grande maioria vão além dos ofertados pelo sistema de cuidado profissional.¹

Na zona rural, o emprego de plantas medicinais é bastante expressivo, justificado muitas vezes pelo fato de as pessoas residirem distantes dos centros urbanos, fazendo com que estas busquem outros recursos para cuidar da saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 80% da população mundial utiliza plantas medicinais no cuidado à saúde, o que emerge a necessidade da valorização do conhecimento popular no âmbito sanitário, além do desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas de saúde relacionadas a esta prática terapêutica.¹⁻²

O Brasil possui a maior cobertura vegetal do planeta, com mais de 120 mil espécies de plantas além de uma diversidade étnica e cultural o que o torna um grande consumidor de recursos naturais destinados ao cuidado à saúde.³ Diante disso, é importante destacar a necessidade dos profissionais de saúde conhecer as plantas medicinais utilizadas pela população, uma vez que o desconhecimento acerca de algumas espécies, o consumo equivocado ou exagerado, pode acarretar sérios problemas de saúde.

Estudos têm revelado que as plantas medicinais são compreendidas como produtos que auxiliam frente algumas doenças e que podem ser utilizadas como complemento no tratamento das mais variadas enfermidades. Entretanto, é preciso atentar para a falta de conhecimento em relação aos efeitos colaterais de algumas espécies e as interações causadas pelo uso concomitante com medicamentos industrializados.⁴⁻⁵

Pesquisas apontam que, apesar dos profissionais de saúde saberem da existência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde e da Relação Nacional de Plantas Medicinais de interesse ao Sistema Único de Saúde, poucos prescrevem sua utilização, o que revela a falta de conhecimento com relação às espécies que podem ser empregadas no cuidado à saúde.⁶

De um modo geral, as plantas medicinais são alvo de investigação e manipulação científica, entretanto, esta não é a realidade das pessoas quando as fazem uso, visto que, na grande maioria das vezes sua utilização baseia-se no senso comum e na herança cultural, representando assim, uma alternativa

de tratamento de menor custo e equivalente eficácia, na perspectiva dos usuários.⁷ Diante da ampla utilização e do fácil acesso as plantas medicinais cresce a importância de pesquisas voltadas a compreender como estas espécies são empregadas no cuidado à saúde. Assim, este estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais são as plantas medicinais utilizadas no cuidado à saúde em famílias rurais? Este estudo tem como objetivo: identificar as plantas medicinais utilizadas no cuidado à saúde por famílias rurais.

1 MÉTODO

Estudo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, integrado a um macroprojeto intitulado: “A utilização de plantas medicinais e o cuidado em saúde em famílias rurais de um município da região Noroeste do Rio Grande do Sul”, desenvolvido pelo Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. O estudo foi desenvolvido com 20 famílias que moram na zona do rural de um município de pequeno porte localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter mais de 18 anos, morar na zona rural a pelo menos cinco anos e ter conhecimento e utilizar plantas medicinais no cuidado em saúde.

As famílias foram recrutadas com auxílio de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que atuam em quatro Unidades de Estratégia de Saúde da família localizadas no interior do município destinadas ao atendimento da população rural. Cada ACS sugeriu uma família que, de acordo com seu conhecimento utilizam plantas medicinais no cuidado à saúde desencadeando assim a cadeia de informantes chaves, conforme a metodologia Snowball.⁸ Os dados foram coletados entre os meses de outubro de 2018 e maio de 2019, por meio de entrevista semiestruturada seguido da construção de uma planilha para o levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas contendo os seguintes itens: nome popular da planta, nome científico e família, indicação popular, parte da planta utilizada, modo de preparo e dose. As plantas medicinais mais citadas tiveram sua identificação taxonômica realizada com auxílio de pesquisadores da Embrapa Clima Temperado – Pelotas/RS.

As entrevistas foram gravadas com o propósito de não ocorrer perdas nas informações coletadas, sempre com o consentimento da família. Cada uma das famílias elegeu um de seus membros para participar da pesquisa, com base no conhecimento prévio sobre práticas de cuidado envolvendo a utilização de plantas medicinais.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões em 30 de abril de 2018 sob o número de parecer 2.628.655 e CAAE nº 86710518.0.0000.5354. Em todas as etapas do estudo foi respeitadas as Resoluções nº 466/12, 510/16 e 580/18 do Ministério da Saúde.⁹⁻¹¹

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo foram citadas, através do nome popular, 70 espécies de plantas medicinais, o que evidencia a diversidade de espécies utilizadas no cuidado em saúde pelas famílias estudadas. Destas espécies, cinco apresentaram destaque por terem sido citadas mais de uma vez, por diferentes famílias entrevistadas (Quadro 1). Elas possuem as mais variadas indicações terapêuticas, são preparadas na maioria das vezes sob forma de infusão de folhas e flores e suas dosagens variam de acordo com a finalidade a que se propõem.

Nome popular da Planta*	Nome científico	Indicação*	Modo de preparo*	Dose*
Calêndula	<i>Calendula officinalis</i> L.	Anti-inflamatório e lesões de pele	Infusão	3 xícaras por dia por até 5 dias
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.	Calmante, cólicas, problemas digestivos	Decocção	n.i
Espinheira Santa	<i>Monteverdia ilicifolia</i> (Mart. exReissek) Biral	Problemas digestivos	Infusão	n.i

Caatinga de mulata	<i>Tanacetum vulgare</i> L.	Problemas digestivos e cólicas menstruais	Infusão	2 xícaras por dia até 7 dias
Erva Doce	<i>Foeniculum vulgare</i> L.	Calmante, cólicas, quadros gripais e resfriados	Decocção	Pode ser colocado no chimarrão

Quadro 1: Plantas Medicinais utilizadas pelas famílias rurais. Santa Rosa, Rio Grande do Sul, Brasil, 2020.

*de acordo com os entrevistados/ n.i: não informado pelos entrevistados.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), plantas medicinais podem ser definidas como toda planta ou partes da mesma que contenham substâncias responsáveis pela ação terapêutica.¹²

Diante do exposto, as famílias entrevistadas neste estudo reconhecem as propriedades terapêuticas de muitas plantas medicinais e passam a utilizá-las para distúrbios digestivos, para problemas relacionados à ansiedade e como anti-inflamatório. Parte dos efeitos colaterais das plantas medicinais não são reconhecidas pelos participantes da pesquisa, todavia, eles relatam a necessidade de utilizá-las com moderação, pois acreditam que todo produto que é consumido em excesso pode ocasionar danos à saúde. Estes resultados diferem-se com os encontrados em um estudo realizado com famílias descendentes de pomeranos que demonstraram conhecimento acerca dos efeitos colaterais das plantas medicinais utilizadas para o cuidado à saúde. Tais efeitos foram reconhecidos em sua grande maioria através da observância dos mesmos no próprio organismo de quem as utilizou.¹³

Com relação às indicações terapêuticas atribuídas pelas famílias em relação às espécies citadas, quando comparadas à literatura científica, é possível identificar convergências. A exemplo, a calêndula (*Calendula officinalis*) que segundo as famílias entrevistadas possui ação anti-inflamatória e também pode ser utilizada para tratar lesões de pele. Tais efeitos terapêuticos também são encontrados na Relação Nacional de Plantas Medicinais de interesse do SUS.¹⁴

A utilização da Camomila (*Matricaria chamomilla* L.), foi indicada para problemas digestivos, cólicas intestinais e menstruais, além de efeito calmante conforme relato dos participantes da pesquisa. Ao comparar tais efeitos com a literatura científica, observam-se convergências, especialmente com relação aos efeitos calmantes em quadros leves de ansiedade e em processos inflamatórios especialmente na cavidade oral.¹⁴⁻¹⁵

A espinheira santa (*Monteverdia ilicifolia*) foi citada pelos informantes deste estudo como uma planta bastante eficaz no que se refere a problemas digestivos. Em uma extensa revisão de literatura sobre plantas medicinais nativas e exóticas foram encontradas indicações de uso desta espécie para tratamento de úlceras no estômago, dispepsias, gastrite e outros problemas gástricos.¹⁶⁻¹⁷

Já as indicações para o uso da caatinga de mulata (*Tanacetum vulgare* L.) relatadas pelas famílias pesquisadas referem-se a problemas digestivos, o que vai de encontro a um estudo que aponta o emprego da planta para distúrbios intestinais. Além disso, os autores a indicam para o alívio de náuseas e cólicas.¹⁶

A espécie *Foeniculum vulgare* L. reconhecida popularmente como erva doce possui efeitos terapêuticos positivos quando utilizados para o alívio de problemas digestivos, para eliminar gases, diminuir o desconforto relacionado com as cólicas.¹⁶ Os efeitos sobre problemas digestivos também foram reconhecidos pelas famílias entrevistadas neste estudo.

Todas as espécies citadas pelas famílias são cultivadas em casa, o que as torna um dos primeiros recursos terapêuticos utilizados frente aos problemas de saúde. Este resultado corrobora com um estudo realizado com 101 usuários de Unidades Básicas de Saúde de um município do Paraná. Destes, 69% cultivavam plantas medicinais no domicílio.¹⁸ Face ao exposto, destaca-se a importância do conhecimento em relação a utilização de plantas medicinais por parte da população, assim como, por parte dos profissionais de saúde que podem auxiliar as comunidades na utilização correta e segura das espécies, visto que, falhas neste processo podem desencadear intoxicação e outros problemas relacionados.

No Brasil, de acordo com o Sistema de Informações Tóxico Farmacológicas de 2013, a intoxicação por plantas medicinais representa 1,05%

dos casos notificados de intoxicação. Tais valores estão abaixo quando comparados com medicamentos (28,45%). Neste contexto, é preciso destacar a subnotificação com relação à notificação dos problemas relacionados a intoxicação envolvendo espécies vegetais podendo estar relacionado a falta de conhecimento dos profissionais de saúde que frequentemente podem se deparar com estas situações. ¹⁸⁻²¹

CONCLUSÃO

O levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pelas famílias rurais permitiu realizar um resgate do conhecimento popular em relação às espécies utilizadas no cuidado a saúde, valorizando também a cultura e as tradições dessas famílias. As plantas medicinais receberam as mais variadas indicações terapêuticas, destacando o seu uso frente a processos inflamatórios, problemas digestivos, cólicas, gripes e resfriados e quadros leves de ansiedade. Grande parte das indicações terapêuticas atribuídas pelas famílias entrevistadas são convergentes com os dados encontrados na literatura.

Destaca-se que a maioria dos entrevistados não reconhece efeitos colaterais relacionados a utilização de plantas medicinais, o que emerge a necessidade de atentar para o consumo indiscriminado. Este cenário implica na necessidade dos profissionais de saúde adquirir conhecimento acerca dos princípios ativos e contra-indicações das espécies utilizadas pela população no cuidado à saúde, considerando sempre o conhecimento popular, os estudos etnobotânicos e farmacológicos.

Estudos relacionados à utilização de plantas medicinais podem apresentar limitações, dentre elas, a diversidade de nomes populares que são atribuídos para algumas espécies, o que pode dificultar sua identificação, principalmente seus efeitos terapêuticos. A partir destas considerações, este estudo visa contribuir para que os profissionais de saúde atentem sobre a utilização de plantas medicinais por parte da população, visto que, esta prática é frequente no contexto das famílias rurais e pode acarretar riscos a saúde. Tais riscos podem estar associados à falta de conhecimento dos efeitos terapêuticos desejados, com relação aos efeitos colaterais e dosagem inadequada.

REFERÊNCIAS

LIMA CAB, Lima ARA, Mendonça CV, Lopes CV, Heck RM. **O Uso de Plantas Mediciniais e o Papel da Fé no Cuidado Familiar**. Rev.gáuch.enferm [internet]. 2016 [acesso em 2020 mar 25];37(esp):e68285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37nspe/0102-6933-rgenf-1983-14472016esp68285.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Estratégia de la OMS sobre Medicina Tradicional - 2014-2023**. [acesso em 2020 mar 25]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/95008/9789243506098_spa.pdf;jsessionid=927A3E964BB6B34F485E16ADE348BB3B?sequence=1>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CMD, Almeida JRGS, *et al.* **A Implantação do Programa de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos no Sistema Público de Saúde no Brasil: uma revisão de literatura**. Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação [Internet]. 2015 [acesso em 2020 mar 25]; 1(1):1-11. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revipi/article/view/3095>>. Acesso em 12 ago. 2018.

VIEIRA LSL, Sousa RS, Lemos JR. **Plantas Mediciniais Conhecidas por Especialistas Locais de uma Comunidade Rural Maranhense**. Rev. Bras. Pl. Med. [Internet]. 2015 [acesso em 2020 jun 01]; 17(4): 1061-1068. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/298733097_Plantas_mediciniais_conhecidas_por_especialistas_locais_de_uma_comunidade_rural_maranhense>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ALVES JJP, Lima CC, Santos DB, Bezerra PDF. **Conhecimento Popular sobre Plantas Mediciniais e o Cuidado da Saúde Primária: um estudo de caso da comunidade rural de Mendes, São José de Mipibu/RN**. Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX. [Internet]. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/633/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SANTOS VP, Trindade LMP. **A Enfermagem no Uso das Plantas Mediciniais e da Fitoterapia com Ênfase na Saúde Pública**. Revista Científica FacMais [Internet]. 2017 [acesso em 2020 mar 11]; VIII(1). Disponível em: <<http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2017/04/A-ENFERMAGEM-NO-USO-DAS-PLANTAS-MEDICINAIS-E-DA-FITOTERAPIA-COM-%C3%80NFASE-NA-SA%C3%90ADE-P%C3%90ABLICA-1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOUZA MJC; Lobato SLX, Menezes RAO. **Conhecimento Tradicional de Plantas Mediciniais na Comunidade Ribeirinha do Igarapé Banha no Município de Mazagão - Amapá, Amazônia brasileira**. Revista Estação Científica (UNIFAP) [internet]. 2019 [acesso em 2020 mar 25]; 9(1); 51-62.

Disponível em:

<<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/4214>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BIERNACKI P; Waldorf D. **Snowball**

Sampling: problems *and* techniques of chain referra. Sociological Methods & Research [internet].1981[acesso em 2020 abr 24]; 10(2): 140-163.

Disponível em:

<<https://ethnographyworkshop.files.wordpress.com/2014/11/biernacki-waldorf-1981-snowball-sampling-problems-and-techniques-of-chain-referral-sampling-sociological-methods-research.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 [Internet]. 2012 dez [acesso em 2020 jan 20].

Disponível: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>.

Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Conselho Nacional de saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 [internet]. 2016 abr [acesso em 2020 abr 24].

Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>.

Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Conselho Nacional de saúde. Resolução nº 580, de 22 de março de 2018 [internet]. 2018 mar [acesso em 2020 abr 27].

Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf>>.

Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências [Internet]. 2010 mar [acesso em

2020 02 fev]. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0010_09_03_2010.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SCHEK G, Barbieri RL, Heck RM, Marchi MM. **Plantas Medicinais no Cuidado à Saúde em Famílias Descendentes de Pomeranos no Sul do**

Brasil. Enfermeria Comunitaria [Internet] 2015 [acesso em 2020 abr 22]; 11(1). Disponível em: <<http://www.index-f.com/comunitaria/v11n1/ec9736.php>>.

Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa**. Memento Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira - 1ª edição [Internet]. 2016 [acesso em 2020 jan 20]. Disponível em:

<http://www.farmacia.pe.gov.br/sites/farmacia.saude.pe.gov.br/files/memento_fitoterapico.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BORTOLUZZI, MM, Schmitt V, Mazur CE. **Efeito Fitoterápico de Plantas**

Medicinais sobre a Ansiedade: uma breve revisão. Reserch, Society and Development [Internet]. 2020 [acesso em 2020 mar 01]; 9(1), e02911504.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/336069259_Efeito_fitoterapico_de_plantas_medicinais_sobre_a_ansiedade_uma_breve_revisao>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LORENZI H, Matos FJA. **Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. 2. ed. Nova Odessa, São Paulo. Instituto Plantarum; 2008.

GUARINO ESG, Molina AR, Barbieri RL. **Distribuição Potencial de Espinheira -santa** (*Monteverdia ilicifolia* e *M. aquifolia*) e sua relação com os bancos ativos de Germoplasma da Embrapa. - Pelotas: Embrapa Clima Temperado [Internet]. 2018 [acesso em 2020 mar 25]. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1117706/1/Boletim328.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

OLIVEIRA, V.D, Mezzomo, T.R, Moraes, E. F. **Conhecimento e Uso de Plantas Medicinais por Usuários de Unidades Básicas de Saúde na Região de Colombo, PR**. Revista Brasileira Ciência Saúde [Internet]. 2018 [acesso em 2020 mar 01]; 22(1): 57-64. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/30038/19491>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BORGES, RAM, Oliveira VB. **Riscos Associados ao Uso de Plantas Medicinais Durante o Período da Gestação: uma revisão**. Rev. Uniandrade [Internet]. 2015 [acesso em 2020 mar 01]; 16(2):101-8. Disponível em: <<https://www.uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/revistauniandrade/article/view/169/152>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LEAL RL, Tellis CJM. **Farmacovigilância de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Brasil: uma breve revisão**. Revista Fitos [Internet]. 2015 [acesso em 2020 mar 25]; 9(4): 253-303. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15835>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BALTAR SLMA, Franco ES, Souza AA, Amorin MLP, Pereira RCA, Maia MBS. **Epidemiologia das Intoxicações por Plantas Notificadas pelo Centro de Assistência Toxicológica de Pernambuco (CEATOX-PE) de 1992 a 2009**. Revista Fitos [Internet]. 2016 [acesso em 2020 mar 25]; 10(4):375-559. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19274/2/7.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA INTERNET - *REVENGE PORN*: UMA NOVA MODALIDADE DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Milena Alberti¹
Bianca Tams Diehl²

RESUMO

O tema do presente artigo recai sobre a exposição pornográfica não consentida na internet. A delimitação temática focaliza a pornografia de vingança, conhecida por *revenge porn*, como uma nova modalidade de violência de gênero que se dá no meio cibernético. O problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: De que forma responsabilizar juridicamente os autores da pornografia de vingança pela extensão da violência praticada, de difícil controle e cada vez mais recorrente no meio cibernético? O objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a pornografia de vingança deve ser considerada uma modalidade de violência de gênero, tendo em vista que causa profundo abalo às suas vítimas que são, em proporções muito maiores, mulheres, demonstrando os padrões culturais patriarcais que propiciam a ocorrência deste tipo de violência. O estudo foi construído em três partes, que coincidem com os objetivos específicos. Assim, a primeira tem o intuito de apresentar que a objetificação sexual feminina é um dos motivos que ensejam este tipo de violência, em função da força da cultura patriarcal enraizada na sociedade brasileira. Na sequência, se dedicará a expor a pornografia de vingança como uma modalidade de violência de gênero. Na terceira, demonstrar-se-ão os instrumentos normativos de enfrentamento deste tipo de violência disponíveis atualmente, bem como os desafios e as perspectivas no tocante à temática. Quanto aos métodos ou técnicas empregados, a pesquisa caracteriza-se quanto à natureza, como teórica. A conduta metodológica em relação aos dados será bibliográfica e documental. Por fim, o estudo concluiu que apesar de o Estado ter criado instrumentos normativos para amparar as vítimas deste tipo de violência, ainda é necessária uma mudança cultural na sociedade brasileira, com o intuito de empoderar mulheres vítimas de violência e erradicar a subordinação sexual diante dos homens, decorrente do patriarcado. É imperativo o enfrentamento mediante a aplicação efetiva da lei, campanhas publicitárias e educacionais que enfatizem o respeito mútuo. A internet não pode ser vista como uma “terra sem lei”, sobretudo considerando haver dispositivo legal que oferece às vítimas tutela de seus direitos. Ademais, importante um olhar para a reestabilização e para a superação dos danos emocionais decorrentes desse gênero de violência doméstica e familiar, causados às vítimas.

Palavras-chave: Violência - Gênero - Pornografia de Vingança - Crime Cibernético.

¹ Acadêmica do sexto semestre do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis.

² Coordenadora do Curso de Direito. Doutora em Educação nas Ciências. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: bianca@fema.com.br

INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo recai sobre a exposição pornográfica não consentida na internet. A delimitação temática focaliza a pornografia de vingança, conhecida por *revenge porn*, como uma nova modalidade de violência de gênero, que se dá no meio cibernético. Viola direitos da personalidade, bem como o direito a intimidade, a integridade moral, patrimonial e psíquica da vítima.

Neste norte, o problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: De que forma responsabilizar juridicamente os autores da pornografia de vingança pela extensão da violência praticada, de difícil controle e cada vez mais recorrente no meio cibernético? A indagação sugere hipóteses que pautarão a análise compilada no artigo: a) A penalização dos infratores e a assistência às vítimas, por meio aplicação eficaz do ordenamento jurídico, reduzem esse tipo de violência; b) Os fatores sociais e culturais, aliados à sensação de impunidade e de anonimato, são os principais ensejadores deste tipo de violência.

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a pornografia de vingança deve ser considerada uma modalidade de violência de gênero, tendo em vista que causa profundo abalo às suas vítimas que são, em proporções muito maiores, mulheres e, ainda, demonstrar os padrões culturais patriarcais que propiciam a ocorrência deste tipo de violência.

A justificativa da pesquisa ocorre em função da pornografia de vingança ser um ato de difícil controle e reparação, cada vez mais recorrente no meio cibernético, sobretudo dirigido às mulheres. Ainda, apesar de tal violação possuir regulamentação específica, há ausência de consenso sobre o tema, ocasionando uma situação de insegurança e de deficiência na tutela dos direitos da vítima. Assim, o estudo tem por escopo enfatizar a importância da existência de regulamentação específica sobre a temática, de forma a dar tutela efetiva aos direitos das vítimas e trazer segurança jurídica, concretizando os direitos à

dignidade, à intimidade e demais direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

O estudo foi construído em três partes, que coincidem com os objetivos específicos. Assim, a primeira tem o intuito de apresentar que a objetificação sexual feminina é um dos motivos que ensejam este tipo de violência, em função da força da cultura patriarcal enraizada na sociedade brasileira. Na sequência se dedicará a expor a pornografia de vingança como uma modalidade de violência de gênero. Na terceira, demonstrar-se-ão os instrumentos normativos de enfrentamento deste tipo de violência disponíveis atualmente, bem como os desafios e as perspectivas no tocante à temática.

1 A OBJETIFICAÇÃO SEXUAL FEMININA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Partindo-se de um pressuposto histórico e cultural, nota-se que a sociedade brasileira ainda guarda ranços do patriarcalismo e do machismo. Historicamente, a sociedade foi marcada por inúmeras diferenças e desigualdades, ensejadoras de uma série de discriminações, dentre elas a de gênero. Tal fenômeno decorre de um processo cultural, constituído por meio dos valores e dos costumes no decorrer dos séculos (ALBERTI; PINZON; DIEHL; CACENOTE, 2018).

Os estereótipos de gênero são construídos desde a infância, por isso necessário frisar a importância do papel dos adultos na construção social de gênero, em função da absorção dos detalhes pelas crianças. A absorção de tais informações reflete, principalmente, nos controles das brincadeiras, das atribuições das cores rosa e azul, tornando os adultos partes determinantes em tal construção (CONNEL; PEARSE, 2015 apud ALBERTI; PINZON; DIEHL; CACENOTE, 2018).

Isso enseja narrativas identitárias culturalmente impostas aos gêneros, que “dizem” e ditam o que a mulher e o homem devem vestir, que corpo devem ter, de que forma devem se comportar, o que devem fazer, no que devem trabalhar, estereotipando a imagem do masculino e do feminino. Esse fenômeno social se trata de objetificação, e é cada vez mais perceptível na

sociedade brasileira, tanto nas relações individuais quanto nas mídias e meios de comunicação.

De acordo com Lourenço, estereótipos são crenças propagadas por uma pessoa a grupos de pessoas, que se refere não à observação do indivíduo, mas o que é característico do grupo ao qual pertencem. Afirma também, que o conceito de estereótipo está intrinsecamente ligado à objetificação (LOURENÇO, 2014). Nesse sentido, a autora apresentou tal entendimento:

O termo objetificação consiste em analisar alguém no nível de um objeto, sem considerar seus atributos emocionais e psicológicos. Podemos ver a objetificação da mulher em propagandas que só focam no atributo sexual ou físico, sem outro tipo de apelo emocional. (HELDMAN apud LOURENÇO et al, 2014).

Tal objetificação recai fortemente sobre o corpo feminino, uma vez que é considerado, por muitos, como “objeto de desejo masculino”, devendo se adequar aos parâmetros de beleza impostos socialmente, especialmente pelos meios de comunicação de massa.

A publicidade que foca apenas nos atributos sexuais e físicos do corpo feminino, se denomina objetificação sexual feminina, e é um dos principais motivos da pornografia de vingança ser cada vez mais recorrente na sociedade brasileira, sobretudo para com as mulheres. Os meios de comunicação atuais têm contribuído sobremaneira para perpetuar estereótipos do século passado, modificando apenas o contexto e os meios de utilização desses modelos (LOURENÇO, et al, 2014).

Tal fato é nítido, pois a submissão das mulheres, alimentada culturalmente pelo patriarcado e divulgada pela mídia, data de muito tempo, assim como a sua objetificação sexual em propagandas. Atualmente, apesar dos anúncios publicitários com cunho sexual terem reduzido, a objetificação continua pela ampla divulgação de fotos íntimas de mulheres na internet, como forma de vingança por relacionamentos frustrados, de forma a sujeitar as mulheres a constrangimento, vergonha, humilhação e reduzindo-as à nível de objeto. Há uma exposição do corpo, sem levar em consideração seu emocional, seu intelecto e sua personalidade.

Por conseguinte, é possível constatar que o meio de comunicação onde a objetificação sexual era realizada apenas mudou, eis que, no século passado, a divulgação de imagens colocando o corpo da mulher a nível de objeto ocorria na televisão, atualmente ocorre na internet, rede mundial, e se propaga de maneira vertiginosa em pouco tempo.

A partir disso, Menezes e Cavalcanti, apresentam a ideia que nos relacionamentos atuais, muitas vezes os namorados controlam chamadas telefônicas, mensagens de texto e utilizam a posse de imagens femininas como moeda de troca para chantagens emocionais. Tal fato só demonstra a resistência do poder masculino e a insistente sexualização do corpo feminino, pois as imagens de homens possuem repercussão ínfima em suas “reputações”, se comparado às imagens de mulheres (MENEZES; CAVALCANTI, 2017). Ainda, as autoras manifestam tal entendimento, com base nos estudos de Heleieth Safiotti:

[..] as mulheres foram socializadas em uma ordem patriarcal de gênero, que representa, além de uma ideologia, uma estrutura de poder em detrimento das mulheres. Tal ordem, conduzida por preceitos que as depreciam e inferiorizam, as conduz a um comportamento dócil, casto, condato, sendo o contraponto masculino, e sua característica, a agressividade, a ideia de sobreposição e posse em relação ao corpo feminino, que, quando não age conforme seus desígnios, pode sofrer violentas retaliações. Frise-se que um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido (Saffiotti, 2004, 49). Fato muito pertinente para se trabalhar o revenge porn. (SAFIOTTI, apud MENEZES; CAVALCANTI, 2017).

Dessa forma, é possível constatar que a objetificação sexual feminina é algo enraizado na sociedade brasileira há séculos e é um dos fatores elementares para a existência da pornografia de vingança. Consiste em um reflexo do patriarcalismo que está em transformação na sociedade, com nova roupagem, não deixando de existir, apenas mudando seus meios de atuação. Valendo-se da tecnologia para objetificar sexualmente o corpo feminino, construir estereótipos, controlar a liberdade sexual e causar violência às mulheres por meio da exposição de seus corpos, causando-lhes danos psicológicos, patrimoniais, violando sua dignidade sexual e sua integridade moral.

2 A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA COMO UMA MODALIDADE DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Diante dos aspectos apontados na seção anterior, resta evidente que a pornografia de vingança é uma nova modalidade de violência de gênero, ocasionada principalmente por fatores culturais, dentre eles, a objetificação sexual feminina. Tal violência ocorre na sociedade em rede e com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação torna-se, por consequência, cada vez mais recorrente.

Neste ínterim, cumpre ressaltar o contexto em que tal violência ocorre. De acordo com Menezes e Cavalcanti, na internet é indiscutível que qualquer pessoa pode criar ou produzir conteúdo de acordo com suas habilidades, particularidades e expectativas. Nesse contexto, em conversas privadas, momentos íntimos são compartilhados, por intermédio de trocas de mensagens que podem conter imagens ou vídeos com teor sexual ou de nudez, o que caracteriza uma nova forma de se relacionar (MENEZES; CAVALCANTI, 2017). A troca de mensagens com conteúdo sexual se denomina *sexting*, enquanto o *revenge porn*, representa um viés criminoso dessas práticas.

O *sexting* já possui definição em dicionário e representa a troca de mensagens com teor sexual podendo conter imagens, as nudes representam o envio de fotografias de nudez e o *revenge porn* representa um viés criminoso desse fenômeno, que recai sobre mulheres (majoritariamente), onde homens enviam material sexual ou imagens de nudez para expor e ridicularizar mulheres com quem se relacionaram, como retaliação face ao término do relacionamento. (MENEZES; CAVALCANTI, 2017, p. 36).

Dessa forma, como o intuito da exposição da intimidade é mera vingança, via de regra, pela frustração do relacionamento, resta evidente que se trata de um gênero de violência doméstica e familiar, por ser praticada, majoritariamente, contra mulheres. Isso também é constatável tendo em vista que o objetivo do *revenge porn*, além da vingança, é expor a vítima e a sua intimidade, submetendo-a à constrangimento, humilhação, que é potencializado pela sociedade, amigos, família, eis que por fatores culturais a vítima sofrerá

julgamentos negativos, passando a sentir-se responsável pelo ocorrido, fenômeno característico da violência psicológica de gênero (SILVA; PINHEIRO, 2017). Nesse sentido, corroboram Faria, Araújo e Jorge ao afirmarem que:

[...] torna-se possível compreender os motivos que mais embasam os julgamentos sociais negativos sobre o comportamento das vítimas mulheres mesmo no contexto moderno de defesa da liberdade de expressão e disposição individual do próprio corpo. Isso acontece porque a subjetividade do meio virtual também se encontra permeada pela moralidade, essas questões afetam a gênero. (FARIA; ARAÚJO; JORGE apud SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 248).

Destarte, é possível compreender que os julgamentos, a ridicularização e a repercussão negativa, quando se trata da exposição de mulheres, se dão porque as redes sociais estão repletas de machismos e de conceitos culturalmente impostos, que as impõem um “dever ser”, objetificando-as, expondo-as e controlando a sua liberdade sexual, sendo tais atos característicos do patriarcalismo. Nesse sentido, Silva e Pinheiro, afirmam que:

Tais discriminações são observadas no comportamento do agressor, que, assumindo a condição de possuidor do corpo e da sexualidade da vítima, **publica a intimidade feminina de forma deliberada e não consentida**. Dessa forma acontece a reafirmação dos discursos socioculturais que, desaprovando o comportamento permissivo da vítima, intensificam nela o sentimento de culpa e autopunição, mesmo quando está sendo vítima de violência de gênero. (SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 248) [grifo nosso].

Destarte, diante dos aspectos apontados, é incontestável que o *revenge porn* se trata de uma grave forma de violência de gênero, tendo em vista que além de expor e causar constrangimento a mulher, tal delito fere a intimidade, a vida privada, a honra, compromete a integridade física e mental, eis que muitas vítimas de acabam tendo sérios comprometimentos emocionais, culminando, nos casos mais graves, até com a prática do suicídio.

Desse modo, pelos danos causados nas esferas social, familiar, patrimonial e psicológica da vida da mulher, resta evidente que tais atos configuram violência doméstica e familiar e que a Lei Maria da Penha é um dos instrumentos normativos mais adequados para o amparo às mulheres vítimas desse fenômeno, além da aplicação dos demais

instrumentos normativos de enfrentamento desse gênero da violência (SILVA; PINHEIRO, 2017).

3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ENFRENTAMENTO DO REVENGE PORN NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Atualmente, o enfrentamento à violência de gênero tem amplo destaque no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, como a pornografia de vingança trata-se de um crime cibernético, ainda há muitas lacunas e controvérsias sobre o tema, o que causa uma percepção de insegurança e de desamparo às vítimas e de motivação aos agressores em decorrência da sensação de anonimato.

No Brasil, o primeiro mecanismo de enfrentamento da violência de gênero no meio cibernético foi a Lei nº 12.737/13, conhecida como Lei Carolina Dieckmann. No caso, a atriz teve sua caixa de entrada do e-mail invadida e os criminosos obtiveram suas fotos íntimas. Foi chantageada e por não ter pago o valor que os criminosos pediram, teve tais fotos divulgadas na internet. Após isso, por meio da lei supracitada, foram incluídos no Código Penal os Artigos 154-A³ e 154-B⁴, que dispõem sobre a invasão de dispositivo informático alheio e mais uma série de condutas no meio cibernético.

No entanto, a Lei Carolina Dieckmann não foi suficiente para os casos de pornografia de vingança, eis que, nesses casos, não se trata de invasão de dispositivo informático, mas sim o compartilhamento de imagens íntimas, normalmente, das ex-companheiras após a frustração do relacionamento (SILVA; PINHEIRO, 2017).

Neste ínterim, em 2018, foi aprovado o Projeto de Lei n. 5.555/2013, que passou a ser a Lei Ordinária n. 13.772/2018, que altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Tal passou a ser a redação do artigo 216-B, do Código Penal brasileiro:

Art. 216-B. **Produzir, fotografar, filmar ou registrar**, por qualquer meio, **conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes**: (Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018)

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo. (BRASIL, 1940) [grifo nosso].

Dessa forma, observando os verbos nucleares do tipo penal, é perceptível que neste artigo não há tipificação específica para o compartilhamento de imagens que foram obtidas com o consentimento da vítima, em que pese ter enviado apenas para a visualização do destinatário. O tipo penal supracitado busca preencher a lacuna que existia em relação à punição da conduta de indivíduo que registrava a prática de atos sexuais de terceiros sem o consentimento, o que diverge do crime de pornografia de vingança, no qual o abuso e a violação consistem na divulgação para terceiros não autorizados pela vítima, ou seja, no compartilhamento.

Nesse sentido, é perceptível que cada vez mais se busca assegurar a dignidade da mulher, bem como a sua intimidade e a tutela da sexualidade, tendo em vista que além da inclusão do artigo 216-B no Código Penal, a Lei n. 13.771/2018 deu a seguinte redação ao artigo 7º, II, da Lei n. 11.340/2006:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

[...]

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause **dano emocional** e diminuição da autoestima ou que **lhe prejudique** e perturbe o pleno desenvolvimento ou **que vise degradar ou controlar suas ações**, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, **violação de sua intimidade**, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou **qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação**; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018) (BRASIL, 2006) [grifo nosso].

Nesse tocante, é crescente o entendimento que a pornografia de vingança se trata de grave forma de violência de gênero, bem como de uma violência doméstica e familiar, quando praticada contra mulher. Foi o que observou a

Ministra Nancy Andrighi, em julgado do Superior Tribunal de Justiça, no qual afirmou:

A exposição pornográfica não consentida, da qual a pornografia de vingança é uma espécie, constitui uma grave lesão aos direitos da personalidade da pessoa exposta indevidamente, além de configurar uma grave forma de violência de gênero que deve ser combatida de forma contundente pelos meios jurídicos disponíveis. (ANDRIGHI, 2018, s.p.).

Ainda, para a Ministra, não são raros os casos de suicídio e de depressão depois da ocorrência desta prática de exposição. Portanto, é imprescindível que se aprimore as definições deste tipo de violência, para tornar as situações de julgamento mais claras e que a justiça, nesses casos, seja implacável (ANDRIGHI, 2018).

Destarte, é incontestável que o ordenamento jurídico deve atuar de forma positiva para penalizar a pornografia de vingança da forma devida. A mulher que compartilha a intimidade com uma pessoa que confia não tem o intuito de tê-la exposta para terceiros. Logo, deve ter a tutela mais efetiva e célere possível de seus direitos, os quais o Estado deve assistir.

Neste íterim, em 2018 com o advento da Lei n. 13.718, foi incluído no Código Penal o artigo 218-C, que tipifica como crime a divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018). No ponto, tal é a redação do artigo:

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, **sem o consentimento da vítima**, cena de sexo, nudez ou pornografia:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.

Exclusão de ilicitude

§2º Não há crime quando o agente pratica as condutas descritas no caput deste artigo em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a

identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos. (BRASIL, 1940) [grifo nosso].

Assim, o presente dispositivo inclui no ordenamento o crime de pornografia de vingança, não somente pelo *caput* prever a hipótese de transmissão e de compartilhamento de imagem, vídeo ou qualquer outro registro audiovisual sem o consentimento da vítima, mas também porque apresenta causa de aumento de pena nos casos em que o crime é praticado por alguém que tenha mantido relação com a vítima, com o fim de vingança, nos termos do parágrafo primeiro.

Por fim, é possível afirmar que, atualmente, o ordenamento jurídico encontra-se em uma fase de reconhecimento da exposição da intimidade da mulher como uma forma de violência psicológica, prevista na Lei Maria da Penha. Ao mesmo tempo, reconhece a pornografia de vingança como crime, passível de penalização. Contudo, apesar de todos os avanços legislativos e sociais sobre a matéria, ainda há muito que se caminhar para dar às mulheres vítimas de violência de gênero e de violência doméstica e familiar um tratamento igualitário, digno, justo, bem como a prestação de uma tutela efetiva.

CONCLUSÃO

O presente estudo se propôs a tratar da exposição pornográfica não consentida na internet, focalizando a pornografia de vingança, o *revenge porn*, como uma nova modalidade de violência de gênero, que se dá no meio cibernético, violando direitos da personalidade, da intimidade, além da integridade psíquica, moral e patrimonial da vítima. As hipóteses levantadas restaram confirmadas, vez que a penalização dos infratores e a assistência às vítimas, por meio aplicação eficaz do ordenamento jurídico, são capazes de aplacar sensivelmente esse tipo de violência, que tem como principais ensejadores os fatores sociais e culturais, aliados à sensação de impunidade e de anonimato.

Na primeira parte, discorreu-se acerca da objetificação sexual feminina como sendo um dos motivos que ensejam este tipo de violência, em função da força da cultura patriarcal enraizada na sociedade brasileira.

Na segunda parte, tratou-se da pornografia de vingança como uma modalidade de violência de gênero. Por fim, no terceiro momento, apresentou-se os instrumentos normativos de enfrentamento deste tipo de violência disponíveis atualmente, bem como os desafios e as perspectivas no tocante à temática.

Destarte, é possível afirmar que a pornografia de vingança se trata de uma grave forma de violência de gênero que ocorre no meio cibernético, decorrente de conceitos culturalmente construídos que objetivam o corpo das mulheres. Diante dos aspectos apontados, depreende-se que o *revenge porn* além de expor e causar constrangimento a mulher, tal delito fere a intimidade, a vida privada, a honra, compromete a integridade física e mental, eis que muitas vítimas de acabam tendo sérios comprometimentos emocionais, culminando, até, com a prática do suicídio.

Por conseguinte, se faz necessária uma mudança cultural e educacional tanto na sociedade quanto nos órgãos repressivos do Estado, pois a mulher que tem a intimidade exposta sofre danos imensuráveis. O fato é que a internet se tornou um meio de propagação da violência de gênero. Logo, devem ser utilizados todos os recursos jurídicos disponíveis para combater os crimes cibernéticos, bem como para empoderar as mulheres vítimas de violência, com o fim de erradicar todas as formas de violência praticadas contra o gênero feminino, sobretudo, a sexual, decorrente do patriarcado fortemente enraizado na sociedade, ainda hoje.

Assim, é necessário o enfrentamento mediante campanhas publicitárias e educativas que enfatizem o respeito mútuo e a aplicação efetiva dos dispositivos legais criados sobre o tema, eis que a internet não pode ser uma “terra sem lei”. Dessa forma, o Estado, que já mudou muito sua postura com relação à essa nova forma de violência de gênero, necessita dar o atendimento efetivo e célere às vítimas. Do contrário, apenas confirma a cultura sexista e o machismo decorrente dos estereótipos e constructos de gênero enraizados na sociedade brasileira, que causam danos, muitas vezes irreversíveis, às mulheres diuturnamente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Milena; PINZON, Vanessa; DIEHL, Bianca Tams; CACENOTE, Ana Paula. **Gênero e Violência**: conceitos socialmente construídos e a violência contra a mulher. VII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA. Santa Rosa, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília, 7 de agosto de 2006;.

BRASIL. **Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Brasília, 30 de novembro de 2012.

BRASIL. **Lei 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. Brasília, 19 de novembro de 2018.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Exposição pornográfica não consentida é grave forma de violência de gênero, diz Nancy Andrichi. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-03-15_06-55_Exposicao-pornografica-nao-consentida-e-grave-forma-de-violencia-de-genero-diz-Nancy-Andrichi.aspx>. Acesso em: 04 nov. 2019.

DAMITZ, Caroline Vasconcelos; FARIA, Josiane Petry. **Porn Revenge**: uma questão de gênero. Revista Estudos Legislativos, Porto Alegre, Ano 11, nº 11, p. 73-88, 2017.

MENEZES, Mariana Risério Chaves de; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Mulher Jovem e Cibercultura**: liberdade, subordinação, e reminiscências patriarcais no meio virtual. Revista ex aequo, nº 35, p. 33-47, 2017.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva.; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA, Ana Paula. **A “Objetificação” Feminina na Publicidade**: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vila Velha - ES – 22 a 24/05/2014.

SILVA, Artenira da Silva; PINHEIRO, Rossana Barros. **Exposição que Fere, Percepção que Mata**: a urgência de uma abordagem psicossociológica da pornografia de vingança à luz da Lei Maria da Penha. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, Vol. 62, nº 3, Setembro/Dezembro, p. 243-265, 2017.